

Paulo Francisco de Castro
Adriana Leonidas de Oliveira

ORGANIZADORES

PSICOLOGIA

reflexões e ações volume
1



Paulo Francisco de Castro
Adriana Leonidas de Oliveira

ORGANIZADORES

PSICOLOGIA

reflexões e ações volume
1

 ed**UNITAU**

Paulo Francisco de Castro
Adriana Leonidas de Oliveira
Organizadores

Psicologia: reflexões e ações

Volume 1



Taubaté | SP
2021

EXPEDIENTE EDITORA

edUNITAU

| **Diretora-Presidente:** Profa. Dra. Nara Lúcia Perondi Fortes

Conselho Editorial

- | **Pró-reitora de Extensão:** Profa. Dra. Leticia Maria Pinto da Costa
- | **Assessor de Difusão Cultural:** Prof. Me Luzimar Goulart Gouvêa
- | **Coordenador do Sistema Integrado de Bibliotecas:** Felipe Augusto Souza dos Santos Rio Branco
- | **Representante da Pró-reitoria de Graduação:** Profa. Ma. Silvia Regina Ferreira Pompeo Araújo
- | **Representante da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação:** Profa Dra. Cristiane Aparecida de Assis Claro
- | **Área de Biociências:** Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveira
- | **Área de Exatas:** Prof. Me. Alex Thaumaturgo Dias
- | **Área de Humanas:** Prof. Dr. Moacir José dos Santos

Projeto Gráfico

- | **NDG** – Núcleo de Design Gráfico da Universidade de Taubaté
- | **Capa:** Alessandro Squarcini
- | **Diagramação:** Paulo Francisco de Castro
- | **Revisão:** Ana Carolina Araújo Sousa (Capítulo 27)
Andreia Rangel (Capítulos 1, 2, 3, 6, 11, 14, 16, 17, 20, 28, 31, 35, 36)
Giovana Kikuta Kobata (Capítulos 08, 21, 30)
Isis De Vitta (Capítulos 22, 26, 29, 32)
Jovane Meierhoefer Nikolic (Capítulos 23, 33)
Juliana Cardoso Nunes da Silva (Capítulos 5, 13)
Lorraine Fatima Bim Silva (Capítulo 19)
Luciana Aparecida Paraguassú Amaral (Capítulo 9)
Maira Nobre (Capítulo 34)
Renata Aparecida de Freitas (Capítulos 4, 7, 10, 12, 15, 18, 24, 25)
- | **Impressão:** Eletrônica (e-book)

Ficha Catalográfica

| **Bibliotecária:** Ana Beatriz Ramos - CRB-8/6318

Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi/ UNITAU Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI

P974	Psicologia: reflexões e ações [recurso eletrônico] / organizado por Paulo Francisco de Castro , Adriana Leônidas de Oliveira. Dados eletrônicos. – Taubaté: EdUnitau, 2021. v. 1. Formato: PDF Requisitos do sistema: Adobe Modo de acesso: world wide web ISBN 978-65-86914-20-7 (on-line) 1. Psicologia. 2. Psicologia clínica da saúde. 3. Educação. 4. Saúde. 5. Gestão. I. Oliveira, Adriana Leônidas de (org.). II. Castro, Paulo Francisco de (org.). III. Título.
------	--

CDD – 150

Índice para Catálogo sistemático
Psicologia – 150
Psicologia clínica da saúde – 157.9
Educação – 370
Saúde – 613
Gestão – 658

Copyright © by Editora da UNITAU, 2021

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

Comissão Editorial Psicologia: reflexões e ações

Adriana Leonidas de Oliveira

Armando Rocha Junior

Fabio Donini Conti

Helena Rinaldi Rosa

Hilda Rosa Capelão Avoglia

Luis Sérgio Sardinha

Maria Lucia Marques

Marilza Terezinha Soares de Souza

Paulo Francisco de Castro

Quésia Postigo Kamimura

Sonia Maria da Silva

**OS TEXTOS DOS CAPÍTULOS, SEUS POSICIONAMENTOS TEÓRICOS,
SUAS CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS, ALÉM DO PROCESSO DE
FORMATÇÃO, A CONSTRUÇÃO GERAL E A INDICAÇÃO DOS
REVISORES SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
PARTE I – REFLEXÕES E AÇÕES EM PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE	9
1 - A CENA DO CRIME FALA E A PSICOLOGIA ESCUTA: A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E SUAS LIMITAÇÕES NO BRASIL	10
2 - A EXPERIÊNCIA E O SIGNIFICADO DO PROCESSO DE ADOÇÃO SOB A ÓPTICA DA FAMÍLIA ADOTIVA.....	21
3 - A INFLUÊNCIA PARENTAL NO DESENVOLVIMENTO DO JOVEM ATLETA	43
4 - A MUDANÇA PSÍQUICA NO TRAUMA DO ABSOLUTO	62
5 - A PSICOSE NO PERSONAGEM NORMAN BATES – SOB A ÓPTICA LACANIANA	76
6 - A RESILIÊNCIA FRENTE À VIVÊNCIA DE ABORTOS ESPONTÂNEOS EM HOSPITAIS	93
7 - A TRAMA PARADOXAL DO DESEJO EM TERMOS DE TUDO OU NADA	113
8 - A VIVÊNCIA DA GORDOFOBIA AO LONGO DO PROCESSO IDENTITÁRIO DE UMA JOVEM ADULTA.....	126
9 - ASSERTIVIDADE COMO ÁPICE COMPORTAMENTAL NA INFÂNCIA: UM ESTUDO TEÓRICO.....	145
10 - AVALIAÇÃO DAS ATITUDES E CRENÇAS DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA DE UMA CIDADE DO VALE DO PARAÍBA/SP ACERCA DA HOMOSSEXUALIDADE	164
11 - AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO CONTEXTO JURÍDICO: A PERÍCIA PSICOLÓGICA FORENSE APLICADA EM DIFERENTES DEMANDAS	182
12 - COMUNICAÇÃO DE MÁS NOTÍCIAS PARA GESTANTES DE RISCO: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO	194
13 - INFLUÊNCIA DA ARTE NO CUIDADO DE PESSOAS COM AUTISMO SOB A VISÃO DA PSICANÁLISE.....	214
14 - INFLUÊNCIA DOS FATORES SOCIOECONÔMICOS NA AVALIAÇÃO DA INTELIGÊNCIA EM CRIANÇAS: ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS DA ESCALA WECHSLER DE INTELIGÊNCIA PARA CRIANÇAS – WISC IV.....	232
15 - INFLUÊNCIA DOS PAPÉIS DE GÊNERO, AUTOESTIMA E REDE DE APOIO NA MATERNIDADE.....	252
16 - INVERSÃO DE HIERARQUIA NA FAMÍLIA: QUANDO O FILHO ASSUME O PAPEL DE AUTORIDADE PARENTAL	271
17 - O INTERCÂMBIO COMO EXPERIÊNCIA INTERCULTURAL PARA O DESENVOLVIMENTO PESSOAL	285
18 - OS NÚCLEOS TRAUMÁTICOS E SUA DISSOLUÇÃO GRADUAL NUMA ANÁLISE	313
19 - PARENTALIDADE INVERTIDA E DOENÇA CRÔNICA DO IDOSO: ENFRENTAMENTOS, ADAPTAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA FAMÍLIA.....	326
20 - RESILIÊNCIA FAMILIAR E CÂNCER INFANTIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	341
21 - SENTIMENTOS VIVENCIADOS PELO INDIVÍDUO NO PROCESSO DE LUTO PELA PERDA DE UM ENTE QUERIDO	361

22 - SUICÍDIO NA ADOLESCÊNCIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	382
23 - VIOLÊNCIA CONJUGAL LÉSBICA: A INVISIBILIDADE DE UM FENÔMENO.....	396
24 - VIVÊNCIA DA EQUIPE MÉDICA FRENTE A MORTE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	414
PARTE II – REFLEXÕES E AÇÕES EM PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL.....	438
25 - A UTILIZAÇÃO DO RPG NO ENSINO DE MATEMÁTICA.....	439
26 - ANÁLISE DO CAMPO SIMBÓLICO DO ARQUÉTIPO DO MESTRE-APRENDIZ NO CONTEXTO DO DISTANCIAMENTO SOCIAL	454
27 - PREVALÊNCIA DE SINTOMAS DEPRESSIVOS EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS	467
28 - UM LUGAR NOVO: A MIGRAÇÃO ESCOLAR COMPREENDIDA PELOS PROFESSORES E FAMÍLIAS ADOLESCENTES	482
PARTE III – REFLEXÕES E AÇÕES EM PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E GESTÃO	494
29 - IMPACTOS DA PANDEMIA PELO COVID-19 NO PROCESSO SELETIVO: UMA ANÁLISE DE EXPERIÊNCIA EM UMA EMPRESA DO RAMO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS DA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA	495
30 - LIDERANÇA FEMININA ORGANIZACIONAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA CIENTÍFICA BRASILEIRA	505
31 - NAS ENTRELINHAS DAS ORGANIZAÇÕES: UM ESTUDO DE CASO POR MEIO DA ANÁLISE INSTITUCIONAL	524
PARTE IV – REFLEXÕES E AÇÕES EM PSICOLOGIA SOCIAL E COMUNITÁRIA.....	537
32 - A FORMAÇÃO SUBJETIVA DO HOMEM INSERIDO EM UMA CULTURA SEXISTA.....	538
33 - A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA EM RELACIONAMENTO ÍNTIMO: CONSEQUÊNCIAS NA VIDA DE UNIVERSITÁRIAS.....	555
34 - ASSÉDIO MORAL E SEXUAL SEGUNDO AS PUBLICAÇÕES DO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL	570
35 - INSTITUIÇÕES TOTALIZANTES E INCLUSÃO SOCIAL: IMPACTOS AFETIVO-EMOCIONAIS EM MULHERES ENCARCERADAS	590
36 - SEXISMO: BASES E MARCAS NO COTIDIANO.....	600
ORGANIZADORES	618
AUTORES.....	619

APRESENTAÇÃO

Com muita satisfação apresentamos o primeiro volume da nova série de livros produzida pelo Departamento de Psicologia da Unitaú: “Psicologia: Reflexões e Ações”.

Os livros da série “Psicologia: Reflexões e Ações” terão como objetivo socializar produções construídas por professores e alunos de graduação do curso de Psicologia da Universidade de Taubaté, assim como trabalhos desenvolvidos em parceria com profissionais de outras instituições nacionais e internacionais.

Neste primeiro volume, o leitor encontrará material de grande riqueza teórica e prática, à medida que reflexões e ações desenvolvidas em diferentes áreas da Psicologia são apresentadas por meio de nossas pesquisas e trabalhos interventivos. Temas atuais e de grande relevância são apresentados e discutidos ao longo dos trinta e cinco capítulos que compõem a obra, divididos em quatro grandes seções.

As reflexões e ações em Psicologia Clínica e da Saúde revelam a amplitude da área, trazendo à luz diferentes questões, tais como: a atuação do psicólogo na investigação criminal, o processo de adoção, a gordofobia, o processo de resiliência frente ao aborto, suicídio na adolescência, avaliação psicológica no contexto jurídico, a arte no cuidado de indivíduos autistas, resiliência familiar frente ao câncer infantil, entre outros temas de inestimável contribuição.

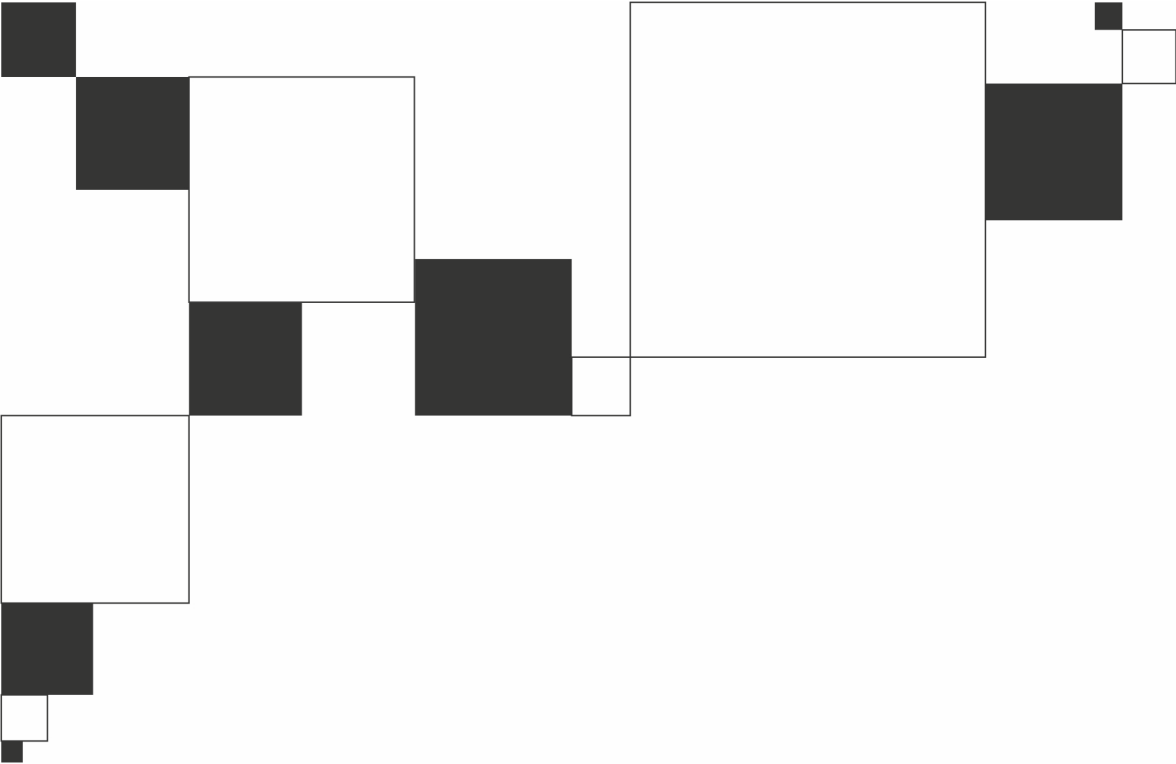
As reflexões e ações em Psicologia Escolar e Educacional apresentam inovação ao abordar temas como o uso do RPG no ensino da matemática, sintomas depressivos em universitários, o distanciamento social, e a migração escolar.

As reflexões e ações em Psicologia Organizacional e Gestão dão destaque para demandas atuais, tais como os impactos da pandemia pela COVID-19 no processo seletivo, e a liderança feminina no contexto das organizações.

As reflexões e ações em Psicologia Social e Comunitária nos remetem à temas emergentes e necessários de serem debatidos em nossa sociedade: o sexismo, a violência psicológica nos relacionamentos íntimos, o encarceramento feminino.

É com muito orgulho que convidamos toda a comunidade acadêmica da psicologia e de áreas afins a desfrutarem dessa leitura e contribuírem para a ampliação contínua de nossos reflexões e ações, em prol do fortalecimento da Psicologia enquanto ciência e profissão.

Paulo Francisco de Castro
Adriana Leonidas de Oliveira



PARTE I

reflexões e ações em
psicologia clínica e da saúde

1 - A CENA DO CRIME FALA E A PSICOLOGIA ESCUTA: A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E SUAS LIMITAÇÕES NO BRASIL

Sarah Cristini Andrejuk da Silva

Armando Rocha Junior

INTRODUÇÃO

A utilização dos conhecimentos científicos para a análise de provas de crimes teve início com o surgimento da civilização. A perícia criminal integra uma grande rede composta por um ciclo policial, seguido de outro judicial, com o intuito de apresentar resultados científicos concretos acerca de questionamentos sobre um fato criminal a ser elucidado (MAIA, 2012).

Para que o crime venha a eclodir, é indispensável que exista uma intenção ou um ato humano, ainda que abúlico. Por isso, a par do fenômeno da criminalidade em si, o estudo do comportamento humano deve ser norma basilar da Criminologia, pois, sendo o homem o agente do ato delituoso, é principalmente sobre ele que devem ser concentradas as pesquisas mais relevantes, já que sobre seus ombros atuam múltiplas causas, muitas delas desconhecidas até a ocorrência do crime, mas com acentuado peso na caracterização da origem do fato e do caráter ou da verdadeira natureza da vontade do criminoso (FERNANDES, 1995).

A Ciência Forense é uma área interdisciplinar que envolve Química, Física, Biologia, Medicina Legal, entre muitas outras. O conceito de *Profiling*, desenvolvido no âmbito da Psicologia Forense, refere-se à aplicação das concepções da Psicologia na investigação criminal e surge no sentido de auxiliar as forças policiais no combate ao crime e, essencialmente, na identificação do suspeito desconhecido (CORREIA; LUCAS; LAMIA, 2007).

O *Criminal Profiling* é definido como uma técnica forense, em que as características prováveis de um agressor criminoso, ou criminosos, são previstas com base nos comportamentos exibidos no cometimento do crime, por meio da análise sistemática de um crime individual ou de uma série de crimes relacionados (KOCSIS, 2006).

Segundo Konvalina-Simas (2014), epistemologicamente, o *Criminal Profiling* está situado no cruzamento entre as ciências sociais, as ciências comportamentais e as ciências forenses, nas quais o denominador comum é o comportamento desviante extremo, ou seja, o crime.

Frente ao exposto, as próximas seções apresentam uma breve contextualização teórica sobre o *Criminal Profiling* e a Psicologia Investigativa, e como essas técnicas podem auxiliar em investigações policiais. Para tanto, narra-se a história e a definição do *Criminal Profiling* e como a necessidade de estudos sobre o comportamento humano foi gerada, motivando a criação de uma

técnica com base na psicologia; em seguida, aborda-se a Psicologia Investigativa e suas possíveis aplicações no Brasil.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Introdução ao *Criminal Profiling* (perfilamento criminal)

O *Criminal Profiling* (em português, Perfilamento Criminal), tem sido um assunto frequente nos meios de comunicação e de grande interesse público nos últimos anos. Na ficção popular, foi retratado em filmes como “O Silêncio dos Inocentes” (1991) e em programas de televisão como *Criminal Minds*.

Considerando que, cada vez mais, cresce o número de entusiastas nessa área e, apesar de serem várias as pessoas com interesse no comportamento humano em geral, compreender o comportamento de criminosos parece exigir um nível extra de curiosidade e conhecimento (AINSWORTH, 2001; PATHERICK TURVEY; FERGUSON, 2010).

Definições de *Profiling* e de *Profiler Criminal*

O *Profiling* tem sido alvo de muita atenção por parte da comunicação social, por meio da exibição de séries de TV, filmes e publicação de livros policiais, contudo, na maioria das vezes, esses meios transmitem uma ideia errada desta técnica investigativa, sobretudo porque, frequentemente, o *Profiling* é apresentado como uma ciência exata, infalível e fortemente baseada em verificação empírica, que é sempre fidedigna – o que não ocorre em todo caso (KONVALINA-SIMAS, 2014).

De acordo com Kocsis (2006), o *Profiling* pode ser descrito como uma técnica que permite prever as prováveis características de um agressor criminoso, ou criminosos, com base nos comportamentos exibidos na prática de determinado crime. Corresponde ao estudo da personalidade, do comportamento e da motivação, das características demográficas fundamentadas na cena do crime e de outras evidências (CONSTANZO; KRAUSS, 2012), e ainda à análise de toda a informação recolhida até aquele momento no que se refere a tudo o que envolve o indivíduo e os crimes associados, incluindo os vestígios e as circunstâncias criminais, de modo que a análise desse conjunto de informações permita deduzir e/ou induzir a imagem psicossocial do indivíduo, da forma mais rigorosa possível (MONTET, 2002 *apud* CORREIA; LUCAS; LAMIA, 2007).

Em síntese, constata-se que os principais objetivos do *Profiling* são orientar as investigações, com o auxílio das ciências humanas e das ciências criminais, ligar os casos, identificar crimes com as mesmas características, ajustar as estratégias ao perfil do criminoso e emitir recomendações em vários domínios da criminologia (TOUTIN, 2002 *apud* CORREIA; LUCAS; LAMIA, 2007).

Konvalina-Simas (2014) define *Profiler Criminal* como um técnico da Criminologia e um perito forense, cuja formação deve compreender um conhecimento aprofundado em Ciências Sociais, Comportamentais e Forenses, além de uma experiência profissional relevante ao exercício de análise comportamental e interpretação de provas forenses.

É importante destacar que *Profiling* não é uma profissão (SPTIZER, 2002 *apud* CORREIA; LUCAS; LAMIA, 2007), pois, até agora e a nível internacional, não existe efetivamente a profissão de *Profiler*, lavrada de acordo com as normas judiciais, sindicalizada e regulamentada legalmente. Trata-se mais de uma especialização, que preenche uma ocupação ou atividade profissional indispensável.

Não obstante, a técnica dos perfis pode ser exercida por um investigador, um psicólogo, um criminólogo e por outros profissionais que compreendem o fenômeno criminal (ensino, investigação, perícia, etc.), particularmente, se intrínseco a uma profissão liberal, que podem se rotular como *Profiler* (CORREIA; LUCAS; LAMIA, 2007).

Objetivos de um Perfil Criminal

Segundo Kocsis (2006), o objetivo comum de um perfil criminal é fornecer informações para auxiliar na investigação de crimes violentos aparentemente insolúveis.

A partir dos anos 60, o interesse dos profissionais que trabalhavam com o contexto da criminalidade violenta se centrou no desenvolvimento de um campo de investigação científica aplicado à análise do comportamento do ofensor violento, trabalho este que foi dirigido, inicialmente, para os crimes nos quais o ofensor desconhece a vítima, ou seja, em que não há qualquer contato anterior à agressão entre o ofensor e a vítima por ele escolhida (WEINER; WOLFGANG, 1989 *apud* SOEIRO, 2009).

Conforme Lunde (1976 *apud* RODRIGUES, 2009), esses crimes sem motivação aparente encobrem uma lógica própria do ofensor que, talvez, só ele perceba. A vítima pode manifestar determinadas características físicas e/ou comportamentais que, de algum modo, são simbolicamente significativas para o ofensor de um crime violento e que, por isso, estão na base da sua motivação para o ato criminal. Por conseguinte, e de acordo com Burgess, Douglas e Ressler (1988 *apud* KONVALINA-SIMAS 2014), é exatamente nesses casos, quando o investigador não percebe de imediato a motivação para o ato criminal, que é fundamental estar atento a todas as particularidades do crime, recorrendo, portanto, a um instrumento que lhe permita processar informações estruturadas sobre as características que, probabilisticamente, podem ser associar ao ofensor (SOEIRO, 2009).

Correa, Lucas e Lamia (2007) afirmam que o *Profiling* se aplica aos seguintes casos:

[...] homicídios, em série ou não; violações, em série ou não; incêndios e explosões, em série ou não; violências voluntárias graves e tentativas de homicídio; atos sádicos, cruéis, ou perversos, até à tortura; crimes rituais; assaltos, em série ou não; reféns; gestão da crise nos estabelecimentos prisionais; alcoólicos armados, dementes em crise, os suicidas altruístas; agressões e desaparecimento de crianças; assédio sexual; reivindicações, denúncias e ameaças; raptos; mortes equívocas e autoeróticas; terrorismo; ameaças integristas, extremistas ou políticas; corrupção pública; criminalidade informática; análise da grafia; localização do agressor. (CORREA; LUCAS; LAMIA, 2007, p. 596).

Considera-se que a técnica de elaboração de Perfil Criminal pretende responder às cinco questões fulcrais da investigação criminal: 1. Quem cometeu o crime? 2. Quando cometeu o crime? 3. Como foi executado o crime? 4. Qual motivação está na base desse(s) comportamento(s)? 5. Onde foi cometido o crime? Na maioria dos crimes praticados e averiguados pela polícia de investigação criminal, a resposta para tais questionamentos é obtida por meio do trabalho desenvolvido pelos profissionais de polícia (KOCSIS, 2006).

Sob essa perspectiva mais tradicional de utilização dos Perfis Criminais, os indicadores a definir integram aspectos como a análise da relação entre cada crime cometido e a possibilidade de terem sido cometidos por um único ofensor, a análise do comportamento criminal (*Modus Operandi*) e indicadores descritivos sobre o ofensor (idade, sexo, forma de vestir, história profissional e presença de psicopatologias) (HOLMES; HOLMES, 1996 *apud* KOCSIS, 2006; HOLMES; HOLMES, 2009).

Esses estudos, que recolhem indicadores como o nível intelectual, a biografia, a situação familiar, a sexualidade, os antecedentes penais e psiquiátricos, permitem a descoberta de certas características que possuem maior probabilidade de estarem associadas a atos violentos específicos e particulares. Essa perspectiva do conceito de Perfil Criminal é relativamente consensual entre as várias metodologias de elaboração de Perfis Criminais (KOCSIS, 2006).

A Psicologia Investigativa

Denominada *Investigative Psychology*, a Psicologia Investigativa foi fundada pelo psicólogo britânico David Canter (KOCSIS, 2007). Crítico dos trabalhos do FBI, Canter desenvolveu sua própria corrente designada, por vezes, *statistical profiling*, estabelecendo métodos científicos de investigação e encontrando inspiração na psicologia do ambiente, nomeadamente, nos comportamentos resultantes das interações entre o homem e o seu meio ambiente, mas também na compreensão do crime em geral (CORREIA; LUCAS; LAMIA, 2007).

Segundo Konvalina-Simas (2014), essa abordagem incide sobre o estudo dos aspectos psicológicos do comportamento criminoso que podem ser relevantes para as investigações criminais e civis. A psicologia investigativa preocupa-se com toda a psicologia relacionada com a gestão,

investigação e acusação do crime, e por esse motivo, vai além dos agressores em série mediáticos e da construção de perfis psicológicos, incidindo também sobre a utilização eficaz de informação policial (por meio de entrevistas e registros policiais), o estudo das investigações policiais e o desenvolvimento de sistemas de tomada de decisão para uso policial (KONVALINA-SIMAS, 2014).

A psicologia da investigação, para além das experiências pessoais, tem por objetivo apreender o *Profiling* de maneira sistemática e científica, a fim de auxiliar nos serviços de polícia e relacionar diferentes cenas de crime, com determinados tipos de autores, possibilitando a desmistificação do *Profiling* e definindo-o como um método que permite limitar a lista de sujeitos em uma investigação da Polícia Judiciária e deduzir determinados elementos do retrato psicossocial do criminoso. Portanto, o procedimento está fundamentado na compreensão dos modelos comportamentais do criminoso no local do crime e no modo como esses modelos correspondem ao tipo de agressor em questão (SALFATI, 2001 *apud* CORREIA; LUCAS; LAMIA, 2007).

O perfilamento criminal no Brasil: Críticas e Dificuldades de atuação como perfilador criminal no Brasil

Konvalina-Simas (2014) sugere que o *Criminal Profiling* tem sido uma área relegada aos psicólogos e considerado mais um ‘talento’ do que uma competência que pode ser adquirida e desenvolvida, com parâmetros e pressupostos claros. Isso se deve, em grande parte, ao fato de tratar-se de uma área que carece de produção de bases empíricas que legitimem a sua aplicação.

Em discussões informais com profissionais psicólogos, o que se encontra é o desconhecimento do tema por parte da classe, e mesmo em contato com os órgãos oficiais e conselhos regionais de Psicologia, não se obtém dado algum que aborde a atuação de profissionais como perfiladores criminais (HEUSI, 2016).

Outro argumento de Heusi (2016) é que, mesmo que o perfilamento criminal ainda seja uma área em desenvolvimento, que busca base firme para apoiar-se, o motivo da escassez de trabalhos técnico-científicos a seu respeito pode ser atribuído ao número insuficiente de Psicólogos que, atualmente, estão inseridos na Segurança Pública.

De acordo com Goes Junior (2012), no Brasil, a falta de preparo da Polícia na identificação de crimes cometidos por assassinos em série ficou patente quando o caso dos Emasculados de Altamira foi analisado: 42 meninos assassinados no período de 1989 a 2003, com idades entre 4 e 15 anos, residentes nos Estados do Pará e Maranhão, e que foram vítimas de Francisco das Chagas Rodrigues de Brito, que passou quase 14 anos cometendo esses crimes sem ser importunado pelos Agentes do Estado.

Um banco de dados de caráter nacional, que relacionasse as informações colhidas pelas investigações realizadas pelos Estados, possibilitaria a análise das ocorrências, com a possível comparação de dados e informações, acarretando na identificação do seu *modus operandi*, que consistia em convidar os meninos para caçar passarinhos ou pegar frutas na mata (GOES JUNIOR, 2012).

Heusi (2016) relata que, além da falta de regulamentação da inserção do perfil criminal como prova pericial nos autos – o que pode coibir alguns profissionais de se aventurarem na prática –, pode-se chegar à conclusão de que outro fator de suma importância também é insuficiente no Brasil: a cultura.

Essa falta de cultura sobre a importância da perícia criminal também alcança o trabalho de um perfilador criminal. Se a relevância da ação de um profissional perito de local de crime não é reconhecida, o que pode ser dito a respeito de um psicólogo que levanta “impressões mentais” de tal local? Que incentivos pode receber um perito psicólogo a realizar um perfilamento se não há a cultura e a devida importância da perícia criminal em si, que carece de sua condigna atenção por parte das forças policiais e de seus próprios usuários (HEUSI, 2016)?

Por fim, Heusi (2016) salienta a necessidade de trabalho em equipe, listada como uma dificuldade que prejudica o desenvolvimento da atividade no Brasil. O psicólogo ou profissional perfilador em questão deve trabalhar conjuntamente com as equipes policiais investigadoras. Muitos estados brasileiros têm sua perícia desvinculada da polícia, fato este que afasta a investigação das provas.

MÉTODOS

Delineamento

A pesquisa bibliográfica teve caráter qualitativo do tipo exploratório e interpretativo. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é um tipo de investigação desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos. Seu caráter qualitativo é a “[...] forma de explorar determinado assunto, a partir da interpretação de textos, sendo coletadas informações a fim de aprofundar mais sobre o tema escolhido, buscando compreender os dados obtidos com a teoria utilizada” (GÜNTHER, 2006).

Estudos exploratórios têm o objetivo de possibilitar maior amplitude sobre o assunto investigado, auxiliando no esclarecimento de questões que dão origem às hipóteses (GIL, 2002). O delineamento foi escolhido a partir do objetivo da pesquisa, ou seja, coletar informações em artigos científicos e livros, a fim de explorar as técnicas de criação de perfis criminais.

Esta pesquisadora interessou-se pelo tema por tratar-se de um ineditismo, visto que os trabalhos realizados na área são poucos e praticamente inexplorados no Brasil. A relevância deste trabalho de graduação justifica-se pela contribuição científica aos psicólogos que trabalham nos sistemas jurídicos e penitenciários, e aos alunos de psicologia e direito que estão iniciando a graduação, guiando-os na opção por pesquisa e trabalho em uma área relativamente nova.

A coleta de dados para a elaboração da revisão de literatura foi realizada por meio de artigos científicos encontrados na base de dados do PePsic, Scielo, Periódicos CAPES, livros, dissertações de mestrado, monografias e *sites* de cunho verdadeiro e confiável para a pesquisa. Os estudos realizados demonstraram resultados com os seguintes descritores: psicologia criminal, psicologia jurídica, psicologia e crime, psicologia forense, psicologia criminal, *Criminal Profiling* e psicologia investigativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão da literatura deste trabalho foi feita de forma detalhada, para que os tópicos respondessem aos seus objetivos, proporcionando melhor compreensão sobre o assunto. Tais pontos referem-se a uma breve descrição da história do *Criminal Profiling*, à apresentação de seus principais conceitos e, por fim, a uma explanação das dificuldades e limitações da técnica do *Profiling* no Brasil.

No que diz respeito aos principais conceitos do *Criminal Profiling*, Konvalina-Simas (2014) acredita que, há tempos, as autoridades policiais tentam compreender o comportamento criminal e padronizá-los, a fim de que possam fornecer pistas importantes para a resolução de crimes em investigações criminais. O *Profiling* tem sido alvo de muita atenção por parte da comunicação social e, muitas vezes, é apresentado como uma ciência exata, infalível e fortemente pautada em verificação empírica fidedigna – o que, segundo a autora, nem sempre ocorre.

Kocsis (2006) apresenta o *Profiling* como uma técnica que permite a previsão de prováveis características de um agressor criminoso, ou criminosos, com base nos comportamentos exibidos na prática de determinado crime e, de acordo com outros autores (MONTET, 2002; CORREIA; LUCAS; LAMIA, 2007), na análise de toda a informação recolhida até aquele momento sobre tudo o que envolve o indivíduo e os crimes associados, incluindo os vestígios e as circunstâncias criminais, de modo que o exame desse conjunto de informações propicie a dedução e/ou a indução da imagem psicossocial do indivíduo, da forma mais rigorosa possível.

Toutin (2002), por sua vez, constata que os principais objetivos do *Profiling* são orientar as investigações, com o auxílio das ciências humanas e das ciências criminais, ligar os casos, identificar

crimes com as mesmas características, ajustar as estratégias ao perfil do criminoso e emitir recomendações em vários domínios da criminologia.

Konvalina-Simas (2014) define o *Profiler Criminal* como um técnico da Criminologia e um perito forense, cuja formação deve contemplar, além de um conhecimento aprofundado em Ciências Sociais, Comportamentais e Forenses, uma experiência profissional relevante ao exercício de análise comportamental e interpretação de provas forenses. Em contrapartida, Correia, Lucas e Lamia (2007) destacam que *Profiling* não é uma profissão, pois até agora e a nível internacional, inexistente efetivamente a profissão de *Profiler*, lavrada de acordo com as normas judiciais, sindicalizada e regulamentada legalmente. Trata-se mais de uma especialização, que preenche uma ocupação ou uma atividade profissional indispensável.

A definição dos objetivos do *Profiling* está, em grande parte, dependente da perspectiva ideológica adotada, no entanto, parece haver algum consenso sobre dois temas principais associados a essa técnica: o fato de o *Profiling* fornecer um modelo descritivo das características do provável autor de determinado crime sob investigação, além de informações que auxiliem na investigação criminal de crimes aparentemente sem solução (KOCSIS, 2006).

O último tópico deste trabalho apresenta as dificuldades e limitações das técnicas do *Criminal Profiling* no Brasil. Heusi (2016) relata que, no país, não há registros de profissionais que trabalhem na área, exercendo a função de perfilador criminal. A literatura sobre o tema também é quase escassa, quase inexistente. O que se tem são estudos e referenciais teóricos advindos de outros países, mas nenhum material que aborde, ou mesmo regulamente, o uso da técnica em solo brasileiro.

Heusi (2016) afirma que, além da falta de regulamentação da inserção do perfil criminal como prova pericial nos autos, pode-se chegar à conclusão de que outro fator de suma importância também é insuficiente no Brasil: a cultura pericial. Um exemplo citado pelo autor é a falta de respeito, atrelada à noção de importância do trabalho pericial, como pode ser percebido na desconsideração do local de um crime, que é facilmente violado por populares e pela própria força policial.

Goes Junior (2012) complementa sinalizando para a necessidade de modificações e incrementos nas técnicas de Investigação Policial que passem pelo processo de formação e aperfeiçoamento do Investigador de Polícia, visando capacitá-lo a entender, colher dados e formular informações que apontem para autores de crimes cometidos por portadores de algum tipo de transtorno mental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, foi possível perceber que a Psicologia Investigativa trouxe a importância da relação entre os aspectos psicológicos e o crime, versando, assim, uma compreensão

sobre o motivo pelo qual o delito fora concretizado. Para tanto, fica clara a preponderância da técnica de *Criminal Profiling*, subsidiária no processo investigativo e nos estudos sobre personalidade e conduta criminoso, além de abranger aspectos da vitimologia – componente adjunto à dinâmica do crime.

Para a elaboração do perfil criminal, é importante juntar o maior número de dados possível, tanto da cena do crime quanto do criminoso e da vítima. Essas informações surgem no decorrer da investigação e precisam ser minuciosamente estudadas, pois a resposta do crime pode estar em um detalhe que, caso o profissional não esteja preparado, pode passar despercebido. É importante citar que o *Profiling* é mais eficaz como um complemento para as técnicas tradicionais de investigação, e não como uma solução independente para a resolução de crimes específicos.

A capacitação de profissionais envolvidos na área, como policiais, psicólogos, delegados, investigadores, entre outros, é fundamental para que estes possam aprimorar seus conhecimentos, podendo, inclusive, prevenir ataques futuros, pois os comportamentos são repetidos pelo agressor em diferentes situações.

Notou-se, ao longo deste estudo, que em termos nacionais, há determinada carência no reconhecimento da importância da Psicologia Investigativa. Mesmo diante da escassez de regulamentação técnica do laudo oriundo do levantamento de um perfil criminal, se a prática em tal área fosse mais vivenciada, divulgada e expandida, poderia estar prescrita e protegida nas lacunas do regimento tanto do Código de Processo Penal quanto do Conselho Regional de Psicologia.

Ilustrando a ausência de cultura e de regulamentação técnica, além da necessidade de coesão entre perícia/perfilamento e polícia, Turvey (2012 *apud* HEUSI, 2016), brilhantemente, desfecha: “A técnica do perfilamento criminal continua a sofrer nas mãos daqueles que menos a entendem”.

Dessa forma, torna-se necessária a realização de pesquisas no campo da Psicologia Investigativa, de modo a favorecer sua desmistificação para que, então, componha o rol de campos do saber que permeiam as equipes de investigação criminal no Brasil.

REFERÊNCIAS

AINSWORTH, P. **Offender Profiling and Crime Analysis**. United Kingdom: Willan Publishing, 2001.

BRASIL. **Lei nº 5.869**, de 11 de janeiro de 1973. Institui o Código de Processo Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15869.htm>. Acesso em: 15 ago. 2021.

CANTER D. Offender profiling and criminal differentiation. **Journal of Criminal and Legal Psychology**, v. 5, i. 01, 2000.

CANTER, D. Offender profiling and investigative psychology. **Jornal of Investigative Psychology and Offender Profiling**, v. 1, p.1-15, 2004.

CONSTANZO, M.; KRAUSS, D. **Forensic and Legal Psychology: Psychological Science Applied to Law**. New York: Worth Publishers. 2012.

CORREIA, E.; LUCAS, S.; LAMIA, A. Profiling: uma técnica auxiliar de investigação criminal. **Análise Psicológica**, v. 25, n. 4, p. 595-601. Lisboa. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087082312007000400005>. Acesso em: 12 abr. 2020.

FERNANDES, N.; FERNANDES, V. **Criminologia integrada**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 1995.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus Pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-210. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

HEUSI, T. R. O Perfil Criminal Como Prova Pericial no Brasil. **Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics**. v. 5, n. 3, p. 232-250. 2016. Disponível em: <<https://www.ipebj.com.br/bjfs/index.php/bjfs/article/view/632/702>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

GOES JUNIOR, C. M. A importância da psicologia criminal na investigação policial. **Cógitto**, v. 13, p. 32-40. 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cogito/v13/v13a05.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

KOCSIS, R. N. **Criminal profiling: international theory, research, and practice**. Edt. Pringer Science & Business Media. 2007.

KONVALINA-SIMAS, T. **Profiling Criminal**. 2ª. ed. Rei dos Livros, 2014.

MAIA, L.; MARGAÇA, C.; SARAIVA, J. Evolução histórica do Profiling: o misterioso caso de Jack Ripper. **Revista de Criminologia e Ciências Penitenciárias**, v. 4, n. 1, p. 1-23. 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/317850588_Evolucao_Historica_do_Profiling_O_misterioso_caso_de_Jack_the_Ripper>. Acesso em: 12 ago. 2021.

MAIA, F. S. **Criminalística Geral**. Fortaleza, CE. 2012. Disponível em: <http://tmp.mpce.mp.br/esmp/apresentacoes/I_Curso_de_Investigacao_Criminal_Homic%C3%ADdio/02_Criminalistica_Geral_29_11_2012.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

PATHERIC, W.; TURVEY, B.; FERGUSON, C. **Forensic Criminology**. 2ª ed. USA: Elsevier Academic Press. 2010.

SOEIRO, C. Os perfis criminais: Contornos e aplicabilidade de uma técnica forense. **Ousar Integrar – Revista de Reinscrição Social e Prova**, v. 4, p. 1-12. 2009.

TORNAGHI, H.. **Instituições de Processo Penal**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1978.

TURVEY, B. **Criminal profiling: an introduction to behavioral evidence analysis**. San Diego: Academic Press. 2012.

2 - A EXPERIÊNCIA E O SIGNIFICADO DO PROCESSO DE ADOÇÃO SOB A ÓPTICA DA FAMÍLIA ADOTIVA

Tatiane da Silva Monteiro
Adriana Leonidas de Oliveira

INTRODUÇÃO

No Brasil, a adoção é um tema muito debatido atualmente e vem levantando inúmeras discussões no decorrer dos anos, pois mesmo havendo mudanças significativas dentro desse processo, há muito a ser feito para ajustar o sistema (SILVA, 2012).

A adoção pode ser percebida como uma das formas de garantir a sobrevivência e o desenvolvimento de crianças cujos genitores não estão presentes ou aptos para exercer o cuidado necessário (SOLON, 2006). Adotar gera a possibilidade de tornar filho, de forma legal e definitiva, alguém que foi concebido por outras pessoas; trata-se também de ato jurídico, com o propósito de criar, entre duas pessoas, relações jurídicas idênticas que possuem efeitos tão importantes quanto uma filiação de sangue (OST, 2009).

Sabe-se que a convivência familiar e a inserção em um contexto social têm um papel importante no desenvolvimento de qualquer indivíduo. A adoção se estabelece como uma oportunidade para a criança de garantir cuidados dentro do seio familiar e permitir a reconstrução de sua identidade. No presente, a preocupação é de atender às necessidades do adotando, no caso, da criança, assegurando-lhe um lar adequado para o seu desenvolvimento social.

É importante salientar que já não se define a adoção como uma afiliação de segunda categoria ou apenas como um último recurso. Previamente, é possível defini-la como outra possibilidade de constituir uma família, que pode trazer resultados tão prazerosos quanto uma filiação biológica. Dessa forma, entende-se que o processo de adoção segue uma linha própria e que existem experiências e significados que integram essa família e que precisam ser compreendidos e elaborados dentro do processo como um todo.

Ademais, a atuação do psicólogo no processo de adoção é indispensável, pois é por meio dela que existe disponibilidade para escuta e conscientização da família candidata à adoção, auxiliando no seu percurso e possibilitando um desenvolvimento mais saudável dos adotandos.

O presente trabalho tem como objetivo compreender a experiência e qual o significado do processo de adoção sob a perspectiva da família adotante.

Na próxima seção, apresenta-se uma breve contextualização teórica sobre os temas adoção e família para, posteriormente, explicar o método da pesquisa de campo e os resultados alcançados e discutidos à luz da teoria.

REVISÃO DA LITERATURA

Adoção

O ato de adotar pode ser considerado uma das práticas mais antigas da civilização humana. Aparentemente, acolher representantes da mesma espécie, ainda mais quando estes possuem menor idade, é algo comum do ser humano, de modo a ser tão natural e coerente como a filiação biológica (SENA, 2018).

O tema adoção surgiu na legislação brasileira no ano de 1828, como uma forma de ajudar os casais que eram inférteis (PAIVA, 2004 apud MAUX; DUTRA, 2010). A associação da adoção como uma saída para esses casais recebeu influência cultural dos ancestrais, mas é sabido que tal forma de filiação não é exclusiva para solucionar o caso de casais que não podem gerar filhos (MAUX; DUTRA, 2010).

Juridicamente, a adoção é vista como um procedimento legal que consiste em delegar todos os direitos e deveres de pais biológicos para uma família substituta, concedendo à criança e ao adolescente todos os direitos e deveres de filho, somente quando forem esgotados todos os recursos para que a convivência com a família original seja mantida.

Para Rodrigues (1995), na esfera do Direito Romano, a adoção é definida como “*adoptio est actus solemnus quo in loco filii vel nepotis adscicitur qui natura talis non est*”, ou seja, a adoção é o ato solene pelo qual se admite em lugar de filho quem, pela natureza, não é (RODRIGUES, 1995 apud SILVA, 2012, p. 22). Logo, quando o processo de adoção é mencionado, este é, normalmente, relacionado à questão do processo jurídico em si, e esse pensamento vem de muitos anos. Sob a óptica do judiciário, as famílias candidatas à adoção eram vistas apenas como um processo, contudo, Cruz (2007) entende que existe uma urgência em humanizar o processo de formação de uma família por meio da adoção.

Diniz (2010 apud SILVA, 2012) define a adoção por meio de um conceito mais amplo de aspecto social, afetivo e moral. Segundo o autor, ela não se resume apenas à possibilidade de oferecer àqueles que, por motivos de infertilidade, não podem gerar um filho, a oportunidade de tê-lo, seja por piedade da criança ou para aliviar sua solidão: a adoção permite que a criança pertença a uma família, na qual ela se sinta acolhida, protegida, segura e amada, atendendo plenamente às suas reais

necessidades (DINIZ, 2010 apud SILVA, 2012), afinal, uma criança tem como característica precursora a dependência do outro para sobreviver (SOLON, 2006).

No Brasil, a narrativa sobre a adoção tem um percurso extenso e se faz presente desde a época da colonização, quando aparece como uma forma de caridade, em que os mais favorecidos prestavam assistência aos menos favorecidos. As famílias brasileiras tinham como hábito criar os chamados “filhos de criação”, mas essa situação não era formalizada e a permanência dessas crianças servia como uma oportunidade de possuir mão de obra gratuita (PAIVA, 2004).

Atualmente, é preciso refletir sobre o debate relacionado ao abandono e à adoção de crianças e adolescentes, pois este expressa uma ressignificação de valores, esclarece crenças que geram limites e repensa o que, de fato, é mais importante – o interesse da criança e do adolescente (SILVA, 2012).

Quando são abordados os tipos de adoção, de forma jurídica, não há distinções, todavia, existem as consideradas “adoções difíceis”, pois, no país, crianças com idades mais avançadas encontram menor interesse de adoção. Por essa razão, existe uma longa espera durante todo o período do processo adotivo e a destituição do Poder Familiar geralmente acontece quando a criança já possui uma idade mais difícil para ser adotada.

Entre os tipos aqui praticados, tem-se a adoção de grupos de irmãos, a adoção de portadores de HIV, de portadores de deficiências mentais e as adoções inter-raciais (MENDES, 2007). Também existem as adoções tardias (relacionados à adoção de crianças maiores de dois anos), o que leva a pensar que a adoção seja um privilégio de recém-nascidos e bebês.

Outro tipo de adoção é a pronta e direta, quando a genitora opta por quem deseja entregar o seu filho. A mãe biológica procura a Vara da Infância e da Juventude, juntamente com o pretendente à adoção, para legalizar um convívio que já esteja, de fato, acontecendo. Vale esclarecer que essa forma de adoção gera bastante discussão.

Existe ainda a adoção à brasileira, expressão usada para designar uma forma de procedimento que desconsidera os trâmites legais (SILVA, 2012). Por fim, dentre tantos tipos de adoção, a ideal é aquela que possibilita a vida em família, para que as crianças e os adolescentes, de qualquer faixa etária e que não possuem um lar, tenham qualidade de vida e consigam vivenciar seu desenvolvimento psicofísico (SILVA; ROBERTO, 2003 apud SILVA, 2012).

Família e adoção - Breve definição de família

A família pode ser compreendida como a unidade social mais antiga da sociedade. Antes de as pessoas se organizarem em uma comunidade sedentária, ela era um grupo de pessoas ligadas por um ancestral comum ou pelo casamento. Sob a liderança do "patriarca", todos os seus membros assumiram obrigações morais entre si e pertenciam à mesma comunidade, e todos os seus

descendentes possuíam uma identidade cultural e hereditária comum. Com o crescimento dos territórios e populações, essas entidades familiares começaram a se unir e formar a primeira tribo, grupos sociais compostos por descendentes (CUNHA, 2009 apud ROSSI; HAMMARSTRON; ZANATTA, 2017).

Uma das definições de família pode ser descrita a partir do Ciclo Vital Familiar, que, segundo Cerveny e Berthoud (2010), contempla quatro etapas: Fase de Aquisição, Fase Adolescente, Fase Madura e Fase Última. Portanto, o Ciclo Vital Familiar está ligado às fases que as famílias vivenciam enquanto sistema, desde a sua constituição até o falecimento de um dos membros que a iniciou.

O sistema familiar é caracterizado como o mais importante da vida de uma pessoa, desse modo, é preciso uma compreensão ampliada do sistema, unindo o contexto social, o cultural e o econômico (CERVENY; BERTHOUD, 2002).

A configuração familiar pode ser definida em termos dos diferentes arranjos e disposições dos membros que compõem uma família. Esse conceito diz respeito ao conjunto de pessoas que compõem o núcleo familiar; tal ordenação envolve desde o modelo tradicional (parentesco e consanguinidade) até maneiras mais complexas que coincidem na sociedade, portanto, o alicerce da composição do núcleo familiar pode ser definido muito além dos fatores biológicos e legais (WAGNER; TRONCO; ARMANI, 2011).

Hoje em dia, existem diversas formas de estrutura familiar, porém, a família continua sendo o primeiro grupo ao qual o indivíduo pertence. Até pouco tempo, o modelo de família era constituído pelo pai, pela mãe e por seus filhos, e este era caracterizado pela sociedade como o modelo ideal. Dessa forma, os demais grupos familiares que não seguiam esse padrão eram considerados “inadequados”.

A organização familiar, no decorrer dos anos, sofreu transformações (TABORDA, 2014). Assim, delinear um perfil único da família brasileira não seria adequado, pois o conceito de família se diversificou ao longo dos anos. Contudo, algumas características são salientadas, como a diminuição do número de membros, o aumento de divórcios e recasamentos, a maior participação da mulher na manutenção econômica do lar, casais de dupla carreira e diferentes formas de compartilhar papéis nas funções parentais, dentre outras (WAGNER; TRONCO; ARMANI, 2011).

Atualmente, não existe um formato padrão de família, o que torna desafiadora a busca por uma definição, tendo em vista uma abrangente gama de configurações possíveis (SANTOS; CERVENY, 2013).

Família e adoção - A família no processo de adoção e a atuação do psicólogo

A adoção traz consigo inúmeras peculiaridades. Desse modo, no curso da vida, a família adotiva se depara com desafios, assim como as famílias biológicas, apesar de ambas serem formadas de modo diferente, incluindo o fato de que toda criança adotada pertence a duas famílias. Isso não exclui, no entanto, o fato de que a família adotiva é uma das expressões de relações humanas capaz de suprir as necessidades do adotando (RAMPAGE et al., 2016).

Os mitos e os preconceitos enraizados na sociedade no que se refere à adoção estão perdendo força, pois as famílias adotivas vêm alcançando, pouco a pouco, maior visibilidade, abandonando a clandestinidade (SCHETTIN; AMAZONAS; DIAS, 2006).

É bem verdade que as famílias adotivas trazem consigo um repertório de ansiedades e frustrações durante o processo de adoção, à espera da chegada do filho adotivo, pois, diferentemente dos pais que possuem filhos biológicos, o casal pretendente à adoção passa por um extenso processo de avaliação e determinações jurídicas até o momento da filiação, o que demanda muito dessa família que, posteriormente, ainda precisará aprender a lidar com todas as experiências da criança (MENDES, 2007).

Portanto, como parte do procedimento regular, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina que exista uma fase de preparação das famílias candidatas à adoção. Regulamentado do art. 197-A ao art. 197-F do mencionado estatuto, o alvo do processo de habilitação é comprovar a capacidade dos pretendentes para se tornarem pais. Isso é feito por meio da análise da documentação dos adotantes e por entrevistas realizadas pela equipe técnica interprofissional das Varas de Infância e Juventude. Somente depois de concluir o processo de habilitação, os pretendentes são declarados aptos e são inseridos no Cadastro Nacional de Adoção (ISHIDA, 2018).

Para Winnicott (1983 apud ALVARENGA; BITTENCOURT, 2013), um ambiente suficientemente bom pode ser definido a partir da capacidade dos cuidadores de proporcionar segurança frente às possíveis crises e testes que a família irá enfrentar, permitindo que estas aconteçam, mas não afetem a estabilidade do lugar. Diante disso, a adoção de uma criança exige capacidade de adaptação.

Segundo Trindade (2002 apud UBA; KOESTER, 2012), no que concerne ao aspecto psicológico, os pais são cooperadores importantes no desenvolvimento sadio da criança e é na família que se estabelecem as primeiras relações de objeto, sobre os quais se pauta todo o desenvolvimento posterior do indivíduo.

A motivação dos pais é vista como algo importante a ser considerado. É notável a presença dos mesmos motivos, contudo, podem existir diferentes motivações e, não necessariamente, uma é

melhor do que a outra, visto que a motivação principal para a adoção aparece como o desejo de ter filhos (COSTA; CAMPOS, 2003).

O adotando, ao entrar na família adotiva, não deixa de ter os pais biológicos como genitores e carrega consigo toda uma vivência anterior ao processo de adoção que não pode ser negada, ou seja, para que essa criança tenha um desenvolvimento psíquico saudável, suas vivências precisam ser integradas ao seu novo estilo de vida, juntamente com sua família atual. Dessa forma, é indispensável que os candidatos a pais estejam conscientes dessas questões durante o processo de adoção, que podem ser dificultadas por processos de negação vinculados a dificuldades inconscientes dos adotantes (SCHETTIN; AMAZONAS; DIAS, 2006).

O infante chegará ao seio familiar trazendo consigo vínculos afetivos de diferentes naturezas, além de extremas rupturas afetivas, e assim terão início os novos vínculos familiares. O bebê, quando adotado logo no início de sua vida, não chega à família com experiências de vinculações relevantes como a criança, que demanda cuidados especiais por parte dos seus novos pais para estabelecer as novas ligações afetivas que, certamente, serão afetadas pelas vivências anteriores (MENDES, 2007).

Assim como a família biológica, a família adotiva possui uma essência, com características diversas que não devem ser perdidas de vista. Assumir, de fato, um filho adotivo é, ao contrário, não esquecer e não negar ao adotado a história de suas origens – aliás, não é pelo fato de ter o mesmo sangue que o amor será garantido, nem mesmo o sucesso da relação. O amor de uma família adotiva é construído exatamente da mesma forma que o de uma família biológica (WEBER, 1996).

Diante do exposto, o acompanhamento psicológico para as famílias que pretendem a adoção torna-se indispensável, pois é por meio da atuação do profissional que estas famílias poderão se preparar emocionalmente para a chegada do adotando, discernindo os sentimentos presentes durante e após todo o processo de adoção.

Assim como no pré-natal de uma gravidez biológica, na gravidez do coração também é necessário que exista um cuidado com o físico e com o emocional. Na adoção, existe a chamada gestação do coração, uma gravidez que não é visível. Nesse caso, o acompanhamento psicológico é estabelecido como o pré-natal, essencial ao preparo dos pais na chegada do futuro filho. Pelo casal, são vivenciados sentimentos que podem prejudicar, significativamente, sua saúde e a preparação para a chegada do adotando, como os medos, o estresse e a ansiedade, além da sensação de solidão provocada por essa espera. Os pais precisam de um suporte consistente, profissional e imparcial, que ofereça orientação nesse período, pois a caminhada até a filiação é difícil e exige aprendizados e amadurecimento durante todo o processo (CRUZ, 2017).

Para Madeira, Gomes e Santos (2014 apud SILVA; TOKUDA, 2018), o psicólogo, no processo adotivo, fornece um parecer positivo ou negativo em relação ao pretendente à adoção, por

meio do uso de técnicas que visam uma análise mais aprofundada da pessoa interessada em adotar. Além disso, o psicólogo tem a função de nortear o trabalho do juiz e dos promotores sobre a saúde mental dos futuros pais, avaliando se estes estão aptos a assumir a difícil tarefa de criar e educar os filhos.

O psicólogo atua de modo a conscientizar os pais sobre suas expectativas, diferenciando-as da criança idealizada e da criança real, proporcionando, dessa forma, uma adaptação mais adequada à chegada do filho adotivo (SILVA, 2015).

Percebe-se que a psicologia tem cada vez mais ênfase dentro desse processo, exercendo um papel fundamental, aproximando os seres humanos e facilitando o processo de adoção. Esse fato vem se tornando muito mais presente na vida das pessoas, favorecendo a construção de uma sociedade mais humanizada (BRASIL, 1990).

MÉTODO

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa de estudo de caso. A pesquisa qualitativa pode ser descrita como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentados pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características ou comportamentos (RICHARDSON, 2012).

A metodologia do estudo de caso consiste no exame profundo de um ou de poucos objetos, de modo a possibilitar um conhecimento amplo e detalhado. Segundo Yin (2005 apud GIL, 2008), por meio do estudo de caso, investiga-se, de forma empírica, um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência.

O estudo de caso foi realizado na cidade de Taubaté, município do interior do estado de São Paulo. Em razão da pandemia do Covid-19, seu desenvolvimento foi feito de forma remota. As famílias foram recrutadas por meio de indicação do Grupo de Apoio à Adoção Gerados no Coração – Taubaté (GAAGCT), que oferece apoio e orientação às famílias que vivenciam o processo de habilitação à adoção e/ou famílias que já são formadas pela adoção. O grupo possui em torno de 30 a 70 pessoas participantes.

Foram entrevistadas três famílias que já passaram pela experiência e enfrentaram o processo de adoção. Os critérios de inclusão estabelecidos envolveram famílias que participam do grupo de apoio à adoção e que já tenham adotado uma criança; o nível socioeconômico, o número de pessoas integrantes da família e a idade do adotando não foram usados como critério. A entrevista foi realizada com um dos pais ou com ambos.

Como instrumento para coleta de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada. Trata-se de um conjunto de técnicas para investigação, com tempo delimitado e dirigido por um entrevistador focado em descrever e avaliar aspectos pessoais (CUNHA, 2020).

Para definir a entrevista semiestruturada, Gil (2008) emprega a terminologia entrevista por pautas, que tem como característica um grau de estruturação, pois é guiada por uma relação de pontos que interessam o entrevistador ao longo da conversa; este é responsável por fazer algumas perguntas diretas, permitindo que entrevistado fale livremente à medida que se refere às pautas propostas, preservando a espontaneidade do processo.

Os dados coletados foram analisados por meio das técnicas qualitativas do método de análise de conteúdo, largamente adotado por todas as ciências humanas e que, no decorrer do tempo, tem se transformado em um instrumento importante para o estudo da interação entre os indivíduos (RICHARDSON, 2012).

Segundo Moraes (1999), essa análise contribui para reinterpretar as mensagens e atingir um entendimento de seus significados em uma proporção que está além de uma leitura comum, pois constitui uma metodologia de pesquisa utilizada para descrever e interpretar o conteúdo de toda uma classe.

No que se refere à abordagem qualitativa, é preciso interpretar os dados obtidos, descrever a realidade de forma completa e revelar os pontos de vista acerca do objeto estudado. Essa análise ocorreu a partir de três etapas: pré-análise (organização do material), categorização (codificação e construção das categorias temáticas) e interpretação (realizada à luz da teoria que embasa a pesquisa) (OLIVEIRA, 2007).

Os resultados serão apresentados, primeiramente, caso a caso (análise vertical) e, posteriormente, discutidos entre casos (análise horizontal) (OLIVEIRA, 2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os quadros que se seguem retratam os principais elementos envolvidos em todo o processo de adoção e no momento de filiação entre a família e a criança, com base nos casos descritos na presente pesquisa. Ressalta-se que os nomes apresentados são fictícios

A Família Céu é composta por três integrantes: um menino de seis anos, estudante, adotado há cinco meses, a mãe de 32 anos e o pai de 37 anos. Casados há 15 anos, ambos são trabalhadores autônomos, representantes de vendas, possuem ensino médio completo e são brasileiros, residentes na cidade de Taubaté, São Paulo.

A Família Sol é formada pela mãe de 45 anos, pelo pai de 47 anos e pela filha de três anos, que é estudante e está na família há oito meses. A mãe e o pai possuem ensino superior completo, são casados, brasileiros e também residem em Taubaté. Ambos são funcionários públicos.

Mais numerosa, a Família Lua conta com cinco integrantes. O pai, de 41 anos, e a mãe, de 39 anos, são casados há 11 anos. O casal viveu três perdas gestacionais e, após dar início ao processo de adoção, a mãe engravidou nesse mesmo período. Dessa forma, um dos filhos é biológico, com um ano e um mês, e os outros dois são adotivos, sendo uma menina de oito anos e um menino de seis anos, ambos estudantes, adotados há um ano e 10 meses. Todos são brasileiros e residentes em Taubaté, São Paulo. No momento, o pai está desempregado, terminando o ensino superior; a mãe trabalha em uma empresa e possui ensino superior completo.

O Quadro 1 apresenta os elementos da categoria Motivação para adotar e o processo de tomada de decisão para posterior discussão.

Quadro 1 – Elementos centrais da categoria Motivação para adotar, processo de tomada de decisão e os sentimentos mais presentes

CATEGORIA: MOTIVAÇÃO PARA ADOTAR, PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO E OS SENTIMENTOS MAIS PRESENTES	
PARTICIPANTES	ELEMENTOS CENTRAIS
Família Céu	<ul style="list-style-type: none"> - Desejo de adotar - Sentimento de amor - Sentimento de ansiedade - Descrença devido ao tempo de espera - Sentimento de satisfação
Família Sol	<ul style="list-style-type: none"> - Sonho de ser mãe - Dificuldade de engravidar - Influência por conta de pertencer a uma família grande - Desejo de adotar - Se doar ao outro - Sentimento de angústia - Espera - Sentimento de ansiedade - Receio em relação ao fator da idade e à velhice - Sentimentos de medo e preocupação
Família Lua	<ul style="list-style-type: none"> - Desejo de adotar - Sentimento de ambivalência por conta de outras prioridades - Gestações interrompidas - Parar de adiar esse momento de afiliação - Grupo de apoio no início do processo - Sentimento de comparação do adotando relacionada à outra família - Sentimento de frustração frente ao esperado - Sentimento de derrota - Aceitação - Ambivalência - Sentimento de satisfação

Fonte: Dados da pesquisa.

Dentre os elementos centrais presentes nesta categoria, nota-se que o desejo de adotar aparece nos três relatos. Reflete-se, então, que essa motivação dos pais é vista como algo importante a ser considerado. Pode haver diferentes motivações para adoção e, não necessariamente, uma é melhor do que a outra, pois a motivação principal dos pais aparece como o desejo de ter filhos (COSTA; CAMPOS, 2003).

Por outro lado, existe a vontade de adotar uma criança pelo ato em si, de modo a ajudar o próximo e por sempre ter desejado a adoção, o que, segundo pesquisa realizada por Weber (1998), é mais frequente no grupo de pais não brasileiros. A ideia de se doar ao outro também é identificada; a família sente que adotar é um ato de solidariedade para com a criança, por meio do amor. Alguns adotantes descrevem o desejo de promover o bem-estar infantil como uma de suas principais intenções, que pode variar entre "[...] a adoção é uma forma de resolver problemas sociais" ou "[...] queremos cooperar e dar uma casa às crianças" (WEBER, 1998, p. 92 apud REPPOLD; HUTZ, 2003).

Nesse momento de decisão dos pais, percebe-se, nos casos estudados, que cada família vivencia suas particularidades, como a experiência das gestações interrompidas ou a dificuldade de gerar um filho biológico. Esse dado é convergente com o que afirma Weber (1998), quando relata que a adoção pode, ainda, ser realizada como uma solução em relação à ausência de filhos biológicos. Entretanto, a autora traz a reflexão de que, se somente a infertilidade ou a incapacidade biológica de gerar um herdeiro são os motivos para que os pais optem pela adoção, é importante, inicialmente, romper e cuidar dessas problemáticas, elaborando as perdas das funções reprodutivas e do laço sanguíneo (WEBER, 1996).

O casal necessita de um acompanhamento que ofereça suporte para a formação da família, orientando quanto ao processo (EBRAHIM, 2001). Outro fator que influencia é o sonho de ser mãe. Para a psicanálise, a mulher pode estar grávida e não ter o filho na sua cabeça, pode não ter filhos, porém, sentir-se mãe, pode desejar a gravidez e não querer ser mãe de fato. As crenças maternas criam a ilusão de uma satisfação real e, constantemente, oculta uma zona enigmática para a mãe (MARCOS, 2017).

As famílias entrevistadas nesta pesquisa revelaram sentimentos como ansiedade, angústia e frustração. Mendes (2007) afirma que as famílias adotivas trazem consigo um repertório de ansiedades e frustrações durante o processo de adoção e à espera da chegada do filho adotivo. O significativo “amor” teve bastante evidência no relato das famílias, pois adotar é amar uma criança gerada no coração, é uma manifestação de afeto profundo, reconhecendo nela as marcas da dedicação dos pais, e não da genética.

No Quadro 2, observam-se os elementos da categoria Dificuldades e desafios no processo de adoção.

Quadro 2 – Elementos centrais da categoria Dificuldades e desafios no processo de adoção

CATEGORIA: DIFICULDADES E DESAFIOS NO PROCESSO DE ADOÇÃO	
PARTICIPANTES	ELEMENTOS CENTRAIS
Família Céu	<ul style="list-style-type: none"> - Tempo de espera - Falta de apoio - Demora desnecessária - Dificuldades devido ao tempo de institucionalização - Desenvolvimento prejudicial da criança - Sentimento de descrença
Família Sol	<ul style="list-style-type: none"> - Tempo de espera - Desistência por conta da demora do processo - Sentimento de medo - Incerteza e dúvidas - Aprendizado durante o processo - Ansiedade e preocupações - Pensamentos que atormentam e machucam
Família Lua	<ul style="list-style-type: none"> - Questão da distância em relação ao adotando - Tempo de espera - Grupo de apoio como porta de acesso para a filiação - Demora do sistema - Sentimento de ambivalência e frustração

Fonte: Dados da pesquisa.

O tempo de espera durante o processo de adoção é considerado um grande desafio pelas três famílias. Os pais passam por um período de espera e, diante disso, estão em uma fase de transição para a parentalidade; nesse interim, surgem inúmeros pensamentos e sentimentos, entre eles, a tendência a imaginar a criança, em decorrência das características que foram escolhidas por meio do cadastro no Fórum (WEBER, 2004).

A partir de então, a espera pelo filho adotivo transforma-se em sofrimento, aumenta as fantasias relativas à adoção e à demora, e gera inúmeros questionamentos, pois é sabido que tal situação carrega um grande peso para o casal; logo, surgem sentimentos de medo, dúvidas e incertezas. O momento de idealização do filho e da relação a ser estabelecida com ele desencadeia sentimentos de ansiedade e ambivalência para o casal (HUBER; SIQUEIRA, 2010).

Isto posto, é possível relacionar a demora desnecessária do sistema, que foi uma das queixas trazidas pelas famílias, e as dificuldades enfrentadas em decorrência do tempo de institucionalização, o que é visto como algo prejudicial para o desenvolvimento da criança pelas famílias da presente pesquisa. Mendes (2007) afirma que o tempo de institucionalização vivenciado pela criança

provavelmente deixa marcas em sua constituição psíquica, contudo, apesar da vontade de imprimir agilidade aos processos de adoção, para que esse tempo não seja desnecessário, é preciso considerar o período em que a criança viveu no abrigo, pois há uma história de vínculos, experiências e perdas.

Ademais, observa-se o aprendizado durante o processo de adoção, mesmo diante de pensamentos que chegavam a machucar o casal na espera pela chegada do filho. Na adoção, Cruz (2007) traz o conceito “gestação do coração”, uma gravidez que não é visível e que inclui o acompanhamento psicológico estabelecido como o pré-natal, essencial ao preparo dos pais para a chegada do futuro filho. Pelo casal, são vivenciados sentimentos que podem prejudicar, significativamente, sua saúde e a preparação para a chegada do adotando.

O Quadro 3 retrata os elementos da categoria Preparação e apoio psicológico durante o processo de adoção.

Quadro 3 – Elementos centrais da categoria Preparação e apoio psicológico durante o processo de adoção

CATEGORIA: PREPARAÇÃO E APOIO PSICOLÓGICO DURANTE O PROCESSO DE ADOÇÃO	
PARTICIPANTES	ELEMENTOS CENTRAIS
Família Céu	<ul style="list-style-type: none"> - Grupo de apoio - Conhecimento e preparação no processo - Trabalhar a espera - Mudanças - Importância de um apoio psicológico e de acompanhamento psicológico - Adquirir aprendizado - Traumas
Família Sol	<ul style="list-style-type: none"> - Sentimento de agitação - Frustração frente ao esperado - Preocupação com o adotando - Suprir as necessidades da criança - Acolhimento - Grupo de apoio - Cumplicidade entre o casal - Sentimento de ansiedade - Importância de um apoio psicológico e acompanhamento psicológico
Família Lua	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de tempo - Sentimento de agitação - Pouco preparo, gerando uma situação traumática - Dúvidas - Questão financeira - Adaptação - Falta de apoio psicológico - Importância de um apoio psicológico e acompanhamento psicológico - Falha no sistema - Mudanças - Comparação em relação à outra vivência - Não aceitação da nova família por parte do adotando

Fonte: Dados da pesquisa.

Evidencia-se que, para as três famílias, o grupo de apoio é um grande aliado na preparação das famílias ao longo do processo. Assim, o acompanhamento psicológico é de extrema importância para auxiliar os pais nesse momento de escolha, como foi afirmado pelas famílias entrevistadas.

Ademais, salienta-se a relevância do apoio psicológico, que proporciona a essas famílias a possibilidade de percorrer o caminho até a chegada da criança de forma mais favorável. Esse dado

corroborar com as afirmações de Levinzon (2004), de modo que o grupo de apoio à adoção vem a ser um lugar de preparação, diálogo e alívio da tensão típica desse período de espera, questionando muitas de suas ideias.

Tanto o grupo de apoio quanto o acompanhamento psicológico são indispensáveis para que os pais possam trabalhar essas questões referentes à particularidade do processo de adoção em espaços adequados, onde as diferenças possam ser explicadas detalhadamente para serem incorporadas à singularidade da parentalidade (SCHETTINI; AMAZONAS; DIAS, 2006).

O trabalho do psicólogo tem grande importância e torna-se evidente em processos de adoção, pois entende que cada caso possui suas particularidades e demandas. A possibilidade de trabalhar o tempo de espera e adquirir aprendizado no processo significa que, diante de todo o processo de adoção, foi possível compreender a importância do grupo, facilitando a trajetória do casal nesse momento. Schettin, Amazonas e Dias (2006) relatam que os grupos de apoio permitem a aquisição de aprendizado diante de todo o processo até a chegada da filiação, construindo uma identificação entre os candidatos à adoção e trocando experiências entre si.

Muito recorrente nas adoções tardias, podem existir comparações relacionadas à outra vivência com os genitores. De acordo com Vargas (1994 apud WEBER, 1998), a adoção tardia pode tanto obter sucesso quanto fracasso, assim como tudo na vida. Isso vai depender da capacidade de suporte, entrega e trocas afetivas entre a criança e os pais. Para o autor, as dinâmicas familiares de adoções tardias carregam consigo algumas características especiais que precisam ser notadas, mas que, com preparação e acompanhamento, são perfeitamente positivas.

Mendes (2007) acredita que a criança chega ao seio familiar trazendo consigo vínculos afetivos de diferentes naturezas, além de extremas rupturas afetivas; assim, iniciam-se os novos vínculos familiares e o sentimento de comparação do adotando relacionado à outra família.

Por medo de serem rejeitados pelos filhos, muitos pais decidem não falar sobre a adoção e sobre a vivência da criança com a família biológica. A verdadeira consequência dessa decisão é a introdução de histórias fictícias, o que significa criar mentiras frequentes para preencher as lacunas. O casal imagina que o adotando pode querer "trocar" os pais adotivos por seus pais biológicos, gerando comparações entre eles e dificultando o estabelecimento de restrições e regras (MAUX; DUTRA, 2010).

No processo para adoção, suprir as necessidades da criança é algo primordial. Segundo Solon (2006), é importante que o infante se torne sujeito ativo e de direitos no processo de adoção, buscando conhecer os significados que ela própria atribui a esse momento. Dentro do processo de adoção, o adotando está sujeito a uma cadeia de fatores que abrangem desde a história de abandono até a expectativa dos pais adotantes.

Os elementos da categoria Mudanças na dinâmica familiar podem ser observados no Quadro 4.

Quadro 4 – Elementos centrais da categoria Mudanças na dinâmica familiar

CATEGORIA: MUDANÇAS NA DINÂMICA FAMILIAR	
PARTICIPANTES	ELEMENTOS CENTRAIS
Família Céu	<ul style="list-style-type: none"> - Mudanças relacionadas à rotina - Adaptação necessária - Apoio e acolhimento - Adoção vista como normal
Família Sol	<ul style="list-style-type: none"> - Adaptação necessária - Excesso de cuidado - Sentimento de ambivalência - Mudanças - Preocupação - Apoio e acolhimento
Família Lua	<ul style="list-style-type: none"> - Mudanças relacionadas à rotina - Apoio psicológico - Invasão de privacidade - Adaptação necessária - Adoção vista como normal - Preconceito

Fonte: Dados da pesquisa.

O processo de mudança em relação à dinâmica familiar foi bastante semelhante para as três famílias, pois houve alterações na rotina e a adaptação tanto da família quanto da criança. Segundo Weber (1998), quando uma pessoa começa a pensar em ter um filho adotivo, ela precisa de algum tipo de atividade que a faça pensar sobre o planejamento de vida e as mudanças vindouras. Uma preparação para os candidatos à adoção envolve a discussão e a tomada de consciência sobre diferentes situações específicas presentes nesse processo. Vale ressaltar que tal “preparação” deveria acontecer também com quem deseja ter um filho biológico.

Existe a experiência de vivenciar o preconceito relacionado à adoção. Um estudo realizado por Berthoud (1997 apud MAUX; DUTRA, 2010) chegou à conclusão de que o preconceito contra a adoção na população em geral está relacionado à falta de conhecimento genético. Segundo a autora, as pessoas acreditam que a adoção pode ser arriscada porque pode haver a possibilidade de o adotando ter um “sangue ruim”, ou seja, com mau comportamento e traços de personalidade da família biológica.

Por muito tempo, a adoção sobreviveu em um ambiente marginal, e o filho adotivo é considerado um verdadeiro "estranho" da cultura, porém, nos últimos anos, essa situação sofreu mudanças favoráveis. Os adotantes podem mudar essa ideia do preconceito que ronda a adoção, afirmando que todas as crianças têm direito de fazer parte integrante de uma família que lhes proporcione uma vida digna (BAUMKARTEN; BUSNELLO; TATSCH, 2013).

Ficou evidente a importância, para as três famílias, de um apoio e acolhimento nesse momento de adaptação e dinâmica familiar. Assim como no pré-natal de uma gravidez biológica, a gravidez do coração também carece da existência de cuidados com o físico e com o emocional. Na adoção, existe a chamada gestação do coração, uma gravidez que não é visível, mas que possibilita às famílias a vivência da parentalidade. Nesse caso, o acompanhamento psicológico é estabelecido como pré-natal, considerado fundamental na preparação dos pais para a chegada do filho.

O Quadro 5 demonstra os elementos da categoria Estabelecimento de vínculo.

Quadro 5 – Elementos centrais da categoria Estabelecimento de vínculo

CATEGORIA: ESTABELECIMENTO DE VÍNCULO	
PARTICIPANTES	ELEMENTOS CENTRAIS
Família Céu	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de ser paciente - Diálogo - Filho sonhado e filho real - Questionamentos - Acolhimento - Adoção vista como normal
Família Sol	<ul style="list-style-type: none"> - Diferente de outros casos - Naturalidade que gerou surpresa - Ligação entre família e a criança - Criança como a maior interessada - Necessidades da criança - Criança vista como prejudicada no processo de adoção - Acolhimento
Família Lua	<ul style="list-style-type: none"> - Ligação entre família e a criança - Tempo juntos - Diálogo - Necessidades da criança - Adaptação - Criança vista como prejudicada no processo de adoção - Acolhimento

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao abordar o estabelecimento de vínculos, é preciso sempre atender às necessidades da criança. Dessa forma, pode-se dizer que a adoção tem como finalidade responder às necessidades das crianças (e dos pais), permitindo que esta encontre uma nova família, um ambiente afetivo satisfatório e, ao mesmo tempo, formativo.

Para que o adotando se adapte e sua saúde mental seja saudável, é primordial que exista uma reciprocidade entre fatores internos e externos, já que, segundo Levinzon (2000 apud TABORDA, 2014), o desenvolvimento satisfatório de uma criança depende de uma conjunção de fatores externos e internos. Ainda segundo o autor, uma boa relação com os pais adotivos, na qual a criança se sinta amada, aceita e compreendida, proporciona-lhe a oportunidade de minimizar suas fantasias de abandono.

Para Solon (2006), o principal foco das pesquisas aparece como sendo a criança, no entanto, poucos estudam investigam a adoção a partir da óptica do próprio adotando: fala-se sobre ele, mas

não com ele. Por essa razão, é importante torná-lo um sujeito ativo e de direitos nesse processo, buscando conhecer os significados por ele atribuídos ao processo.

A criança vem sendo prejudicada no processo de adoção devido ao sistema e ao tempo que elas passam na instituição. O acolhimento institucional de crianças e adolescentes surge como uma medida alternativa ao abandono ou à situação de risco dentro do ambiente familiar, entretanto, ao se tornar muito prolongado para alguns, o acolhimento se faz problemático, pois não preenche várias das necessidades do infante, infringindo seu direito à convivência familiar e gerando danos, por vezes, irreversíveis (UBA; KOESTER, 2012).

Para as famílias, esse prejuízo não altera a vinculação entre eles. O diálogo foi essencial no momento da vinculação com os filhos, pois os adotandos já tinham vivências com a família biológica e foi de extrema importância conversar com os filhos sobre as regras e modo de viver da atual família. Segundo Silva (2012), é no espaço familiar, através do convívio, da troca de afetos e dos diálogos, que a criança absorve os valores éticos e humanitários, e onde os laços de solidariedade se enraízam, propiciando a construção dos valores culturais.

Por sua vez, o acolhimento é bastante necessário, consoante as ideias de Costa e Campos (2003). Os autores afirmam que, de acordo com a cultura de laços de sangue, não é possível que, por meio do ato de adotar, exista o sentimento de amor, e isso implica em uma possibilidade maior de rejeição, gerando medo nas famílias adotivas. Por essa razão, o apoio, o acolhimento e a aceitação da adoção pela família extensa são considerados pilares para as famílias que enfrentam o processo de filiação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi compreender as experiências e qual o significado do processo de adoção sob a perspectiva da família adotante. Por meio da realização de uma pesquisa de estudo de caso, com a análise de três famílias participantes do grupo de apoio à adoção, pode-se afirmar que o objetivo proposto foi alcançado.

Na busca pela identificação das vivências e significados que a família no processo de adoção estabelece, e na análise dos fatores presentes nesse momento, nota-se que, apesar das singularidades de cada caso, destacam-se algumas semelhanças, obtidas por meio dos relatos das famílias entrevistadas. Dessa forma, foi possível identificar as dificuldades, a preparação e as expectativas que percorrem esse momento de filiação.

Observa-se que todo o processo é marcado por diversos sentimentos, que podem aparecer juntos em cada etapa desse processo, mas que, dificilmente, não estarão entrelaçados entre si. A

adoção carrega consigo uma infinidade de sentimentos e significados negativos ou positivos, tanto para a família quanto para a criança, e a preparação e o apoio psicológico ofertado a essa família podem auxiliar no momento da escolha pela adoção. É notável o quão fundamental é para as famílias essa intervenção e atuação do psicólogo, visto que, por meio dela, buscam-se a preparação e a confiança para receber a criança no ambiente familiar.

A adoção vem tomando espaço no cotidiano e rompendo paradigmas, porém, ainda existem barreiras no sistema institucional que dificultam e impõem maiores desafios aos candidatos à adoção. Infelizmente, apesar do fato de essa prática ser cada vez mais frequente, todo o processo é lento e desgastante, fadado a gerar injustiças às famílias que anseiam pela chegada de um filho, e à criança que possui direito a um lar.

No cenário atual, em que a criança deixa de ter papel secundário no processo, sendo ela um sujeito de direitos, identifica-se a necessidade de mais estudos que investiguem a adoção a partir de sua óptica, pois, assim como as famílias, ela possui um lugar importante nesse processo, como foi destacado fortemente pelos casais entrevistados.

No decorrer desta pesquisa, fica evidente que a adoção tem ganhado maior visibilidade na nossa realidade. Isto posto, sugere-se a continuidade de estudos voltados para essa temática, tendo em vista o interesse pelo assunto e a conscientização da população, já que é possível perceber o quanto esse tema tem sido debatido pelas pessoas e que vem se tornando o desejo de muitos.

Com relação ao profissional de psicologia atuante nessa área, mais estudos também são indispensáveis, pois a bibliografia específica encontrada pode ser considerada restrita.

Esta pesquisa não pretendeu esgotar todas as possibilidades de debate sobre a temática e trazer respostas para todas as questões. É sabido que os achados se referem ao grupo amostral estudado, e não foi objetivo fazer generalizações, todavia, espera-se que o conhecimento construído possa ser útil e relevante para outras famílias que vivenciam ou vivenciaram o processo de adoção, assim como para os profissionais que as acompanham.

REFERÊNCIAS

COSTA, Liana Fortunato; CAMPOS, Niva Maria Vasques. A avaliação psicossocial no contexto da adoção: vivências das famílias adotantes. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 19, n. 3, p. 221-230, Dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722003000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 ago. 2020.

CRUZ, Luciane Silva Moreira. **Gravidez invisível: um novo olhar sobre a adoção**/ Luciane Silva Moreira Cruz. 1. ed. São Paulo: Ed. do Autor, 2017.

CUNHA, J. A. **Psicodiagnóstico-V**. 5 ed. revisada e ampliada. Porto Alegre: Artmerd, 2000.

EBRAHIM, Surama Gusmão. Adoção tardia: uma visão comparativa. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 29-40, ago. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2001000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HUBER, Manoela Ziegler; SIQUEIRA, Aline Cardoso. Pais por adoção: a adoção na perspectiva dos casais em fila de espera. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 200-216, fev. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872010000200014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 22 set. 2020.

MARCOS, Cristina Moreira. O desejo de ter um filho e a mulher hoje. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 246-256, dez. 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912017000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 out. 2020.

MENDES, C. L. P. C. **Vínculos e Rupturas na Adoção: do abrigo para a família adotiva**. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2007.

MORAES, R. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**. v. 22, n. 37. Porto Alegre, 1999.

OLIVEIRA, A. L. Comportamento Organizacional e Pesquisa Qualitativa: Algumas Reflexões Metodológicas. In: CHAMON, E. M. Q. O. **Gestão e Comportamento Humano nas Organizações**. Rio de Janeiro: Brasport, p. 180-205, 2007.

OST, S. Adoção no contexto social brasileiro. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XII, n. 61, fev. 2009.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres, José Carlos Vieira Wanderley, Lindoya Martins Correia, Maria de Holanda de Melo Peres. (et al.). 3. ed. 14. reimpr. São Paulo Atlas, 2012.

SCHETTINI, S. S. M; AMAZONAS, M. C. L. de A; DIAS, C. M. de S. B. Famílias adotivas: identidade e diferença. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 285- 293, ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 mar. 2020.

SILVA, Raquel Antunes de Oliveira. **A adoção de crianças no Brasil: os entraves jurídicos e institucionais**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 4., 2012, São Paulo. Associação Brasileira de Educadores Sociais, Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000092012000200021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 out. 2019.

SOLON, Lilian de Almeida Guimarães. **A perspectiva da criança sobre seu processo de adoção**. 2006. 202 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

WEBER, Lídia. **Aspectos psicológicos da adoção**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2004.

WEBER, Lídia. **Famílias Adotivas e Mitos sobre Laço de Sangue**. 1996. Disponível em: <http://www.nac.ufpr.br/wp-content/uploads/2016/07/1996_Familias_adotivas_e_mitos_sob_relacoes_de_sangue.pdf>. Acesso em: 02 out. 2020.

WEBER, Lídia. O filho universal: um estudo comparativo de adoções nacionais e internacionais. **Revista Direito de Família e Ciências Humanas**, Teresópolis, v. 2, n. 1, p. 119-152. 1998.

3 - A INFLUÊNCIA PARENTAL NO DESENVOLVIMENTO DO JOVEM ATLETA

Matheus Alexandre Gomes da Silva

Paulo Francisco de Castro

TEORIA

O contexto esportivo pode ser compreendido como fenômeno de grande abrangência social, como espetáculo ou ainda como atividade profissional e comercial (RUBIO, 2007). Nesse cenário, a Psicologia e o conhecimento sobre o comportamento encontraram espaço para o desenvolvimento de uma área de atuação específica e que cresce a cada dia (WEINBERG; GOULD, 2001).

Segundo Weinberg e Gould (2001), no período inicial de atuação da Psicologia do Esporte, as ações se limitavam a estudos sobre aprendizagem e habilidades motoras, por meio de levantamento do tempo de reação e desempenho dos atletas.

De acordo com Rubio (2007), a Psicologia do Esporte e do Exercício é a área de estudo e compreensão dos aspectos psicológicos envolvidos no comportamento motor humano, que fornece possíveis explicações e tendências de comportamentos em contextos do esporte e do exercício físico. Para Nitsch (1989 apud SAMULSKI, 2009), a Psicologia do Esporte investiga as bases e os efeitos psíquicos das práticas esportivas, relacionando os processos psíquicos com a realização de tarefas práticas. Cabe à Psicologia do Esporte descrever e explicar as ações esportivas, a fim de desenvolver e aplicar programas de intervenção.

Apesar de algumas pessoas associarem a Psicologia do Esporte exclusivamente ao esporte de alto rendimento, percebe-se, cada vez mais, que ela se aplica a uma ampla parcela da população (WEINBERG; GOULD, 2001). Samulski (2009) aponta quatro campos de aplicação: o Esporte de Rendimento, investigando e intervindo para modificar psíquicos determinantes do rendimento no esporte, com o objetivo de otimização da performance, e buscando, sobretudo, melhores resultados esportivos; o Esporte Escolar, que visa à compreensão dos processos de ensino e aprendizagem e os processos de educação e socialização – aliás, um de seus focos é a análise da interação entre professor e alunos, personalidade do professor, comportamento agressivo e social dos alunos, entre outros; o Esporte Recreativo, voltado para a análise do comportamento recreativo de grupos de diferentes faixas etárias e classes econômicas que buscam a prática do esporte para o lazer; e por fim, a Prevenção, Saúde e Reabilitação, responsável por produzir e aplicar programas psicológicos de prevenção, terapia e reabilitação em pessoas portadoras de alguma limitação física, mental e/ou social.

A atuação de jovens na prática esportiva também é um campo de atuação da Psicologia do Esporte; estes compõem uma grande parte da população praticante de esportes e, cada vez mais, observa-se uma quantidade crescente de psicólogos dedicados a questões psicológicas decorrentes dessa participação (WEINBERG; GOULD, 2001).

Quando se fala de crianças ou adolescentes praticantes de atividades esportivas, as maiores dificuldades com o tema, talvez, não sejam eles mesmos, mas as pessoas que os cercam, influenciando diretamente o processo de ensino-aprendizagem com a prática esportiva (NAVARRO; ALMEIDA, 2008).

Dessa forma, tem crescido o número de estudos que destacam a influência parental na prática esportiva de adolescentes (FREDRICKS; ECCLES, 2005). Gurland e Grolnick (2005) definem a influência parental como atitudes e comportamentos de pais que, de alguma forma, influenciam a prática esportiva dos filhos. Nesse sentido, o incentivo e o suporte dos pais constituem fatores geradores de prazer e de satisfação para as crianças e adolescentes, principalmente durante seus jogos.

Pode haver, inclusive, influências na escolha da modalidade esportiva. Autores como Filgueira e Schwartz (2007) descrevem que, em um país como o Brasil, onde o esporte que mais recebe atenção da mídia é o futebol, a escolha da modalidade esportiva é composta muito mais por uma questão cultural do que, realmente, por um gosto pessoal. Os pais também são influenciados por essa cultura, já que muitos são apaixonados pelo futebol e podem ter dificuldades em permitir que seus filhos pratiquem outra modalidade esportiva.

Marques e Kuroda (2000) corroboram com essa ideia e relacionam diversos motivos que levam os pais a influenciarem seus filhos na escolha da modalidade esportiva, dentre eles, fatores educacionais, de saúde e busca de ascensão social. Personne (2001) relata que existem pais que associam a prática esportiva a costumes saudáveis para a vida do filho e a situações decorrentes de recomendação médica, com o propósito de ajudar no tratamento e/ou na prevenção de doenças.

Ainda sobre o tema, Becker (2000) menciona que alguns pais colocam o filho em uma modalidade esportiva sem consultá-lo, comunicando somente o dia e o local dos treinos. Nessas situações, a atividade esportiva é encarada como um “depósito de criança” para os tempos livres. Há casos em que os pais buscam no esporte uma ascensão social, imaginando os grandes salários que os filhos podem ganhar; as grandes expectativas geradas por tais circunstâncias, conseqüentemente, são carregadas de muitas exigências, prejudicando a prática esportiva do jovem.

De acordo com Marques (2000), o fato de os pais enxergarem no esporte uma possibilidade de educação, exercitando o corpo e o psicológico do jovem, é outro motivo que os leva à escolha da modalidade esportiva dos filhos.

O interesse e envolvimento dos pais é visto como um elemento motivador, que, muitas vezes, influencia os jovens, estimulando-os nos diversos obstáculos decorrentes da prática esportiva (CÔTÉ, 1999). Vissoci e colaboradores (2013) realizaram um estudo sobre a influência do suporte parental no desenvolvimento de jogadoras de futsal; nele, percebeu-se que a maior parte das atletas entrevistadas relatou que o suporte parental teve influência positiva no desenvolvimento da carreira, na motivação e no incentivo para continuar na modalidade esportiva.

Em se tratando de competição ou treinamento das categorias de base, pode-se observar que os pais integram a maioria da torcida, acompanhando e interagindo com seus filhos. Entretanto, quando um pai ou uma mãe tece comentários sobre algo durante um jogo ou um treino, sua intenção, obviamente, é animar seu filho e motivá-lo para um melhor desempenho ou para uma vitória, mas as palavras ou gestos empregados nem sempre são os mais adequados (SILVA; SOUZA, 2003).

Filgueira (2004) compartilha dessa preocupação no que se refere a atitudes de pais no esporte e destaca que estes deveriam transmitir tranquilidade aos filhos e se divertirem, o que, geralmente, não acontece, ou seja, alguns pais ficam nervosos, gritam e criticam o árbitro, o técnico ou o próprio filho.

Filgueira e Schwartz (2007) entendem que, quando adotam tais condutas, os pais creem que as críticas podem motivar seu filho durante a competição, no entanto, se ditas de forma agressiva, essas opiniões podem surtir efeito contrário e prejudicar o jovem atleta, produzindo nele sentimentos de medo do fracasso e de incompetência.

É notável que presença dos pais nos treinos e nos jogos provoca alguma reação no jovem atleta, seja ela de alegria ou acanhamento, aprovação ou desaprovação (MACHADO et al., 1997). Dependendo do relacionamento existente entre pais e filhos, alguns atletas podem se sentir constrangidos com a presença dos pais, enquanto outros se sentem bem.

Segundo Harris (1996), a criança ou adolescente pode almejar certas realizações não pelo prazer da prática, mas pelo interesse em obter aprovação parental. Algumas atitudes dos pais influenciam direta ou indiretamente o comportamento desse jovem e, no esporte, é possível citar exemplos em uma partida de futsal, quando o atleta realiza um drible ou marca um gol e recebe a aprovação dos seus pais, com aplausos e incentivos. Esse gesto proporciona prazer e estimula o adolescente a tentar realizar a jogada novamente.

Esse assunto também foi objeto de pesquisa de Fredricks e Eccles (2005). Os autores descrevem que diversas são as maneiras utilizadas pelos pais para influenciar a prática esportiva de crianças e adolescentes, como quando o pai ou mãe é um exemplo para o adolescente, praticando a mesma atividade do filho ou sendo seu treinador, interpretando a experiência do jovem atleta, transmitindo-lhe mensagens relacionadas à capacidade e ao valor verdadeiro da participação no esporte, e não focando somente nas conquistas, mas oferecendo apoio emocional na prática esportiva.

No que concerne ao fato de o pai ser um exemplo para o adolescente, referencia-se a teoria de aprendizagem social de Bandura (1986 apud FREDERICKS; ECCLES, 2005), na qual os pais se comportam de determinada maneira e as crianças ou adolescentes podem imitar esse comportamento mais tarde. Tal ideia é reforçada no estudo de Babkes e Weiss (1999), através do qual descobriu-se que atletas que traziam relatos de bons exemplos de seus pais na prática esportiva tinham mais motivação e prazer para treinar.

Para Presoto (2001), percebe-se que, na sociedade atual, os pais incentivam seus filhos no âmbito esportivo com ênfase no resultado. Coakey (2006) tenta explicar esse “foco” no resultado, justificando que a sociedade entende como “bom pai” aquele homem cujo filho tem sucesso. O sucesso dos pais está ligado às conquistas e ao sucesso do filho, e como o sucesso do filho reflete o valor do pai, estes estão cada vez mais envolvidos e exigentes nas práticas esportivas. Esse envolvimento deve ocorrer de modo mais compreensivo para que o jovem atleta tenha autonomia e autossuficiência para decidir de maneira segura e satisfatória (CREMADES; DONLON; POZWARDOWSKI, 2012).

A cobrança e o excesso de exigências na prática esporte podem apresentar efeitos negativos (GOMES, 2010). Dias e Teixeira (2007), em pesquisa realizada com jovens tenistas que abandonaram o esporte, notaram que a pressão excessiva de pais, com o foco no resultado esportivo, foi um dos fatores que contribuíram para que o jovem deixasse a prática esportiva.

Outro aspecto relevante é que o envolvimento dos pais no esporte tende a aumentar quando os filhos apresentam competências superiores ao nível considerado habitual na prática de determinado esporte e se tornam grandes promessas (BLOOM, 1985; SNYDER; PURDY, 1982 apud GOMES 2010).

MÉTODO

Tipo de Pesquisa

Esta pesquisa possui caráter exploratório, através do qual se busca uma familiaridade com o fenômeno estudado para, assim, construir hipóteses. Adota-se, também, o estudo de caso, que segundo Gil (2002), refere-se a um estudo com indivíduos num contexto definido. Os pais de jovens atletas receberam um questionário, que tem por objetivo coletar informações sobre o engajamento na prática esportiva para, em seguida, realizar um estudo qualitativo e quantitativo.

O estudo qualitativo, como afirmam Denzin e Lincoln (2006), visa uma abordagem interpretativa do mundo. Dessa forma, os pesquisadores estudam os fenômenos em seus cenários naturais, tentando entender os significados a eles atrelados pelas pessoas. Por sua vez, a pesquisa quantitativa se caracteriza pela busca de resultados exatos evidenciados por variáveis

preestabelecidas, por meio de análise da frequência de incidências e correlações estatísticas (MICHEL, 2005).

É importante destacar que a escolha por tal classificação de delineamento de estudo foi motivada pela possibilidade de maior aproximação com os jovens atletas e os treinadores das categorias de base, favorecendo uma compreensão mais contextualizada do fenômeno pesquisado em sua realidade (GIL, 2002).

População

Este estudo contou com a participação de 56 pais de crianças e adolescentes, com idade entre seis e 16 anos, vinculados a uma equipe do interior paulista que disputa competições regionais e estaduais da modalidade. Foram considerados como critérios de inclusão os pais cujos filhos são atletas e concordaram em participar da pesquisa.

Procedimento de Coleta de Dados

O projeto desta pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade de Taubaté, sob o Protocolo nº 4.074.925.

Considerando as regras de distanciamento social impostas pela pandemia, posteriormente ao convite e identificação dos participantes, um *e-mail* contendo o *link* do questionário no *Google Forms* foi enviado aos pais dos jovens atletas. Ao ser acessado, esse questionário apresenta um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e indica um termo de concordância eletrônica, que deve ser aceito pelo participante. A partir dessa aquiescência, os pais conseguem acessar as perguntas que embasam este estudo.

Procedimento de Análise de Dados

Os questionários, que revelam o que os pais pensam sobre seu engajamento no esporte de seus filhos, foram analisados de forma individual. Essa análise, que considerou as respostas de forma qualitativa e quantitativa, teve como enfoque a Psicologia do Esporte, visando o alto rendimento. De acordo com Gil (2002), a análise qualitativa depende de muitos fatores e pode ser definida como uma sequência de atividades que envolvem a investigação de dados, sua interpretação e a redação do relatório. Complementarmente, através da análise quantitativa, foi possível chegar às conclusões correspondentes aos dados coletados.

Obedecendo aos tópicos já divididos no questionário (Dados Gerais; Esporte e suas Potencialidades; Participação no Esporte e Situações), esses dados foram avaliados

quantitativamente, por meio de gráficos e tabelas, e qualitativamente, através da interpretação de determinadas questões que solicitaram descrições ao participante.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dados Gerais

Após a coleta de dados realizada por meios remotos, foram organizadas as respostas obtidas dos pais que colaboraram com este estudo. Os dados quantitativos foram tabulados e as informações qualitativas, articuladas para análise.

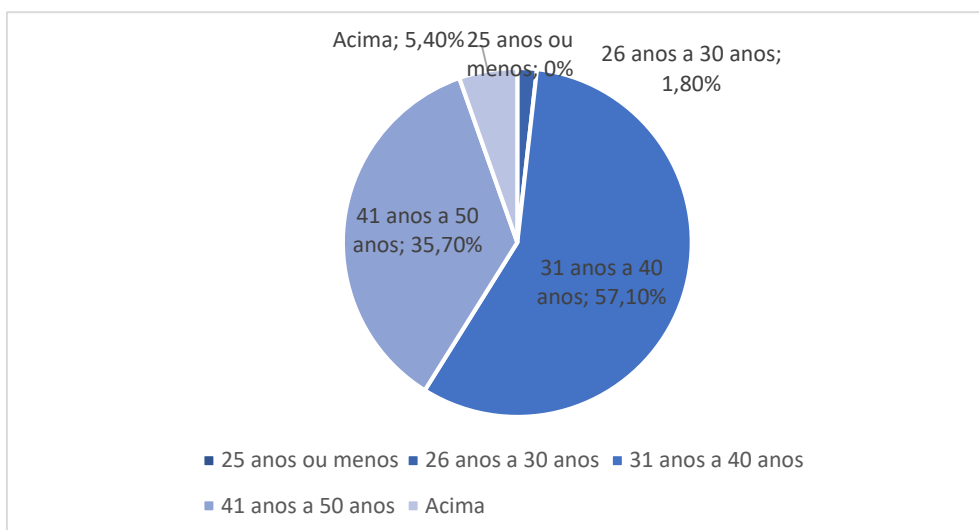
Tabela 1. Idade dos pais que participaram do estudo, por categoria dos adolescentes

Categorias	SUB 12	SUB 14	SUB 16	N Total	% Total
25 anos ou menos	-	-	-	-	-
26 anos a 30 anos	1	-	-	1	1,8
31 anos a 40 anos	15	9	8	32	57,1
41 anos a 50 anos	12	3	5	20	35,7
Acima de 50 anos	1	-	2	3	5,4
Total	29	12	15	56	100

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo.

Na Tabela 1, que apresenta os dados referentes à idade dos pais, observa-se maior incidência na categoria SUB 12 (n = 29), com maior frequência para 31 a 40 anos (n = 15), seguida de 41 a 50 anos (n = 12). Com relação às demais categorias, SUB 14 e SUB 16, a participação é semelhante, com totais de 12 e 15, respectivamente. Os dados gerais da idade dos participantes estão ilustrados no Gráfico 1.

Gráfico 1. Distribuição da idade dos pais participantes



Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo.

Conforme se observa nos dados expressos no Gráfico 1, tem-se que a maioria dos participantes está concentrada na faixa etária entre 31 a 40 anos (57,1%, n = 32), seguida por 41 a 50 anos (35,7%, n = 20). Em menor incidência, encontram-se pais com idade superior a 50 anos (5,4%, n = 3) e um pai com idade entre 26 e 30 anos (1,8%).

Fizeram parte da amostra 56 pais de atletas das categorias de base de uma equipe do interior paulista que disputa competições regionais e estaduais de futsal. A Tabela 2 demonstra a idade dos adolescentes e a divisão de suas respectivas categorias.

Tabela 2. Idade dos adolescentes que participaram do estudo, por categoria

Categorias	SUB 12	SUB 14	SUB 16	N TOTAL
6 anos	1	-	-	1
9 anos	1	-	-	1
10 anos	9	-	-	9
11 anos	9	-	-	9
12 anos	9	4	-	13
13 anos	-	5	-	5
14 anos	-	3	2	5
15 anos	-	-	5	5
16 anos	-	-	8	8
Total	29	12	15	56

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo.

O requisito para a participação dos jovens atletas no que se refere à idade é que estes deveriam ter, no mínimo, 12 anos, contudo, percebe-se que, nas categorias Sub 12, há atletas com seis e nove anos. Esse fato incomum contribui com esta pesquisa para a verificação posterior da discrepância dentro da própria categoria.

Ainda com relação aos dados analisados, há predominância de atletas com 12 anos (n = 13), seguidos de atletas com 10 e 11 anos (n = 9), 16 anos (n = 8) e 13, 14 e 15 anos (n = 5).

Para confirmar as afirmações de Côté (1999), foi necessário verificar a participação de pais no esporte, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3. Participação de pais no esporte

Categorias	SUB1 2	SUB 14	SUB 16	N Total	% Total
Sim, nível recreativo	18	7	5	30	54
Sim, nível amador	5	3	8	16	29
Sim, nível profissional	2	1	-	3	5
Não pratica nenhum esporte	4	1	2	7	12
Total	29	12	15	56	100

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo

Observa-se que mais da metade da amostragem ($n = 88\%$) pratica algum esporte nos mais variados níveis de participação. Analisando por categoria, pais de atletas da Sub 12 são os mais envolvidos na prática esportiva ($n = 29$); na sequência, estão os pais da Sub 16 ($n = 15$) e da Sub 14 ($n = 12$). Quanto ao nível praticado, o Nível Recreativo é o preferido por pais das categorias Sub 12 ($n = 18$) e Sub 14 ($n = 7$); por sua vez, na categoria Sub 16, o Nível Amador ($n = 8$) conta com maior participação.

O Nível Profissional, que considerou pais que apresentam maior dedicação à prática esportiva, também é destaque na Tabela 3. Percebe-se que 5% da amostragem se enquadra neste nível, com predomínio de pais da categoria Sub 12 ($n = 2$). Na categoria Sub 14, apenas um responsável pratica algum esporte a nível profissional e, na categoria Sub 16, não há praticantes.

Outra observação a ser feita está relacionada a pais que não praticam nenhuma modalidade esportiva. São sete os pais incluídos nessa análise, que se dividem em quatro na categoria Sub 12, um na Sub 14 e dois na Sub 16.

O envolvimento e a participação ativa de pais no esporte podem ser vistos como um estímulo motivador para o adolescente atleta. Fredericks e Eccles (2005) complementam essa ideia citando que pais podem motivar o adolescente, dando exemplos em treinamentos, praticando alguma atividade física (que pode ou não ser a mesma do adolescente) e servindo como sua referência.

Esse conceito também é descrito na aprendizagem social de Bandura (1986 apud FREDERICKS; ECCLES, 2005) e complementado por Babkes e Weiss (1999), que relatam que os pais considerados bons exemplos na prática esportiva motivavam ainda mais os seus filhos. No que concerne a esta pesquisa, 88% dos pais participam de alguma modalidade esportiva e podem, dessa forma, servir de exemplo para o adolescente.

Esporte e suas Potencialidades

A fim de investigar quais seriam as potencialidades do esporte na visão de pais e adolescentes, questionou-se como cada um vê o esporte. O Gráfico 2 ilustra os benefícios do esporte, sob a óptica dos pais.

Gráfico 2. Potencialidades do esporte (pais)



Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo

Verifica-se que, dentre 56 pais, a maioria enxerga no esporte uma Busca por uma vida saudável ($n = 49$), além de um meio Educativo ($n = 48$). Outras potencialidades destacadas foram: Possibilidade de fazer novas amizades ($n = 38$); Diversão ($n = 31$); Possibilidade de competir ($n = 30$); Ascensão social ($n = 20$); Colocar meu filho em alguma atividade ($n = 16$); Possibilidade de ser campeão ($n = 11$); Ascensão financeira ($n = 2$); Motivação psicológica ($n = 1$); Profissionalismo ($n = 1$) e Procura por vocação ($n = 1$).

Em seguida, os pais discorreram sobre como acreditam que seus filhos enxergam o esporte, conforme se observa no Gráfico 3.

Gráfico 3. Potencialidades do esporte (atletas)



Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo

Observa-se que, desta vez, o aspecto que mais aparece como potencialidade do esporte é a Possibilidade de fazer novas amizades ($n = 37$), seguido pela Possibilidade de Competir ($n = 33$). O restante está assim classificado: Busca por uma vida saudável ($n = 32$); Educativo ($n = 28$); Possibilidade de ser campeão e Diversão (ambos com $n = 25$); Ascensão financeira ($n = 14$); Fazer alguma atividade ($n = 10$); Ascensão social ($n = 9$) e Ideal de profissão ($n = 1$).

A análise de ambos os gráficos revela que pais e atletas acreditam no potencial do esporte para fazer novas amizades, conviver em um meio educativo e buscar por uma vida saudável. Autores como Weinberg e Gould (2001) já haviam destacado tais potencialidades, descrevendo o esporte como um meio para a ampliação do ciclo social da criança e/ou adolescente.

Gould e Horn (1984 apud WEINBERG; GOULD, 2001) realizaram uma pesquisa em programas esportivos escolares nos Estados Unidos e também ressaltaram a importância do esporte para estabelecer novas amizades, praticar algo que faz bem e competir.

Este estudo corrobora com os autores mencionados, já que todas essas potencialidades foram apontadas por pais de todas as categorias.

Outro destaque se refere à possibilidade de encontrar no esporte um meio para se divertir. Scalan e Simons (1995) evidenciaram esse aspecto ao relatarem que o principal fator da prática esportiva continua sendo a busca por ludicidade e divertimento.

No Quadro 1, apresentam-se outros pontos relatados pelos pais no questionário remoto, complementando as potencialidades do esporte. Optou-se por destacar exemplos reproduzidos das respostas obtidas para ilustrar as três categorias para articulação dos dados.

Quadro 1. Relatos no formulário sobre as potencialidades do esporte

PERSONALIDADE	<i>“Esporte é tudo, todos os itens têm relação com o desenvolvimento da personalidade [...]”</i>
FORMAÇÃO DO SER HUMANO	<i>“Acho o esporte extremamente importante para vida dos meus filhos, tanto para vida social, relacionada a saúde, e tornar pessoas melhores.”</i>
	<i>“Antes de mais nada, vejo o esporte como uma opção saudável de incentivar o espírito de equipe e estímulo à competição, ensinando que as vitórias nem sempre acontecem, que nem sempre vai ser o melhor em quadra e que o time jogando bem, os resultados tendem a ser melhor.”</i>
	<i>“Melhor desenvolvimento para ser humano como pessoa.”</i>
	<i>“[...] a prática de esportes ajuda muito no desenvolvimento da criança...”</i>
SAÚDE	<i>“O esporte converge para uma vida saudável física, mental e social.”</i>
	<i>“Acredito que seja um conjunto num todo. Meu filho, por exemplo, tomou medicamentos durante 10 anos. Depois que começou a praticar esportes, teve alta dos remédios. Fez tratamento com psicóloga e psiquiatra durante anos por causa da autoestima e não tinha amizade com ninguém. Depois que começou a praticar esportes, tudo isso mudou. Só trouxe benefícios para nossas vidas.”</i>
	<i>“É um modo de movimentar o corpo e criar um hábito saudável.”</i>
	<i>“Coloquei meu filho na natação aos 3 anos, o N. foi diagnosticado com bronquite alérgica, logo procurei uma nutricionista. Hoje o N. pratica vários esportes (capoeira, bike, corrida, futebol), para uma vida saudável.”</i>
	<i>“Atualmente, as crianças e adolescentes vivem no sedentarismo, somente em jogos no celular. A prática esportiva ajuda na saúde e também regras.”</i>
	<i>“É um modo de movimentar o corpo e criar um hábito saudável.”</i>
	<i>“Acredito que o Esporte é uma coisa boa tanto psicologicamente como na saúde em geral!”</i>
	<i>“Para melhorar a vida saudável.”</i>
	<i>“Distração. Desestressar do dia extenuante.”</i>
	<i>“Importante para a saúde física e mental.”</i>
<i>“Esporte é fundamental para a saúde mental, além da física.”</i>	

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo

Nota-se que foram apresentadas categorias similares às destacadas na questão sobre as potencialidades do esporte. Na categoria “Personalidade”, os pais mencionaram a importância do esporte para o *“[...] desenvolvimento da personalidade [...]”*. Le Boulch (apud SEIRULLO, 1992) e Roberts (1986) ressaltaram a potencialidade do esporte como fator de desenvolvimento da personalidade.

Na categoria “Formação do Ser Humano”, relatos como “[...] *tornar pessoas melhores*”, “*melhor desenvolvimento para ser humano como pessoa*”, “[...] *ensinando que as vitórias nem sempre acontecem, que nem sempre vai ser o melhor [...]*”, “[...] *a prática de esportes ajuda muito no desenvolvimento da criança [...]*”, além da narrativa de um pai salientando que, com a prática esportiva, há uma educação para a formação do ser humano e para a consolidação precoce de responsabilidades, ampliam o potencial do esporte para formar não só o atleta, mas formar a pessoa. Seirul.lo (1992) acredita que o lado educativo da prática esportiva não está relacionado aos aspectos técnicos e táticos, mas à sua capacidade em formar um cidadão. Os relatos encontrados no questionário aplicado vão ao encontro dessa afirmação.

Na categoria “Saúde”, os pais evidenciaram os benefícios da prática esportiva para a sua saúde e de seus filhos: “[...] *o esporte converge para uma vida saudável física, mental e social*”; “*Acredito que o Esporte é uma coisa boa tanto psicologicamente como na saúde em geral*”; “[...] *a prática esportiva, ajuda na saúde e também regras.*”. A narrativa de uma mãe destacando os benefícios do esporte para o tratamento de seu filho, que utilizou medicamentos durante 10 anos, e de outra mãe citando que a prática esportiva surgiu de uma recomendação médica, em razão de um quadro de bronquite, acentuam os ganhos do esporte para com a saúde.

Personne (2001) entende que existem situações em que o adolescente pratica algum esporte devido a recomendações médicas, para ajudar no tratamento e/ou na prevenção de doenças, o que pode ser observado nos casos descritos.

Ainda com relação às afirmações que enfatizam o benefício do esporte para a saúde física e mental, Marques (2000) afirma que alguns pais podem influenciar na escolha da modalidade do filho por enxergarem no esporte uma possibilidade de educação, exercitando o corpo e o psicológico do adolescente. Nesta pesquisa, oito pais fizeram tal associação.

O Quadro 2 solicitou que os pais abordassem a forma com a qual acreditam que seus filhos enxergam o esporte.

Quadro 2. Relatos no formulário sobre as potencialidades do esporte (adolescentes)

POSSIBILIDADE DE CARREIRA	<i>"[...] ele pensa em "ganhar a vida" com o futebol também. Profissionalmente"</i>
	<i>"Caso consiga seguir na carreira, é possível um bom salário."</i>
	<i>"Ele sonha em ser jogador e eu, como mãe, sou sua maior apoiadora."</i>
	<i>"Sonha em ser jogador como quase todos."</i>
	<i>"Meu filho sonha com o dia em que estará jogando no Benfica (clube de futebol)."</i>
COMPETIÇÃO	<i>"Meu filho sempre comenta sobre ser um jogador profissional e alcançar seus objetivos."</i>
	<i>"Ele é muito competitivo, sempre buscando a sua própria evolução pessoal e profissional, tanto no esporte como na sua futura carreira, caso não dê certo o futebol."</i>
	<i>"Ele adora esporte para fazer novas amizades e pelo prazer da competição."</i>
	<i>"Sei que ele quer treinar e competir."</i>
	<i>"Ele gosta da competição, gosta de participar e gosta muito de ganhar. Fala sempre dos destaques individuais, mas sempre do desempenho do grupo."</i>
<i>"[...] como todo atleta, busca ser um campeão."</i>	

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo

Observa-se que os pais acreditam que, por meio do esporte, os adolescentes visam mais o lado profissional, e não somente a diversão e a formação como pessoa. Na categoria "Possibilidade de carreira", houve relatos como *"[...] ele pensa em ganhar a vida com o futebol"* e *"Sonha em ser jogador como quase todos"*. O futebol é o esporte que mais recebe atenção da mídia e isso influencia pais e adolescentes na busca de uma ascensão social e financeira através da prática esportiva.

Há uma narrativa sobre a questão de ascensão financeira no esporte que merece destaque: *"Caso consiga seguir na carreira, é possível um bom salário"*. Becker (2000) enfatiza que, em algumas situações, os pais buscam no esporte uma ascensão social, sonhando com grandes salários que os filhos podem ganhar e, muitas vezes, cobram e exigem ainda mais do adolescente. No que concerne a este caso específico, nota-se que o responsável acompanha todos os jogos e treinos do adolescente, corroborando com a afirmação do autor.

Na categoria "Competição", verificam-se relatos como *"Ele é muito competitivo[...]"*, *"[...] ele quer treinar e competir"*, *"[...] pelo prazer da competição"*, *"Ele gosta da competição [...]"* e *"[...] como todo atleta, busca ser um campeão."* Essas ideias revelam um foco muito maior nas consequências decorrentes da prática esportiva do que nas possibilidades que ela traz para a formação do atleta. A prática esportiva é uma das poucas situações em que os adolescentes podem participar de

uma atividade que lhe traga consequências significativas, seja através de um elogio recebido em razão de uma conquista ou do reconhecimento no meio social, no caso de resultados satisfatórios. Dessa forma, observa-se que muitos adolescentes priorizam competir para obter tais recompensas sociais.

Participação no Esporte

Conforme enfatizado na revisão teórica deste estudo, o futebol é uma construção social, sobretudo no Brasil. Por conseguinte, foi solicitado aos pais que contassem de quem foi e como foi a escolha da modalidade do adolescente.

Tabela 4. De quem foi a iniciativa para a escolha da modalidade

Categorias	SUB 12	SUB 14	SUB 16	N Total	% Total
Dele	14	5	9	28	50
Pais	10	6	4	20	36
Conjunto	4	-	2	6	11
Outros	1	1	-	2	3

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo

A Tabela 4 revela que metade da amostragem, ou seja, 28 pais, relatou que a iniciativa da escolha da modalidade partiu do próprio adolescente. Separando por categoria, o futsal/futebol foi a opção de 14 adolescentes na Sub 12, cinco na Sub 14 e nove adolescentes na Sub 16.

A decisão conjunta, que envolve tanto os pais quanto o adolescente, foi tomada por um total de seis famílias, o que equivale a 11% da amostragem total: quatro pertencentes à Sub 12 e duas, à Sub 16.

Dois pais, sendo um da Sub 12 e outro da Sub 14, contaram que a escolha da modalidade partiu de outros membros da família. No caso da categoria Sub 12, tal iniciativa teve influência do avô do adolescente; por sua vez, a iniciativa do pai pertencente à categoria Sub 14 teve influência do irmão mais velho do adolescente.

Destaca-se também que 20 pais relataram que a iniciativa partiu deles mesmos, que influenciaram o adolescente a praticar o futsal/futebol como modalidade esportiva pelos mais variados motivos. Essa persuasão se deve tanto a gostos pessoais quanto ao fato de que alguns pais já haviam praticado o esporte anteriormente, associando-o aos cuidados com a saúde, entre outros.

Filgueira e Schwartz (2007) descrevem que a escolha da modalidade no Brasil é fruto muito mais de uma questão cultural do que um gosto pessoal. O esporte que mais recebe atenção da mídia é o futebol e, diante disso, os pais se sentem influenciados por essa cultura e incentivam o filho a praticar a modalidade. Personne (2001) explica que alguns pais associam a prática esportiva a costumes saudáveis e, como observado nesta pesquisa, podem influenciar na escolha da modalidade por essa associação.

Tabela 5. Quantas vezes o adolescente treina por semana

Categorias	SUB	SUB	SUB	N	%
	12	14	16	Total	Total
Uma a duas vezes na semana	7	2	-	9	16
Três a quatro vezes na semana	15	4	8	27	48
Cinco ou mais vezes na semana	6	6	7	19	34
Não tem cronograma de treinos específico	-	-	-	-	0
Todos os dias	1	-	-	1	2

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo

Observa-se que a maior parte dos adolescentes da amostragem treina de três a quatro vezes na semana. A maior incidência de atletas com essa frequência está situada na categoria Sub 12 ($n = 15$), seguida da Sub 16 ($n = 8$) e da Sub 14 ($n = 4$). Cinco ou mais vezes na semana é a segunda periodicidade de treinamento que mais aparece na amostragem. Sete atletas da Sub 16 treinam com essa frequência, além de seis adolescentes das categorias Sub 12 e Sub 14. Uma a duas vezes por semana é a periodicidade de treinamento de nove atletas no total, com sete deles pertencentes à Sub 12 e dois, à categoria Sub 14.

Com o propósito de verificar quantas vezes os pais conseguem acompanhar o adolescente no treinamento, foi solicitado que eles assinalassem a frequência no questionário remoto.

Tabela 6. Quantas vezes o responsável consegue ir ao treino

Categorias	SUB	SUB	SUB	N	%
	12	14	16	Total	Total
Nunca acompanho os treinos	-	-	-	-	0
Quase nunca acompanho	-	-	1	1	2
Às vezes acompanho	3	3	5	11	20
Quase sempre acompanho	3	4	2	9	16
Sempre acompanho os treinos	23	5	7	35	62

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo

Foi possível notar que 62% ($n = 35$) da amostragem relataram que sempre acompanham o adolescente no treinamento. Quando a análise recai sobre a categoria, contam-se 23 pais na Sub 12, cinco na Sub 14 e sete na Sub 16. Em seguida, 20% ($n = 11$) da amostragem contaram que, às vezes, acompanham o filho no treinamento, sendo cinco pesquisados da Sub 16 e três das categorias Sub 12 e Sub 14.

Cerca de 16% ($n = 9$) dos respondentes sempre acompanham seus filhos nos treinamentos: são quatro pais da Sub 14, três da Sub 12 e dois da Sub 16. Apenas um pai da Sub 16 declarou quase nunca acompanhar aos treinamentos e nenhum mencionou que nunca acompanha o filho aos treinamentos.

Percebe-se que a presença dos pais nos treinamentos vai diminuindo conforme a o adolescente vai ficando mais velho. Dos 29 pais da categoria Sub 12, cerca de 23 sempre acompanham o filho no

treinamento. Em comparação com a amostragem de 15 pais participantes da Sub 16, sete deles sempre comparecem aos treinamentos, totalizando 46% da amostra. Na categoria Sub 12, 79% da amostra sempre compareceu ao treinamento.

A seguir, a Tabela 7 destaca quantas vezes o pai consegue acompanhar os jogos do filho.

Tabela 7. Quantas vezes o responsável consegue ir aos jogos

Categorias	SUB	SUB	SUB	N	%
	12	14	16	Total	Total
Nunca vou aos jogos	1	-	-	1	2
Quase nunca vou aos jogos	-	-	-	-	0
Às vezes vou aos jogos	2	1	4	7	13
Quase sempre vou aos jogos	6	6	5	17	30
Sempre vou aos jogos	20	5	6	31	55

Fonte: Dados obtidos na pesquisa de campo

No que se refere à presença de pais nos jogos, verificam-se dados parecidos com a frequência em treinamentos, ou seja, 55% (n = 31) da amostra sempre vão aos jogos, sendo 20 pais da categoria Sub 12, seis da Sub 16 e cinco da Sub 14. Na sequência, 30% (n = 17) quase sempre vão aos jogos, o que equivale a seis pais da Sub 12 e Sub 14, e cinco pais da categoria Sub 16.

Sete pais (n = 13%) da amostragem, divididos em quatro da Sub 16, dois da Sub 12 e um da Sub 14, às vezes acompanham os jogos. Nenhum pai mencionou que quase nunca vai aos jogos, e apenas um respondente, pertencente à categoria Sub 12, revelou que nunca vai aos jogos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto esportivo tem sido cada vez mais importante para que a criança e o adolescente constituam sua identidade. Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), estima-se que cerca de 61 milhões de jovens praticam alguma atividade esportiva no Brasil. Esse número expressivo justifica-se pelo fato de que o esporte é uma das poucas atividades em que o adolescente opta pela prática, o que ocorre, muitas vezes, por diversão.

Diante de um número tão relevante, é preciso cuidado para auxiliar na formação desse adolescente, seja como atleta ou como indivíduo. Por isso, uma parcela significativa de Psicólogos do Esporte tem se dedicado a estudar questões psicológicas decorrentes da participação de jovens no contexto do esporte.

O objetivo deste trabalho foi analisar as condutas de pais no esporte e as consequências para o desenvolvimento do jovem atleta. De modo geral, observou-se a tendência de participação ativa dos pais na vida esportiva dos filhos. A maior parte da amostra pratica alguma modalidade esportiva nos

mais variados níveis e, por essa razão, acabam por incentivar seus filhos para a prática de algum esporte, opinando em situações que envolvem essa temática.

O futsal, modalidade praticada pelos adolescentes deste estudo, é um dos esportes mais populares no Brasil devido à grande facilidade de acesso, além de servir de porta de entrada para o esporte que mais recebe atenção da mídia, mais valorizado economicamente e culturalmente, o futebol.

Nesse caso, os pais podem, indiretamente, depositar no adolescente os seus desejos e ambições financeiras, tendo em vista o ingresso de seu filho no futebol e, por isso, acabam exigindo e pressionando o jovem atleta, que tem seu nível ansiedade aumentado, o que pode comprometer seu desenvolvimento de forma geral e específica dentro do esporte.

Contudo, foi possível perceber, através desta pesquisa, que os pais dos atletas que responderam ao questionário remoto são participativos e, principalmente, incentivam seus filhos dentro do esporte, entendendo os benefícios pedagógicos da prática esportiva. Tais incentivos são fatores geradores de prazer, proporcionando ao adolescente o desenvolvimento de suas potencialidades, o ensino de responsabilidade, esforço e perseverança, contribuindo para a construção de sua identidade.

Dessa forma, espera-se que este texto possa contribuir para a ampliação dos conhecimentos sobre esse tema tão importante. É plausível concluir que os dados apresentados permitiram o alcance dos objetivos propostos, porém, esse assunto ainda carece de estudos mais amplos, que podem avaliar a dimensão da influência na relação pais-esporte-filho.

REFERÊNCIAS

- BABKES, M. L.; WEISS, M. R. Parental influence on children's cognitive and affective responses to competitive soccer participation. **Pediatric exercise science**, v. 11, n. 1, p. 44-62, 1999.
- BECKER JR, B. **Manual de Psicologia do Esporte e do Exercício**. Porto Alegre: Nova Prova, 2000.
- COAKLEY, J. The Good father; Parental expectations in youth sports. **Leisure Studies**, v. 25, 2006.
- CÔTÉ, J. The influence of the family in the development of talent in sport. **The sport psychologist**, v. 13, n. 4, p. 395-417, 1999.
- CREMADES, J. G.; DONLON, C. J.; POCZWARDOWSKI, A. Parental involvement and gender differences in the psychological profile of freshmen collegiate athletes. **Journal of Sport and Health Science**, v. 20, p. 1-8, 2012.

- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006
- FILGUEIRA F.M. **Futebol: uma visão da iniciação esportiva**. Ribeirão Preto: Ribergráfica, 2004.
- FILGUEIRA, F. M.; SCHWARTZ, G. M. Torcida familiar: a complexidade das inter-relações na iniciação esportiva ao futebol. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 7, n. 2, 2007.
- FREDRICKS, J. A.; ECCLES, J. S. Family socialization, gender, and sport motivation and involvement. **Journal of Sport and Exercise Psychology**, v. 27, n. 1, p. 3-31, 2005.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, A. R. Influência parental no desporto: a percepção de pais e jovens atletas portugueses **Estud. psicol.** (Campinas), v. 27, n. 4, 2010
- GURLAND, S. T.; GROLNICK, W. S. Perceived Threat, Controlling Parenting, and Children's Achievement Orientations. **Motivation and Emotion**, v. 29, n. 2, June 2005.
- HARRIS, P. L. **Criança e emoção: o desenvolvimento da compreensão psicológica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Prática de Esportes e Atividades Físicas, 2015**. [online] Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/19051-pnad-esportes-2015-pratica-de-esportes-e-atividades-fisicas.html>>. Acesso em: 22 jan. 2020.
- MACHADO, A. A. et al. O momento esportivo e uma forte influência externa: a torcida. In: BURITI, M. A. (Org.). **Psicologia do Esporte – Coleção Psicotemas**. Campinas: Editora Alínea, 1997, p. 113-122.
- MARQUES, J. A. A. A iniciação esportiva como meio educacional e o trabalho interdisciplinar. In: K. Rubio (Org.) **Encontros e desencontros: descobrindo a psicologia do esporte**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p. 87-95.
- MARQUES, J. A. A.; KURODA, S. J. Iniciação esportiva: um instrumento para a socialização e formação de crianças e jovens. In: K. Rubio (Org.) **Psicologia do esporte: interfaces, pesquisa e intervenção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p. 125-137.
- MICHEL, M. H. **Metodologia e Pesquisa Científica: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. São Paulo: Atlas, 2005.
- NAVARRO, A. C.; ALMEIDA, R. **Futsal**. São Paulo: Phorte Editora, 2008 .
- PERSONNE, J. **Nenhuma medalha vale a saúde de uma criança**. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- PRESOTO, D. Iniciação esportiva: seu redimensionamento psicológico. In: BURITI, M. A. (Org.). **Psicologia do esporte**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2001. p. 19-48
- ROBERTS, G. C. Actividad física competitiva para niños: consideraciones de la psicología del deporte. In: CONGRESO NACIONAL DE PSICOLOGÍA DE LA ACTIVIDAD FÍSICA Y DEL DEPORTE, 1. **Actas...** ACPE, 1986.

RUBIO, K. A Psicologia do Esporte: histórico e as áreas de atuação e pesquisa. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.19, n.3, Brasília, 2007.

SAMULSKI, D. **Psicologia do Esporte: Conceitos e novas Perspectivas**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2009.

SCANLAN, T. K.; SIMONS, J. P. Motivación en el deporte y el ejercicio. In: ROBERTS, G. C. **Psicología del deporte**. Champaign, Ill: Ed. Desclée de Brouwer, Universidad Illinois, 1995.

SEIRULO, F. Valores educativos del deporte. **Revista de Educación Física**, Barcelona, n. 44, 1992.

SILVA, M. K. P. V. F. P.; SOUZA, S. R. **A participação dos pais em eventos competitivos infantis: Algumas Orientações**. Londrina: Pedagogia do Futsal, 2003.

VISSOCI, J. R. N. et al. Suporte parental percebido, motivação autodeterminada e habilidades de enfrentamento: validação de um modelo de equações estruturais. **Revista da Educação Física/UEM**, v. 24, n. 3, p. 345-358, 2013.

WEINBERG, R. S.; GOULD, D. **Fundamentos da Psicologia do Esporte e do Exercício**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

4 - A MUDANÇA PSÍQUICA NO TRAUMA DO ABSOLUTO ¹

Maria Emília Sousa Almeida

INTRODUÇÃO

Este artigo visa estudar as mudanças psíquicas das representações e afetos do trauma do absoluto, na análise. Essa hipótese investigativa da autora acerca de um fenômeno da clínica psicanalítica contemporânea se liga a outras hipóteses investigativas *ad hoc*: o desejo e o sistema das representações. Juntamente com elas, conceitos de diferentes psicanalistas ampliam a reflexão sobre essa temática. O método clínico psicanalítico permite apresentar um caso ilustrativo do trauma do absoluto.

O DESEJO, O TRAUMA DO ABSOLUTO E O SISTEMA REPRESENTACIONAL

O desejo configura-se como uma ampla gama de representações e de afetos, que rege o conjunto de forças psíquicas. A princípio, ele mobiliza movimentos psíquicos do sujeito em direção aos seus objetos de satisfação. Em geral, funciona como vetor desses movimentos, visando se realizar no mundo. Em contrapartida, os bloqueios na satisfação do desejo do adulto derivam de sua fixação em certas representações e afetos, que limitam sua realização no mundo. Pois, parte do desejo do sujeito e do desejo de seus antecessores encontra-se radicado no material psíquico, que atravessa sua família. Assim, vivências psíquicas de um tempo longínquo podem traumatizar o desejo do sujeito.² Esse trauma aparece em organizações neurópticas, moldando a configuração do desejo do sujeito: seu modo singular de se apresentar nas relações com as pessoas e o mundo.

O trauma do absoluto caracteriza-se por representações sobre-investidas por ódio e horror: *ser abandonado, desamparado, rejeitado, não-amado, perdedor, devedor, invulnerável ao amor, amaldiçoado infinitamente, sofredor eterno, para sempre, sem lugar no mundo*. Seu sobreinvestimento refere-se ao intenso aporte de ódio e horror nessas representações, impedindo o investimento de amor – afeto propulsor do desejo – em outras. Desse modo, ele bloqueia a mobilidade das demais representações e dificulta a mudança psíquica do paciente (ALMEIDA, 2003).

Quanto ao material psíquico perpetrado na família, Eiguer (1998) afirma que, na transmissão psíquica entre as gerações, um ancestral provoca fantasias, deflagra afetos, suscita identificações e intervém sobre as instâncias da família. A esse respeito, Kaës (2001) pontua a transmissão de

¹ Esse artigo oferece um resumo do livro ‘A mudança psíquica do trauma do absoluto’ da autora.

² A relação entre vivências parentais e filiais quanto ao desejo encontra-se em Freud (1900).

configurações de objetos psíquicos (representações, afetos e fantasias) e vínculos, incluindo as relações de objeto.

Nessa via supra-individual, o trauma do absoluto designa a herança psíquica do filho, a partir do magma de ideias e de afetos de seus pais, que propagam relações violentas vividas com seus genitores. Sendo assim, ele retrata a tentativa desse herdeiro de romper o vínculo com seus objetos de desejo. Seu sofrimento é vivido como *infinito, infundável e imutável*. Essas condições psíquicas alteram o sistema representacional (ALMEIDA, 2003).

O sistema das representações é um aparato psíquico capaz de representar os impulsos, as relações de objeto e os estados mentais do sujeito. Em seus estratos inconscientes são produzidas as representações, investidas por amor ou ódio. A primazia de afetos disruptivos – ódio e horror – nesse estrato gera falhas na eficácia potencial do sistema, de representar as diversas vivências psíquicas. As representações do absoluto contrárias ao desejo do sujeito – *ser abandonado, ser desamparado, ser rejeitado, ser devedor* – tendem a se fixar no estrato consciente do sistema. O bloqueio de representações coerentes com seu desejo – *ser amado, ser inteligente, ser competente, ser bem-sucedido* – significa que elas tendem a permanecer em seus estratos inconscientes (ALMEIDA, 2003).

Esse trauma se articula a quatro sistemas de pensamento em psicanálise. O absoluto filia-se à teoria das representações de Freud (1915) e Green (1998). Porém, Freud (1915) aborda os investimentos de libido nos representantes ideativos – não de ódio nas representações do desejo. Green (1998) trabalha com as representações e a pulsão de morte, sem focar o investimento de ódio nas representações do desejo. Klein (1981) e Bion (1994) examinam os ataques destrutivos aos objetos internos – bastante diferente dos investimentos de ódio nas representações do desejo. Termo de Herrmann (2003), o sistema representacional adquire uma conotação específica no contexto do absoluto. Indicando conflitos ancestrais, o absoluto associa-se, igualmente, à transgeracionalidade de Eiguer (1998) e Kaës (2001). Eles investigam a transmissão da vida psíquica entre as gerações da família, incluindo os traumas, a dificuldade da psique de representá-los, os ideais, a vergonha, a culpa, os segredos, entre outros temas.

Portanto, o absoluto não se filia de forma exclusiva a quaisquer desses sistemas da psicanálise. Nessa medida, trabalha-se com autores ligados a escolas com diferentes fundamentos metapsicológicos. O diálogo com eles justifica-se a partir da articulação desse trauma com várias vertentes da psicanálise e da aplicação do pensamento dos autores a pacientes atingidos pelo absoluto. Ademais, esse diálogo tem ressonância com o enfoque transgeracional, que conjuga conceitos próprios com conceitos de outras linhas psicanalíticas. Nesse sentido, Kaës (2001) utiliza conceitos

como relações de objetos, elementos alfa e beta, entre outros, juntamente com suas formulações teóricas, de natureza transgeracional (ALMEIDA, 2003).

Ademais, o absoluto articula-se ao enfoque econômico da metapsicologia clássica. Para Freud (2006a), ele designa as alterações nas quantidades de excitação. No inconsciente, há conteúdos catexizados com maior ou menor força.

Dessa forma, o sobreinvestimento de ódio e horror nas representações do absoluto se diferencia do investimento de ódio em outras – ser estúpido, ser incompetente, ser desastrado – assim como do investimento de amor em: ser inteligente, ser competente, p. ex. Esses diferenciais de investimento sinalizam as alterações econômicas geradas pelo absoluto, que se associam às falhas na função representativa do sistema (ALMEIDA, 2003).

Torna-se necessário, nesse ponto, situar as hipóteses investigativas da autora em relação a conceitos psicanalíticos.

No plano metapsicológico, o sistema das representações se articula ao funcionamento do ego, visto que essa instância realiza o trabalho psíquico com as representações. Segundo Zimmerman (2013), Freud definiu o ego como um conjunto de funções e de representações psíquicas. Ilustrando essas ideias do autor, Freud (1915) examina o representante ideativo da pulsão e seu representante afetivo-energético. O representante pulsional consiste em uma representação, com uma cota de energia psíquica ou afeto. A seguir, em 1923, as representações se originam da percepção-consciência – associada ao ego.

Outros autores têm contribuído para a teoria psicanalítica da representação – de amplo espectro e com grande densidade teórica e clínica.

Para Green (1998), o psiquismo é constituído de processos e forças afetivas, que nem sempre podem ser representados pela linguagem. Esta faz parte da teoria geral da representação, pois o trabalho psíquico busca caminhos para representar territórios irrepresentáveis: o soma e o real. Assim, a clínica psicanalítica remete às falhas da atividade representativa, à paralisia da análise e ao irrepresentável.

Em relação a isso, retoma-se a concepção da autora acerca das alterações da função representativa do sistema – devido ao impacto do absoluto sobre ele – e sua interlocução com o pensamento de Green (1998) quanto às falhas da atividade representativa.

Além disso, na história da psicanálise, o conceito de desejo é muito importante. Esse percurso se inicia com Freud (1915), que aborda os impulsos carregados de desejo e prolonga-se em Lacan (1998), que o enfoca em sua obra. Além disso, na teoria de Herrmann (2001), o desejo consiste na matriz interna das emoções e a identidade remete à representação do desejo.

O trabalho da autora com as representações coerentes com o desejo do sujeito, bloqueadas pela sobrecarga do ódio e do horror nas representações do trauma do absoluto, se insere nessa tradição psicanalítica.

A MUDANÇA PSÍQUICA DO TRAUMA DO ABSOLUTO

Expostas essas primeiras ideias acerca do absoluto, passa-se a apresentar a mudança psíquica de seus conteúdos produzida pela análise.

A mudança psíquica do absoluto articula-se a certos elementos psíquicos, a certas operações e aos processos do sistema das representações. Dentre seus elementos, há as representações e seus afetos. No tocante às operações, há desdobramentos, contraposições e equivalências entre as representações. Quanto aos seus processos, há o parentesco semântico entre as representações e os novos afetos investidos nas demais representações (ALMEIDA, 2011).

No absoluto há: representações catastróficas do sujeito, representações catastróficas de mundo, de tempo, de espaço, dos paradoxos, da imagem de si e de organização da matéria.

As representações catastróficas do sujeito são: *ser desamparado, abandonado, rejeitado e devedor*, entre outras. Retratam uma catástrofe relacional entre sujeito e seus genitores. As representações catastróficas do mundo são termos abstratos utilizados pelo sujeito, que assinalam traumas com seus pais: *colapso, abismo, esfacelamento, fatalidade* (ALMEIDA, 2011).

As representações de tempo abarcam: o sofrimento que se estende *para sempre*, o sofrimento *eterno*, sua duração *por séculos*. As representações de espaço compreendem: *sem lugar no mundo, não ser desse mundo*. As representações da imagem do sujeito envolvem seu desejo de *ter bilhões de pessoas* como ele. Há as representações paradoxais – *estar cheio e estar vazio; estar absolutamente além e aquém* de seu rival – e as representações da desorganização da matéria – *ser morte, estar morto, ser morto-vivo, ser inexistente* (ALMEIDA, 2011).

Para denotar a mudança psíquica nesse trauma, cumpre descrever três operações observadas na análise. Dentre os desdobramentos das representações, há: *ser invulnerável, ser imune e ser blindado*. Quanto à contraposição das representações, depara-se com: *ser invulnerável* ao amor em oposição à *busca de relações duradouras*. No caso da equivalência entre elas, cabe considerar: *ser solitário e ser isolado*. Passando-se aos processos envolvidos nessa mudança, o parentesco semântico entre as representações manifesta-se em: *ser invulnerável, ser imune e ser blindado*. Com relação aos novos afetos, o medo, a tristeza, o tédio, o desespero e o amor se fazem presentes nela (ALMEIDA, 2011).

Um importante *turning point* na mudança psíquica do trauma do absoluto envolve a cena primária e a fantasia de auto-engendramento. A esse respeito, Ribas (1991) afirma que certos

pacientes negam a cena primitiva de sua concepção. Põem em jogo sua origem e sua fantasia de auto-engendramento. Complementando essas ideias, para Racamier (1986), a fantasia da criação-recriação remete ao auto-engendramento – ser seu próprio genitor. Essa fantasia se contrapõe à fantasia da cena primitiva.

A CLÍNICA DO TRAUMA DO ABSOLUTO

Como lastro clínico para examinar o trauma do absoluto, apresenta-se um caso paradigmático quanto a ele. Sua escolha se deve ao intenso comprometimento do sistema representacional pelo ódio, assim como às operações e aos processos mediados por esse sistema, à medida que a análise vai transcorrendo.

Primeiramente, a história de vida do paciente é explicitada em suas linhas gerais. A seguir, a divisão da análise em cinco fases remete aos períodos de mudanças psíquicas significativas no paciente. Elas são apresentadas de forma sucinta, por questões de limite do artigo. O uso do itálico visa destacar suas representações e afetos, bem como suas mudanças na análise. O sinal gráfico das aspas simples retrata as falas *ipsis verbis* do paciente. As aspas simples – contendo palavras em itálico – sinalizam falas do paciente, nas quais as representações e suas mudanças aparecem. Ao se intercalar travessões entre as frases, visa-se deixar o relato mais claro para o leitor.

O analisando é um senhor inteligente, culto, bem situado profissional e financeiramente. Com sete anos, seus genitores se separaram e seu pai formou novas famílias, nas quais ele era submetido aos maus-tratos dos enteados do pai e à sua desproteção. Com isso, ele se sente abandonado, desamparado e rejeitado pelo pai. Então, ele faz um grande esforço para ser ‘super’ e superior aos demais na esfera literária. Seu sucesso dependia de ele derrotar supostos inimigos, de modo aguerrido.

Seu avô paterno é cultuado com amor e admiração por ele, tendo amenizado a aridez e a distância de seu pai. Do avô, herdou ‘seus melhores valores: justiça, integridade moral, retidão de caráter, tolerância às minorias e à condição humana’. Ele foi ‘um grande homem com nobres valores, feminino e terno’. Em sua família, o lugar do pai parece ser o da falha, da falta, do aquém. Assim, ele se fixa no ódio e no horror pelo abandono paterno e pela perda/morte do avô. Porém, seu orgulho de si e do avô diminui seu ‘horror à condição humana’. O ódio e o horror fundam sua vida emocional.

A questão da dívida alicerça-se em sua família. No veio paterno, ele se representa como devedor para com seu avô e seu pai, como devedor quanto a ele. Tem urgência de ‘repor a estirpe de grandes homens para pagar sua dívida com o avô’. Do ramo materno, evoca a versão de sua mãe de que seu sofrimento tem a ver com uma dívida, a ser paga por ele.

Além disso, seu paradoxo do *cheio* e do *vazio* se associa com a linhagem paterna. Sua avó paterna fazia comidas gostosas para ele comer, mas, depois, sadicamente, dizia que ele estava gordo

e balofo. Ele se sentia inchado, fazia regimes terríveis e se angustiava muito com isso. Seu enorme vazio decorria, ainda, de suas expectativas malogradas de amor, de acolhida e de proteção paternos. Desse modo, seu paradoxo do cheio e do vazio foi preenchido pela comida e pela literatura. Nessa trama de cheios e de vazios, a ‘pele de anjo’ de uma namorada o lembrava de seu pai. Porém, ela o traía e desaparecia, quando ele estava bastante envolvido com ela. Paradoxalmente, ele viveu com ela, fascínio – pela quebra de limites quanto ao prazer sexual – e horror – ao se submeter ao seu sadismo e se fixar a ela. Ele sofreu muito com essa garota, porém, com a análise, conseguiu se desvencilhar dela.

A partir disso, como com seu pai, ele previa ser desamparado, rejeitado e não amado por suas namoradas. Assim, ele buscou ser invulnerável ao amor, revelando sua catástrofe relacional. Então, buscou sexo sem compromisso: desejo de não amar uma mulher. Por outro lado, ele fazia alianças de ‘fraternidade e de lealdade’ com alguns homens, desde que houvesse ‘paridade de forças, admiração e respeito’ entre eles. Com homens prepotentes, sentia um ódio que o dominava e bloqueava sua capacidade de criação. Previa ataques e derrotas, em sua competição com eles. Com homens menos dotados na área literária, temia que eles ‘sugassem’ sua potência. Angustiava-se por sua paradoxal dependência de amor e de aprovação desses homens inferiores e desprezados por ele. Sua onipotência era uma defesa contra sua vulnerabilidade ao amor.

Na primeira fase da análise, as representações do absoluto são bastante repetidas pelo paciente. Assim, ‘*ser n vezes* mais importante saber do que viver’ destaca o valor exponencial do saber para ele – como defesa contra o amor ao outro. ‘*Ser n vezes* mais importante saber’ e ser ‘*invulnerável* ao amor’ indicam seu desejo de ser uma exceção à condição humana. Seu desejo de ‘*ser super*’ e de ‘*ser invulnerável* ao amor’ o alçariam para além de seu ‘*horror* à miséria da condição humana’. Porém, ele sofre ao ‘*ser eternamente aprendiz*’ e ‘*eternamente não sabedor de tudo*’, articuladas a ‘*ser n vezes* mais importante saber do que viver’. ‘Meu sofrimento vai ser *eterno*’ – bastante referido por ele – vai além do tempo da existência humana. Dentre seus paradoxos, ora ele dizia ‘*sou infinitamente* melhor que meus rivais’ ora afirmava ‘*sou infinitamente* pior que eles’. Além disso, ele desejava ‘*ser o melhor da história*’ em seu trabalho.

Sua representação de espaço é: ‘estou confinado em uma prisão, entre o purgatório e o inferno’. Nessa prisão, ele expiaria seus pecados e iria para o céu. Dentre as alterações na organização da matéria, ele relatou: ‘*Eu sou morte, eu sempre fui morte*. Desde que nasci até quando vivi aqui, só foi morte. Quando voltei – de outra cidade – é morte de novo. É o *eterno* retorno; sofro muito, é o *eterno* retorno’. Esse *eterno* retorno designa a repetição inexorável de suas experiências ruins com as outras pessoas.

Seu desejo de ser supra-humano aparece em seu ódio diante de seus limites, como ser humano. Seu desejo de *'ter sete bilhões de pessoas como eu no mundo'* corresponde a ter sete bilhões de cópias ou reproduções de si – excluindo os demais seres humanos do mundo. Seu desejo de *'ser perfeito'* serve para ele se destacar e se distanciar dos outros. Contudo, ele vive o conflito entre seu desejo de *'ser poderoso e ser superior às outras pessoas'* e sua sensação de *'ser solitário e não-amado'*.

Ele deseja obter ganhos absolutos com suas conquistas na vida, mas, após obtê-las, o sistema retorna à vivência de ele estar submetido às perdas terríveis. Essa transformação paradoxal de seu *ganho em perda* envolve a intensa força do ódio nas representações do sistema. Quanto a isso, Racamier (1986) define o paradoxo como uma formação psíquica, que liga duas proposições inconciliáveis. Essa agressão ao eu suscita um ódio intenso em sua vítima.

E, mais, ele desejava *'ser um sábio isolado e inatingível numa montanha inexpugnável'*. Ele sentia um *'horror infinito, inescapável'*. Seu horror à intersubjetividade se desdobrou em seu desejo de: *'ser um clone'*, *'ser descendente de uma linhagem superior ou divina'* e *'ser a resultante operacional de um tubo de ensaio'* – relatadas em diferentes sessões. E, inclusive, ele sente *'horror ao meu desejo de ser amado'*, *'horror de estar exposto à vontade do outro e de ser desamparado por ele'*. Seu *horror* à condição humana se revela, igualmente, em: *'detesto ser humano'* e em seu desejo de *'ser máquina'*. Ele deseja, mas reluta contra sua dependência de seu pai: deseja *'poder contar'* com ele, mas angustia-se por *'não poder contar'* e *'não poder não contar'* com ele. Há uma íntima relação entre seu horror às relações intersubjetivas e seu ódio à figura paterna. Ao final desse período de análise, seu sofrimento *eterno* diminuiu. E, sua raiva – mais branda que seu ódio – não o domina, enquanto um intenso ódio o dominava anteriormente.

Na segunda fase, as ideias e afetos do absoluto pouco apareceram. Eles se desdobraram em versões atenuadas desses conteúdos, significando sua relação menos defensiva com seus objetos de amor, do que na primeira fase da análise.

De modo paradoxal, por um lado, ele explicitou: *'desejo ser imune aos ataques'*; por outro, ele expôs sua *'busca de relações duradouras, pois me sinto isolado e solitário'*. Além disso, apareceram seus desejos contraditórios de *'ser independente'* do outro, mas de *'buscar relações duradouras'*. Porém, ele acentua o *'sofrimento prolongado numa relação duradoura com final trágico, que traria uma dor quase inescapável'*. A despeito de apontar a *'sucessão de momentos bons'*, ressalta as *'relações prolongadas com dor'* mas, então, fala de *'prazer possível e consistente no tempo'*.

Apesar disso, seu pensamento foi imobilizado por representações paradoxais de seu desejo: *'ser invulnerável ao outro'*, mas *'ser escravo dele'* e, mais, ora afirmava *'sou infinitamente melhor que meus rivais'*, ora considerava *'sou infinitamente pior que eles'*. Logo, houve a mudança paradoxal

da representação de *melhor* para *pior*, assim como de *ganho* com suas conquistas para *perda* delas. Então, apareceram seu *medo* e sua *tristeza* de perder suas conquistas.

Na terceira fase da análise, ele retomou seu sofrimento com o outro e acrescentou ‘queria *ser blindado*’. *Ser blindado* evitaria *ser sugado* e *ser esvaziado* pelo outro. Então, ele afirmou de forma clara, pela primeira vez: ‘desejo *ter sucesso*’. Porém, *ter sucesso* se associou a seu *medo da perda*, *medo de ser sugado*, *medo de ser esvaziado* e *medo do fracasso*. Logo, *sucesso-fracasso*, *fartura-penúria* e *duradouro-transitório* são representações paradoxais, que paralisaram seu pensamento.

Os complementos inconscientes de dois raciocínios incompletos do paciente têm o mesmo conteúdo: *final ruim*. Pois, tanto em seu primeiro raciocínio sobre seu desejo de uma ‘*relação prolongada, que dura até o fim*’, quanto em seu segundo raciocínio – no qual ‘*sucesso* significa *ter relações duradouras*’ – seu complemento inconsciente era *final ruim*. Portanto, esses complementos inconscientes contradizem a primeira parte das duas frases, confirmam um ao outro e produzem uma armadilha paradoxal contra seu vínculo com o outro. Seu sofrimento prolongado nas relações duradouras se associou com *final ruim*. Contudo, ele fala em ‘sucessão de momentos bons’. A eles acrescentou um raciocínio catastrófico, no qual o adjetivo transitório é usado como substantivo: ‘*o transitório se esfacela, rompe e quebra*’. Todavia, a analista pontua que ficar de modo *transitório* com uma garota legal ocorre numa relação *transitória* e *prazerosa*. Essas novas representações acerca das relações com o outro podem superar suas representações anteriores de *sofrimento duradouro* e de *final ruim* junto a ele – desse mesmo período.

Na quarta etapa da análise, associou sua ‘*miséria* à realidade: indiferente às minhas fantasias e desejos’. Entretanto, a seguir, ele afirmou que ‘*minha realidade é melhor que a de muitas pessoas e construída por mim*’.

Continuando a usar adjetivos como substantivos, ele fala sobre seu ‘gosto pelo *irreversível*’ e sobre seu ‘*horror ao não estático*’. Esses conteúdos revelam a regressão do sistema aos elementos do absoluto. Porém, sua representação de *fim* adquire novos sentidos nesse período: seu significado inicial de *degeneração* verte-se em *fim* como *transformação* e, depois, *fim* é associado à ‘*construção de algo novo*’. Além disso, ‘ser bem sucedido é encontrar um amor e não me colar a uma relação ruim’ nessa fase. Apesar disso, reapareceram as representações do absoluto relativas à ruptura do vínculo com seu pai. Ele afirmou ‘*é impossível ser independente de meu pai*’ e fala de seu ‘desejo pelo *infinito*’ e de seu ‘desejo pelo *ilimitado*’. Parece que seus desejos retratam que seu vínculo com seu pai é limitador, do seu ponto de vista.

A divisão do ego nos processos de defesa discutida por Freud (1940) aparece na divisão de suas representações no sistema. Mais especificamente, sua representação de *ser popular* nas paqueras se opõe a ele *ser solitário* na intimidade. Ele sente *ser fracassado*, ainda que seja *bem sucedido* nos

âmbitos profissional e financeiro. Além do mais, dois grupos de representações se evidenciam nesse momento da análise: *ser amoroso, divertido, lúdico e criativo*, de um lado, e *ser odiável, triste, trágico e destrutivo*, de outro. Porém, com a análise, a divisão – de seu eu, de seus objetos e de suas representações – foi sendo integrada ao sistema.

Referindo-se a ‘minha crise’, várias representações se interligaram a ela. Assim, ‘*ser desamparado, ser fracassado, ser submetido* a forças alheias a ele, *ser capturado e estar preso* a um *final trágico e inescapável*’ retratavam sua crise. Esse ‘*final trágico e inescapável*’ se ligava ‘à tragédia com meu pai’. Então, ‘me envolver com uma mulher seria uma *realidade trágica*’. Além do mais, sua representação de *ser desamparado* conjugava-se à representação do mundo como *catástrofe inexorável*. Esta remetia ao seu desejo de vínculo com seu pai e sua ruptura traumática, à medida que ele se separou de sua mãe e se casou novamente outras vezes. Esse paradigma arcaico de vínculo formou-se em sua relação com seu progenitor.

Representando suas mudanças na análise como ‘minha estabilidade’, referiu-se a novas representações de si: ‘*ser amado, ser desejado, ser escolhido, ser bem-sucedido, ser ativo* em vínculos saudáveis’. Afirmou seu poder de ‘*transformação da realidade*’ e de ‘*construção de minha vida*’. Esse paradigma atual de vínculo foi construído em sua análise

Contudo, ele disse: ‘*as coisas passam*’. Esse raciocínio incompleto sinalizou uma ilusória mudança da vida com o tempo, pois seu complemento inconsciente era: mas tem um *final trágico*. Fala em sucessão do tempo, porém ligando-o a *fim catastrófico, degeneração e fatalidade*.

A seguir, a representação de *degeneração* se associou a ele *ser descendente* de seus pais. Depois, por ‘*ser descendente* de meu avô, devo repor os *homens nobres* da família. Então, preciso *ser nobre, ser pai e gerar um filho*’. Sua afirmação que o ‘*fim catastrófico* se ligava à *degradação*’ foi confrontada por: o fim pode ser o início do novo. ‘Tenho *medo do fim*’ foi contraposta por: o fim pode significar um novo começo. Na sequência, ele disse: ‘*ser bem-sucedido é ser empático, estar em construção* e aceitar a perda do controle do mundo’. E acrescentou: ‘É possível *ser estável* num *mundo mutável*’.

Na quinta etapa da análise, falou sobre seu ‘gosto pelo *permanente* e pelo *estável*’. ‘Meu *horror ao transitório* se associava à *minha fragilidade*’. ‘*Ser submetido* pelo outro’ se associou a ‘*ser impotente*’ e ‘*ser frágil*’ junto a ele. Voltou a dizer ‘*sou um nada, miserável e amaldiçoado*’. Essas ideias se associaram à sua fantasia de ter amaldiçoado o ato de sua geração e de ter expulsado dele seus aspectos sublimes – amor – e vigorosos – tesão. Ao acreditar que o amor fragilizou seu eu, ele investiu de ódio a cena primária: elo das gerações de sua família.

Nesse momento da análise, ‘*ser submetido* a algo *fatal*’ e ‘*sem lugar no mundo*’ apareceram. Seu desejo de ‘*ser controlador*’ e ‘*ser reconhecido* no mundo’ o defenderam contra ‘*ser impotente*’

e ‘*ser desligado do mundo*’. Além do mais, *ser envolvido* e *envolver*, *ser acolhido* e *acolher* foram expulsos da cena primária.

Ao rever suas questões no tocante à cena primária, mudanças fundamentais se anunciaram.

‘*Estou feliz pelo fim rápido de uma relação ruim*’. Sua ‘*luminosidade*’ foi associada por ele a ‘*sou brilhante*’ e a ‘*ser dado à luz com alegria e animação*’. Igualmente, apareceram: ‘*creio que ser estável é possível*’, ‘*hoje em dia sou capaz de pensar e aprender com meus erros*’, bem como ‘*sinto fascínio pelo lado sublime das relações*’, ‘*sou permeável ao lado sublime das relações*’ e ‘*sou uma masterpiece esculpida e construída na análise*’.

DISCUSSÃO

A partir de agora, um panorama das mudanças das representações e afetos do trauma do absoluto no sistema representacional é dado a conhecer ao leitor.

Na primeira etapa da análise, apareceram *ser invulnerável* ao amor e *ser inatingível*. Na terceira, evidenciou-se um processo do sistema com o absoluto: o parentesco semântico entre suas representações: *ser invulnerável*, *ser imune* e *ser blindado*. Elas indicam a mudança de seu desejo de ser uma exceção à condição humana – *ser invulnerável* ao amor – passando a um desejo próximo dessa condição – *ser imune* – e o retorno de seu desejo de ser exceção a essa condição – *ser blindado* contra o outro. Além disso, *ser invulnerável* – primeira – *ser imune* – segunda e terceira fases – e *ser blindado* – terceira – foram transformadas em *ser permeável* ao fascínio do *sublime* nas relações – quinta. E, ainda, na quinta, surgiram *amar* e *ser amado*; *ser acolhedor* e *ser acolhido*; *ser envolvido* e *envolver* – que apontam a elaboração de *ser invulnerável* e *ser inatingível*. Por sua vez, o ‘*colapso*’ e ‘*o transitório que esfacela, rompe e quebra*’ – terceira época – tem parentesco semântico com ‘*catástrofe, fatalidade e fim catastrófico*’ – quarta – e com ‘*fatal*’ – quinta (ALMEIDA, 2011).

As operações mentais do sistema se evidenciaram na segunda etapa. Dentre os desdobramentos das representações, *ser abandonado*, *ser desamparado*, *ser um sábio isolado* e *inatingível* – primeira – deram lugar as suas variantes atenuadas: *ser solitário* e *ser isolado* – segunda. Estas variantes demonstram a equivalência entre as representações – segunda. Igualmente, o desdobramento entre elas se anuncia em: *ser invulnerável* – primeiro – *ser imune* – segundo e terceiro períodos – e de *ser blindado* – terceiro. Revelando a contraposição das representações, *ser invulnerável* ao amor – primeira – foi confrontada por sua *busca de relações duradouras* – segunda e terceira. Ao lado disso, *ser desamparado* por seu pai – primeira – foi superado por *ser autossustentado* em si mesmo e *ser paternal* – quinta. *Ser rejeitado* por seu pai – primeiro – foi elaborado em *ser escolhido* por si mesmo – quinto (ALMEIDA, 2011).

Do sofrimento *eterno, infinito e imutável* nas relações – primeiro tempo – ele passa ao sofrimento em relações prolongadas com *final trágico*, à sucessão do tempo e ao gosto pelo *transitório* – segundo – depois ao sofrimento em relações prolongadas com *final ruim* e à sucessão de *momentos bons* – terceiro – e, por fim, às relações com início, meio e fim, em que algo novo e bom pode começar – quinto. A ‘sucessão de momentos bons’ se confronta com as ‘relações prolongadas com *final ruim*’ – terceiro. Não obstante, seu ‘sofrimento *imutável*’ com o outro – primeiro – cede ao ‘prazer possível e consistente no tempo’ – segundo. Aliás, o tempo *transitório* – segundo – adquire um sentido catastrófico no terceiro: ‘*o transitório se esfacela, rompe e quebra*’. A representação de *eterno retorno* – primeira etapa – liga-se a *irreversível* – quarta. Seu ‘gosto pelo *irreversível* e pelo *estático*’ – quarta – foram abrandados por ‘seu gosto pelo *permanente* e pelo *estável*’ – quinta (ALMEIDA, 2011).

Na primeira fase, ele se debatia entre ‘ter todo o tempo do mundo, um tempo que passa e ameniza a dor’ e seu ‘horror de estar preso *eternamente* na *miséria* da condição humana’. Nesse período, sua representação de *miséria* ligava-se a seu *horror* ao vínculo com o outro. No quarto, ‘meu horror à *miséria* humana é que as fantasias não se tornam realidade, tem que se esforçar para conseguir as coisas’. Sua *miséria* – primeira etapa – se liga à sua *penúria* – terceira – retorna à sua *miséria* – quarta – e se vincula a *ser miserável* – quinta. *Ser miserável* ao não conseguir mudar a realidade – quinta – é revista ao *ser capaz* de transformar a realidade, *ser agente* e *ser autor* de sua vida (ALMEIDA, 2011).

Do primeiro período, *ser perfeito* – quando seus erros eram execrados por ele – deu lugar a *ser capaz* de pensar e aprender com eles – quinto. Além disso, *nascer pronto* e *não ter que aprender* – primeiro – se transformaram em *estar em construção* – quarta época – e em *ser uma masterpiece esculpida e construída* por si mesmo – quinta (ALMEIDA, 2011).

Ser uma criança ferida, que desejava um mundo *imutável* sob seu controle rígido – quarto tempo – foi superada por *ser um adulto estável* capaz de lidar com um mundo *mutável* – quinto. O *abismo* como a distância absoluta entre ele e seu objeto de desejo – quarto – veio a significar que seu desejo de domínio e seu *ódio* ao objeto escondiam seu medo de *ser vulnerável* a ele – quinto (ALMEIDA, 2011).

Seu desejo de *ser nobre*, ao ser neto de um *avô nobre* e *ser descendente* de homens nobres – primeiro tempo – foi retomado em *ser nobre* – quinto tempo. Seu desejo de ‘*repor os grandes e nobres homens*’ da família – primeiro – verteu-se no desejo de ‘*ser maior* que meu pai e meu avô’ – quarto – e no de ‘*ser grande* entre os grandes’ – quinto (ALMEIDA, 2011).

Na fase inicial da análise, ele não se concebia como filho de seus genitores e negava suas origens. Sua fantasia de auto-engendramento tinha como cerne ser oriundo de uma geração assexuada.

Suas variantes eram: *ser descendente de uma linhagem especial*; *ser um clone* e, ainda, *ser o resultado operacional de um tubo de ensaio*. São versões modernas de sua fantasia de se auto-engendrar, visto que ele negava ter havido amor e prazer sexual, ao ser gerado por seus pais. Seu *horror* às relações intersubjetivas foi superado por seu *fascínio* pelo *sublime* nas relações – na quinta etapa. A integração dos conteúdos benfazejos da cena originária – amor, prazer sexual, alegria e entusiasmo – quinta etapa – permitiu um *upgrade* em seu sistema representacional (ALMEIDA, 2011).

Ser bem sucedido no sentido de ser autossuficiente para não precisar do outro – primeiro tempo – passou a significar ‘encontrar um amor e não me colar a uma relação ruim’ – na quarta fase. ‘*Estou animado*’ – terceiro e quarto períodos – foi revisitado em ‘*estou feliz*’ – quinto. Sua *animação* e sua *alegria* – terceiro – ligaram-se à sua ‘*luminosidade*’ – quinto. Quanto a isso, para Laplanche e Pontalis (2016), o amor consiste num fator de ligação nas relações e o ódio tem como objetivo dissolvê-las.

Faz-se necessário, outrossim, enunciar a mudança de seus afetos no transcorrer de sua análise.

No território dos afetos desse trauma ancestral, o *ódio*, o *horror*, o *medo*, a *tristeza*, o *tédio* e o *desespero* são seus afetos indissociáveis. Seu *ódio* e *horror* ao outro – primeiro – cederam lugar ao *medo* e à *tristeza* de perdê-lo – segundo. No terceiro, *colapso* e *catástrofe inexorável* foram investidas de medo. No quarto, *ser impotente*, *ser submetido* e *ser capturado* se associaram à tristeza. O medo, a tristeza, o tédio e o desespero são contrapontos afetivos do ódio e do horror. Eles são menos defensivos contra o amor que o ódio e o horror. Com a análise, o ódio e o horror – primeiro tempo – deram lugar aos afetos complementares a eles: *tédio*, *desespero*, *tristeza* e *medo* – segundo. Na análise do absoluto, a formação de afetos complementares ao ódio e ao horror – o medo, a tristeza, o tédio e o desespero – é explicitada por Green (1998). Para o autor, nas operações mentais com os afetos há: a inversão no contrário, a formação de afetos opostos ou complementares e a inibição.

E, ainda, no quinto, *ser amado*, *ser inteligente*, *ser competente*, *ser escolhido*, *ser afetivo*, *ser bem sucedido*, *ser uma masterpiece esculpida e construída* – foram investidas de amor e integradas ao sistema das representações. Sendo solidárias ao seu desejo mais original e autêntico, elas permitem realizá-lo no mundo das relações (ALMEIDA, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trauma do absoluto, as torções históricas do desejo do sujeito advêm da ferida narcísica de suas origens. Desse modo, ele tenta romper o vínculo com seus objetos do desejo.

A hipersensibilidade do sistema das representações – do sujeito – às condições iniciais de suas relações objetais o engendra. A estase do sistema associa-se à paralisia no devir das representações solidárias ao desejo, mediante a fixação das representações do absoluto.

Na jornada analítica, uma espiral de sentidos entrelaça e reorganiza as representações, de modo que uma representação pode superar outra. A mudança psíquica do absoluto depende da análise das representações e afetos, dos paradoxos, do auto-engendramento e da cena primária. Para tanto, cabe dissolver o forte ódio e horror nas representações, integrando novas representações e afetos ao estrato consciente do sistema.

A primazia do amor no sistema das representações faz com que ele tenda à estabilidade e à integração progressivas e consistentes. Dá-se a fusão entre amor e ódio, sob a égide do amor. A hegemonia do vínculo amoroso consigo e com seus objetos de desejo favorece a efetivação do desejo do adulto. Associa-se a um paradigma de relação amorosa, que sinaliza o prazer, o vigor e a fluidez do desejo. Surge um fluxo potente de seu desejo para a ação, na realidade compartilhada e no mundo das relações. Sua realização se torna consubstancial ao sujeito, em sua re-invenção identitária. Ele o atualiza no presente e lida com limites que a realidade *de per se* impõe a ele. Para tanto, ele precisa depurar, do espólio psíquico de sua família, as representações em uníssono com seu desejo, em seus alicerces mais essenciais e verdadeiros.

Por fim, as suposições especulativas propostas têm fundação teórico-empírico-clínica no campo da psicanálise. Dessa forma, podem contribuir quanto às lacunas do conhecimento sobre a teoria da representação, do desejo e do trauma, bem como quanto às falhas da representabilidade do sistema, seus tipos de representação e de afeto, seus processos e seus estratos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Emília Sousa. **A Clínica do Absoluto: Representações Sobre-investidas que tendem a deter o Encadeamento Associativo**. Tese de doutorado, Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

ALMEIDA, Maria Emília Sousa. **A mudança psíquica no trauma do absoluto**. São Paulo: Agbook, 2011.

BION, Wilfred Ruprecht. **Estudos psicanalíticos revisados**. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

EIGUER, Alberto. **A transmissão do psiquismo entre gerações**. São Paulo: Unimarco, 1998.

FREUD, Sigmund. **O inconsciente**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. Originalmente publicado em 1915.

FREUD, Sigmund. **O ego e o id**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. Originalmente publicado em 1923.

FREUD, Sigmund. **A divisão do ego nos processos de defesa**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. Originalmente publicado em 1940.

GREEN, André. Sobre a discriminação e a indiscriminação afeto-representação. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 32, n.3, p. 407-456, 1998.

HERRMANN, Fabio Antônio. **O método psicanalítico**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

HERRMANN, Fabio Antônio. **A clínica psicanalítica**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

KAËS, René. et al. (2001) **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

KLEIN, M. **Psicanálise da criança**. São Paulo: Mestre Jou, 1981.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LAPLANCHE, Jean e PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário de psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

RACAMIER, Paul-Claude. Agonie psychique. **Revue Française de Psychanalyse**, v.50, n.5, p. 1299-1309, 1986.

RIBAS, Denis. L'auto-engendrement. **Revue française de psychanalyse**, v. 55, n.5, p.1237-1241, 1991.

ZIMERMAN, David Epstein. **Vocabulário contemporâneo de psicanálise**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

5 - A PSICOSE NO PERSONAGEM NORMAN BATES – SOB A ÓPTICA LACANIANA

Isabelle Nogueira de Sá Bonafé

Daniel Cardozo Severo

INTRODUÇÃO

O presente capítulo se pauta nos princípios da Psicanálise Lacaniana, tendo como conceito central a Psicose nessa abordagem, bem como o mecanismo de Forclusão do Nome-do-Pai, sendo a base do desencadeamento da estrutura psicótica. Sabe-se que o conceito de psicose foi ressignificado inúmeras vezes ao decorrer das obras de Freud e Lacan, e atualmente há diversas interpretações por outros autores, podendo-se dizer que foram fundamentais para a psicanálise. Nesse sentido, o presente estudo busca averiguar quais manifestações de tais conceitos podem ser identificadas no personagem fictício Norman Bates, da série Bates Motel. A escolha do tema “psicose” se deu pelo interesse de aprofundamento no assunto e analisá-lo a partir de um personagem fictício, Norman Bates, da série Bates Motel, a fim de observar comportamentos e sinais dessa estruturação psicótica que se assemelham aos abordados na teoria como forma de estudar e compreender a psicose de maneira mais dinâmica.

A importância deste estudo se dá pela relação mãe, pai e filho(s), ou seus substitutos, e quais as consequências que uma falha em suas funções ou ausência podem gerar em um indivíduo. Foram abordados então os elementos principais da psicose na visão lacaniana e como esses foram manifestados durante a série. O objetivo geral do estudo foi identificar e analisar as representações e manifestações da psicose no personagem Norman Bates da obra de ficção Bates Motel. Os objetivos específicos foram: identificar conceitos como Complexo de Édipo, psicose, forclusão, relação dual mãe-filho, dissociação e função ausente do Nome-do-Pai no caso estudado e compreender como os conceitos citados acima são representados na série. Nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização teórica sobre a psicose, para posteriormente ser explicado o método da pesquisa de campo e os resultados alcançados e discutidos à luz da teoria.

REVISÃO DA LITERATURA

Lacan entende que o mecanismo que estrutura a psicose vem de uma falha de uma operação simbólica de um significante que ocorre no nível da linguagem. Sua hipótese nasce na ideia de que, na psicose, durante as articulações simbólicas, existe uma etapa da simbolização que o psicótico não

consegue efetivar (GUERRA, 2010). Durante o desenvolvimento de seu terceiro seminário, Lacan elabora sua teoria de que psicose se estrutura por conta de uma falha de um dos elementos durante o Complexo de Édipo – o Nome-do-Pai – assim, se diferenciando da neurose (SALES, 2007). Na neurose a representação do Nome-do-Pai é inscrita, porém, recalçada e retornando como revestimento simbólico e substitutivo, portanto ela pode voltar a consciência, diferente da psicose, que essa representação primordial do sujeito não chega a ser inscrita, ela é rejeitada e floracluída (GUERRA, 2010). Lacan aborda o complexo de Édipo de maneira semelhante à Freud, mas com suas próprias postulações e acréscimos, principalmente na temática simbólica, imaginária e real que se difere de Freud, portanto, para ele não é apenas no âmbito da fantasia que o complexo se relaciona. Além de exercer uma função estruturante, as fantasias da criança a respeito dos pais imaginários e o papel de cada um – função paterna e materna – são essenciais durante o Édipo, pois estrutura tanto a sexualidade quanto a própria existência do sujeito (BARRETTA, 2012).

Lacan entende que Complexo de Édipo ocorre em três tempos lógicos: o primeiro tempo é caracterizada pela relação fusional que a criança e a mãe estabelecem, enquanto a criança identifica a mãe como objeto de desejo, a mãe identifica a criança como seu falo, ou seja, aquilo que lhe faltava e agora a completa. Nesse período pode-se dizer que tanto a mãe quanto a criança têm uma falta e que em sua relação fusional se completam, seus desejos são dependentes um do outro. O desejo da mãe é uma vontade sem lei, a criança se encontra como submissa a ele, é um desejo não barrado e sem controle. Lacan entende que só um significante pode substituir outro, portanto, é nessa passagem do primeiro tempo para o segundo tempo do Édipo que deve entrar a figura essencial: a função paterna, como significante Nome-do-Pai, tem o papel de substituir o significante do Desejo da Mãe a fim de barrá-lo, interditando e exercendo o controle, impondo a lei tanto na mãe quanto na criança (SOARES, 2016).

O segundo tempo então, é marcado pela aparição e mediação essencial da figura paterna; seu papel é trazer consigo, o sentimento de privação, de imposição e de lei. O pai, portanto, nesse segundo momento contesta e impõe limites na relação fusional entre a mãe e o filho, privando-os de seus objetos de desejo. Esse momento é vivenciado como uma intrusão pela criança, e traz consigo o sentimento de frustração, pois percebe que é o pai quem tem a mãe (seu até então objeto de desejo), assim, esse momento do Édipo é definitivo para a implementação e aceitação de leis, criando o significante do Nome-do-Pai, que é remetido a essa lei (SOARES, 2016).

O terceiro e último tempo é o declínio do Complexo de Édipo. É marcado pelo fim da rivalidade fálica entre o filho e pai pela mãe, ou seja, representa que houve a simbolização efetiva da lei. Durante o declínio do Édipo ocorre o que Lacan chama de jogo das identificações, que varia de acordo com o sexo do bebê (SOARES, 2016). Portanto, o complexo de Édipo é visto como a fonte

da estruturação psíquica, definindo a personalidade e subjetividade do sujeito, caracterizado pela passagem entre o desejo incontrolável para o desejo socializado fornecendo a chamada tolerância a frustração, visto que nem todo desejo será realizado. (MIGUELEZ, 2012). Independentemente de como é configurada a família, o complexo de Édipo vai se constituir e, portanto, é esperado que os cuidadores exerçam suas funções (materna e paterna), não importa quem faz a função, mas sim como ela é feita. A função materna tem o papel de acolher, ser amada e desejada, já a função paterna o papel de castrador e impor a lei (COSTA; BOTTOLI, 2014).

O estudo da ausência ou enfraquecimento da função paterna é uma questão importante por conta das suas drásticas consequências na estruturação psíquica, pois a privação e a imposição da castração estão ausentes ou debilitadas, o que impossibilita que a criança obtenha a percepção de limites, pois esses nunca foram impostos. (COSTA; BOTTOLI, 2014). Essa função paterna atua como um significante, seu papel é nomear/preencher o vazio marcado na simbolização primordial do estágio do espelho, que se dá por conta da alternância entre a presença e a ausência materna. Assim, o sujeito se interroga onde ela foi, concluindo que há um outro alguém que a mãe deseja além dele mesmo; esse alguém é a função paterna, o significante do Nome-do-Pai, assim a criança inscreve simbolicamente a falta do outro na lógica fálica (SANTOS E OLIVEIRA, 2012). O desejo da mãe então se torna um significante e deve ser recalcado e suprimido para que o Nome-do-Pai se apodere, pela via metafórica, do objeto de desejo da mãe, resultando na significação fálica, possibilitando que a função paterna exerça o suporte de identificação para que o indivíduo possa lidar com a realidade de castração e frustrações. É por essa analogia da metáfora paterna e o complexo de castração que o indivíduo abdica do gozo vinculado ao Édipo pela mãe (SANTOS E OLIVEIRA, 2012).

A metáfora do Nome-do-Pai atua como uma barreira entre a mãe e a criança, instaurando a lei simbólica, essa representatividade paterna intimida a criança a abandonar sua posição de objeto fálico que preenche a falta da mãe, assim, a criança se liberta e pode ir em busca de outros objetos (SANTOS E OLIVEIRA, 2012). Para Lacan a diferença entre a neurose, a psicose e a perversão se dá a partir da maneira que o sujeito se relaciona com a linguagem, conforme houve ou não, a inscrição dessa metáfora do Nome-do-Pai (SANTOS E OLIVEIRA, 2012). No caso da psicose, posição subjetiva abordada nesse trabalho, ocorre um mecanismo chamado foraclusão do Nome-do-Pai como consequência da falta essencial deste significante (alguém que exerça a função paterna), ocasionando diversos efeitos subjetivos (SANTOS E OLIVEIRA, 2012). Na psicose não há o que Lacan chama de “bejahung”, que seria o acesso ao simbólico; além disso, a simbolização que deveria ser realizada durante o Édipo é dada ao fracasso, logo o significante do Nome-do-Pai não se inscreve e é tido como falta simbólica no Outro. Nesse processo não há a intimidação necessária para que ocorra o rompimento da relação imaginária da criança com a mãe e o sujeito psicótico fica fixado em uma

posição de objeto falta-a-ser da mãe, ou seja, que representa tudo o que falta para ela e a completando, e por outro lado, deixando-o fora do gozo fálico (LACET, 2004).

Para que haja o desencadeamento da psicose em si (caracterizado no primeiro surto psicótico), deve acontecer a quebra da identificação imaginária que o sujeito se 16 apoiava, sendo esse o desejo da mãe, quando essa identificação é rompida por conta de algum evento ao decorrer da vida, a tríade imaginária criança-mãe-falo é abalada, logo, como na psicose os eixos imaginários e simbólicos se coincidem, a imagem especular que o sujeito usava para se definir foi afetada, e o psicótico se encontra sem meios para responder sobre si mesmo, ele se encontra pela primeira vez frente a uma castração real sem nenhuma mediação simbólica (GUERRA, 2010). O sujeito psicótico está à mercê do real sem meios de significar o enigma que está presenciando e expondo as condições para manifestar a psicose que já estava estruturada. Nesse momento, o Nome-do-Pai é invocado para o processo de simbolização, entretanto, como se encontra foracluído, o psicótico responde com o surto (GUERRA, 2010).

A convocação do Nome-do-Pai acontece diante vários motivos, um deles é quando o sujeito se encontra com Um-Pai, alguém que, na visão do psicótico veio ocupar um terceiro lugar na relação até então dual imaginária que o sujeito se encontrava com a mãe. Pode acontecer também durante os encontros sexuais com o sexo oposto, os quais o psicótico deveria exercer a função fálica que envolve também o significante do Nome-do-Pai, porém, há uma dificuldade em se posicionar como si mesmo no ato sexual, principalmente no papel masculino, isso por conta da feminização que é provocada pela identificação do psicótico como o falo da mãe (GUERRA, 2010). Por conta da função ausente do Nome-do-Pai, quando esse é requerido pelo simbólico, acontecem então os surtos psicóticos que podem aparecer de diversas formas, tais como: delírios, vozes e alucinações (SANTOS E OLIVEIRA, 2012).

Para o psicótico as relações imaginárias predominam, pois não há a inscrição do Nome-do-Pai e nem a significação fálica no declínio do Complexo de Édipo, logo, eles permanecem no imaginário sem contato com o simbólico. Freud enfatiza que o delírio exerce a função de cura e representa o mundo imaginário do sujeito de forma desenvolvida; é pela via do delírio portanto que o psicótico interage de alguma forma com o simbólico. (SANTOS E OLIVEIRA, 2012). O psicótico não é capaz de validar as leis de simbolização, diferente do neurótico ele interpreta de forma literal o discurso, tanto exterior quanto interior, o que dá início às vozes ou dissolução imaginária. As vozes atuam como o testemunho do psicótico de sua própria vivência, seu discurso é de certeza que viu ou ouviu algo. As alucinações verbais seriam as quebras da cadeia simbólica e o significante como o real. Quando as vozes são faladas pelo Outro, o psicótico se encontra encurralado, obedecendo ao que foi dito e é tomado como absoluta verdade (LACET, 2004).

Pensando-se no discurso como uma forma de relação simbólica inconsciente que necessita da castração, é possível tratar o psicótico como fora do discurso, já que ele não passou pela castração, de forma a negá-la pela forclusão, portanto não existe um desejo barrado, podendo dizer-se assim, que o gozo seria limitado, pois é através da significação fálica que o simbólico é organizado e o desejo surge ilimitado a um objeto (LACET, 2004). O gozo na psicose é absoluto, e o psicótico se encontra à mercê da angústia ao encarar o enigma do desejo do Outro; como não há o significante que permite significação, não há condição para a constituição de um saber sobre o desejo do Outro. Essa angústia é vivenciada como invasão, traz consigo o sentimento de não ser nada além de um corpo e é diminuída ao preço do delírio (LACET, 2004). Freud (1896, apud Quinet, 2006) entende que a rejeição da representação da castração que o psicótico faz ocasiona um desligamento parcial ou completo com a realidade, além disso, aponta as alucinações como sintomas do retorno do recalado, pensamentos inconscientes que o paciente ouve como vozes. Quinet (2006) discute também, a existência de um ponto de fixação libidinal autoerótica no paranoico, que ocasiona a divisão do eu em vários, esse despedaçamento imaginário pode ser visto em casos de múltiplas personalidades no qual uma identificação específica se apodera do eu. Quando o psicótico alucina, ele se encontra totalmente identificado no Eu, fazendo com que tenha a sensação de que outro ocupou seu lugar. O estranhamento em seu próprio corpo remete ao Estádio de Espelho – o olhar do outro que me dá unidade corporal – na psicose, a relação do sujeito com o corpo é incompleta, ele não tem formado a noção de Eu, esse estado especular e imaginário que o psicótico se encontra, junto com a não-inscrição da falta no simbólico, leva o sujeito a se deixar ser o objeto de gozo de um Outro tirano e não barrado.

MÉTODO

Foi utilizado o estudo de caráter exploratório, uma vez que visa à compreensão da teoria com base na análise de um caso. A pesquisa utilizou o método de estudo de caso com o objetivo de explicar as variáveis que relacionam causa e consequência em situações de fenômenos complexos quando não há possibilidade de utilizar estudo de levantamento (GIL, 2002). A coleta de dados foi feita por meio da observação direta dos fenômenos apresentados na série “Bates Motel” da televisão americana de gênero drama, terror psicológico e suspense, desenvolvida por Carlton Cuse, Kerry Ehrin e Anthony Cipriano em 2013, produzida pela Universal Television e exibida pela A&E, que retrata a vida de Norman Bates e de sua mãe Norma antes dos eventos retratados no filme de Alfred Hitchcock. Para desenvolver o estudo foi utilizada a observação direta da primeira à quarta temporada da série, bem como a categorização dos discursos e/ou atos do personagem a fim de estruturar a conceituação da constituição psicótica no personagem principal, Norman Bates 17-22 anos.

A forma de análise dos dados do estudo foi predominantemente qualitativa, sendo definido como uma sequência de atividades: a redução dos dados, a categorização desses dados, interpretação e redação do relatório. A redução dos dados é um procedimento de seleção por categorias descritivas a partir do referencial teórico. A categorização e interpretação de dados foi feita a partir da análise de conteúdo dos discursos e cenas que manifestam características psicológicas dos temas estudados no personagem, a fim de construir interpretações sobre o conteúdo (GIL, 2002).

Para o processo foram selecionadas as seguintes categorias para serem observadas durante os episódios: surtos psicóticos/dissociação; relação dual com a mãe/relação incestuosa; relação com o sexo oposto (função fálica); forclusão/quebra da identificação imaginária e retorno do real. Os episódios foram escolhidos pelo critério de se apresentava ou não cenas relevantes para as categorias estabelecidas citadas acima, a partir disso, foram escolhidos um total de 14 episódios, mas falaremos de 10.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Já no primeiro episódio da série, que se enquadra na categoria relação dual com a mãe/relação incestuosa, é possível perceber como a relação de Norman e Norma é diferente do usual, Norma é uma mãe controladora, que não gosta de ver seu filho com outras mulheres, enquanto Norman é um garoto introvertido, inocente e submisso as ordens de Norma. Nesse episódio, observamos, principalmente a relação dual entre eles: Enquanto Norman está fora, o ex-proprietário do motel invade a casa e estupra Norma, Norman se sente desconfortável na festa com tantas pessoas e volta para casa se deparando com a cena, ele derruba o homem e eles o amarram na cadeira, enquanto Norman busca curativos para sua mãe, ela pega uma faca de cozinha e esfaqueia o ex-proprietário, Norman vê a cena e diz: “Foi por legítima defesa, mãe, não se preocupe, eu irei ajudá-la”. Essa cena é importante para o decorrer da série, pois é por ela que ele conclui que sua mãe é capaz de matar. Norma e Norman vão até o lago para se livrar do corpo, nesse momento, enquanto Norma chora, ela se desculpa: “Desculpa Norman... desculpa ter deixado aquele homem sujo fazer isso...”. Norman culpado por deixá-la sozinha, faz uma declaração importante: “Você é tudo para mim, toda minha vida, todo o meu ser. Pertencemos um ao outro. Uma alma habitando dois corpos”.

Temos aqui a ilusão de unidade, Norman vê sua imagem refletida em Norma, ela é seu objeto de identificação e de paixão, é o seu par do estádio do espelho, o eu ideal. Assim, Norman se encontra, portanto, nessa relação dual com sua própria mãe (QUINET, 2006). É possível observar durante o episódio, e ainda mais com a frase final, que não houve o momento de separação entre mãe-filho, que deveria ter sido feita pela função paterna, porém, esse falhou, o que levou a Norman permanecer

preso na relação de alienação com a mãe, no primeiro tempo do Édipo, sendo o falo da mãe, um objeto de seu gozo e desejo (GUERRA, 2010).

No sexto episódio da série, enquadrado em ambas as categorias surto psicótico e forclusão/quebra da identificação imaginária, Norma, Dylan e Norman são quase mortos por Shelby, um policial ex-namorado de Norma, durante a briga entre eles Norman entra em estado de transe ao ver Shelby gritando e batendo em Norma, mas logo é nocauteado e desmaia, Dylan consegue perseguir Shelby e o mata.

Norman acorda sem se lembrar o que estava acontecendo, enquanto Norma e Dylan conversam, Norma revela a verdade sobre a morte de Sam Bates, seu ex marido e pai de Norman: a relação de Sam e Norma era muito abusiva, ele a agredia psicologicamente, verbalmente e fisicamente, ocorrendo até mesmo estupros que Norman enquanto criança havia presenciado, um dia enquanto eles brigavam, Norman pela primeira vez, entrou em estado de transe e bateu na cabeça de Sam com um liquidificador, que o matou na hora, porém Norman estava paralisado, não respondia nem se mexia, Norma então o arrastou para o quarto e o colocou na cama, depois levou Sam para a garagem e fez parecer com que fosse um acidente, Norman acorda em seu quarto e encontra seu pai morto e desaba a chorar no colo de sua mãe, que percebe que ele não se lembrava do que tinha feito. É importante ressaltar que o Eu do psicótico é frágil e nunca está completamente selado ou totalizado, isso porque a dimensão simbólica não é instalada. Pode-se dizer que há uma lacuna no Eu, e quando a pessoa se depara com algo que não pode simbolizar, esse Eu cede ao surto psicótico (GUERRA, 2010).

Nesse episódio, vemos o primeiro surto psicótico de Norman mostrado na série, sua psicose já estava estruturada, porém, ao ver seu pai bater na sua mãe, ocasionou a primeira quebra de identificação imaginária a qual Norman se apoiava para fazer a função do Eu. Assim como visto na fundamentação teórica, essa identificação mantinha o Norman articulado a uma imagem, em que ele assumiu o desejo da mãe, e ao ser abalada, desencadeia a dissolução do tripé imaginário da constituição subjetiva dele. Vemos também que seus surtos são acompanhados pela forclusão desses, ou seja, após o ocorrido, Norman não se lembra do que fez, pois é algo forte demais para ele simbolizar (GUERRA, 2010). É interessante evidenciar que essa primeira quebra ocorreu justamente ao ver seu pai, que deveria ser sua figura de lei, de imposição, de certo ou errado, ou seja, a pessoa que deveria ter exercido a função do significante Nome-do-Pai, agredir sua mãe, seu objeto de desejo, no qual se encontram presos no primeiro tempo do Édipo em relação dual. Esse acontecimento forçou seu Eu além dos limites da simbolização e então, houve a primeira quebra (apresentada na série). Outro ponto relevante é que a ocorrência do estado de transe que o levou a atacar Shelby durante o

episódio ocorreu na mesma situação, a de agressão a mãe por parte de uma figura masculina, que se relacionava com sua mãe (FINK, 2007).

Devo salientar também que, essa quebra da identificação não é definitiva, o sujeito psicótico encontra por meio do delírio e de pontos de suplementação, algo no qual ele posa apoiar o Eu novamente, até que algum acontecimento faça a quebra novamente e assim por diante. Por isso na série vemos essa quebra acontecer mais de uma vez, e no meio tempo entre elas e os surtos e delírios, Norman se comporta normalmente (FINK, 2007).

O décimo episódio da série é marcado tanto pela categoria de surto psicótico/dissociação quanto pela de relação com o sexo oposto (função fálica). Nesse episódio vemos Norman, machucado após uma briga, aceitar o convite de carona de sua professora Blair Watson, que se propôs a tratar seus machucados em sua casa, lá ela diz: “Irei trocar de roupa para irmos... Norman, você não deve contar para ninguém que veio aqui em casa, ok?” Watson se levanta e vai para seu quarto, porém deixa a porta aberta enquanto tira sua roupa, quando Norman percebe, instantaneamente ele alucina sua mãe sentada ao lado dele dizendo: “Que tipo de mulher adulta convida um adolescente para sua casa e troca de roupa onde ele possa ver?” Então, Norman começa a discutir com a alucinação dizendo que não era proposital, enquanto ela continua a julgar o comportamento da professora, dizendo que está tentando seduzi-lo, Norman fica sem reação por alguns segundos e então sua mãe diz: “Você sabe o que deve fazer.” Norman se levanta e a cena é cortada para ele correndo na chuva chegando em casa dizendo que não se lembra do que aconteceu, sua última lembrança é de se encontrar com a professora, mas não se recorda se entrou no carro ou não e depois já estava correndo na chuva na porta de casa.

Descobrimos depois, que Norman matou Blair Watson depois de terem tido relações sexuais. Nesse episódio, assim como no anteriormente analisado, vemos a ocorrência de mais um surto psicótico, que dessa vez foi desencadeado pela sua dificuldade em lidar com o sexo oposto, por conta de sua impossibilidade em exercer a função fálica, já que esta, assim como visto na fundamentação teórica, está estritamente relacionada à função do Nome-do-Pai, que no caso do psicótico, não foi inscrita (GUERRA, 2010). Além disso, também há a presença da alucinação visual e auditiva de sua mãe, que julga o comportamento da professora, aqui vemos como Norma faz um papel de um Outro tirano, não-barrado, que não deixa que seu objeto de desejo (Norman) obtenha satisfação sem ser como seu objeto. Em diversos momentos da série percebemos como Norma sente ciúmes de seu filho, sempre tentando impedir que Norman esteja com outras mulheres – como visto no primeiro episódio – além disso, Norman cresceu ouvindo de sua mãe que as mulheres não prestavam, com exceção dela, que ela seria a melhor amiga dele e ele não precisava de mais nada, sempre julgando o comportamento promíscuo e qualquer contato sexual (QUINET, 2006). Portanto, quando Norman se depara com

algum comportamento que sua mãe, que é “parte dele”, julga e repudia, porém, ao mesmo tempo como um garoto de 17 anos se sente atraído, ele entra em um estado de desordem e de contradição com o que sua mãe diz e com o que ele sente no momento. Como sua mediação simbólica não é suficiente para elaborar tal acontecimento, a alucinação da mãe atua como o Outro sádico e seu discurso se apodera de Norman, trazendo a sensação de estar fora do seu próprio corpo, sendo “outra pessoa”, Norman então, para preservar o Eu, entra no delírio (surto psicótico) e acaba por matar sua professora a “comando” de sua mãe (FINK, 2007).

No décimo quarto episódio da série vemos novamente a categoria de surto psicótico junto com a forclusão, mas dessa vez, acompanhado pela dissociação de imagem. Nesse episódio, Caleb está na cidade e se encontra com Dylan dizendo que é o tio dele, mais tarde Dylan confronta Norma a respeito de nunca ter contado que tinha um irmão, Norman interfere na briga dizendo que Caleb não é uma boa pessoa, pois sabe que ele havia estuprado Norma quando crianças, Dylan diz que isso é mentira e Norman irritado parte para a violência com o irmão, na tensão do momento Norma acaba contando mais um segredo, que nenhum dos dois filhos sabiam, Caleb é o pai de Dylan, o choque desse fato abala muito Dylan, o que causa muitas brigas na família. À noite Norman vai para o quarto de sua mãe e a questiona de nunca ter contado para ele, ela diz que queria esquecer o que aconteceu na infância e agora com Caleb na cidade ela sente medo e queria expulsá-lo, mas não conseguiu confrontá-lo, Norman a abraça na cama e diz que ele irá cuidar dela. Enquanto Norman está ajudando na construção de um cenário de uma peça teatral, ele conheceu uma garota chamada Cody, ela percebe que Norman está diferente e descontando sua raiva na construção do cenário, batendo muito forte com o martelo, e pergunta o que houve, ele responde que é por conta da mãe dele, e Cody diz que os pais são chatos e não podemos fugir deles, mas Norman refuta: “Não! Minha mãe não é assim, ela é diferente de todos e faria tudo por mim... Estou apenas preocupado com ela... por conta de coisas que aconteceram...” Ele conta da história de Norma para Cody, e ela sugere deles irem ao motel de Caleb para confrontá-lo. Lá, Norman relembra de sua mãe contando sobre o estupro, e cenas como se eles tivesse lá começam a surgir em sua cabeça. Norman fica nervoso e pede para ir embora, ao chega em casa, ele escuta Dylan e sua mãe discutindo sobre Caleb e ouve sua mãe chorando dizendo o quanto ele a machucou, então, Norman decide voltar para o motel e confrontar Caleb sozinho. Chegando no motel, Norman vai para o quarto de Caleb, a princípio ele se apresenta como Norman Bates e Caleb, arrumando as malas diz que não quer nada com eles e pede para ir embora, nessa hora, Norman muda sua feição e diz: “Não! Eu fiquei calada por muito tempo”, novamente as cenas do estupro passam pela mente dele. “Vim aqui para dizer que eu me lembro do que você fez comigo, estou aqui para te enfrentar e dizer que não tenho mais medo de você” Caleb fica confuso, pois é a primeira vez que ele e Norman se encontram, eles nunca tinham se visto antes. Norman continua dizendo: “todas as noites

que você veio ao meu quarto... eu era jovem demais para saber a diferença... eu só precisava de alguém para se importar comigo e tudo o que você fez foi me usar” Norman então, tira uma faca de cozinha do bolso e parte para cima de Caleb, que se defende dizendo que nunca fez nada para ele, pois só se conhecera hoje, mas Norman diz: “Não minta para mim novamente!”. Caleb consegue derrubar Norman e tira a faca de sua mão, enquanto Norman diz: “você me estuprou... de novo e de novo... eu era sua irmã caçula e eu amava você, você deveria me proteger, eu não tinha ninguém”. Caleb confuso, percebe que Norman estava falando como se ele fosse Norma, sua mãe e irmã de Caleb, ele se irrita e chuta Norman, pega suas malas e vai embora. Meia hora depois o motel liga para Cody, que encontra Norman sentado na entrada do motel e a gerente diz que ele está assim a meia hora sem dizer nada, apenas olhando para a frente como se estivesse em transe, mas que ela encontrou o número de Cody escrito no braço dele, Cody então leva Norman embora, que permanece o caminho todo em silêncio olhando fixamente para frente, no próximo episódio, vemos que Norman não se lembra do que aconteceu.

Vimos na fundamentação teórica que na estrutura psicótica há a divisão do Eu, e que esse despedaçamento imaginário pode ser visto em casos de múltiplas personalidades no qual uma identificação específica se apodera do Eu, então, quando o psicótico alucina, muitas vezes ele tem a sensação de que o Outro ocupou seu lugar (QUINET, 2006). Novamente vemos o desencadeamento de um surto psicótico por uma falha na simbolização, a informação de que Caleb estuprou sua mãe quando criança é forte demais para Norman, que, ao ouvir sua mãe dizer o quanto ela sofre com isso e imaginar a cena, ele entra no delírio afim de estimular um princípio explanatório e proteger seu Eu. Novamente o discurso do Outro tirano (sua mãe Norma) se apodera do corpo de Norman, que dissocia sua imagem alucinando que ele na verdade é a própria Norma, por isso ele confronta Caleb falando como se o estupro fosse com ele, em primeira pessoa (FINK, 2007).

O 18º episódio da série nos mostra um momento de quebra da identificação imaginária. Nesse episódio, Cody, amiga de Norman, conta para ele que sua mãe pediu para que ela não falasse com ele sobre os apagões que ele teve recentemente, mas que isso já aconteceu duas vezes na presença dela e Norma contou para ela que algo acontece com Norman durante esses apagões: ele não parece ser ele mesmo. A partir disso, a relação entre Norma e Norman se complica, eles começam a se distanciar pois Norman está bravo que sua mãe esconde algo dele sobre ele mesmo. Eles discutem, e Norman diz: “Tudo mudou. Você mudou as regras... Eu não confio mais em você e isso mudou tudo. É uma disputa agora, você também não sabe mais quem eu sou, porque somos diferentes... Foi tudo um jogo, um jogo em que éramos devotos um ao outro e ninguém podia nos separar e que nos amamos mais do que qualquer outro amaria.” Após essa briga, Norman é sequestrado por bandidos. Esse diálogo mostra um dos momentos em que ocorreu uma das quebras de identificação imaginária mais

importantes, pois acontece exatamente entre o Norman e seu objeto de desejo, Norma. Como foi visto na fundamentação teórica, o sujeito assume o desejo da mãe permanecendo como seu falo, já que não foi barrado pela função paterna. Norman então, viveu sempre à mercê de sua mãe e dos desejos que ela tinha sobre ele, e em troca, ele recebia o seu amor e cuidado, assim o seu Eu frágil, foi sustentado por ela (GUERRA, 2010). Na relação entre Norman e Norma, nunca houve segredos – pelo menos não aparentes – e nenhum deles permitia espaço para outra pessoa na relação, porém, ao decorrer da série vemos diversos acontecimentos que mudaram essa situação, como: a presença do irmão de Norman, Dylan, que agora vive com eles, a amiga de Norman, Emma, trabalhando no motel, e os casos amorosos que tanto Norma, quanto Norman tiveram, isso tudo abalou as poucas a relação dual que eles mantinham.

No episódio 19, vemos mais um momento de delírio, em que Norman tem alucinações auditivas e visuais. Nesse episódio, Norman foi sequestrado e está preso em uma caixa no chão suja e repleta de insetos, onde tem apenas alguns buracos para entrar ar e luz. Ele fica na caixa por um dia enquanto sua mãe e Dylan procuram por ele. Em determinado momento, Norman tem uma alucinação com a mãe, que está ali dizendo para ele: “Eu estou aqui com você, vai ficar tudo bem... Eu sempre estarei com você, todas as mães vivem dentro de seus filhos. Se ficar preocupado com algo, é só ouvir minha voz dizendo que tudo ficará bem, e ficará”. O episódio 19, apesar de breve no que se refere aos conteúdos analisados, nos traz novamente uma cena de delírio que, como visto anteriormente, serve para compensar a falta de um princípio explanatório, o processo delirante então suplementa essa falta (FINK, 2007). Se no momento que é necessário a simbolização falha, o delírio entra em ação para preservar o Eu. No caso, Norman nunca ficou distante da mãe e nunca esteve em uma situação de perigo antes; Norma, como ela mesmo disse, sempre o protegeu, então estar naquela situação, preso, longe de Norma, sem saber onde estava ou o que estava acontecendo pressionou seu Eu, que já é frágil pela estrutura psicótica e então, recorreu ao delírio para se preservar (FINK, 2007). Durante a alucinação de Norman, podemos observar como a relação entre eles ainda é simbiótica e dual quando Norma fala que as mães vivem dentro de seus filhos, isso nos mostra que é assim que Norman se sente em relação a mãe, como se ela vivesse dentro dele. Novamente vemos a ilusão de unidade, na qual Norma é o par do estádio do espelho de Norman e seu eu-ideal, eles estabelecem essa relação dual, na qual são objeto de desejo um do outro, eles “são um só”, como eles mesmo dizem (QUINET, 2006).

No episódio 20, vemos o retorno do real, ou seja, algo que antes estava foracluído, conseguiu retornar à consciência, nesse episódio há também a categoria relação incestuosa com a mãe. Enquanto Norman ainda estava preso na caixa, ele começa a ter alguns flashbacks da noite em que aceitou a carona de sua professora Blair Watson, que também foi a noite em que ela foi assassinada, então, se

lembra de ter matado Blair aquela noite. Norman decide que vai tentar suicídio, e faz uma lista de coisas que precisa fazer antes disso, Norman deixa um de seus trabalhos de taxidermia na cama de Norma, um passarinho, com um bilhete dizendo “Mãe, fiz esse passarinho para você. Eu sempre irei amá-la. E sempre seremos um do outro”. Na floresta, prestes a se matar, Norman diz para sua mãe: “Eu não quero ser quem eu sou. E eu não quero te machucar... tem algo errado comigo... Eu tive um apagão quando meu pai morreu, o que aconteceu naquele dia, mãe?” Norma conta a verdade sobre a morte do pai para Norman e ele a questiona “Como você espera que eu viva com isso?” e então sua mãe que “Porque eu morrerei se você morrer. Eu vou morrer Norman. Somos a mesma pessoa. Se você se matar, eu morrerei em seguida. Precisamos ficar juntos. Deveríamos ficar juntos. Não importa o que, eu sempre estarei com você, ao seu lado e encararemos isso juntos. Por favor.” Norma então, beija seu filho na boca por alguns segundos e ele cede, dizendo “Tudo bem, mãe. Você venceu”. Como visto na análise anterior, Norman está em uma situação que nunca esteve antes, longe da mãe, sem ela para protegê-lo. Isso faz com que não só ele tenha alucinações, mas também, trouxe o retorno do real, uma lembrança que outrora estava foracluída.

Após ser salvo, ele tenta contar para a mãe, mas Norma ainda não consegue aceitar esse fato apesar de saber que é verdade, ela nega a fim de proteger seu filho de si mesmo. Mais tarde, percebemos como a realidade é difícil para o Eu de Norman suportar, pois não há mediação simbólica, vemos Norman fazer uma lista de suicídio e ir para a floresta para se matar, lá ele diz que não consegue viver sendo quem é, não consegue viver com a realidade que é insuportável para ele, mas Norma, não consegue viver sem seu falo, seu objeto de desejo, e pelo discurso consegue persuadi-lo para continuar vivendo, pois ele são “a mesma pessoa” alegando que se ele se matar, ela morre em seguida. Aqui vemos novamente a questão da ilusão de unidade na qual ambos se mantem, nessa cena há também um momento profundo e incestuoso entre Norman e Norma no qual eles se beijam na boca, o que nos mostra novamente, que eles continuam presos no primeiro tempo do Édipo, sendo objeto de desejo um de outro, em uma relação simbiótica, não houve e não há castração (SOARES, 2016).

Nos episódios 25/26, vemos mais uma quebra na identificação imaginária seguido por um surto psicótico acompanhado pela dissociação. Nele, Norma vai embora e abandona Norman e Dylan, isso faz com que Norman entre em surto de raiva, quebrando tudo pela casa e gritando indignado se perguntando como ela pode ir embora, que ela o odeia, entre outras coisas. Durante a noite, Norman tem um sonho no qual ele acorda em sua cama e chama por sua mãe, ele se levanta e começa a procurar pela casa por ela, enquanto a chama, sua casa aos poucos começa a tremer e despedaçar, até que ele acorda assustado. Após isso ele começa a agir como se realmente fosse a mãe dele, Norma, ele veste suas roupas, afina a voz, fala dele mesmo em terceira pessoa, ele literalmente toma o papel de sua mãe. No final, Norma volta para casa. Os episódios nos mostram o quão dependente Norman

é de sua mãe, apesar dele mesmo dizer que “não é mais o garotinho dela”, em contrapartida Norma também não consegue se priorizar, acabando sempre por retornar aos seus filhos, especialmente quando se trata de Norman. Norman, a princípio quer contar para mãe sobre a “traição” de Dylan (pois ele voltou a falar com seu pai, irmão de Norma, que a estuprava), isso porque, como ele mesmo diz ele sente vontade de “acabar” com o Dylan por ele ter se aproximado de Norma, mas muda de ideia quando percebe que sua relação com Norma não é mais a mesma, nesse momento ele decide ser o “homem” que ele quer ser e deixar de ser o garotinho de Norma, ele escolhe ficar ao lado de seu irmão e sugerir que Norma e Caleb conversem, pois segundo ele, ele odeia a pessoa que ele é quando tem vontade de acabar com o irmão. Vemos aqui a contradição na personalidade de Norman, isso porque seu Eu é frágil e não é formado completamente como vimos na teoria, ao mesmo tempo que ele quer ter Norma como seu objeto de desejo e não a dividir com mais ninguém, essa sensação o assusta, pois Dylan é seu irmão e filho de Norma também (GUERRA, 2010).

Entretanto, a conversa com Norma não saiu como Dylan e Norman esperavam e faz com que Norma os abandone. Esse momento é forte demais para Norman, é a primeira vez na qual ele foi castrado, abandonado pela mãe que antes nunca o havia deixado, Norman passa por essa situação sem mediação simbólica, pois ele não tem o significante do Nome-do-Pai instalado como visto na teoria, e é ele quem faz essa função de significar a castração (SOARES, 2016). Como o Eu de Norman é frágil, e é justamente mantido pela identificação imaginária e/ou suplementações, ao ver sua mãe, seu objeto de desejo, seu eu-ideal, com quem compartilha de uma relação dual ir embora, houve mais uma quebra na identificação e fez com que seu Eu despedaçasse, como foi representado no sonho em que sua casa estava desmoronando. Norman diz a Dylan que se sente estranho, como se estivesse fora do próprio corpo, isso porque como ele mesmo e Norma dizem um para o outro: eles são um só, uma alma habitando dois corpos. Com sua mãe longe, o Eu de Norman fica abalado, pois ele e Norma se encontram até hoje em uma relação fusional do primeiro tempo do Édipo, pois Norman assumiu o desejo da mãe para si (sendo seu falo) e agora ela o abandonou, assim, levando consigo a imagem de corpo que Norman tinha, ou seja, seu sentido no mundo “acabou” (FINK, 2007).

Com o Eu abalado, sem identificação imaginária e sem capacidade de simbolizar o que estava acontecendo, para proteger seu Eu, Norman entra em um estado delirante no qual ele mesmo é sua mãe Norma, ele age como ela, afina sua voz, usa suas roupas e refere a si (Norman) em terceira pessoa. Isso porque o psicótico, pelo processo delirante organiza e gera explicações para as coisas que acontecem e eles não conseguem simbolizar, ou seja, ele estimula seu próprio princípio explanatório que está ausente na psicose. O delírio então serve para compensar e suplementar essa falta, a fim de proteger o Eu (FINK, 2007). Nesses episódios há também, um dos primeiros indícios explícitos de que Norman olha para sua mãe de uma maneira sexual, ele esconde um de seus vestidos

embaixo de sua cama, enquanto o cheira e o veste como se sentisse prazer. Novamente vemos que Norman não foi castrado pela figura paterna, que tem a função de interditar essa relação incestuosa, impedindo que a criança fique presa na alienação fusional como objeto da mãe e a mãe como seu objeto (SANTOS E OLIVEIRA, 2012).

No episódio 38, Norma e o Xerife Romero haviam se casado, e durante um jantar com sua nova família, Norman perde a cabeça, pois odeia a ideia de sua mãe estar com outro homem, durante a discussão ele diz: “Você é tão hipócrita, mãe. Minha vida inteira você me manteve tão perto de você que eu não conseguia respirar sem você. Você nunca quis que eu tivesse uma namorada ou me divertisse. Eu abri mão de tudo, de tudo por você mãe, e eu fiz isso feliz porque eu compreendo que a nossa ligação, o cordão que existe, ele é importante, sagrado e único, e agora você quer me dizer que não importa, agora, de repente, tem espaço para mais alguém. Não tem e você sabe, esse é o nosso mundo, nosso mundo, mãe, e isso é o amor, amor verdadeiro, não esse cadáver pálido que você quer pôr no lugar e nunca conseguirá. Você está em um relacionamento e ele a está fazendo achar que é possível”.

Nesse episódio podemos observar o encontro com Um-pai, um terceiro que entra na relação dual imaginária, antes Norma e Norman tinham uma relação fusional, pois seu pai não exerceu sua função de separação e Norman tomou o desejo da mãe para si (sendo seu objeto fálico), porém, agora Romero se situou na posição de terceiro na relação entre ele e seu par imaginário (Norma), ele conseguiu atrair o desejo da mãe para si, que antes era somente atraído pelo Norman, quebrando a até então relação dual imaginária entre Norman e Norma, na qual eles eram seus objetos de desejo (QUINET, 2006). Norman não consegue aceitar tal fato, ele entra em um surto de raiva, pois não imagina como sua mãe poderia amar outra pessoa além dele, sendo que, como ele mesmo disse, sua mãe manteve ele tão perto dela que Norman não conseguia respirar sem a mãe, e sempre o proibiu de ter uma namorada ou se divertir, pois sua mãe tem um papel de Outro sádico, tirano, que não foi barrado pelo pai e não aceita que seu objeto fálico goze sem ser com ela, porém as coisas estão diferentes e Norma tem outro objeto fálico. É interessante notar a comparação de Norman “Eu abri mão de tudo, de tudo por você mãe, e eu fiz isso feliz porque eu compreendo que a nossa ligação, o cordão que existe, ele é importante, sagrado e único” ele compara a relação deles como um cordão, associando ao cordão umbilical que até então nunca havia sido cortado.

O último episódio a ser analisado, 40, nos mostra mais uma vez uma falha na forclusão e então, o retorno de real seguido pela criação da metáfora delirante mais forte de Norman, que perdura até quase o fim da série. No episódio 40 nos é mostrado, não só o retorno do real, mas também a intensidade da dependência que Norman tem com mãe, demonstrando mais uma vez como não houve separação entre eles, e que Norman tem a necessidade constante de sua mãe e das escolhas dela para

viver, pois como visto na teoria, seu Eu é muito frágil e não desenvolvido, ele precisa se apoiar em algo e esse algo é a identificação imaginária que ele e Norma mantinham pela relação dual. Norman decide que a única forma dele e Norma estarem juntos para sempre sem outros se intrometerem, seria pela morte, então ele decide durante a noite deixar o gás ligado vazando, para que eles morram intoxicados, porém, apenas Norma falece, ele sobrevive e é socorrido a tempo. Logo no início do episódio, Norman se lembra da infância, quando eles brincavam de “esconde-esconde” e tinha medo de ficar sem a mãe, Norma dizia que era apenas um jogo, que ela estava sempre dentro dele. Pode-se perceber que o medo de ficar sem a mãe, se manteve até a vida adulta, o fato de Norma dizer que é tudo apenas um jogo é importante pois é a partir dessa fala que Norman começa a criar sua metáfora delirante de que a “morte” da mãe na verdade era um plano de Norma para que eles vivessem em paz sozinho e ninguém atrapalhasse a relação deles, assim ela poderia se dedicar somente a ele.

Norman passa o episódio inteiro delirando e esperando que sua mãe retorne, pois para ele é tudo um plano dela, contudo, ao decorrer disso ele percebe indícios de que algo estava errado, e então, busca o corpo de sua mãe no cemitério e pede para ela acordar, ele é interrompido por Chick que faz o papel de frustrar Norman e dizer a verdade: que Norma está morta. Norman finalmente se depara com a realidade, ele percebe que ele assassinou sua mãe, porém esse sofrimento é insuportável para seu Eu, ele não tem mediação simbólica para simbolizar esse acontecimento, o que leva Norman a tentar suicídio, até que ele alucina com sua mãe, viva, o chamando, ele surpreso diz: “Você está aqui. Você voltou. Achei que você tivesse me deixado.” A alucinação de Norma responde que jamais o deixaria, que estão juntos para todo o sempre. Como visto nos demais episódios, Norman recorre ao delírio para preservar o Eu, para fazer função de identidade, assim, Norman cria uma metáfora delirante como suplência para lidar com a realidade, em sua metáfora, Norma está viva, ela fala com ele e cuida dele assim como sempre foi. Mas na realidade, Norman pratica a taxidermia no corpo de Norma e o esconde no porão, vivendo constantemente em uma dissociação de imagem, pois agora, ele é Norman e Norma ao mesmo tempo, na próxima temporada nos é mostrado que Norman se veste com as roupas de Norma, fala e age como ela a fim de manter sua metáfora delirante, e principalmente, Norman, dissociado com a imagem de sua mãe, mata qualquer pessoa que interfira na relação deles. Isso porque, como visto anteriormente o psicótico se organiza pelo processo delirante, Norman criou essa metáfora para lidar com o real do mundo que é insuportável para ele, assim, compensando a falta de um princípio explanatório (FINK, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O personagem Norman Bates é apresentado com sua psicose já estruturada, não é possível dizer se ela já havia sido desencadeada anteriormente ou não, pois a série só nos mostra os acontecimentos a partir dos 17 anos de Norman. Seu pai, apesar de estar presente, nunca impôs sua lei, até porque se levarmos em consideração de que o pai de Norman era um tirano que agredia e estuprava sua mãe, se a lei não o castrou quando ele era menor, então ele não poderia castrar o filho, assim, Norman não consegue passar pelo Complexo de Édipo, que é o responsável por constituir o sujeito e por gerar a tolerância a frustrações e castrações. Para que o primeiro surto psicótico ocorra, é necessário um evento em que o sujeito fique sem mediação simbólica, assim ocorre uma desestabilização imaginária, ficando à mercê de seu inconsciente. Outro aspecto importante é a quebra da identificação imaginária que mantinha o sujeito estabilizado, ela que dá o apoio ao Eu, visto que o Eu do psicótico não é completamente formado e, portanto, muito frágil. Quando a via que sustenta essa identificação na constituição subjetiva do psicótico é abalada, o sujeito fica com o Eu exposto o que desencadeia sentimentos persecutórios, e com o Eu abalado não há simbolização, assim, para se proteger, o psicótico entra no surto psicótico, que é caracterizado principalmente pelo processo delirante (GUERRA, 2010).

Como visto durante a análise, Norman apresenta diversos episódios de delírio, causados por diversos motivos, mas majoritariamente todos são voltados para a relação dele com Norma sempre que ela era desestabilizada por algum motivo, visto que ambas as partes são manipuladoras e ciumentas, visto em frases como “somos um só”. Essa é a identificação imaginária que o Eu de Norman se apoiava durante a série, ou seja, esse estado fusional que ele e sua mãe compartilhavam e que ambos faziam de tudo para manter, toda a vez que ocorria alguma situação que abalasse esse estado ou que Norman não era capaz de simbolizar, ele entrava em surto psicótico. É característica do psicótico quando tem seu Eu abalado, se sentir invadido pelo Outro, isso porque há a divisão do Eu, que resulta em múltiplas personalidades no qual uma identificação específica se apodera do Eu, então, quando o psicótico alucina, muitas vezes ele tem a sensação de que Outro ocupou seu lugar, por esse motivo que Norman em seus surtos psicóticos sempre se via e agia como sendo sua mãe Norma, isso também era sustentado pelo acontecimento do primeiro episódio, no qual ele presenciou sua mãe matar um homem a facadas, então Norman compreende que sua mãe é capaz de matar, e ela mesmo diz que mataria por ele, logo, como o Eu de Norman não consegue suportar e simbolizar que quem mata as pessoas é ele, ele delira e entende que quem mata é sua mãe (QUINET, 2006). Norma exerce um papel do Outro tirano e sádico, isso porque Norman é seu objeto de desejo, seu falo, então, ela não permite que ele goze com qualquer outra pessoa se não ela, pelo medo do abandono e de

perder o seu falo, esse Outro exerce um peso muito grande no sujeito psicótico, seu discurso é persecutório e invade o corpo de Norman sempre que ele se depara com alguma situação ou desejo próprio que sua mãe repudia ou o proíbe (QUINET, 2006).

REFERÊNCIAS

BARRETTA, João Paulo Fernandes. O complexo de Édipo em Winnicott e Lacan. **Psicologia USP**, v. 23, n. 1, p. 157-170, 2012.

COSTA, Elenara Farias Lazzarotto; BOTTOLI, Cristiane. PENSANDO O COMPLEXO ÉDIPO NA CONTEMPORANEIDADE E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES. **Barbarói**, n. 40, p. 48-62, 2014.

FINK, Bruce. **Fundamentos da técnica psicanalítica: uma abordagem lacaniana para praticantes**. Editora Blucher, 2007.

FINK, Bruce. **Introdução clínica à psicanálise lacaniana**. Editora Schwarcz Companhia das Letras, 2018

GIL, C. A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, A. M. C. **A psicose**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

LACET, Cristine. Da foraclusão do Nome-do-Pai à foraclusão generalizada: considerações sobre a teoria das psicoses em Lacan. **Psicologia USP**, v. 15, n. 1-2, p. 243-262, 2004.

MIGUELEZ, N. B. S. de. **Complexo de Édipo: novas psicopatologias, novas mulheres, novos homens**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

QUINET, Antônio. **Teoria e clínica da psicose**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

SANTOS, Tania Coelho; OLIVEIRA, Flávia Lana Garcia. Teoria e clínica psicanalítica da psicose em Freud e Lacan. **Psicologia em Estudo**, v. 17, n. 1, p. 73-82, 2012.

SALES, Léa Silveira. Passagem da compreensão à verdade: contribuição do estruturalismo à teoria lacaniana da psicose. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 10, n. 2, p. 211-227, 2007.

SOARES, Pablo Laffaet Stefanos. **ESTÁDIO DO ESPELHO E COMPLEXO DE ÉDIPO LACANIANO**. 2016.

6 - A RESILIÊNCIA FRENTE À VIVÊNCIA DE ABORTOS ESPONTÂNEOS EM HOSPITAIS

Fernanda Malagoli Bernal
Adriana Leonidas de Oliveira

INTRODUÇÃO

O abortamento retrata um grave problema de saúde pública que abrange discussões complexas relacionadas às perspectivas legais, morais, religiosas, culturais, socioeconômicas e políticas. Considera-se que o aborto espontâneo é a expulsão, de forma natural, do feto com peso inferior a 500 g, antes da vigésima semana de gravidez (NERY et al., 2006). De acordo com o Ministério da Saúde (2005), aborto é o produto da concepção eliminado no abortamento, e verifica-se que o abortamento espontâneo acontece em, aproximadamente, 10% das gestações.

Trata-se de uma vivência que abarca sentimentos de muita dor e sofrimento para a mulher, envolvendo a perda e a culpa diante da incapacidade de levar a gestação adiante (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005). Dessa forma, o objetivo do presente trabalho é compreender como a resiliência da mulher contribui para o enfrentamento da vivência do aborto espontâneo.

Conforme Benute et al. (2009), o sentimento de culpa é intensificado a partir do desvio do dever de ser mãe imposto socialmente, mas também é consequência de uma exigência interna de reparação, o que leva a conflitos e sentimento de culpa pela perda. Ao conscientizar a população sobre o sofrimento vivenciado pela mulher, é possível orientar profissionais da área da saúde e adultos que estejam ao lado dessas mulheres no momento da vivência, com o intuito de amenizar seu sofrimento e proporcionar o apoio necessário.

Com isso, pretende-se colaborar para a conscientização de profissionais da área da saúde a respeito de mulheres que vivenciam o aborto espontâneo nos hospitais. Para tanto, buscou-se investigar como a resiliência pode contribuir para o enfrentamento desse fato, considerado uma experiência que envolve muito sofrimento físico e psíquico.

Nas próximas seções, será apresentada uma breve contextualização teórica sobre os temas resiliência, aborto espontâneo, resiliência no aborto espontâneo e atuação dos profissionais da área da saúde, além da importância da psicologia, para então, posteriormente, explicar sobre o método da pesquisa de campo e os resultados alcançados e discutidos à luz da teoria.

REVISÃO DA LITERATURA

Resiliência

Resiliência é um conceito que vem sendo utilizado em diversas áreas do conhecimento e apresenta diferentes definições segundo seu contexto. Trata-se de uma conceituação ampla, referindo-se à capacidade que um sistema dinâmico possui para suportar ou recuperar-se de disfunções significativas (REPPOLD et al., 2012). Na área da psicologia, segundo Brandão e Nascimento (2019), o estudo do fenômeno resiliência busca, de modo geral, responder a uma questão: quais fatores influenciam para que alguns indivíduos fiquem bem após vivenciarem adversidades na vida e outros não?

O conceito de resiliência pode ser aplicado ao indivíduo que possui capacidade de atribuir significados positivos a experiências consideradas socialmente negativas (BARLACH, 2005). Para o estudo da resiliência, é importante compreender os fatores de risco e de proteção.

Pesce et al. (2004) referem-se aos fatores de risco como eventos constituídos por impedimentos ambientais ou individuais que aumentam a vulnerabilidade do sujeito e resultam em impactos negativos. Assim, esta é considerada uma questão subjetiva, visto que cada indivíduo possui sua própria limitação e nível de exposição a eventos estressores.

Diante da exposição aos fatores de risco presentes em eventos estressores, os mecanismos de proteção são imprescindíveis para o restabelecimento da estabilidade perdida em decorrência de adversidades. São considerados fatores de proteção: fatores individuais, como autonomia, autoestima elevada, autocontrole, comportamentos de adaptabilidade e afetividade positiva; fatores familiares, tendo em vista a presença de apoio familiar, respeito, equilíbrio e coerência nas relações; e por último, fatores referentes ao suporte social, presente no bom relacionamento interpessoal. Desse modo, verifica-se uma correlação entre os diversos fatores de proteção existentes na vida do indivíduo (PESCE et al., 2004).

Com isso, constata-se que a resiliência é compreendida como um processo, considerando que o ser humano é mutável e, ao longo da vida, apresenta diferentes formas de reações frente a suas dificuldades (BRANDÃO; NASCIMENTO, 2019).

Silveira e Mahfound (2008) compreendem a visão de homem conforme Viktor Frankl, que possui como propósito uma análise existencial, levando em consideração a busca pela realização do sentido da vida. Portanto, ser realizado no mundo faz parte da existência humana, e é na busca pelo sentido da vida que o sujeito encontra a determinação necessária para resistir às adversidades e construir resiliência.

Aborto espontâneo

O aborto espontâneo é a expulsão, de forma natural, do feto com peso inferior a 500 g, antes da vigésima semana de gravidez. Quando há qualquer procedimento de indução, este é considerado provocado (NERY et al., 2006).

Moura (2015) destaca a distinção entre os termos aborto e abortamento, portanto, é necessário defini-los. Aborto é o termo utilizado para definir o que se constitui em decorrência tanto do procedimento quanto do resultado da interrupção da gravidez, antes da viabilidade do feto. Abortamento, por sua vez, é o procedimento em si, o episódio que leva ao aborto, que se constitui no resultado. É classificado como induzido quando há interferência de agentes mecânicos ou químicos, e espontâneo, levando em conta uma intercorrência orgânica.

Em síntese, abortamento espontâneo é o falecimento do resultado da concepção e sua expulsão do corpo da mulher, que ocorre de forma involuntária, em qualquer fase de desenvolvimento embrionário ou fetal, ou seja, é um acontecimento inerente à questão da reprodução, sendo passível de acontecer durante a gravidez (MOURA, 2015).

Com base em estudos fenomenológicos, Mariutti, Almeida e Panobianco (2007) compreendem a importância da expressão fisiológica e existencial de mulheres em situação de abortamento. É uma vivência que leva à hospitalização desconfortante, pois, não obstante ao curto período de internação, as ansiedades estão presentes ao longo de todo o processo. Além disso, trata-se de uma experiência que contempla preocupações com o corpo e sua integridade, visto que os procedimentos podem levar a complicações físicas.

A experiência do aborto, de acordo com Rebouças (2015), por interferir nos planos de vida da mulher, é um momento de reflexão sobre suas possibilidades de existência, ampliando sua visão para além da possibilidade de ser mãe. Contudo, apesar de o aborto ser uma possibilidade de existência feminina, culturalmente, ele não é visto dessa forma, pois a mulher é considerada preparada para a maternidade, mas não para o abortamento. Assim, é necessário que os profissionais da área da saúde informem às mulheres que planejam engravidar tudo o que pode acontecer durante a gestação, todas as possibilidades de existência, incluindo o abortamento.

Na próxima subseção, o foco volta-se para a questão da resiliência nessa conjuntura.

Resiliência no aborto espontâneo

Resiliência é a capacidade que o indivíduo tem de superar os obstáculos e as dificuldades, passando por uma vivência difícil de forma saudável. Pessoas resilientes enfrentam, da melhor forma, os desafios cotidianos, conforme sua dinâmica interna e externa.

No contexto da saúde, a resiliência associa-se aos aspectos da promoção de saúde, pois propicia o entendimento da capacidade de defesa e recuperação perante fatores adversos. Levando em consideração que o abortamento é uma experiência dolorosa e angustiante, torna-se ainda mais necessário que a equipe de profissionais da área da saúde elabore o cuidado, reforçando os aspectos resilientes manifestados pela mulher (SOUZA, 2017).

O abortamento encerra, de forma natural, um processo que é biológico e esperado socialmente. De acordo com Nomura et al. (2011), sentimentos e pensamentos referentes à perspectiva de futuro são inevitáveis e estão presentes diante do momento da vivência do abortamento, confrontando com o vazio provocado pela perda.

Quanto ao aspecto psicológico, a mulher vivencia o abortamento de forma única, variando conforme as características pessoais, as experiências de sua vida e as pessoas que estão ao seu redor no momento do fato em si. Entretanto, todas as mulheres são influenciadas pelos aspectos sociais, uma vez que foge ao padrão cultural imposto aquelas que não geram filhos saudáveis, e a falha nessa necessidade gera o sentimento de culpa.

O sentimento de culpa é intensificado a partir do desvio do dever de ser mãe imposto socialmente, mas também é consequência de uma exigência interna de reparação, que leva a conflitos diante da busca por respostas. A ansiedade e a depressão se associam às demandas internas e externas da mulher e podem ser resultado do sentimento de culpa pela perda (BENUTE et al., 2009).

Dessa forma, compreendendo o aborto e a depressão como questões de saúde que demandam atenção e cuidado, ações dos profissionais da área da saúde são imprescindíveis, considerando a assistência integral da mulher. Além de uma atitude empática, o cuidado também está relacionado com a proximidade física. Tais condutas minimizariam os efeitos traumáticos decorrentes da vivência do abortamento espontâneo, resultando em um cuidado humanizado e de maior qualidade (ZEFERINO; FUREGATO, 2013).

Para finalizar, entende-se que o apoio dos profissionais da área da saúde no momento da experiência do aborto espontâneo é essencial, além da contribuição do meio social no qual a mulher está inserida. Demais pesquisas relacionando diretamente a resiliência diante do aborto espontâneo foram limitadas, o que evidencia a importância de destacar tais questões e abordar o tema.

Atuação dos profissionais da área da saúde e a importância da psicologia

A área da saúde, frente a vivência do abortamento, atua ainda de forma essencialmente biológica, tornando necessária a reflexão dos profissionais acerca de suas atuações, pois o cuidado deve englobar uma dimensão total, incluindo a dimensão social e psicológica. As mulheres sentem

que não possuem o apoio necessário, e a falta de informação e o descaso podem gerar medo e ansiedade relacionados à solidão e ao medo do desconhecido.

É importante que a atuação profissional seja pautada em uma posição de compreensão perante os sentimentos expressos pela mulher, buscando o entendimento de todos os temores por ela vivenciados (MARIUTTI; ALMEIDA; PANOBIANCO, 2007).

De acordo com o Ministério da Saúde (2001, p. 148-149):

Com frequência, no pós-abortamento, as mulheres precisam de uma equipe que compreenda suas necessidades, não somente físicas, mas também sociais e psicológicas. Esse apoio ajudará a mulher a entender os possíveis significados do abortamento, que, muitas vezes, se traduzem por frustração e sensação de incapacidade de engravidar novamente. Em outras situações, o sentimento de culpa pode ser dominante.

Desse modo, nota-se a importância de uma postura mais humanizada dos profissionais, sendo que o cuidado está relacionado ao vínculo estabelecido com as mulheres, respeitando os momentos de frustrações, expectativas e introspecção necessários para desenvolver a situação vivida (MARIUTTI; ALMEIDA; PANOBIANCO, 2007).

É responsabilidade dos profissionais oferecer às mulheres em situação de abortamento um atendimento ético e responsável. Segundo Bazotti, Stumm e Kirchner (2009), a ética inclui o respeito aos direitos humanos e está presente no processo de cuidar; abordar a temática do aborto é se referir a uma questão íntima e pessoal relacionada à feminilidade da mulher.

A percepção da psicologia sobre a vivência do abortamento nos hospitais compreende um olhar voltado para as questões subjetivas da mulher, incluindo o sofrimento diante da perda de um bebê e a perda de um sentido que vinha sendo construído nos últimos meses. Em relação à intervenção psicológica, é essencial a presença dos familiares envolvidos no processo, que devem ser incluídos nos atendimentos multidisciplinares (RIOS; SANTOS; DELL'AGLIO, 2016).

Portanto, segundo Rios, Santos e Dell'aglio (2016), o psicólogo desempenha um papel fundamental, já que atua na equipe multidisciplinar, destacando os aspectos subjetivos e particulares de cada paciente, contribuindo, assim, para uma relação positiva entre os profissionais da área da saúde e os pacientes, e para um atendimento humanizado.

Por fim, entende-se pertinente a criação de um espaço para que as mulheres em situação de abortamento possam expressar seu sofrimento, que é silenciado, muitas vezes, pelos próprios profissionais da área da saúde. Dessa forma, a elaboração de programas de amparo às mulheres, por meio de uma equipe especializada, é primordial para amenizar o sofrimento que essa vivência provoca. A prática psicológica na maternidade contribuiria para que as mulheres que estão passando

pela experiência do abortamento consigam ressignificar seu sofrimento e ampliar suas possibilidades de vida, já que é nesse momento que elas se encontram fragilizadas (REBOUÇAS, 2015).

MÉTODO

A pesquisa desenvolvida é do tipo qualitativa, exploratória e de estudo de caso. A primeira, do tipo qualitativa, apresenta um conjunto de diferentes técnicas interpretativas, com o objetivo de decodificar os elementos de um sistema complexo de significados (NEVES, 1996); na pesquisa exploratória, destaca-se o desenvolvimento de teorias que descrevem um fenômeno e as condições para sua manifestação (GASQUE, 2007); por fim, de acordo com Ventura (2007), o estudo de caso representa uma forma de organizar os dados, mantendo o objeto estudado com caráter unitário.

Realizada na cidade de Taubaté, estado de São Paulo, esta pesquisa entrevistou duas mulheres na faixa etária compreendida entre 50 e 60 anos, ou seja, adultas, que já passaram pela vivência do aborto espontâneo há, no mínimo, dois anos.

Para tal finalidade, utilizou-se a escala de resiliência de Wagnild e Young, que segundo Perim et al. (2015), é um instrumento de autorrelato, constituído por 25 itens e por uma escala de 7 pontos, sendo o valor 1 correspondente a “discordo totalmente” e o valor 7 significa que o sujeito “concorda totalmente” com a afirmação (OLIVEIRA; MACHADO, 2011). Ademais, a entrevista semiestruturada compreende perguntas abertas e fechadas, que oferecem liberdade para que as entrevistadas discorram sobre o tema proposto em suas respostas (BONI; QUARESMA, 2005).

As participantes foram selecionadas por conveniência, contato pessoal e a partir da indicação de outras das mulheres que já sofreram aborto espontâneo, ou seja, utilizando a técnica de amostragem bola de neve. De acordo com Dewes (2013), essa técnica de amostragem é um método que utiliza uma rede de amizade entre os indivíduos presentes na pesquisa, pautada na indicação de um ou mais membros.

A escala de resiliência de Wagnild e Young compõe-se de escores que variam entre 25 e 175; para sua análise, foi adotada a indicação de Perim et al. (2015), que considera a utilização de cinco fatores para a análise da resiliência: autossuficiência, sentindo de vida, equanimidade, perseverança e singularidade existencial.

A avaliação das entrevistas empregou técnicas qualitativas de análise de conteúdo, com o objetivo de alcançar dados descritivos mediante contato direto e interativo do pesquisador com o objeto de estudo (NEVES, 1996).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentação dos resultados da Escala de Resiliência

A seguir, o Quadro 1 apresenta a caracterização das participantes, cujos nomes foram substituídos por outros fictícios.

Quadro 1 – Caracterização das participantes

Caracterização das participantes				
PARTICIPANTES	IDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO	CIDADE
Esmeralda	60 anos	Casada	Aposentada	Taubaté – SP
Turquesa	54 anos	Casada	Aposentada	Cruzeiro – SP

Fonte: Dados do estudo de caso

O Quadro 2, por sua vez, demonstra os resultados obtidos na Escala de Resiliência de Wagnild e Young (PERIM et al., 2015). A exemplo do quadro acima, o nome das participantes foi substituído por nomes fictícios.

Quadro 2 – Classificação da resiliência das participantes

Classificação da Resiliência das Participantes	
PARTICIPANTES	CLASSIFICAÇÃO
Esmeralda	Resiliência baixa
Turquesa	Resiliência média

Fonte: Dados do estudo de caso

Segundo Perim et al. (2015), é possível, a partir dos escores obtidos pela Escala de Resiliência Wagnild e Young, classificar as participantes quanto aos cinco fatores, conforme se observa na Tabela 1.

Tabela 1 – Resultados Escala de Resiliência

Resultados Escala de Resiliência		
	Esmeralda	Turquesa
Fator 1: Autossuficiência	27	35
Fator 2: Sentido da vida	25	24
Fator 3: Equanimidade	22	24
Fator 4: Perseverança	24	34
Fator 5: Singularidade existencial	27	26
Escore Total	125	143

Fonte: Dados do estudo de caso

Segundo Oliveira e Machado (2011), a escala de Wagnild e Young estabelece a resiliência com base em crenças sobre sua própria competência e aceitação de si mesmo e da vida, como forma de adaptação individual (PERIM et al., 2015).

O conceito de resiliência pode ser aplicado ao indivíduo, que possui capacidade de atribuir significados positivos às experiências consideradas socialmente negativas. É uma vivência que contempla a subjetividade do indivíduo, pressupondo sua capacidade de valorizar suas experiências e criar novas soluções diante de uma adversidade (BARLACH, 2005). Dessa forma, verifica-se que as entrevistadas possuem classificações distintas acerca da resiliência; com isso, é possível perceber como cada pessoa adota um olhar particular diante de suas vivências.

Perim et al. (2015) consideram a utilização de cinco fatores para a resiliência: autossuficiência, sentido de vida, equanimidade, perseverança e singularidade existencial. Fazendo referência a tais fatores, observa-se um equilíbrio na maior parte dos resultados, no entanto, cada participante possui sua história de vida e características particulares de personalidade.

Discussão dos resultados das entrevistas

A seguir, serão discutidos os resultados das entrevistas das participantes em uma análise horizontal, na qual serão exploradas suas semelhanças e diferenças de experiências.

O Quadro 3 retrata os principais elementos da categoria **Reações e sentimentos frente à experiência do abortamento**, que contribuem para a compreensão do processo de resiliência das participantes frente à vivência do abortamento espontâneo.

Quadro 3 – Reações e sentimentos frente à experiência do abortamento

Categoria 1: Reações e sentimentos frente a experiência do abortamento.	
PARTICIPANTES	ELEMENTOS CENTRAIS
Esmeralda	<ul style="list-style-type: none"> • Frustração • Preocupação • Traumático • Insegurança • Vazio • Pânico • Ansiedade • Desesperança • Medo • Imaturidade • Subestimar sua própria capacidade • Desespero • Pavor • Tristeza • Depressão • Isolamento social • Angústia
Turquesa	<ul style="list-style-type: none"> • Tristeza • Sensação de perda • Vazio • Solidão • Insegurança • Desesperança • Culpa diante da vivência • Revive os momentos dolorosos diante da socialização

Fonte: Dados do estudo de caso

Na Categoria 1, o **vazio** foi identificado como um sentimento frente à experiência do abortamento nas duas participantes. É possível perceber que esse elemento é resultado da perda inesperada provocada pelo abortamento espontâneo e das expectativas em relação às perspectivas de futuro. De acordo com Nomura et al. (2011), sentimentos e pensamentos referentes à perspectiva do que está por vir são inevitáveis e estão presentes diante do momento da vivência do abortamento, confrontando com um vazio diante da perda.

O sentimento de **culpa** é intensificado a partir do desvio ao dever de ser mãe imposto socialmente, mas também é consequência de uma exigência interna de reparação, que leva a conflitos diante da busca por respostas (BENUTE et al., 2009).

Nesse contexto, uma das participantes apresentou sentimento de culpa pela perda vivenciada em razão do abortamento espontâneo, portanto, conforme Benute et al. (2009), há demandas internas

ligadas às questões da pressão do mundo externo em que a mulher vive, resultando em conflitos, sentimentos de angústia e culpa pelo abortamento.

Outros elementos importantes relatados por uma das participantes foram a **ansiedade** e a **angústia** relacionadas à depressão, identificadas após o fato do abortamento espontâneo. Benute et al. (2009) destacam que a ansiedade e a depressão se associam às demandas internas e externas a mulher e podem ser resultado do sentimento de culpa pela perda.

A **depressão** é um dos fatores de risco presentes na vida da mulher que, de acordo com Zeferino e Furegato (2013), pode estar associada à experiência do abortamento; além disso, é preciso considerar a síndrome pós-aborto, vivenciada pelo sentimento de luto marcante nesse processo.

A **tristeza** é outro elemento comum identificado durante a vivência, que está associado à insegurança e à desesperança após a experiência do abortamento. Segundo Zeferino e Furegato (2013), as repercussões psicológicas são diversas diante desse tipo de experiência, sendo as mais comuns o sentimento de culpa, de abandono, de desesperança, baixa autoestima, desespero, desamparo, frustração, tristeza e sentimentos negativos em relação a outras pessoas.

Isto posto, de forma geral, o Quadro 3 aponta como reações e sentimentos frente à experiência do abortamento o sentimento de culpa, a solidão, a desesperança, o ato de subestimar a própria capacidade, que está relacionado com a baixa autoestima, o desespero, a frustração, a tristeza, o isolamento social e a dificuldade na socialização, que pode estar relacionada com sentimentos negativos em relação a outrem.

No Quadro 4, observam-se os principais elementos da categoria **Vivência do processo de hospitalização**. O intuito, neste caso, é explorar o quanto tais elementos interferem no processo de resiliência no enfrentamento da vivência do abortamento espontâneo no hospital de cada participante.

Quadro 4 – Vivência do processo de hospitalização

Categoria 2: Vivência do processo de hospitalização	
PARTICIPANTES	ELEMENTOS CENTRAIS
Esmeralda	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de informação em relação ao produto do abortamento • Tempo de espera antes da cirurgia gerou consequências traumáticas • Frustração • Solidão e sentimento de abandono • Foi bem recebida pelo médico, no entanto percebeu uma falta de acolhimento psicológico • Falta de diálogo • Falta de apoio • Atendimento rápido • Desinteresse por parte da equipe médica • Semelhante à recepção de um “doente qualquer” • Fala do médico influenciou negativamente • Desamparo • Equipe médica atuou de forma biológica, mecanicista e objetiva • Falta de empatia.
Turquesa	<ul style="list-style-type: none"> • Sentimento de insignificância • Rapidez no processo • Processo prático com falta de compreensão dos sentimentos da mulher frente à vivência do abortamento por parte dos profissionais da área da saúde • Equipe médica contribuiu para parte do procedimento de forma mecanicista • Necessidade de pensar no aspecto emocional e psicológico da mulher no momento da vivência no hospital • Compreensão do abortamento como um procedimento mecânico

Fonte: Dados do estudo de caso

Frente à vivência do abortamento, a área da saúde ainda atua de forma essencialmente biológica, tornando necessária a reflexão dos profissionais acerca de suas atuações, pois o cuidado deve englobar uma dimensão total, incluindo a dimensão social e psicológica (MARIUTTI; ALMEIDA; PANOBIANCO, 2007). Dessa forma, verificam-se, no Quadro 4, elementos em comum no processo de hospitalização das duas participantes, como a compreensão dos profissionais da área da saúde sobre a experiência do abortamento espontâneo como um **procedimento mecânico**, com atuação de forma essencialmente **biológica** e **objetiva**, e com **rapidez** nos procedimentos e nos atendimentos realizados.

Outro elemento em comum identificado nas participantes foi a necessidade de considerar o aspecto emocional e psicológico da mulher no momento da vivência, pois percebe-se uma **falta de apoio** por parte dos profissionais da área da saúde e **falta de acolhimento psicológico**. Além disso, verifica-se o sentimento de **insignificância** no atendimento prestado.

Sob a óptica de Mariutti, Almeida e Panobianco (2007), as mulheres sentem que não possuem o apoio necessário, pois a falta de informação e o descaso podem acabar gerando medo e ansiedades relacionados à solidão e ao medo do desconhecido. Logo, identifica-se que a **solidão** e o **sentimento de abandono** foram elementos apresentados por uma das participantes em decorrência da falta de apoio e descuido por parte da equipe de profissionais durante o processo de hospitalização.

É importante que a atuação profissional seja pautada em uma posição de compreensão perante os sentimentos expressos pela mulher, buscando entender todos os temores por ela vivenciados. Um ambiente acolhedor, que esteja aberto à escuta, pode ajudar as mulheres a lidarem com suas angústias, visto que elas demonstram a relevância da conversa e do apoio por ocasião da experiência do abortamento (MARIUTTI; ALMEIDA; PANOBIANCO, 2007). Uma das participantes relatou que, durante o processo de hospitalização, faltou diálogo por parte dos profissionais da área da saúde, fato este que demonstra a importância da comunicação no momento por ela vivenciado.

Nota-se que uma das participantes relatou **frustração** quando da experimentação do processo de hospitalização, o que revela a importância de uma postura mais humanizada dos profissionais, sendo que o cuidado está relacionado ao vínculo estabelecido com as mulheres, respeitando seus momentos de frustrações, expectativas e introspecção necessários para desenvolver a situação vivida (MARIUTTI; ALMEIDA; PANOBIANCO, 2007).

A **falta de empatia** por parte dos profissionais da área da saúde também foi percebida no processo de hospitalização. De acordo com Zeferino e Furegato (2013), ações dos profissionais da área da saúde são imprescindíveis, incluindo a assistência integral à mulher, pois além de uma atitude empática, da mesma forma, o cuidado está relacionado com a proximidade física.

Bazotti, Stumm e Kirchner (2009) definem cuidado como a comunicação verbal ou não verbal, que engloba gestos e olhares. O cuidado e o apoio emocional oferecido às mulheres em situação de abortamento são uma possibilidade de amenizar a sua dor.

Por fim, compreende-se que é necessária a criação de um espaço para que as mulheres em situação de abortamento possam expressar seu sofrimento, que é, muitas vezes, silenciado pelos próprios profissionais da área da saúde (REBOUÇAS, 2015).

O Quadro 5 apresenta os principais elementos da categoria **Aspecto mais marcante e comovente**, que contribuem para a compreensão dos componentes mais relevantes durante a vivência do abortamento espontâneo.

Quadro 5 – Aspecto mais marcante e comovente

Categoria 3: Aspecto mais marcante e comovente	
PARTICIPANTES	ELEMENTOS CENTRAIS
Esmeralda	<ul style="list-style-type: none"> • Sentimento de perda • Perda de um sonho • Sentimento de insuficiência • Sentimento de derrota • Sonho interrompido • Vazio
Turquesa	<ul style="list-style-type: none"> • Feliz no período de gravidez, quando esteve com seus dois bebês • Vazio • Falta de despedida • Acontecimento inesperado

Fonte: Dados do estudo de caso

Na Categoria 3, foi possível destacar o elemento que aparece de forma mais significativa entre as experiências das participantes: o **vazio**, que é consequência do sentimento de perda diante de um acontecimento inesperado, resultando na interferência nos planos de vida das mulheres. Ademais, o elemento **falta de despedida**, citado por uma das participantes, refere-se ao contexto imprevisível presente na experiência do abortamento. Apesar de o aborto ser uma possibilidade de existência da mulher, culturalmente, este não é visto dessa forma, pois a mulher é considerada preparada para a maternidade, mas não para o abortamento, tornando sua vivência ainda mais dolorosa (REBOUÇAS, 2015).

Os elementos **perda de um sonho** e **sonho interrompido**, apresentados por uma das participantes, relacionam-se com as reflexões sobre a possibilidade de ser mãe no que se refere à perspectiva de futuro. Para Tachibana (2006), Winnicott entende o ambiente como principal influenciador na constituição do ser. Independentemente do fato de o adulto ser bem constituído ou não, ao vivenciar uma experiência como o aborto espontâneo, ele se depara com conflitos existenciais que remetem à sensação de interrupção do ser.

Compreende-se que todas as mulheres são influenciadas pelos aspectos sociais, uma vez que fogem ao padrão cultural imposto aquelas que não geram filhos saudáveis, e a falha nessa necessidade provoca o sentimento de culpa (NOMURA et al., 2011). Uma das participantes revelou sentimentos de **insuficiência** e **derrota**, relacionados ao **sentimento de culpa** diante das influências dos aspectos sociais presentes em suas relações interpessoais.

Outrossim, o conceito de resiliência pode ser aplicado ao indivíduo que possui capacidade de atribuir significados positivos às experiências consideradas socialmente negativas. Trata-se de uma vivência que contempla a subjetividade do sujeito, pressupondo sua capacidade de valorizar suas

experiências e criar novas soluções diante de uma adversidade (BARLACH, 2005). Uma das participantes apresentou como aspecto mais marcante e comovente o sentimento de felicidade no curto período de gravidez em que esteve com seus dois bebês, demonstrando sua singularidade em atribuir um significado positivo frente à vivência do abortamento espontâneo.

O Quadro 6, intitulado **Fatores de risco e desafios familiares e sociais**, denota o quanto esses elementos interferem e dificultam no processo de resiliência no enfrentamento da vivência do abortamento espontâneo de cada participante.

Quadro 6 – Fatores de risco e desafios familiares e sociais

Categoria 4: Fatores de risco e desafios familiares e sociais	
PARTICIPANTES	ELEMENTOS CENTRAIS
Esmeralda	<ul style="list-style-type: none"> • Pressão por parte de seu contexto social • Sentimento de incapacidade e solidão • Dificuldade em socialização e relações interpessoais • Sentimento de exclusão • Falta de empatia por parte de seu meio social
Turquesa	Não considera que houve pressão social e cobranças. Os desafios encontrados foram ligados à questão do acolhimento da equipe médica.

Fonte: Dados do estudo de caso

Analisando a Categoria 4, foi possível identificar que apenas uma das participantes apresentou elementos de fatores de risco e desafios familiares e sociais. A segunda participante não relatou dificuldades relacionadas ao seu contexto familiar e considera que não recebeu cobranças e nem pressão por parte de seu contexto social; os desafios encontrados referem-se à falta de acolhimento da equipe médica.

Os desafios vivenciados pela participante são compreendidos como episódios que causam estresse e intensificam os fatores de risco. Pesce et al. (2004) fazem referência aos fatores de risco como eventos constituídos por impedimentos ambientais ou individuais, que aumentam a vulnerabilidade do sujeito e resultam em impactos negativos. Assim, tal questão é considerada subjetiva, visto que cada indivíduo possui sua própria limitação e nível de exposição a eventos estressores.

Diante do exposto, de acordo com o Quadro 6, os elementos mencionados pela participante como fatores de risco e desafios familiares e sociais foram a **pressão por parte de seu contexto social**, o **sentimento de exclusão**, o **sentimento de incapacidade e solidão**, a **falta de empatia por parte de seu meio social** e a **dificuldade na socialização e nas relações interpessoais**. Todos esses elementos relacionam-se entre si e são resultados da exposição a eventos estressores em seu contexto social.

A seguir, no Quadro 7, estão elencados os principais elementos da categoria **Fatores individuais de proteção**. O principal objetivo desta categoria é investigar os aspectos que auxiliam no processo de resiliência das participantes frente às situações adversas, considerando a vivência do abortamento espontâneo.

Quadro 7 – Fatores individuais de proteção

Categoria 5: Fatores individuais de proteção	
PARTICIPANTES	ELEMENTOS CENTRAIS
Esmeralda	<ul style="list-style-type: none"> • Capacidade para enfrentamento • Tranquilidade e paciência • Otimismo • Visão positiva de sua capacidade • Autoconfiança • Crença e fé • Compreensão da importância de suas experiências • O enfrentamento do abortamento levou ao amadurecimento pessoal, ou seja, contribuiu com a resiliência
Turquesa	<ul style="list-style-type: none"> • Crença e fé • Compreensão dos limites de sua capacidade • Otimismo • Independência emocional • Capacidade de enfrentamento

Fonte: Dados do estudo de caso

Verifica-se que as participantes estudadas identificaram como fatores individuais de proteção no enfrentamento da vivência do abortamento espontâneo elementos como **capacidade de enfrentamento, crença e fé e otimismo**. De forma individual, os elementos **compreensão dos limites de sua capacidade, independência emocional e compreensão da importância de suas experiências** foram mencionados, sendo estes essenciais para o desenvolvimento criativo frente aos estressores presentes nessa vivência.

São considerados fatores de proteção os **individuais**, como autonomia, autoestima elevada, autocontrole, comportamentos de adaptabilidade e afetividade positiva; os **familiares**, tendo em conta a presença de apoio familiar, respeito, equilíbrio e coerência nas relações; e, por último, fatores referentes ao **suporte social**, presentes no bom relacionamento interpessoal (PESCE et al., 2004).

A boa autoestima, segundo Zeferino e Furegato (2013), pode ser um fator de proteção, considerando que se trata de uma dimensão pessoal associada à personalidade, autoconceito e que influencia na valorização de si e confiança nos relacionamentos. Um fator individual de proteção apresentado por uma das participantes foi a **visão positiva de sua capacidade e autoconfiança**, além do reconhecimento no amadurecimento pessoal frente ao enfrentamento do abortamento espontâneo, o que contribuiu para o processo de resiliência.

Dessa forma, compreende-se que os fatores individuais de proteção foram fundamentais no processo de resiliência das participantes, devido à busca constante por elementos que pudessem oferecer estruturação e base na percepção de suas condições psíquicas e biológicas, diante do contexto do abortamento espontâneo.

Por fim, apresenta-se a categoria de **Fatores de proteção familiares e sociais** por meio do Quadro 8, visando compreender os aspectos que auxiliam no processo de resiliência das participantes frente às situações adversas oriundas da experiência do abortamento.

Quadro 8 – Fatores de proteção familiares e sociais

Categoria 6: Fatores de proteção familiares e sociais	
PARTICIPANTES	ELEMENTOS CENTRAIS
Esmeralda	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio do cônjuge • Apoio da sogra e de sua família • Contribuição dos amigos
Turquesa	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio da mãe e família

Fonte: Dados do estudo de caso

Esta última categoria tornou possível a identificação do elemento **contribuição dos amigos**, associado ao suporte social por uma das participantes. Já o elemento **apoio da família** apareceu de forma significativa no relato de ambas as participantes, o que destaca a importância do apoio familiar. Por essa razão, no que concerne à intervenção psicológica, é primordial a presença dos familiares envolvidos no processo, que devem ser incluídos nos atendimentos multidisciplinares (RIOS; SANTOS; DELL'AGLIO, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que a compreensão do fenômeno resiliência é essencial para profissionais da área da saúde, pois trata-se de um conceito que busca apresentar o enfrentamento desenvolvido pelo indivíduo frente às situações adversas.

O abortamento espontâneo é uma vivência que envolve sentimentos de muita dor física e psíquica para mulher. Diversos sentimentos, emoções, angústias e ansiedades estão presentes durante e após essa experiência, sobretudo no que se refere ao luto pela perda. Desse modo, a partir da análise qualitativa dos dados obtidos, foi possível compreender como o processo de resiliência contribui para o enfrentamento da vivência do aborto espontâneo.

Em síntese, compreende-se que é necessário um espaço para que as mulheres em situação de abortamento possam expressar seu sofrimento, que é silenciado, muitas vezes, pela própria equipe

médica. A prática psicológica contribuiria para que as mulheres que estão enfrentando essa fase consigam ressignificar seu sofrimento, ampliando suas possibilidades de existência, já que é nesse momento que a mulher se encontra fragilizada.

Isto posto, o estudo possui como ponto relevante a conscientização de profissionais da área da saúde a respeito de mulheres que vivenciam o aborto espontâneo nos hospitais, uma vez que o apoio desses profissionais se mostra fundamental, pois o aborto é uma experiência que envolve muito sofrimento físico e psíquico.

Por fim, é importante ressaltar que, considerando a Psicologia Hospitalar um campo de estudo científico recente da Psicologia, a bibliografia que embasa a compreensão dos fenômenos presentes na vivência do abortamento espontâneo nos hospitais ainda é limitada. Pesquisas que relacionam a resiliência diretamente ao aborto espontâneo são escassas, o que evidencia a importância de destacar tais questões e abordar o tema. Assim sendo, é relevante a continuidade do estudo da temática englobando outras perspectivas, como a dos profissionais da área da saúde acerca da vivência do abortamento espontâneo e a utilização de diferentes instrumentos de coleta e análise.

REFERÊNCIAS

- BARLACH, L. 2005. 119 p. **O que é resiliência humana?** Uma contribuição do conceito. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-19062006-101545/publico/LiseteBarlach.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2019.
- BAZOTTI, K. D. V.; STUMM, E. M. F.; KIRCHNER, R. M. Ser cuidada por profissionais da saúde: percepções e sentimentos de mulheres que sofreram abortamento. **Texto contexto – enferm.**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 147-154. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072009000100018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 out. 2019.
- BENUTE, G. R. G. et al. Abortamento espontâneo e provocado: ansiedade, depressão e culpa. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, São Paulo, v. 55, n. 3, p. 322-327. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302009000300027&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 out. 2019.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>>. Acesso em: 15 out. 2019.
- BRANDÃO, J. M.; NASCIMENTO, E. Resiliência psicológica: da primeira fase as abordagens baseadas em trajetória. **Memorandum: Memória e história em psicologia**, Belo Horizonte, n. 36, p. 1-31. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6875/9988>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Atenção Humanizada ao Abortamento**: norma técnica/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília, p. 1-33. 2005. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_abortamento.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Parto, aborto e puerpério**: assistência humanizada à mulher/Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Área Técnica de Saúde da mulher. Brasília, p. 148-149. 2001. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd04_13.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

DEWES, J. O. **Amostragem em bola de neve e respondent-driven sampling**: uma descrição dos métodos. 2013. 53 p. Trabalho de Conclusão de Graduação (Curso de Estatística: Bacharelado) – Instituto de Matemática, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. 2013. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/93246>>. Acesso em: 08 out. 2019.

GASQUE, K. C. G. D. Teoria fundamentada: nova perspectiva à pesquisa exploratória. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.) **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**, Brasília: Thesaurus, p. 83-118. 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9610/3/CAPITULO_TeoriaFundamentadaNova.pdf>. Acesso em: 08 out. 2019.

MARIUTTI, M. G.; ALMEIDA, A. M.; PANOBIANCO, M. S. O cuidado de enfermagem na visão de mulheres em situação de abortamento. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 1, p. 20-26. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-11692007000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 14 out. 2019.

MOURA, E. C. M. **Vivências de mulheres em situação de abortamento**. 2015. 69 p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem e Farmácia, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas, Maceió. 2015. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/2530>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

NERY, I. S. et al. Vivência de mulheres em situação de aborto espontâneo. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, p. 67-73. 2006. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-14538>>. Acesso em: 08 out. 2019.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa – Características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 2, p.1-5. 1996. Disponível em: <https://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/NEVES-Pesquisa_Qualitativa.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

NOMURA, R. M. Y. et al. Depressão, aspectos emocionais e sociais na vivência do aborto: comparação entre duas capitais Brasileiras. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, São Paulo, v. 57, n. 6, p. 644-650. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302011000600010>. Acesso em: 10 out. 2019.

OLIVEIRA, M. F.; MACHADO, T. S. Tradução e validação da Escala de Resiliência para Estudantes do Ensino Superior. **Aná Psicológica**, Lisboa, v. 29, n. 4, p. 579-591. 2011. Disponível

em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312011000400007>. Acesso em: 15 out. 2019.

PERIM, P. C. et al. Análise fatorial confirmatória da versão brasileira da escala de resiliência (ER - Brasil). **Revista Institucional de Psicologia**, Porto, v. 8, n. 2, p. 373-384, 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v8n2/v8n2a07.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2019.

PESCE, R. P. et al. Risco e Proteção: Em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. **Revista Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, v. 20, n. 2. 2004. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/Risco_e_protecao_em_busca_de_um_equilibr.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

REBOUÇAS, M. S. S. **Aborto**: um fenômeno sem lugar – uma experiência de plantão psicológico a mulheres em situação de abortamento. 2015. 97 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20088>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

REPPOLD, C. et al. Avaliação da resiliência: controvérsia em torno do uso de escalas. **Psicologia: Reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 248-255. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722012000200006&lang=pt>. Acesso em: 28 abr. 2020.

RIOS, T. S; SANTOS, C. S. S; DELL'AGLIO, D. D. Elaboração do processo de luto após uma perda fetal: relato de experiência. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 8, n. 1, p. 98-107. 2016. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/975>>. Acesso em: 22 set. 2020.

SILVEIRA, D. R; MAHFOUD, M. Contribuições de Viktor Emil Frankl ao conceito de resiliência. **Estudos de psicologia**, Campinas, v. 25, n. 4, p. 567-576, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2008000400011>. Acesso em: 28 abr. 2020.

SOUZA, L. D. A. **Mensuração dos níveis de resiliência de mulheres que sofreram aborto espontâneo**. 2017. 65 p. Dissertação (Mestrado em Modelos de Decisão e Saúde) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9122/2/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

TACHIBANA, Miriam. **Rabiscando desenhos-estórias**: Encontros terapêuticos com mulheres que sofrem aborto espontâneo. 2006. 182 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação na Área de Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas. 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_arquivos/6/TDE-2007-01-02T120650Z-1235/Publico/Miriam%20Tachibana.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

VENTURA, M. M. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Revista SOCERJ**, Rio de Janeiro, p. 383-386. 2007. Disponível em: <http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

ZEFERINO, M. G. M; FUREGATO, A. R. F. Aborto, depressão, autoestima e resiliência: uma revisão. **Revista Saúde e Transformação Social**, Florianópolis, v. 4, n. 3, p. 115-119, 2013.

Disponível em:

<<http://stat.elogo.incubadora.ufsc.br/index.php/saudeettransformacao/article/view/2459/3010>>.

Acesso em: 22 set. 2020.

7 - A TRAMA PARADOXAL DO DESEJO EM TERMOS DE TUDO OU NADA

Maria Emília Sousa Almeida

INTRODUÇÃO

A presente investigação busca refletir acerca da trama paradoxal do desejo em termos de tudo ou nada. Para estudá-la, propõe-se uma definição acerca da temática. A seguir, contribuições de psicanalistas acerca dos paradoxos e do discurso perverso, que o perpetua, são apresentadas. Questões narcísicas dos interlocutores envolvidos nesse discurso são examinadas por esses autores. Na sequência, a autora propõe algumas hipóteses de trabalho – desejo, trauma do absoluto e sistema representacional – que subsidiam a compreensão de um caso clínico. Este foi analisado a partir do uso do método clínico psicanalítico.

Numa análise, certo impasse se apresenta quando o paciente enfrenta o paradoxo do tudo ou nada. Nesse caso, certos elementos psíquicos isolados uns em relação aos outros – anteriormente interpretados e supostamente trabalhados – reapresentam-se como uma trama paradoxal de seu desejo. O paradoxo designa uma profunda contradição mental baseada em representações opostas entre si investidas por ódio, fixadas em sua psique. Essa tessitura se refere ao entrelaçamento desses componentes psíquicos – herdados pela criança, dos pais – que a impedem de realizar seu desejo, quando adulta. De origem ancestral, faz-se presente no sistema representacional.

Nessa reflexão acerca da trama paradoxal do desejo – em termos de tudo ou nada – acrescenta-se o pensamento de psicanalistas que estudam o paradoxo.

Racamier (1980) define o paradoxo como uma formação psíquica, que liga duas proposições contraditórias de maneira indissociável. Forma-se quando a percepção da criança é desqualificada, cabendo-lhe crer em seus sentidos ou no objeto e escolher entre a confiança em seu eu e o amor do objeto. Essa agressão ao seu eu suscita, na vítima, um ódio intenso. Em 1991, o fascínio do paradoxo ata o pensamento numa rede paralisante. O paradoxo fechado insolúvel sinaliza um impasse, que se impõe à psique.

Contribuindo para essa análise, Roussillon (2012) pontua que quanto maior a intensidade, a frequência e o valor do objeto que transmite o paradoxo, mais seus efeitos são devastadores no narcisismo de seu receptor. Em 2013, o paradoxo da culpa do inocente decorre de certas situações traumáticas precoces, que se fixam em seu narcisismo e originam um núcleo de culpa – ligado à confusão eu-outro.

E, ainda, Anzieu (1975) aponta que, na comunicação paradoxal, a desqualificação do receptor se opõe ao reconhecimento narcísico de seu eu. Nessa desqualificação, o paradoxo decorre de seu julgamento, que nega sua percepção de suas sensações, pensamentos e desejos. A desqualificação significa que seu receptor não é nada, que, assim, nega sua própria existência. Portanto, há uma conexão entre a pulsão do emissor – que visa à morte psíquica do destinatário – e sua pulsão de autodestruição. Complementando, Francese (2003) afirma que o discurso perverso paralisa o objeto – mediante o espanto, o horror e o fascínio – bloqueando sua capacidade de pensar.

Focando outros aspectos da questão, de acordo com Eiguer (2003), a perversão narcísica – ligada ao paradoxo – ocorre em um vínculo marcado pela inflação narcísica do agressor. A diferenciação entre agressor e vítima é subvertida para acentuar a dominação: sua força, riqueza, posição hierárquica e seu pertencimento ao sexo masculino. Ele busca utilizar os recursos do outro: suas competências, sua vitalidade, seu entusiasmo – dada sua inveja dele. O exercício do poder produz – na vítima – perplexidade, paralisia, desvalorização, invasão pela culpa em detrimento de seu narcisismo. Nessa esteira conceitual, Rosenfeld (1987) aponta que o predomínio do narcisismo destrutivo sobre o narcisismo libidinal deve-se à destrutividade e à inveja diante da frustração e da dependência do objeto. Falta diferenciar o eu e o outro.

Esses conceitos iniciais ampliam a compreensão sobre o paradoxo: o contexto em que ele se forma, os componentes da relação que o promove, as características de seu emissor, bem como suas consequências psíquicas no receptor.

Transposto para o âmbito do cascatear das gerações da família, o paradoxo é transmitido por meio da identificação da criança com os traumas, as fantasias, os mitos e o discurso perverso das figuras parentais. Seu narcisismo é bastante impactado por essa trama investida por ódio, que gera intenso ódio, horror e culpa nessa criança. A fragilização narcísica do receptor do discurso perverso – filho ou cônjuge – associa-se à inflação narcísica e ao narcisismo destrutivo do perverso narcísico/emissor – figura parental ou cônjuge. Tanto seus genitores quanto ela foram destituídos de seu *locus* de sujeitos da própria história, dada a imposição da herança familiar.

Tendo-se em vista que a onipotência do emissor/perverso narcísico visa negar seu desamparo, sua pequenez e sua dependência do objeto/receptor, esses aspectos de seu eu são projetados e controlados neste último. Além do mais, como sua relação com o receptor é sentida como fonte de dor, o perverso narcísico não estabelece relações objetais propriamente ditas. Então, ele usa o objeto como extensão de seu eu, adequado às suas necessidades ou ele o descarta, quando desnecessário.

O paradoxo do tudo ou nada e sua relação com o desejo, o trauma do absoluto e o sistema das representações

Para examinar a trama paradoxal do desejo sob a forma de tudo ou nada, de outro ângulo, propõem-se três hipóteses de trabalho: o desejo, o trauma do absoluto e o sistema das representações. Elas são aplicadas ao caso clínico, apresentado a seguir.

O desejo configura-se como uma faixa de representações e de afetos, que organiza o conjunto de forças psíquicas. A princípio, ele imprime movimentos psíquicos do sujeito em direção aos seus objetos de satisfação. Nessa medida, atua como fator de orientação desses movimentos, visando se realizar no mundo. Em contrapartida, os bloqueios na satisfação do desejo do adulto derivam de sua ancoragem ou fixação em certas representações e afetos, que limitam sua atualização no mundo. Parte do desejo do sujeito e do desejo de seus antecessores articula-se ao material psíquico, que atravessa sua família. Assim, vivências parentais e ancestrais marcam o desejo do sujeito.³ As representações e os afetos – ligados às suas vivências com as figuras primárias – constituem o sistema representacional (ALMEIDA, 2003).

O sistema das representações consiste num aparato psíquico do sujeito, com a função de representar seus impulsos, relações de objeto e estados mentais. O sistema representacional da criança interliga-se a aquele de seus objetos primários e, assim, se encadeia ao seu desejo. Em sua vida adulta, seu desejo se realiza de modo mais ‘fluido’ ou se paralisa, com base no material psíquico herdado, por ela, de seus pais. Esses conteúdos foram transmitidos, a eles, por seus genitores/avôs do sujeito. Sob esse *background*, a potência representativa desse sistema é alterada sob a influência dos traumas. Dentre eles, enfoca-se o trauma do absoluto (Almeida, 2003).

O trauma do absoluto designa um sofrimento psíquico intenso em pacientes, oriundo de sua herança psíquica. Caracteriza-se por representações sobre-investidas por ódio e horror: *ser abandonado, desamparado, rejeitado, não-amado, nada, perdedor, devedor, invulnerável ao amor, sofredor eterno, para sempre, sem lugar no mundo, infinito, imutável*, entre outras. O sobreinvestimento refere-se à intensa carga de ódio e horror, associados a elas. Essas representações e esses afetos – ódio e horror – são contrários à realização do desejo do sujeito. Em contrapartida, *ser amado, ser competente, ser inteligente, ser autossustentado, ser reconhecido, ter valor, ter méritos próprios*, entre outras – investidas por amor – constituem as representações e o afeto favoráveis a seu desejo (Almeida, 2003).

Elementos desse trauma, os paradoxos lógicos se revelam quando o *tudo* vira *nada*, o *ganho* transforma-se em *perda*, o *cheio* fica *vazio* e a *inclusão* torna-se *exclusão*. Nesse caso, as primeiras

³ A relação entre vivências parentais e filiais quanto ao desejo encontra-se em Freud (1900).

representações de cada par dão lugar às representações opostas – o nada, a perda, o vazio e a exclusão – sendo vividas como absolutos pelo sujeito (Almeida, 2003).

Além disso, a hipersensibilidade do sistema representacional do sujeito às condições iniciais das relações objetais contribui para seus possíveis efeitos destrutivos. Nessas relações, o paradoxo do tudo ou nada evidencia a fixação desse sistema sob o intenso sofrimento do trauma do absoluto. A condensação do ódio nesse paradoxo retrata um modo de relação com seu genitor, introjetado como modo de relação consigo mesmo. Quanto a isso, Freud (1915) propõe que o ódio é mais antigo que o amor na relação de objeto, devido à recusa do eu narcísico ao mundo exterior.

A clínica da trama paradoxal do desejo quanto ao tudo ou nada

Para se discutir a trama do desejo – no plano do tudo ou nada – presente no sistema das representações, apresenta-se a história clínica de uma paciente. A organização paradoxal de seu desejo se associa às vivências com as figuras parentais.

Destaca-se um recorte de sessões em ordem cronológica, sendo uma sessão diferenciada da outra por meio de parágrafos. O discurso da paciente encontra-se destacado por meio de aspas simples. O uso do travessão visa tornar o relato mais claro.

Em sua infância, seu pai era autoritário, agressivo e dominador. Sua mãe era submissa a ele em sua presença, mas criticava-o, às escondidas, posteriormente. Nas desavenças entre a paciente e seu pai, sua mãe confirmava o suposto poder paterno. Ela se sentia humilhada e desvalorizada diante da fala materna: ‘desse jeito, seu pai vai morrer’. Ela representou essa fala materna como: com seu jeito de ser, você vai matar seu pai e, mais, seu jeito de ser é destrutivo, maléfico e mortal para o outro. Assim, seu desejo, a diferenciação de seu eu de seus pais e sua revolta contra eles seria mortíferos para seu pai. Com isso, sentia-se louca e não dava crédito às suas percepções, emoções e pensamentos. Nesse contexto, as perdas e os fracassos afetivo-financeiros de seu pai e de seu irmão foram encobertos por ela e por sua mãe – psicológica e financeiramente.

Quando adulta, sua mudança para uma nova cidade – devido ao trabalho do marido – implicou a perda de vínculos de amizade e profissionais bastante significativos, na sua cidade de origem. Essa mudança provocou, ainda, sua separação do marido, por um mês, dadas as brigas do casal. Então, ‘fiquei louca, louca, sem bases, sem apoio’. E, mais, seus pais vieram morar com ela, reativando seus conflitos antigos com eles. A seguir, as perdas precoces e abruptas de parentes amados incidiram no mesmo ponto traumático: matar seu pai.

Na nova cidade, a idealização de certa profissional de humanas implicou novas decepções e perdas, mas uma nova amiga a resgatou para seu consultório. O fechamento posterior do consultório implicou novas perdas afetivas, profissionais e financeiras. Além disso, seu trabalho atual – numa

micro-empresa de saúde – comporta um esquema perverso quanto a dinheiro. Ela recebe muito pouco dos convênios e um mês depois de atender os pacientes, pagando considerável porcentagem de seu ganho para a dona da micro-empresa. Contudo, a paciente privilegia o lado frágil e humano daquela, sendo compreensiva para com ela. A dona chama a paciente de amiga-irmã e a convida para ir a sua casa. Por sua vez, a paciente é bastante ética, procurando ‘fazer tudo certo’ e ‘não fofocar’. Apesar de sofrer muito, há muito tempo, com esse esquema de trabalho e com as relações que ali vigoram, não consegue sair dele.

A seguir, as sessões relativas ao paradoxo do tudo ou nada são apresentadas.

‘Tá muito sofrido lá no trabalho. Porém, sair dele ‘me faria perder todos os pacientes e ter que voltar para minha casa’. Quando a analista aponta seu paradoxo de tudo ou nada, ela afirma: ‘ficar lá é tudo’. Ao ser questionada sobre o ‘tudo’, ela repete: ‘tudo’. Solicitada a explicá-lo, ela associa: ‘meu pai podia tudo, sabia tudo’. Devidamente analisados, o tudo remete a nada, pois se liga ao suposto e ilusório poder paterno. Por outro, o nada se articula a tudo, pois o nada envolve seu trabalho e seu dinheiro, fundamentais/tudo para encobrir a falência paterna. Ela afirma: ‘é uma agonia, eu patino, patino e não saio disso’ e ‘eu não consigo’. Este se associa a ‘avançar’, pois ela regride em seu desejo de sair do trabalho. A seguir, avançar se associa a avançar contra seu pai. Isso relembra: ‘desse jeito, seu pai vai morrer’. Logo, seu desejo de avançar foi marcado por perdas de sua clareza de percepção quanto ao poder paterno e de seu valor. A partir disso, paralisa-se no trabalho, sente um vazio, come comidas calóricas e fica empanturrada. Isso remete ao paradoxo de cheio – de comida – e vazio – de satisfação, prazer e conforto. Ao cheio e ao vazio, ela associa luz e escuridão. A luz permite-lhe ver; porém, está presa na escuridão. Ele se associa às suas capacidades e valor – luz – que são inconscientes – na escuridão.

‘Sofro ao ficar no trabalho’. A analista a lembra que sofre ao ficar em casa. Contudo, quer se manter nele, pois, assim, evitaria novas perdas. Referindo-se à secretária ‘difícil’, ela afirma: ‘segunda, foi um dia daqueles, mas lidei bem’ e ‘terça, eu tava morta em casa’. Todavia, ‘é uma delícia estar em casa no sofazinho, com cobertorzinho, vendo um filminho’. Nesse contexto, sente-se um nada, fracassada e desvitalizada. Deseja ser amada, valorizada e reconhecida por seu pai e por seu diferencial no trabalho. Contudo, confunde a perda do objeto bom com a perda do objeto mau. Sair do trabalho é vivido como uma perda paradoxal do objeto bom-mau.

Diminuiu os dias de trabalho, mas o vive como uma ‘perda sem fim’. Quebrou o esquema perverso de trabalho, ‘com tristeza e luto’. A analista destaca seu ganho ao concentrar seu trabalho em menor número de dias. Rompeu, assim, suas perdas. Ela afirma: ‘estou feliz’ e ‘meu ódio se dirige contra objetos, que tentam impor seu desejo ao meu’. Porém, acrescenta: ‘não tenho valor’ e ‘não tenho jeito’. A seguir, certo ato alimentar autodestrutivo associa-se à ideia de que ela e sua mãe

repassaram o mal aos filhos. Então, sente-se perdida quanto a administrar seu ódio e tem medo de perder o controle sobre ele. ‘Estou mais reservada no trabalho, mas me sinto falsa’. Ser falsa se opõe a ser espontânea e ser transparente, mas ser verdadeira é ser frágil frente ao outro perverso. Em meio a isso, precisa assumir seu valor.

Está anestesiada e triste frente à provável morte de um amigo. Culpa-se por ter se afastado dele. Duvida se vale lutar por seu desejo frente à vulnerabilidade e à morte. Fala de um novo paciente, mas volta a falar do amigo. Sua solidariedade com ele encobre seu recuo quanto a crescer. Cada tentativa de seu eu avançar era contraposta pela ameaça de morte de seu pai. Fala da morte do cachorro, mas ‘um novo cachorro deu um *up* em minha vida’. Esse *up* significa renovar o cuidado com a vida, mesmo sendo vulnerável e mortal. A morte de pessoas amadas incide no ponto traumático: matar seu pai. Porém, ‘isso está cicatrizando, como minha rejeição pela secretária difícil’. Avança na análise. Precisa pensar o que faz com o tempo de vida.

‘Estou muito triste – repete várias vezes – com o estado do meu amigo, mas sem paralisia’. Reza, pede para as amigas rezarem, ajuda a família dele. Há certa elaboração do ponto traumático quanto à morte. Seu pai e sua mãe parecem fazer um culto à morte e ao sofrimento, pois ‘se meu pai estava mal, todos deviam ficar mal; isso era amor, afundar no abismo junto’. ‘No trabalho, tenho mais energia, vivo um *up*, antes me sentia sugada, estou inteira e mais forte com os pacientes, se eles faltam não é por causa das minhas falhas’. Faz planos para sair do trabalho: ‘vou lutar’. ‘Estou entusiasmada, tenho poder de transformação’. Num ato falho sobre mudança de poder, acrescenta: ‘do outro para mim’. Vivencia situações de morte, sem culpa. A analista diz: estamos avançando.

‘Minha antiga supervisora ligou e conversamos por uma hora. Foi um resgate, me senti viva, com energia. Retomei o cuidado com as flores e as plantas’. Assim, vínculos amorosos e bons fazem-na sentir-se viva, com energia. Todavia, ‘eu me sinto morta, sem energia no trabalho’. ‘A perda do meu pai me afundou’, ao ajudar a cobrir a falência dele. É guerreira para lutar pelo outro, mas sem energia para sair do esquema perverso. Dada a saída de pacientes, regride a pontos traumáticos – perda e rejeição. Porém, se auto-analisa e os elabora. Vivencia leve regressão, mas é analista de si mesma.

Fala sobre certo paciente. Afirma para a analista: ‘você ficou quieta, não gostou do que falei? Faço coisas que os outros não gostam’. Relata três situações com pessoas que fazem o que não querem e sentem raiva. ‘Tenho raiva do meu marido e ódio do meu pai’. ‘Quando eu não fazia o que ele queria, não falava comigo, virava a cara; minha mãe era boazinha, mas não me protegeu, não me defendeu. Eles foram cruéis, eu era a errada. Estou menos dependente dos pacientes, antes me martirizava, me culpava quando eles paravam ou faltavam. Preciso buscar a minha felicidade, o meu prazer de viver’.

‘Meu marido continua sem falar comigo, eu sofro, mas não falo, não vou atrás’. Ela não quer ser fraca, dominada, submissa. A analista propõe que é possível ser a primeira a retomar o diálogo, para se posicionar. ‘Estou mais segura com os pacientes, sem medo de falhar. Na adolescência, falei pro meu pai: você é um cavalo. Ele ficou seis meses sem falar comigo, eu pedia desculpas, ele não aceitava, minha mãe disse para eu pedir desculpa, pedi. Eu me senti muito, muito ruim’. Ela se sentiu muito ruim quando se posicionou e se posiciona. ‘Vim pra suprir’. Nessa frase, falta o sujeito – eu – e dois complementos: o que? – as necessidades – e de quem? – de meus pais. ‘Já fui muito mais autodestrutiva, ou eu me destruía ou destruía o outro’. Tem medo de se posicionar e destruir o outro. ‘Com meus filhos, não consigo mais impor a minha vontade, houve uma transformação. Com meu marido, tenho muito medo de perder, então me afasto’. ‘Meu pai era muito rígido’. Seu pai aparentemente era forte, mas hoje depende dela para ter onde morar. Supostamente, ela era a ruim, mas ela superou muitas vezes sua dor, para não abandoná-lo. Pode ser ela e pensar de modo diferente do outro, sem destruí-lo.

Fala do amigo no hospital, minimizando sua própria dor. Todavia, diz: ‘meu pai bateu no cachorrinho com a vassoura e disse que foi só com o plástico. Senti muito ódio e disse: cê tá ficando louco?’ Quando seu pai batia nela, sua dor era desconsiderada. ‘Tenho muito medo de ser como meu pai ou de ficar como ele: preso na perda, no fracasso, sem amigos. Minha mãe sempre foi guerreira, vencedora e muito querida: já fui como ela’. ‘Pra eu ter um pouquinho de amor, tinha que aceitar o que eles diziam. Meu pai não me ouvia, mesmo nas perdas do negócio’. Ela não podia sentir o que sentia, se anestesiou e teve muito medo de ficar louca. Seu sofrimento com seu pai a fixou no ódio. Hoje, isso se repete com o marido e no trabalho. ‘Acho que nunca vou sair disso. Eu me sinto rejeitada e quando meu marido diz pra ficar lá, minha dor é desconsiderada’. Precisa assumir o que sente e buscar o melhor para si. Afirma: ‘Eu chego lá, sinto que tô perto’.

‘Dei uma guinada nessa semana’. Falei com meu marido. Liguei para a G. Como experiência, começo na clínica dela. É um recomeço, para atender pacientes dos meus convênios’. Não calcula se o valor que deixa de ser pago na clínica atual, cobre o valor a ser pago na nova clínica. Quanto a divulgar seu trabalho, fala em não e sim; aponta obstáculos diante de possíveis contatos. É guerreira e lutadora em nome do desejo, da necessidade do outro. ‘É a primeira vez que vou estar sozinha’, mas estava sozinha quando lutou pela família. Em ‘as coisas vão caminhando’, não há o sujeito, nem seu progresso é definido por ela. ‘Quero um lugar pra mim, é um desejo muito forte’. ‘Sinto muita angústia de patinar, patinar e não resolver’. Maximiza um possível erro frente à autoridade, desconsiderando suas capacidades e seus valores como um todo. Tem pavor de priorizar seu desejo e lesar o outro. Assim, permite-se ser explorada por ele.

DISCUSSÃO

Visando examinar o trabalho analítico com a trama paradoxal do desejo no plano do tudo ou nada, certos pontos essenciais desse processo são dados a conhecer. Os itálicos se prestam a ressaltar suas representações e suas mudanças na análise.

Na primeira sessão, a possível ruptura do longo sofrimento é representada como perda total. Questionada sobre o tudo, ela o repete sem refletir sobre ele. Por fim, associa-o tudo aos supostos poder e saber paternos. Desse modo, *ser tudo* cabe a seu pai, ao passo que a ela resta *ser nada*. Na verdade, *ser nada*, *ser fracassada* e *ser perdedora* encobre o fato de seu pai *ser fracassado* e *ser perdedor*. *Ser consciente* disso remete a *estar paralisada* pelo paradoxo do tudo ou nada. A sobrecarga de ódio nele leva à regressão de seu desejo de dar fim a seu sofrimento. Seu paradoxo do cheio – de comida – e do vazio – de satisfação, prazer e conforto – subjaz a seu paradoxo do tudo ou nada. *Ser louca* e *ser autodestrutiva* defendem-na contra o medo de *ser destruidora* de seu pai. Quanto a isso, Anzieu (1975) considera que, para a pessoa desqualificada, a desqualificação significa que *ela não é nada* – com relação a qualquer coisa que a toque de perto.

Na sessão seguinte, seu paradoxo do tudo ou nada parece se subdividir, mas igualmente se ampliar: ela sofre tanto ao ficar no trabalho, quanto ao ficar em casa. Assim, *ser sofredora* a impediria de *ser perdedora*, mais uma vez. Outras representações do paradoxo aparecem: *ser competente* – com a secretária – mas *estar morta* por isso e *ser delicioso* estar em casa, associado a vários diminutivos. Deseja *ser amada*, *ser valorizada* e *ser reconhecida* por figuras de autoridade. Romper seu sofrimento envolve uma perda paradoxal do objeto bom-mau.

Na terceira sessão, a redução dos dias de trabalho é vivida como ‘perda sem fim’. A princípio, romper seu sofrimento implica *estar triste* e *estar enlutada*. A seguir, *ser ganhadora* supera *ser perdedora*, permitindo-lhe *ser feliz*. Redireciona seu ódio de si para os objetos autoritários. Porém, defende-se contra seu ódio em: *ser sem valor* e *ser inadequada*. *Ser transmissora* do mal para o filho aponta sua identificação com sua mãe. *Estar perdida* em seu ódio conjuga-se a seu medo de *ser dominada* por ele. *Ser falsa* se opõe a *ser espontânea*, mas *ser verdadeira* implica *ser frágil* em relação ao perverso. Nesse aspecto, Racamier (1989) afirma que quando a percepção da criança é desqualificada, deve crer em seus sentidos ou no objeto e escolher entre a confiança em seu eu e o amor do objeto. Essa agressão ao seu eu suscita, na vítima, um ódio intenso.

Na quarta, aparece *estar anestesiada*, junto com tristeza e culpa. *Ser lutadora* quanto a seu desejo confronta-se com *ser vulnerável* e *ser mortal*. *Ser solidária* encobre sua regressão, dado seu medo de *ser mortífera* quanto a seu pai: seu foco traumático. Seu *up* envolve *ser cuidadora* para com a vida, apesar de *ser vulnerável* e *ser mortal*. Está elaborando *ser mortífera* e *ser rejeitada*.

Na quinta, sua tristeza coexiste com *ser pró-ativa*. Elabora *ser mortífera*. Associa: ‘se meu pai estava mal, todos deviam ficar mal; isso era amor, afundar no abismo junto’. *Estar energizada, estar inteira e ser forte*, sem culpa, permitem superar *ser sugada*. Pode *ser poderosa*, ao *ser transformadora*: o poder passou do outro para si. Rosenfeld (1987) aponta que no narcisismo destrutivo não há a diferenciação eu-outro.

Na seguinte, *ser resgatada, ser viva e ser energizada* se associam aos vínculos amorosos e bons. Todavia, sente *estar morta* e sem energia em vínculos ruins. A perda repetida dos pais a deprimiu. Assim, experimenta *ser guerreira* quanto ao desejo do outro, mas *ser desvitalizada* para satisfazer seu desejo. Regride a ideias traumáticas com seu pai – *ser perdedora e ser rejeitada* – mas suplanta-os ao *ser analista* de si mesma.

Na sétima, tem medo de falar e fazer coisas que o outro não gosta. A seguir, assume o ódio ao seu pai. Devia *ser submissa* para não *ser rejeitada* por ele e *ser desprotegida* por sua mãe. Então, representa-os como cruéis, repensando *ser a errada*. Com isso, elabora sua forte culpa. Está menos dependente dos pacientes, sem culpa. Busca ser feliz e ter prazer de viver. Vale lembrar que Roussillon (2013) discute o paradoxo da culpa do inocente. Neste, as situações traumáticas precoces são enquistadas em seu narcisismo, originando um núcleo de culpa que remete à confusão eu-outro.

Na próxima, tem medo de *ser fraca, ser dominada e ser submissa* frente ao marido. Não consegue se posicionar frente a ele. Porém, está mais segura com os pacientes, sem medo de falhar. Ao falar para o pai ‘você é um cavalo’, ela vivenciou: *ser indigna de ser perdoada, ser rejeitada profundamente, ser a errada e ser muito ruim* –juntamente com enorme culpa. Na frase ‘vim pra suprir’, faltam seu eu e as necessidades de meus pais. Associa-os com *ser autodestrutiva* ou *ser destrutiva* do outro. Tem medo de se posicionar e destruí-lo. Passou a *ser democrática* com os filhos: transformação do poder paterno perverso. Tem muito medo de perder o marido. Passou de *ser muito ruim* para *ser acolhedora* com seus pais – quanto à moradia. Pode ser a si mesma, sem destruir o outro. No que se refere a isso, Anzieu (1975) aponta a conexão entre *a pulsão inconsciente do emissor – que visa à morte do destinatário – e sua pulsão de autodestruição*.

Na nona, sente muito ódio de seu pai. Tem muito medo de ser como ele: *ser perdedora, fracassada, solitária*. Sua identificação profunda com ele sobrepuja sua anterior identificação com sua mãe: *ser guerreira, ser vencedora e ser amada*. Precisou *ser submissa* para *ser amada* por ele minimamente. Cobia-lhe *ser insensível, ser anestesiada e ser paralisada* quanto à sua dor – dado seu pavor de *ser louca*. E, ainda, *ser rejeitada e ser desconsiderada*. Seu sofrimento com ele a fixou no ódio, repetindo-o com o marido e no trabalho. Sua identificação com as perdas paternas surge como *sem fim*. Nesse sentido, Racamier (1991) propõe que o fascínio mental do paradoxo ata o pensamento numa rede paralisante. O paradoxo fechado insolúvel sinaliza um impasse, que se impõe à psique.

Na décima sessão, suas mudanças envolvem: *ser iniciante* ao *ser assumida* quanto a seu desejo. Todavia, revela *ser irrealista* – com dinheiro – quanto à nova clínica. Pode *ser guerreira e lutadora* em nome do desejo do outro, mas sente *estar sozinha* ao *ser lutadora* em prol de seu desejo. Na frase ‘as coisas vão caminhando’, ela não aparece como sujeito, nem seu avanço/progresso é declarado – subentendido em caminhar. Seu forte desejo de ter seu lugar confronta-se com sua angústia de *estar paralisada*. *Ser a errada* – oitava sessão – a leva a maximizar um possível erro frente à autoridade, desconsiderando suas capacidades e seus valores reais e amplos. Entram em conflito uma mera possibilidade de erro e a amplitude de seus acertos reais e construídos por ela. Tem pavor de priorizar seu desejo e lesar o outro, podendo *ser explorada* por ele.

Ao longo dessas sessões, as representações e os afetos do trauma do absoluto se repetem – *ser nada, ser fracassada, ser rejeitada e ser perdedora*, numa perda *sem fim* – sendo sobre-investidas por ódio e horror. Ainda no plano dos afetos, aparecem: intensa culpa, agonia e pavor. Outras representações paradoxais desse trauma – *estar morta, estando viva; existir, não existindo, ser desvitalizada e ser mortífera*, ao *estar viva* – junto a seu pai são relevantes nessa trama. E, ainda, ela se refere à perda paradoxal do objeto idealizado-persecutório/pai (Almeida, 2003). Seus pontos traumáticos são: morte de seu pai, rejeição e perda. Retoma-se, nesse ponto, Anzieu (1975) quanto à questão da desqualificação implicar a negação da própria existência de sua vítima.

Sob tal contexto, o discurso de sua mãe – desse jeito, seu pai morre – parece comportar forte repressão dela contra seu próprio ódio ao marido, projetado na filha. A relação paradoxal da paciente com ambos favorece a fixação do ódio em seu sistema representacional – ‘eu patino, eu patino e não saio disso’. Porquanto, a configuração paradoxal de seu desejo – segundo os extremos do tudo ou nada – está impregnado por aspectos desestruturantes das figuras parentais: ‘ou eu me destruo ou destruo quem amo’. Nesse encadeamento, a repressão parental do ódio da paciente fez com que seu ódio fosse introjetado por ela, em grande medida, sob a forma de paradoxo. Para tanto, contribuiu a desqualificação de seu desejo que – nessa adulta – se configura como impasse paradoxal. Essa intrusão – dada sua identificação com o discurso perverso do pai agressor – favoreceu *ser perversa* consigo mesma e *ser ética* com os outros, de forma rígida (Almeida, 2003).

Por identificação com o discurso materno, representa seu pai em termos paradoxais de *ser forte e ser poderoso* – em oposição a *ser frágil e ser adoentado*. Cabe-lhe, então, *ser submissa e ser impotente* na relação com ele. Sendo assim, subjacente ao seu medo de *ser fraca*, ela tem medo de *ser a si e ser destruidora* do outro. Ademais, sua dessubjetivação a fez *ser indiferenciada* de seus pais e *ser sem valor*. Esse quadro mental se alia à sua ideia de existir para suprir o desejo do outro. Configura-se, então, no sistema: *ser existente, não existindo* – como eu diferenciado do outro. Quanto a esses aspectos, de acordo com Eiguer (2003) a perversão narcísica ocorre em um vínculo

marcado pela inflação narcísica do agressor. A diferenciação entre agressor e vítima é subvertida para acentuar sua dominação: sua força, sua posição hierárquica e seu pertencimento ao sexo masculino. Ele *utiliza* os recursos do outro: suas competências, sua vitalidade, seu entusiasmo – dada sua inveja dele.

Em seu discurso, as frases incompletas – ‘vim pra suprir’ e ‘as coisas vão caminhando’ – ratificam a indiscriminação entre seu eu e do outro. Porquanto, ela não se refere a si como um eu agente, autodeterminado e autor de sua história, tampouco consciente de seu desejo, de seus fundamentos e de ações para realizá-lo no mundo (Almeida, 2005).

Essas relações paradoxais se repetem com o marido e a dona da micro-empresa. Nesse caso, à paciente cumpre *ser amiga-irmã*, mas *ser submissa* à relação perversa com o trabalho e o dinheiro. Esse paradoxo inclui o fato de que essa micro-empresa – voltada para saúde psíquica dos pacientes – abrigue relações perversas para com seus profissionais. Relações perversas quanto a trabalho e dinheiro, igualmente, estavam presentes em sua relação familiar (Almeida, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trama paradoxal do desejo no plano do tudo ou nada ilustra a destrutividade, que concerne à transmissão da vida psíquica em sua família. Denuncia a confusão dos limites do eu, sob a forma de indiferenciação eu-objeto. Por sua vez, a organização precária inicial do sistema representacional aciona seu fracasso representativo, em face do intenso ódio no trauma do absoluto – subjacente a aquele paradoxo. Esse processo propicia a compulsão à repetição desse paradoxo, no sujeito.

A história de vida da paciente e suas sessões parecem posicionar seu pai como um perverso narcísico. Quanto a isso, sua desvalorização das mulheres é relatada por ela. Porquanto, ele projetou e controlou sua pequenez, seu desamparo e sua dependência em sua esposa e em sua filha. Sua esposa confirmava seu pretensão poder de forma paradoxal, representando-o como poderoso-frágil-adoentado, de tal modo que seu desejo não podia ser contrariado por ninguém, de forma alguma. Nesse contexto mental, as reações da paciente às situações paradoxais incluem: incapacidade de pensar; agressividade dirigida, em especial, a si mesma; passividade diante de seu sofrimento; sensação de ser um nada.

Em sua infância, as representações de si junto aos objetos primários fixaram-se no sistema, dadas as representações paradoxais sobre o poder paterno – poderoso-frágil. Essas ideias paradoxais geraram, nela, a contradição entre suas percepções, representações e afetos, levando-a a uma impotência agonística. Sua agonia remete à sua grande angústia, ao seu tormento e à sua tortura mental. Contudo, a ambígua sustentação do poder paterno – pela figura materna – escamoteia sua

falta de poder efetivo na realidade externa à família. Em síntese, a paradoxal perseguição e a idealização de seu pai remetem a seu poder ‘oco’: dominar as mulheres – que sustentam seu poder psíquica e financeiramente – sem respeitar a diferença de desejos e ideias entre eles.

Todavia, a tessitura paradoxal do desejo em termos de tudo ou nada no sistema determina a quase consciência da paciente acerca do suposto poder do pai poderoso-fraco. Sendo assim, suas perdas contínuas junto aos seus pais dificultam a perda de representações e afetos contrários ao seu desejo mais essencial – processo intrínseco e fundamental numa análise. Nessa medida, sua quase percepção e sua quase consciência sobre o falso poder paterno favorece sua quase existência – falta-lhe um eu próprio. Logo, a falta de saída do paradoxo bloqueia suas possibilidades de sair da situação perversa no trabalho. Essa pontual redução de seu eu a um sofrimento *sem saída e sem fim/infinito* associa-se aos extremos de seu desejo. Porquanto, ela se representava em termos de *ser um nada* – alçado a um grau máximo irrefutável – em oposição a seu pai *ser tudo*. Paradoxalmente, essas representações de ela – *ser tudo e ser nada* – são conteúdos afetivamente intensos no sistema. A desqualificação de seu desejo articulava-se às zonas traumáticas no sistema ligadas ao referido paradoxo. A despeito de esse paradoxo ter excedido os recursos do sistema de representá-lo a contento, a paciente apresenta sensibilidade e abertura para mudanças psíquicas, na análise.

Por fim, as propostas teóricas apresentadas podem complementar as lacunas no conhecimento psicanalítico sobre esses processos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Emília Sousa. A Clínica do Absoluto: **Representações Sobre-investidas que tendem a deter o Encadeamento Associativo**. Tese de doutorado, Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.
- ALMEIDA, Maria Emília Sousa. A Clínica do Absoluto: Representações Sobre-investidas por Ódio e Horror. **Pulsional Revista de Psicanálise**, v. 182, p. 93-100, 2005.
- ANZIEU, Didier. Le transfert paradoxal. De la communication paradoxale à la réaction thérapeutique négative. **Nouvelle Revue de Psychanalyse**, v. 12, p. 49-72, 1975.
- EIGUER, Alberto. **A transmissão do psiquismo entre gerações**. São Paulo: Unimarco, 1998.
- EIGUER, Alberto. Outrage à intimité. **Revue française de psychanalyse**. v.1, n. 3, p. 15-25, 2003.
- FRANCESE, Erin. **Perversion et intrusion dans l'intimé**. v.2, n.11, 2003. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-le-divan-familial>.
- FREUD, Sigmund. A interpretação dos sonhos. **Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. Originalmente publicado em 1900.

FREUD, Sigmund. Pulsões e destino das pulsões. **Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 2006. Originalmente publicado em 1915.

HERRMANN, Fabio Antônio. **O método psicanalítico**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

KAËS, René et al. **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

KLEIN, Melanie. **Psicanálise da criança**. São Paulo: Mestre Jou, 1981.

RACAMIER, Paul-Claude. **Les Squizophrènes**. Paris: Payot, 1980.

RACAMIER, Paul-Claude. Souffrir et survivre en les paradoxes. **Revue Française de Psychanalyse**, v. 55, n.4, p. 893-909, 1991.

ROSENFELD, Herbert. **Impasse and Interpretation**. London: Tavistock, 1987.

ROUSSILLON, René. **Agonie, clivage et symbolization**. Paris: PUF, 2012.

ROUSSILLON, René. **Paradoxes et situations limites de la psychanalyse**. Paris: PUF, 2013.

8 - A VIVÊNCIA DA GORDOFOBIA AO LONGO DO PROCESSO IDENTITÁRIO DE UMA JOVEM ADULTA

Rafael do Nascimento Silva Santos

Débora Inácia Ribeiro

INTRODUÇÃO

A pesquisa se propôs a investigar o processo de construção identitária de uma mulher gorda, buscando identificar seus modos de apreensão da autoimagem, assim como a emergência de sentimentos frente à própria imagem corporal, tendo em vista as diferentes etapas de construção identitária, ao longo de sua história de vida. O estudo está inserido no campo de investigação dos novos movimentos sociais de valorização do corpo gordo. A pesquisa encontra sua relevância no cenário social da atualidade, uma vez que buscas no *Google* pelo termo “gordofobia” até dezembro de 2009 trariam menos de 800 resultados, enquanto, entre janeiro de 2010 e dezembro de 2013, esse número subiu para perto de oito mil resultados. Para o mesmo intervalo de tempo, a busca entre janeiro de 2014 até dezembro de 2017 retornou um total de quase 50 mil resultados (VAZ *et al.*, 2018).

Em decorrência da expressiva emergência dos diálogos sobre a libertação dos corpos e a luta antigordofobia na internet, principalmente por meio de redes sociais, é visível a necessidade de se iniciar uma articulação entre esse movimento social emergente e o fazer científico. De acordo com Gohn (2011), os movimentos sociais realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas e desenvolvem empoderamento de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. Como pesquisadores no campo da Psicologia, ressaltamos a importância do entendimento da construção de identidade dos indivíduos gordos, uma vez que um processo positivo nesse sentido pode estimular o desenvolvimento saudável da autoestima. Conforme propõe Erikson (1972), a identidade é uma concepção de si mesmo, composta de valores, crenças e metas com os quais o indivíduo está solidamente comprometido. Tais valores e crenças imbricados no tecido social tendem a exercer um poder como de pêndulo, influenciando positiva ou negativamente na construção identitária de cada um.

Nas seções que seguem, será apresentada uma breve contextualização teórica sobre construção social do corpo, construção identitária, ativismo social como forma de movimento social organizado, gordofobia e valorização histórica e atual do corpo gordo nos mais diversos meios de expressão e comunicação. Por meio desses tópicos, buscamos contextualizar o tema de estudo, encadeando-o ao

método de pesquisa e aos resultados, promovendo, por fim, uma discussão entre o referencial teórico proposto e os resultados obtidos.

REVISÃO DA LITERATURA

A construção social do corpo

David Le Breton (2012) se propõe a categorizar o corpo como produtor de sentidos, inserindo o homem de forma ativa no interior de contextos culturais e sociais, sendo também moldado por esses contextos. Segundo o autor, “o corpo é um vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída” (LE BRETON, 2012, p.7), enquanto para Michel Foucault, “o corpo está preso no interior de poderes muito apertados que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 1987, p.118). Para Foucault (1987), o corpo passa – a partir do Séc. XVIII – a sofrer investidas de técnicas de controle que exercem sobre ele uma coerção sem folga com a intenção de estabelecer o corpo no mesmo nível da mecânica tanto em seus movimentos, quanto nos seus gestos, suas atitudes e sua rapidez. Essa ideia da mecanização do corpo é também articulada por Le Breton (2012) ao dizer que alguns valores da modernidade foram atribuídos ao corpo, como por exemplo a comparação deste às máquinas. Breton (2012) ainda conclui que o corpo passou a ser classificado como uma máquina falha, que envelhece e comete erros, precisando de consertos, o que é de grande valia para a medicina moderna, que trata o corpo como um conjunto de órgãos que precisam ser regulados para não falhar. Dessa forma, Woodward (2014) conclui que o corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade.

Construção identitária

De acordo com Mattos (2007, p. 158), “O corpo, no século XX e XXI, tornou-se um referencial privilegiado para a construção das identidades pessoais. O que somos e o que devemos ser passou a ser definido a partir de nossos atributos físicos”. Goldenberg e Ramos (2002), afirmam ainda que os meios tradicionais de produção de identidade (família, religião, política, trabalho etc.), inseridos em um contexto social e histórico instável e mutante, encontram-se enfraquecidos, ocasionando que muitos indivíduos ou grupos apropriem-se do corpo como meio de expressão ou representação do eu. Ainda, Woodward (2014) propõe a identidade como sendo de base relacional, vinculada a condições materiais e sociais. Para a autora Woodward (2014), se um grupo é simbolicamente marcado como tabu, terá efeitos reais pois o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais. Logo, para um grupo desviante que tem como objetivo o enfrentamento das

imposições que são postas a ele por conta de seu “desvio”, a possibilidade de conhecer e se identificar com outras pessoas que passavam pelos mesmos problemas é o ponto inicial na organização do próprio grupo e do fortalecimento de sua identidade (RANGEL, 2018).

O ativismo virtual como movimento social organizado

Antes de qualquer coisa, é necessário definir o que consideramos como “movimento social”. Aqui, será utilizado como base a definição dada por Gohn (2011, p.335), que traz a questão dos movimentos sociais como sendo “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”. Ainda para Gohn (2011), os movimentos sociais: “tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais” (GOHN, 2011, p.337). Essas definições entram em consonância com a definição para “ativismo” de Jimenez-Jimenez (2020, p.170): “O ativismo deve modificar, transformar e influenciar processos e resultados sociais e políticos”.

Essa relação entre ativismo e movimento social pode projetar nos indivíduos que participam dessas ações um sentimento de pertencimento social, uma vez que aqueles que eram excluídos passam a sentir-se incluídos nas ações de um grupo ao qual se sentem pertencentes e com a ascensão das redes de internet e das redes sociais, o ativismo social tornou-se presente também online, sendo a internet veículo principal de disseminação de informações e trocas de vivências entre grupos sociais antes excluídos e “esquecidos” (GOHN, 2011). Ao falarmos especificamente sobre o ativismo gordo (o ativismo antigordofobia), foco desta pesquisa, podemos entender que a internet:

[...] não se trata de apenas mais um meio de comunicação para os/as ativistas gordos/as, mas de “um espaço de relação social” (SEGATA, 2016) em que ocorrem discussões e deliberações relacionadas ao ativismo gordo bem como o estabelecimento de laços entre pessoas gordas que provavelmente não teriam a mesma oportunidade de troca de experiências e informações nessa escala se não fosse pela internet. (RANGEL, 2018, p. 57-68)

A interação entre pessoas gordas, o desenvolvimento da aceitação da própria identidade gorda rompendo com o ideal social de que este corpo retrata uma identidade desviante, permite o início de uma articulação e organização desses indivíduos em relação aos direitos que buscam conquistar e da norma que buscam contestar. “Assim ocorreu com outras minorias políticas como os negros, os indígenas, os gays, as lésbicas, os/as transexuais, as mulheres, dentre outros” (RANGEL, 2018, p.58).

Gordofobia

Na busca por uma conceituação do termo gordofobia, Paim (2019) considera que

[...] a gordofobia opera como um sistema de opressão, e se refere à discriminação que as pessoas gordas estão submetidas, desde humilhação, inferiorização, ridicularização, patologização e exclusão. A sociedade gordofóbica observa um corpo gordo e julga o estado de saúde e hábitos dessa pessoa a partir desse viés. Considera-a doente, incapaz de tomar decisões sobre sua própria vida, acredita que precisa ser reeducada e merece ser discriminada como forma de incentivo para emagrecer (PAIM, 2019, p.02).

Mas também, podemos observar a conceituação da gordofobia por outras autoras, como por exemplo para Rangel (2018, p. 19): “a gordofobia é utilizada para denominar o preconceito, estigmatização e aversão englobados por meio de uma opressão estrutural na sociedade que atinge as pessoas gordas na sociedade”. E também para Jimenez-Jimenez (2020, p.59), que considera a gordofobia como “uma estigmatização porque ela exclui as pessoas gordas do direito de ir e vir, do direito sobre os próprios corpos, de estar em espaços públicos e/ou privados”.

Valorização do corpo gordo no Brasil

Segundo Rangel (2018, p.86), “apesar de grande parte do ativismo se concentrar e se articular pela internet, existem diversas modalidades de ativismo gordo que podem ser elencadas a partir da pesquisa de campo”. Uma das modalidades que se articulam com a questão da militância gorda é, segundo Nechar (2018, p.5), a arte. Para a autora, a arte sempre esteve em posição de luta pela quebra de padrões sociais como “uma forma inesgotável de manifestações políticas ou não em prol dos corpos diferenciados”, e destaca que existem vários exemplos desse movimento histórico de historiar o corpo, exemplificando, inicialmente, com a escultura que retrata uma mulher gorda “Vênus de Willendorf”, datada de mais de 25 Mil anos. Mas também é possível ver tal valorização nas obras de Peter-Paul Rubens, com obras do século XVI onde o corpo gordo/volumoso se destacava como um padrão de beleza, ou seja, o corpo gordo não era visto como um problema social, mas sim como um corpo digno de prestígio. Em um contexto moderno, é possível destacar a artista plástica baiana Eliana Kertész, conhecida pelas suas esculturas na orla de Salvador que compõem a chamada “praça das gordinhas”.

Rangel (p. 86) também aponta como importante presença para a representatividade gorda a funkeira “MC Carol” pois a cantora se utiliza de aspectos da militância para falar em suas letras sobre aceitação e respeito do corpo feminino e de feminismo. Para a autora, a cantora cria, através de suas músicas e representatividades, “uma nova forma de categorizar a realidade com potencial

transformador de sua percepção” (p.88). A autora também cita a bailarina Jussara Belchior, que se destaca como artista performática e tenta, com a dança, desconstruir os padrões de exclusão através do espetáculo intitulado “peso bruto”. Também reforça que projetos de fotografia com pessoas gordas revelam formas de corpos de maneira sensível, o que acaba transformando “o olhar para o corpo gordo geralmente escondido e negado”. É o caso do projeto “Corpos Livres”, criado pelo Instituto Tomie Ohtake em parceria com o Instagram e os fotógrafos Bob e Helena Wolfenson (RANGEL, 2018, p. 86).

Por fim, Rangel (2018) aponta ademais a necessidade de se falar sobre acessibilidade e disponibilização de peças de vestuário que sirvam a corpos gordos e possibilitem a livre locomoção e liberdade em relação ao lazer, ao dia a dia, ao trabalho, à diversão etc., para todas as situações da vida cotidiana. A autora, ao citar a criação e crescimento de novas marcas que produzem roupas exclusivamente para corpos gordos, explica: “disponibilizar roupas que sirvam e que façam com que pessoas gordas se sintam bem e na moda é o que vem ocorrendo no momento corrente” (RANGEL, 2018, p.92). A autora ainda expõe que atualmente, no Brasil, existem grandes eventos de moda *plus size* que ocorrem com periodicidade no país como o Hashtag Bazar, o Pop Plus e o Big Bazar.

MÉTODO

Considerando os objetivos do estudo, optou-se pela pesquisa de caráter exploratório e descritivo pelo interesse desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, além da necessidade de descrever características de determinada população ou fenômeno. Foi realizado um estudo de caso único através do método de História de Vida (ou História Autobiográfica), pois seu caráter qualitativo permite explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos, preservar o caráter unitário do objeto estudado, descrever a situação do contexto em que está sendo feita a investigação, formular hipóteses e explicar as variáveis envolvidas no fenômeno estudado. Também, o método de História de Vida incorpora experiências subjetivas mescladas a contextos sociais, portanto, fornece base consistente para o entendimento do componente histórico dos fenômenos individuais, assim como para a compreensão do componente individual dos fenômenos históricos. (GIL, 2002; GIL, 2017; PAULILO, 1999).

A partir dessas proposições, foi entrevistada uma mulher, maior de idade, publicamente autodeclarada como participante do ativismo gordo. A entrevista base da pesquisa foi de caráter não diretivo e foi organizada a partir de uma única questão, adaptada, que possibilitasse o desencadeamento de uma narrativa: “conte-me sua história de vida, da maneira como achar melhor, a fim de expressar quem você é”. Essa entrevista, tendo em vista o detalhamento e a complexidade

do método, foi realizada em uma única sessão com duração de uma hora e trinta minutos. (ALVES, 2017; NOGUEIRA *et. al.*, 2017). Por se tratar de pesquisa com seres humanos, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, e recebeu aprovação sob o parecer número 3.838.941. Os dados foram coletados somente após a aprovação e a participante leu e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para realizar a análise dos dados, foram utilizadas as técnicas qualitativas do método da análise do conteúdo. Esse método se constitui de um conjunto de técnicas de pesquisa que investigam o sentido de um documento e é realizada por meio de três fases: A) Pré-análise; B) Categorização; C) Interpretação. Neste sentido, a fase da pré-análise foi composta pela organização do material analisado de forma a torná-lo operacional e sistemático em relação às ideias iniciais. A segunda fase diz respeito à exploração do material com a elucidação de categorias, e é considerada uma etapa importante, tendo em vista que permite a abundância das interpretações e inferências. E a última fase, se refere ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação dos dados (CAMPOS, 2004).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma vez que, para Ciampa (1987, apud ALVES, 2017, p. 34), a identidade se insere “[...] no processo de formação social que, se dá como metamorfose no movimento histórico em busca da emancipação que constitui o humano concreto em individualidades e coletividades”, foram identificadas as seguintes categorias de análise a partir do conteúdo da entrevista: 1. Seguindo a tradição; 2. Rompendo padrões; 3. Construindo a autoimagem; 4. Vivência da gordofobia; 5. Conhecendo os movimentos sociais de valorização do corpo gordo; 6. Reconstruindo a identidade. Além disso, é importante ressaltar que, embora a compreensão da construção identitária seja tema central da análise de dados, não cabe identificar tal tema em uma categoria específica, já que esta perpassa todas as categorias analisadas da mesma maneira que perpassa toda a vida da entrevistada. A fase de interpretação desenvolveu-se ao longo dos resultados, atrelada à exposição de excertos da entrevista. Para fins de identificação, ao longo do processo de análise, o nome fictício “Anna” será usado para se referir à entrevistada.

Seguindo a tradição

“...eu venho de uma família Hare Krishna né, então já não sou de uma formação tradicional [...] Uma religião, uma filosofia muito rica, mas também, do meu ponto de vista, um pouco castradora em relação, assim, principalmente a mulheres eu

acho. [...] uma imposição muito grande de padrões, de comportamentos. [...] crescer aqui foi bem complicado.”

Ao relatar sua experiência na infância, Anna faz pausas, respira profundamente entre as frases e, em alguns momentos, mantém um olhar distante, como se pudesse observar a si mesma no passado. Partindo de um ponto de vista sociológico, isso significa o preenchimento – pela identidade – entre o mundo pessoal (interior) e o mundo público (exterior) que costura as falas e sensações demonstradas por Anna à estrutura de sua realidade atual. Em suas falas, Anna projeta a si mesma para as identidades culturais de sua tradição original ao mesmo tempo que internaliza seus significados e valores (HALL, 2019, p.11) como podemos observar na seguinte fala:

“...quando eu tinha uns 12 anos, era normal que para você ser uma “boa pessoa”, você ir pra índia, porque a índia era como se fosse a Jerusalém dos Hare Krishna [...] aí minha mãe tentou me mandar pra lá. Entrei com processo de passaporte, visto, tudo [...] e eu não conseguia falar que eu não queria ir, eu não conseguia me posicionar em relação a isso.”

Aqui, Anna relata não conseguir encontrar seu poder de posicionamento e no momento do relato também apresenta muita dificuldade para falar sobre o assunto, pausando e novamente vislumbrando o próprio passado com o olhar além. Anna se refere ao primeiro contato com uma ruptura social, uma diferenciação do meio social em que esteve e está historicamente inserida. Isso firma-se nas construções da identidade da mulher que nos relata a história na medida que essa diferenciação é uma marcação simbólica em relação às outras identidades do grupo social em questão. O processo de negação da tradição por parte da entrevistada se desenrola em um efeito real de sentimento de exclusão (WOODWARD, 2014):

“foi eu acho que quando eu tive minha primeira ruptura sabe, de realidade, de conceitos assim. [...] dentro desse contexto, assim, de adolescência, de desespero. Porque eu me senti totalmente rejeitada pela minha família, né, e eu já me sentia muito rejeitada pela sociedade de forma geral. [...] Nessa fase de adolescência eu não me sentia parte de nada.”

Tal como demonstrado por Alves (2017), a subjetividade de Anna se construiu, nesse momento, através de relações nas culturas sociais, uma cultura religiosa, muito tradicional e que,

assim como a maioria das tradições religiosas, tenta controlar o corpo feminino em relação ao seu formato ideal, em relação à sua sexualidade, vestimentas, formas de se portar etc. Nesse sentido, uma vez que rejeita parte do produto social de sua construção subjetiva individual, Anna, conhecendo o significado social desse “ir para a índia” e rejeitando-o, atribui sentidos pessoais a esse movimento como os de sentimento de rejeição familiar e de sentir-se sozinha. Entretanto, esse movimento de ruptura da identidade subjetiva, que é demonstrada na fala anterior, corrobora o pensamento de Hall (2019), que aponta uma alteração recente nas dinâmicas da personalidade: Anna, que antes era detentora de uma identidade rígida e imutável, passa a vivenciar o processo de fragmentação dessa identidade.

“eu entendi (em psicoterapia) que tava tudo bem ser diferente. Só que daí nessa de tá tudo bem ser diferente, eu comecei a questionar tudo ao meu redor, entendeu. Comecei a questionar tudo, tudo, tudo, tudo. Então as perguntas que eu fazia e as respostas que eu tinha não eram mais suficientes pra mim. As respostas que meus pais me davam já não eram mais suficientes pra mim, então eu comecei a buscar coisas por mim mesma.”

Como um ser com várias identidades que atuam das mais diversas formas nesses mundos internos e externos do sujeito, Anna nos apresenta esse momento posterior às vivências de sentimento de exclusão do grupo social, mostrando-se mais determinada a não aceitar apenas as tradições locais, mas a buscar por si mesma suas próprias experiências de vida (HALL, 2019).

Rompendo padrões

“[...] eu comecei a buscar por filósofos que não eram mais filósofos orientais né, então eu fui lê Nietzsche, Schopenhauer, sabe, isso com 14 anos! E aos 14 eu já tava no ensino médio e aí então eu tive mais contato com pessoas mais diferentes, comecei a estudar a filosofia e sociologia na escola, então, tipo, eu comecei a... a abrir um pouco mais meu pensamento e questionar muito, né...”

Ao iniciar esse movimento de questionar o mundo e abrir seu pensamento, Anna demonstra um movimento singular da dinâmica da sua identidade, abrindo-se para a possibilidade de vivenciar esta como uma “celebração móvel” que transforma e é transformada continuamente pelos sistemas culturais que a rodeiam, abrindo-se para um novo universo de possibilidades, podendo pensar as

relações sociais de formas diferentes daquelas com as quais estava acostumada a vivenciar (HALL, 1987 *apud* HALL, 2019).

“com 15 anos, muita briga, discussão em casa, e eu querendo estudar, querendo fazer as coisas aí eu fui morar na cidade com uma amiga da minha mãe que era uma pessoa mais velha [...] foi uma das atitudes que me fez crescer muito rápido né, eu tinha 15 anos e tava com a responsabilidade de cuidar de mim mesma.”

Neste ponto, podemos verificar o processo de impulso para o desenvolvimento de Anna, explicitado em sua busca pela autorrealização e pela autonomia. Esse processo natural marca o início do entendimento de si e de suas próprias características individuais, não mais pautadas pelas relações comunitárias e religiosas fechadas na comunidade *hare-krishna* em que vivia anteriormente (RUDIO, 1987).

“A minha família nunca me viu bêbada, eu nunca usei droga, nesse aspecto de convivência difícil, sabe, nunca aconteceu. Mas as brigas aqui em casa... Eu sou uma pessoa que não suporta certas coisas, por exemplo, eu não consigo ouvir que tipo, é normal a mulher sofrer dentro de um relacionamento porque é assim que funciona e porque é o processo evolutivo dela. Então, depois de um certo tempo eu comecei a ir de frente, sabe e aí eu passei por um processo de nove meses de, vamos dizer assim, novas descobertas. Foi um período que eu saí muito, que eu conheci muita gente, que eu descobri que sou bissexual...”

Construindo a autoimagem

Ao construir a narrativa do período em questão, de autodescobertas sobre a própria identidade, Anna nos leva a uma parte de sua vida em que conheceu um homem mais velho, e conta sobre momentos de abuso sexual sofridos ao longo desse relacionamento e a culpa que sentia em decorrência de questões religiosas de seu lar original, até que esse relacionamento se finda. E continua:

“...quando eu terminei com esse meu primeiro namorado, eu tava fazendo muitos questionamentos sobre o meu lugar no mundo. Eu tava começando a entender o feminismo, eu tava começando a entender que eu posso usar qualquer roupa que eu

quisesse, que a minha virgindade não significava nada, entendeu. Então eu comecei a andar, sabe, de barriga de fora... Eu, só pra você ter ideia, assim, eu usava jeans e camiseta assim (manga curta), era o que eu usava pra tudo! Pra faculdade, pra sair, pra tudo, tudo, tudo! Eu não colocava um short mais, sabe. Então eu comecei esse meu processo de desconstrução mesmo, de tipo, to com vergonha? Vou com vergonha mesmo! Foi muito assim de tipo, meu, todo mundo faz, por que eu não posso fazer?”

Uma vez que o corpo está, sociologicamente, envolvido com o processo de estabelecimento da autoimagem, servindo de apoio para a constituição da identidade, podemos observar em Anna uma busca de construção identitária baseada em sus próprios sentimentos, não mais de acordo com o que querem/esperam que ela seja, criando assim um sentimento de fidelidade para consigo. Desta forma, Anna pode se preparar e se incentivar no processo de desenvolvimento de sua própria “verdade”, podendo se libertar de questões que antes a aprisionavam (WOODWARD, 2014; RUDIO, 1987):

“aí... eu conheci o meu noivo... Então nesse processo aí eu já tava, tipo assim, muito liberta de muitas questões. Eu já tava ok com o meu corpo apesar de ter alguns momentos que eu sentia uma certa insegurança, eu já tava usando as roupas que eu queria, eu tava vivendo, sabe.”

Vivência da gordofobia

Após conhecer esse outro homem, a quem se refere como “o noivo”, Anna conta que após um ano de relacionamento, o noivo faleceu. Anna não dá muitos detalhes deste momento, mas se mostra bem sentida e muito marcada pois foi seu primeiro contato com a morte. Então diz que após esse incidente, conheceu o namorado mais recente, de quem engravidou, e conta sua experiência com a gravidez. Uma história muito simbólica.

“Eu acredito que quando eu engravidei eu sofri sim Gordofobia, bastante. Relacionada a dizerem que por eu estar grávida e ser gorda, que eu colocava a vida do meu filho em risco, que eu não teria uma gravidez saudável. [...] Todo mundo falava que eu ia ter diabetes gestacional porque eu era gorda. E eu não tive. Falaram que talvez eu teria uma pré-eclâmpsia. Eu não tive! A minha gestação, ela

era de risco, mas pela minha tireoide que não foi controlada no começo da gravidez.”

Anna, nos conta sobre a realidade de ser uma pessoa gorda em meio a nossa sociedade atual, sabendo que esse corpo passa por um duro percurso de opressão estrutural, ou seja, opressão/exclusão sustentada em grandes âmbitos da sociedade civil como saúde, mercado de trabalho, vestuário e acessibilidade. Neste cenário, o fato de ter um corpo gordo faz com que Anna perca direitos básicos e até simples para quem os possui como o atendimento médico adequado. Anna nos mostra pela sua vivência que a Gordofobia retira dela seus direitos, e a culpa por isso, culpa-a pelos “riscos” que ela e seu filho correm, ao mesmo tempo em que não a oferece o mínimo de suporte humano básico para lidar com essas situações (JIMENEZ-JIMENEZ, 2020; RANGEL, 2018). E continua:

“O fato é que por eu ser gorda [...] eu tive um descaso médico muito grande. Até os 4 meses de gestação, eu fui tratada, hm.... Um descaso médico total tanto que não foi, tipo, por eu dizer que foi descaso médico. Eles chegaram a me trocar de médico, me trocar de posto de saúde porque o médico, ele simplesmente não abriu os meus exames, e os meus exames constavam que eu tenho hipotireoidismo, né, que é uma disfunção na tireoide que não libera vários tipos de hormônios, então assim, me dá uma desequilibrada geral que poderia prejudicar principalmente na formação intelectual do meu filho, né...”

“e eu tava indo já pro pré-natal de quase cinco meses e o médico não tinha aberto o meu exame no último dia do pré-natal, sabe, no mês anterior. eu perguntei pra ele assim, falei ‘doutor, o senhor pode...’, isso com quase cinco meses de gravidez, tá?... ‘o senhor pode me dar o encaminhamento pra eu fazer a ultra? Eu queria saber o sexo do bebê’. Aí ele falou assim: ‘Não. Agora você não precisa. Eu só vou fazer com 8 meses pra saber se seu bebê tem hidro ou microcefalia’. Enfim, foi totalmente um descaso médico. Só que aí a minha sogra abriu meu exame e como ela era enfermeira, ela entendeu o que tava escrito ali e ela falou ‘meu, isso aqui prejudica sua gravidez, saca?’. E aí me encaminharam...”

Nos trechos apresentados podemos perceber a forma como Anna foi reduzida apenas à imagem de “mulher gorda”, o que resultou em uma negligência médica, pautada em diagnósticos superficiais, sem contar no sofrimento infligido a ela por conta disso. A negligência pode ser perigosa

e mortal para as pessoas gordas, isso porque o indivíduo gordo em ambientes de consultas médicas é frequentemente negligenciado desde o momento da queixa de suas enfermidades (SILVA e CANTISANI, 2018 apud RANGEL, 2018; JIMENEZ-JIMENES, 2020).

“E eu nunca vou esquecer, assim, eu cheguei no hospital passando super mal, fui super mal tratada, é... super, super mal tratada! Mas aí eu tive esse momento, né, eu fiz a ultra e me colocaram já num quarto pra eu trocar de roupa pra gente começar a indução do parto. E eu nunca vou esquecer... Nossa, que raiva! Entrou um médico, com outros dois médicos... médicos, médicos! Não eram estudantes... e ele falou assim... (pausa longa com cara de choro e olhar distante) ... Ele falou assim ‘eu acho que ela teve uma eclampsia’ – que é quando a pressão sobe de mais e mata o bebê – ‘eu acho que ela teve uma eclampsia, ainda não dá pra saber o que que foi, mas eu acho que foi isso porque olha o tamanho dela’. Esse médico, ele não fez questão nem de olhar meu prontuário. E qual o problema? A pessoa olha pra minha cara e o que? Ela acha que eu não vou saber o que é uma eclampsia? Sabe, o cuidado, de... de... de... falar, de como falar, sabe, quis me tirar de otária ali naquele momento.”

Observamos então, que mesmo após passar pelos desafios do pré-natal sem apoio médico e sem humanização, Anna, ao dar entrada no hospital de forma emergencial é novamente maltratada pela equipe médica. Podemos ver então, a maneira que a autoridade médica muitas vezes é utilizada como instrumento de inferiorização e desumanização das pessoas gordas. Anna nos mostra de forma muito clara que um indivíduo gordo, ao entrar pela porta dos serviços de saúde, é automaticamente negligenciado, sendo maltratado desde o momento que entra pela porta, até o momento do atendimento, internação, recuperação, repouso, etc. (JIMENEZ-JIMENEZ, 2020; RANGEL, 2018).

“E eu tinha 22 anos quando meu filho faleceu, que foi o caso mais sério pra mim, assim, de Gordofobia, mas existem frases, existem conceitos que são aplicados sobre mim todos os dias, de forma muito mais sutil que com uma pessoa gorda maior, mas acontece. Como eu disse, essa questão da preocupação com o que eu como ou deixo de comer, se eu to fazendo exercícios ou não, enfim”

Neste ponto, entendemos que Anna passa então pelo segundo momento de contato com a morte: a morte do próprio bebê. A negligência médica que sofreu desde o início, no pré-natal, poderia

ter sido o motivo deste triste fim tendo em vista que o médico ignorou os exames de Anna e a julgou apenas pelo formato do seu corpo desde o início. Isso deixa escancarada a questão de que as pessoas gordas, em vários contextos, mas em especial no atendimento básico de saúde, se tornam um grupo fragilizado do qual o direito à saúde é usurpado pela violência verbal e psicológica por parte de profissionais da saúde aos quais são frequentemente expostos em seus cotidianos (RANGEL, 2018).

“Hoje, o que eu sofro muito no meu dia a dia é a questão da pressão estética, né, só que mesmo assim as vezes é muito tênue uma coisa entre uma e outra e como eu sou uma gorda menor, a questão da Gordofobia as vezes passa até de uma forma imperceptível. Hoje em dia eu escuto muita coisa gordofóbica! Muita coisa gordofóbica. Eu escuto pessoa falando que engordou, só que não engordou porra nenhuma, eu escuto que eu tenho que tomar o chazinho, eu sou olhada com repulsa, eu sempre escuto ‘ah, mas se você tivesse com uma blusinha mais comprida, mais larguinha, você ia estar mais elegante’, sabe.

Ao refletir sobre o tempo presente, passados dois anos da perda do filho e das vivências de Gordofobia médica, Anna reflete sobre as opressões que sofre até hoje e nos dá uma perspectiva de duas formas claras de opressão feminina: a pressão estética e a Gordofobia. Tanto a primeira, quanto a segunda formas de opressão, colocam Anna em situações nas quais a imagem social de seu corpo é usurpada e transferida para o meio social, onde as pessoas se sentem no direito de interferir sobre o corpo, negar sua subjetividade e sua individualidade. Além da “discriminação que leva à exclusão social, visto que os corpos gordos perdem a humanidade, são estigmatizados” (JIMENEZ-JIMENEZ, 2020, p.60; ROCHA; SANTOS; MAUX, 2019).

Conhecendo os movimentos sociais de valorização do corpo gordo

“E aí foi quando a Karen⁴ um dia postou que ela queria fazer uma roda pra conversar sobre Gordofobia e tals e eu falei ‘ah, eu vô’.”

Anna visualiza em uma rede social uma postagem de “Karen” sobre uma roda de conversa. A internet nesse sentido, para as pessoas gordas, não é apenas um meio de comunicação. Aqui, a internet e as redes sociais assumem na história de Anna o sentido de representarem um espaço de relação

⁴ Nome fictício utilizado para preservar o sigilo da pessoa originalmente citada.

social com argumentações e resoluções acerca do gordo-ativismo. Toda essa rede relacional, que se inicia de forma online, estabelece laços vivenciais entre as participantes da roda de conversa e, como uma forma de ativismo, é esperado que esse movimento venha a modificar, transformar e influenciar processos e resultados sociais e políticos (SEGATA, 2016 apud JIMENEZ-JIMENES, 2020; JIMENEZ-JIMENES, 2020).

“E eu cheguei lá e só tinha gorda maior, só eu de gorda menor. E aí eu entendi, pela primeira vez, que o negócio é mais embaixo, sabe. Que eu tinha sim minhas questões, que eu sofria sim, tudo bem, quanto mais gorda, mais difícil dentro da sociedade, e que o que eu tinha sofrido era Gordofobia médica, entendeu. Então aquelas meninas, elas mudaram a minha vida, elas me acolheram, elas me deram uma perspectiva, elas me fizeram pensar sobre várias situações que eu já tinha passado na minha vida mas que eu não sabia que mais pessoas passavam por isso e nem o nome disso, sabe, o que foi muito legal, foi muito interessante falar ‘nossa, cara, aquela menina ali já sofreu isso, tipo, o cara não queria assumir ela... Ah eu to entendendo agora’, sabe umas coisas assim.”

Anna, após todas suas vivências, descobre então a possibilidade de experienciar algo que nunca havia experienciado antes: conhecer e conversar com outras mulheres gordas. Isso representa uma possível identificação com outras pessoas que podiam passar, ou ter passado, pelos mesmos problemas que ela por conta de seus “desvios”. Isso passa a caracterizar uma organização grupal que fortalece as identidades ali inseridas, inclusive a de Anna (RANGEL, 2018).

Reconstruindo a identidade

“Eu já tava ficando de boa com meu corpo, eu usava biquini, usava as roupas que eu queria, eu não aceitava que falassem algumas coisas pra mim... Mas eu não compreendia o quão sério era isso, tipo, como é complexo o mundo e tudo que a gente sofre nele”

Anna nos diz que em determinado momento de sua trajetória, ela não mais aceitava algumas investidas negativas do âmbito social contra seu corpo, mas que, ao mesmo tempo, não compreendia o tamanho da significância disso. Isso se dá, pois o corpo gordo, visto pela sociedade como uma deficiência/falência física e moral, é um grande atrativo de olhares e indagações morais. Anna, nesse

sentido, assume um papel social que sofre com violências já tão naturalizadas na nossa sociedade frente ao corpo gordo, que muitas vezes passam despercebidas e se negativam como violência, mas que se renovam e ganham mais força à medida que são cada vez mais veladas (BRETON, 2012).

“E aí eu... Eu tive que me readaptar ao meu corpo. Então já de cara, já de início, assim, eu tava muito arrasada por dentro pra ficar brigando com o meu corpo, você tá entendendo? Eu não queria isso, então, tipo, com o passar do tempo eu comecei a entender ‘ah, minha barriga tá assim por causa do meu filho, são as minhas marcas, é a minha história, é a nossa história, minha história e do Francisco’, sabe. Meu peito caiu, a barriga ficou diferente. [...] Mas as minhas inseguranças nunca me impediram, sabe, porque chegou uma hora que eu falei ‘meu, ou eu volto a ser aquela menina de 16 anos que usa só calça e camiseta, ou eu vou usar o que eu quero mesmo com as pessoas me olhando do jeito que elas quiserem, porque isso é um problema delas, não é um problema meu’, entendeu.”

Anna nos coloca que algumas questões negativas que tinha com seu corpo são agora vistas de forma mais positiva, por carregarem consigo a história de vida e dos processos positivos de suas vivências, como, por exemplo, a experiência da maternidade. Anna então traz essas experiências para sua consciência e se reorganiza de forma a modificar a imagem que tinha de si mesma, abrangendo novas percepções da experiência de olhar para si e entender sua história (e as marcas que a história produziu em si) (ROGERS, 2003).

“Mas na verdade eu acho que agora eu to mais fazendo uma reflexão, sabe, sobre mim assim, eu não to muito a fim de necessariamente me envolver com ninguém porque foi tudo muito rápido, então eu acho que preciso desse tempo, assim, pra me entender né, agora eu estou indo para perto dos 30 e não mais dos 20, né. Então fazer essa avaliação em relação a mim eu acho que é o que vai me direcionar, sabe.”

“Eu acho que eu sou uma pessoa que até hoje me adaptei a situações, sabe, muito, tipo, de forma externa. ‘ah, eu vou pra fora e eu vou morar com qualquer um porque eu não quero tá aqui, eu não quero encarar minha vida’, sabe. ‘ah, beleza, apareceu um carinha aí que tá a fim de mim, beleza, vou namorar ele’, entendeu. E agora,

não. Agora eu acho que mais do que nunca eu vou me adaptar sim, mas eu vou me adaptar por mim, pra mim, sabe”

Neste ponto, podemos entender Anna como uma mulher que já passou por muita coisa em muito pouco tempo. Uma mulher com muita bagagem experiencial em vários sentidos. Anna sente que está na hora de olhar para si e de ouvir a si mesma e essa sensação vem como uma descoberta da necessidade de buscar ser quem realmente é, como o início de um processo permissivo de se descobrir em profundidade. Anna demonstra aqui uma estima consigo mesma para atingir essa descoberta da profundidade verdadeira do seu “eu” (RUDIO, 1987).

“Eu penso muito nos tipos de vivências que eu tive e no que isso pode ajudar, sabe, eu acho que depois de tudo que eu passei, acho que é o primeiro momento da minha vida que tá sendo eu comigo mesma. Que eu não tenho filho, que eu não tenho namorado, que que minha família ok, eles sabem que eu sou mesmo uma pessoa (do ponto de vista deles) difícil de lidar, e eu to me buscando de novo, sabe, nesse processo. É isso que tá acontecendo. [...] Eu acho que eu sou isso. Eu acho que eu sou sempre uma menina sonhadora que tem os momentos dela de pausa, de falar ‘meu, não vou conseguir’ e aí do nada eu tiro gás de onde não dá e falo ‘vai rolar, vou chegar lá’.”

Por fim, Anna reflete sobre todas suas experiências (e por consequência, suas perdas) e as incorpora, aceitando-as da maneira como elas foram vivenciadas. Neste momento, Anna mostra-se liberta, sem colocar-se na defensiva, demonstrando uma organização (ou busca positiva pela organização) de seu “self” (ROGERS, 2003).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível identificar na pesquisa que a identidade de um indivíduo gordo está sempre à revelia das pressões sociais externas por meio do discurso médico, que invalida esse corpo e o coloca como doente e impossibilitado de ter uma vida saudável; por meio do discurso da indústria da beleza, que padroniza os corpos e pressiona os corpos desviantes a fazerem de tudo para atingirem a premiada magreza; por meio dos espaços de convivência e entretenimento, que não dão lugar para receber o corpo gordo de maneira confortável e humana; pelo mercado de trabalho, que exclui o indivíduo gordo das disputas por cargos por este não ser o “perfil” do mercado; pelo sistema político e

econômico que joga o corpo gordo em uma posição de invalidez e improdutividade e por tantas outras formas de opressão estrutural que esse corpo sofre. Por conta disso, podemos afirmar que a Gordofobia influencia no processo identitário de uma pessoa gorda, servindo de estopim tanto para o sofrimento interno e repressão de uma identidade positiva, como para uma reorganização da identidade de forma a combater a opressão sofrida. Ambos os casos foram possíveis de serem visualizados ao longo da narrativa da entrevistada “Anna”, o que demonstra que o processo de construção identitária nunca é estático, e sim um movimento fluido que acompanha o indivíduo ao longo de sua trajetória e se altera conforme as experiências e elaborações positivas e negativas dos processos vivenciais.

Na análise foi possível identificar em “Anna”, etapas da constituição de suas várias identidades ao longo de sua história de vida. A forma como Anna sentia e sente as relações sociais e a si mesma nesses locais determinados permitem que a identidade se molde e seja mutável, cheia de altos e baixos, a depender da vivência. Algumas dessas vivências diziam respeito à relação com o próprio corpo e com sua autoimagem. Pudemos vislumbrar o desenvolvimento da autoimagem que se iniciou com uma adolescente que preferia esconder-se do mundo por dentro de roupas largas e sem vida, uma jovem que introjetava a negatividade de seu corpo e sentia-se então reprimida pela sociedade e por si mesma. Jovem essa que após se ver fora do ambiente cultural que mais a repreendia nesse sentido, pôde iniciar um processo de investigação profunda de si, passando a aceitar e compreender melhor seu corpo e sua imagem de forma mais positiva. Essa construção leva então a entrevistada a conhecer novas pessoas, pessoas que compartilham das mesmas aflições e estigmas que ela, que se unem para falar sobre isso de forma crítica. Esse processo influencia a união daqueles que compartilham das mesmas características, que sofrem por motivos semelhantes de diferentes formas, e assim, podem juntos passar a lutar contra aquela opressão estrutural e institucionalizada mencionada no início. Mas também, em âmbito individual, permite que Anna passe a olhar mais para si mesma de forma positiva e procure se desconectar da turbulência de sua própria vida para, mais uma vez, voltar ao processo de autoafirmação no mundo.

Em tempo, afirma-se aqui que os movimentos e as uniões entre pessoas gordas devem ser pautas de discussão na sociedade civil organizada brasileira justamente por se tratar de um movimento embrionário no nosso país. É necessário que vislumbremos as novas possibilidades desse corpo lançar-se positivamente à sociedade através da ciência e através de atos políticos. Aqui, é reforçado a grande importância da internet para esse processo justamente por se tratar de um novo espaço de desconstrução de valores com pautas sociopolíticas sendo fortemente tratadas, onde grupos podem se unir cada vez mais para combater essa opressão política, estrutural, institucionalizada que os cercam,

da mesma forma como outras minorias já fizeram anteriormente na história dos movimentos civis organizados.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cecília Pescatore. Narrativas de história de vida e projeto de futuro no estudo do processo de identidade. Boa Vista. **Textos e debates**, n.31, p.33-41, jan/jun. 2017. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/4255/pdf>. Acesso em: 19 de março de 2020.

CORPOS Livres. Instituto Tomie Ohtake, 2019. Disponível em: <https://www.institutotomieohtake.org.br/programacao/interna/corpos-livres>. Acesso em: 25 de outubro de 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes. 1987.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. Como elaborar projetos de pesquisa. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. Campinas, **Revista Brasileira de Educação**, v.16 n.47 mai./ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em: 24 de novembro de 2020

GOLDENBERG, Mirian; RAMOS, Marcelo Silva. A civilização das formas: o corpo como um valor. In: GOLDENBERG, Mirian. **Nu e Vestido – dez antropólogos revelam a cultura do corpo carioca**. Rio de Janeiro/São Paulo. Editora Record. 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 12ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina. 2019.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

JIMENEZ-JIMENEZ, Maria Luiza. **Lute como uma gorda: gordofobia, resistências e ativismos**. Tese (Doutorado em Estudos de Cultura Contemporânea) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, Mato Grosso, 2020. Disponível em: <https://lutecomoumagorda.home.blog/tese-de-doutorado-lute-como-uma-gorda-gordofobias-resistencia-e-ativismos/>. Acesso em: 08 de julho de 2020.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Tradução de Sônia Fuhrmann. 6ª ed. Petrópolis: Vozes. 2012.

MATTOS, Rafael da Silva. Sou gordo, sou anormal?. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v.03, n.02, julho/dezembro, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/RAFAE/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/PROJETO%20TG/sou%20gordo%20sou%20anormal.pdf>. Acesso em: 24 de novembro de 2020.

NECHAR, Patricia Assuf. Diversidade de Corpos: A Ascensão do Corpo Gordo Através das Artes, Redes Sociais e o Movimento Plus Size. In: 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2018. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Joinville, p. 01-15, 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1009-1.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2020.

NOGUEIRA, Maria Luiza; et. al. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. São João del Rei: **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 12, n. 2, maio/agosto. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v12n2/16.pdf>. Acesso em: 24 de novembro de 2020.

PAIM, Marina Bastos. **Os corpos gordos merecem ser vividos**. Florianópolis, Revista estudos feministas, v.27, n.01. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v27n1/1806-9584-ref-27-01-e56453.pdf>. Acesso em: 24/ de novembro de 2020.

PAULILO, Maria Ângela. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço social em revista**. Londrina, v.02, n.01, p.135-148, jul./dez. 1999.

RANGEL, Natália Fonseca de Abreu. **O ativismo gordo em campo**: política, identidade e construção de significados. 2018. Dissertação (Pós-graduação em Sociologia Política) – Mestrado em sociologia política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/205904/PSOP0638-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 de novembro de 2020.

ROGERS, Carl R. **Terapia centrada no cliente**. Lisboa: GATF, 2003.

RUDIO, Franz Victor. O homem em busca da autenticidade. In: _____. **Orientação não diretiva**: na educação, no aconselhamento e na psicoterapia. Petrópolis: Vozes, 1987, p.48-55.

VAZ, Paulo, et. al. **Gorda, sim! Maravilhosa, também!**: corpo, desejo e autenticidade em testemunhos de vítimas de gordofobia no *YouTube*. Juiz de Fora, PPGCOM – UFJF, v.12, n.2, p.99-117, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21518/11643>. Acesso em: 24 de novembro de 2020.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença**: A perspectiva dos estudos culturais. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

9 - ASSERTIVIDADE COMO ÁPICE COMPORTAMENTAL NA INFÂNCIA: UM ESTUDO TEÓRICO

Júlia Mariana Costa Faustino
Fabiane Ferraz Silveira Fogaça

INTRODUÇÃO

Durante os primeiros anos de vida, ocorrem as primeiras aprendizagens dos indivíduos, as quais muitas vezes serão reproduzidas ao longo de suas vidas. Por este motivo, afirma-se que o melhor momento para se elaborar o repertório de habilidades sociais é durante a infância (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2013). Atualmente, percebe-se cada vez mais o aumento da demanda por habilidades interpessoais que favoreçam o desempenho social, como a **assertividade**, que diz respeito à maneira pela qual as pessoas se comunicam e se colocam diante do mundo, tornando-a imprescindível para o sucesso das relações (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017).

Assim, neste capítulo, objetiva-se apresentar os aspectos familiares que interferem no desenvolvimento da assertividade infantil, a fim de contribuir para a construção de um conhecimento que possa subsidiar a prática profissional de psicólogos e professores, bem como auxiliar nos processos relacionais entre pais e filhos, de forma a promover uma melhor qualidade de vida para os indivíduos.

Nas próximas seções, será desenvolvida uma discussão dos conteúdos estudados, subdividida em quatro tópicos principais: 1. Família, e a identificação de modelos de estratégias educativas parentais; 2. Habilidades sociais, em que se discutirá conceitos como a Competência Social e as Habilidades Sociais Educativas, tratando-as como vantagens de um amplo repertório e impactos de seu déficit; 3. Assertividade, conceituando-a e analisando os estilos comportamentais; e, por fim, 4. Ápices Comportamentais, a partir de temáticas de Desenvolvimento infantil. Posteriormente, apresenta-se o método da pesquisa realizada, os resultados obtidos, discutidos à luz da revisão teórica, e as considerações finais.

REVISÃO DA LITERATURA

Família

A família é a base de formação do ser humano, sendo responsável pela promoção de educação, socialização, proteção, saúde e lazer. Por meio dela, constrói-se a identidade dos indivíduos e os desenvolvimentos social, intelectual e emocional; e através deste vínculo, importantes valores morais

e sociais são transmitidos, tornando-se os alicerces do processo de socialização da criança e do adolescente (WALSH, 2016).

A família do início do século XX era caracterizada pela distância entre o mundo dos adultos e o das crianças, além da valorização do controle comportamental e do ensino moral. Com o passar das décadas, tornou-se mais comum a permissividade por parte dos pais e, junto a isso, a promoção do desenvolvimento da criança, abrindo-se espaço para uma relação mais afetuosa entre os familiares (BIASOLI-ALVES, 1997).

Segundo Ríos-Gonzalez (2005, apud WAGNER; TRONCO; ARMANI, 2011), a partir dos anos noventa, percebe-se uma crise no modelo tradicional familiar. Assim, o início do século XXI foi marcado por redefinições nos arranjos familiares, gerando possibilidades de famílias monoparentais, homoafetivas e recasadas, casais sem filhos e famílias unipessoais, além das já afamadas tradicionais e nucleares. Com isso, percebe-se uma multiplicidade de formas e complexidade das relações, inclusive novos aspectos relacionados à remodelação das práticas de cuidado e educação, do papel da família, do ideal de filho e dos papéis de mãe e pai (BIASOLI-ALVES, 1997).

Para se compreender como é a organização da família, apropria-se da teoria dos autores Wagner, Tronco e Armani (2011), que apresentam o conceito de estrutura familiar a partir da Teoria Sistêmica da Família. Trata-se do “conjunto invisível de exigências funcionais que organiza as formas pelas quais os membros da família interagem” (p. 21). Pelo prisma da Análise do Comportamento, a compreensão da dinâmica familiar deve ser feita a partir da interação entre os membros, considerando todo o histórico familiar e um amplo contexto social, que envolve muitos aspectos culturais e da própria comunidade. Para Naves e Vasconcelos (2013), deve-se avaliar os comportamentos dos indivíduos, investigando as variáveis das quais o comportamento é função.

Para dar conta da responsabilidade de cuidar, educar e promover o desenvolvimento dos filhos, os pais se utilizam de Práticas Educativas, que, de acordo com Alvarenga e Piccinini (2001), dizem respeito às estratégias parentais utilizadas que visam a atingir objetivos específicos em relação aos filhos. Práticas parentais positivas podem servir como contexto para o desenvolvimento de habilidades de socialização e aprendizagem; enquanto as práticas parentais negativas podem trazer inúmeras consequências indesejáveis. Além disso, Papalia, Olds e Feldman (2010) defendem a importância do processo de imitação de comportamentos dos pais na aprendizagem de respostas sociais, que são aprendidas pela reprodução de comportamentos observados.

Baumrind (1966, apud WEBER et al, 2004) propôs um modelo de classificação parental a partir de três possibilidades de controle: democráticos, autoritários e permissivos. Pais do primeiro tipo concernem àqueles que possuem níveis equilibrados de afeto, assertividade e comunicação, utilizam do diálogo e técnicas indutivas, e valorizam os interesses da criança. Já os pais com um estilo

parental autoritário apresentam níveis elevados de controle e exigência, e menos afeto e comunicação e apresenta regras pré-estabelecidas e valorização da obediência, utilizando-se de punições e de controle aversivo (como castigos, críticas e agressões) como afirmação de poder. Por fim, os pais com um estilo permissivo caracterizam-se por altos níveis de afeto e comunicação em detrimento de controle e exigências, norteando suas atuações pelos desejos e necessidades dos filhos, sem o estabelecimento de normas ou exigências firmes sobre as condutas das crianças. Segundo a autora, nesse estilo, encontram-se pais “indiferentes” e os “negligentes”, com relações marcadas por distanciamento, baixa sensibilidade e não atendimento das necessidades básicas dos filhos.

No que diz respeito à preparação para a função educativa, alguns pais demonstram ter mais aptidão do que outros, isso em função das diferentes contingências de vida que vivenciaram (CIA et al, 2006). Segundo Walsh (2016), relações saudáveis e positivas na família são fruto de um trabalho em unidade no atingimento das metas familiares, no bem-estar socioemocional de seus membros e na resolução de seus conflitos. Dificuldades comunicativas, como o estabelecimento de fronteiras e a empatia entre os membros familiares são algumas das origens mais comuns de divergências. Visando ao bem-estar familiar, Fogaça (2015) sustenta que as mudanças de comportamentos (desenvolvimentais ou fruto de contingências externas) dos membros implicam na necessidade de rearranjos das contingências familiares.

A família do século XXI é, portanto, composta por diversas formas de união entre duas ou mais pessoas, baseadas, principalmente, na socio-afetividade, sem a exclusiva necessidade de consanguinidade ou orientação sexual, havendo-se, ainda, a possibilidade de incluir filhos ou pessoas que sejam assim consideradas. Esse contexto é considerado o principal ambiente para a aprendizagem de habilidades adaptativas, como as Habilidades Sociais, discutidas na sequência.

Habilidades Sociais

As “Habilidades Sociais” dizem respeito aos conjuntos de classes e subclasses de comportamentos de um indivíduo, que contribuem para uma **competência social** e para o estabelecimento de relacionamentos mais saudáveis (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2008, p. 31). Para Caballo (1998), essas habilidades possibilitam ao indivíduo uma manifestação apropriada de sentimentos, desejos e opiniões, o que geralmente soluciona problemas imediatos e diminui a probabilidade de ocorrência de problemas futuros.

Concebe-se a competência social como a “articulação de pensamentos, sentimentos e ações em função de objetivos pessoais e de demandas da situação e cultura” (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2013, p. 33). Nesse sentido, depreende-se que se trata de comportamentos ora desejáveis, ora indesejáveis, posto que podem causar benefícios ou malefícios tanto para quem atua como para

outros. Comportamentos de alta competência social, isto é, socialmente desejáveis, caracterizam classes de **habilidades sociais**; já os comportamentos de baixa competência social são prejudiciais, pois podem ser sinais de alerta para eventuais problemas de desenvolvimento ou transtornos psicológicos (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017). Nesse sentido, cita-se Fogaça (2015, que sustenta que tais comportamentos “são orientados por um déficit de repertório, falta de antecedentes apropriados e falta de suporte do ambiente” (p. 15).

Del Prette e Del Prette (2013) propõem um sistema de sete classes de habilidades sociais infantis, que poderiam garantir o bem-estar e um desenvolvimento socioemocional satisfatório de uma criança: (1) autocontrole e expressividade emocional, (2) civilidade, (3) empatia, (4) assertividade, (5) fazer amizades, (6) solução de problemas interpessoais e (7) habilidades sociais acadêmicas.

Ainda de acordo com os autores, caracteriza-se, brevemente, cada uma dessas classes. O **autocontrole e expressividade emocional** diz respeito à capacidade de: reconhecer e nomear emoções de si e dos outros, controlar a ansiedade e o humor e ser tolerante. Já a **civilidade** corresponde à habilidade de cumprimentar e comunicar-se com pessoas, seguir regras e instruções. A **empatia** compreende o interesse pelo outro, saber respeitá-las e oferecer apoio. A **assertividade**, por sua vez, envolve comportamentos relacionados à manifestação de opinião, à expressão de sentimentos negativos e à solicitação de mudanças de comportamentos. Enquanto **fazer amizades** corresponde a ser capaz de: apresentar-se, sugerir atividade, oferecer ajuda e iniciar e manter conversação; a **solução de problemas** compreende comportamentos como: acalmar-se diante situações-problema, saber definir um problema e propor alternativas de solução. Por fim, **as habilidades sociais acadêmicas** concernem comportamentos importantes para um bom desempenho escolar (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017).

É visto que um amplo repertório de habilidades sociais é essencial para o desenvolvimento global infantil, dado que habilitam a criança a lidar com situações adversas e estressantes. Além disso, segundo Feitosa (2009 apud GOMES, 2018, p. 15), “torna possível que elas sejam agentes do seu próprio ajustamento escolar e social”.

Por outro lado, é possível associar o déficit de habilidades sociais na infância a uma série de problemáticas futuras, tais como: baixa aceitação, rejeição, isolamento social por parte dos pares, problemas escolares e sociais (CASARES 2009a, p. 26 apud CORDEIRO, 2015, p. 22). Para alguns autores, um repertório empobrecido pode ser expresso por dificuldades interpessoais classificadas em dois grupos de comportamentos: os externalizantes e os internalizantes. Os primeiros são percebidos em comportamentos opostos, antissociais ou agressivos, direcionados a outras pessoas

(GONÇALVES; MURTA, 2008). Já os últimos são expressos no próprio indivíduo e evidenciam retraimento e sintomas psicossomáticos (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2013).

Para Maurina (2012, p. 717), no contexto familiar, as habilidades sociais são determinantes na qualidade dos laços familiares, sendo importante que todos os indivíduos desenvolvam seu repertório. Bolsoni-Silva e Fogaça (2018) discorrem sobre as Habilidades Sociais Educativas, destacando-se a habilidade de “dialogar” como umas das principais a serem praticadas, pois é pré-requisito para o desenvolvimento das demais. A partir da expressão adequada de sentimentos positivos e negativos, quanto aos comportamentos dos filhos, as autoras defendem o ensino da discriminação de comportamentos considerados adequados e inadequados socialmente, expandindo-se a probabilidade de aumentar a frequência de comportamentos adequados e reduzir a frequência de comportamentos inadequados.

Bolsoni-Silva e Marturano (2002) relacionam as Habilidades Sociais Educativas aos problemas comportamentais dos filhos. Em complemento, afirma-se que para Farrington, Jolliffe, Loeber, Stouthamer-Loeber e Kalb (2001 apud FOGAÇA, 2015), vários fatores influenciam em problemas de comportamento em uma mesma família, como: “exposição contínua a fatores de risco, influência de outros membros e história de crime na família” (p. 85). Além disso, a falta de reforçamento positivo para os comportamentos adaptados e o uso frequente de punições e coerção reforçam a reprodução dos comportamentos desviantes.

A infância é compreendida, portanto, como um período crítico para o desenvolvimento de tais habilidades. Trata-se do intervalo em que se molda um repertório a partir das interações familiares, sendo esse processo de socialização o preditor do sucesso de todas as etapas formativas do indivíduo. Ao sustentar, assim, que a sua proteção e a defesa de seus direitos são de suma importância, deve-se refletir quanto ao desenvolvimento da habilidade de assertividade, abordada no próximo tópico.

Assertividade

A Assertividade é uma habilidade social que impacta fortemente na qualidade dos relacionamentos interpessoais. Del Prette e Del Prette (2017, p. 175) a caracterizam como o enfrentamento de situações que envolvem risco de reação indesejável do interlocutor. Já Alberti e Emmons (1970, p. 13 apud DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2003b) sustentam que “ela capacita a pessoa a atuar em seu interesse, afirmar-se sem ansiedade indevida, expressar-se confortavelmente desejos, opiniões e sentimentos e exercitar os direitos pessoais sem negar os direitos dos outros (p. 154)”.

Com um enfoque analítico-comportamental, Rich e Schoroeder (1976) entendem o comportamento assertivo por meio de seu caráter funcional, isto é, tratar-se-ia de uma “habilidade

para procurar, manter ou aumentar o reforçamento em uma situação interpessoal por meio da expressão de sentimentos ou desejos quando tal expressão envolve riscos de perda de reforçamento ou até punição” (p. 1082). Segundo Alberti e Emmons (1970 apud DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2001), é possível classificar os comportamentos interpessoais em três estilos, no tocante aos padrões comportamentais que se mostram predominantes em uma pessoa com relação às demais: passivo, agressivo e assertivo.

Del Prette e Del Prette (2003a) descrevem os três estilos. O estilo passivo caracteriza-se por uma dificuldade de expressão, de modo que, muitas vezes, desejos, sentimentos e direitos são ignorados. Comumente, pessoas com esse estilo de comportamento apresentam baixa frequência de contato visual e, em situações de conflito, preferem evitar confrontos, produzindo respostas de fuga e esquiva mantidas por reforçamento negativo. Já o estilo agressivo é caracterizado por baixo autocontrole dos comportamentos e das emoções, envolvendo autovalorização excessiva e a busca por resultados imediatos, mesmo que se consiga isso às custas da desvalorização e da violação dos direitos do outro. É manifestado por meio de agressão direta (volume de voz mais alto do que o necessário ou contato visual intimidatório) ou de agressão indireta (chantagem emocional, ironia, desprezo ou indiferença). Por fim, quanto aos comportamentos do estilo assertivo, tem-se: um contato visual frequente, mas não intimidador, postura corporal comedida e volume de voz audível e coerente com os conteúdos manifestados.

Ainda sobre o comportamento assertivo, notabiliza-se que pode haver produção de consequências variadas, tanto reforçadoras (para o indivíduo e para o grupo em que participa), quanto aversivas, sendo que, em ambos os casos, podem ser imediatas ou a longo prazo. Frequentemente, tais consequências dizem respeito à aprovação ou à desaprovação social, podendo produzir reações como estranhamento, discordância ou admiração nas pessoas, e, por outro lado, é comum que os indivíduos ganhem em questões como autoestima, autocontrole e ampliação da qualidade de seus relacionamentos (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2003a).

Na infância, podemos destacar comportamentos assertivos ideais como: expressão de sentimentos negativos, de qualidades e defeitos próprias, possibilidade de discordar de opiniões, fazer e recusar pedidos, lidar com críticas ou gozações, negociar interesses conflitantes, defender os próprios direitos, resistir a pressão de colegas e pedir mudanças de comportamento (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2013, p. 176). A família deve ser a responsável por ensinar à criança os seus direitos básicos e ser contexto para colocá-los em prática. Direitos como o de ser ouvida, ser tratada com respeito, de poder rejeitar pedidos e se posicionar contra o que possa contrariar seus valores ou quem ofenda a sua dignidade. Ainda segundo Del Prette e Del Prette (2013), quando a prática dessa

assertividade é iniciada e exercitada na infância e no período de aquisição, em contextos de baixa punição, a probabilidade de se manter no decorrer da vida é alta.

Oliveira (2005) defende que um bom repertório assertivo possibilita às crianças a habilidade de se adequarem a um contexto, além de favorecer a manutenção de outras habilidades sociais, como o autocontrole, a civilidade e a expressividade emocional. Em casos de repertórios escassos de assertividade, corre-se o risco de submissão à vontade de outros colegas ou de adultos, bem ou mal-intencionados, e encontra-se dificuldade para superar essa dependência (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017).

Para se obter sucesso através dessa ação assertiva, é importante que a criança aprenda a praticar o pensamento assertivo. Segundo Del Prette e Del Prette (2017), é uma tarefa de três etapas: (1) aplicar o conceito de reciprocidade e entender que as suas ações produzem reações nos outros, e assim, compreender o que são direitos e deveres; (2) atentar-se à discriminação do que é relevante ou não nos relacionamentos interpessoais; (3) saber avaliar as prováveis consequências de suas ações, optando por comportar-se ou não assertivamente.

Maia e Bortolini (2012) defendem o fator protetivo da assertividade na infância, afinal, o déficit dessa habilidade social em crianças pode se relacionar com questões como autoimagem negativa, incontrolabilidade e isolamento, além da perda de oportunidades. Entretanto, habilidades assertivas de crianças e adolescentes são pouco valorizadas por serem confundidas com rebeldia ou agressividade. Principalmente em contextos familiares autoritários, onde a firmeza verbal, a persistência em defender ideais e a afirmação assertiva de sentimentos são entendidos como desrespeito, teimosia ou desrespeito a autoridade (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2017). Em contraponto, Falcone (2001) defende que apesar da má interpretação inicial do que é um comportamento assertivo, em um período de médio e longo prazo, pessoas assertivas são consideradas autênticas, honestas, diretas e conseguem estabelecer relações saudáveis e sólidas.

Investigando os efeitos de práticas parentais no desenvolvimento de assertividade, Alvarenga e Piccinini (2007) afirmam que, geralmente, práticas não-coercitivas e reforçamento positivo se relacionam com essa habilidade social. Nos estudos de Crockenberg e Littman (1990 apud ALVARENGA; PICCININI, 2007), defende-se a correlação entre o uso de comandos e reforçamento, assim como orientações e sugestões com a assertividade.

Em síntese, defende-se que no decorrer do desenvolvimento socioemocional infantil a criança adquire competências que lhe auxiliam em seu desempenho social, como a assertividade, que, como visto, auxilia os indivíduos na busca por seus interesses, mediante o respeito à percepção do outro. Ver-se-á que tal aprendizagem pode ser associada ao conceito de ápice comportamental, trabalhado no tópico seguinte.

Ápices Comportamentais

O desenvolvimento humano é um processo que perdura por toda a vida e que se dá em três domínios: físico, cognitivo e psicossocial. O desenvolvimento físico corresponde ao crescimento do corpo e do cérebro e ao aprimoramento de habilidades motoras. O cognitivo, por sua vez, se dá pelo amadurecimento de questões como aprendizagem, memória, pensamento, raciocínio e atenção. Finalmente, o psicossocial compreende a evolução da personalidade, das emoções e das relações sociais de um indivíduo (PAPALIA; OLDS; FELDMAN, 2010).

Os autores apontam ainda para um tipo de divisão do processo de desenvolvimento humano que compreende os primeiros anos de vida de um indivíduo, com base na Psicologia do Desenvolvimento. São eles: primeira, segunda e terceira infância e adolescência, cada qual com suas necessidades específicas, em termos de desenvolvimento. Em contrapartida, tem-se que, para a Análise do Comportamento, o desenvolvimento humano não ocorre necessariamente através de uma sequência padronizada de aquisições, estágios e fases. Bijou e Baer (1978, p. 1 apud JIMENEZ, 2017, p. 15) caracterizam esse processo ao afirmarem que “o desenvolvimento psicológico consistiria em mudanças progressivas no modo como o organismo interage com o ambiente”. Porém, para que mudanças possam ser consideradas desenvolvimentais, deve tratar-se de “mudanças comportamentais ordenadas, previsíveis e sistemáticas” (BAER; ROSALES-RUIZ, 1998; ROSALES-RUIZ, 2003 apud JIMENEZ, 2017, p. 16). Essa interação entre organismo e ambiente produz padrões comportamentais selecionados por suas consequências ambientais (NAVES; VASCONCELOS, 2013).

No campo da Análise Comportamental do Desenvolvimento, Rosales-Ruiz e Baer (1997 apud JIMENEZ, 2017, p. 57) descrevem os **ápices comportamentais** (*behavioral cusps*) como “mudanças comportamentais que ocorrem ao longo do desenvolvimento e que possibilitam o acesso a novos contextos de interação, tendo impactos para além da própria mudança”. Portanto, influenciam no repertório comportamental como um todo, e permitem o acesso a novas contingências de reforçamento que não seriam possíveis sem tal mudança de comportamento (ROBERTSON, 2015 apud FOGAÇA *et al*, 2019).

Para identificar se uma habilidade pode ser considerada um ápice comportamental, Bosch e Fuqua (2001) propuseram cinco critérios: promover acesso a novos reforçadores, contingências ou ambientes; ser socialmente validado; promover generalização; gerar competição com respostas inapropriadas; e afetar um considerável número de pessoas (relevantes ou não).

Desse modo, afirma-se que comportamentos podem ser considerados ápices, dos mais simples aos mais elaborados, uma vez que propiciem ao indivíduo acesso a novas contingências e ambientes.

Sendo assim, o primeiro critério diz respeito à viabilização de novas possibilidades ao indivíduo. Além disso, é importante que esse ganho produza consequências mais extensas e que sirva como um bom reforçador (BOSCH; FUQUA, 2001). Para esses autores, o segundo critério – validade social – diz respeito à avaliação do número e grau de importância das pessoas que são afetadas pela mudança comportamental. Ao passo que o terceiro critério é relativo à possibilidade de uma habilidade ser generalizada ou ser pré-requisito para a aprendizagem de habilidades mais complexas.

O quarto critério – a geração de competição com respostas inapropriadas –, por sua vez, refere-se ao “enfraquecimento da ocorrência de comportamentos inadequados, influenciando, portanto, o repertório geral do indivíduo” (ROBERTSON, 2015 apud FOGAÇA *et al*, 2019, p. 221). Enfim, infere-se que será considerado um ápice comportamental quando houver geração de benefícios a outras pessoas, considerando-se ainda a quantidade de pessoas impactadas pelos comportamentos, principalmente quando da geração de efeitos em pessoas controladoras dos reforçadores e punições do ambiente (BOSCH; FUQUA, 2001).

O conceito de ápice comportamental também é fundamentado por Hixson (2004 apud HAENDEL; ALVARENGA, 2018, p. 82), com a afirmação de que “o desenvolvimento de muitos comportamentos é cumulativo e hierárquico” e que “a aprendizagem de comportamentos subsequentes depende de aprendizagem prévia”. Nesse sentido, a relevância dos estudos sobre Ápices Comportamentais se dá devido ao alcance que tal mudança pode gerar no repertório comportamental de um indivíduo (ROSALES-RUIZ; BAER, 1997 apud FOGAÇA *et al.*, 2019). Ademais, Jimenez (2017, p. 20) defende os benefícios que seu estudo traz para “o planejamento de intervenções comportamentais que favoreçam o desenvolvimento.”

Estudos com indivíduos com deficiência, por exemplo, investigam aspectos de comunicação como um ápice comportamental. Fogaça *et al* (2019, p. 222) descreve o trabalho de Ingvarsson, Tiger, Hanley e Stephenson (2007), que considera os benefícios do treino de respostas intraverbais como um ápice comportamental, pois “favoreceram a aquisição de outros comportamentos e produziram reforçadores sociais de pares e professores”. Já Hixson *et al.* (2011 apud JIMENEZ, 2017, p. 21) descreve uma intervenção realizada com pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista, caracterizando como ápices comportamentais as aprendizagens de comportamentos preditores e facilitadores de novas contingências relacionais e desenvolvimentais, como “imitação vocal e motora, aprendizagem por observação e atenção compartilhada”.

Assim sendo, estipula-se que o estudo e o ensino de habilidades sociais podem trazer inúmeros benefícios para um indivíduo. A análise dos conceitos de assertividade e ápices comportamentais permite compreender a extensão das mudanças que o repertório assertivo pode trazer para uma criança.

MÉTODOS

Este trabalho apresenta características da metodologia de um estudo teórico. Trata-se, assim, de um levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas, com o intuito principal de ampliar a compreensão de um determinado assunto, reconstruindo teorias e explorando hipóteses a respeito de uma problemática. Para Botelho, Cunha e Macedo (2011), por meio deste tipo de pesquisa, dá-se o início da construção do conhecimento científico, sendo espaço para a elaboração de novas teorias bem como oportunidades de pesquisas.

A análise dos dados é de natureza qualitativa, fundamentada na interpretação dos fenômenos observados e no significado que carregam, sempre levando-se em consideração a realidade e as particularidades de cada sujeito objeto da pesquisa e a subjetividade do fenômeno em questão (NASCIMENTO; SOUZA, 2015).

Os dados foram coletados a partir de artigos científicos e livros que tratam dos seguintes tópicos: família, habilidades sociais, assertividade e ápices comportamentais. Essa pesquisa bibliográfica foi orientada por uma leitura seletiva que, conforme Cervo e Bervian (2002), compreende um olhar mais profundo e visa a analisar e selecionar um material que responde aos objetivos da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o passar das décadas, o modelo tradicional familiar, amplamente difundido nas sociedades ocidentais, por muitos motivos, vem entrando em crise, resultando em uma gama de novas possibilidades de estruturas familiares. Isto é, significa a geração de mudanças no conceito de família e nos papéis de cada membro, o que hoje repercute tanto na maior abertura para o afeto, entre os membros da família, quanto na possibilitação de expressividade na infância (BIASOLI-ALVES, 1997).

Essas novas configurações familiares trouxeram também novos desafios para os seus membros, como a necessidade de tolerar as diferenças, combater as violências buscar uma convivência de qualidade. Pode-se identificar ainda dificuldades relacionadas às comparações entre os modelos hierárquicos e igualitários de família, uma vez que, apesar do interesse em uma prática paternal mais democrática, na maioria das vezes, o exemplo de educação que os pais têm baseia-se no autoritarismo do primeiro modelo (tradicional).

Ressalta-se que é através da família que se iniciam os processos de formação de um indivíduo. Considerando-se que se trata do primeiro vínculo social da criança, a família se apresenta como

contexto de desenvolvimentos social, intelectual e emocional. Por meio desses vínculos afetivos e/ou consanguíneos, valores morais e sociais são transmitidos, sendo que cada membro tem uma função dentro do grupo (NAVES; VASCONCELOS, 2013).

Para a Análise do Comportamento, independentemente do arranjo, o ambiente familiar tem algumas funções sociais – de cuidado, educação e promoção de desenvolvimento –, e como uma agência controladora, deve promover a adaptação social. Sendo assim, deve estabelecer comportamentos importantes para o desenvolvimento da criança, objetivando um bom funcionamento das interações no próprio núcleo familiar. A partir disso, se torna possível difundir tais aprendizagens para um grupo social mais amplo e, assim, contribuir com uma transformação social. Ademais, para atingir essas funções, existem categorias mais específicas de comportamentos – as “práticas educativas” –, que concernem estratégias utilizadas pelos pais para incentivar ou reprimir comportamentos considerados adequados ou não. É válido ressaltar a importância de práticas parentais positivas de educação, pois podem servir de contexto para o desenvolvimento de habilidades de socialização.

Nesse sentido, pode-se citar também as práticas parentais de Baumrind (1966, apud WEBER et al, 2004), que classifica três estilos parentais de controle – novamente: democráticos, autoritários e permissivos –, formulados a partir das características de afeto, comunicação e controle. Toma-se o estilo democrático como aquele que mais valoriza as necessidades e as potencialidades da criança, através de uma parentalidade firme e assertiva, pautada no diálogo e dando voz aos sentimentos, opiniões e necessidades individuais dos filhos.

Defende-se que a aprendizagem de competências associadas à interação social se desenvolve por meio de: ensinamentos, observação direta ou indireta e imitação de comportamentos dos pais; assim, é de suma importância o desenvolvimento de práticas parentais mais adequadas, para favorecer o desenvolvimento de competências sociais mais adequadas nos filhos. Além disso, irmãos mais velhos também podem ser modelos positivos e fonte de apoio emocional para irmãos mais novos, segundo Ardel e Day (2002 apud FOGAÇA, 2015).

Analisando-se o caráter formador e educador do contexto familiar, essencial para o desenvolvimento da socialização do indivíduo, que aprenderá a se comportar da melhor maneira possível dentre outros grupos e em outros contextos sociais, pode-se ponderar quanto ao ensino de habilidades sociais. O contexto familiar promove ainda a aprendizagem social infantil por duas principais vias: por meio de modelos de repertórios ou através de treinamentos; ou seja, as crianças aprendem a partir das observações do núcleo familiar ou pelas experiências de aprendizagem proporcionadas pela família. Entretanto, devido às diferentes contingências de vida experienciadas, alguns pais se apresentam mais preparados para a função educativa, do que outros (CIA et al, 2006).

Del Prette e Del Prette (2008) caracterizam conjuntos de classes e subclasses de comportamentos de um indivíduo que contribuem para uma competência social, com especificidade situacional-cultural, apresentados frente a uma demanda interpessoal e que favorece o estabelecimento de um relacionamento mais saudável com outras pessoas. Na base do desenvolvimento de competências socioemocionais estão fatores tais como os valores pessoais e as crenças, transmitidos primariamente pela família. Sendo assim, é dever dela criar contextos que contribuam para a aprendizagem de habilidades específicas da infância – as subclasses de habilidades sociais infantis.

Ser socialmente competente, portanto, diz respeito à adaptação do indivíduo à sua cultura e à capacidade de articulação e expressão de pensamentos, sentimentos e ações, em função de objetivos pessoais. Por meio da verbalização, de expressões faciais, da postura ou de gestos adequados e desejáveis, o indivíduo socialmente competente melhora a qualidade de seus relacionamentos, tem uma maior autoestima e adquire aptidão para solucionar problemas interpessoais (MAIA; BORTOLINI, 2012). Além disso, a competência social está ligada também a maiores conteúdos assertivos e a uma melhor noção de autoeficácia. E, nos casos de baixas habilidades sociais, há uma frequência de pensamentos negativos durante a interação que favorecem a inibição de comportamentos socialmente hábeis (CABALLO, 2003, p. 106).

Um dos pontos positivos da promoção de habilidades sociais diz respeito ao seu caráter protetivo, uma vez que promove a diminuição na frequência de ocorrência de problemas comportamentais, que podem ser prejudiciais tanto para o indivíduo quanto para o grupo do qual faz parte. Esses problemas de comportamento são evitados por ajudarem os indivíduos a lidarem de uma maneira mais positiva com situações de conflito do dia a dia e a experienciarem interações sociais mais satisfatórias. Entretanto, percebe-se que tanto os comportamentos desejáveis (as habilidades sociais) como os indesejáveis são mantidos por produzirem, para o indivíduo, consequências positivas, ou por evitarem consequências negativas. O problema é que ao se obter esse fortalecimento a partir de comportamentos indesejáveis a probabilidade de aprendizagem e ocorrência dos comportamentos desejáveis diminui consideravelmente.

Essa aprendizagem ocorre primordialmente dentro do âmbito familiar, pois através das relações entre pais, filhos e irmãos, promove-se o treinamento de habilidades comunicativas, empáticas e assertivas, consideradas indispensáveis na solução de conflitos familiares. Apesar de ser o ambiente mais importante de promoção de desenvolvimento, a família também pode ser via de adoecimentos, já que a saúde psíquica do indivíduo se forma principalmente nesse contexto.

Sabe-se também que, devido à plasticidade do comportamento social na infância, o melhor momento para se elaborar esse repertório é durante essa fase, pois, futuramente, acarretará impactos

em práticas adaptativas como: rendimento acadêmico, responsabilidade, independência e cooperação. Por esses motivos, comprova-se a importância de um contexto familiar que promova o desenvolvimento social dos filhos, investindo na promoção de saúde e bem-estar, através de uma educação assertiva e, caso necessário, com auxílio de ações psicoterapêuticas.

Um repertório de habilidades sociais deficiente é sinal de alerta para eventuais problemas de desenvolvimento ou transtornos psicológicos. Em crianças, está associado a: isolamento e inadaptabilidade social, problemas escolares, baixa autoestima e precedência de psicopatologias infantis (CASARES 2009a, p. 26 apud CORDEIRO, 2015, p. 22). Além disso, pode proporcionar ao indivíduo experiências relacionais pouco gratificantes e insuficiência de aspectos como autoconceito, autoestima e autoeficácia.

As vantagens de se estudar e promover a habilidade social assertiva relacionam-se às consequências positivas que a sua atuação pode promover nas relações interpessoais de um indivíduo, inclusive na infância. Por exemplo, o enfrentamento de situações que envolvem risco de reação indesejável do interlocutor, com a exposição e defesa de sentimentos, desejos e opiniões. Em auxílio, a assertividade produz consequências reforçadoras como aprovação social, maior autoestima e autocontrole, além da inevitável ampliação da qualidade de seus relacionamentos.

Como visto, é possível classificar os comportamentos interpessoais a partir do estilo adotado pelo indivíduo para os seus desempenhos sociais. Pode ser: assertivo, passivo ou agressivo (ALBERTI; EMMONS, 1970 apud DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2001), a depender da maneira como o indivíduo age em determinada situação, principalmente no que diz respeito a sua atitude perante o outro. O estilo assertivo é o ideal porque se caracteriza pela defesa dos próprios direitos e pelo respeito pelos direitos do outro.

A deficiência da capacidade de prever as consequências das próprias ações, e assumir a perspectiva do outro, faz parte do estilo de comportamento agressivo, identificado com maior frequência em pais com um estilo parental autoritário. Já um estilo permissivo de comportamento pode implicar no receio de se colocar diante de situações de conflito, fazendo com que, na maioria das vezes, o indivíduo seja induzido aos interesses do outro. Em ambos os casos, identifica-se características como: uma imagem negativa de si, baixa autoestima, sentimentos de irritação e/ ou insegurança.

É de grande importância que a criança compreenda que tem os direitos de ser ouvida; de ser tratada com respeito; de preservar suas integridades físicas, psíquica e moral; de não ser discriminada ou violentada; de poder expressar suas opiniões, pensamentos e sentimentos; e de fazer e/ou recusar pedidos. Uma vez desenvolvido um pensamento assertivo, compreende-se a importância da busca e da detenção desses direitos, pois farão com que o enfrentamento de situações conflituosas se dê de

forma mais saudável. Assim, comprova-se a sua relevância, a partir do direito que um indivíduo tem de ser, de se expressar e de relacionar-se com o outro, sem constrangimentos e sem negar os direitos alheios.

Defende-se que é possível ainda trabalhar problemas sociais contemporâneos, de maneira mais eficiente, a partir de práticas assertivas, como bullying e situações de abusos físicos, sexuais ou psicológicos. Nessas situações, a criança assertiva tem maior probabilidade de conseguir se defender adequadamente e denunciar práticas agressivas, se comparada a uma criança com um déficit nesse repertório comportamental.

Por meio de **habilidades sociais educativas** como as habilidades de dialogar e de conseguir expressar adequadamente sentimentos tanto positivos como negativos, os pais podem favorecer a instalação de um bom repertório em seus filhos, considerado indispensável para um bom desenvolvimento global infantil (BOLSONI-SILVA; FOGAÇA, 2018). Assim sendo, a família pode ser um ambiente que torna possível a apresentação de comportamentos mais adequados, ao ensinar a criança os seus direitos básicos e fomentando um contexto propício para colocá-los em prática.

Pode-se relacionar alguns déficits de habilidades sociais educativas à dificuldade no ensino de assertividade aos filhos. Aspectos como dificuldades no estabelecimento de fronteiras de autoridade, falta de planejamento familiar e de diálogo podem ser considerados cenários de inassertividade. Além disso, a imposição de uma disciplina pautada em ausência ou escassez de reforços positivos para comportamentos assertivos e o uso frequente de punições frente aos posicionamentos dos filhos, reforçam a reprodução de comportamentos que se distanciam dos ideais assertivos. Isso porque as situações que demandam uma performance assertiva geralmente produzem ansiedade nos indivíduos, pois envolvem possibilidades de consequências punitivas, o que pode atrapalhar no desempenho desse comportamento. Assim sendo, quanto maior o nível de ansiedade, menor a frequência de respostas assertivas.

Além disso, afirma-se ser cada vez maior a quantidade de pais que considera a assertividade como uma habilidade difícil de ser trabalhada nos filhos, porque muitas vezes é confundida com rebeldia ou agressividade. Dentre os estilos parentais, alguns podem ser bastante impeditivos para o desenvolvimento dessa habilidade social, principalmente o estilo autoritário. Nesse sentido, como proposta de atuação parental, defende-se o uso de comandos e reforçamento positivo, assim como orientações e sugestões. É importante escutar a criança e ensiná-la a escutar o outro, promover a autonomia e a resolução de problemas sem maiores intervenções, ensinar a se colocar no lugar do outro, a ceder quando o outro estiver certo e, por fim, orientar quanto às maneiras adequadas de se defender, divergindo da prática violenta. Sabendo “como” e “quando”, a criança consegue identificar a melhor maneira de se agir diante das demandas interpessoais que lhe são apresentadas.

Portanto, assegura-se que uma das principais habilidades sociais a serem aprendidas na infância é a assertividade. Somente por meio dela os indivíduos conseguem ter uma noção de direitos e deveres individuais, de reciprocidade e das melhores maneiras de se posicionar socialmente. Viu-se que essa aprendizagem pode ser associada tanto com os conceitos de desenvolvimento de uma criança quanto com a noção de ápice comportamental. Quanto a esse último, acredita-se ser uma maneira competente de se analisar processos de aprendizagem amplos e complexos, como os envolvidos nos processos de desenvolvimento infantil. Segundo a definição de Rosales-Ruiz e Baer (1997 apud JIMENEZ, 2017, p. 57), os “*behavioral cusps*” compreendem uma série de mudanças comportamentais que promovem novos contextos de interação. O que torna um comportamento um ápice é a ampliação de possibilidades que ele disponibiliza ao indivíduo e o fato de que, sem ele, provavelmente, esse crescimento não seria alcançado, ou seria alcançado com maior dificuldade.

Pensando-se nos critérios de avaliação de Bosch e Fuqua (2001), cita-se alguns ápices comportamentais adquiridos na infância e adolescência. O ato de engatinhar, por exemplo, serve de contexto para outras contingências e reforçadores, pois leva ao desenvolvimento da marcha, promove independência, socialização e segurança. A entrada na escola viabiliza uma série de possibilidades e aprendizagens formais e informais, como o desenvolvimento da fala (outro ápice de aquisição), da leitura e da escrita, a noção de tempo, a matemática e, principalmente, aspectos psicossociais. Na verdade, a leitura, por si só, serve como facilitador para vários processos de desenvolvimento e de aprendizagem, e, portanto, de socialização.

O controle dos esfíncteres também é uma aquisição importante, por ser o primeiro passo para o desenvolvimento da independência da criança, promovendo autocuidado, favorecendo uma boa qualidade de sono e possibilitando às crianças a prática de novas atividades e a presença em novos contextos sociais. Com isso, conclui-se que esses ápices têm um caráter cumulativo e hierárquico, e promovem mudanças significativas não somente ao indivíduo, mas também a sua comunidade. Como a aquisição desses repertórios, de oportunidades generalizadas e expansivas de crescimento e aprendizagem, proporciona a conquista de novas habilidades e contextos sociais, sustenta-se que se relacionam intimamente ao conceito de assertividade.

Por meio das noções de igualdade de direitos e deveres e da legitimidade dos comportamentos frente a situações de enfrentamento, defende-se a adoção de estilos de comportamentos assertivos, que favorecem o acesso a contingências relacionais mais saudáveis, pautadas pelo diálogo e respeito às diferenças. Pode-se também promover validação social a longo prazo, por relacionar-se a características como autenticidade e honestidade. Além disso, a prática assertiva promove a diminuição da ocorrência de comportamentos inadequados como a violência, o desrespeito à diversidade e a negligência em relação aos próprios direitos e necessidades diante do outro.

Portanto, por meio desse processo de aprendizagem, a criança consegue se adaptar de maneira saudável aos grupos sociais e, assim, amplia o contexto social do qual faz parte. Através da defesa de seus direitos, a criança adquire a possibilidade de conquistar relações sociais mais saudáveis e sólidas. Por meio da negociação de interesses e da expressão de desejos e opiniões, ao lidar com críticas e resistindo à pressão de colegas, aumenta-se as chances da criança de desenvolver autoconfiança, o que influencia diretamente em questões como autoestima e autocrítica, processos que poderão ser estendidos para sua vida adulta. Sendo assim, trata-se de uma mudança marcante da infância e, possivelmente, um ápice comportamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, objetivou-se analisar profundamente os aspectos que caracterizam a família contemporânea e a como a interação familiar influencia no desenvolvimento da habilidade social de **assertividade** na infância, bem como a caracterização de tal habilidade como sendo um **ápice comportamental**.

Concluiu-se que, no decorrer da infância, a criança desenvolve uma série de competências que propiciam o relacionamento com o outro, além de influenciarem no seu bem-estar. Assim sendo, notabiliza-se que todas as mudanças comportamentais duradouras de uma criança condizem com a forma com que os seus cuidadores se relacionam com ela, afinal, são considerados modelos a serem imitados.

Determinou-se que as habilidades sociais são um importante indicador de ajustamento psicossocial, e podem ser fator de proteção contra o surgimento de dificuldades de aprendizagem e de comportamentos antissociais. Ademais, considera-se as **habilidades sociais educativas**, mais especificamente, como essenciais para a promoção de comportamentos socialmente adequados, servindo de contexto e exemplo para o comportamento assertivo dos filhos. Essa aquisição pode ser considerada um ápice comportamental, na medida em que possibilita à criança o acesso a novos contextos, valorização social e competição contra comportamentos socialmente inadequados.

Com isso, ao constatar-se o alcance e o significado que essas mudanças que podem ocorrer durante a infância são capazes de gerar no repertório comportamental, por ressoarem por toda a vida de um indivíduo, defende-se a realização de novos estudos sobre os impactos da assertividade na infância. Aliás, defende-se a necessidade de novos estudos que se aprofundem nos cinco critérios de avaliação da habilidade social de **assertividade** como um **ápice comportamental**.

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, P; PICCININI, C. A. Práticas Educativas Maternas e Problemas de Comportamento em Pré-Escolares. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. v.14, n. 3, p. 449-460, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722001000300002>>. Acesso em 15 de outubro de 2020.
- ALVARENGA, P; PICCININI, C. A. Preditores do desenvolvimento social na infância: potencial e limitações de um modelo conceitual. **Interação em Psicologia**. v.11, n. 1, p. 103-112, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5380/psi.v11i1.7761>>. Acesso em 28 de outubro de 2020.
- BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Famílias Brasileiras do século XX: os valores e as práticas de educação da criança. **Temas em psicologia**. Ribeirão Preto, n.3, p. 33-49, 1997. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v5n3/v5n3a05.pdf>>. Acesso em 04 de setembro de 2020.
- BOLSONI-SILVA, A. T; MARTURANO, E, M. Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise à luz das habilidades sociais. **Estudos de Psicologia**. Natal, v.7, n.2, p. 227-235, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-294X2002000200004>>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.
- BOLSONI-SILVA, A. T; FOGAÇA, F. F. S. **Promove país**. 1ª edição. São Paulo: Hogrefe CETEPP, 2018.
- BOSCH, S; FUQUA, R. W. Behavioral Cusps: A model for selecting target behaviors. **Journal of applied behavior analysis**. v. 34, n. 1, p. 123-125, 2001. Disponível em: <[10.1901/jaba.2001.34-123](https://doi.org/10.1901/jaba.2001.34-123)>. Acesso em: 15 de outubro de 2020.
- BOTELHO, L. L. R; CUNHA, C. C. A; MACEDO, M. O MÉTODO DA REVISÃO INTEGRATIVA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS. **Gestão e Sociedade**. v.5, n.11, p. 121-136, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.122>>. Acesso em: 01 de novembro de 2020.
- CABALLO, V. E. **Manual de técnicas de terapia y modificación de conducta**. 4ª edição. Madri: Siglo Veintiuno, 1998.
- CABALLO, V. E. **Manual de Avaliação e Treinamento das Habilidades Sociais**. 1ª edição. São Paulo: Livraria Santos Editora, 2003.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5ª edição. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CIA, F et al. Habilidades sociais parentais e o relacionamento entre pais e filho. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 73-81, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000100009>>
- CORDEIRO, M. G. R. **ASSERTIVIDADE EM CRIANÇAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO: Contributos para um Programa de Competências Emocionais e Sociais**. Orientador: Profª. Dra. Suzana Nunes Caldeira. 92 f. Tese (Mestrado em Psicologia) – Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2015. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/10400.3/3510>>. Acesso em 25 de outubro de 2020.

DEL PRETTE, A; DEL PRETTE, Z.A.P. **Psicologia das relações interpessoais e habilidades sociais: vivências para o trabalho em grupo**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Assertividade e Religiosidade, muito além de uma Rima! In: BRANDÃO, M. Z.; CONTE, F. (Org). **Falo ou não falo? Expressando Sentimentos e Comunicando Ideias**. 2ª edição. Arapongas: Mecenaz, 2003a. p. 140-156.

_____. Treinamento assertivo ontem e hoje. In: COSTA, C. E; LUZIA, J. C; SANT'ANNA, H. H. N. (Org). **Primeiros Passos em Análise do Comportamento e Cognição**. Santo André: ESETec Editores Associados, 2003b. p. 149-160.

DEL PRETTE, Z. A. P; DEL PRETTE, A. **Psicologia das Habilidades Sociais: Terapia, Educação e Trabalho**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

_____. **Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática**. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. **Competência social e habilidades sociais: Manual Teórico-prático**. Petrópolis: Vozes, 2017.

FALCONE, E. O. Uma proposta de um sistema de classificação das habilidades sociais. In: GUILHARDI, H. J et al. (Orgs.), **Sobre comportamento e cognição**. Santo André, v. 8, p. 195-209, 2001. Disponível em: <https://kupdf.net/download/guilhardi-sobre-comportamento-e-cognicao-vol-8_59889aabdc0d609060300d17_pdf>. Acesso em 16 de outubro de 2020.

FOGAÇA, F.F.S., **Avaliação de habilidades sociais de adolescentes em conflito com a lei em interações com familiares e amigos: uma análise de metacontingências**. Orientador: Prof. Dr. Almir Del Prette. 189 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

FOGAÇA, F et al. O desenvolvimento de habilidades sociais na adolescência como ápice comportamental. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 21, n. 2, p. 217-231, 2019, Disponível em: <<https://doi.org/10.31505/rbtcc.v21i2.1162>>. Acesso em: 22 de outubro de 2020.

GOMES, A. C. A. **Assertiva, agressiva ou passiva: como Alice se comporta no País das Maravilhas?** Orientadora: Prof. Dra. Catarina Malcher Teixeira. 81 f. Monografia (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018. Disponível em: <<https://rosario.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/2325/1/Ana%20Caroline%20Andrade%20Gomes.pdf>>. Acesso em: 17 de setembro de 2020.

GONÇALVES, E. S; MURTA, S. G. Avaliação dos efeitos de uma modalidade de treinamento de habilidades sociais para crianças. **Psicologia Reflexão e Crítica**, v. 21, n.3, pp.430-436, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722008000300011>>. Acesso em: 21 de outubro de 2020.

HAENDEL, T. C.; ALVARENGA, P. A tolerância ao atraso do reforçador como cunha comportamental precursora do autocontrole. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, Salvador, v. 20, n. 2, p. 76-90, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.31505/rbtcc.v20i2.1182>>. Acesso em: 2 de outubro de 2020.

- JIMENEZ, E.L.O. **Revisão integrativa sobre conceitos analíticos-comportamentais relacionados ao Desenvolvimento**. Orientador: Dr. Paulo Roney Kilpp Goulart. 104 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- MAIA, D. S; BORTOLINI, M. O desenvolvimento da habilidade de assertividade e a convivência na escola: relato de experiência. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 18, n. 3, p. 373-388, 2012. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2012v18n3p373>>. Acesso em: 20 de setembro de 2020.
- MAURINA, L. Habilidades sociais e o abuso de drogas no contexto familiar. **Revista de Psicologia da IMED**, Rio Grande do Sul, v. 4, n. 2, p. 715-722, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.18256/2175-5027/psico-imed.v4n2p715-722>>. Acesso em: 18 de setembro de 2020.
- NASCIMENTO, F.P; SOUZA, F.L.L. **Metodologia da pesquisa científica: teoria e prática – Como elaborar TCC**. Brasília: Thesaurus, 2015.
- NAVES, A. R. C. X; VASCONCELOS, L. A. Análise de interações familiares: um estudo de caso. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 149-158, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-37722013000200004>>. Acesso em 14 de outubro de 2020.
- OLIVEIRA, E. Z. Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática. **Avaliação Psicológica**, Porto Alegre, v.4, n. 1, p. 91-93, 2005. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v4n1/v4n1a12.pdf>>. Acesso em: 19 de setembro de 2020.
- PAPALIA, D. E; OLDS, S. W; FELDMAN, R.D. **Desenvolvimento humano**. 10ª edição. São Paulo: Artmed, 2010.
- RICH, A.R; SCHROEDER, H. E. Research issues in assertiveness training. **Psychological Bulletin**, v. 83, n. 6, p. 1081-1096, 1976. Disponível em: <<https://doi.org/10.1037/h0078049>>. Acesso em 15 de outubro de 2020.
- WAGNER, A; TRONCO, C; ARMANI, A. B. Os desafios da família contemporânea: Revisitando conceitos In: _____. (org). **Desafios psicossociais da família contemporânea: Pesquisas e Reflexões**. 1ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- WALSH, F. **Processos normativos da família: diversidade e complexidade**. 4ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2016.
- WEBER, L. N. D. et al. Identificação de estilos parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 323-331, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722004000300005>>. Acesso em: 03 de setembro de 2020.

10 - AVALIAÇÃO DAS ATITUDES E CRENÇAS DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA DE UMA CIDADE DO VALE DO PARAÍBA/SP ACERCA DA HOMOSSEXUALIDADE

Vinicius Meirelles Coelho
Ana Cristina Araújo do Nascimento

INTRODUÇÃO

Apesar dos importantes avanços conquistados pela comunidade LGBTQIA+, os crescentes e constantes debates acerca da diversidade sexual evidenciam que o preconceito e a violência à qual os homossexuais são submetidos ainda permeiam a sociedade e a Psicologia brasileiras. Em 2017, um grupo de psicólogos do Distrito Federal ajuizou uma ação pública pedindo a anulação da Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia, responsável por vedar aos profissionais a patologização e a oferta de terapias de reversão sexual, popularmente chamada de “cura gay”.

Frente a esse cenário de embates ideológicos, é imprescindível avaliar como os futuros psicólogos abordam a temática, compreendendo seus posicionamentos e crenças para intervir pedagogicamente em sua formação e mapear as principais influências que sustentam comportamentos preconceituosos. Na qualidade de profissionais envolvidos na saúde e nas relações sociais dos indivíduos, os psicólogos desempenham papel central para o desenvolvimento de subjetividades saudáveis, seja por meio de seu trabalho ou da disseminação de informações científicas sobre o tema. Portanto, precisam ser preparados pelos cursos de formação para uma compreensão crítica, histórica e política desse fenômeno.

Nesse contexto, este estudo teve como objetivo investigar as atitudes e as crenças de estudantes de Psicologia de uma universidade do Vale do Paraíba – SP frente à homossexualidade. Para tanto, foi avaliada a predominância de atitudes negativas e positivas, identificando-se os tipos de comportamento mais frequentes e correlacionando-os com variáveis sociodemográficas como período do curso, sexo, idade, etc.

A pesquisa foi realizada com uma amostra de 231 alunos regularmente matriculados no curso de Psicologia da Universidade de Taubaté (UNITAU) em abril de 2019, independentemente do sexo ou do período do curso em que se encontravam.

Os dados foram coletados a partir de um questionário sociodemográfico e da Escala Multidimensional de Atitudes Face a Lésbicas e a Gays (EMAFLG), elaborada por Gato, Fontaine e Carneiro (2012), e analisados à luz da estatística inferencial e descritiva por meio do Software IBM *SPSS Statistics 20*.

Os resultados permitiram afirmar que o curso de Psicologia da UNITAU, no primeiro semestre de 2019, apresentava baixos índices de atitudes negativas e altos índices de atitudes positivas frente à homossexualidade, com variações estatisticamente relevantes nas seguintes variáveis: turmas do período noturno, religião, frequência ao culto religioso, papel da religião na vida do sujeito, orientação sexual, amigos homossexuais e qualidade do relacionamento com amigos e/ou familiares homossexuais.

A seguir, será apresentado ao leitor um breve panorama histórico da homossexualidade no Brasil, bem como os principais conceitos a respeito de diversidade sexual. Na sequência, encontram-se a descrição da metodologia utilizada neste trabalho e, por fim, os principais resultados e as conclusões do estudo.

REVISÃO DA LITERATURA

As progressivas visibilidade e conquistas do movimento LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, *Queer*, Intersexuais, Assexuais e mais) brasileiro em relação aos seus direitos pode suscitar a aparente ideia de que essa população já superou sua condição de vulnerabilidade frente à sociedade.

Entretanto, estudos relativos à diversidade sexual evidenciam que a violência à qual gays e lésbicas estão sujeitos ainda é uma realidade. Segundo o Grupo Gay da Bahia (2019), a cada 26 horas um membro da comunidade é brutalmente assassinado vítima de discriminação no Brasil, além da violência psicológica a qual essa população é constantemente submetida (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO DE LGBT, 2004).

A Resolução N° 001/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) proíbe psicólogos de oferecerem terapias de reversão sexual. Entretanto, a liminar parcial concedida por um juiz da 14ª Vara do Distrito Federal, em setembro de 2017, reacendeu o debate acerca dos limites e das possibilidades de intervenção do psicólogo para com clientes não-heterossexuais.

Uma vez que o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005) coloca como princípios fundamentais da profissão a promoção da saúde da coletividade, o combate às discriminações e a responsabilidade social, cabe aos estudantes e profissionais da área uma avaliação crítica de suas crenças e teorias científicas quanto à homossexualidade.

A fim de analisar a atual compreensão da homossexualidade no Brasil e de proporcionar um embasamento para o maior entendimento das particularidades do público LGBTQIA+, serão

esclarecidas, num primeiro momento, as nomenclaturas atuais e, num segundo momento, serão elucidados brevemente os processos socioculturais aos quais a homossexualidade foi submetida.

Principais termos e conceitos referentes à diversidade sexual

A primeira distinção a ser feita é sobre os conceitos de orientação sexual e de identidade de gênero. De maneira geral, cada cultura produz conjuntos de características para designar o que é ser homem e o que é ser mulher, estabelecendo quais devem ser seus comportamentos, seus sentimentos e seus gostos, por exemplo. Esses conjuntos podem ser entendidos como gênero e são um contraponto à dimensão biológica do sexo (SÃO PAULO, 2020). Ao nascer, a depender da genitália que possui, atribui-se o gênero feminino a pessoas com vagina e o gênero masculino a indivíduos com pênis.

Já a identidade de gênero diz respeito ao modo como alguém se percebe no mundo (feminino, masculino ou algo derivado desses dois), independentemente do seu sexo biológico. Indivíduos que se identificam com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer são chamados de cisgêneros e aqueles que se identificam com um gênero diferente são chamados de transgêneros (SÃO PAULO, 2020).

Por sua vez, orientação sexual se refere à atração afetiva e/ou sexual que uma pessoa direciona involuntariamente para outra, dividindo-se em três tipos majoritários: atração por indivíduos de um gênero diferente do seu (heterossexualidade), atração por indivíduos do mesmo gênero que o seu (homossexualidade) e atração por mais de um gênero (bissexualidade). Para garantir maior visibilidade às demandas específicas de cada grupo, os homossexuais masculinos são comumente chamados de *gays*, enquanto as homossexuais femininas são conhecidas como lésbicas (SÃO PAULO, 2020).

Ressalta-se que o termo ‘homossexualismo’, infelizmente ainda em uso, é errôneo, pois resgata a concepção patológica utilizada até 1990 a respeito da diversidade sexual, sendo ‘homossexualidade’ o termo correto.

Quanto à discriminação direcionada a essas pessoas, é comum a utilização da palavra “homofobia” para se referir ao preconceito contra todos da comunidade. Entretanto, é importante ressaltar que já existem termos específicos, como lesbofobia e transfobia, buscando combater a invisibilização das outras letras dentro da sigla (SÃO PAULO, 2020).

Breve panorama histórico da homossexualidade no Brasil

Conforme Fry (1982), a sexualidade é uma característica biológica limitada e controlada por conceitos e categorias construídos culturalmente. Dessa forma, para se entender os sistemas de conhecimento sobre a sexualidade, é preciso entender a própria sociedade. Sendo assim, ao olhar para

a constituição política, histórica e cultural da diversidade sexual no Brasil, é possível entender os pontos de vista e as ideologias que a atravessam atualmente.

Ao se explorar os antecedentes históricos sobre o tema no Brasil, verifica-se que os relatos sobre indivíduos não heterossexuais estão presentes desde antes da colonização (MOTT, 1998). Segundo esse autor, havia entre os aborígenes brasileiros numerosas evidências de uma homossexualidade socialmente aceita antes da chegada dos portugueses. Os Tupinambás, por exemplo, ocupantes da maior parte da costa brasileira, tinham denominações próprias para índios homoafetivos: *tibira* para os gays e *çacoaimbeguira* para as lésbicas. Outras narrativas semelhantes discorrem sobre índias que se vestiam e se comportavam como homens, participando das guerras e casando-se com mulheres (GANDAVO, 1576).

Com a colonização, dada a forte influência católica na cultura e na política portuguesas, as práticas homoeróticas foram denominadas de “sodomia”, devido ao relato bíblico imposto pela doutrina religiosa dos padres jesuítas. À luz dessas ideologias e da moral sexual do colonizador europeu, as relações entre iguais passaram a ser perseguidas e punidas, uma vez que, além de pecado nefando, a sodomia era considerada um crime grave passível de pena de morte (PRETES; VIANNA, 2007; TREVISAN, 2018; FREIRE; CARDINALI, 2012).

Entretanto, apesar da violenta homofobia, Mott (1998) afirma que muitos homossexuais europeus encontraram no Brasil local privilegiado para viver, graças a fatores como a extensão territorial e a maior liberdade sexual. Além disso, segundo o autor, 18% dos sodomitas degradados pelo Tribunal do Santo Ofício de Lisboa vieram para o Brasil.

[...] há registro de 44 casos de sodomia (15,5%), sendo, depois da blasfêmia, o desvio mais frequentemente praticado pelos colonizadores. Dos denunciados, 61% eram brancos, 24% mestiços de variados fenótipos, 9% negros e 6% índios, predominando as relações sodomíticas entre parceiros de diferentes cores, os quais ocupavam toda a gama de profissões: de Governador Geral do Brasil, como Diogo Botelho, a sacerdotes, senhores de engenho, funcionários públicos, militares, estudantes, feitores, criados, escravos, etc. (MOTT, 1998, p. 7).

Já no século XIX, os estudos científicos ganharam força e a ciência voltou-se para a busca de explicações racionais para a sexualidade humana, por meio do estudo das perversões sexuais, como eram chamadas. Com isso, a responsabilidade social pelos homossexuais foi transferida dos juízos para a medicina, o que permitiu ao Direito retirar o crime de sodomia do Código Criminal de 1830 (PRETES; VIANNA, 2008). Entretanto, os autores ressaltam que esse processo não ocorreu por aceitação social, mas por uma mudança nas relações de poder que substituiu a noção da homossexualidade como perversão moral pela visão da patologia mental denominada ‘homossexualismo’, propiciando respaldo científico às discriminações. Por

consequência, a heterossexualidade foi apresentada como modelo natural e implantada como o tipo de relacionamento social mais adequado, inaugurando a lógica heterossexista que impera até os dias atuais. Para Freire e Cardinali (2012),

[...] o termo *heterossexismo*, mais aparentado com o machismo e o racismo, descreveria um sistema ideológico, sociocultural e institucional no qual a homossexualidade é apresentada como inferior à heterossexualidade, dando prevalência ao aspecto coletivo do preconceito em detrimento das ações individuais (p. 50).

Desse período até o século XX, a medicina passou a buscar as causas do ‘homossexualismo’ no corpo e a propor tratamentos e intervenções que incluíam coito compulsório com mulheres vestidas de homens, transplantes de testículos e ovários e internações, entre outros (FREIRE; CARDINALI, 2012).

Não tardou para que movimentos políticos passassem a se organizar frente ao tratamento social designado à diversidade sexual. Os grupos brasileiros militantes pela causa homossexual originaram-se em meados de 1970, com a abertura política oriunda do final da ditadura. Eram marcados por um viés antiautoritário que buscava não só a aceitação da homossexualidade, como também uma revolução na vivência da sexualidade (FACCHINI, 2005 *apud* FREIRE; CARDINALI, 2012).

Assim, uma das primeiras demandas do movimento foi a retirada do ‘homossexualismo’ do rol de doenças do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o que veio ocorrer em 1985, oito anos antes da retirada mundial do termo da Classificação Internacional de Doenças pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Em 1999, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) proibiu o tratamento da homossexualidade por parte dos psicólogos, passando a ser considerada, ao menos institucionalmente, como uma variedade da sexualidade humana (PRETES; VIANNA, 2008 *apud* FREIRE; CARDINALI, 2012; FREIRE; CARDINALI, 2012).

Por fim, apesar de conquistas importantes – como a equiparação entre união estável e casamento civil e o direito à herança – o Brasil tem muito a discutir e a se modificar frente à homossexualidade. Lionço (2008 *apud* ALBUQUERQUE *et al.*, 2013), menciona que a população LGBT ainda tem seus direitos mais básicos violados e, muitas vezes, encontra-se em vulnerabilidade social, evidenciando que a abordagem antiquada em relação à homossexualidade persiste por meio do heterossexismo, da condenação moral e da agressão física e/ou psicológica.

Mesmo no campo da Psicologia, ainda existem atores preocupados em resgatar a concepção patológica da diversidade sexual, pressionando os setores Legislativo e Judiciário por legislações que

respaldem seus posicionamentos discriminatórios, como visto com a ação judicial movida em 2017, anteriormente citada neste capítulo.

Cabe, portanto, aos estudantes e profissionais da Psicologia a interpretação histórica, laica e crítica desse fenômeno, considerando o impacto biopsicossocial que as sexualidades não heterossexuais exercem nos indivíduos para, assim, combater os mecanismos sociais de opressão e violência que os atingem diariamente. Dessa forma, essa categoria profissional pode se mobilizar para defender os direitos de ser e de existir desses cidadãos, veiculando informações científicas sobre o tema, como também combatendo as vozes dentro da Psicologia brasileira que ainda insistem em atacá-los.

MÉTODO

Trata-se de pesquisa quantitativa realizada no Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté, com o objetivo de avaliar as atitudes e crenças de seus estudantes a respeito da homossexualidade.

A amostra estratificada foi calculada levando-se em conta uma população de 574 estudantes regularmente matriculados, conforme levantamento realizado em abril de 2019 pela Secretaria do Departamento. Assumindo erro amostral de 5% e intervalo de confiança de 95%, obteve-se uma amostra de 231 alunos, a qual foi composta partindo das proporções dos três estratos identificados na população: sexo dos alunos, período e semestre cursado no momento.

Para a coleta de dados, foram utilizados dois instrumentos, sendo o primeiro um questionário sociodemográfico construído pelos autores, com perguntas sobre período, idade, estado civil, religião, etc. O questionário foi submetido a um teste com nove alunos do curso para avaliar a estruturação das perguntas e eventuais ambiguidades ou erros.

O segundo instrumento foi a Escala Multidimensional de Atitudes Face a Lésbicas e a Gays (EMAFLG), elaborada por Gato, Fontaine e Carneiro (2012). Essa escala é composta por três subescalas para avaliar atitudes negativas (Homopatologização, Rejeição de Proximidade e Heterossexismo Moderno) e por uma subescala para as atitudes positivas (Suporte), totalizando 27 itens a serem respondidos conforme Escala Likert de 1 a 6 pontos, na qual 1 expressa discordância completa e 6 expressa concordância completa (GATO; FONTAINE; CARNEIRO, 2012).

Após submissão e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté em 22 de outubro de 2018, sob CAAE 88162518.0.0000.5501 e número de parecer 2.975.155, a pesquisa foi aplicada pelos autores entre os meses de abril e maio de 2019.

Com a autorização do professor em sala de aula, os alunos selecionados previamente por sorteio eram convidados a participar mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O sorteio foi realizado com uma tabela de números aleatórios diferente para cada sala e com a lista de alunos numerada até se obter a proporção dos três estratos já mencionados.

Por fim, a análise dos dados coletados teve dois momentos: I) aplicação de estatística descritiva com uso do *Microsoft Office Excel 365* e II) aplicação de estatística inferencial por profissional da Estatística, utilizando o *software IBM SPSS Statistics 20*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o fim da fase de coleta de dados, foi constatada uma perda de 23,37% de participantes, resultando em uma amostra válida de 177 alunos. A partir da amostra final, o erro amostral foi recalculado, resultando em um valor de 6,13%.

A discrepância entre as amostras calculada e final é resultado de dois fatores: (I) a exclusão dos instrumentos para os quais o participante não entregou o TCLE e (II) a não entrega dos instrumentos por parte dos participantes.

A variável “turma” foi reagrupada em duas outras para facilitar os testes estatísticos, a saber, “turmas do período integral” e “turmas do período noturno”. A primeira (turmas do período integral) foi subdividida em “início do curso”, somando as turmas 1ºA e 3ºA, e “final do curso”, com as turmas 5ºA e 7ºA. A segunda (turmas do período noturno) foi subdividida em “início do curso”, 1ºN e 3ºN, “meio do curso”, 5ºB, e “final do curso”, 7ºN e 9ºB.

De acordo com as informações da Tabela 1, é possível observar que 77,7% da amostra é composta por mulheres cis, 21,1% por homens cis e 1,2% por pessoas trans.

Tabela 1 - Caracterização da amostra final de acordo com turma, período e identidade de gênero.

Turma	Homem Cis⁵	Mulher Cis	Pessoa Trans⁶	Sem Resposta	Total Geral
1ºA	4	16	1		21
1ºN ⁷	6	20			26
3ºA	2	10		1	13
3ºN	6	16	1		23
5ºA	3	20			23
5ºB	4	12			16
7ºA	3	11			14
7ºN	4	16		1	21
9ºB	5	14			19
Sem Resposta				1	
Total	37	135	2	3	177

Fonte: dados da pesquisa.

Para as orientações sexuais, em um primeiro momento, optou-se por categorizá-las a partir das identidades de gênero dos participantes. Assim, encontrou-se que entre os homens cis, 10,8% são bissexuais, 75,7% são heterossexuais e 13,5% são homossexuais. Já entre as mulheres cis, 21% são bissexuais, 76,1% são heterossexuais e 3% são homossexuais. De maneira geral, sem se considerar o gênero e descartando-se as respostas em branco, a amostra conta com 19,1% de pessoas bissexuais, 75,7% de heterossexuais e 5,2% de homossexuais.

Quanto às crenças da amostra, as religiões com maior destaque foram, respectivamente, “católico” (33,9%), “agnóstico” (21,5%) e “protestante” (15,8%). Quanto à importância da religião, as categorias com maior evidência foram: “tem relativa importância para mim, mas nem sempre está de acordo com as minhas atitudes ou opiniões” (28,8%); “não é importante e não baseio minhas opiniões ou atitudes em nenhuma religião” (28,2%) e “é importante para a minha vida e serve de base para a maioria das minhas atitudes e opiniões” (23,2%).

No que tange à frequência ao culto religioso, a partir da análise da moda, constatou-se que a rotina mais comum entre os participantes é a de ir ao templo religioso uma vez por semana. Porém, partindo da análise das frequências relativas, pode-se perceber um contraponto, posto que 28,3% dos estudantes raramente vão aos cultos de sua religião e 16,9% deles nunca vão.

Quanto à idade, a amostra se configura da seguinte forma: 72,9% dos participantes têm entre 18 e 23 anos, 16,4% têm entre 24 e 29 anos e 10,2% têm 30 anos ou mais. Sobre a renda familiar, quase metade da amostra respondeu ganhar entre 2 e 5 salários mínimos (49,2%), 26,6% recebem

⁵ Cisgênero ou “cis” é aquele cuja identidade de gênero condiz com o gênero que lhe foi socialmente atribuído ao nascer e transgênero ou “trans” é aquele cuja identidade de gênero diverge do gênero que lhe foi socialmente atribuído.

⁶ Tratando-se de uma minoria social marginalizada, para preservar a privacidade das pessoas transgênero da amostra, optou-se por não identificar suas identidades de gênero, usando o termo “pessoas trans” por sua abrangência.

⁷ Optou-se por usar a letra N para designar os semestres do período noturno que possuem duas turmas (formalmente representadas por B e C). Os valores são referentes à somatória das duas turmas.

mais de 5 salários mínimos, 9,6% ganham de 1 a 2 salários mínimos e 3,4% recebem menos de 1 salário mínimo. Um percentual de 8,5% dos entrevistados preferiu não declarar a renda e 2,8% da amostra não responderam.

Em relação ao estado civil, a amostra revelou-se predominantemente solteira (85,9%), sendo “casado” o estado civil com a segunda maior porcentagem (7,9%). Por fim, no que tange à escolaridade dos responsáveis, os dados se configuraram da seguinte forma: 10,7% cursaram o Ensino Fundamental completo, 40,7% cursaram o Ensino Médio completo ou incompleto, 33,9% cursaram o Ensino Superior completo ou incompleto, 10,7% são pós-graduados e 4% não responderam.

Ao serem questionados sobre a presença de gays e/ou lésbicas em seu ciclo de amizades, 61,6% dos participantes responderam ter alguns amigos homossexuais e 14,7% informaram ser a maioria de seus amigos. Ainda 6,8% relataram ter apenas um amigo homossexual enquanto 5,1% não têm certeza; 4,5% afirmaram que não têm amigos homossexuais e 7,3% dos entrevistados não responderam.

Sobre o convívio com essas pessoas, mais da metade da amostra apresentou alta frequência, sendo que 34,9% afirmaram ter convívio “diariamente” e 25,4% “quase diariamente”; 23,7% afirmaram conviver apenas “às vezes”, 4,1% “raramente”, 0,6% “nunca” e 11,2% da amostra não responderam.

Já sobre familiares gays e/ou lésbicas, 31,1% relataram a presença de alguns homossexuais; 27,7% não têm certeza; 18,6% possuem apenas um; 14,7% afirmaram não ter e 7,9% não responderam. Quanto ao convívio com esses familiares, 32,5% afirmaram conviver apenas “às vezes”, 19,2% “raramente”, 10,6% “quase diariamente”, 6% “diariamente”, 6% “nunca” e 25,8% não responderam.

Avaliando a qualidade do relacionamento com essas pessoas, o juízo feito pelos participantes foi majoritariamente positivo, com 61,6% dos entrevistados avaliando tais relações como ótimas e 21,5% como boas. 15,3% dos entrevistados não responderam.

Resultados relativos à Escala Multidimensional de Atitudes Face a Lésbicas e a Gays – EMAFLG (GATO; FONTAINE; CARNEIRO, 2012)

A Tabela 2, a seguir, apresenta um panorama geral das respostas dos participantes ao segundo instrumento aplicado.

Tabela 2 - Frequências absoluta e relativa das respostas à EMAFLG.

Item	Opções de resposta					
	Discordo completamente	Discordo muito	Discordo um pouco	Concordo um pouco	Concordo muito	Concordo completamente
1	0 (0%)	0 (0%)	3 (1,7%)	8 (4,5%)	17 (9,6%)	149 (84,2%)
2	163 (92,1%)	10 (5,6%)	3 (1,7%)	1 (0,6%)	0 (0%)	0 (0%)
3	2 (1,1%)	2 (1,1%)	1 (0,6%)	6 (3,4%)	13 (7,3%)	153 (86,4%)
4	160 (90,4%)	9 (5,1%)	5 (2,8%)	2 (1,1%)	0 (0%)	1 (0,6%)
5	123 (70,3%)	17 (9,7%)	11 (6,3%)	14 (8%)	7 (4%)	3 (1,7%)
6	166 (93,8%)	9 (5,1%)	1 (0,6%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (0,6%)
7	3 (1,7%)	4 (2,3%)	4 (2,3%)	5 (2,9%)	22 (12,6%)	136 (78,2%)
8	47 (27%)	26 (14,9%)	34 (19,5%)	46 (26,4%)	13 (7,5%)	8 (4,6%)
9	1 (0,6%)	3 (1,7%)	9 (5,1%)	8 (4,5%)	13 (7,4%)	142 (80,7%)
10	143 (81,7%)	17 (9,7%)	5 (2,9%)	2 (1,1%)	3 (1,7%)	5 (2,9%)
11	4 (2,3%)	1 (0,6%)	3 (1,7%)	11 (6,3%)	12 (6,8%)	145 (82,4%)
12	154 (87,5%)	11 (6,3%)	6 (3,4%)	2 (1,1%)	2 (1,1%)	1 (0,6%)
13	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	8 (4,6%)	10 (5,7%)	157 (89,7%)
14	3 (1,7%)	2 (1,1%)	7 (4%)	41 (23,4%)	40 (22,9%)	82 (46,9%)
15	1 (0,6%)	1 (0,6%)	1 (0,6%)	3 (1,7%)	11 (6,2%)	160 (90,4%)
16	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	6 (3,4%)	171 (96,6%)
17	1 (0,6%)	1 (0,6%)	2 (1,2%)	12 (6,9%)	26 (15%)	131 (75,7%)
18	163 (92,6%)	3 (1,7%)	1 (0,6%)	2 (1,1%)	1 (0,6%)	6 (3,4%)
19	121 (69,5%)	21 (12,1%)	16 (9,2%)	10 (5,7%)	3 (1,7%)	3 (1,7%)
20	143 (81,3%)	11 (6,3)	9 (5,1%)	7 (4%)	2 (1,1%)	4 (2,3%)
21	159 (89,8%)	11 (6,2%)	0 (0%)	5 (2,8%)	0 (0%)	2 (1,1%)
22	171 (96,6%)	4 (2,3%)	2 (1,1%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
23	173 (97,7%)	2 (1,1%)	1 (0,6%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (0,6%)
24	168 (95,5%)	5 (2,8%)	2 (1,1%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (0,6%)
25	64 (36,2%)	19 (10,7%)	29 (16,4%)	36 (20,3%)	20 (11,3%)	9 (5,1%)
26	110 (64,3%)	20 (11,7%)	13 (7,6%)	17 (9,9%)	3 (1,8%)	8 (4,7%)
27	4 (2,3%)	3 (1,7%)	6 (3,4%)	16 (9%)	39 (22%)	109 (61,6%)

Fonte: dados da pesquisa.

Quanto à pontuação total em cada uma das subescalas, a Tabela 3 apresenta informações sobre a média dos escores e o desvio padrão em cada uma delas.

Tabela 3 – Média dos escores e desvios padrão das subescalas da EMAFLG utilizadas.

Subescalas	Média do escore	Desvio Padrão
Rejeição de Proximidade	13,3392	3,92453
Heterossexismo Moderno	13,1369	5,00889
Suporte	22,9477	2,47624

Fonte: dados da pesquisa.

Para verificar a confiabilidade de cada uma das quatro subescalas da EMAFLG, foi aplicado um teste estatístico para encontrar o Alfa de Cronbach. Os valores encontrados foram os seguintes:

- Subescala Rejeição de Proximidade (RP): $\alpha = 0,643$;
- Subescala Homopatologização (HP): $\alpha = 0,292$;
- Subescala Heterossexismo Moderno (HM): $\alpha = 0,679$;
- Subescala Suporte (S): $\alpha = 0,672$.

O julgamento dos valores encontrados diverge a depender dos parâmetros adotados, já que não há consenso na comunidade científica.

Goes, Cubero, Nogueira e Fernandez (2017) entendem, a partir dos estudos de Landis e Koch (1977) e de Hair (2005), que valores de Alfa de Cronbach acima de 0,6 indicam que o instrumento é confiável, enquanto números abaixo dessa marca expressam que o instrumento pode levar a conclusões equivocadas.

Apesar de três das quatro subescalas terem atingido valores acima de 0,6 para o indicador, tais números não são ideais, pois localizam-se na faixa dos valores mínimos de aceitabilidade. Como a subescala HP atingiu valor muito inferior ($\alpha = 0,292$), optou-se por descartá-la das análises.

Correlação entre os dados obtidos na EMAFLG e no questionário sociodemográfico

A fim de definir o teste estatístico a ser utilizado na correlação das variáveis, foi realizado o teste de Shapiro-Wilk para averiguar a normalidade dos dados, obtendo-se um p valor menor do que 0,01. Frente à conseqüente constatação da não normalidade dos dados, optou-se pelos testes não paramétricos para a análise, mais propriamente o teste de Kruskal-Wallis, em um nível de significância de 5%. Nos casos em que se observou correlação, para identificá-la com maior especificidade foi utilizado o Teste de Dunn.

Com vistas a sintetizar os resultados, cabe registrar um panorama geral das correlações obtidas. Assim, na análise estatística da correlação entre os escores e as variáveis, foram constatadas diferenças estatisticamente relevantes nas seguintes variáveis sociodemográficas: turmas do período noturno, religião, frequência ao culto religioso, papel da religião na vida do sujeito, orientação sexual, amigos homossexuais e qualidade do relacionamento com amigos e/ou familiares homossexuais.

Para as outras variáveis, não houve essa constatação, significando que a posição naquela categoria não produz diferenças nas respostas à subescala. Para ilustrar, tomemos como exemplo a variável “faixa etária”, para a qual não se constatou diferenças estatisticamente relevantes, indicando que a pontuação nas subescalas não muda a depender da idade do participante.

De volta às variáveis significativas, iniciando pelas turmas do período noturno, a correlação observada diz respeito aos componentes “início do curso” em comparação ao “meio do curso”. Observou-se que o escore médio na subescala RP é maior entre alunos no meio do curso, quando comparado com alunos no início do curso ($p=0,004$).

Para a variável religião, observou-se que os indivíduos protestantes apresentam, em comparação com ateus e agnósticos, escore médio maior na subescala RP ($p=0,003$). Nessa temática, também foram avaliadas a frequência do sujeito ao culto de sua religião e o papel desta em sua vida, identificando-se diferenças relevantes. Para a análise específica dessas duas variáveis, aplicou-se o teste de Correlação de Spearman.

Para a primeira variável, foram identificadas correlações significativas em todas as três subescalas (RP: $\rho = 0,000$; HM: $\rho = 0,030$; S: $\rho = 0,014$), porém, a intensidade das correlações apresentou-se fraca (RP: $\rho = 0,265$; HM: $\rho = 0,272$; S: $\rho = -0,188$). Quanto mais próximo de +1 ou -1 estiver o ρ , mais forte é a correlação. Observadas tais constatações, a conclusão foi de que quanto maior a frequência ao culto religioso, maior a tendência a apresentar escores médios mais altos nas subescalas negativas e escore médio mais baixo na subescala positiva.

A segunda variável apresentou-se de maneira semelhante, com correlações significativas em todas as subescalas (RP: $\rho = 0,000$; HM: $\rho = 0,001$; S: $p = 0,003$), mas com baixa intensidade (RP: $\rho = 0,333$; HM: $\rho = 0,259$; S: $\rho = -0,225$), indicando que quanto mais importante for a religião para o indivíduo, maior a tendência a apresentar escores médios mais altos nas subescalas negativas e escore médio mais baixo na subescala positiva.

A orientação sexual dos participantes também apareceu como fator importante. Quando comparados com bissexuais, heterossexuais apresentam escores médios maiores nas subescalas negativas (RP: $\rho = 0,013$; HM: $\rho = 0,02$). Já quando comparados com homossexuais, heterossexuais apresentam escore médio maior na subescala HM ($p = 0,03$). Para a subescala S não foram constatadas diferenças a depender da orientação sexual.

Por fim, a presença de amigos homossexuais também se revelou como fator para diferença nas respostas. A análise por meio da Correlação de Spearman revelou correlações significativas em todas as três subescalas (RP: $\rho = 0,000$; HM: $\rho = 0,000$; S: $\rho = 0,008$), porém com intensidade fraca (RP: $\rho = -0,321$; HM: $\rho = -0,305$; S: $\rho = 0,207$). A conclusão foi de que quanto menor o número de

amigos homossexuais, maior a tendência a apresentar escores médios mais altos nas subescalas negativas e menor a tendência para escore médio mais baixo na subescala positiva.

Finalmente, a última variável com diferenças estatisticamente relevantes foi a qualidade do relacionamento com os amigos e/ou familiares homossexuais, porém, esse resultado diz respeito a apenas uma correlação significativa. Aqueles que classificaram a relação como ótima apresentaram escores médios menores na subescala RP, em comparação aos que se referiram ao relacionamento como bom ($\rho = 0,017$).

A partir desses dados, é possível traçar discussões e apontamentos a respeito dos objetivos desta pesquisa. Mesmo com a exclusão de uma das subescalas do instrumento utilizado, foi possível averiguar atitudes positivas e negativas, constatando-se que os estudantes do curso de Psicologia da UNITAU apresentam, em média, mais atitudes positivas do que negativas face à homossexualidade, o que pode ser confirmado por meio da comparação dos escores médios de cada subescala com seus respectivos escores máximos.

Para as subescalas negativas (Rejeição de Proximidade e Heterossexismo Moderno), os maiores valores a serem obtidos eram, respectivamente, 40 e 32 pontos, o que permite afirmar, quando comparados com os escores médios obtidos, que a amostra apresenta baixos índices de atitudes negativas (RP= 13,3392; HM: 13,1369). Para as atitudes positivas, a situação mostrou-se invertida, com alto escore médio para a subescala Suporte, obtendo 22,9477 dos 30 pontos máximos possíveis.

Cabe afirmar que essas duas subescalas negativas permitem uma análise ainda mais específica da discriminação e do preconceito com homossexuais por uma característica própria da construção da EMAFLG (GATO; FONTAINE; CARNEIRO, 2012), visto que a primeira (RP) diz respeito à discriminação em sua forma mais explícita, traduzindo atitudes de evitamento de contato com homossexuais e de desconforto emocional na presença dessas pessoas, enquanto o preconceito (HM) refere-se às manifestações mais atuais da homofobia, abarcando posicionamentos contrários à visibilidade ou à expressão da identidade homossexual e a crítica a papéis sociais fortemente atribuídos à heterossexualidade, como a conjugalidade e a parentalidade.

Mediante a amplitude dessa análise, os resultados corroboram a hipótese inicial dos autores deste trabalho e parecem estar relacionados à enorme presença de jovens no curso (com idade entre 18 e 23 anos). É amplamente discutido na literatura científica sobre como as atitudes preconceituosas passaram de um caráter explícito para outro mais sutil, velado ou camuflado ao longo dos últimos anos (FORMIGA, 2007; GUSMÃO *et al.*, 2016; LIMA; VALA, 2004; PEREIRA *et al.*, 2011), seja pela consolidação das políticas de combate à discriminação ou pelo aumento da representatividade LGBT nas mídias, em filmes, séries, novelas e anúncios publicitários. Foi nesse

contexto em que grande parte da amostra cresceu, o que torna compreensível os baixos índices de atitudes preconceituosas encontrados.

Apesar da variável “faixa etária” não ter se revelado estatisticamente significativa, a análise supra mostra-se confiável à medida que a ausência de correlação pode ter ocorrido pelo baixo número de pessoas mais velhas e pela homogeneidade no grau de instrução acadêmica dos participantes, aumentando a chance de um erro tipo I, mas sem invalidar os resultados.

Valendo-se desse mesmo raciocínio, pode-se explicar uma das correlações obtidas na análise estatística. A variável “turma” mostrou-se peculiar, com apenas uma das salas do período noturno do curso apresentando diferenças nas respostas (5ºB – meio do curso). Compreende-se que esse achado não é revelador sobre a progressão no curso de Psicologia da universidade, no sentido de um aumento ou de uma diminuição nos escores conforme avançam os semestres. Como a turma em questão apresentou escores médios maiores nas subescalas negativas e menores na subescala positiva quando comparados com os das turmas do início e do fim do curso, a compreensão obtida foi de que esse fato corresponde a uma peculiaridade dessa turma e não está relacionado com a progressão no curso.

Outra temática relevante nos resultados foi a religiosidade dos participantes, englobando três variáveis com correlações estatisticamente significantes (religião, frequência ao culto religioso e papel da religião na vida do indivíduo). Os dados apontam que, para os estudantes de Psicologia da UNITAU, quanto maior a aderência às celebrações religiosas e quanto mais central na organização da vida do sujeito for sua crença, maior a prevalência de atitudes e crenças homofóbicas.

Além disso, também foi observado que aqueles autodeclarados protestantes apresentam mais atitudes de rejeição de proximidade quando comparados com pessoas sem qualquer crença religiosa (ateus) ou com crenças menos dogmáticas (agnósticos).

Esse achado reflete posicionamentos descritos por Mesquita e Perucchi (2016), segundo os quais as igrejas cristãs no Brasil possuem geralmente três posturas frente à homossexualidade: a) sua rejeição, com a atribuição de um caráter pecaminoso e antinatural, b) sua aceitação, mas como sexualidade inferior à heterossexualidade e c) sua equiparação à heterossexualidade. Para as autoras, as atitudes mais frequentes são as duas primeiras. Especificamente nas igrejas evangélicas, os homossexuais são vistos como sob influência do demônio, necessitando da libertação por meio de sua conversão (MESQUITA; PERUCCHI, 2016).

A orientação sexual dos participantes também se mostrou como fator preditivo de atitudes homofóbicas, uma vez que heterossexuais apresentam mais atitudes negativas quando comparados a bissexuais e homossexuais. Mesmo que o contato interpessoal com gays e lésbicas tenha se mostrado preditivo de menos atitudes preconceituosas nessa amostra, a completa compreensão da violência

motivada pela sexualidade não é inteiramente acessível somente pela empatia e pela convivência com homossexuais. Assim, é inteligível, mas não aceitável, que heterossexuais se apresentem dessa forma, seja por praticarem discriminações mais sutis, como as englobadas na subescala Heterossexismo Moderno, ou por atitudes mais explícitas de homofobia, como as avaliadas pela subescala Rejeição de Proximidade.

É importante citar o contraste desta pesquisa com o estudo de Gato, Fontaine, Leme e Leme (2014), no qual o gênero dos participantes mostrou-se preditor de atitudes mais homofóbicas, sendo os homens mais discriminadores dos que as mulheres, o que não foi observado neste trabalho. Essa também parece ser uma peculiaridade desta amostra, visto o debate sobre o papel do machismo na homofobia praticada por homens (WELZER-LANG, 2001).

Por fim, frente aos dados obtidos e às constatações levantadas, chama-se a atenção para a importância que o contato interpessoal com homossexuais teve para a diminuição de atitudes negativas na população estudada, revelando que a visibilidade nas mídias sociais e no cotidiano e a própria afirmação social da diversidade sexual são aspectos imprescindíveis para o combate à homofobia, ao menos como medida inicial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do nível de atitudes e crenças negativas ter se revelado baixo na população estudada, defende-se a importância de as universidades levarem o debate sobre a orientação sexual para a formação dos futuros psicólogos, seja pela elaboração de disciplinas específicas ou por eventos pedagógicos voltados ao tema.

A criação de um ambiente no qual sujeitos não heterossexuais possam se expressar livremente e o tema possa ser abordado de maneira científica, com dados amplamente discutidos e embasamento teórico, configura-se, na visão dos autores deste artigo, como ferramentas imprescindíveis para a formação de psicólogos livres de viés discriminatório.

Essa mudança se torna ainda mais urgente quando se toma como aspecto analítico a religião desses estudantes. Como discutido, pessoas cuja crença pessoal tem forte centralidade em suas subjetividades apresentaram maior frequência de atitudes negativas frente a homossexuais, demarcando um problema para a atuação profissional futura. Embora em menor número quando comparados à média das respostas do curso, não se pode ignorar o eventual dano que esse(a) profissional poderá causar aos usuários de seus serviços, caso não receba o preparo teórico-técnico necessário a uma atuação não discriminatória.

É tarefa de todas as universidades, portanto, sistematizar e ampliar maneiras de tratar esse assunto, utilizando dados científicos para a formação profissional, para que o tema não seja tratado como questão de opinião, algo a ser interpretado à luz do arbítrio individual, mas como um fenômeno amplamente estudado pela comunidade científica e para o qual algumas conclusões já foram estabelecidas, principalmente no que concerne à não patologização da diversidade sexual.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Grayce Alencar *et al.* Homossexualidade e o direito à saúde: um desafio para as políticas públicas de saúde no Brasil. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 516-524, set. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042013000300015&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 out. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO DE LGBT. **Brasil sem homofobia**: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção à Cidadania Homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 26 out. 2017.

FORMIGA, Nilton Soares. Valores humanos e sexismo ambivalente. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF** [online]. vol.19, n.2, pp.381-396, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-80232007000200009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 13 fev. 2020.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: FRY, Peter. **Para Inglês Ver**: Identidade e Política na Cultura Brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982. cap. IV, p. 87-115. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1234>. Acesso em: 29 mar. 2018.

FREIRE, Lucas; CARDINALI, Daniel. O ódio atrás das grades: da construção social da discriminação por orientação sexual à criminalização da homofobia. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 12, pp. 37-63, dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872012000600003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 out. 2017.

GATO, Jorge; FONTAINE, Anne Marie; CARNEIRO, Nuno Santos. Escala multidimensional de atitudes face a lésbicas e a gays: construção e validação preliminar. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 51, p. 11-20, abril, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2012000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 24 out. 2017.

GATO, Jorge; FONTAINE, Anne Marie; LEME, Vanessa B. R. Validação e Adaptação Transcultural da Escala Multidimensional de Atitudes Face a Lésbicas e a Gays. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 257-271, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722014000200257&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 out. 2017.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **História da Província Santa Cruz**. Tratado da Terra do Brasil. (1576) São Paulo: Editora Obelisco, 1964. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/188899/Tratado%20da%20terra%20do%20Brasil.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 out. 2017.

GUSMÃO, Estefânea Élide da Silva *et al.* Valores Humanos e Atitudes Homofóbicas Flagrante e Sutil. **Psico-USF**, Itatiba, v. 21, n. 2, p. 367-380, ago. 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712016000200367&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 fev. 2020.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Assassinatos de LGBT no Brasil: Relatório 2019**. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>. Acesso em: 28 jun. 2021.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; VALA, Jorge. As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 3, pp. 401-411, set/dez 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2004000300002&script=sci_arttext. Acesso em: 13 fev. 2020.

MESQUITA, Daniele Trindade; PERUCCHI, Juliana. Não apenas em nome de Deus: discursos religiosos sobre homossexualidade. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, pp. 105-114, jan./abr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822016000100105. Acesso em: 13 fev. 2020. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v28n1p105>.

MOTT, Luiz. Etno-história da homossexualidade na América Latina. **História em Revista**, v. 4, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/12016/7631>. Acesso em: 25 out. 2017.

PEREIRA, Cícero Roberto *et al.* Preconceito contra homossexuais e representações sociais da homossexualidade em seminaristas católicos e evangélicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 27, n. 1, pp. 73-82, jan./mar. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722011000100010&lng=pt&nrm=iso#nt01. Acesso em: 13 fev. 2020.

PRETES, Érika Aparecida; VIANNA, Túlio. História da criminalização da homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo. In: LOBATO, W; SABINO, C.; ABREU, J. F. (org.). **Iniciação Científica: destaques 2007**, v. I, Belo Horizonte: Ed. PUC Minas. 2008 p. 313-392. Disponível em: <https://vetustup.files.wordpress.com/2013/05/historia-da-criminalizacao-da-homossexualidade-no-brasil-da-sodomia-ao-homossexualismo-tc3balio-l-vianna.pdf>. Acesso em: 25 out. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. **Diversidade sexual e cidadania LGBT**. 4. ed. São Paulo: SJC/SP, 2020. 56 f. Disponível em: http://www.rekursoshumanos.sp.gov.br/lgbt/cartilha_diversidade.pdf. Acesso em: 28 jun. 2021.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018. 726p.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, pp. 460-482, 2001. Disponível

em:http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2001000200008&script=sci_arttext. Acesso em: 13 fev. 2020.

11 - AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO CONTEXTO JURÍDICO: A PERÍCIA PSICOLÓGICA FORENSE APLICADA EM DIFERENTES DEMANDAS

Carlos Eduardo Bovenzo Filho

Armando Rocha Junior

INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste na realização de uma pesquisa bibliográfica, que teve por objetivo discorrer sobre a prática da Avaliação Psicológica no contexto Jurídico, estabelecendo ênfase na Perícia Psicológica Forense e sua aplicabilidade em diferentes situações que envolvam tratativas voltadas à Vara da Infância e Juventude, Família, Vara Criminal e Justiça Trabalhista.

Além de versar a disseminação da importância prática de Avaliação Psicológica no âmbito jurídico, outro fator motivador deste estudo diz respeito à importância de conhecer o próprio processo de Avaliação Psicológica e a possibilidade de empregá-la em diferentes contextos.

Mendes *et al.* (2013) também desenvolveram uma pesquisa focada na abordagem do conhecimento de profissionais e estudantes de psicologia acerca da Avaliação Psicológica e, para tanto, aplicaram um questionário que envolveu assuntos como o conceito básico de Avaliação Psicológica, Métodos utilizados nesse processo, Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI), validade, precisão e requisitos mínimos para aprovação de um instrumento. Como resultados, a classe profissional não apresentou um desempenho satisfatório, condizente com o esperado, tornando a problemática preocupante.

Dessa forma, considerando os objetivos desta pesquisa, tornou-se pertinente, em um primeiro momento, tecer conceituações gerais sobre o que é a Avaliação Psicológica, diferenciando-a do Psicodiagnóstico e da Testagem Psicológica.

Posteriormente, adentrando no campo jurídico, a abordagem recai sobre a Perícia Psicológica Forense e seus aspectos práticos, ramificando suas variadas possibilidades de aplicação e objetivos dentro dos seguintes contextos: Vara da Infância e Juventude (suspeita de abuso sexual contra crianças e adolescentes), Vara da Família (Disputa de Guarda), Vara Criminal (inimputabilidade ou imputabilidade – delitos decorrentes ou não de condições psicopatológicas) e Vara do Trabalho (nexo causal do adoecimento psíquico decorrente da rotina laboral).

Por fim, os assuntos tratados no escopo teórico foram intensificados na discussão e nas considerações finais, de modo a salientar a relevância prática da Avaliação Psicológica quando aplicada nas diferentes demandas judiciais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O processo de avaliação psicológica: delimitações conceituais

A Psicologia, em seu campo de atuação, dispõe de diferentes recursos subsidiários ao profissional no que diz respeito à tomada de decisão dentro do contexto no qual atua; dentre eles, cita-se o processo de Avaliação Psicológica (AP), que consiste na coleta e integração de dados do sujeito, com o propósito de investigar fenômenos psicológicos e, então, servir como meio favorecedor das tomadas de decisão do psicólogo.

O processo de AP é realizado com múltiplas fontes de dados, abarcando diferentes técnicas e instrumentos, como as entrevistas e os brinquedos, e dispondo ou não de testes psicológicos (COHEN, SWERDLIK; STURMAN, 2014; CFP, 2018). Quando se trata da Avaliação Psicológica enquanto processo, é importante fortificar algumas diferenças conceituais existentes entre ela, a Testagem e o *Psicodiagnóstico*.

Visto que a Avaliação Psicológica consiste em um processo que usufrui de diferentes técnicas e instrumentos, e que dispõe de uma fonte plural de informações coletadas ao longo do processo, a *Testagem Psicológica*, quando exigida, torna-se *parte* do processo de Avaliação e envolve o ato de medir variáveis, *i.e.*, construtos específicos como a atenção, inteligência, memória, etc., por meio de instrumentos projetados para tal finalidade – os testes psicológicos. Sendo assim, a Testagem Psicológica, quando praticada à parte, consiste na aplicação de testes, apenas (COHEN, SWERDLIK; STURMAN, 2014; HUTZ, 2015).

Por seu turno, o termo *Psicodiagnóstico* fora definido por Cunha (2000) como um processo científico, com delimitação temporal e que adota técnicas e testes psicológicos, voltando-se ao contexto clínico. Krug, Trentini e Bandeira (2016) discutiram o uso de “Psicodiagnóstico” enquanto técnica que, obrigatoriamente, utiliza testes psicológicos em sua realização, mas destacaram a necessidade de revisão desse conceito, além do cuidado quanto ao seu uso em contextos diversos, como o organizacional ou jurídico, devido à presença de fatores que não permeiam o ambiente clínico.

Dadas as delimitações conceituais, o próximo tópico discorre sobre o emprego e os propósitos da Avaliação Psicológica no campo jurídico, evidenciando a definição de *Perícia Psicológica Forense* e apresentando exemplos relacionados à sua aplicabilidade nos seguintes contextos: Infância e Juventude, Família, Penal e Trabalhista.

Avaliação psicológica no contexto jurídico: Perícia Psicológica Forense

O trabalho do psicólogo no contexto jurídico, quando envolve o processo de avaliação psicológica instalado no âmbito do contraditório, com finalidade de comprovação ou exposição de

vínculos de causalidade após análise crítica e integrada, recebe uma denominação específica – a *Perícia Psicológica Forense*.

De modo geral, a perícia consiste em um meio de prova (ou prova documental) sobre determinada situação, realizada por um profissional *expert*. Por mais que a perícia receba a definição de “prova”, esta não é considerada uma verdade absoluta, devendo ser cuidadosamente avaliada pelo juiz e por todos os agentes envolvidos. O perito é aquele que possui conhecimentos que não correspondem à alçada do juiz – que, em decorrência desse fato, dispõe de seu auxílio (ROVINSKI, 2013; SILVA, 2020).

De acordo com a escolha feita pelo juiz do perito que acompanhará o caso, o profissional só poderá solicitar escusas nas seguintes situações: falta de conhecimento técnico, impedimento e suspeição. Além da possível inabilidade técnica para proceder com a perícia, o profissional ficará impedido quando, por exemplo, ele mesmo seja parte do caso, tenha prestado depoimento, existam amigos e parentes de até terceiro grau envolvidos, ou ainda que tenha qualquer tipo de relação que não a de perito. Quanto à suspeição, consideram-se como motivos a amizade íntima com alguma das partes ou com advogados, o recebimento de presentes de pessoas que possuam interesse nas causas, o interesse no julgamento a favor da parte etc. (ROVINSKI, 2013; ROVINSKI, 2020).

Quando não houver motivos para a inoportunidade da perícia, o psicólogo, em termos técnico-procedimentais, deve conhecer a situação, isto é, efetuar a leitura processual, tomando ciência dos quesitos formulados pelo juiz. São perguntas a serem respondidas por meio do processo de avaliação psicológica, além de fatos que levaram à solicitação da avaliação, estabelecimento de honorários, complexidade do caso e demais históricos que permitam uma compreensão integrada da conflitiva instaurada. Por meio dessa leitura, o profissional julgará apta ou inapta sua participação enquanto perito, apresentando justificativa somente no caso da não participação em um prazo de cinco dias (ROVINSKI, 2013).

Posteriormente à primeira etapa, tem início o processo que abarca a avaliação psicológica propriamente dita. Trata-se de um trabalho com começo, meio e fim, no qual o profissional possui liberdade para a delimitação de técnicas e instrumentos a serem utilizados na realização da coleta, na integração dos dados e na elaboração do laudo, valendo-se da cientificidade, da pluralidade de informações e, principalmente, da ética profissional – uma vez que grande parte dos processos éticos no Conselho Federal de Psicologia (CFP) correspondem à irregularidade no processo de Avaliação Psicológica (ROVINSKI, 2013; MUNIZ, 2018; ZAIA; OLIVEIRA; NAKANO, 2018; SILVA, 2020).

Pontuado o trabalho do perito, é importante considerar a possível presença de outro profissional quando da instauração da conflitiva jurídica: o *Assistente técnico*. Enquanto o perito é

nomeado pelo juiz e responsável pela realização do laudo, o assistente técnico, contratado por uma das partes, realiza o parecer crítico do referido documento, expondo comentários, divergências e concordâncias devidamente fundamentados (ROVINSKI, 2013). Salienta-se que o parecer crítico não traz como prerrogativa a retaliação do trabalho do perito, mas apenas o laudo crítico em si, não anulando a perícia e nem, tampouco, agindo contra ela.

Perícia Psicológica e abuso sexual contra infância e juventude

Por definição, o abuso sexual consiste em uma relação de poder, por meio da qual o abusador satisfaz suas vontades sexuais envolvendo a relação de interesse com crianças e adolescentes, que ocorre tanto no âmbito intrafamiliar quanto no extrafamiliar, acarretando possíveis consequências amplas e cumulativas. Por vezes, há poucos sinais – ou nenhum, que nem sempre possibilitam ao profissional estabelecer relação direta de causa e efeito –, *sendo este um dos grandes pontos de ancoragem que deve reger a prática do psicólogo na perícia* [grifo nosso] (FLORENTINO, 2015; KAPPEL; FERREIRA; PORTELA, 2011; ROVINSKI; PELISOLI, 2019).

Em se tratando da delicadeza que permeia os (possíveis) casos de abuso sexual praticados contra crianças e adolescentes, cabe ao psicólogo uma visão ampla ante a coleta de dados, versando pela sua pluralidade, eximindo-se de julgamentos e perspectiva reducionista (relação de causa e efeito), uma vez que muitos sinais que podem aparecer em casos de abuso sexual são comuns a outros tipos de maus-tratos (alienação parental, por exemplo). É preponderante que o profissional se munície de conhecimentos sobre o desenvolvimento de linguagem, memória, personalidade, sexualidade humana e técnicas e instrumentos de avaliação psicológica, além da sensibilidade às condições sociais e culturais (ROVINSKI; PELISOLI, 2019).

Ao começar seu trabalho, o psicólogo realiza a(s) entrevista(s) com a criança ou o adolescente, e com outras fontes pertinentes à integração dos dados. Seu papel é acolher o indivíduo (possivelmente) abusado, de modo a facilitar sua expressão e maior articulação ao falar de si. Em um primeiro momento, crianças ou adolescentes podem demonstrar grandes níveis de ansiedade, ora negando a situação de abuso, ora afirmando, ou oscilando entre os dois tipos de resposta. Nesse momento, cabe ao profissional realizar entrevistas subsequentes, de modo a não tomar o primeiro relato como verdade única e, assim, ser um segundo autor de agressão conforme realiza uma avaliação malfeita, privando a criança ou o adolescente de um trabalho legítimo (HABIGZANG *et al.*, 2012; ROVINSKI; PELISOLI, 2019).

Na perícia psicológica realizada sob esse contexto, há outro fator que sustenta a liberdade técnica e, quiçá, a criatividade científica do psicólogo: a não existência de testes exclusivos de rastreio ou “constatação” de abuso sexual, exigindo o cuidado na seleção de técnicas e testes adequados para

seu público e objetivos. Testes não delimitam veracidade integral de uma informação, mas são recursos subsidiários em um processo de avaliação psicológica (ROVINSKI; PELISOLI, 2019).

No momento em que finaliza o processo de avaliação psicológica para fins periciais, o psicólogo elabora o laudo, respaldando-se ética e cientificamente para que este não tenda à invalidação, trabalhando em consonância com as solicitações jurídicas e contribuindo para a garantia integral dos direitos de crianças e adolescentes. Convém reforçar que seu papel não é afirmar a ocorrência ou não do abuso, mas fomentar, por meio de hipóteses tecnicamente articuladas, a decisão do magistrado (ROVINSKI; PELISOLI, 2019).

Perícia Psicológica e Disputa de Guarda

Outro contexto no qual a Perícia Psicológica é realizada envolve os casos de Disputa de Guarda. Em casos de litígio, o psicólogo perito, por determinação do juiz, avalia as pessoas que disputam a guarda da criança e, inclusive, estabelece contato com ela – uma vez que o melhor interesse será o dela (SHINE; FERNANDES, 2020).

Adentrando na avaliação propriamente dita, Lago e Bandeira (2008) afirmam que, quando há Disputa de Guarda, o primeiro passo é compreender a dinâmica familiar, a separação ocorrida e seus agentes motivadores, além da importante representação dos filhos para o casal.

Posteriormente à avaliação, respaldado ética e tecnicamente com a coleta de dados pluralizada, o perito confecciona o laudo e, então, subsidia a tomada de decisão do magistrado. Ressalta-se ainda que a parte (um dos cuidadores) pode solicitar o trabalho de um assistente técnico, cabendo ao perito o pleno conhecimento das tratativas rigorosas de análise da prova por parte dos agentes jurídicos – em especial, advogados das partes, que embasarão sua defesa sem o foco primário na saúde mental (SHINE; FERNANDES, 2020).

A Perícia Psicológica no contexto Penal

No que concerne à Perícia Psicológica no contexto penal, Gauer, Gauer e Costa (2020) dissertam sobre o uso desse processo na avaliação da (in)imputabilidade da pessoa que cometeu um delito, ou seja, avalia-se se o periciado é acometido por algum tipo de transtorno mental e se o mesmo gera comprometimentos em termos de discernimento e autodeterminação, que, por sua vez, acarretam a consumação do ato criminoso.

Para a realização da perícia psicológica, consideram-se as tratativas básicas do processo, isto é, torna-se importante que o psicólogo, após leitura processual, escolha criteriosamente os instrumentos e técnicas que subsidiarão seu trabalho. Além das entrevistas, dentre os instrumentos mais elencados, encontra-se o Método de Rorschach – este, por mais que seja considerado um recurso

de uso clínico, traz grandes contribuições em termos do funcionamento da personalidade. Em casos de avaliação do Transtorno de Personalidade Antissocial (TPA), recomenda-se, segundo a literatura, a Escala Hare (GAUER; GAUER; COSTA, 2020; SALVADOR-SILVA; HAUCK FILHO, 2020).

Tendo em vista que a Perícia Psicológica se constitui enquanto processo técnico e científico, convém, nesse momento, agregar à sua prática os conceitos amplos de avaliação psicológica, sobretudo como processo que, quando empregado no contexto penal, apresenta um objetivo aquém dos moldes lombrosianos, respaldando-se em um modelo psicossocial.

Isto posto, quando se menciona a inserção do psicólogo no contexto penal, apesar de existirem diferenças procedimentais entre perícia e exame criminológico (de entrada ou progressão de pena), é importante atrelar a essa prática uma forma de pensar respaldada na Criminologia Clínica, que considera todo o contexto social do sujeito que cometeu o delito, as pessoas que o circulam e a real motivação do ato, para, então, tecer compreensões totalizantes sobre o “delinquente” enquanto ser de aspirações e motivações (SÁ, 2015; SÁ, 2020).

Perícia Psicológica na Justiça do Trabalho

A Perícia na Justiça Trabalhista é, assim como nos outros contextos, requerida pelo juiz. A princípio, foi bastante realizada por médicos e engenheiros pelo fato de compreender questões de adoecimento e insalubridade laboral. No que concerne à Perícia Psicológica, trata-se de uma prática recente que tem como propósito o estabelecimento da existência, ou não, de um *nexo causal* entre situações do trabalho e seus efeitos na vida do indivíduo, em termos de saúde mental, envolvendo o adoecimento psíquico possivelmente concatenado aos acidentes laborais, assédio moral, sexual etc. (RIBEIRO, 2015; RABELO; SILVA, 2017; CRUZ, 2020).

Em termos práticos, a perícia psicológica na justiça trabalhista abarca quatro esferas: Psicologia jurídica (redação de laudos periciais, jurisprudência em saúde mental), Avaliação psicológica (técnicas em diagnósticos e instrumentos psicológicos), Saúde do trabalhador (aspectos clínicos e epidemiológicos) e Marcos legais e éticos (Resoluções, Códigos de saúde etc.) (CRUZ, 2020).

Por meio da prática pericial trabalhista, que engloba os quatro eixos supracitados, o psicólogo traça uma análise do vínculo “trabalho e adoecimento psíquico”, tomando o devido cuidado, na elaboração do laudo, com a confusão conceitual entre “nexo causal” e “nexo etiológico”, uma vez que o primeiro evidencia uma cadeia de acontecimentos cuidadosamente analisados como possíveis causadores ou potencializadores do adoecimento, enquanto o segundo é circunscrito, ou seja, origina o dano (RIBEIRO, 2015).

O processo de Perícia Psicológica no trabalho segue a mesma orientação técnica, ou seja, deve ser um processo científico devidamente fundamentado e que englobe informações preponderantes para a elaboração do laudo e futura decisão magistral, exigindo, dessa forma, a leitura inicial do processo, a compreensão dos quesitos e a avaliação propriamente dita, que abrange a escolha cuidadosa de instrumentos, a coleta de dados (aplicação de instrumentos, entrevistas e análise de documentos laborais), visitas técnicas e observações *in loco* (CRUZ, 2020).

MÉTODO

Este estudo compreende o desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica que consiste na ação do pesquisador em examinar, levantar e analisar o material existente, no que se refere ao foco de investigação – o tema proposto. Esse tipo de pesquisa se faz presente em estudos exploratórios, gênese de questionamentos que, por fim, justificam seus objetivos e contribuições (DI DOMENICO; CASSETARI, 2009).

Para a fundamentação teórica, foram empregadas diferentes referências, dentre elas, livros técnicos voltados à avaliação psicológica (conceituações gerais e ênfase no contexto jurídico) e outros direcionados ao estudo da violência contra a infância e a juventude, e à psicologia criminal. Além disso, foram utilizados artigos relacionados à Psicologia do Trabalho, Saúde do trabalhador e Ética em Psicologia.

Dentre as obras utilizadas, recebem destaque para a fundamentação deste trabalho, sem a redução de outros materiais aqui utilizados, os livros *Avaliação Psicológica no contexto Forense* (HUTZ *et al.*, 2020), *Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática* (HABIGZANG *et al.*, 2012), *Fundamentos da perícia psicológica forense*. (ROVINSKI, 2013) e *Violência sexual contra crianças e adolescentes: testemunho e avaliação psicológica* (ROVINSKI; PELISOLI, 2019).

Concretizado o escopo teórico desta pesquisa, os dados foram articulados no tópico *Discussão*, com o intuito de enaltecer a importância da prática de Avaliação Psicológica no contexto jurídico, em especial, da Perícia Psicológica Forense.

DISCUSSÃO

Considerando que a Avaliação Psicológica dispõe de um conceito amplo, torna-se importante a constante diferenciação dessa prática ante ao que seria um psicodiagnóstico (termo bastante debatido atualmente) ou uma testagem psicológica. O psicodiagnóstico consiste no emprego da

avaliação psicológica no contexto clínico, com obrigatoriedade do uso de testes psicológicos; por sua vez, a testagem psicológica se refere à pura aplicação de testes e é parte de um processo de avaliação psicológica (CUNHA, 2000; COHEN; SWERDLIK; STURMAN, 2014, HUTZ, 2015; KRUG; TRENTINI; BANDEIRA, 2016).

Estar atento a essas diferenciações permite ao profissional a compreensão de que a Avaliação Psicológica implica em um berço prático-conceitual que abrange diferentes contextos de aplicação e tem, conforme Cohen, Swerdlik e Sturman (2014), e Hutz (2015), os testes psicológicos enquanto recursos subsidiários. Assim, delimitadas tais fronteiras, permite-se a instauração de diferentes papéis do exercício profissional do psicólogo, seja na qualidade de perito, clínico ou alguém responsável somente pela aplicação de determinado teste/instrumento, isto é, incumbido de realizar a testagem psicológica.

Considerando a Avaliação Psicológica como processo técnico, científico, delimitado no tempo, ético e multicontextual, este trabalho visa fortalecer uma das áreas que mais adota essa prática: o campo jurídico. Nesse cenário, aborda-se, em grande escala, a realização das Perícias Psicológicas Forenses, atividade esta que apresenta particularidades em termos práticos, ao passo que é demandada por um profissional de outro campo do saber – o juiz enquanto operador de *direito* (ROVINSKI, 2013; CFP, 2018; ROVINSKI, 2020; SILVA, 2020).

Percebe-se que a delimitação da perícia como processo técnico evidencia a capacidade de a Psicologia exercer sua bagagem científica de modo direto, abalizado e que possui como cliente a justiça.

Ao aprofundar o exercício da Avaliação Psicológica no contexto Jurídico, sob a forma da Perícia Psicológica, nota-se a ampla aplicabilidade em diferentes situações, como é o caso de suspeita de Abuso Sexual no contexto da Infância e Juventude, bem como nas varas da Família, nas quais ocorrem disputas de guarda, contexto penal e até na Justiça Trabalhista (RIBEIRO, 2015; SÁ, 2015; RABELO; SILVA, 2017; ROVINSKI; PELISOLI, 2019; SHINE; FERNANDES, 2020; GAUER; GAUER; COSTA, 2020; CRUZ, 2020).

Com isso, a delimitação objetiva, porém não simplista, da perícia psicológica, quando aplicada às demandas da infância e da juventude, por exemplo, em casos em que há suspeita de abuso sexual, possibilita o fomento da decisão magistral em prol da garantia integral dos direitos das crianças e adolescentes, versando, assim, a progressão de sua saúde.

É importante destacar que tal prática requer atuação cuidadosa e não reducionista por parte do psicólogo, pois as consequências do abuso sexual são amplas e comuns a outras condições traumáticas. Sendo assim, é preciso cautela para não realizar uma avaliação baseada na relação “causa e efeito”, fundamentada em informações concretas que reduzam a criança ou o adolescente a simples

portadores de traumas (KAPPEL; FERREIRA; PORTELA, 2011; HABIGZANG, et al., 2012; ROVINSKI; PELISOLI, 2019).

Quanto à perícia psicológica realizada nas Varas da Família, por exemplo, em casos de disputa de guarda, a prática aborda, também, o bem-estar da criança como foco, mas sem desconsiderar a dinâmica familiar e as condições parentais de prover e garantir o conforto e a tranquilidade da prole. Isso fortifica o conceito técnico da perícia enquanto prática focal e objetiva, mas que, ao mesmo tempo, dispõe de um direcionamento compreensivo e totalizante ante o caso abordado (LAGO; BANDEIRA, 2008; SHINE; FERNANDES, 2020).

No contexto penal (Vara Criminal), conforme Gauer, Gauer e Costa (2020), e Salvador-Silva e Hauck Filho (2020), a Perícia Psicológica tem como objetivo direcionar a decisão magistral frente ao delito, ou seja, se o ato está a serviço, ou não, de condições psicopatológicas, relevando a questão da (in)imputabilidade do sujeito – prática esta que dispõe de diferentes técnicas e testes.

Evidencia-se, portanto, uma prática psicológica que se debruça, com acuidade, diante da pluralidade de fatores que exercem influência no *modus operandi* do ser humano. Essa visão, que remete à uma óptica integral da pessoa e que deve ser incorporada às práticas em psicologia, é reforçada pela perspectiva trazida por Sá (2015), ao considerar o sujeito enquanto "ser" possuidor de motivações, aspirações e condições pessoais, inscrito em um sistema social.

Por conseguinte, quando aplicada na justiça trabalhista, a Perícia Psicológica se embasa em quatro esferas – Psicologia Jurídica, Avaliação Psicológica, Saúde do Trabalhador e Aspectos Legais e éticos. Logo, com o intuito de estabelecer uma análise frente ao elo “trabalho e adoecimento psíquico”, a Perícia colabora, mediante a compreensão criteriosa do nexos causal e nexos etiológico, para decisões primordiais ante à garantia de direitos do trabalhador (RIBEIRO, 2015; RABELO; SILVA, 2017; CRUZ, 2020).

Consideradas as tratativas conceituais da Avaliação Psicológica enquanto processo, com uso no âmbito jurídico pautado na prática da Perícia Forense, percebe-se que sua própria aplicabilidade em um contexto específico apresenta ramificações em termos de objetivos, isto é, mostra-se, de maneira escalonada, como uma prática que, em uma mesma área, é pluralizada, portanto, de serventia múltipla, mas sem perder os meandros de seus propósitos.

Por fim, observa-se nas entrelinhas que, além do fato de o psicólogo perito possibilitar vias decisórias ao magistrado, há outro propósito que sustenta a importância de sua prática, comum a todas as demandas elencadas: colaborar com a garantia de direitos daqueles que chegam à justiça, por meio do arcabouço ético e científico da Psicologia – profissão esta que, independentemente do contexto no qual se insere, tem por obrigação uma prática que se oriente para o *fazer em prol (da) e pensar em saúde*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi discorrer sobre o uso da Avaliação Psicológica no âmbito jurídico, com ênfase na importância da Perícia Psicológica Forense aplicada às diferentes demandas que permeiam o contexto da Infância e Juventude, Família, Varas Criminal e do Trabalho.

Para atingir o objetivo proposto, primeiramente, realizou-se a delimitação conceitual de Avaliação Psicológica enquanto processo, salientando sua diferença frente ao Psicodiagnóstico e à Testagem psicológica. Caracterizou-se, então, a Avaliação Psicológica como processo científico e que abrange diversos contextos; o Psicodiagnóstico na qualidade de prática de avaliação clínica, que exige o uso de testes psicológicos; e, por fim, a Testagem enquanto aplicação propriamente dita de testes psicológicos – sendo esta uma prática individual ou que compõe uma das etapas do processo de Avaliação.

Posteriormente, foram tecidas considerações teóricas acerca do emprego da Avaliação Psicológica no contexto jurídico, voltando-se à prática da Perícia Psicológica Forense – processo este caracterizado como prova documental, realizada por meio de procedimentos técnicos, científicos e éticos, que objetivam subsidiar, em conjunto de outras informações multidisciplinares, a tomada de decisão magistral.

Adiante, foram elencadas diferentes demandas do contexto jurídico que exigem a realização da perícia – a Vara da Infância e Juventude, que mereceu especial atenção, especificamente no que diz respeito à suspeita de abuso sexual em crianças e adolescentes; a Vara da Família, com ênfase à Disputa de Guarda; a Vara Criminal, com foco na Perícia Psicológica para questões de (in)imputabilidade; e a Vara do Trabalho, cuja prática pericial abarca a compreensão da relação “trabalho e adoecimento psíquico”.

Delimitados os aspectos teóricos, a discussão posterior possibilitou a compreensão de que a Avaliação Psicológica enquanto prática multicontextual, mesmo quando abalizada em alguma área (no caso, a jurídica), dispõe de caráter matricial, ou seja, que se aplica em demandas distintas, sendo uma prática pluralizada e que apresenta como objetivo a garantia de direitos daqueles que chegam à justiça, representando, assim, uma forma de prestação de serviços à sociedade.

Destarte, este estudo consistiu em uma contribuição para o destaque da importância prática da Psicologia em seus diferentes contextos, notadamente no que concerne ao reconhecimento da pluralidade da Avaliação Psicológica, aqui sob a forma de Perícia Forense, na qualidade de meio de prestação de serviço à justiça e sociedade, versando a garantia integral de direitos das pessoas.

REFERÊNCIAS

- COHEN, R. J.; SWERDLIK, M. E.; STURMAN, E. D. **Testagem e Avaliação Psicológica: Introdução a Testes e Medidas**. 8ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2014.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CFP. **Resolução n. 9**, de 25 de abril de 2018. Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos – SATEPSI e revoga as Resoluções nº 002/2003, nº 006/2004 e nº 005/2012 e Notas Técnicas nº 01/2017 e 02/2017. Disponível em: <<https://atosoficiais.com.br/lei/avaliacao-psicologica-cfp?origin=instituicao>>. Acesso em: 17 mai. 2021.
- CRUZ, R. M. Perícia psicológica trabalhista. In: HUTZ, C. S. et al. (Orgs). **Avaliação Psicológica no Contexto Forense**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2020, p. 265-281.
- CUNHA, J. A. Fundamentos do Psicodiagnóstico. In: CUNHA, J. A. e Cols. **Psicodiagnóstico-V**. 5ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000, p. 23-31.
- DI DOMENICO, V. G. C.; CASSETARI, L. (2009). **Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia: uma introdução**. 4ª ed. São Paulo: Edicon.
- FLORENTINO, B. R. B. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal, Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p.139-144, ago. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922015000200139&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 mai. 2021.
- GAUER, G. J. C.; GAUER, P. I. S. M.; COSTA, D. I. (2020). Avaliação da imputabilidade penal/superveniência de doença mental. In: HUTZ, C. S. et al. (Orgs). **Avaliação Psicológica no Contexto Forense**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2020, p. 379-396.
- HABIGZANG, L. F. et al. Entrevista clínica com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. In: HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H. e Cols. **Violência contra crianças e adolescentes: teoria, pesquisa e prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2012, p. 221-231.
- HUTZ, C. S. O que é avaliação psicológica – métodos, técnicas e testes. In: HUTZ, C. S.; Bandeira, D. R.; TRENTINI, C. M (Orgs). **Psicométrica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2015. p. 11-22.
- KAPPEL, D. H., FERREIRA, M. H. M.; PORTELLA, I. (2011). O desenvolvimento da personalidade e a violência sexual. In: AZAMBUJA, M. R. F.; FERREIRA, M. H. M. e Cols. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 216-225.
- KRUG, J. S.; TRENTINI, C. M.; BANDEIRA, D. R. Conceituação de psicodiagnóstico na atualidade. In: HUTZ, C. S. et al. **Psicodiagnóstico**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2016, p. 16-20.
- LAGO, V. M.; BANDEIRA, D. R. As práticas em avaliação psicológica envolvendo disputa de guarda no Brasil. **Avaliação Psicológica**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 223-234, ago. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712008000200013&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 17 mai. 2021.
- MENDES, L. S. et al. Conceitos de avaliação psicológica: conhecimento de estudantes e profissionais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 428-445, 2013. Disponível

em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=S1414-98932013000200013>>. Acesso em: 17 mai. 2021.

MUNIZ, M. Ética na Avaliação Psicológica: Velhas Questões, Novas Reflexões. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, n. spe, p. 133-146, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1414-98932018000400133&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 18 mai. 2021.

RABELO, L. D.; SILVA, J. A. A perícia judicial como atuação do psicólogo do trabalho. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 69, n. 2, p. 230-237, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672017000200016&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 17 mai. 2021.

RIBEIRO, B. C. Perícias Psicológicas em saúde do trabalhador no âmbito da Justiça do Trabalho. In: XIV Encontro Nacional da ABET (Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP), 2015, Campinas, São Paulo, Brasil. Disponível em: <<http://abet2017.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Bruno-Chapadeiro-Ribeiro.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2021.

ROVINSKI, S. L. R. **Fundamentos da perícia psicológica forense**. 3ª ed. revisada e modificada. São Paulo: Vetor, 2013.

ROVINSKI, S. L. R.; PELISOLI, C. L. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: testemunho e avaliação psicológica**. São Paulo: Vetor, 2019.

ROVINSKI, S. L. R. O papel de perito e de assistente técnico. In: HUTZ, C. S.; *et al.* (Orgs). **Avaliação Psicológica no Contexto Forense**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2020. p. 41-54.

SÁ, A. A. **Criminologia Clínica e Execução Penal: Proposta de um Modelo de Terceira Geração**. 2ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

SÁ, A. A. Exame Criminológico. In: HUTZ, C. S. et al. (Orgs). **Avaliação Psicológica no Contexto Forense**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2020, p. 412-429.

SALVADOR-SILVA, R.; HAUCK FILHO, N. Avaliação de psicopatia no contexto forense. In: HUTZ, C. S. et al. (Orgs). **Avaliação Psicológica no Contexto Forense**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2020, p. 397-411.

SHINE, S.; FERNANDES, M. Avaliação em situações de regulamentação de guarda e direito de convivência. In: HUTZ, C. S. et al. (Orgs). **Avaliação Psicológica no Contexto Forense**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2020, p. 207-218.

SILVA, E. Z. M. Avaliação e perícia psicológica no contexto forense. In: HUTZ, C. S. et al. (Orgs). **Avaliação Psicológica no Contexto Forense**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2020, p. 55-69.

ZAIA, P., OLIVEIRA, K. S.; NAKANO, T. C. Análise dos Processos Éticos Publicados no Jornal do Conselho Federal de Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 38, n.1, p. 8-21, mar. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932018000100008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 17 mai. 2021.

12 - COMUNICAÇÃO DE MÁ NOTÍCIAS PARA GESTANTES DE RISCO: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Bárbara Pereira Gandur
Ana Cristina Araújo do Nascimento

INTRODUÇÃO

A gravidez é um momento de grandes mudanças fisiológicas, psicológicas e sociais para a mulher e toda a sua família. No entanto, em alguns casos podem ocorrer problemas gestacionais, o que justifica a importância do estudo da forma como notícias negativas serão transmitidas à gestante.

A gravidez de risco é aquela em que há possibilidades de que ocorram, ou em que já estão instauradas, condições inadequadas para o desenvolvimento normal da gestação, envolvendo riscos, inclusive de morte, para a mãe ou o bebê. Diversos fatores podem influenciar no desencadeamento de uma gestação de risco, como a idade materna e doenças cardíacas, entre outros fatores. Quando o profissional da saúde comunica uma má notícia, desencadeiam-se no paciente diversas reações, tanto emocionais como físicas. Dessa forma, é importante que o profissional da saúde responsável pela comunicação de más notícias à gestante considere os fatores envolvidos na situação e realize uma comunicação empática e com escuta acolhedora.

O objetivo deste trabalho é investigar os efeitos causados nas gestantes frente à comunicação de problemas gestacionais pelos profissionais da saúde. Frente ao pequeno número de investigações tratando sobre a comunicação de más notícias para gestantes, o presente estudo ganha relevância, pois pode contribuir para melhorar a comunicação de diagnósticos negativos. Dessa forma, este trabalho, além de apresentar aspectos importantes relacionados à forma de comunicação das más notícias no contexto apresentado, aponta para a necessidade de os profissionais da saúde apresentarem um olhar empático e acolhedor em relação às pacientes com problemas gestacionais, bem como para a necessidade da inclusão do tema comunicação de más notícias na formação dos profissionais da saúde.

Nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização teórica sobre os temas significado da gravidez para a mulher, situações de risco para as gestantes, sentimentos das gestantes que se encontram hospitalizadas, formas de comunicação e consequências da comunicação de más notícias pelos profissionais da saúde para gestantes de risco. Posteriormente, será explicado o método da pesquisa de campo (ou método da intervenção realizada) e serão apresentados os resultados, discutidos à luz da teoria.

REVISÃO DE LITERATURA

O significado da gravidez para a mulher

Durante a gestação, a mulher irá se reorganizar e vivenciar novas experiências, deixando seu papel de filha e assumindo também o papel de mãe, além de reajustar sua relação com o parceiro, ou seja, o casal passa de esposa e marido para um papel de parentalidade e sua posição socioeconômica (PICCININI *et al.*, 2008).

De acordo com Melo e Lima (2000), a mulher vivencia uma mudança central durante a gestação, que é a alteração da percepção de si própria. Esse aspecto interfere no desejo sexual tanto da mulher como do companheiro, podendo receber influência de aspectos culturais como a cisão entre maternidade e sexualidade, além de envolver uma questão de ambivalência, na qual a mulher e o homem passam a ter medo de machucar o bebê. No entanto, na relação corpo e sexualidade, vale enfatizar fatores como a maneira pela qual a mulher se apresenta no mundo, sua cultura e suas experiências.

As expectativas também são importantes durante a gestação, sendo a base das futuras relações. São criadas pela gestante e por sua família frente ao bebê que irá chegar, intensificando o vínculo mãe-bebê após o nascimento. As expectativas surgem no mundo interno da mãe, aumentando durante o segundo trimestre, quando o bebê começa a se movimentar, confirmando sua existência. Após o sétimo mês, começam a ser reduzidas, dando lugar ao bebê real. As expectativas apresentam repercussões positivas e negativas durante a gestação, sendo que as positivas estão relacionadas com a demanda que o bebê apresenta em ser desejado, auxiliando em sua estruturação psíquica, enquanto as negativas se relacionam à falta de uma identidade do bebê, pois a mãe não aceita a singularidade e a individualidade do filho (PICCININI *et al.*, 2012).

Considerando-se os aspectos citados anteriormente, destaca-se a importância dos acompanhamentos psicológicos durante o pré-natal e o pós-nascimento, possibilitando a conscientização e o empoderamento das gestantes frente a tomadas de decisões durante a gestação. O pré-natal psicológico irá auxiliar também na redução de estresse, ansiedades e tensões, favorecendo a redução da taxa de mortalidade infantil (PICCININI *et al.*, 2012).

Situações de risco para gestantes

No Brasil, há aproximadamente 3 milhões de nascimentos por ano, sendo 18.000 com alguma anomalia congênita (GUERRA; MIRLESSE; BAIÃO, 2011). No entanto, de 15% a 20% dos casos de gravidez diagnosticados acabam em uma interrupção espontânea (GRAÇA, 2018). Tanto no caso da perda como da malformação gestacional, é necessário um olhar do profissional da saúde para o

apego materno-fetal e para o investimento nessa relação durante a gestação. Quando a mulher se depara com a perda gestacional, passa por diversos lutos, devido à perda do bebê, da identidade materna e do futuro idealizado. Já no caso da malformação, a mulher se depara também com o luto pelo filho perfeito e idealizado, que precisa ser vivenciado (GRAÇA, 2018).

O processo de perda e de malformação gestacional acarreta sentimentos de angústia, ansiedade, depressão e sofrimento, sendo necessária a elaboração de um luto, mesmo quando não há morte. As maneiras de enfrentamentos de cada indivíduo estão relacionadas a fatores vivenciados, personalidade da mãe, apoio social e relacionamento conjugal, entre outros, além de condições internas como medo, crenças pessoais, suporte e recursos materiais (BORGES; PETEAN, 2018).

O processo de superação do diagnóstico não está relacionado apenas à mulher, mas também ao gerenciamento do casal. De acordo com Nascimento (2006), há estágios específicos nesse processo, que são choque, negação, tristeza, equilíbrio e reorganização. Vale ressaltar também que a maneira como se informa o diagnóstico à família interfere em como seus membros irão reagir. Nascimento (2006) aponta que os fatores que influenciam na reação familiar são a condição da doença, o contexto em que a informação foi apresentada, a participação dos familiares e como foi realizada a informação pelo profissional da saúde. A autora comenta que a maneira mais eficaz de transmitir más notícias é pelo planejamento do melhor momento para a comunicação, além de se observar a necessidade da família em relação ao suporte emocional.

Sentimentos das gestantes hospitalizadas

Quando o diagnóstico de risco é informado à gestante, a ansiedade, já natural nesse estado, é aumentada, acrescida pelo sofrimento em relação às expectativas da saúde do filho. No entanto, em alguns momentos o sofrimento dessas gestantes é banalizado pelos profissionais de saúde (OLIVEIRA; MANDÚ, 2015).

No caso de hospitalização por diagnóstico de risco, há evidências de que mulheres que já sofrem com a ansiedade anteriormente à gestação podem apresentar dificuldades de adequação do vínculo materno ou de responder de maneira adequada aos seus bebês, o que pode ser prejudicial ao desenvolvimento infantil. Esse índice pode se elevar em mulheres com menor escolaridade, sem trabalho remunerado, com renda familiar mais baixa, que não planejaram ou não desejaram a gravidez e quando sofrem violência física na gestação (FIOROTTI *et al.*, 2019).

Intensificando os sentimentos negativos trazidos pela gestante frente à gravidez de risco, durante a hospitalização a paciente deixa de ser chamada pelo nome e passa a ser identificada pelo número do leito. Muitas vezes as gestantes são assistidas de forma mecânica e seus sentimentos são ignorados. Todos esses fatores auxiliam no aumento do nível de ansiedade frente ao que a espera, e

essa ansiedade pode ser camuflada por sentimentos como irritação, agressividade, raiva, frustração, entre outros (GOMES; FRAGA, 1997).

A intensificação dos sentimentos pela hospitalização é favorecida porque durante a gestação as mulheres apresentam, além das alterações estéticas e fisiológicas, alterações psicológicas devido ao novo papel social, o de ser mãe. Nesses casos, quando há necessidade de hospitalização, ocorrem modificações nos âmbitos familiar e do trabalho, além dos sentimentos de medo, ansiedade e solidão que acompanham a gestante (SILVA *et al.*, 2013).

A hospitalização desencadeia uma conscientização da patologia ou de seu agravo, sendo um fator estressante para a gestante, causando também uma perda da autonomia e do controle tanto do seu corpo como da gravidez (SILVA *et al.*, 2013). No entanto, a hospitalização também está relacionada à visão do hospital como local que oferece suporte tecnológico à gestação (SOUZA, 2010). Esses dois olhares para a hospitalização geram um sentimento de ambivalência na gestante, que pode vir a agravar os sentimentos já vivenciados, além do impacto sobre a construção da identidade materna (SOUZA, 2010).

Comunicação de más notícias pelos profissionais da saúde

Antigamente, como explica Barros (2002), o adoecer era resultante de transgressões de natureza individual ou coletiva. Dependendo do local e da cultura, determinada crença era colocada em prática, buscando-se a cura mediante a ação de sacerdotes, feiticeiros ou xamãs que dominavam conhecimentos sobrenaturais. Atualmente, ainda se encontram, em alguns locais ou culturas, esses tipos de tratativas às doenças.

Com o tempo, o enfoque mudou das forças sobrenaturais para a doença. Hipócrates (460-377 a.C.), considerado o pai da medicina, propôs a teoria dos humores, que apresentava a saúde como fruto de um equilíbrio entre os humores do corpo e a doença como seu oposto (BARROS, 2002).

O modelo biomédico, utilizado atualmente, tem suas raízes no Renascimento. Esse modelo apresenta um olhar direto, unicausal, mecanicista e reducionista da doença, buscando apenas a compreensão da relação imediata de causa e efeito, não se preocupando com o contexto social e emocional (CUTOLO, 2006).

O maior problema do modelo biomédico é seu aspecto explicativo, deixando de lado as reações psicológicas dos pacientes e os problemas socioeconômicos associados à doença (BARROS, 2002). Atualmente, a rapidez nos atendimentos e a falta de vínculos bem estabelecidos na sociedade se fazem sentir também no âmbito da saúde. Esse aspecto é evidenciado no cumprimento das responsabilidades clínicas pelo profissional da saúde, voltado ao tratamento da patologia e secundarizando os aspectos sociais e psicológicos do paciente (MIRANDA; SOARES, 2014).

Isso posto, observa-se a necessidade de os profissionais da saúde serem dotados de competência técnica para a comunicação interpessoal, possibilitando assim maior humanização e eficácia na tratativa com o paciente. Uma relação profissional-paciente bem estabelecida, com um olhar humanizado, facilitaria a adesão, bem como a aceitação do tratamento, possibilitando a cura do ser humano e não apenas da doença (MIRANDA; SOARES, 2014).

De acordo com Caprara e Rodrigues (2004), há uma necessidade de os profissionais da saúde desenvolverem uma comunicação mais efetiva com os pacientes, possibilitando melhor qualidade da relação. A comunicação bem estabelecida entre médico e paciente traz benefícios para todos os envolvidos na relação, favorecendo ao paciente a participação nas decisões clínicas, proporcionando-lhe satisfação com o atendimento e maior adesão ao tratamento. Já para o médico, o benefício se reflete na satisfação profissional, além da redução dos conflitos entre médico, paciente e familiares.

Quando se trata da comunicação de más notícias, os aspectos citados anteriormente são intensificados, pois esse tipo de comunicação está relacionado a situações que podem afetar de maneira negativa o futuro das pessoas envolvidas (FONTES *et al.*, 2017). Como observado por Fontes *et al.* (2017), a comunicação de más notícias pela equipe pode desencadear sentimentos e reações negativos. Uma comunicação mal realizada nunca será esquecida pelo paciente e por seus familiares, que tampouco perdoarão o profissional que a realizou. De acordo com Neto *et al.* (2013, p. 522), “o tempo não atenua a percepção dos pacientes em relação à qualidade da comunicação da má notícia”.

Vale ressaltar que a comunicação de más notícias não está relacionada apenas à comunicação de morte, mas também a procedimentos invasivos, tratamentos paliativos longos e dolorosos e situação terminal, ou seja, situações que colocam em risco a qualidade de vida do paciente (SOUTO; SCHULZE, 2019).

Em se tratando de comunicação a gestantes e familiares, é importante que o profissional da saúde enfatize que o diagnóstico não finaliza um sonho, mas o ressignifica com o tempo. Também é importante que o profissional tenha em consideração as demandas emocionais e os valores culturais da mulher frente à maternidade, podendo assim auxiliar a gestante a encontrar maneiras de levar adiante a gestação (GUERRA; MIRLESSE; BAIÃO, 2011).

Em 1992, foi publicado por Buckman um protocolo para a comunicação de más notícias (Protocolo Spikes), ainda utilizado pelos profissionais da saúde. Esse protocolo é composto por seis etapas: preparação para o encontro, percepção, convite (perceber o quanto o paciente quer saber sobre a doença), conhecimento, emoções e estratégia/resumo (GAZZOLA; LEITE; GONÇALVES, 2020)

É importante que a comunicação de más notícias à família que seja feita de modo a ampará-la e orientá-la. No entanto, o profissional da saúde deve se atentar ao paternalismo e à superproteção

em relação à família, respeitando sua escolha e valorizando com empatia a forma como ela se prepara para a perda do filho (GAZZOLA; LEITE; GONÇALVES, 2020).

Segundo Gazzola, Leite e Gonçalves (2020), o protocolo deve ser levado em consideração nas tomadas de decisão da comunicação; no entanto, cada paciente é um indivíduo diferente. Vale ressaltar que, em casos de gestação com malformação em que a criança venha a nascer, o profissional de saúde deve considerar o aspecto dos cuidados paliativos, possibilitando que os pais tenham contato com o bebê pelo tempo possível em um ambiente acolhedor e respeitoso. Dessa forma, por meio dos cuidados paliativos, é garantida ao bebê uma morte digna.

MÉTODO

A pesquisa realizada neste trabalho é exploratória e bibliográfica, voltada à revisão integrativa sobre o tema em estudo. A coleta de dados foi embasada nas duas primeiras etapas propostas por Mendes, Silveira e Galvão (2008):

- 1) Identificação do tema ou questão de pesquisa: a pesquisa foi realizada a partir da formulação clara de um problema a ser respondido, relacionado aos objetivos da pesquisa;
- 2) Estabelecimento de critérios de inclusão/exclusão de estudos para composição da amostra de fontes bibliográficas: as bases de dados utilizadas foram BVS (Biblioteca Virtual em Saúde Brasil), SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e Catálogo de Teses e Dissertações CAPES. As palavras-chave utilizadas na busca foram “comunicação, más notícias, gestação, gestação de risco e psicologia”. Atendendo aos critérios de pesquisa, foram selecionados artigos e dissertações brasileiros publicados em plataformas *online*. Não foi estabelecido período específico para as publicações.

Para o procedimento de análise de dados, foram utilizadas as etapas subsequentes também propostas por Mendes, Silveira e Galvão (2008):

- 3) Categorização dos estudos: definições de informações a serem extraídas das fontes bibliográficas selecionadas. Nesta etapa foram estabelecidas as categorias de análise, relacionadas diretamente ao problema de pesquisa e aos objetivos (gerais e específicos);
- 4) Avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa: fase de elaboração do resultado da pesquisa, obtido a partir das informações e respostas para cada categoria definida na terceira etapa. Os resultados estão divididos em duas categorias principais: (a) aspectos formais dos artigos, relacionados a número de fontes bibliográficas encontradas, ano de publicação, quantidade de publicações, revistas que mais publicaram e (b) aspectos do conteúdo, que

abordam informações qualitativas diretamente relacionadas aos objetivos específicos da pesquisa.

- 5) Interpretação dos resultados: nesta etapa é apresentada a discussão dos resultados obtidos na pesquisa, comparando-se os resultados com os conhecimentos teóricos já existentes e desenvolvendo-se uma conclusão para a pesquisa, além da identificação de lacunas e a apresentação de implicações em relação aos objetivos da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação dos resultados foi dividida em aspectos formais e aspectos de conteúdo. Para melhor organização, foi estabelecido um código de identificação para os artigos e dissertações selecionados, sendo (A) = artigo e (D) = dissertação.

A partir da pesquisa de fontes bibliográficas nas bases de dados, foram selecionados 13 artigos científicos e duas dissertações. Dessas 15 fontes bibliográficas selecionadas, seis artigos e uma dissertação foram pesquisados na base de dados Scielo, sete artigos foram selecionados da base de dados BVS e nenhuma dissertação foi selecionada dessa base de dados. Uma dissertação foi encontrada na base de dados CAPES, e não foram encontradas teses nas pesquisas realizadas.

Os 15 estudos selecionados, compreendendo artigos e dissertações, foram produzidos entre o ano de 2009 e 2020. Nos anos de 2009, 2011, 2012 e 2013 apenas um estudo foi publicado em cada ano, ou seja, 6,67% dos estudos selecionados. Em 2016, foram publicados dois estudos selecionados, ou seja, 13,33%. Em 2017 e 2018 foram publicados, em cada ano, três estudos selecionados, representando 20% dos estudos em cada ano respectivo. Em 2019 foram publicados dois estudos selecionados, representando 13,33% e, por fim, em 2020 foi publicado apenas um estudo selecionado, ou seja, 6,67%.

Ao se relacionar números e porcentagem de periódicos com cidades e Estados, observou-se que no Estado de São Paulo houve uma publicação pela Revista da SPAGESP, na cidade de Ribeirão Preto (7,69%), uma pela Revista Sociedade Brasileira de Clínica Médica, na cidade de São Paulo (7,69%) e uma pela revista Estudos de Psicologia (7,69%), na cidade de Campinas. No Distrito Federal, na cidade de Brasília, houve a publicação pela Revista Brasileira de Educação Médica de dois estudos selecionados (15,39%), e pela Revista Bioética de três estudos selecionados (23,09%).

No estado de Minas Gerais houve uma publicação pela Revista Mineira de Enfermagem (7,69%), na cidade de Belo Horizonte, e uma publicação pela Revista Médica de Minas Gerais (7,69%), na cidade de Juiz de Fora. No estado do Rio de Janeiro, na cidade do Rio de Janeiro, houve uma publicação pela revista Cadernos de Saúde Pública (7,69%) e uma publicação pela revista

Ciência e Saúde Coletiva (7,69%). Por fim, no Estado do Mato Grosso do Sul, na cidade de Campo Grande, houve uma publicação pela Revista Psicologia & Saúde (7,69%).

O Quadro 1 apresenta as informações sobre os artigos, relacionando autores e títulos das publicações selecionadas.

Quadro 1 – Informações sobre autor, título e objetivos dos estudos.

CÓDIGO	AUTOR	TÍTULO
A01	BORGES, M. M.; PETEAN, E.B.L.	Malformação fetal: enfrentamento materno, apego e indicadores de ansiedade e depressão.
A02	DARZE, O. I. S. P.; JÚNIOR, U.B.	Uma proposta educativa para abordar objeção de consciência em saúde reprodutiva durante o ensino médico.
A03	GAZZOLA, L. P. L.; LEITE, H. V.; GONÇALVES, G. M.	Comunicando más notícias sobre malformações congênitas: reflexões bioéticas e jurídicas.
A04	FREIBERGER, M. H.; CARVALHO, D.; BONAMIGO, E. L.	Comunicação de más notícias a pacientes na perspectiva de estudantes de medicina.
A05	KOCH, C. L.; ROSA, A. B.; BEDIN, S. C.	Más notícias: significados atribuídos na prática assistencial neonatal/pediátrica.
A06	ROCHA, L. <i>et al.</i>	A comunicação de más notícias pelo enfermeiro no cenário do cuidado obstétrico.
A07	DINIZ, S.S. <i>et al.</i>	Comunicação de más notícias: percepção de médicos e pacientes.
A08	SOUTO, D.C.; SCHULZE, M.D.	Profissionais de Saúde e comunicação de más notícias: experiências de uma unidade neonatal.
A09	OSTERMANN, A. C. <i>et al.</i>	Perspectivas otimistas na comunicação de notícias difíceis sobre a formação fetal.
A10	NETO, J. A. C. <i>et al.</i>	Profissionais de saúde e a comunicação de más notícias sob a óptica do paciente.
A11	NONINO, A.; MAGALHÃES, S. G.; FALCÃO, D. P.	Treinamento Médico para Comunicação de Más Notícias: Revisão da Literatura.
A12	GUERRA, F. A. R.; MIRLESSE, V.; BAIÃO, A. E. R.	A comunicação de más notícias durante o pré-natal: um desafio a ser enfrentado.
A13	CUNHA, A. C. B. <i>et al.</i>	Diagnóstico de malformações congênitas: impactos sobre a saúde mental de gestantes.
D1	VASCONCELOS, L.	Impacto da malformação fetal: enfrentamento e indicadores afetivos da gestante.
D2	KRIEGER, M. V.	Comunicação de más notícias em saúde: contribuições à discussão bioética através de uma nova Ética das Virtudes.

Fonte: dados da pesquisa.

Entre os artigos e dissertações selecionados, quanto à metodologia empregada, 10 estudos são pesquisas de campo, sendo nove artigos (A1, A2, A4, A5, A7, A8, A9, A10 e A13) e uma dissertação (D1). Cinco estudos são pesquisas bibliográficas, sendo quatro artigos (A3, A6, A11 e A12) e uma dissertação (D2).

Em relação aos objetivos, os estudos estão voltados para ansiedade e depressão das gestantes (A01), avaliação e apresentação de técnicas de ensino da comunicação de más notícias para os profissionais da saúde (A02, A04 e A11), relação profissional da saúde e paciente (A03 e D2), análise das formas de comunicação de más notícias pelos profissionais da saúde e avaliação da qualidade da comunicação (A05, A06, A07 e A10), formas de enfrentamento tanto dos profissionais da saúde como das gestantes frente às más notícias (A08 e D1), análise do impacto para as gestantes e seus familiares frente à comunicação de más notícias e maneiras de comunicação que possibilitem facilitar e abrandar para as gestantes a vivência desse momento difícil (A09, A12 e A13).

Entre as pesquisas de campo apresentadas no Quadro 1, três estudos são de natureza qualitativa, sendo três artigos (A5, A8 e A9), e seis estudos são de natureza quantitativa, sendo cinco artigos (A1, A2, A4, A7 e A10) e uma dissertação (D1). Observou-se também um estudo de natureza quantitativa-qualitativa, sendo este um artigo (A13).

Entre as 10 pesquisas de campo selecionadas, três estudos (A01, A13 e D1) foram realizados apenas com gestantes, em hospitais e ambulatórios públicos, com participantes entre 17 a 43 anos. Dois estudos (A02 e A04) foram realizados com acadêmicos de medicina em uma instituição na Bahia e outra em Santa Catarina. Três estudos (A05, A07 e A08) foram realizados com profissionais da saúde, em setores materno-infantil de hospitais públicos e privados. Por fim, três estudos (A07, A09 e A10) foram realizados com participantes em geral com idade acima de 14 anos, sendo um realizado em instituições de saúde pública e privada (A07), um no setor materno-infantil hospitalar (A09) e um com a população de Juiz de Fora – MG (A10).

Os estudos apresentam discussões sobre o modo de enfrentamento das más notícias pelas gestantes (A01, A03, A10, A13 e D1), depressão e ansiedade das gestantes (A01, A13 e D1), metodologia e forma de ensino para profissionais da saúde na comunicação de más notícias (A02, A04, A05, A06, A08 e A11), relação profissionais da saúde e paciente (A03, A07, A09, A10, A12 e D2), protocolos de comunicação utilizados pelos profissionais (A03, A04, A08 e A10) e modo de enfrentamento dos profissionais da saúde frente à comunicação de más notícias (A05, A07, A08, A10 e A13).

O Quadro 2 apresenta os protocolos de comunicação utilizados pelos profissionais de saúde.

Quadro 02 – Relação dos estudos que apresentam os protocolos de comunicação utilizados pelos profissionais da saúde.

CÓDIGO	PROTOCOLO UTILIZADO
A03	O estudo apresenta a utilização do protocolo Spikes do autor Buckman, com 06 etapas, sendo elas a preparação para o encontro, a percepção, o convite, o conhecimento, emoções e estratégias/resumo. No entanto, quando se trata da neonatologia, o recém-nascido não tem autonomia para escolher o que é melhor para ele, podendo haver divergência entre a escolha parental e a da equipe de saúde.
A04	O estudo questiona o conhecimento dos estudantes de medicina sobre o protocolo Spikes. Quase 1/3 dos estudantes dos primeiros períodos e todos os estudantes dos últimos períodos da graduação afirmaram conhecer o protocolo. Os alunos também relataram que o protocolo auxilia na comunicação de más notícias, sendo adaptável para diferentes situações.
A05	Os dados do estudo mostram que os entrevistados não utilizam nem reconhecem a validade dos protocolos, devido à dificuldade em normatizar e uniformizar o momento da comunicação de más notícias, pois esse é único. O autor apresenta o protocolo Spikes e a religiosidade como modo de amparo utilizado pelo profissional.
A06	O estudo não apresenta um protocolo específico para utilização. No entanto, propõe que a comunicação deve ser feita de forma clara e gradual, após a percepção do estado emocional da mulher. Assim, não há uma técnica universal na comunicação da má notícia, mas essa comunicação deve ser embasadas na Bioética.
A07	O estudo cita o protocolo Spikes para auxiliar a comunicação de más notícias. O autor também propõe que essa comunicação deve ser realizada sem pressa, sendo importante que o médico tenha sensibilidade para perceber o quanto de informações o paciente consegue receber naquele momento, além de identificar se há necessidade de acompanhamento de um familiar para dar suporte emocional ao paciente.
A08	Os profissionais que participaram do estudo relataram não utilizar nenhum protocolo específico para realizar a comunicação. Utilizam-se da compreensão empática com o paciente e seus familiares, além de desenvolver a intuição para o momento da comunicação. Consideram também que não existe uma técnica específica para comunicar más notícias, mas sim uma adequação da técnica para cada caso. No entanto, o autor do estudo apresenta o protocolo Spikes como norteador para a prática da comunicação.
A10	O estudo apresenta o protocolo Spikes como um dos mais conhecidos no âmbito de comunicação de más notícias, o qual apresenta recomendações de como os profissionais devem proceder, ensinando a prática e diminuindo o estresse do profissional da saúde.
A12	O estudo não apresenta um protocolo específico para a comunicação de más notícias as gestantes. No entanto, reconhece que a comunicação desse tipo de notícia pode gerar um momento de muita ansiedade, sendo necessário que essa comunicação seja realizada presencialmente, com tempo e atenção à paciente, criando mecanismos que facilitem a compreensão do diagnóstico e que minimizem os impactos psicológicos na gestante, oferecendo suporte emocional.
A13	O estudo não apresenta um protocolo específico, mas indica que é importante que o profissional assuma uma postura empática, oferecendo informações claras e possíveis de compreensão pela gestante e por seus familiares, além de oferecer suporte emocional, respeitando a dor e a angústia desencadeadas pela comunicação do diagnóstico.
D2	O estudo apresenta o protocolo Spikes e as etapas a serem seguidas pelo médico para realizar a comunicação de más notícias. O trabalho também apresenta um protocolo mais simples que o anterior, chamado ABCDE, que auxilia o médico no manejo do sofrimento dos pacientes a partir da expressão dos sentimentos. Deve-se fornecer as informações básicas ao paciente, identificar riscos eminentes, como de suicídio, antecipar dúvidas e reduzir os sentimentos de abandono do médico em relação ao paciente.

Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com o Quadro 02, observa-se que, dos 15 estudos selecionados, 10 (66,67% - Tabela 01) apresentam protocolos utilizados pelos profissionais da saúde para realizar a comunicação de más notícias. Desses 10 estudos, seis deles (A03, A04, A05, A07, A08 e A10) demonstram que os profissionais da saúde utilizam o protocolo Spikes como base teórica para realizar a comunicação de má notícia. Esse protocolo é dividido em seis fases ou etapas, como já mencionado: preparação para o encontro, percepção, convite, conhecimento, emoções e estratégia/resumo. A primeira fase é a preparação do ambiente para realizar a comunicação, focando em sigilo e privacidade, empatia e acolhimento. A segunda fase é a análise da percepção do paciente frente sua saúde e as possibilidades futuras. A terceira fase consiste em analisar o quanto o paciente deseja saber sobre a doença. Na quarta fase é realizada a comunicação, buscando uma fala empática, realista e acolhedora. A quinta fase consiste no amparo emocional do profissional para o paciente, independente da reação deste. Por fim, na sexta fase há o desenvolvimento de estratégias para conduzir o tratamento, buscando minimizar a dor e a ansiedade do paciente (KRIEGER, 2017).

Três dos estudos (A06, A12 e A13) não apresentaram um protocolo específico, mas indicaram uma postura adequada aos profissionais para realizar a comunicação da má notícia, com empatia, oferta de suporte emocional ao paciente e comunicação presencial que possibilite a compreensão do paciente frente ao diagnóstico, com embasamento na bioética.

Um estudo (D2) apresentou, além do protocolo Spikes, outro tipo de protocolo, o ABCDE. Este último possibilita uma expressão das emoções do paciente: A – saber o que o paciente sabe e se preparar emocionalmente para a comunicação; B – organizar o ambiente, tanto o emocional quanto o físico, para a comunicação; C – expressar-se com clareza e de forma empática com o paciente; D – ser capaz de lidar adequadamente com as reações emocionais do paciente; E – possibilitar que o paciente se expresse emocionalmente, além de auxiliá-lo na compreensão de sua situação (KRIEGER, 2017).

Verificou-se que, dos 15 estudos selecionados, seis (40% - Tabela 01) apresentam modos de enfrentamento e reações. Outros quatro estudos (A03, A06, A12 e A13) demonstraram que as gestantes que recebem uma má notícia, como malformação do feto ou perda gestacional, passam pelo processo de luto do filho ou da gestação idealizados. Ao receber o diagnóstico, sofrem com sua negação, posteriormente se adaptam à notícia e, por fim, o aceitam. Dois estudos (A01 e D1) analisaram a forma como as gestantes enfrentam um diagnóstico negativo na gestação, revelando que a maioria delas utiliza as práticas religiosas como meio de enfrentamento, apegando-se à fé para conseguir passar pelo processo de luto do filho ou da gestação idealizados.

O Quadro 3 apresenta os indicadores de depressão e ansiedade das gestantes ao receber uma má notícia.

Quadro 03 – Relação de estudos que apresentam a relação dos indicadores de depressão e ansiedade das gestantes quando recebem uma má notícia.

CÓDIGO	DEPRESSÃO E ANSIEDADE
A01	Das 33 gestantes, 15 apresentaram níveis de ansiedade e 10 apresentaram depressão.
A12	Foi observado no estudo que o recebimento de más notícias pelas gestantes pode elevar muito seu grau de ansiedade, devido às incertezas quanto ao futuro da gestação. No entanto, também foi observado que o diálogo da gestante com um médico especialista pode auxiliar no alívio dessa ansiedade, oferecendo mais clareza ao diagnóstico e quanto ao futuro da gestação.
A13	Neste estudo, todas as gestantes apresentaram índices significativos de ansiedade e 78% delas apresentaram índices de depressão, sendo a maioria com sintomas leves. Na comparação dos trimestres, os indicadores emocionais de depressão e ansiedade foram mais significativos nas gestantes que receberam a comunicação de diagnóstico de malformação congênita no segundo trimestre.
D1	Neste estudo, 40,7% das gestantes apresentaram indicadores de ansiedade moderada, 14,8% ansiedade grave, 11,1% ansiedade mínima e 33,3% ansiedade leve. Já em relação a indicadores de depressão, 40,7% das gestantes não apresentaram sinais, 37,1% apresentaram sintomas de depressão leve e 22,2% depressão moderada.

Fonte: dados da pesquisa

O Quadro 03 expõe os estudos que apresentam a relação dos indicadores de depressão e ansiedade das gestantes diante da comunicação de má notícia. Dos 15 estudos selecionados, quatro (26,67% - Tabela 01) apresentam esses indicadores.

Três estudos (A01, A13 e D1) mostraram que as gestantes que receberam más notícias apresentaram indicadores de ansiedade e depressão elevados. Um estudo (A12) demonstrou que as gestantes apresentaram apenas indicador de ansiedade elevado. Esses indicadores se apresentam elevados devido à incerteza em relação ao futuro da gestação. Também foi verificado que, quando a comunicação do mau diagnóstico se dá no segundo trimestre de gestação, esses indicadores são mais elevados.

Verificou-se que, dos 15 estudos selecionados, seis (40% - Tabela 01) apresentam metodologias de ensino para profissionais da saúde para a aprendizagem de comunicação de más notícias. Dois estudos (A04 e A05) apresentaram metodologias como dramatização, *role-play*, *workshops*, aulas expositivas, vídeos e filmes didáticos. Dois estudos (A07 e A08) não apresentaram uma metodologia específica, mas indicaram que os profissionais normalmente aprendem pela observação de outros profissionais, além do aprendizado a partir de estágios práticos e de experimentações durante a comunicação. Por fim, um estudo (A02) apresentou a importância do conhecimento da objeção de consciência dos profissionais da saúde durante a comunicação da má notícia, ou seja, saber os direitos de escolha do médico e do paciente, e um estudo (A11) indicou a

utilização da Internet como ferramenta de redução de gastos no ensino, além de facilitar o acesso pelos profissionais.

O Quadro 4 apresenta a relação profissional da saúde-paciente nos estudos analisados.

Quadro 04 – Relação de estudos que apresentam a importância da relação profissional da saúde-paciente.

CÓDIGO	RELAÇÃO PROFISSIONAL DA SAÚDE – PACIENTE
A03	O estudo apresenta a importância da relação médico-paciente frente à autonomia de escolha do paciente, prezando a comunicação verdadeira do profissional.
A05	O autor apresenta que a comunicação de más notícias extrapola o ato de comunicar uma informação, pois o profissional compartilha o momento com o paciente e familiares, influenciando diretamente na saúde e no bem estar de todos os envolvidos.
A06	O estudo trata do profissional da enfermagem e afirma que uma boa relação enfermeiro-paciente influencia a comunicação dos acontecimentos, sendo importante para o profissional observar o não verbal do paciente para compreender melhor suas emoções e reações.
A07	O estudo aponta que a relação médico-paciente é embasada na confiança e esse aspecto está relacionado com a escolha do médico pelo paciente. A confiança na relação médico-paciente determina o vínculo construído entre eles, e quando este é satisfatório o grau de satisfação do paciente em relação ao médico é maior. O estudo também reafirma a importância de o paciente exercer sua autonomia nas escolhas.
A09	A relação médico-paciente pode sofrer interferência quando ocorre uma comunicação de um diagnóstico anormal do bebê. É importante que o profissional busque abrandar o impacto da notícia evidenciando aspectos positivos, como assistência, confiança, atenção individualizada e escuta para auxiliar o paciente no momento de dor e sofrimento.
A12	De modo geral, o artigo indica que a relação médico-paciente deve ser embasada na comunicação clara entre os dois lados, com confiança e possibilidade de encontros pessoais para a comunicação de diagnósticos, além de o profissional da saúde realizar um acolhimento à gestante após a comunicação da má notícia.
D2	O estudo propõe que a qualidade do cuidado médico está relacionada com a interação médico-paciente. No entanto, observa-se que, na maioria das vezes, essa interação é frustrante para ambas as partes. Alguns obstáculos que podem estar relacionados à dificuldade na interação são envolvimento emocional, diferença de posição social, diferença de conhecimento e dificuldades de compreensão do paciente devido à falta de conhecimento clínico.

Fonte: dados da pesquisa

O Quadro 04 expõe os estudos que apresentam a importância das relações profissionais da saúde-paciente durante a comunicação de más notícias. Dos 15 estudos selecionados, oito (53,33% - Tabela 01) apresentam a importância dessas relações. Dois estudos (A03 e A07) demonstraram que, para uma relação profissional da saúde-paciente adequada, é importante que o paciente tenha

autonomia nas escolhas de seu tratamento. Quatro estudos (A05, A06, A09 e A 12) enfatizaram o acolhimento das gestantes durante a comunicação da má notícia, além da necessidade de valorizar os pontos positivos do diagnóstico e de observar a fala não verbal da gestante para compreender melhor suas emoções e reações. Dois estudos (A07 e A12) pontuaram o aspecto da confiança do paciente no profissional para receber melhor a má notícia, e um estudo (A10) indicou que uma postura acolhedora e tranquila do profissional durante a comunicação pode influenciar em uma melhor adesão ao tratamento por parte do paciente. Por fim, um estudo (D2) não apresentou aspectos positivos da relação profissional da saúde-paciente, mas sim os aspectos que dificultam uma boa relação entre os envolvidos durante a comunicação de más notícias, como o envolvimento emocional, a diferença de posição social, a diferença de conhecimento e as dificuldades de compreensão do paciente devido à falta de conhecimento clínico.

Dos 15 estudos selecionados, cinco (33,33% - Tabela 01) apresentam modos de enfrentamento dos profissionais da saúde frente à comunicação de más notícias. Três estudos (A05, A07 e A08) demonstraram que os profissionais da saúde se sentem impotentes frente à má notícia; principalmente no caso de morte de pacientes jovens, desenvolvem sentimentos como frustração, evitação (mecanismo de defesa), tristeza, angústia, desespero, raiva e culpa. Três estudos (A07, A08 e A13) mostraram que os profissionais da saúde sentem desconforto emocional ao realizar as comunicações de más notícias e ao lidar com as emoções dos pacientes, em alguns casos, devido a sua falta de preparo.

Outros dois estudos (A05 e A09) apresentaram índices de adoecimento dos profissionais devido à pressão e ao sofrimento sentido por eles durante a comunicação de más notícias, que podem leva-los a desenvolver depressão, ansiedade e *burnout*. Por fim, um estudo (A05) apresentou também dados ao adoecimento e insegurança dos profissionais relacionados ao alto nível de exigência a que são submetidos.

Quadro 05 – Relação de estudos que apresentam a preparação dos profissionais da saúde frente à comunicação de más notícias.

CÓDIGO	PREPARAÇÃO DO PROFISSIONAL DA SAÚDE
A03	O estudo apresenta que os profissionais da saúde estão pouco preparados para realizar a comunicação de más notícias, visto que os pacientes demonstram guardar memórias negativas, não apenas pelo teor, mas pela forma como a notícia foi transmitida.
A05	A literatura mostra insegurança e ansiedade do profissional da saúde quando realiza a comunicação de más notícias.
A06	O estudo apresenta o olhar da enfermagem e mostra que a ausência do tema comunicação de más notícias em sua formação acadêmica resulta em despreparo profissional e em dificuldades para essa comunicação, prejudicando as práticas de cuidados.
A07	No estudo, 20% dos pacientes classificaram a forma de comunicação de uma má notícia como ruim ou péssima.
A08	De acordo com este estudo, a maioria dos profissionais da saúde relata não se sentir preparada para realizar a comunicação de más notícias.
A09	No estudo, 29,18% dos entrevistados relataram que consideram o profissional despreparado para a comunicação da má notícia recebida.
A10	O resultado do estudo aponta a necessidade de melhorar a instrução dos médicos em relação à comunicação de más notícias, visto que os profissionais não estão preparados para realizar esse tipo de comunicação.
A13	Foi relatado pelas gestantes aspectos negativos em relação à interação médico-paciente durante a comunicação do diagnóstico de má formação congênita, que afirmaram uma postura pouco acolhedora do médico durante a comunicação. Esses relatos mostram a necessidade do preparo do profissional da saúde para realizar a comunicação de más notícias a fim de facilitar a adesão ao tratamento e amenizar o sofrimento desencadeado pelo diagnóstico.

Fonte: dados da pesquisa.

O Quadro 05 expõe os estudos que apresentam a preparação do profissional da saúde para realizar a comunicação de más notícias. Dos 15 estudos selecionados, oito (53,33% - Tabela 01) apresentam a preparação dos profissionais. Quatro dos estudos (A03, A06, A07 e A09), a partir da coleta de dados com pacientes, indicaram que os profissionais da saúde são pouco preparados e apresentam dificuldade para realizar a comunicação de más notícias, classificada pelos pacientes como ruim ou péssima. Três estudos (A05, A08 e A10) mostraram que os profissionais se consideram despreparados, sentindo insegurança e ansiedade durante a comunicação da má notícia. Dois estudos (A10 e A13) concluem que há necessidade de melhora nas instruções dos profissionais da saúde para realizar esse tipo de comunicação, e, por fim, um estudo (A13) demonstrou que os profissionais da saúde apresentam uma postura pouco acolhedora durante a comunicação da má notícia.

Tabela 1 – Número e porcentagem de artigos e dissertações por tema.

TEMA	N (nº de estudos)	%
Protocolos	10 dos 15 selecionados	66,67
Modo de enfrentamento das gestantes	06 dos 15 selecionados	40
Depressão e ansiedade das gestantes	04 dos 15 selecionados	26,67
Metodologia de ensino	06 dos 15 selecionados	40
Relação profissional da saúde-paciente	08 dos 15 selecionados	53,33
Modo de enfrentamento dos profissionais da saúde	05 dos 15 selecionados	33,33
Preparação profissional da saúde	08 dos 15 selecionados	53,33

Fonte: dados da pesquisa.

Como visto na Tabela 1, o tema mais discutido entre os artigos e dissertações selecionados está relacionado com os protocolos utilizados entre os profissionais da saúde, representando 66,67% dos 15 estudos, seguido pelos temas metodologia de ensino e preparação dos profissionais da saúde, ambos com 53,33% dos 15 estudos. 40% dos estudos apresentam temas como modo de enfrentamento das gestantes frente ao recebimento de más notícias e metodologias de ensino em relação à comunicação de más notícias. Outros 33,33% discutem o modo de enfrentamento dos profissionais da saúde e 26,67% discutem a depressão e ansiedade das gestantes quando do recebimento de más notícias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do presente estudo permitiram observar que as estratégias utilizadas pelos profissionais da saúde para a realização da comunicação de más notícias relacionadas a problemas gestacionais, em geral, foram baseadas no protocolo Spikes, que apresenta fases a serem seguidas pelos profissionais da saúde a fim de facilitar esse tipo de comunicação.

No caso das gestantes que recebem a má notícia de uma gestação de risco ou de perda gestacional, normalmente apresentam como reação a vivência do luto do pelo filho ou gestação idealizados, passando pela fase de negação, adaptação e por fim de aceitação do diagnóstico. Essas gestantes também se utilizam de práticas religiosas como meio de enfrentamento. O diagnóstico negativo pode gerar nas gestantes sintomas de ansiedade e depressão.

Verificou-se que, na comunicação de más notícias, a relação profissional da saúde-paciente tem grande influência, pois quando estabelecida de maneira adequada, o profissional consegue favorecer a autonomia do paciente nas escolhas de seu tratamento e facilitar o acolhimento das gestantes durante o diagnóstico. Os aspectos que podem interferir nessa relação são envolvimento emocional, diferença de posição social e diferença de conhecimento, entre outros.

Observou-se que os profissionais que realizam a comunicação de más notícias, no geral, apresentam como modo de enfrentamento mecanismos de defesa, como a evitação. Esses profissionais sentem-se desconfortáveis em realizar a comunicação de más notícias, devido às dificuldades para lidar com as emoções dos pacientes. Os resultados dos estudos analisados apontam que os profissionais da saúde, não estão preparados para realizar a comunicação de más notícias, adotando geralmente uma postura pouco acolhedora, o que demonstra a necessidade de se repensar esse aspecto na formação desses profissionais. Portanto, para minimizar o problema evidenciado, é importante que a matriz curricular na graduação ou na especialização/atualização do profissional de saúde aborde o tema comunicação de más notícias.

Os dados obtidos pelo presente estudo são de aplicabilidade para a prática da Psicologia, podendo propor uma atuação mais efetiva na comunicação de más notícias a gestantes, facilitando a comunicação entre os envolvidos e reduzindo os estressores para as pacientes. Observa-se ainda a necessidade de incluir na matriz curricular dos profissionais da saúde a aprendizagem da comunicação de más notícias, visto que se sentem desconfortáveis diante dessa situação.

REFERÊNCIAS

- BARROS, J. A. C. Pensando o processo saúde doença: a que responde o modelo biomédico? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.11, n.1, p. 67-84, julho 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902002000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 maio 2020.
- BORGES, M. M.; PETEAN, E. B. L. Malformação fetal: enfrentamento materno, apego e indicadores de ansiedade e depressão. **Revista SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 2, p. 137-148, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2015000400675&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 maio 2020.
- CAPRARA, A.; RODRIGUES, J. A relação assimétrica médico-paciente: repensando o vínculo terapêutico. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 139-146, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232004000100014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 maio 2020.
- CUNHA, A. C. B. et al. Diagnóstico de malformações congênitas: impactos sobre a saúde mental de gestantes. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 3, n. 4, p. 601-611, out./dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/cxjYptNKWwT3VwpQqgYN3nB/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 29 maio 2020.
- CUTOLO, L. R. A. Modelo Biomédico reforma sanitária e a educação pediátrica. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, Santa Catarina, v. 35, n. 4, 2006. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi->

bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=445577&indexSearch=ID Acesso em: 29 maio 2020.

DARZE, O. I. S. P., JUNIOR, B. U. Uma Proposta Educativa para Abordar Objeção de Consciência em Saúde Reprodutiva durante o Ensino Médico. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 42, n. 4, p. 155-164, out./dez. 2018. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-977551> Acesso em: 29 de maio 2020.

FREIBERGER, M. H.; CARVALHO, D.; BONAMIGO, E. L. Comunicação de más notícias a pacientes na perspectiva de estudantes de medicina. **Revista Bioética**, Brasília, v. 27, n. 2, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/yJPWmH4S4wNGQHPSBmmTh3g/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 29 maio 2020.

FIOROTTI, K. F. *et al.* Ansiedade em Puérperas em Maternidade de Alto Risco. **Revista de Enfermagem da UFPE Recife**, v. 13, n. 5, p. 1300-13007, maio 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1024298> Acesso em: 29 maio 2020.

FONTES, C. M. B. *et al.* Comunicação de más notícias: revisão integrativa de literatura na enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 70, n. 5, p. 1089-1095, out. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672017000501089&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 maio 2020.

GAZZOLA, L. P. L.; LEITE, H. V.; GONÇALVES, G. M. Comunicando más notícias sobre malformações congênitas: reflexões bioéticas e jurídicas. **Revista Bioética**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 38-46, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/BdpvdwbVWCFZ9yFhv76Ypzq/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 29 maio 2020.

GOMES, L. C.; FRAGA, M. N. O. Doenças, Hospitalização e Ansiedade: uma abordagem em saúde mental. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 50, n. 3, p. 425-440, jul./set. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71671997000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 maio 2020.

GRAÇA, C. S. S. **Comunicação Pré-Natal: impacto da perda gestacional precoce**. 2018. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/36717/1/ulfpie053186_tm_tese.pdf Acesso em: 29 maio 2020.

GUERRA, F. A. R.; MIRLESSE, V.; BAIÃO, A. E. R. Breaking bad news during prenatal care: a challenge to be tackled. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 5, p. 2361-2367, maio 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000500002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 maio 2020.

KOCH, C.L.; ROSA, A. B.; BEDIN, S. C. Más notícias: significados atribuídos na prática assistencial neonatal/pediátrica. **Revista Bioética**, v. 25, n. 3, p. 577-84, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/6hDSDtDj5wkPYH5x3gxmysP/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 29 maio 2020.

KRIEGER, M. V. **Comunicação de más notícias em saúde: contribuições à discussão bioética através de uma nova Ética das Virtudes**. Dissertação (Mestrado em Ética Aplicada e Saúde

Coletiva) – Programa de Pós Graduação em Bioética, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:
https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/24087/2/ve_Mabel_Viana_ENSP_2017.pdf Acesso em: 29 maio 2020.

MELO, L. L.; LIMA, M. A. D. S. Mulheres no segundo e terceiro trimestres de gravidez: suas alterações psicológicas. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 53, n. 1, p. 81-86, mar. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672000000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 maio 2020.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão Integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto e Contexto em Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p.758-764, out./dez. 2008. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 maio 2020.

MIRANDA, J. M.; SOARES, A. B. Habilidades sociais e autoeficácia de médicos e enfermeiros: um estudo comparativo. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 48, n. 1, p. 138-153, abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2014v48n1p138> Acesso em: 29 maio 2020.

NASCIMENTO, A. C. A. **Resiliência e sensibilidade materna na interação mãe-criança com fissura labiopalatina**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2006. Disponível em:
<http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/360> Acesso em: 29 maio 2020.

NETO, J. A. C. *et al.* Profissionais de saúde e a comunicação de más notícias sob a óptica do paciente. **Revista de Medicina de Minas Gerais**, v. 23, n. 4, p. 502-509, 2013. Disponível em:
<http://rmmg.org/artigo/detalhes/415> Acesso em: 29 maio 2020.

NONINO, A.; MAGALHÃES, S. G.; FALCÃO, D. P. Treinamento Médico para Comunicação de Más Notícias: Revisão da Literatura. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 36, n. 2, p. 228-233, 2012. Disponível em:
scielo.br/j/rbem/a/TqB7FZR7QbwHDnWn5G3bLdH/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 29 maio 2020.

OLIVEIRA, D. C.; MANDÚ, E. N. T. Mulheres com gravidez de maior risco: vivências e percepções de necessidades de cuidado. **Revista Escola Anna Nery**, Cuiabá, v.19, n. 1, p. 93-101, jan./mar. 2015. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ean/a/Zmx4qBMrpVCywS6kMWY7bFw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 29 maio 2020.

OSTERMANN, A. C. *et al.* Perspectivas otimistas na comunicação de notícias difíceis sobre a formação fetal. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 8, 2017. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/csp/a/mZV9RqNNMY7wjKxmjz36wTH/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 29 maio 2020.

PICCININI, C. A. *et al.* Gestação e constituição da maternidade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 1, p. 63-72, jan./mar. 2008. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 maio 2020.

PICCININI, C. A. *et al.* Percepções e sentimentos de gestantes sobre o pré-natal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 27-33, mar. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722012000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 maio 2020.

ROCHA, L. *et al.* A comunicação de más notícias pelo enfermeiro no cenário do cuidado obstétrico. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 20, n. 981, 2016. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/remme.org.br/pdf/e981.pdf> Acesso em: 29 maio 2020.

SILVA, M. R. C. *et al.* A percepção de gestantes de alto risco acerca do processo de hospitalização. **Revista de Enfermagem da URJ**, Rio de Janeiro, p. 792-797, dez. 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/12295/9571> Acesso em: 29 maio 2020.

SOUTO, D. C.; SCHULZE, M. D. Profissionais de saúde e comunicação de más notícias: experiências de uma unidade neonatal. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 11, n. 3, p. 173-184, dez. 2019. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2019000300012&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 29 maio 2020.

SOUZA, J. S. **Gestantes hipertensas hospitalizadas: ansiedade, depressão e modos de enfrentamento**. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Núcleo de Psicologia Hospitalar e Psicossomática, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15909> Acesso em: 29 maio 2020.

13 - INFLUÊNCIA DA ARTE NO CUIDADO DE PESSOAS COM AUTISMO SOB A VISÃO DA PSICANÁLISE

Thais Perrenoud Arese Vilela

Daniel Cardozo Severo

INTRODUÇÃO

O autismo é uma estrutura psíquica que se diferencia da estrutura neuróptica, alterando as formas de interpretar e se relacionar com o mundo. Sendo assim, muitas vezes o processo terapêutico necessita de alternativas para além da linguagem falada e da adaptação a modelos normativos de comportamento. Alternativas das quais possam acolher um vasto campo de dialetos e manifestações do existir.

Além disso, a seguinte pesquisa se mostra importante ao apresentar a psicanálise e as técnicas artísticas não apenas como mais um método de tratamento de TEA, mas sim como um contexto humanizado e de grande importância na atuação tanto na clínica particular quanto em instituições públicas. Pode-se, assim, mostrar que a saúde não deve ser monopolizada diante de apenas uma abordagem, o que torna a atuação limitada e sistemática. A psicanálise, então, diante de um olhar sensível, abre espaço para a expressão de pluralidades e intensidades em suas mais singulares formas, mantendo o humano vivo e pulsante. Portanto, o presente estudo busca identificar como a arte pode atuar no processo terapêutico do autismo na psicanálise.

Diante disso, o presente estudo transcorre sobre como a psicanálise busca entender a formação da estrutura psíquica autista e como podemos trabalhar com seu sofrimento, tendo a arte como técnica norteadora desse processo

Nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização teórica sobre a visão da psicanálise sobre a etiologia do autismo de acordo com psicanalistas winnicottianos para fins introdutórios ao tema, para posteriormente ser explicado o método da pesquisa bibliográfica, seguido pelos resultados alcançados e discutidos à luz da teoria, ou seja, será apresentada a contribuição da arte como técnica nos cuidados de pessoas com autismo aliada à psicanálise.

REVISÃO DA LITERATURA

Para compreender a teoria de Winnicott sobre o amadurecimento pessoal, é necessário entender a dinâmica de relação do bebê e seus cuidadores, a função materna estruturante, partindo do princípio de que todos nascemos em um estado de não integralidade, submetidos à dependência absoluta de tais cuidadores para realizar tal integração (ARAÚJO, 2003). Para Winnicott (apud. ARAÚJO, 2003) é a necessidade de ser cuidado é o que há de mais primitivo na natureza humana. Por isso, ao falar de mãe ou pai, refere-se ao papel materno ou paterno (não biológico), pois o que importa são suas funções primordiais.

Prosseguindo, este estágio de “vir-a-ser” é vivenciado pelo bebê como um estado simbólico de não integração, ou seja, sua subjetividade ainda não fora formada, portanto, o bebê não pode perceber seu estado de dependência absoluta. A imprevisibilidade do ambiente é experienciada como uma invasão agressiva, gerando uma angústia interminável por não ter recursos de defesa psíquica para lidar com tais estímulos. (GUEDES, 2012). Dessa forma, o bebê depende da transmissão, por parte do ambiente facilitador, de segurança oferecida pelo cuidador repetidas vezes para criar sua base de sustentação e estruturação psíquica saudável e florescer em seu processo de maturação (GUEDES, 2012). Dessa forma, Winnicott (apud. GUEDES, 2012) aponta o ambiente como aquele cujo a função é de segurar, manusear e apresentar objetos. Quando tais fatores são vivenciados pelo bebê de forma satisfatória sem que esse contato com o real viole sua experiência de onipotência, o bebê pode usar os objetos e sentir que estes foram criados por ele mesmo, o que se trata do objeto subjetivo.

Tavares (2019) descreve o objeto subjetivo como sendo, para a criança, um prolongamento do Eu com o ambiente, ou seja, essa concepção de objeto refere-se à negação da diferenciação do Eu e Não-Eu, presente nos estágios mais primitivos e necessários do desenvolvimento emocional do sujeito. É, então, necessário que a mãe-ambiente se identifique com seu bebê para dar-lhe tal suporte psíquico e físico espontaneamente, ou seja, servindo-lhe de continente para os conteúdos da criança e de sustentação para sua experiência de onipotência inicial (GUEDES, 2012). Assim, Victor Guerra (apud. TAVARES, 2019) conceitua sobre a “lei materna do encontro intersubjetivo” como sendo uma sensibilidade da mãe com a função regularizadora da vida afetiva do bebê como sujeito, que possibilita o bebê a entrar em contato com novas experiências. Portanto, pode-se criar o espaço intersubjetivo de trocas afetivas, de espontaneidade, de comunicação não verbal, criatividade e abertura para novas relações. Sendo assim, a mãe possui três funções básicas e estruturantes que operam simultaneamente: o respeito ao ritmo próprio do bebê; a função de espelhamento (tradução e

transformação) de vivências afetivas do bebê; e na abertura ao terceiro na relação mãe-bebê (GUERRA apud. TAVARES, 2019).

Portanto, visto a importância da relação mãe-bebê, Winnicott (apud. ARAÚJO, 2003) relaciona o estado emocional da mãe ao desenvolvimento do bebê, pois a mãe terá dificuldades de entrar no estado de preocupação materna primária caso não tenha sido amparada quando bebê ou por seu ambiente atual (rede de amparo familiar). De acordo com Winnicott (apud. GUEDES, 2012) a mãe que não atinge a “preocupação materna primária” pode ter sofrido grandes angústias durante sua experiência infantil, gerando uma significativa identificação masculina ou sentimentos de desconfiança e insegurança no ambiente atual. Mesmo não tendo desenvolvido necessariamente um quadro psicótico, o medo de ser e de cuidar afetam na forma que a mãe se vincula à criança. (ARAÚJO, 2003). Winnicott (apud. GUEDES, 2012) não expressa a intenção de culpabilização das mães, o que o interessa é a elucidação da etiologia do autismo.

A mãe considerada suficientemente boa atua de forma que adapta o ambiente, dentro de sua possibilidade, para suprir as necessidades do bebê, assumindo sua vulnerabilidade que caracteriza essa sustentação crucial chamada de holding (GUEDES, 2012). Além da sustentação da mãe oferecida ao bebê, o holding também diz respeito à sustentação que o ambiente dá à mãe para que ela possa exercer com segurança seu papel de acolhimento à criança (GUEDES, 2012). Portanto, a possibilidade de a mãe oferecer suporte ao bebê não depende apenas de suas condições internas, mas também externas. Quando a mãe está desamparada e emite formações reativas, o ambiente pode não ser capaz de percebê-los, o que dificulta sua superação e acarreta na maior dificuldade de enfrentamento do bebê. Se essa identificação fosse possível, o ambiente (pai, familiares, médicos, etc) poderia auxiliar a mãe e/ou o bebê (ARAÚJO, 2003). Portanto, percebe-se que os fatores ambientais de sustentação ao bebê são multicausais.

Este fato tem grande relevância, pois enfatiza a não culpabilização da mãe e salienta a necessidade de redes de apoio à família oferecidas por instituições sociais como os CAPS, por exemplo. Além da importância do apoio social, Winnicott (apud. ARAÚJO, 2003) acredita que este também é a importante função paterna inicial, sustentando o estado materno de preocupação e oferecendo-a suporte físico e psíquico.

É nesse ambiente total ou espaço potencial, onde pai e mãe exercem seus papéis para estruturar o ambiente acolhedor e o holding, que o bebê poderá experimentar momentos de tranquilidade e de sua impulsividade. Dessa forma, o bebê pode experimentar (de forma satisfatória) a onipotência que o afasta da insegurança da falta de controle ambiental e do medo de aniquilação (ARAÚJO, 2003). Portanto, o bebê tem sua mãe como objeto subjetivo, ou seja, considera-a parte de seu corpo, sua continuidade como “dois-em-um” (ARAÚJO, 2003). Ao ter suas necessidades supridas e

experienciar a onipotência (controle imaginário do corpo da mãe para satisfazer-se), o bebê pode elaborar imaginativamente as funções de seu corpo, que se ampliam à medida que o amadurecimento se dá, influenciando reciprocamente com suas relações com o mundo externo.

Ao sustentar tal onipotência e dependência infantil, encontra-se a indispensável fusão entre bebê e ambiente para a situação original de sucesso do narcisismo primário, a indiferenciação primordial. Essa “realidade materna” propõe a uma experiência primária com a matéria, antecedendo a experiência psíquica, convocando um longo processo de construção na espera. Isso permite que ele desenvolva seu senso de realidade a partir da repetição da sobrevivência do objeto a seus impulsos, podendo discriminar fato e fantasia, realidade interna e externa (ARAÚJO, 2003). Desse modo, o bebê pode perceber-se no tempo e espaço, reconhecer seu corpo na realidade e na interação com o ambiente (o que sou Eu e o que é o Outro), ou seja, pode integrar-se (ARAÚJO, 2003).

É neste chamado espaço potencial que o bebê poderá passar de um estado de dependência absoluta para um estado de dependência relativa, quando as primeiras formas de comunicação começam a aparecer (GUEDES, 2012). O bebê, então, vai ganhando um espaço próprio e não mais fundido ao dela, dando início à formação de sua identidade. Essa forma própria de ser e de se relacionar com o mundo é nomeada de self (GUEDES, 2012). Ao descobrir a externalidade o lactente chega ao estágio de concernimento, percebendo-se separado do não-eu, começando a se preocupar com as consequências de sua impulsividade (ARAÚJO, 2003). Somente a partir desse ponto a criança poderá experienciar o complexo de Édipo, tendo agora pois acesso à dinâmica das relações interpessoais.

Entretanto, enfrentar essa desilusão de fusão com a mãe pode ser difícil e angustiante para a criança, principalmente ao vivenciar a ausência da mãe. Para que essa experiência se torne mais suportável, a criança, após a conquista simbólica, elege um objeto apaziguador de sua ansiedade de separação, servindo como um intermediário entre ele e o ambiente (mãe), este é chamado de objeto transicional (GUEDES, 2012). Ele representa a mãe e a ilusão de onipotência (ainda não superada) da criança, sendo que o objeto tem de ser capaz (assim como a mãe em seu estágio inicial) de suportar os impulsos da criança. Este objeto é, então, amado e odiado intensamente, tendo de ser consistente o suficiente para resistir à agressividade do bebê (GUEDES, 2012).

Este objeto transicional é especialmente elegido pelo bebê por seus fatores sinestésicos. O objeto transicional é um sinal de que a criança foi bem amparada pelo ambiente em seu estágio de dependência absoluta. Assim, compreende-se esse como um fenômeno transicional, pois atua como amortecedor para o choque vivenciado pelo bebê ao conhecer a realidade externa em relação à realidade interna já conhecida (GUEDES, 2012). Essa região intermediária da experimentação é um local de inter-relacionar e, ao mesmo tempo, separar as realidades interna e externa de forma saudável.

Assim, Tavares (2019) acrescenta que Winnicott vê a origem do brincar na experiência de onipotência, entendendo-se que há um desenvolvimento direto dos fenômenos transacionais para o brincar, do brincar para o brincar compartilhado e posteriormente, do brincar compartilhado para as experiências culturais (a simbolização). Assim, à medida em que o amadurecimento ocorre, o objeto transicional pode ser esquecido pela criança, pois a mesma já conquistou recursos simbólicos para sustentar o espaço de transição sem a necessidade de aparatos materiais para lidar com sua angústia de separação, tendo internalizado os cuidados maternos (GUEDES, 2012).

Ao contrário do objeto transicional, a pessoa com autismo, por não ter adquirido a capacidade simbólica ainda, atua sobre objetos denominados autísticos. Esses objetos, assim como os objetos subjetivos, representam uma continuidade do indivíduo com o ambiente como uma negação da divisão, porém o objeto subjetivo serve como um meio de contato inicial (primitivo, porém necessário) com o mundo, podendo se abrir para o outro. Já os objetos autísticos blindam o contato com o mundo ameaçador, tendo uma função defensiva e paralisante e estereotipada (TAVARES, 2019). Ao não suportar a separação da mãe, o sujeito é impedido de sustentar a ausência materna e exercitar a diferenciação, fazendo, assim, uso de objetos autísticos como parte de seu próprio corpo. Esses objetos são explorados de forma disfuncional, repetitiva, estereotipada e sem a função propriamente lúdica. Eles trazem uma satisfação quase instantânea, evitando a demora entre a expectativa e a percepção, demora esta que germinaria as atividades simbólicas e fantasiosas, memórias e pensamentos (TAVARES, 2019). Portanto, o autismo ancora o sujeito na vida física e encuba sua vida psíquica.

Winnicott (apud. ARAÚJO, 2004) identifica o autismo como uma questão de imaturidade emocional provocada pela falha de acolhimento do ambiente. Tal visão é importante pois retrata o autismo não mais apenas como uma doença ou uma nosologia psiquiátrica. Assim, Winnicott (1963/1996 apud. GUEDES, 2012), em vez de determinar um quadro patológico ao sujeito, procurou enxergar a história do indivíduo na busca de conhecer a origem de suas angústias. Porém, mesmo não se limitando ao determinismo médico, a psicanálise não nega o fator biológico (genético e neurológico) possível nos casos de autismo, mas enfoca sua prática nos cuidados psíquicos desses sujeitos e em como lidam com essa condição (GUEDES, 2012).

Diante disso, entende-se que a constituição gradual de identidade unitária é fundamental para a saúde psíquica do sujeito. Para Winnicott (apud. ARAÚJO, 2003) se os problemas do ambiente não ultrapassarem a capacidade e o tempo da criança para lidar com eles, seu amadurecimento não está comprometido, pois possibilitam que a criança desenvolva seus próprios recursos. Porém, se tais problemas extrapolarem a capacidade maturacional do lactente em seu estágio primitivo, podem comprometer a identidade em formação (ARAÚJO, 2003). Se o ambiente falhar na sustentação do

bebê, a única alternativa que lhe resta é a não interação. Essa organização defensiva provocada pela angústia primitiva interrompe o amadurecimento (ARAÚJO, 2003).

Dessa forma, é crucial que o analista entenda a etiologia do autismo para que possa, junto do sujeito, construir bases para a reestruturação psíquica do indivíduo buscando a identidade unitária fundamental. Ao compreender a dinâmica do quadro, o analista pode ter um manejo e escuta mais adaptativos (GUEDES, 2012). De acordo com Guedes (2012), pessoas com autismo não adquiriram a capacidade de se identificar com o outro sem perder a identidade individual, já que o indivíduo nem mesmo chegou a reconhecer o outro. Isso porque, no período primitivo de seu desenvolvimento, ele fora desiludido e não fora reconhecido, e em consequência, não se cristalizou o processo de integração do ego que levaria à formação do self (tanto verdadeiro quanto o falso) (GUEDES, 2012). O falso selfie também tem papel reativo ao ambiente, mas não pode se comparar ao autismo, já que para a formação do self é preciso a integração. É importante apontar que a agonia não decorre propriamente da intensidade da falha, mas sim da fase primitiva (quanto mais primitiva a falha, mais desorganizadoras e traumáticas serão suas consequências devido a imaturidade do bebê (ARAÚJO, 2004).

Diante de uma agonia impensável, o bebê em seu estágio mais primitivo e sem recursos para elaborar suas angústias e desamparo, conta apenas com o isolamento para buscar a invulnerabilidade. A invulnerabilidade alcançada pelo isolamento, por impedir a formação de outras formas de defesa, impede também o amadurecimento de forma saudável, incapacitando o “si-mesmo” de viver de experiências suas vivências de modo pessoal (ARAÚJO, 2004). Assim, quanto mais a criança permanece em sua invulnerabilidade e isolamento defensivo, torna-se cada vez mais difícil para ela entrar em contato com a vulnerabilidade, pois implica em um sofrimento não elaborado (ARAÚJO, 2004).

Portanto, essa barreira implica na incapacidade de tolerar a diferenciação entre o Eu e o Não-Eu, que conseqüentemente afeta no processo de aquisição simbólica. Dessa forma, Hanna Segal (1983. Apud. TAVARES, 2019) aponta que antes de adquirir a capacidade simbólica propriamente dita, o sujeito usa de símbolos primitivos, tratados como uma equação simbólica, definida pela autora como a coincidência entre o objeto a ser simbolizado e o símbolo. Isso quer dizer que o símbolo não pode ser percebido, nessa fase, como um substituto do objeto original, mas sim como o objeto original. Somente a partir da integração do ego que o objeto poderia realmente ser simbolizado, passando a ser percebido como objeto total (TAVARES, 2019. p.93).

Assim, entende-se que os objetos autísticos se relacionam com a dinâmica da equação simbólica, já que não permite nenhum tipo de elaboração simbólica em relação ao objeto ausente, negando a diferença e propondo a continuidade do ego ao ambiente. Este objeto se apresenta como o

oposto ao objeto transicional, já que as repetições e atuações vazias de sonhos ou fantasias se apresentam como uma ampla equação simbólica da qual o indivíduo vivencia repetidamente (TAVARES, 2019. p.93).

Dessa forma, Gonçalves (2017) declara a ecolalia como a expressão maior do autismo, onde a repetição estereotipada da fala do outro não implica na relação e comunicação com o outro, mas sim na proteção contra o ambiente intrusivo ligado a ele (na não diferenciação). Essas estereotipias barram a conquista da constituição subjetiva, excluindo o indivíduo da linguagem propriamente dita, onde apenas ecoa sons e palavras vazias de simbologia (JERUSALINSKY, 2012. apud. GONÇALVES, 2017).

Nascimento (2001. apud. GONÇALVES, 2017) pensa o autismo como a falha da especularização e da organização da imagem do próprio corpo, necessário para o reconhecimento do outro diferente do Eu, que antecipa e cria a imagem do bebê pelo olhar totalizante que deveria ser internalizada. Como ressalta Catão (2009. Apud. GONÇALVES, 2017), o que acontece no autismo é a falha dessa conexão entre o ambiente original e o bebê, onde o bebê não adentra ao mundo subjetivo da constituição subjetiva. Assim, já que ele se encontra estagnado na fase anterior à separação entre o Eu e outro, o indivíduo ainda não é capaz de reconhecer esse outro para se relacionar e se comunicar com ele, de forma que direciona sua libido para seu próprio corpo. É a paralisação nessa fase da qual Bleuler (1911. apud. FERREIRA; VORCARO. 2019) se referia, o autismo como autoerotismo.

Isso, de acordo com Gonçalves (2017) explica o fato de a conduta corporal de pessoas com autismo como se não se percebessem dentro de um corpo. Assim, as estereotipias produzidas no autismo se apresentam como um descontrole perante a um corpo que não lhe pertence, onde não consegue abstrair-se do real e ressignificá-lo, passando a atuar de forma protetiva e “mecânica”. Os atos ritualizadas desses indivíduos não se mostram cativados pelo corpo ou imagem corporal, pois suas atividades voltam seu interesse aos objetos ali refletidos como um espelho, misturando-se com esses objetos como se fossem unidos (objeto autístico). Devido à não simbolização dos eventos vivenciados, a pessoa autista busca uma monotonia como um meio de segurança, já que (como o bebê em sua fase primitiva) tudo aquilo que se apresenta como imprevisível, é tomado como ameaçador.

MÉTODO

A presente pesquisa tem o objetivo Exploratório, que, de acordo com Gil (2008), se caracteriza como um estudo preliminar com o objetivo de se familiarizar com o fenômeno a ser investigado, do qual pretende dar estrutura e continuidade a futuras pesquisas (Gil, 2008). Além disso, a pesquisa usa o método de revisão narrativa, que refere-se a uma metodologia menos rígida, portanto mais ampla e apropriada para descrever e discutir o desenvolvimento e/ou “estado da arte” de um determinado assunto (ROTHER, 2007). Essa categoria tem a finalidade de educação continuada, permitindo o leitor a atualizar e obter conhecimento sobre o tema específico em um curto espaço de tempo (ROTHER, 2007). A revisão narrativa, não se pré-determina e especifica a busca da fonte, sendo frequentemente menos abrangente. Dessa forma, não busca a aplicação estratégica de buscas exaustivas, de modo que a seleção e análise dos estudos estarão sujeitas à percepção subjetiva do pesquisador.

Usou-se como base lógica de investigação o método Dialético Dedutivo, que, segundo Gil (2008), pode ser entendido como um método de interpretação da realidade, fornecendo bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade. Isso porque identifica que fatos sociais não podem ser observados isoladamente e abstraídos de seu contexto. Sendo assim, privilegia-se análises qualitativas e opõe-se naturalmente ao caráter positivista onde os modos de pensar quantitativos tornam-se norma (GIL, 2008).

A coleta de dados deu-se, principalmente, por meio de livros e artigos científicos da base de dados Scielo, capazes de abordar sobre os principais temas: autismo, psicanálise e arte, sendo que os livros escolhidos abordaram, no mínimo, dois desses temas. Para análise psicanalítica fora usada a abordagem winnicottiana como principal, porém, termos freudianos e lacanianos também foram citados de forma instrumental.

Dessa maneira, a pesquisa delimita-se aos temas explorados acima, promovendo uma ampla visão sobre o fenômeno proposto. Portanto, a pesquisa bibliográfica fora analisada de forma a confirmar a fidedignidade dos dados encontrados em artigos científicos e em livros de autores psicanalistas especialistas nos assuntos citados. Assim, é possível verificar a compatibilidade do tema proposto com o problema de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O uso da arte nos cuidados de pessoas com autismo

Steiner (apud. COSTA, 2016) aponta a dificuldade vivenciada por muitos analistas ao tentarem manter uma comunicação com aqueles pacientes recolhidos em seus refúgios de isolamento. Isso decorre dos diferentes objetivos buscados por ambos, onde o analisando busca seu equilíbrio em sua paralização; e o analista busca meios de fazê-lo emergir. Porém, antes de se propor alguma mudança, o analista deve compreender o valor do sintoma, já que todo sintoma tem sua função (COSTA, 2016).

Ao entender que a pessoa com autismo busca alívio em seu refúgio por meio do isolamento, estagnação e retraimento como forma de tolerar a ansiedade diante do outro e do mundo, o analista deve buscar uma forma singular de se chegar ao sujeito. Interessa, então, saber sobre o estágio de desenvolvimento daqueles que ainda não possuem uma estrutura integrada, de forma a remeter o processo analítico ao desenvolvimento emocional (ainda primitivo) (COSTA, 2016).

Por tal motivo, temos que nos haver com dois problemas: o peso da história vivida pelo sujeito, do qual o barra de ter um vínculo de confiança com o ambiente; e a ausência de receptores para as experiências positivas, de forma que as experiências de contato são vividas majoritariamente como ameaçadoras (COSTA, 2016). Destaca-se, então, a importância do analista de acolher tudo que provir do paciente de forma não interpretativa, já que o que realmente importa é a relação analítica por meio de ações.

O trabalho no autismo deverá seguir um caminho distinto da análise interpretativa tradicional agindo pela via do manejo. Portanto, nota-se que o setting precisa de maior flexibilização para se adequar à demanda não verbal de pacientes com autismo, já que a interpretação pode se dar como invasiva ou ineficaz por denunciar um Não-Eu, o outro, para o sujeito não integrado, que necessita do analista, ainda em sua fase de dependência primitiva, como parte e continuidade de si. Guedes (2012) acreditava que através de um manejo sensível e adaptado às necessidades do sujeito, pode-se pensar na retomada de seu desenvolvimento independente da fase em que se encontra, seja ainda bebê ou já adulto.

Para que tal adaptação ocorra, Winnicott (apud. ARAÚJO, 2003) destaca a relação transferencial para além da interpretação e a atuação clínica para além do uso da linguagem verbal. Usa-se, então, do *holding*, ou seja, os vínculos sensoriais não-verbais e o *handling*, que se refere ao manejo, como norteadores do cuidado, transcendendo o cuidado verbal. Assim, entende-se que a confiança é a base para que essa relação ocorra, oferecendo uma forma mais complexo de sustentação (ARAÚJO, 2003). Dessa forma, para alcançar o estado de “si-mesmo”, o sujeito precisa experienciar

a continuidade de ser na relação com o outro, além de um trabalho de elaboração imaginativa de suas experiências psicossomáticas, possibilitada pelo ambiente-facilitador (ARAÚJO, 2003).

Para isso, é imprescindível respeitar o vagaroso ritmo individual, e essa sustentação do tempo singular permite que o indivíduo não se sinta invadido e volte a se recolher em seu isolamento defensivo. O ritmo é fornecido pelo inconsciente do sujeito, e à medida em que esse tempo é respeitado, o indivíduo pode se abrir para confiar e se entregar ao processo regressivo (COSTA, 2016).

Portanto, o setting, apesar de criativo, deve ser constante, especialmente para aqueles que apresentam dificuldades de ruptura e separação. Isso porque, por não poderem contar com um Eu-integrado, essas pessoas podem vivenciar a experiência de ruptura como a perda da imagem de si. Portanto, a previsibilidade do setting tem um papel estruturante e a função constitutiva, evidenciando a presença sensível do analista em uma regularidade organizadora (como por exemplo, regularidade nos horários e no ambiente, na organização da sala, na rotina, etc) (TAVARES, 2019). Ao analista, ao não inserir mudanças bruscas no ambiente abre espaço para a confiança e sensação de segurança, e ao se juntar ao ritmo ecoado pelo paciente, podem fluir o processo lado a lado.

Isso pode ser observado em um caso de Gonçalves (2017), onde, nos primeiros meses, sua paciente (com autismo) se apresentava extremamente fechada em seus movimentos repetitivos e balanços, ou simplesmente manipulando objetos sem nenhum real interesse por eles. Foi então, que a analista decidiu, como um espelho, imitar os mesmos gestos da paciente em seu mesmo ritmo e balanço. Foi, então, nessa atitude que, pela primeira vez, a paciente olhou para a analista e esboçou-lhe um sorriso (GONÇALVES, 2017). Dessa forma, ao encontrar uma abertura à subjetividade do sujeito, o analista pode reconhecer a estereotipia como uma abertura a uma espécie de “brincar compartilhado”, o ato em conjunto.

A partir desse primeiro contato, pode-se inserir pequenas sugestões de variabilidade rítmica, dando, aos poucos, vida ao ato e quebrando a constante repetição ecológica, já que tudo que vive é inconstante. A base para isso se dá no desdobramento de continuidade para os movimentos de repetição ou na proposta de novas formas de explorar os objetos, por meio da introdução de uma canção ritmada ou ao usar a melodia de instrumentos, por exemplo. É aí que se dá, como visto anteriormente, uma das funções do ambiente facilitador, onde se acompanha um ritmo compartilhado, propondo a experiência de segurança associada à repetição (TAVARES, 2019).

Assim, Tavares (2019) observa que muitas vezes o posicionamento ecológico pode ser tomado como uma resposta do sujeito à demanda/solicitação do analista, ou seja, essas ecolalias estariam, então, mais associadas à abertura ao contato do que ao puro isolamento. Assim, esses movimentos possuem uma função maior do que apenas a descarga de excitação, mas também de

possibilidade de exploração e investigação do novo. Pode-se aos poucos e a longo prazo promover uma mudança subjetiva, onde o sujeito passa a preferir experiências de interação e o ato compartilhado do que o isolamento, deslocando a função da estereotipia (TAVARES, 2019). Assim, as estereotipias tomam o lugar de pedido e convite de interação, dos quais o analista deve se atentar para não perder chances de abertura.

Assim, aos poucos, as experiências lúdicas prazerosas e compartilhadas marcam o indivíduo, produzindo efeitos estruturantes e constitutivos. Essa disponibilidade para o contato foi possibilitada pela interação analítica, libertando o sujeito de sua masmorra e descongelando seu olhar. Assim, essas pequenas interrupções ao ritmo autocentrado induzem ao espaço para a criatividade onde pode-se reestabelecer seu processo constitutivo na relação intersubjetiva com o terapeuta (TAVARES, 2019).

Nesse sentido, a atividade artística pode se situar no espaço potencial dos fenômenos transacionais, onde não precisará mais ecoar repetições, e poderá oscilar e fluir. A partir daí, o objeto com função autística se transformará em um objeto subjetivo, para posteriormente se transformar em objeto tutor ou objeto transicional.

Mesmo diante dessas conclusões, é necessário muito tempo para metabolizar o estado primitivo subjetivo, pois deverá ser recebido e transformados antes que possa ser pensado ou falado. Mesmo que o objetivo do analista continue sendo colocar o inconsciente em palavras em algum momento, é necessário que antes se construa um lugar para pensar ou pensamentos (COSTA, 2016). Assim deve-se criar, junto ao sujeito, a capacidade de gerar instrumentos para criar pensamentos, para que, posteriormente, possa ser colocado em palavras. O uso da linguagem no estágio primitivo é outro, já que não possui representações (COSTA, 2016). Assim, o processo regressivo exige uma qualidade de presença do analista, visando acolher e promover comunicação.

Winnicott (apud. GUEDES, 2012) expressava a importância de o analista desenvolver a capacidade de identificar onde se originou o sofrimento no processo de amadurecimento psíquico do analisando, para, então, compreender quais necessidades careciam de maior cuidado e atenção no processo clínico. Diante disso, Guedes (2012) destaca a relevância da disponibilidade do analista para estar junto ao sujeito, ajudando-o a regredir àquela fase da qual não pode tolerar o desenvolvimento. Ou seja, o paciente chegará ao momento de falha do ambiente.

Essa dependência absoluta toma forma na transferência, que depende da receptividade do setting sustentado pelo analista (GUEDES 2012). Esse setting deve ser capaz de acolher delírios e alucinações, intuídos para a junção de imagens de palavras (onde as imagens são linguagem), resgatando o paralisado processo de construção do Eu (COSTA, 2016). Assim, é possível a criação

de um novo ambiente de confiança para que o sujeito experimente o holding e possa retomar seu processo de maturação.

Portanto, o analista tem uma importante função simbólica, pois, ao ser percebido pelo sujeito, o analista passa a ser um objeto subjetivo (assim como outros objetos usados em sessão) do qual o paciente considera parte de si. Diferente do objeto autístico, que é criado para o isolamento, o objeto subjetivo permite a abertura. Assim como o papel materno, o analista sustenta a experiência de onipotência vivida pelo sujeito por ter uma função transformadora. Desse modo, ao decorrer do processo, o analista pode tomar lugar de sujeito transicional, do qual, junto de objetos transicionais, podem acompanhar o sujeito à constituição subjetiva.

Visto isso, é de importante destaque a ideia de Winnicott (apud. TAVARES, 2019) de que o brincar acompanha todo o desenvolvimento da criança, inclusiva na vida adulta e em seus substitutos, como na fantasia e criatividade, por exemplo. Dessa forma, pode-se entender o caráter “lúdico”, comunicativo e estruturante que a arte pode proporcionar, trazendo (assim como no brincar) a representatividade do mundo real e do universo psíquico que entrelaçam o sujeito. Portanto, ao perceber o sujeito autista encurralado em uma equação simbólica e estereotípias, entende-se que não se deve força-lo a adotar novos comportamentos. Por outro lado, pode-se estabelecer pequenas interrupção (não ameaçadores) no ritmo auto centrado e propostas de continuidade do movimento, abrindo espaço para o novo e para o criativo (COSTA, 2016).

Diante do fechamento para si mesmo característico do autismo, acompanhado por suas ecolalias (fala não direcionada) e estereotípias em busca de negar ao outro, a psicanálise não os interpreta como patologias, uma vez que toda manifestação está articulada ao funcionamento da linguagem (GONÇALVES, 2017). Assim, mesmo que a verbalização seja ausente em alguns indivíduos engendrados no autismo, Dolto (2008, apud. GONÇALVES, 2017) explicita o desenho e a pintura como uma forma de expressão gráfica que possibilita a comunicação de suas fantasias de forma simbólica. Essa atividade gráfica é apresentada como alternativa à tradicional associação livre, proposta de forma lúdica de expressão de seus momentos tanto importantes quanto os aflitivos.

A atuação em conjunto se faz importante ao analista verbalizar seu reconhecimento a respeito pintura/ desenho, mesmo que o sujeito nada diga sobre isso, de modo que se possa envolver sutilmente as imagens em significados não intrusivos (GONÇALVES, 2017). Estes pequenos toques não podem ser confundidos com interpretações maçantes e apressadas, mas deve ser levado como uma parte necessária do holding. Assim, mesmo que o indivíduo não possua uma imagem corporal integrada, ele transmite suas representações e suas concepções na tela, sendo que essa é a proposta do analista, a de que qualquer representação do mundo já é uma expressão (DOLTO, 2008, p. 19. apud. GONÇALVES, 2017). Tais representações gráficas são decodificáveis ao passo que o sujeito

dá vida às diferentes partes do desenho (suporte de suas fabulações nessa relação transferencial), entendendo que não se dá vida a um personagem em vão (DOLTO, 2008, p. 2. apud. GONÇALVES, 2017).

Essa linguagem figurativa oferece um suporte exterior ao qual o sujeito pode associar o afeto que o submerge, caracterizando a presença continente. Isso tem a ver com o pensar-figurar, onde um movimento, um ato (produzido ou sofrido) e seu corpo são explicitados e revivenciados. O paciente silencioso foge de um conflito, mas também foge em direção a algo, ou seja, para um estado onde se sinta relativamente seguro, um tipo de criação própria para se proteger. Essa criação também pode encontrar refúgio nas imagens criadas pelo paciente em seus desenhos, pintura ou rabiscos, formando uma figura que toca, por si só, o indizível e registra o que não pudera ser revelado até então. (COSTA, 2016).

Para ilustrar essa práxis, cita-se Costa (2016), que, com o passar do tempo, relata a mudança de seus pacientes em seu grupo de trabalho terapêutico no CAPS, que abandonaram a exclusividade do uso de imagens e passaram pelo processo de entrada na linguagem, onde a palavra aos poucos foi retomando seu lugar. Atenta a esse movimento, a autora introduziu em suas sessões de pintura a leitura de textos e poesias de autores como Mia Couto e Guimarães Rosa, dos quais, pela escrita pictórica, promovem uma passagem entre imagem e palavra. Essa atividade apoiou o movimento de sustentação de afeto e da criação de uma subjetividade, uma zona potencial de ilusão, favorecendo a transição entre corpo e psiquismo (COSTA, 2016).

Após o desenvolvimento emocional passar por seus primeiros estágios, o sujeito pode contar com uma personalidade recém-integrada, onde prevalece a questão da ambivalência que pressupõe a capacidade de união de sentimentos amorosos e hostis nas relações objetais (COSTA, 2016). Assim, o sujeito pode passar da fase de dependência absoluta para a fase de dependência relativa, da qual o analista pode ter êxito ao falhar (GUEDES, 2012). É através dessa falha fora da fase prematura que o sujeito pode iniciar seu processo de criação de ferramentas para lidar e elaborar com sua frustração de separação, podendo vir a sentir ódio. Este ódio não era um afeto possível no estágio primitivo, pois o ódio direciona-se a um objeto, e na fase prematura não se reconhece um objeto separado de si para que se possa odiar. Assim, já na fase de dependência relativa onde seu psiquismo se forma, o sujeito não sente mais a falha do ambiente como aniquiladora e angustiante, mas sim como um objeto para direcionar seus sentimentos de ódio.

Portanto, com esse sentimento de ódio, pode-se trazer o passado ao presente para reelaborá-lo, possibilitando que o sujeito o sinta em sua totalidade experiencial sem que seja invadido pela sensação de ameaça aniquiladora do ambiente (GUEDES, 2012). Segundo Winnicott (1963/1983, p.233 apud. GUEDES 2012) o indivíduo odeia o analista pela falha original, mas que é agora

apresentada na transferência. O analista, então, recebe a regressão do paciente de modo que ela possa estar a serviço do ego. É, então, transformada em uma nova dependência, da qual o sujeito traz o fator prejudicial externo para seu controle onipotente interno dos mecanismos de introjeção e projeção.

Para Costa (2016), se restaurar a ferida narcísica do indivíduo é a principal função do analista, isso não poderá ocorrer unicamente nos limites de uma técnica. O termo “técnica” implica um modelo operacional onde o indivíduo é um objeto submetido a um processo terapêutico organizado e experimentado. Porém, para compreender sua patologia, o paciente deve ter suas lacunas narcísicas (ao menos em partes) restauradas. Isso só pode ocorrer quando o sujeito deixa de ser apenas um objeto e passa a se tornar parte subjetiva do terapeuta, conforme um processo de identificação. Assim, Benedetti (apud. COSTA, 2016) conceitua a positivação, referente à experiência psicóptica de dualidade que é vivida pelo sujeito e pelo analista. Essa dualidade é parcialmente fundida, já que o sujeito transfere ao analista suas “áreas de morte”, mas essa fusão não é total, pois o analista acolhe a falta juntamente às “áreas de vida”, mantendo a dualidade. Esse processo pode prosseguir apenas a partir de uma sobreposição de zonas, onde se faça possível a duplicidade da experiência psicóptica, uma zona intermediária que dá lugar à vivência vinculada de ambos (COSTA, 2016).

Assim, a positivação se apoia na experiência de transferência psicóptica e sobre uma espécie particular de “contratransferência”, a identificação. Isso pontua a importância da relação intersubjetiva (COSTA, 2016). Essa transferência psicóptica não é vivida da mesma forma que a transferência dada aos neuróticos, pois é tão excessiva que impede a percepção objetiva, onde a realidade do outro se dissolve, dando lugar à confusão de identidades. Assim, não estando mais encapsulado na rigidez autística, o sujeito pode objetivar a subjetividade no outro e na obra (objetos subjetivos) (COSTA, 2016). Assim, as obras gráficas e o analista podem estabelecer um papel de espelho negativo, onde apresentam ao paciente suas partes negadas, e convidam-no a experimentar aquilo que não pôde acontecer, aquilo que o ameaçava a ponto de encapsular-se. Trata-se, assim, de o analista se colocar no papel do paciente em sua infância frente aos objetos, ao ambiente, e refletir o que ele teve de repudiar em si para que manter sua relação narcísica com esses objetos (COSTA, 2016).

Portanto, não se deve confundir a contratransferência com a identificação do analista, uma vez que a contratransferência corresponde à transmissão das vivências passadas do terapeuta associadas à patologia do sujeito, e a identificação refere-se à maneira da qual o analista adentra o universo do indivíduo no aqui e agora, “revivendo seu drama em seu interior e reconstruindo na massa desordenada dos sintomas” (COSTA, 2016). Assim, o analista reconhece as capacidades e potencialidades do analisando, além de oferece-lo sua presença, gerando a sensação de acolhimento

e amparo. A partir disso, a identificação do paciente com o analista vai depender da identificação estabelecida no analista com seu paciente e suas questões, dependendo da confiabilidade do processo terapêutico (COSTA, 2016). Essa identificação do paciente com o analista promove uma metamorfose intrapsíquica da imagem no paciente.

Ao decorrer do processo, o analista passa da função de objeto subjetivo para sujeito transicional. A esse ponto não se pode chamá-lo de objeto transicional, já que se pressupõe a duplicação de subjetividade, ou seja, o analista é visto, agora, como sujeito transicional. Porém, essa estrutura dinâmica da presença é anterior a uma representação. Assim, Costa (2016) usa da metáfora que “o sujeito transicional é o terapeuta com a alma do paciente”. Isso quer dizer que o analista atua como o intermediário entre a metabolização de símbolos e a percepção do analisando. É a ausência dos verdadeiros símbolos (a falta de representações do objeto original) que permite que o sujeito leia o mundo apenas de forma rígida e literal, se identificando com cada pedaço do mundo (COSTA, 2016).

É essa hipertrofia simbolizante que torna, para ele, os signos concretos sem variabilidade de significados. É então, na dualidade entre analista e sujeito que se pode desenvolver a potencialidade protossimbólica. Esse termo se refere a uma apresentação simbolizante (podendo ser visual, acústica, cinestésica, etc), mas não se configurando, ainda, como uma representação, mas abre possibilidades de criação de sentido realizados no encontro com o outro (COSTA, 2016). Essa potencialidade protossimbólico também representa o trabalho em duplo, dado entre dois psiquismos, do qual o analista demonstra uma “plasticidade momentânea considerável” que então reflete em si mesmo apenas o que é potencial no outro (COSTA, 2016). Assim, é possível de ver antes de compreender, criando uma zona estruturante e em um espaço transicional, e esse ver está relacionado à imagem presente no inconsciente não recalcado. Para Costa (2016) a regressão à imagem conduz à regressão ao conceito, deduzindo que tanto o pensamento abstrato pode levar à imagem quanto a imagem pode levar ao pensamento abstrato.

Portanto, Costa (2016) entende o recurso artístico como um objeto transicional além de uma relação transferencial. Do mesmo modo, Tavares (2019) usa concepção de Victor Guerra de objeto tutor para designar os objetos usados pela dupla para a transição subjetiva de modo a guiar o avanço de forma apaziguadora, diminuindo a possibilidade de (re)estagnação. Esses objetos apresentados pelo analista ao analisando carregam a função de apresentação do terceiro no contato afetivo, onde, ao mesmo tempo em que separa e une o sujeito e o outro, é uma zona privilegiada de contenção e prazer (TAVARES, 2019). Assim, o analista, ao reconhecer o a pintura ou desenho produzidos pelo analisando, fazem uma criação conjunta, pois o analista injeta vida à obra por meio do olhar que dirige ao objeto (TAVARES, 2019). Esse objeto, a obra, representa a continuidade de cuidado e

testemunha o encontro analítico e intersubjetivo, marcando o sujeito com uma sensação de confiança. Assim, o sujeito pode elaborar a ausência por meio do contato com um objeto intermediário, do qual o trabalho em presença preconiza a capacidade de simbolização. Posteriormente, essa relação intermediária e transitória abrirá caminhos para o contato com o externo, fazendo com que o objeto autístico (protetivo) não seja mais necessário, pois deu-se lugar ao objeto tutor que exerce a função transicional em dupla (TAVARES, 2019).

Roussillon (apud. TAVARES, 2019) afirma que os processos psíquicos precisam ser materializados, pelo menos transitoriamente, de uma forma perceptível para que, posteriormente, receba uma representação psíquica. O sujeito pode, então, compreender e elaborar a separação do objeto por meio de seus contornos e formas, representando o seu próprio corpo diferenciado do outro (TAVARES, 2019). Assim, o sujeito pode iniciar sua separação e prosseguir sua constituição subjetiva, da qual, aos poucos, passa a substituir o objeto concreto por signos, significados e representantes. O indivíduo terá a capacidade de estar só, pois não se sentirá cindado diante da falta concreta, já que agora se preenche com simbologia.

Assim, os conteúdos produzidos nas telas de pintura se abrem para novos sentidos dos quais o próprio sujeito pode ressignificá-los. A partir disso, retomando o caso do grupo terapêutico do CAPS de Costa (2016), a autora relata que se pode associar a técnicas psicodramáticas aplicadas na tela articuladas com a escuta orientada para a ruptura, trabalhadas de forma não rígida e moldadas para fluir com o ritmo do paciente. Entende-se a tela como um meio de chegar à zona de ilusão e ao espaço potencial, situada entre a criatividade primária e a percepção objetiva que se baseia no teste de realidade (COSTA, 2016).

Por fim, esse espaço potencial é onde vigora a lógica emocional do sonho, no qual a pintura ou desenho funciona como um espelho permitindo que o que fora negado se reflita e defina seus contornos, tornando-os menos ameaçadores. Essa linguagem de sonho expressa personagens contracenados pelo próprio paciente, tornando o sujeito espectador de si mesmo, evidenciando e concretizando na tela sua visão de mundo. Trata-se de uma narrativa baseada em uma associação de imagens, onde o paciente pode desenvolver sua história e pintando naquela cena o que pode ser alterado, descongelando a imagem e desestagnando seus sentidos (COSTA, 2016). Percorrendo esse lento caminho, o sujeito pode, a partir dessas imagens, falar sobre elas como se não falasse de si mesmo, o que permite maior flexibilização das defesas ao se falar de um personagem e não de si mesmo, tornando a experiência menos ameaçadora e intrusiva. É dentro desse processo que, junto da participação ativa do analista ao suporte psíquico do indivíduo, pode-se criar condições para o aparecimento do sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo, pode-se compreender a função da arte no processo psicanalítico de retomada de desenvolvimento do sujeito com autismo. Pode-se, então, compreender a função da arte associada à companhia do analista desde o momento de desmanche do encapsulamento até o momento de criação simbólica. Através das concepções da psicanálise winnicottiana, pode-se dar foco à importância do manejo e da sustentação no ambiente analítico, onde a interpretação se mostrava inviável diante de um indivíduo ainda não integrado. Portanto, a arte se apresenta como um meio tanto transferencial como transicional, onde espelha o indivíduo para si mesmo e o acolhe diante das densas dificuldades encontradas no processo de transformação. Dessa forma, os objetos autísticos paralisantes podem ser transformados em objetos subjetivos, que por sua vez, podem ser convidados à abertura com o outro e com o ambiente por meio do ritmo compartilhado, que pode ser dado através de melodias ou traços em uma tela. A partir daí, junto da companhia viva entre a dupla, pode-se dar aos objetos a função transacional compartilhada. Ou seja, o sujeito transicional (analista reconhecido como uma segunda subjetividade) pode iniciar o processo de nomeação das obras produzidas pelo sujeito, de forma que o contato com o simbólico não seja sentido como intrusivo, mas sim como o elemento que dá vida aos signos.

Como resultado, esse trabalho leva abertura a outros temas de pesquisa, já que este específico tema ainda abrange a possibilidade de maior aprofundamento e exploração. Pode-se explorar a técnica artística associada ao método psicanalítico de outros autores, como por exemplo, Lacan ou Freud, com o intuito de expandir o campo teórico sobre o tema. Pode-se também, aprofundar estudos sobre diferentes técnicas artísticas e suas funções no *setting* como, por exemplo, a música, o teatro, a poesia, etc, já que há uma vasta gama de ferramentas expressivas que podem beneficiar a atuação na clínica psicanalítica do autismo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Conceição A. Serralha de. A perspectiva winnicottiana sobre o autismo no caso de Vitor. **Psyche (Sao Paulo)**, São Paulo, v. 8, n. 13, p. 43-60, jun. 2004.

Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382004000100005#:~:text=No%20estudo%20etiolo%C3%B3gico%2C%20a%20teoria,do%20ambiente%20perante%20suas%20necessidades >. Acessos em 19 out. 2020.

ARAÚJO, Conceição A. Serralha de. O autismo na teoria do amadurecimento de Winnicott. **Nat. hum.**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 39-58, jun. 2003. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302003000100002. Acesso em: 5 Jun de 2020

COSTA, Marina de Oliveira. **De que cor será sentir?: método psicanalítico na psicose**. Barueri, SP: Manole, 2016.

FERREIRA, Tânia; VORCARO, Angela. **Tratamento psicanalítico de crianças autistas: diálogo com múltiplas experiências**. 1. ed.; 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: < <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf> >. Acesso em: 20 Out. 2020.

GONÇALVES, Renata Cristina. A influência do desenho na clínica psicanalítica para a constituição do sujeito: um estudo de caso sobre o autismo infantil. **Estilos clin.**, São Paulo , v. 22, n. 2, p. 230-245, ago. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282017000200002. >. Acesso em: 29 Out 2020.

GUEDES, Isabella Vieira de Macedo. **A relação mãe-bebê e a etiologia do autismo: reflexões a partir da psicanálise winnicottiana**. 2012. 55f. Monografia (Graduação em Psicologia) – UniCEUB. Brasília, 2012. Disponível em: < <https://core.ac.uk/download/pdf/185253533.pdf> > Acesso em: 19 out. 2020.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, June 2007. Disponível em: < [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000200001#:~:text=A%20revis%C3%A3o%20sistem%C3%A1tica%2C%20ao%20contrario,na%20revis%C3%A3o%22\(2\).](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002007000200001#:~:text=A%20revis%C3%A3o%20sistem%C3%A1tica%2C%20ao%20contrario,na%20revis%C3%A3o%22(2).>)> Acesso em: 20 Out. 2020.

TAVARES, Talita Aruda. **O brincar na clínica psicanalítica de crianças com autismo**. São Paulo: Blusher, 2019. 144p.

14 - INFLUÊNCIA DOS FATORES SOCIOECONÔMICOS NA AVALIAÇÃO DA INTELIGÊNCIA EM CRIANÇAS: ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS DA ESCALA WECHSLER DE INTELIGÊNCIA PARA CRIANÇAS – WISC IV⁸

Gabriela Ferraz Ribeiro
Paulo Francisco de Castro

INTRODUÇÃO

De acordo com Silva (2003), historicamente, filósofos e pesquisadores têm se dedicado às reflexões sobre inteligência e capacidade intelectual. Filósofos gregos buscaram compreender as origens do intelecto, pensadores da Idade Média e Moderna debateram sobre a natureza da inteligência, com vistas ao embate entre a estrutura inata ou desenvolvida da cognição, e muitos pesquisadores dos últimos séculos se propuseram a estruturar formas de medir e avaliar a inteligência e as habilidades cognitivas envolvidas nesse importante construto psicológico. Em termos práticos, a inteligência pode ser identificada a partir de diferentes habilidades que a compõem, tais como a aptidão para lidar com a complexidade, para aprender ou para evitar erros comuns.

Para Cunha (2011), aprender a ler e a escrever é o objetivo que se espera que toda criança atinja na escolaridade básica, pois trata-se de algo fundamental para o desenvolvimento de capacidades essenciais ao desenvolvimento do ser humano em sociedade. No entanto, para muitas crianças, essa questão parece uma tarefa extremamente árdua em um mundo que exige que tal processo ocorra cada vez mais cedo, com estimulações precoces da aprendizagem da leitura e escrita sem que haja, na maioria das vezes, qualquer preocupação com o desenvolvimento das capacidades cognitivas necessárias para que essa evolução ocorra de maneira eficaz.

Assim, a harmonia entre visão e ato motor, e a inteligência e desenvolvimento cognitivo são o que, segundo Oliveira (2011), capacitam o indivíduo ao processo de leitura e escrita. Logo, sem o desenvolvimento de tais capacidades, os processos de escrita e de leitura ficam prejudicados, uma vez que estão intrinsecamente relacionados; por essa razão, tornam-se um fator importante a ser considerado no processo de ensino-aprendizagem.

⁸ Apoio: Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade de Taubaté – PIBIC/Unitau.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Identificar a influência dos fatores socioeconômicos na avaliação de inteligência em um grupo de crianças, por meio dos dados do WISC IV.

Objetivos Específicos

- Levantar os dados obtidos no WISC IV de um grupo de crianças, separando-os segundo o tipo de escola frequentada pelas crianças: particular ou pública.
- Comparar os resultados de acordo com os tipos de escola.
- Separar as comparações em conformidade com os índices fatoriais, com vistas às diferenças existentes entre eles, a saber: compreensão verbal, organização perceptual, memória operacional e velocidade de processamento.

REVISÃO TEÓRICA

Sobre a Inteligência

Segundo Silva (2003), no decorrer da década de 1990, foram desenvolvidos inúmeros estudos sobre o conceito de inteligência discutindo-se a possibilidade de medi-la e quais fatores tornam uma pessoa inteligente. Os argumentos sobre tal constructo são provenientes do campo de pesquisa psicométrico, que tenta determinar quanto da inteligência possui caráter inato, por meio de estatísticas, e a biologia do Quociente Intelectual (QI), e do campo de pesquisa da ecologia cultural, que afirma ser a inteligência algo mutável com o tempo e os testes de QI de serem parciais quando a mensuram.

Tais campos, por apresentarem métodos divergentes e pelo fato de não haver comunicação entre os pesquisadores, jamais confluíram em suas teses. Desse modo, a inteligência é um importante fenômeno psicológico que tem permeado estudos e abordagens metodológicas diversas (SILVA, 2003).

Durante algum tempo, a inteligência foi entendida pelos psicólogos como capacidade mental, porém, ao se defrontarem com questões relacionadas às dificuldades de aprendizagem, tais profissionais perceberam ser o conceito de inteligência algo controverso em suas bases teóricas e práticas. Portanto, não há um consenso quanto à definição do termo inteligência: o que existe é uma variedade de propostas e de abordagens para a compreensão desse importante fenômeno psíquico (SILVA, 2003; YEHA, 1987).

Na apresentação da proposta psicométrica, Yehia (1987) e Silva (2005) afirmam que são observadas as definições do conceito de Fator G. Esta abordagem dedica-se à investigação objetiva dos aspectos que envolvem a inteligência, tais como o quociente intelectual (QI) e outras medidas psicológicas, as quais apresentam os dados do indivíduo avaliado. Para tanto, utiliza-se de um grande conjunto de testes psicológicos, fundamentados na análise estatística dos resultados.

A partir do desenvolvimento de padrões específicos para cada população, consideram-se variáveis envolvidas na investigação da inteligência. Tal proposta configura-se como um modelo importante de investigação da inteligência, por meio da comparação dos resultados obtidos com o desempenho de determinado grupo (SILVA, 2005; YEHIA, 1987).

De acordo com Silva (2005), há ainda a abordagem experimental, desenvolvida a partir de pesquisas e práticas em laboratório. Registros históricos revelam grande material sobre os procedimentos controlados para investigação da inteligência; além disso, a evolução tecnológica permite constantes atualizações nas estratégias de levantamento de dados intelectuais, por meio de estratégias experimentais. Para efeito de pesquisas, a abordagem mostra-se extremamente relevante, entretanto, em termos práticos e de aplicação cotidiana, o acesso ao material não é frequente.

Tais abordagens são fundamentais para a compreensão da cognição humana, uma vez que cada uma irá abordá-la pautada em aspectos específicos que auxiliarão no entendimento de como ocorre o desenvolvimento cognitivo (PAPALIA; FELMAN, 2013). Dessa forma, segundo Alves e Nakano (2015), a inteligência consiste em um constructo multidimensional, constituído por inúmeras capacidades que se relacionam entre si e manifestam um fator geral.

Sobre o WISC IV

A Escala Wechsler de Inteligência para Crianças – 4ª Edição (WISC –IV) destina-se a crianças de 6 anos e 0 meses a 16 anos e 11 meses. As características das amostras utilizadas nas pesquisas que verificaram as propriedades psicométricas do instrumento (estudos de validade e precisão) estão descritas ao longo do manual, quando da apresentação de cada um dos estudos. A amostra normativa foi composta por 1.863 sujeitos, sendo 948 (50,9%) do sexo feminino e 913 (49,1%) do sexo masculino (WECHSLER, 2014a).

Trata-se de um instrumento clínico de aplicação individual que objetiva avaliar a capacidade intelectual das crianças e o processo de resolução de problemas. Suas principais indicações de uso são: “[...] estimativa cognitiva na avaliação psicológica, neuropsicológica e psicoeducacional; no diagnóstico diferencial de desordens neurológicas e psiquiátricas e no planejamento de programas de reabilitação (neuro) cognitiva” (WECHSLER, 2014b, p. xxix).

Weiss et al. (2017) descreveram que variáveis socioeconômicas interferem diretamente nos resultados do quociente de inteligência. Esses dados foram identificados em inúmeras pesquisas, com diferentes condições econômicas e etnias americanas diversas. Além disso, Steen e Campbell (2017) estudaram a influência da pobreza sobre o desenvolvimento cognitivo em crianças e destacaram que condições sociais e econômicas precárias afetam diretamente o desenvolvimento cognitivo e, por consequência, os resultados na avaliação de inteligência. O WISC IV não foge a essa questão, sendo que os pesquisadores e clínicos devem observar problemas dessa ordem em suas investigações e avaliações.

Em termos de pesquisas com o WISC IV, destacam-se:

- Diniz, Correa e Mousinho (2020), que realizaram um estudo sobre crianças e adolescentes com Dislexia e Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH). Nesse contexto, entendem que o WISC IV é um teste completo, pois além de analisar aspectos gerais do funcionamento cognitivo, avalia habilidades específicas, possibilitando uma compreensão mais profunda do perfil do avaliado. Ademais, esse teste pode servir de apoio para o diagnóstico de pacientes com dislexia e déficit de atenção/hiperatividade (TDAH), que apresentam queixas oriundas do âmbito escolar.
- Macelo, Mora e Mettrau (2017), que estudaram a validade do WISC IV para grupos especiais de crianças com altas habilidades e salientam que, apesar de sua eficácia para a avaliação de superdotação, é necessária uma avaliação mais ampla sobre outras características que as crianças com altas habilidades/superdotação possuem, realizando observações e não se restringindo apenas a testes de inteligência.
- Simões (2002), que, em sua reflexão sobre avaliação neuropsicológica, explica que esta tem como objetivo descobrir lesão cerebral ou lesões estruturais, após suspeitas que surgiam quando o sujeito não atingia o desempenho esperado em alguma avaliação escolar, utilizando as Escalas de Inteligência de Wechsler (WISC).

O WISC é um dos testes mais utilizados, sendo referência para a mensuração de inteligência de crianças e adolescentes, mas que também pode ser empregado em avaliações neuropsicológicas, agregando conteúdo ao diagnóstico.

MÉTODOS

Material

A presente proposta foi desenvolvida a partir de dados secundários dos relatórios de avaliação psicológica. Foram analisados os resultados de 265 testes do WISC IV aplicados no Laboratório de

Ensino e Pesquisa em Avaliação Psicológica (LabAval), que integram o banco de dados para pesquisas em avaliação psicológica, organizado a partir de proposta aprovada pelo Comitê de Ética em pesquisas da Universidade de Taubaté, sob o Protocolo CEP/UNITAU nº 049/09, que trata da organização das atividades práticas supervisionadas no LabAval e da formação de um banco de dados para pesquisas em Avaliação Psicológica.

Os relatórios do WISC IV foram obtidos a partir da aplicação do teste em crianças com idades entre 6 e 16 anos, de escolas públicas e particulares, sem queixas escolares ou psicológicas, o que configura uma amostra não clínica. Utilizou-se como critério para avaliação socioeconômica o tipo de escola frequentada pela criança; tal estratégia pode ser considerada para o controle dessa variável.

O fato de serem crianças sem queixas e oriundas dos dois tipos de escola permitiu a análise das possíveis diferenças em relação às questões socioeconômicas.

Procedimento para Coleta de Dados

Inicialmente, os dados constantes dos relatórios arquivados no Banco de Dados de Pesquisa em Avaliação Psicológica do LabAval foram verificados para garantir correção adequada das respostas obtidas no WISC IV. Posteriormente, os dados foram lançados no sistema informatizado de correção da editora para ponderação, de acordo com a idade das crianças.

Após a correção informatizada, as informações foram lançadas em planilhas para organização do tratamento estatístico.

Procedimento para Análise de Dados

Os dados foram analisados por meio de tratamento estatístico dos escores ponderados do WISC IV, visando comparação entre os grupos (escolas particulares e escolas públicas).

Para descrever o perfil da amostra, foram elaboradas tabelas de frequência com valores de frequência absoluta (n) e relativa (%) das variáveis categóricas (idade, sexo e tipo de escola), e calculadas estatísticas descritivas (com medidas de posição e dispersão – média, desvio-padrão, valores mínimo, máximo, mediana e quartis) das variáveis numéricas (idade e escores do instrumento WISC).

Testes Qui-Quadrado ou exato de Fisher (para valores esperados menores que 5) foram utilizados para comparação das variáveis categóricas entre os tipos de escola. Para confrontar diferenças e semelhanças das variáveis numéricas entre os tipos de escola, adotou-se o teste de Mann-Whitney, em razão da ausência de distribuição normal das variáveis. O nível de significância utilizado para os testes estatísticos foi de 5% ($p < 0.05$).

Foi possível, ainda, a comparação de 20 variáveis, compostas pelo QI Total, quatro Índices Fatoriais e 15 Subtestes, organizados como segue:

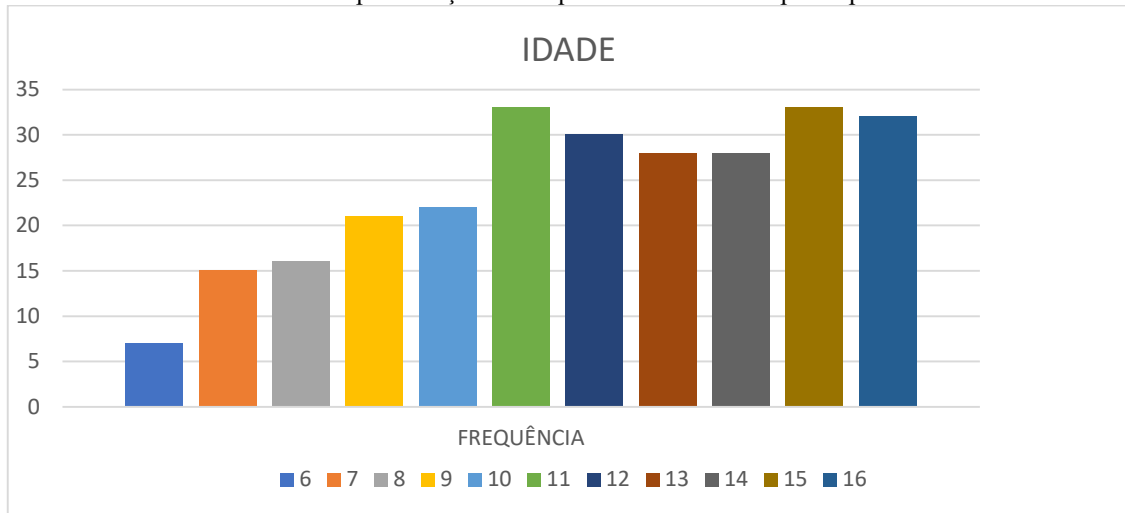
- QI Total (QIT), que avalia inteligência geral e o nível geral do funcionamento intelectual.
- Índice de Compreensão Verbal (ICV), que identifica o conhecimento adquirido mediante educação formal ou informal, capacidade de compreensão verbal, raciocínio verbal e formação de conceitos. É composto pelos seguintes subtestes: Semelhanças, Vocabulário, Compreensão, Informação e Raciocínio com Palavras.
- Índice de Organização Perceptual (IOP), responsável por verificar a habilidade para interpretar e organizar visualmente o material percebido e para gerar e testar hipóteses relacionadas à solução de problemas. Avalia a formação de conceitos não verbais, a percepção e a organização visual, o processamento simultâneo, a coordenação visomotora, a aprendizagem e a habilidade de separar figura e fundo de um estímulo visual. É formado pelos subtestes Cubos, Conceitos Figurativos, Raciocínio Matricial e Completar Figuras.
- Índice de Memória Operacional (IMO), que trabalha com a habilidade de manter-se consciente de uma informação, desenvolver uma atividade, saber manipulá-la e, a partir dela, produzir um resultado. Este índice é considerado um componente essencial para a organização perceptual, pois avalia as habilidades do examinando de sustentar atenção, concentração e exercer controle mental. Aqui, integram-se os subtestes Dígitos, Sequência de Número e Letras e Aritmética.
- Índice de Velocidade de Processamento (IVP), ao qual compete a investigação das habilidades relacionadas à atenção e à memória e concentração para processar rapidamente a informação visual. A velocidade de processamento das informações está diretamente relacionada à capacidade mental, ao desempenho e desenvolvimento em leitura, ao raciocínio, contando com recursos cognitivos armazenados, e ao uso eficiente de memória de trabalho para tarefas mais complexas. Dele, fazem parte os subtestes Código, Procurar Símbolos e Cancelamento.

As análises de cada tópico descrito anteriormente seguiram os critérios interpretativos contidos no manual técnico do instrumento (WECHSLER, 2014b).

RESULTADOS

Análise Descritiva Geral

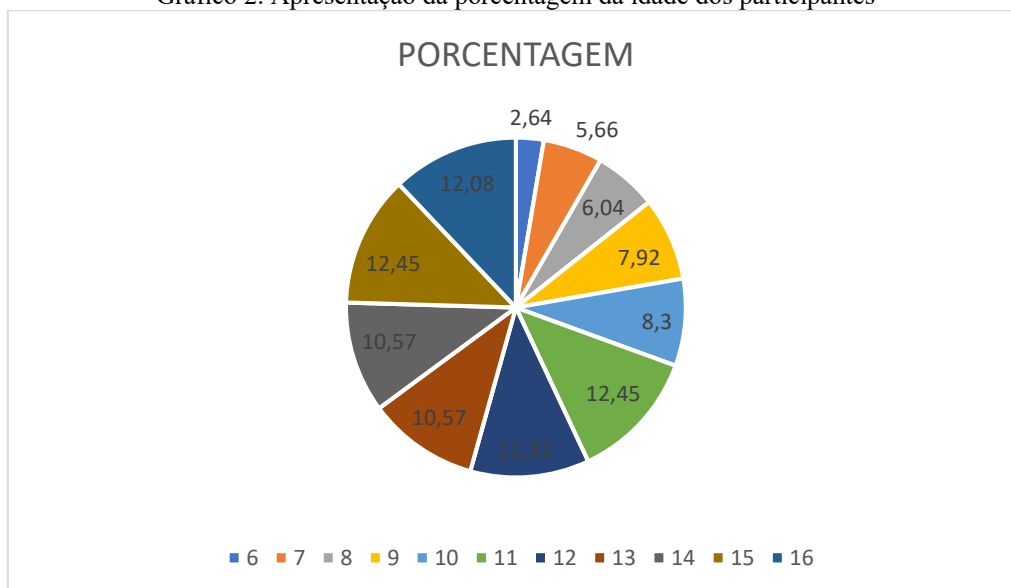
Gráfico 1. Apresentação da frequência da idade dos participantes



Fonte: Dados da pesquisa de campo

Conforme se observa nos dados expostos pelo Gráfico 1, a idade dos participantes com maior incidência está centrada entre 11 e 15 anos de idade ($n = 33$ cada), seguida de 16 anos ($n = 32$); posteriormente, a sequência de grupo obedece à seguinte ordem: 12 anos ($n = 30$), 13 e 14 anos ($n = 28$), 10 anos ($n = 22$), 8 anos ($n = 16$), 7 anos ($n = 15$) e, por fim, o grupo com 6 anos de idade ($n = 7$).

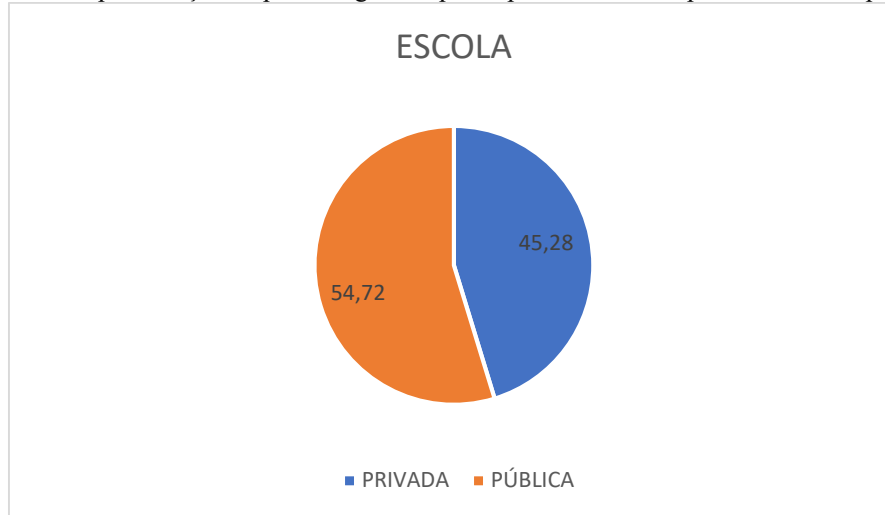
Gráfico 2. Apresentação da porcentagem da idade dos participantes



Fonte: Dados da pesquisa de campo

A disposição dos dados segue a seguinte ordem: 12,5% dos participantes correspondem à faixa etária de 11 e 15 anos, 12,08% possuem 16 anos, 10,57% de incidência nos participantes de 13 e 14 anos, 8,3% com 10 anos, 7,92% dos participantes de 9 anos, finalizando com 6,04% na faixa etária de 8 anos, 5,66% com 7 anos e, com menor incidência, 2,64% dos participantes de 6 anos.

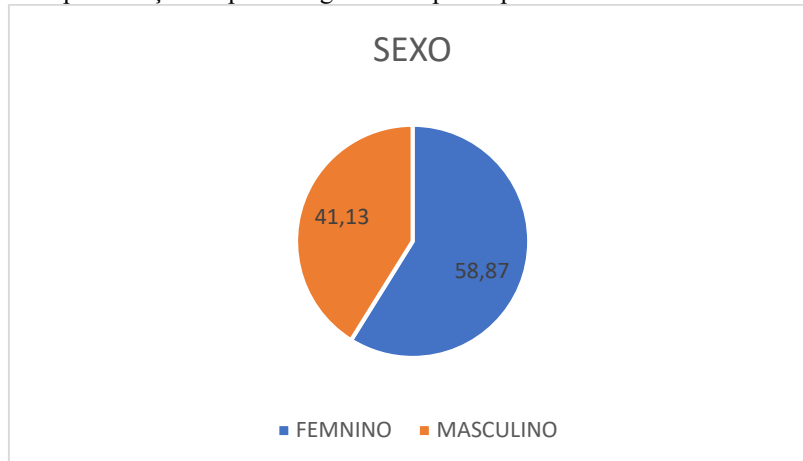
Gráfico 3. Apresentação da porcentagem de participantes da escola privada e escola pública



Fonte: Dados da pesquisa de campo

No Gráfico 3, nota-se que o grupo de participantes de escolas privadas tiveram uma maior incidência, com 54,72%; o grupo de participantes de escolas públicas totalizou 45,27%.

Gráfico 4. Apresentação da porcentagem entre participantes do sexo masculino e feminino



Fonte: Dados da pesquisa de campo

O Gráfico 4 revela maior incidência do grupo feminino, com 58,87% de participação, enquanto, no grupo masculino, esse percentual corresponde a 41,13%.

Tabela 1. Análise descritiva das variáveis numéricas dos resultados dos Subtestes e Índices fatoriais

VARIÁVEL	N	MÉDIA	D.P.	MÍN	Q1	MEDIANA	Q3	MÁX
Idade	265	11.96	2.85	6.00	10.00	12.00	14.00	16.00
CB	265	10.73	2.98	4.00	9.00	10.00	13.00	18.00
SM	265	11.98	2.92	5.00	10.00	12.00	14.00	19.00
DG	265	10.17	2.59	4.00	8.00	10.00	12.00	19.00
CN	265	10.89	2.49	2.00	9.00	11.00	13.00	18.00
CD	265	9.93	2.86	4.00	8.00	10.00	12.00	19.00
VC	265	11.74	2.92	1.00	10.00	12.00	13.00	19.00
SNL	265	10.75	2.64	2.00	9.00	11.00	12.00	19.00
RM	265	11.52	2.56	3.00	10.00	12.00	13.00	19.00
CO	265	11.95	2.93	5.00	10.00	12.00	14.00	19.00
PS	264	10.42	2.92	1.00	9.00	10.00	12.00	19.00
CF	265	10.71	2.73	1.00	9.00	11.00	13.00	18.00
CA	265	10.07	2.89	3.00	8.00	10.00	12.00	17.00
IN	264	10.73	2.65	1.00	8.00	11.00	13.00	17.00
AR	264	10.27	2.63	1.00	8.50	10.00	12.00	18.00
RP	264	10.80	3.10	1.00	9.00	11.00	13.00	19.00
ICV	265	110.60	15.02	11.00	101.00	111.00	119.00	148.00
IOP	265	106.42	12.17	63.00	100.00	106.00	116.00	138.00
IMO	265	102.57	12.61	68.00	94.00	100.00	112.00	155.00
IVP	265	100.83	15.51	11.00	92.00	100.00	111.00	155.00
QIT	265	108.07	12.22	67.00	101.00	108.00	115.00	141.00

Fonte: Dados da pesquisa de campo

As informações expressas da Tabela 1 referem-se aos dados da estatística descritiva dos resultados do WISC IV, obtidos por meio da análise de informações.

Comparação dos Resultados dos Subtestes

Tabela 2. Comparação dos resultados do Subteste Cubos (CB), em relação ao tipo de escola

Dados	N	Média	Desvio Padrão	Valor p
Privada	120	10.99	2.88	p = 0.245
Pública	145	10.52	3.05	

Fonte: Dados da pesquisa de campo

De acordo com a Tabela 2, que apresenta a comparação dos resultados do Subteste de Cubos nas escolas privadas e públicas, observa-se média de 10.99 e desvio padrão de 2.88 para os dados da escola privada, e média de 10,52 e desvio padrão de 3.05 para a escola pública. Após comparação entre os dados, obteve-se $p = 0.245$, indicando que não houve diferença estatisticamente significativa entre os dados.

Tal informação revela que a percepção e a habilidade em analisar e sintetizar estímulos visuais abstratos é semelhante nos dois grupos e não recebe influência dos fatores socioeconômicos.

Tabela 3. Comparação dos resultados do Subteste Semelhança (SM), em relação ao tipo de escola

Dados	N	Média	Desvio Padrão	Valor p
Privada	120	12.67	3.06	p < 0.001
Pública	145	11.42	2.68	

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Os dados apresentados na Tabela 3 foram obtidos a partir do comparativo entre as informações do Subteste de Semelhanças do WISC IV. Por meio dessas informações, pode-se verificar que a média da escola privada se encontra em 12.67, com desvio padrão de 3.06, enquanto a média da escola pública é de 11.42, com desvio padrão em 2.68. Após aplicação dos procedimentos estatísticos, obteve-se $p < 0.001$, indicando uma diferença significativa entre os dados, com maiores valores para a escola particular.

Dessa forma, compreende-se que as crianças estudantes de instituições de ensino privadas possuem mais facilidade em atividades que envolvem o raciocínio verbal e a formação de conceitos, por meio da compreensão oral e memória, além de conseguirem se expressar verbalmente com mais qualidade.

Tabela 4. Comparação dos resultados do Subteste Dígitos (DG), em relação ao tipo de escola

Dados	N	Média	Desvio Padrão	Valor p
Privada	120	10.68	2.60	p = 0.003
Pública	145	9.74	2.51	

Fonte: Dados da pesquisa de campo

A Tabela 4 apresenta os dados oriundos da comparação das informações do Subteste de Dígitos entre os diferentes tipos de escola, que estão dispostos da seguinte forma: média de 10.68, com desvio padrão de 2.60 nas escolas privadas, e média é de 9.74, com desvio padrão de 2.51 nas escolas públicas. Na análise, pode-se verificar que $p = 0.003$, revelando uma significância estatística favorável às instituições particulares.

Com isso, nota-se que os participantes das escolas privadas possuem maior facilidade no que se refere à memória auditiva de curto prazo, pois conseguem se manter concentrados e atentos.

Tabela 5. Comparação dos resultados do Subteste Conceitos Figurativos (CN), em relação ao tipo de escola

Dados	N	Média	Desvio Padrão	Valor p
Privada	120	11.26	2.56	p = 0.007
Pública	145	10.59	2.29	

Fonte: Dados da pesquisa de campo

A disposição da Tabela 5 apresenta uma comparação entre ambos os tipos de escola no que se refere à análise do Subteste de Conceito e Figuras. Nela, é possível identificar uma média de 11.26, com desvio padrão de 2.56 para as instituições privadas, e média de 10.59, com desvio padrão de 2.29 para as públicas. Além disso, acrescenta-se o valor de $p = 0.007$, que demonstra diferença significativa para a escola particular.

Dessa forma, conclui-se que alunos advindos das escolas privadas possuem um grau de facilidade maior para abstrair estímulos externos, focando naquilo que foi designado, além de possuírem mais agilidade de raciocínio, se comparados aos alunos de escola pública.

Tabela 6. Comparação dos resultados do Subteste Código (CD), em relação ao tipo de escola

Dados	N	Média	Desvio Padrão	Valor p
Privada	120	10.48	2.80	p = 0.005
Pública	145	9.45	2.84	

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Os resultados da análise da comparação dos resultados obtidos pela participação de crianças de escolas públicas e privadas na realização do Subteste Código, no teste WISC IV, pode ser observado na Tabela 6. Os alunos das escolas privadas obtiveram uma média de 10.48, com desvio padrão de 2.80; por seu turno, os alunos que frequentam escolas públicas alcançaram a média de 9.45 e desvio padrão de 2.84. O valor de $p = 0.005$ revela uma significância maior para as escolas privadas, creditada às influências socioeconômicas.

Essa maior relevância demonstra que alunos de instituições particulares possuem melhor desenvolvimento na aprendizagem por memorização, atenção, codificação e processamento auditivo, além de capacidades de memória operacional, transformação de informações, agilidade mental e imagens visuais e espaciais, em comparação com alunos de escolas públicas.

Tabela 7. Comparação dos resultados do Subteste Vocabulário (VC), em relação ao tipo de escola

Dados	N	Média	Desvio Padrão	Valor p
Privada	120	12.31	2.92	p = 0.003
Pública	145	11.26	2.85	

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Os dados apresentados na Tabela 7 confrontam os resultados do Subteste de Vocabulário entre instituições de ensino privadas e públicas. Observa-se que a média da escola privada totaliza 12.31, com desvio padrão de 2.92; no caso da escola pública, a média é de 11.26, com desvio padrão de 2.85. O valor de $p = 0.003$ remete à conclusão de que há diferenças significativas entre as escolas, evidenciando-se a instituição particular.

Tal informação revela que, com relação aos conhecimentos de palavras e na formação de conceitos, além do nível de conhecimento e habilidade de aprendizado, os alunos de escola privada possuem melhor desempenho.

Tabela 8. Comparação dos resultados do Subteste Sequência de Números e Letras (SNL), em relação ao tipo de escola

Dados	N	Média	Desvio Padrão	Valor p
Privada	120	11.08	2.67	p =0.079
Pública	145	10.49	2.59	

Fonte: Dados da pesquisa de campo

A comparação entre instituições públicas e privadas no Subteste de Sequência de Números e Letras Conforme pode ser observada na Tabela 8. Para as escolas privadas, a média obtida perfaz 11.08, com desvio padrão de 2.67; nas escolas públicas, a média é de 10.49, com desvio padrão de 2.59. O valor de $p = 0.079$ demonstra que não há diferença significativa entre as instituições de ensino.

O resultado alcançado revela que a capacidade de sequenciamento, agilidade mental, atenção, memória auditiva de curto prazo, velocidade de processamento, imagens visuais e espaciais são semelhantes em ambos os grupos.

Tabela 9. Comparação dos resultados do Subteste Raciocínio Matricial (RM), em relação ao tipo de escola

Dados	N	Média	Desvio Padrão	Valor p
Privada	120	12.13	2.44	p < 0.001
Pública	145	11.02	2.55	

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Os dados apresentados na Tabela 9 referem-se à comparação entre escolas públicas e privadas na realização do Subteste de Raciocínio Matricial, na qual a média para as instituições privadas é de 12.13, com desvio padrão de 2.44; para as escolas públicas, a média é de 11.02, com desvio padrão de 2.55. Nessa análise, o valor obtido de $p < 0.001$ indica que há diferença significativa em favor das escolas privadas.

Esse diferencial pode ser percebido através da habilidade de fluidez da inteligência e da estimativa realista da habilidade intelectual, de modo geral, por meio de analogias sobre uma matriz, em que alunos de instituições particulares possuem mais facilidades.

Tabela 10. Comparação dos resultados do Subteste Compreensão (CO), em relação ao tipo de escola

Dados	N	Média	Desvio Padrão	Valor p
Privada	120	12.64	2.89	p < 0.001
Pública	145	11.39	2.86	

Fonte: Dados da pesquisa de campo

A Tabela 10 expõe a comparação do Subteste Compreensão entre os grupos escolares analisados. Dessa forma, obteve-se média de 12.64, com desvio padrão de 2.89 para as instituições privadas e, para as públicas, a média perfaz 11.39, com desvio padrão de 2.86. O valor de $p < 0.001$ permite a compreensão de que há diferenças significativas entre os dados, com maior destaque para as escolas privadas.

Com isso, entende-se que alunos pertencentes às instituições particulares possuem capacidade para avaliar e utilizar experiências anteriores, e habilidades para transmitir informações de prática, julgamento, maturidade e bom senso, e raciocínio verbal e conceituação mais desenvolvidas do que os estudantes de escolas públicas.

Tabela 11. Comparação dos resultados do Subteste Procurar Símbolos (PS), em relação ao tipo de escola

Dados	N	Média	Desvio Padrão	Valor p
Privada	119	11.13	2.94	$p < 0.001$
Pública	145	9.84	2.78	

Fonte: Dados da pesquisa de campo

A confrontação dos resultados do Subteste Procurar Símbolos entre escolas privadas e públicas pode ser observada na Tabela 11. A média de 11.13 e o desvio padrão de 2.94 são creditados para a instituição privada, enquanto a média de 9.84, com desvio padrão de 2.78, destinam-se à escola pública. Analisados os dados, obteve-se o valor de $p < 0.001$, que indica uma diferença estatisticamente significativa entre os grupos.

Tal informação demonstra que a capacidade nos quesitos de processamento, velocidade de processamento, memória visual de curto prazo, coordenação visual motora, discriminação visual, atenção e concentração são maiores nos alunos oriundos de escolas privadas.

Tabela 12. Comparação dos resultados do Subteste Completar Figuras (CF), em relação ao tipo de escola

Dados	N	Média	Desvio Padrão	Valor p
Privada	120	10.77	2.48	$p = 0.947$
Pública	145	10.67	2.92	

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Os dados apresentados na Tabela 12 referem-se à comparação dos resultados do Subteste Completar Figuras. As instituições privadas alcançaram a média de 10.77 e desvio padrão de 2.48; as escolas públicas tiveram média de 10.67, com desvio padrão de 2.92. A comparação dos resultados ($p = 0.947$) revelou que não há diferenças significativas entre as escolas.

Portanto, a capacidade de percepção visual, organização, concentração e reconhecimento visual de detalhes essenciais dos diferentes objetos ocorrem de forma similar entre instituições públicas e privadas, não apresentando influências socioeconômicas.

Tabela 13. Comparação dos resultados do Subteste Cancelamento (CA), em relação ao tipo de escola

Dados	N	Média	Desvio Padrão	Valor p
Privada	120	10.50	2.71	p = 0.011
Pública	145	9.71	3.00	

Fonte: Dados da pesquisa de campo

A Tabela 13 ilustra os resultados obtidos com a participação de crianças de escolas públicas e privadas na realização do Subteste de Cancelamento, no teste WISC IV. Os alunos das escolas privadas alcançaram a média de 10.50, com desvio padrão de 2.71; os estudantes das escolas públicas, por sua vez, atingiram a média de 9.71, com desvio padrão de 3.00. A análise, que identificou o valor de $p = 0.011$, evidenciou maior significância para instituições privadas.

Assim, depreende-se que alunos pertencentes a escolas particulares possuem maior habilidade e desenvolvimento nas atividades de atenção visual seletiva e na sua velocidade de processamento.

Tabela 14. Comparação dos resultados do Subteste Informação (IN), em relação ao tipo de escola

Dados	N	Média	Desvio Padrão	Valor p
Privada	120	11.69	2.59	p = 0.001
Pública	144	9.92	2.44	

Fonte: Dados da pesquisa de campo

O comparativo do Subteste Informação entre os tipos de escola pode ser observado na Tabela 14. Os números encontrados indicam média de 11.69 e desvio padrão de 2.59 para as instituições privadas, e média de 9.92, com desvio padrão de 2.44 para as escolas públicas. O valor $p = 0.001$ revela que houve diferença estatisticamente significativa entre os dados.

Com isso, entende-se que alunos oriundos de escolas particulares possuem mais facilidade para reter informações recebidas do meio formal e informal, memória de longo prazo, percepção auditiva, compreensão e expressão verbal, do que alunos de escolas públicas, o que permite a conclusão de que há influências socioeconômicas.

Tabela 15. Comparação dos resultados do Subteste Aritmética (AR), em relação ao tipo de escola

Dados	N	Média	Desvio Padrão	Valor p
Privada	120	10.78	2.71	p = 0.001
Pública	144	9.85	2.50	

Fonte: Dados da pesquisa de campo

A Tabela 15 ilustra os dados extraídos do Subteste de Semelhanças do WISC IV. Por meio dessas informações, pode-se verificar que a média da escola privada se encontra em 10.78, com desvio padrão de 2.71, enquanto a média da escola pública perfaz 9.85, com desvio padrão de 2.50. Após aplicação dos procedimentos estatísticos, obteve-se $p = 0.001$, o que indica uma diferença significativa entre os dados, com maiores valores para a escola privada.

Logo, compreende-se que alunos de instituições particulares possuem mais facilidade para atividades que exigem atenção, concentração, agilidade mental, memória de curto e longo prazo, habilidade de raciocínio numérico, sequenciamento, fluidez de raciocínio e lógica.

Tabela 16. Comparação dos resultados do Subteste Raciocínio com Palavras (RP), em relação ao tipo de escola

Dados	N	Média	Desvio Padrão	Valor p
Privada	120	11.48	3.08	p = 0.003
Pública	144	10.24	3.00	

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Na disposição da Tabela 16, o comparativo entre instituições públicas e privadas refere-se ao Subteste de Raciocínio com Palavras. Na análise, verifica-se uma média de 11.48, com desvio padrão de 3.08 para escolas privadas, e média de 10.24, com desvio padrão de 3.00 para as escolas públicas. O valor $p = 0.003$ demonstra grande diferença entre ambas as instituições.

Dessa forma, conclui-se que alunos provenientes de escolas particulares possuem um grau de facilidade maior do que aqueles oriundos de instituições públicas, nos quesitos de compreensão e raciocínio verbal, abstrações verbais, raciocínio analógico, conhecimentos do assunto, capacidade de integrar e sintetizar vários tipos de informação e habilidade de criar conceitos alternativos e raciocínio fluido.

Comparação dos Resultados dos Índices Fatoriais e QI Total

Tabela 17. Comparação dos resultados do Índice de Compreensão Verbal (ICV), em relação ao tipo de escola

Dados	N	Média	Desvio Padrão	Valor p
Privada	120	144.63	14.03	p < 0.001
Pública	145	107.27	15.04	

Fonte: Dados da pesquisa de campo

De acordo com a Tabela 17, no comparativo entre os resultados do Índice de Compreensão Verbal nas instituições de ensino privadas e públicas, observa-se média de 144.63 e desvio padrão de 14.03 para os dados da escola particular, e média de 107.27, com desvio padrão de 15.04 para a escola pública. A análise revelou que $p < 0.001$, ou seja, houve diferença estatisticamente significativa entre os dados, com valores superiores para as escolas privadas.

Tal informação demonstra que alunos das instituições particulares de ensino têm mais facilidade de conhecimentos adquiridos mediante educação formal e informal, na compreensão verbal, no raciocínio verbal e na formação de conceitos.

Tabela 18. Comparação dos resultados do Índice de Organização Perceptual (IOP), em relação ao tipo de escola

Dados	N	Média	Desvio Padrão	Valor p
Privada	120	109.07	12.19	p = 0.002
Pública	145	104.23	11.76	

Fonte: Dados da pesquisa de campo

A Tabela 18 apresenta a comparação do Índice de Organização Perceptual entre os tipos de escola. Na análise, percebe-se a média de 109.07 e desvio padrão de 12.19 para as instituições privadas e, para as públicas, média de 104.23, com desvio padrão de 11.76. O valor de $p = 0.002$ indica que há diferenças significativas entre os dados, com destaque para as escolas privadas.

Com isso, entende-se que alunos de instituições particulares de ensino possuem maiores habilidades para interpretar e organizar visualmente o material percebido, além de gerar e testar hipóteses relacionadas à solução de problemas, à formação de conceitos não verbais, à percepção e organização visual, ao processamento simultâneo, à coordenação visomotora, à aprendizagem e à habilidade de separar figuras e fundo por estímulos visuais, mostrando que há influência de fatores socioeconômicos.

Tabela 19. Comparação dos resultados do Índice de Memória Operacional (IMO), em relação ao tipo de escola

Dados	N	Média	Desvio Padrão	Valor p
Privada	120	105.09	13.11	p = 0.006
Pública	145	100.49	11.83	

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Os dados que integram a Tabela 19 foram obtidos a partir da confrontação das informações do Índice de Memória Operacional (IMO) do WISC IV. Dessa forma, pode-se verificar que a média da escola privada se encontra em 105.09, com desvio padrão de 13.11, enquanto a média da escola pública está em 100.49, com desvio padrão em 11.83. Após aplicação dos procedimentos estatísticos, obteve-se $p = 0.006$, indicando uma diferença significativa entre os dados, com maiores valores para a instituição privada.

Compreende-se, portanto, que os alunos pertencentes às escolas particulares possuem mais facilidade para se manterem conscientes de uma informação e, a partir dela, desenvolverem atividades que, se manipuladas de forma correta, podem produzir resultados; ademais, também se nota mais aptidão na organização perceptual, na sustentação de atenção, na concentração e no controle mental.

Tabela 20. Comparação dos resultados do Índice de Velocidade de processamento (IVP), em relação ao tipo de escola

Dados	N	Média	Desvio Padrão	Valor p
Privada	120	103.53	17.56	p < 0.001
Pública	145	98.60	13.24	

Fonte: Dados da pesquisa de campo

De acordo com a Tabela 20, que apresenta o comparativo entre os grupos escolares no que concerne ao Índice de Velocidade de Processamento, a média obtida foi de 103.53, com desvio padrão de 17.56 para as instituições privadas e, para as públicas, a média de 98.60, com desvio padrão de 13.27. O valor de $p < 0.001$ demonstra há diferença significativa entre as escolas.

Esses resultados revelam que a capacidade relacionada à atenção, à memória e concentração para processar rapidamente a informação visual, à capacidade mental, ao desempenho e desenvolvimento em leituras, ao raciocínio, aos recursos cognitivos armazenados e ao uso da memória de trabalho para tarefas mais complexas são mais desenvolvidas nos alunos de escolas privadas.

Tabela 21. Comparação dos resultados do QI Total (QIT), em relação ao tipo de escola

Dados	N	Média	Desvio Padrão	Valor p
Privada	120	112.00	12.24	p < 0.001
Pública	145	104.81	11.25	

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Por fim, a Tabela 21 expõe o QI total obtido na comparação entre as escolas privadas e públicas. Nela, a média obtida para instituições particulares foi de 112.00, com desvio padrão de 12.24; nas escolas públicas, a média foi de 104.81, com desvio padrão de 11.24. Como resultado da análise dos dados, chega-se ao valor de $p < 0.001$, que demonstra diferenças significativas para as instituições privadas.

Conclui-se, portanto, que o funcionamento intelectual e a inteligência geral dos alunos de escolas privadas são maiores do que os de escolas públicas.

DISCUSSÃO

Kroeff et al. (2020) desenvolveram uma pesquisa baseada em dados da Escala Wechsler Abreviada de Inteligência (WASI), instrumento que possui estrutura de avaliação semelhante ao WISC IV adotado para este estudo. A WASI foi aplicada em um grupo de crianças da periferia e da região central de Porto Alegre, provenientes de escolas públicas e privadas. Em linhas gerais, observou-se que os resultados das crianças pertencentes a ambos os tipos de escola foram diferentes

em todos os escores da escala, entretanto, os dados intragrupos foram semelhantes. Diante do exposto, percebe-se que diferentes aspectos ligados às questões socioeconômicas, consideradas pelo tipo de escola, afetam no resultado da avaliação de inteligência.

Cavalini et al. (2015) explicam que a inteligência e a capacidade intelectual relacionam-se com diversos fatores e, entre eles, o nível socioeconômico. Chegam a essa conclusão por meio de dados obtidos a partir da aplicação do WISC III, edição da Escala de Inteligência Wechsler para Crianças anterior à utilizada nesta pesquisa.

Após análise estatística dos resultados, os autores observaram melhor desempenho nas crianças oriundas de escolas particulares, com maior diferença nos subtestes verbais, o que pode ser explicado pelo fato de que tais atividades são mais sensíveis ao processo formal de aprendizagem. Ao encerrarem suas reflexões, Cavalini et al. (2015) relatam a importância de serem consideradas variáveis socioeconômicas na organização dos dados normativos do teste.

Estudiosos como Shayer et al. (2015) desenvolveram uma investigação com escolares de instituições públicas e privadas na aplicação de vários instrumentos, inclusive o WISC III. Os dados das crianças de escolas públicas foram significativamente inferiores àqueles observados nas crianças provenientes de escolas particulares. Logo, os autores concluem que o desempenho intelectual das crianças sofre influência de aspectos ambientais, tais como a renda familiar (questão que pode ser utilizada como parâmetro de nível socioeconômico) e a escolaridade dos pais.

Por outro lado, na pesquisa desenvolvida por Rocinholi et al. (2014), não foram observadas diferenças significativas nos resultados do Índice de Velocidade de Processamento do WISC IV, obtidos através de estudos realizados com adolescentes estudantes de escolas públicas e privadas. Destaca-se aqui que mencionada pesquisa contou com dados de 14 participantes e, talvez, a amostra reduzida possa não ser sensível às diferenças socioeconômicas.

Na mesma direção, Silva, Ferreira e Ciasca (2014) estudaram evolução da atenção e memória em um grupo de crianças, avaliadas por subtestes do WISC IV. Os pesquisadores concluem o estudo enfatizando que houve evolução das habilidades ligadas à atenção e à memória, independentemente do tipo de escola, que, segundo seus dados, não interferiu nessa evolução. Como no estudo anterior, o grupo amostral foi composto por 12 crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados do presente estudo indicam resultados com diferenças estatisticamente significativas na maior parte dos subtestes, em todos os índices fatoriais e no quociente total de inteligência, com escores mais elevados para crianças provenientes de escolas particulares. Diante desse fato, pode-se

concluir que o tipo de escola, critério aqui utilizado para diferenciar o nível socioeconômico das crianças, interfere nos resultados do WISC IV e, conseqüentemente, no desempenho cognitivo e intelectual dos avaliados.

Assim, enfatiza-se a necessidade de considerar as variáveis socioeconômicas na elaboração dos dados normativos para avaliação de inteligência das crianças, revelando a necessidade de refletir sobre esta questão nos processos de avaliação psicológica.

Não se pretende esgotar as considerações do tema e, pela pertinência da questão, enfatiza-se a necessidade de ampliação dos estudos para outras áreas geográficas e outras realidades culturais.

REFERÊNCIAS

ALCHIERI, J. C.; CRUZ, R. M. **Avaliação Psicológica: conceito, métodos e instrumentos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

ALVES, R. J. R; NAKANO, T. C. Desempenho Criativo e suas relações com diferentes medidas de Inteligência em crianças com Dislexia do Desenvolvimento: um estudo exploratório. Porto Alegre, **Psicologia Reflexão Crítica**, v. 28, n. 2, jan./jun, p. 280-291. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722015000200280&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 mai. 2019.

CAVALINI, S. F. S. et al. Efeito do Tipo de Escola e Implicações na Normatização das Escalas Wechsler para Crianças. **Trends in Psychology / Temas em Psicologia**, v. 23, n. 2, p. 493-505, 2015.

CUNHA, S.M.S. **A aprendizagem da leitura e da escrita: fatores pedagógicos e cognitivos**. 2011. 122 p. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior da Educação, Lisboa. 2011. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/1524/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado%20de%20Sandra%20Cunha%20-%20Aprendizagem%20da%20leitura%20e%20da%20Escrita.pdf?sequence=1>> Acesso em: 13 mai. 2019.

DINZ, J. M.; CORREA, J.; MOUSINHO, R. Perfil cognitivo de crianças com dislexia e de crianças com TDAH. **Revista Psicopedagogia**, v. 37, n. 112, p. 18-28, 2020.

KROEFF, C. R. et al. Intelligence and Socioeconomic Context on Childhood: Comparisons by Place of Residence and School Type. **Paidéia**, v. 30, n. e3028, 2020.

MACELO, M. M. F; MORA, M. E; METTRAU, M. B. WISC-I: Evidências de Validade para grupos especiais de superdotados. **Psicologia em Pesquisa**, UFJF, v. 11, n.1, p. 65-73, 2017.

NASCIMENTO, E; FIGUEIREDO, V. L. M. WISC-III e WAIS-III: Alterações nas versões originais americanas decorrentes das adaptações para uso no Brasil. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 15, n. 3, p. 603-612, 2002.

- NASCIMENTO, E; FLORES-MENDOZA, C. E. WISC-III e WAIS-II na avaliação da inteligência de cegos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 3, p. 627-633, 2007.
- OLIVEIRA, G.C. **Psicomotricidade**: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico. Rio de Petrópolis: Vozes, 2011.
- PAPALIA, D. E.; FELMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- ROCINHOLI, L. F. et al. Velocidade de processamento da informação em adolescentes de escolas públicas e privadas. **Avaliação Psicológica**, v. 13, n. 2, p. 227-233, 2014
- SCHELINI, P. W. A teoria subjacente à Escala Wechsler de Inteligência para Crianças (WISC). **Estudos de Psicologia**, v. 17, n. 2, p. 73-77, 2000.
- SHAYER, B. et al. Desempenho de escolares em atenção e funções executivas no Nepsy e inteligência. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 17, n. 1, p. 120-135, 2015.
- SILVA, G. B. A.; FERREIRA, T. L.; CIASCA, S. M. Evolução do desempenho da atenção e da memória operacional em crianças de escola pública e particular. **Revista de Psicopedagogia**, v. 31, n. 96, p. 254-262, 2014.
- SILVA, J. A. **Inteligência humana**: abordagens psicológicas e cognitivas. São Paulo: Lovise, 2003.
- SILVA, J. A. **Inteligência**: resultado da genética, do ambiente ou de ambos? São Paulo: Lovise, 2005.
- SIMÕES, M. R. Utilização da WISC-III na avaliação neuropsicológica de crianças e adolescentes. **Paidéia**, v. 12, n. 23, p. 113-132, 2002.
- STEEN, R. G.; CAMPBELL, F. O impacto cognitivo de doenças sistêmicas na infância e adolescência. In: PRIFITERA, A.; SAKLOFSKE, D. H.; WEISS, L.G. (Org.) **WISC-IV Avaliação clínica e intervenção**. Tradução de Gisele Alves et al. São Paulo: Pearson Clinical Brasil, 2017. p. 399-449.
- WECHSLER, D. **Escala Wechsler de inteligência para crianças (WISC IV)**: manual de instruções para aplicação e avaliação. David Wechsler [tradução do manual original Maria de Lourdes Duprat] 5. reimp. 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014a.
- WECHSLER, D. **Escala Wechsler de inteligência para crianças (WISC IV)**: manual técnico. David Wechsler [tradução do manual original Maria de Lourdes Duprat] 5. reimp 4. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014b.
- WEISS, L. G. et al. Interpretação do WISC-IV no contexto social. In: WEISS, L. G. et al. (Org.). **WISC-IV Interpretação clínica avançada**. Tradução de Gisele Alves. São Paulo: Pearson Clinical Brasil, 2017. p. 1-62.
- YEHIA, G.Y. A natureza e o conceito de inteligência. In: ANCONA-LOPEZ, M. (org.). **Avaliação da Inteligência I**. São Paulo: EPU, 1987, p. 1-23.

15 - INFLUÊNCIA DOS PAPÉIS DE GÊNERO, AUTOESTIMA E REDE DE APOIO NA MATERNIDADE

Monique Marques Godoy-Dolcinotti

Miria Benincasa Gomes

Larissa Varejão Cardoso

Gabriela Marcondes Moreira Lima

INTRODUÇÃO

A maternidade se apresenta como um fenômeno complexo, multifacetado e com diferentes significados, com suas influências históricas, sociais, econômicas, familiares e subjetivas. Assim, neste capítulo serão relatadas duas pesquisas sobre realidades distintas, mas que buscam entender a construção dos significados sobre a maternidade e seus impactos na saúde da mulher e na sua relação com o bebê. A primeira enfatiza a influência dos papéis de gênero na maternidade de mulher primípara com carreira de dupla jornada remunerada, e a segunda pesquisa se refere ao estudo da autoestima e de suas relações com as manifestações emocionais e com a rede de apoio de uma mulher desempregada e grávida de seu segundo filho.

Embora uma pesquisa esteja voltada para a análise da influência cultural na maternidade e a outra para as inferências das emoções e da autoestima da mulher na vinculação mãe-bebê, além de investigarem realidades econômicas diferentes, é inegável em ambas a importância da família como o sistema que interliga a vida social e a vida psíquica, devido a suas características de sistema aberto, inserido em uma diversidade de contextos e constituído por pessoas que compartilham de sentimentos e valores, que pode promover um desenvolvimento saudável de seus membros ou aprisioná-los em formas rígidas de vivenciar seus papéis familiares e sociais, determinando como devem interagir com o mundo externo (SIMIONATO; OLIVEIRA, 2003).

Ambas as pesquisas foram realizadas por graduandas do curso de Psicologia da Universidade de Taubaté e são recortes da pesquisa da Profa. Dra. Miria Benincasa Gomes e do Prof. Dr. Manuel Rezende Morgado, denominada “Pré-natal Psicológico, Pré-Natal Coletivo e Pré-Natal Integral: avaliação da eficácia desses serviços”, sob o Parecer de número 1.776.015 e CAAE 59814916.9.0000.5508 no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Metodista.

Portanto, será apresentada a primeira pesquisa, intitulada “Influência dos papéis de gênero na maternidade”, sua revisão de literatura, método e resultados, e posteriormente a pesquisa “Autoestima e rede de apoio na maternidade: um estudo de caso sobre uma mãe gestante pela segunda vez”. Este capítulo será finalizado com as considerações finais, que evidenciarão pontos divergentes e convergentes entre as pesquisas, além de sugerir novas possibilidades de investigação.

PESQUISA 1 - INFLUÊNCIA DOS PAPÉIS DE GÊNERO NA MATERNIDADE

Pesquisa 1 - Revisão da Literatura

É de conhecimento geral que o exercício da maternidade se apresenta, socialmente, como algo natural ou “instintivo”. Entretanto, pode-se questionar a maneira como o senso comum aborda as questões relacionadas à maternagem. O próprio “instinto materno” é uma ideia aqui contestada, visto que os moldes sociais determinados aos gêneros são reproduzidos institucionalmente na família, na escola e no trabalho.

Segundo a pesquisa de Cardoso e Santos (2014), reproduzir que “meninas não gostam de cálculo” ou que “meninos devem brincar de carrinho, e meninas de casinha” pode provocar marcas e efeitos nas subjetividades dessas crianças, futuros adultos. Ao naturalizar e cristalizar características a partir dos estereótipos de gênero, Cardoso (2011) defende que um constante sentimento de competição é criado entre os homens, ao passo que às mulheres resta a aceitação passiva de uma condição de menos inteligente.

O gênero, dessa forma, torna-se um campo de silêncio do currículo, na medida em que se naturalizam as relações e os comportamentos produzidos por meninos e meninas, sem que os sujeitos envolvidos percebam que suas atitudes são o resultado de uma construção social (PARAÍSO, 1997 *apud* CARDOSO; SANTOS, 2014).

O questionamento desses comportamentos naturalizados explica a célebre frase de Simone de Beauvoir, ao afirmar que “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Para além dessa reflexão, a autora ainda comenta que a maternidade comporta uma existência naturalmente sedentária. Assim, a mulher permanece no lar (menina brinca de casinha), enquanto o homem guerreia, transcende suas funções (menino brinca de dirigir). Nunca existiu um período em que a mulher se prestigiasse de um matriarcado, afirma a autora. Ela sempre se encontrou sob a tutela dos homens, estando submetida ao pai, ao irmão mais velho, ao marido ou aos filhos.

Fruto, portanto, de uma sociedade patriarcal, na qual a mulher se responsabilizava pelo cuidado da família, da casa e da educação dos filhos, seu papel de mãe e doméstica é caracterizado como legitimado (NASCIMENTO; VILLAS BÔAS, 2015). Entretanto, Garcia e Viecili (2018)

comentam que, desde sua inserção no mercado de trabalho formal, a mulher enfrentou transformações e desafios. Fora do núcleo doméstico, o trabalho remunerado aparece como mais um papel a ser exercido, e não como uma libertação. Sendo assim, cabe questionar qual é a influência dos papéis de gênero na dupla jornada de trabalho feminino, a remunerada e a não remunerada, incluindo, portanto, a maternagem como trabalho.

Nos anos 1960, em um contexto em que no casamento a submissão à maternidade e os cuidados da prole, do marido e da casa eram uma realidade designada às mulheres, Betty Friedan lança *A Mística Feminina* e denuncia o mal-estar manifestado por milhares de donas de casa cercadas por um vazio existencial e vivenciando uma profunda crise de identidade, resultantes da insatisfação frente às condições em que viviam (FRIEDAN, 1971 *apud* MEIRELLES, 2008).

A contribuição do feminismo para a desnaturalização da maternidade é uma premissa incontestável (INSFRAN; MUNIZ, 2020). Atualmente, feministas promovem debates sobre o papel que as mulheres exercem na sociedade, seja como profissional, mãe, esposa ou estudante, entre outras possibilidades.

Por fim, faz-se necessário apresentar os dados atuais sobre a realidade das mães que enfrentam a dupla jornada. Sabe-se, como aponta Lipovetsky (2000 *apud* MEIRELLES, 2008), que a liderança do masculino não exige sacrifício por parte do pai, diferentemente das mulheres, a quem acompanham conflitos e culpa em relação às funções maternas, que podem produzir, como consequência, inúmeras áreas de estresse.

Segundo as Estatísticas Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016 as mulheres dedicavam 18,1 horas semanais aos cuidados de pessoas ou aos afazeres domésticos, o que equivale a 73% a mais de horas do que os homens (10,5 horas semanais). Em 2018, as mulheres que trabalhavam fora ainda dedicavam 73% mais horas do que os homens aos cuidados e/ou afazeres domésticos. Ou seja, os números não revelaram alterações significantes nas desigualdades, pois o trabalho doméstico ainda é visto como uma atividade exclusivamente feminina, e os pilares das relações de gênero estão embasados nessa forma de divisão sexual do trabalho.

Duarte e Spinelli (2018) reafirmam que o conhecido “mundo do trabalho” agencia a desigualdade de maneira tridimensional para as mulheres, pois envolve a dupla jornada, a desigualdade salarial e o assédio. Visto que essa desigualdade está fundamentada na aliança entre estereótipos de gênero, patriarcado e capitalismo, o equilíbrio entre as partes desiguais, visando uma justiça social, encontra um enorme desafio.

Segundo as pesquisas de Meirelles (2001), as mulheres demonstraram acomodação e aceitação dos papéis socialmente prescritos e tentam cumpri-los da melhor forma possível, ainda que isso lhes cause desgaste. O feminino superlativo, portanto,

transmite a imagem de uma mulher obrigada a realizar tudo com competência e maestria, suportando como pessoais as crises e os conflitos em suas vidas. [...] Tornaram-se e se sentem de fato, as supermulheres: aquelas que fazem tudo com graça e naturalidade (LEVINSON, 1996, p. 349 *apud* MEIRELLES, 2001 p. 115).

Observa-se que, a cada dia, abre-se mais espaço para a discussão da parentalidade em substituição à maternidade e/ou à paternidade, como forma de dialogar com os responsáveis pelos cuidados de uma criança.

Dessa forma, considerando que as mudanças nos papéis das mulheres brasileiras ainda são recentes diante de todo um histórico patriarcal, Duarte e Spinelli (2018) inferem pela relevância do levantamento de estudos na área da Psicologia que abordem os impactos causados pela sobrecarga de trabalho na subjetividade dessas mulheres.

Pesquisa 1 - Método

A participante, que atendia aos critérios estabelecidos pela amostra, foi contatada pela pesquisadora e informada sobre os objetivos da pesquisa, concordando em participar. No primeiro encontro, assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e foram agendadas as datas e o local de sua preferência para a entrevista e a aplicação dos demais instrumentos, aplicados na seguinte ordem: Questionário Sócio Demográfico, Escala de Autoestima de Rosenberg e entrevista aberta.

Tanto a entrevista aberta quanto o questionário sociodemográfico foram avaliados segundo a análise de conteúdo, de acordo com as orientações de Campos (2004). Já a Escala de Autoestima de Rosenberg foi analisada de acordo com Hutz, Zanon e Vazquez (2014).

Pesquisa 1 - Resultados e Discussão - Apresentação dos resultados

O primeiro instrumento aplicado foi o questionário sociodemográfico, que permitiu identificar que a participante é mulher, tem 24 anos, é mãe e está vivendo em relacionamento estável há seis anos. Considera-se branca, tem escolaridade de Ensino Superior completo e, até o momento da aplicação do questionário, possuía duas rendas, sendo uma de um emprego sob regime CLT e a outra de seu empreendimento próprio.

Sobre o pós-parto, assinalou que os sentimentos mais presentes logo após a maternidade foram de medo, felicidade, choro frequente, vontade de não ficar sozinha com o bebê e ansiedade.

O segundo instrumento aplicado foi a Escala de Autoestima de Rosenberg. Por meio desta, “Carol”, nome fictício atribuído à participante, concordou que tem várias boas habilidades e uma atitude positiva em relação a si mesma, mas discordou que, no conjunto, esteja satisfeita consigo. Pode-se dizer que resultados com percentil abaixo da média, como os apresentados por Carol, podem

representar baixa autoestima, ou que a pessoa não entendeu os itens da pesquisa, ou que estava sem motivação para responder, ou até mesmo passando por um problema situacional grave (HUTZ; ZANON; VAZQUEZ, 2014).

O terceiro instrumento foi a entrevista aberta, cuja interpretação foi dividida em categorias pautadas nas 30 perguntas realizadas, divididas em subcategorias e sintetizadas no Quadro 1.

Quadro 1: Categorias e subcategorias da entrevista.

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
1 – Ser uma mulher superlativa	Mensagens e significados vindos majoritariamente da família
	Conflitos entre ser mulher, mãe e trabalhadora
2 – Vivendo a Maternidade	Expectativas
	Realidade
	Sentimentos e Pensamentos
3 – Compartilhando a Parentalidade	Cuidados com o bebê
	Divisão de tarefas
	Regras
	Rede de apoio
	Conflitos parentais
4 - Papéis de gênero	Influências na dinâmica familiar
	Influências no bem-estar emocional
	Sobrecarga mental

Fonte: dados da pesquisa.

Pesquisa 1 - Análise dos Resultados

Os resultados da entrevista foram analisados a partir das categorias supracitadas. Os demais instrumentos e seus respectivos dados serão apresentados juntamente com as interpretações da entrevista aberta, com o respaldo da literatura.

Mulher superlativa: arcando com o ônus da expansão de papéis

Sobre ser uma mulher superlativa, evidenciou-se a questão do ser mulher como algo da ordem do não dito. A participante demonstrou passividade em relação aos papéis que ela poderia exercer ao longo do tempo, como se observa pela afirmação: “*é isso e pronto*” (sic).

O ser mãe, por sua vez, explora uma questão relevante quando Carol afirma que “*sempre falam um negativo e depois um positivo*” (sic). Essas pontuações se referem aos relatos das diversas mães presentes na vida da participante, devido à ambivalência (satisfação/insatisfação) comumente experimentada por elas, levando em consideração o prazer e o desprazer de ser mãe.

Considerando o aspecto do trabalho e do emprego remunerado, há a compreensão de que o nascimento de um bebê naturalmente gera maiores preocupações nos cuidadores, principalmente quando se trata do primeiro filho. Para trabalhar fora de casa, foi necessário deixar a filha sob os cuidados de outra pessoa. Delegar a outros o cuidado do filho pode significar para a mãe “abrir mão do controle intensivo sobre o bebê que foi de sua responsabilidade” desde os primeiros momentos de vida (GARCIA, VIECILI, 2018, p. 275), o que enfatiza o sentimento de preocupação acerca do bem-estar da criança.

Esse momento de separação pode ser complexo e doloroso. Ao mesmo tempo em que a mulher deseja sua liberdade, ela teme que o bebê se sinta abandonado, criando um misto de emoções contraditórias (PARKER, 1997 *apud* JOST, 2018). Nesse sentido, algum nível de estresse pode pairar sobre as mães de filhos pequenos, mesmo quando eles não são integralmente dependentes delas. Essa ambivalência entre desejo pelo trabalho e a angústia por ficar longe do filho pode ser vista como um aspecto conflitante e recorrente.

Sendo assim, Carol resume da seguinte forma os sentimentos em relação aos inúmeros trabalhos exercidos: *cansaço, pelo acúmulo de coisas; rotina, pela forma que eu uso para conseguir fazer tudo; e orgulho de mim mesma por conseguir fazer tudo* (sic).

Vivenciando a Maternidade

A expectativa de Carol, a partir do que lhe contaram sobre como seria a maternidade, estava baseada em opiniões como: “*é lindo o momento de amamentar*”; “*é a melhor experiência da sua vida*”; “*é difícil, mas vale a pena*” (sic). Entretanto, ao receber visitas, diversas comparações, dicas, opiniões, palpites e comentários eram feitos, o que por vezes a incomodava. Carol afirma que deveria estar aparentando, o tempo todo, boa disposição e contentamento: “*you tem que estar bem [...] mas às vezes é desesperador, aí você esquece do bonito*” (sic).

Badinter (1985) conclui em seu livro, de acordo com o que foi explicitado ao longo do trabalho, que o chamado “instinto materno” não passa de um mito. Ou seja, assim como qualquer outro sentimento, o amor pelo filho é algo variável, que dependerá dos contextos históricos, culturais e das ambições ou frustrações do sujeito que se vê como mãe. O conhecido amor materno é um sentimento humano frágil, incerto e imperfeito, que pode aparecer e desaparecer, mostrar-se forte ou fraco. As maneiras de expressá-lo podem variar do tudo ao nada. Ou seja, segundo a autora, trata-se de um sentimento adquirido, e não inato e natural.

Ainda sobre este tópico, vale ressaltar que

sentimentos contraditórios e ambivalentes, por parte das mães são frequentes no puerpério (MALDONADO, 1990), como por exemplo: compaixão pelo bebê contraposta à raiva, por

considerá-lo ingrato perante seus esforços, além da frustração diante de um bebê que lhe parece insaciável, exigindo muito e retribuindo pouco, privando-a de suas necessidades, tais como horas de sono e de repouso. Tal situação de insatisfação pode gerar sentimentos de culpa e inadequação por parte da mãe (RAPOPORT; PICCININI, 2011, p. 221).

Quando questionada a respeito do *baby blues*, a participante informou que sabia que era a tristeza materna e que quando precisava ficar acordada de madrugada, no início, era um momento em que chorava. Carol sentia-se sozinha e incapaz em alguns momentos, com ênfase para o período da noite e no momento do banho do bebê, durante o primeiro mês, no qual estavam se conhecendo.

Por fim, o trabalho extraluar, comparado à realidade da maternidade, foi um aspecto de menor impacto para a participante. Carol destaca que seria praticamente impossível viver só o momento da maternidade ou só o momento do trabalho, por exemplo. De acordo com Meirelles (2001, p. 5), a diferença entre trabalho remunerado e carreira é que “ter um trabalho remunerado não é o mesmo que ter uma carreira, pois esta se refere a um *continuum*, um ciclo de desenvolvimento profissional, algo complexo, que requer estágios e envolve planos individuais e organizacionais, além de sociais, familiares e conjugais”.

Compartilhando a parentalidade

Esta categoria permite analisar como funciona a rotina da participante, como se definiram os cuidados com o bebê, a divisão de tarefas, as regras, como se constitui sua rede de apoio e quais são os conflitos parentais encontrados.

A maternidade, para Beauvoir (1970), se assemelha a um momento de aprisionamento da mulher, pois, segundo a autora, ela é preparada desde a infância para assumir esse papel de uma maneira enganosa, visto que em certos momentos lhe é apresentado como uma dádiva e, logo após o nascimento do bebê, “ela se descobre como portadora solitária da responsabilidade de cuidar. Então essa mãe, que não tem o apoio social suficiente para compartilhar o cuidado da criança, se vê obrigada a abandonar seus outros sonhos” (DORNA; MUNIZ, 2018, p.7).

Carol, reconhecendo certas romantizações por parte da sociedade, expressa sua frustração diante da realidade: “*Então a Internet, a mídia, posta coisas lindas, e não falam do resto*” (sic).

Talvez um segundo filho, eu conversaria antes duma rotina e não deixaria a criança nascer pra depois criá-la. Porque é sempre assim: ‘quando vier, eu vejo’, ‘quando acontecer, eu vejo o que faço’. E não, eu acho que hoje as coisas têm que ser pontuadas antes. E passadas, e explicadas com mais clareza, do que ficar falando que ‘neném é lindo’ (sic). (Informação verbal).

De acordo com Rapoport e Piccinini (2011), quando a puérpera é cercada por pessoas que lhe dão suporte, os sentimentos maternos de autoconfiança e de realização pessoal tendem a aumentar, assim como a disposição para dar afeto ao bebê. Entretanto, atualmente, as redes de apoio social estão

menores por conta da vida nas grandes cidades, o que deixa a mulher, por vezes, sozinha com a criança, podendo afetar o exercício da maternidade, assim como o desenvolvimento do bebê.

Papéis de gênero

No que se refere às influências na dinâmica familiar, pode-se afirmar que o gênero tem interferência direta na divisão de tarefas dentro da família em questão: “[...] *lavar roupa, lavar louça, varrer, guardar roupa, passar roupa, se eu não fizer, ele não faz. Porque ele nunca precisou fazer. Nunca foi coisa do dia a dia dele, do homem, fazer*” (sic).

A literatura, entretanto, mostra que o desejo, por sua vez, não faz distinção de gênero, no sentido de que é a sociedade que estabelece essa diferença. A mulher deseja o mesmo que o homem. Na raiz das vontades, não há “desejos de mulher” ou “desejos de homem”, somente desejos, nas suas infinitas variedades, imagináveis e inimagináveis.

Como abordado ao longo deste trabalho, o conservadorismo, o sexismo, o machismo e o capitalismo são fatos atuais que podem sacrificar as mulheres por conta da imposição de papéis de gênero, atribuindo jornadas de trabalho reprodutivo somado ao produtivo, que, por sua vez, é de menor remuneração que dos homens (PERES, 2020).

Considerando-se o período da pandemia, pode-se afirmar que essas jornadas se tornaram ainda mais exaustivas, visto que a mulher superlativa não pode mais contar com a rede de apoio formada por escola/creche e, principalmente, por outras mulheres. A função de cuidar, administrar a casa e realizar sua manutenção são tarefas de máxima prioridade nesse contexto de crise sanitária. Entretanto, continuam com invisibilidade e desvalorizadas (PERES, 2020).

Nesse sentido, Carol foi questionada sobre uma possível “sobrecarga mental de tarefas”, e afirmou positivamente sua existência, complementando que a afetava e que se encontrava “*cansada*” (sic).

não é que eu não gosto de fazer. [...] Eu gosto de cuidar da minha casa, eu gosto disso, mas fazer isso e fazer tudo aquilo, e ter a obrigação de fazer, porque se não vai ficar imundo, que é o ruim. Então se fosse dividido, não seria ruim, talvez seria até um pouco prazeroso você cuidar daquilo que é seu um pouco. [...] Mas não é gostoso. Porque é obrigação, não é divisão (sic). (Informação verbal).

Essa constatação é confirmada pelo estudo de Meirelles (2001), que afirma que a conciliação entre carreira, casamento e família tem se revelado particularmente trabalhosa para as mulheres, uma vez que elas continuam responsáveis pela casa e pelos filhos, além de terem que se preocupar com a satisfação conjugal.

Portanto, essas afirmações consistentes e expressivas confirmam as hipóteses deste trabalho. Conforme apresentado na fundamentação teórica, o movimento feminista, na década de 1960, revelou

a problemática acerca da divisão sexual do trabalho, buscando uma possível conscientização da sociedade. Foi denunciado o grande volume de trabalho gratuito realizado pelas mulheres ao longo da história, um trabalho invisível, feito para os outros, em nome da natureza, do dever maternal e do amor (KERGOAT, 2009). Sendo assim, a queixa apresentada era para que esse tipo de trabalho fosse reconhecido. Afinal, as mulheres sempre trabalharam muito ao executar tarefas indispensáveis à sobrevivência e ao bem-estar da família (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982 *apud* DORNA; MUNIZ, 2018).

Nesse sentido, presencia-se um acontecimento histórico. Em julho de 2021, o governo argentino reconheceu o cuidado materno como trabalho. A Administração Nacional de Seguridade Social (ANSES) da Argentina, órgão responsável por assegurar políticas públicas a favor da população, apresentou, oficialmente, o Programa Integral de Reconhecimento de Tempo de Serviço por Tarefas Assistenciais, que permitirá a aposentadoria de 155 mil mulheres que saíram do mercado de trabalho para se dedicarem aos filhos (SINPRO, 2021).

PESQUISA 2 - AUTOESTIMA E REDE DE APOIO NA MATERNIDADE: UM ESTUDO DE CASO SOBRE UMA MÃE GESTANTE PELA SEGUNDA VEZ

Pesquisa 2 - Revisão de Literatura

Esse tema aborda a importância do ciclo vital, que é o conjunto de fases e etapas que as famílias atravessam desde o início de sua formação até o falecimento de um ou dos dois indivíduos que o iniciaram. Pensar a respeito do ciclo vital é refletir sobre a família de forma sistêmica, que opera com princípios básicos em um sistema de relações que evoluem conforme o seu desenvolvimento (CERVENY, 2002).

Diante da relação familiar, é importante pontuar a construção da maternidade, pois para Carter e McGoldrick (2001), a segunda gestação é vista como um acontecimento capaz de criar instabilidade no funcionamento do sistema familiar e considerada como um momento de transição, tipicamente associado ao aumento de estresse, devido à necessidade de redefinição dos papéis (MINUCHIN, 1985 *apud* PEREIRA; PICCININI, 2007).

Para Bourguignon *et al.* (1980 *apud* PEREIRA; PICCININI, 2007), pode ocorrer um maior distanciamento entre o casal após o nascimento do segundo filho, o que pode estar associado à intensificação dos papéis parentais.

O nascimento de um filho é um momento que altera a vida do casal, principalmente a da mãe, pois as mudanças externas e internas podem causar impacto emocional, gerando sentimentos positivos ou negativos ao longo da gestação e após o nascimento do bebê (RAPOPORT; PICCININI;

2006). Nesse momento, ressalta-se a importância das redes e do apoio social, que propiciam o fortalecimento das relações entre as fontes de apoio, a adição de novas fontes ou a diminuição e até mesmo a exclusão de relações já existentes (DOSS, RHOADES, STANLEY, MARKMAN, 2009 *apud* OLIVEIRA; DESSEN, 2012).

As redes e os apoios sociais permitem o suporte emocional, cognitivo e material considerados necessários em situações estressantes (GOTTLIEB; PANCER, 1988 *apud* OLIVEIRA; DESSEN, 2012). Segundo Rapoport e Piccinini (2006), o apoio social é definido como um importante aspecto de troca entre a pessoa e o mundo social, envolvendo também o conforto, a assistência e informações para lidar com os eventos estressantes da vida, sendo classificado de acordo com o tipo de ajuda que é fornecida: apoio disponível (pessoas/instituições disponíveis), apoio percebido (quem essa mãe percebe que lhe oferece apoio) ou apoio recebido (quem de fato oferece o apoio).

Para Lewis (1987 *apud* DESSEN; BRAZ, 2000), outro fator importante é a rede social, um sistema composto por diversos objetos designados sociais (pessoas), funções (atividades dessas pessoas) e situações (circunstância). Ressalta-se que o apoio recebido da rede social e a qualidade dos vínculos estabelecidos permitem que a gestante se sinta compreendida e respeitada em suas emoções, pensamentos e ações, o que pode fortalecer os recursos pessoais para que se sinta acolhida e segura em sua gestação e na prática do autocuidado (MOREÍ; CREPALDI, 2012; SLUZKI, 1997 *apud* MAFFEI; MENEZES; CREPALDI, 2019).

A partir da consideração de todos os aspectos citados, percebe-se a necessidade da investigação dos aspectos emocionais nessa fase, pois os estados emocionais são sentidos de forma intrapessoal e, no processo de socialização, o indivíduo se insere numa determinada cultura que determina em que contextos alguns sentimentos devem ser expressos ou inibidos, propiciando sua consciência e seus significados (GONDIM; SIQUEIRA, 2002; MCSHANE; VON GLINOW, 2014).

Um fator emocional relacionado à fase da gestação e explorado nesta pesquisa é a autoestima. Maldonado (1992) refere-se à maternidade como um período de crise pelo qual transitam conflitos de decisões e intensificação emocional, determinantes do estado de saúde ou de doença mental da mulher e da família que vivenciam esse momento (PIO; CAPEL, 2015).

Por isso, pontua-se que a gravidez é um momento de grandes mudanças, definido por Borsa (2007) como um "terremoto físico e emocional", no qual a exploração da autoestima, incluindo o estado psíquico e emocional da gestante diante dela, é crucial para o desenvolvimento de uma gestação saudável (PIO; CAPEL, 2015).

Para Rosenberg (1965 *apud* SBICIGO; BANDEIRA; DELL'AGLIO, 2010) a autoestima pode ser considerada como um conjunto de sentimentos e pensamentos do indivíduo referentes ao seu próprio valor, que influenciam na forma como o indivíduo pontua suas metas, aceita a si mesmo,

valoriza o outro e projeta suas expectativas para o futuro (COOPERSMITH, 1989 *apud* SBICIGO; BANDEIRA; DELL'AGLIO, 2010).

A gravidez, segundo Arrais, Mourão e Fragalle (2014), pode transitar entre os transtornos de humor, pontuando-se três distúrbios característicos do processo de gestação e puerpério, como a melancolia da maternidade (*baby blues*), a depressão pós-parto (DPP) e a psicose puerperal (FRIZZO; PICCININI, 2005; ROSENBERG, 2007 *apud* ARRAIS; MOURAO; FRAGALLE, 2014).

O *baby blues* é vivido como um curto período de emoções voláteis, que pode ocorrer entre o segundo e o quinto dia após o parto, tendo geralmente remissão espontânea (O'HARA, 1997; SOUZA *et al.*, 1997 *apud* SCHMIDT; PICCOLOTO; MULLER, 2005). É considerado como um quadro transitório que não se configura como um transtorno, manifestado pelo choro frequente, ansiedade, dependência e irritabilidade (SIT; WISNER, 2009; CANTILINO *et al.*, 2010; PRENOVEAU *et al.*, 2013 *apud* CAMPOS; RODRIGUES, 2015).

Já o transtorno depressivo no pós-parto ou depressão pós-parto materna (DPP-M), de acordo com o DSM-V (2013), ocorre nas primeiras quatro semanas após o parto e possui alta probabilidade de comorbidade com estresse, ansiedade e sintomas obsessivo-compulsivos (SIT; WISNER, 2009; PRENOVEAU *et al.*, 2013 *apud* CAMPOS; RODRIGUES, 2015).

A psicose pós-parto é um quadro mais grave e menos frequente na população, e na maior parte dos casos tem comorbidade com o transtorno bipolar, podendo ocorrer nas primeiras duas semanas após o nascimento do bebê. Os sintomas envolvem ansiedade severa, alucinações e delírios e o quadro exige acompanhamento terapêutico (SCHARDOSIM; HELDT, 2011; DSM-V, 2013 *apud* CAMPOS; RODRIGUES, 2015).

Para se lidar com esses quadros emocionais, consideram-se como fatores de proteção a autoestima elevada, o suporte social e a adequada preparação física e psicológica para as mudanças, além de uma boa relação com o parceiro e com a família. Por isso, é importante a realização do Pré-Natal Psicológico, uma modalidade humanizada do processo gestacional, com o objetivo de oferecer apoio emocional e discutir as demandas trazidas pela gestante, visando integrá-la e sua família por meio de encontros temáticos em grupo, com ênfase psicoterápica na preparação psicológica para a maternidade e a paternidade e na prevenção da depressão pós-parto (FRIZZO; PICCININI, 2005; ROSENBERG, 2007 *apud* ARRAIS; MOURÃO; FRAGALLE, 2014).

Todos os fatores citados têm como objetivo fundamentar teoricamente o que o tema deste trabalho busca explorar, ou seja, aspectos das vivências emocionais na gravidez sob a perspectiva de uma mãe gestante pela segunda vez.

Pesquisa 2 - Método

Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada por meio de estudo de caso único, cuja intenção é explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos, preservando o caráter unitário do objeto estudado e explicando as variáveis envolvidas num determinado fenômeno.

O presente estudo foi realizado com uma mulher residente na cidade de Caçapava/SP, de 23 anos de idade, branca, de naturalidade brasileira, estado civil solteira, com Ensino Médio completo. A participante, mãe de uma criança de 2 anos de idade e gestante de 19 semanas do segundo filho, encontrava-se fora do mercado de trabalho na época da entrevista. Informou ainda ter vivido com o pai biológico dos filhos durante três anos, mas atualmente mora com a mãe e os irmãos.

Para a coleta de dados, foram utilizados os seguintes instrumentos: questionário sociodemográfico, entrevista semiestruturada e Escala de Autoestima de Rosenberg. A análise do questionário e da entrevista semiestruturada seguiram o procedimento postulado por Campos (2004), e a Escala de Autoestima de Rosenberg foi analisada de acordo com as instruções de Hutz, Zanon e Vazquez (2014).

Pesquisa 2 - Resultados e Discussão

A pesquisa buscou investigar as manifestações emocionais de uma mulher grávida pela segunda vez. Segundo as informações do questionário sociodemográfico preenchido pela participante, sua atual gestação foi classificada como complicada, devido a seu estado psicológico e emocional. A participante relata não ter frequentado aulas de preparação para o parto e que pretende optar pelo parto do tipo vaginal, sem epidural e sem ocitocina.

Pontua-se que os sentimentos mais presentes com a chegada da maternidade em sua segunda gestação são plenitude, animação, prazer, irritabilidade, empolgação e diversão. A gestante considera que está sobrecarregada pelas suas atividades diárias e, a partir de recortes de sua fala, pontua-se que vivencia conflitos internos intensos ao experienciar a segunda gestação.

Ao se investigar os resultados da Escala de Autoestima de Rosenberg aplicada com a participante, perceberam-se como importantes os fatores referentes ao acolhimento e à rejeição. A participante relata sentimentos de culpa, sendo possível intermediar sua fala com o que Beck (2017) pontua sobre pessoas com crenças centrais negativas a respeito de si mesmas, podendo desencadear, de maneira geral, conceitualizações nas seguintes categorias: desamparo (sentimento de incompetência), desamor (desmerecimento de amor dos outros) e desvalorização (com um aspecto moral diferente, tendo um significado negativo da própria natureza da pessoa). Nesse caso, evidencia-se o discurso da participante sobre si mesma e sobre suas crenças, visto que se sente culpada por todos os eventos ocorridos em sua segunda gestação.

Além da culpa mencionada, a participante pontua o desconforto físico e emocional e percebe-se em seu discurso que ela se sente valorizada diante de gestos de carinho e amparo ou quando recebe um olhar de não julgamento. Rapoport e Piccinini (2006) mencionam que muitas mães cuidam sozinhas de seus filhos, resultando em uma sobrecarga, o que ressalta a importância do papel da rede social e do apoio social para a mulher, que muitas vezes pode se sentir sozinha, assustada e amedrontada diante dos novos desafios e da reconfiguração da família.

A participante relata o quanto as redes de apoio e o apoio social foram relevantes nesse momento de sua vida, pontuando a importância do círculo de amigos, da família e da instituição religiosa (igreja). Ao explorar os fatores rede social e apoio social, foram identificadas características como a culpa e a rejeição. Já em relação a sua rede maternal, no que se refere a um forte empenho para desempenhar seu papel de mãe, a participante considera como relevante apenas a sua família.

O apoio social foi verificado a partir do que ela aponta como suas relações, sendo apoio disponível o ex-namorado, a mãe, seus amigos, seus irmãos, seus próprios familiares e os familiares do ex-namorado. Já o apoio percebido pela participante é composto por sua mãe, amigos, seus irmãos, seus próprios familiares, familiares do ex-namorado e a igreja. Referente ao apoio recebido, foi pontuado o de sua mãe, amigos, seus irmãos, seus próprios familiares e a igreja.

Na Figura 1 apresenta-se a triangulação dos dados referente às características similares pontuadas nas categorias da análise da entrevista, sendo as emoções manifestadas na culpa e no acolhimento, o apoio social e rede social manifestados na rejeição e na culpa, e a autoestima da participante manifestada no acolhimento e na rejeição. Foram relacionadas a manifestação emocional, o apoio social e a rede social e a autoestima à manifestação da compreensão e satisfação.

Figura 1: Triangulação de dados referente às características similares pontuadas nas categorias da análise da entrevista.



Fonte: dados obtidos na pesquisa.

A característica “Culpa” foi relacionada à categoria manifestação emocional e à categoria apoio social e rede social, pois a participante diz sentir-se culpada em algumas situações, manifestando essa culpa de forma emocional, trazendo sua ansiedade como um dos fatores que ocasionam esse sentimento. Nota-se em sua narrativa o fator de culpa diante dos julgamentos feitos a ela por seu ciclo de amigos e familiares durante a sua segunda gestação, por estar solteira e grávida pela segunda vez. Por isso, pode-se relacionar essa manifestação emocional à rede de apoio e ao apoio social da participante. Beck (2017) afirma que as crenças centrais negativas, quando direcionadas a si mesma, são fatores que possivelmente propiciam o sentimento de incompetência, o desmerecimento do amor dos outros e a desvalorização, podendo desencadear o fator de culpa.

A característica “Rejeição” foi relacionada à categoria apoio social e rede social, juntamente com a categoria autoestima, pois a participante menciona o sentimento de culpa durante a segunda gravidez, o que desencadeou o sentimento de rejeição já vivenciado em sua adolescência. A participante relata o fator de julgamento em dois momentos: o primeiro sobre sua aparência quando adolescente, e o segundo na vida adulta, pelo fato de estar grávida pela segunda vez e solteira. Pode-se relacionar essa “Rejeição” da participante ao resultado da Escala de Autoestima, onde foi mensurada a oscilação entre o sentimento de aprovação e de rejeição de si mesma.

Esse resultado evidencia a rede de apoio como imprescindível para a manutenção da saúde mental da mãe durante a gestação, visto que se trata de um período propício para a instabilidade emocional, em que o recebimento do acolhimento se torna um fator importante (DESSEN; BRAZ, 2000). Segundo Harter (1999), a rejeição também é encontrada na fase da adolescência, vivenciada de forma mais intensa pelas mulheres, sendo que a ideia de autovalor é relevante e pode desencadear uma redução dos níveis de autoestima durante a adolescência inicial e média (SBICIGO; BANDEIRA; DELL'AGLIO, 2010).

Destaca-se, ainda, que o nível de autoestima da mulher é um fator fundamental para o desenvolvimento do apego ao filho, impactando suas relações consigo, com o bebê e com os outros e afetando diretamente sua rede de apoio (MACOLA; VALE; CARMONA, 2010).

Em relação à característica “Acolhimento”, foram relacionadas as categorias Manifestação Emocional e Autoestima, pois foi manifestado, pela narrativa da participante, que ela se sentia confortável diante de elogios e que sua rede social foi fundamental em sua transição da adolescência para a fase adulta, o que impactou em sua autoestima, na forma em passou a ver a si mesma e na maneira como lidou com suas relações, mencionando que atualmente não se importa com o que dizem sobre ela, mas também que gosta quando a elogiam no estado de gestação.

A participante, em alguns momentos, pontua que ter um acompanhamento psicológico faria a diferença para si durante sua segunda gestação, e pode-se conjecturar que caso recebesse um atendimento psicológico qualificado e adequado, poderiam ser trabalhados sua rede de apoio e seu apoio social, a fim de propiciar uma gestação saudável tanto para o bebê quanto para a participante. Por isso, o acolhimento e as orientações para as gestantes no Pré-Natal Psicológico são importantes, pois trata-se de um espaço de possibilidade e de apoio psicoterapêutico, com a finalidade de trabalhar o manejo de eventuais crises psíquicas (BENINCASA, 2019).

Quanto às pontuações da participante sobre sentir-se acolhida, Dessen e Braz (2000) relatam que os apoios sociais recebidos e percebidos são importantes, pois uma mãe gestante enfrenta suas instabilidades de polos emocionais, e a necessidade de acolhimento impacta diretamente em como ela se vê e lida com seus eventos internos e externos.

As características “Compreensão” e “Satisfação” foram relacionada a três categorias, devido à forma sistêmica como elas se interligam. A participante se sente compreendida e satisfeita quando manifesta sentimentos de alegria em se sentir acolhida, em não se sentir julgada por suas redes de apoio e apoio social, o que decorre do fato de se sentir bem consigo mesma e com sua autoestima, inclusive pontuando que se sente maravilhosa atualmente, em referência a sua aparência física.

Nota-se que o apoio da rede social tende a impactar positivamente o bem-estar, a autoestima e o senso de pertencimento a um grupo pela óptica da gestante (MAFFEI; MENEZES; CREPALDI, 2019). Segundo Moré, Crepaldi, Sluzki (1997 *apud* MAFFEI; MENEZES; CREPALDI, 2019) a qualidade dos vínculos estabelecidos amplia a forma como a gestante vivencia sua gravidez, fazendo com que ela se sinta compreendida e respeitada em suas emoções e pensamentos, podendo fortalecer seus recursos, e, assim, sentir-se mais acolhida e segura para o envolvimento com a gestação, a prática de autocuidados e a autoestima.

Os resultados obtidos revelam a necessidade de se subsidiar possíveis intervenções relacionadas a mulheres em sua segunda gravidez, pois verificou-se, a partir da fundamentação teórica e mediante a entrevista, o papel fundamental de um acompanhamento psicológico frente aos eventos estressores de uma segunda gestação, no que diz respeito aos conflitos referentes à autoestima, ao desencadeamento de manifestações emocionais e também a possíveis gatilhos, sejam positivos ou negativos, vindos da rede social e do apoio social que essa mãe pode vir a vivenciar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo se estrutura sob dois olhares para duas realidades diferentes. Assim, optou-se por finalizar apontando as divergências e convergências das duas pesquisas. Essa abordagem visa

demonstrar a riqueza e a complexidade da maternidade, assim como evidenciar a necessidade de investimentos em estudos na área.

Apesar de serem recortes de uma mesma pesquisa e de terem sido utilizados os mesmos instrumentos, as duas pesquisas divergem em relação ao olhar das pesquisadoras, às questões econômicas enfrentadas pelas participantes e à participação dos pais na vida das mulheres e dos filhos. A primeira pesquisa recebe de sua autora um tom social, enfatizando a influência da cultura e dos papéis de gênero na vida familiar e na carreira da participante, enquanto a segunda pesquisa foca mais na participação da família e da rede de apoio nas manifestações emocionais da mãe e na sua percepção sobre si.

As realidades econômicas das participantes também são diferentes. Enquanto uma é mãe pela primeira vez, com Ensino Superior completo e duas fontes de renda, a outra está grávida de seu segundo filho, cursou Ensino Médio completo e está desempregada. Os relacionamentos amorosos das participantes também apresentam influência na questão econômica e emocional, sendo que a primeira se encontra em união estável e a segunda estava solteira no momento da coleta de dados.

Mesmo investigando realidades distintas, são discutidos resultados semelhantes em ambas as pesquisas com relação aos sentimentos ambíguos da maternidade. As participantes relatam felicidade com a vinda dos filhos, mas também solidão, incapacidade, sobrecarga e culpa diante da construção social da maternidade que romantiza esse momento da vida da mulher, naturalizando o sofrimento materno e diminuindo as possibilidades de ação de uma rede de apoio.

Diante desses resultados, pode-se concluir que os investimentos em estudos sobre Pré-Natal Psicológico são imprescindíveis para a Saúde Pública, uma vez que esse procedimento possibilita a desmistificação da maternidade e se estrutura como um dispositivo de promoção de saúde para a mulher, o bebê e seus familiares.

REFERÊNCIAS

- ARRAIS, Alessandra da Rocha; MOURÃO, Mariana Alves; FRAGALLE, Bárbara. O pré-natal psicológico como programa de prevenção à depressão pós-parto. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n.1, p.251-264, mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000100251&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 maio 2020.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. 4. ed. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. 309 p.

- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**. 4. ed. v. 1 e 2. Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- BENINCASA, Miria *et al.* O pré-natal psicológico como um modelo de assistência durante a gestação. **Revista SBPH**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 238-257, jun. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582019000100013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 out.2020.
- CAMPOS, C. J. G. Método de Análise de Conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, (DF), v. 57, n. 5, p. 611-4, set/out 2004.
- CAMPOS, Bárbara Camila de; RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. Depressão pós-parto materna: crenças, práticas de cuidado e estimulação de bebês no primeiro ano de vida. **Psico**, Porto Alegre, v.46, n.4, p.483-492, dez. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-53712015000400009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 11 maio 2020.
- CARDOSO, L. de R. Conflitos de uma bruta flor: governo e quereres de gênero e sexualidade no currículo do fazer experimental. *In*: BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. (org.). **7º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero**. Brasília: Presidência da República, 2011. p. 35-56. v.1
- CARDOSO, Livia de Rezende; SANTOS, Jailma dos. Relações de gênero em um currículo de matemática para os anos iniciais: quantos chaveiros ele tem? **Ensino Em Re-Vista**, v. 21, n.2, p.341-352, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/download/28030/15437>. Acesso em: 20 set. 2020.
- CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. Pensando a família sistemicamente. *In*: **Visitando a família ao longo do Ciclo Vital**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. cap 1, p. 15-28.
- DESSEN, Maria Auxiliadora; BRAZ, Marcela Pereira. Rede social de apoio durante transições familiares do nascimento de filhos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.16, n.3, p.221-231, dezembro de 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722000000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 maio 2020.
- DORNA, Livia Borges Hoffmann; MUNIZ, Hélder Pordeus. O maternar como atividade de trabalho. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, v. 13, n. 2, p. 1-16. maio/ago. 2018. Disponível em: http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/2974. Acesso em: 20 out. 2020.
- DUARTE, Giovana; SPINELLI, Letícia Machado. Mulheres no mundo do trabalho: dupla jornada, desigualdade salarial e assédio. *In*: SEMINÁRIO CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE, 7, 2018, Rio Grande. **Anais [...]** Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2018. Disponível em: <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/247.pdf>. Acesso em: 08 set. 2020.
- GARCIA, Carla Fernandes; VIECILI, Juliane. Implicações do retorno ao trabalho após licença-maternidade na rotina e no trabalho da mulher. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 271-280, ago. 2018. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922018000200271&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 set. 2020. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5541>.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

GONDIM, Sônia Maria Guedes; SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias. Emoções e Afetos no Trabalho. In: ZANELLI, J.C.; BORGES-ANDRADE, J. E; BASTOS, A.V.B (org.) **Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

HUTZ, Claudio Simon; ZANON, Cristian; VAZQUEZ, Ana Claudia Souza. Escala de Autoestima de Rosenberg. In: HUTZ, Claudio Simon (org.). **Avaliação em psicologia positiva**. [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Artmed, 2014.

INSFRAN, Fernanda Fochi Nogueira; MUNIZ, Ana Guimarães Correa Ramos. Maternagem e Covid-19: desigualdade de gênero sendo reafirmada na pandemia. **Diversitates Internacional Journal**, v. 12, n.2, p. 26 – 47, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores de 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

JOST, Daniela. **Ser mãe, ser trabalhadora: significações do trabalho após a licença-maternidade**. 2018. 28 f. Monografia (Bacharelado em Psicologia) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/2230>. Acesso em: 20 set. 2020.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 67-80.

MACOLA, Ligia; VALE, Ianê Nogueira do; CARMONA, Elenice Valentim. Avaliação da autoestima de gestantes com uso da Escala de Autoestima de Rosenberg. **Revista Escola de Enfermagem**, São Paulo, v.44, n.3, p.570-577, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342010000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 set. 2020.

MAFFEI, Bruna; MENEZES, Marina; CREPALDI, Maria Aparecida. Rede social significativa no processo gestacional: uma revisão integrativa. **Revista SBPH**, São Paulo, v.22, n.1, p.216-237, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582019000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 out. 2020.

MEIRELLES, Valeria Maria. **Feminino superlativo: mulher, família e carreira**. 2001. 130 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15103>. Acesso em: 26 set. 2020

MEIRELLES, Valéria. Mulheres nos casamentos de dupla carreira: uma realidade. In: MEIRELLES, Valéria (org.). **Mulher do século XXI**. São Paulo: Roca, 2008. p. 67-74.

NASCIMENTO, Grasielle Augusta Ferreira; VILLAS BÔAS, Regina Vera. Proteção da mulher: direito individual e social à igualdade de condições no mercado de trabalho e ao direito à maternidade. *In*: ENCONTRO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO CONPENDI, 3., 2015, Madrid. **Anais** [...] Madrid: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito. Disponível em: <http://www.indexlaw.org/index.php/conpedireview/article/view/3459/2972>. Acesso em: 28 jul. 2020.

OLIVEIRA, Maíra Ribeiro de; DESSEN, Maria Auxiliadora. Alterações na rede social de apoio durante a gestação e o nascimento de filhos. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.29, n.1, p.81-88, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2012000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 out. 2020.

PEREIRA, Caroline Rubin Rossato; PICCININI, Cesar Augusto. O impacto da gestação do segundo filho na dinâmica familiar. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 24, n.3, p.385-395, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2007000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 out. 2020.

PERES, Ana Cláudia. Elas resistem: como a pandemia impacta a vida das mulheres brasileiras e de onde vêm as múltiplas formas de resiliência. **RADIS: Comunicação e Saúde**, n.213, p.21-27, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41753>. Acesso em: 21 out. 2020.

PIO, Danielle Abdel Massih; CAPEL, Mariana da Silva. Os significados do cuidado na gestação. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v.7, n.1, p.74- 81, jun. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2015000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 set. 2020.

RAPOPORT, Andrea; PICCININI, Cesar Augusto. Apoio social e experiência da maternidade. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v.16, n.1, p.85- 96, abr. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822006000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 maio 2020.

RAPOPORT, Andrea; PICCININI, Cesar Augusto. Maternidade e situações estressantes no primeiro ano de vida do bebê. **Psico-USF**, Itatiba, v. 16, n. 2, pág. 215-225, agosto de 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-82712011000200010> Acesso em: 31 out. 2020

SBICIGO, Juliana Burges; BANDEIRA, Denise Ruschel; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Escala de Autoestima de Rosenberg (EAR): validade fatorial e consistência interna. **Psico-USF**, Itatiba, v.15, n.3, p.395-403, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712010000300012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 set. 2020.

SCHMIDT, Eluisa Bordin; PICCOLOTO, Neri Maurício; MULLER, Marisa Campio. Depressão pós-parto: fatores de risco e repercussões no desenvolvimento infantil. **Psico-USF**, Itatiba, v.10, n.1, p.61-68, jun. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712005000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 maio 2020.

SINPRO. **Lei argentina que reconhece cuidado materno como trabalho para aposentadoria é vitória das mulheres**. 2021. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/lei-argentina-que-reconhece-cuidado-materno-como-trabalho-para-aposentadoria-e-vitoria-das-mulheres-diz-o-sinpro/>. Acesso em: 27 jul. 2021.

16 - INVERSÃO DE HIERARQUIA NA FAMÍLIA: QUANDO O FILHO ASSUME O PAPEL DE AUTORIDADE PARENTAL

Andreza Maria Neves Manfredini

Natália de Lourdes Vieira de Faria

INTRODUÇÃO

A infância é a fase do ciclo vital individual que possui como principal função suprir as necessidades de socialização, proteção e bem-estar físico. A interação de fatores genéticos, biológicos e culturais, e as suas repercussões econômicas e psicossociais podem ou não constituir um ambiente facilitador ao pleno desenvolvimento infantil. É esperado que as crianças desenvolvam, gradualmente, o autocontrole fisiológico, cognitivo e comportamental, e que internalizem um conceito positivo sobre o mundo, sobre si e que elaborem o sentimento de pertencimento (PENELLO, 2011).

O presente trabalho tem como proposta discorrer sobre a organização da família contemporânea, apresentando diferenças histórico-culturais percebidas no decorrer dos últimos anos, em que a família vem passando por grandes mudanças e reconfigurações. Sendo assim, busca-se compreender, por meio da revisão bibliográfica, os efeitos causados na hierarquização da família, mediante a inversão de papéis entre pais e filhos, tendo em vista as inúmeras mudanças nas relações familiares ocorridas na contemporaneidade, onde, por vezes, há uma inversão de valores que faz com que, ao invés de os pais protagonizarem as tomadas de decisões no âmbito familiar, estes passem a ser guiados pelos desejos de seus filhos menores.

O objetivo principal deste estudo foi identificar e analisar como se estabelecem as relações familiares no contexto contemporâneo, quando os filhos crianças e adolescentes assumem a autoridade nesse sistema, a partir das bases de dados *Lilacs*, *Psycinfo* e *SciELO*, e da revista científica *Family Process*, nos últimos 30 anos.

A pesquisa mostra-se relevante por envolver um assunto atual e complexo sobre as autoridades nas famílias. Discute-se a questão dos filhos assumindo uma posição acima dos pais, na qual se observa uma modificação no papel hierárquico. Busca-se, assim, melhor entendimento sobre as relações entre pais e filhos nesse contexto.

As próximas seções apresentam uma breve contextualização teórica sobre os desafios da família contemporânea, estruturas e hierarquia familiares, os diferentes estilos parentais e, por fim, uma breve discussão sobre as mudanças hierárquicas ocorridas ao longo das gerações da família

contemporânea, tendo em vista a troca do papel de autoridade – esta exercida pelo(s) filho(s). Posteriormente, explica-se o método da pesquisa utilizado, a coleta e a análise de dados, e os resultados alcançados.

REVISÃO DA LITERATURA

Esta seção, dividida em quatro subseções para melhor compreensão do fenômeno estudado, busca analisar as mudanças hierárquicas ocorridas ao longo das gerações da família contemporânea, tendo em vista a troca de papel de autoridade, sendo essa exercida pelo(s) filho(s).

As Relações Familiares na atualidade: os desafios da parentalidade

A estruturação da família está intimamente vinculada ao momento histórico vivenciado pela sociedade da qual ela faz parte, uma vez que os diferentes tipos de composições familiares são determinados por um conjunto significativo de variáveis ambientais, sociais, econômicas, culturais, políticas, religiosas e históricas. Nesse sentido, para abordar o tema família, é preciso considerar os diferentes arranjos familiares e o contexto no qual ela está inserida (SINGLY, 2000).

Cada família possui uma estrutura singular. Um dos fatores que se destaca na estrutura familiar são os papéis hierárquicos que cada membro possui e exerce de forma particular. Além da hierarquia, a família é formada por subsistemas diferenciados, como sistema conjugal, sistema parental e sistema fraterno; neles, cada indivíduo tem papel e função definidos. Assim, o sistema familiar se estabelece a partir de uma organização hierárquica e executa funções por meio de seus subsistemas (MINUCHIN, 2007).

A família, entendida como primeiro modelo relacional sobre o qual se dará a aprendizagem e o desenvolvimento do indivíduo, também é afetada pela incerteza da decisão do jovem. Sobre o assunto, Cerveny (2010) elucida que, em uma família, o comportamento de cada um de seus membros afeta e é afetado por todos os outros integrantes do sistema; além de ser um espaço em constante transformação, ela garante seu desenvolvimento tendo como objetivo a acomodação e a transmissão de cultura.

A família busca proporcionar a proteção psicossocial de seus membros e o desenvolvimento por ela proporcionado é uma experiência singular para cada pessoa. As relações estabelecidas dinamicamente entre o sujeito e seu contexto ditam muitas de suas ações e reações. Quando algo muda no ambiente, sua postura se modifica e vice-versa. Esse jogo relacional esclarece o quanto as mudanças, sejam elas familiares ou singulares, reverberam na aprendizagem e no desenvolvimento do sujeito (MINUCHIN, 2007).

A família pode ser um espaço no qual o sujeito se sente pertencido ou um ambiente que desperta sentido de separação, ou seja, nela, a identidade do indivíduo é constituída a partir dos conteúdos relacionais transmitidos ao longo de gerações e de sua elaboração quanto à experiência singular de pertencer e, ao mesmo tempo, se separar (MINUCHIN, 2007). Considerando que a relação entre pais e filhos pode estar carregada de ansiedades não elaboradas, o processo de diferenciação do sujeito em seu núcleo familiar pode ser difícil (BOWBLY, 2002).

Estruturas Familiares

Famílias não são democracias e cada uma delas possui suas próprias maneiras de decidir quem tem poder e autoridade na unidade familiar e quais direitos, privilégios, obrigações e funções são atribuídas a cada membro. Em sua grande maioria, espera-se que os pais sejam os líderes ou executivos, e que as crianças sigam a liderança de seus pais. À medida que as crianças na meia-idade crescem, pedem e certamente devem ter mais autonomia, suas opiniões devem ser consideradas quando as decisões são tomadas, embora os pais sejam as autoridades finais (CÚNICO; ARPINI, 2013).

No entanto, existem desafios para essa estrutura tradicional baseada em gênero. Em muitas famílias, pais e mães estão trazendo contracheques para casa e, embora as mulheres ainda pareçam assumir a maior parcela de responsabilidade pelas operações familiares diárias, mais pais estão assumindo papéis na criação dos filhos e nos deveres domésticos (SCOTT, 2010).

Algumas responsabilidades podem estar abertas à negociação, principalmente se a família parece não funcionar de maneira ideal. Por exemplo, um filho mais velho pode ficar ressentido por sua responsabilidade em cuidar dos filhos mais novos, enquanto os filhos mais novos também podem se chatear pelo fato de o filho mais velho desempenhar o papel de pai – via de regra, essa situação resultará em argumentos sempre que o filho mais velho estiver no comando. Os pais precisam revisar o que está acontecendo, discutir como as crianças estão se sentindo e apresentar algumas alternativas (SOUZA, 2008).

Uma casa compartilhada pode ser caracterizada como um local no qual reside uma família constituída de pessoas frequentemente não relacionadas. O termo geralmente se aplica a pessoas que moram juntas em propriedades de aluguel, e não em propriedades nas quais qualquer residente é um ocupante-proprietário. Uma casa compartilhada é formada quando um grupo de pessoas se muda para uma propriedade alugada; normalmente, uma ou mais dessas pessoas solicitam o aluguel do imóvel por meio de um agente imobiliário, são aceitas e assinam um contrato de arrendamento (CERVENY; BERTHOUD, 2010).

É de se esperar que as mudanças nos arranjos societários, nos tempos atuais, constituam um

enorme desafio para qualquer modelo de classificação da estrutura familiar. Além disso, está o desafio de manter os possíveis grupos de classificação no mínimo possível, para que a análise da estrutura familiar como fator de saúde e outros resultados, em estudos futuros, não se torne um exercício excessivamente complexo (CÚNICO; ARPINI, 2013).

Hierarquias na Família

A família, apesar de ser uma entidade milenar, não está alheia às modificações sociais e históricas. Desse modo, sofre constantes mudanças no carrilhão do tempo. Desde o direito antigo, a sociedade preocupa-se com a questão do menor, ou seja, estabelecer a quem cabe decidir sobre seu futuro, administrar sua renda, sua educação e resguardar seus principais direitos. A família, segundo Bitencourt (2009), é apregoada pelos estudiosos das ciências humanas como um dos núcleos fundamentais de organização social e, segundo Macedo (xxx), possui o caráter de ser eminentemente construída socialmente.

Nos últimos anos, a família tradicional deixou de ser o modelo hegemônico da sociedade. Novos modelos foram surgindo no decorrer do tempo, sendo fundados não apenas pelos laços consanguíneos, mas também pelo afeto. Dentre esses novos modelos familiares está a família homoafetiva, que enfrenta uma grande polêmica no seio social. Tais polêmicas trazem obstáculos para os indivíduos que pretendem formar uma família, dificultando o próprio desenvolvimento pessoal de vivenciar o afeto em uma relação familiar (CARTER; MCGOLDRICK, 2010).

É fato que os modelos parentais e familiares estão mudando de um formato absolutista, com uma verticalidade marcada, a outro mais democrático e horizontal. Entre suas características mais gerais, o “antigo” modelo de família apresentava um pai com mais poder do que a mãe e uma paternidade na qual o medo era base de educação. Muito embora isso não tenha acontecido em todas as famílias, essa é a estrutura familiar rejeitada na nova visão (NEDER, 2005).

Atualmente, vive-se um momento de criação, de mudança, construindo o que se chama de “curva criativa” da parentalidade, em que o caminho estabelecido é rejeitado. Criar algo novo traz esperança, mudança, mas também incertezas e falta de referência. Os pais de hoje querem fazer coisas diferentes de seus pais, e se percebem angustiados por não contarem com uma referência para comparação e apoio, a fim de garantir que o que é feito tenha algum sentido. Resta confiar nas respostas futuras das crianças (SARTI, 2003).

A hierarquia familiar é definida como o grau de autoridade ou influência de um membro no sistema familiar, e estabelece a função do poder e a diferença de papéis nos subsistemas familiares (MCGOLDRICK, 2015).

Em uma família com filhos, existem dois subsistemas. O subsistema parental e o subsistema

filial (filhos). Idealmente, não deve haver diferenças hierárquicas entre indivíduos da mesma geração, isto é, ambos os pais devem ter o mesmo poder, autoridade e apoio aos olhos dos filhos (VIEIRA, 2018).

O antigo modelo de família revelava uma diferença no nível hierárquico do subsistema parental, pois o pai exercia mais autoridade do que a mãe. Essa mudança para um poder similar leva a uma estrutura familiar mais saudável, com base em estudos experimentais sistêmicos (MINUCHIN, 2010).

A democracia pode existir nas famílias, mas com cautela, principalmente nos primeiros anos de vida da criança. A razão simples é porque, para que a democracia seja eficaz, todos os membros precisam estar em pé de igualdade, e os filhos ainda não estão preparados, pois suas capacidades cognitivas e emocionais não estão desenvolvidas e, portanto, precisam de adultos para ajudá-los na sua autoconstrução.

Por esse motivo, são encontrados na terapia alguns conflitos, como por exemplo, quando o filho é questionado, ele pede coisas que não são razoáveis, como comer macarrão todos os dias (NEDER, 2005), e/ou quando os pais explicam porque o filho precisa fazer o dever de casa e, no caso de negativa, eles o forçam a realizar essa tarefa. Dessa forma, fica evidente essa diferença de conhecimento sobre as coisas importantes da vida (SARTI, 2003).

A autoridade não é um grande mal, aliás, uma autoridade com consciência e que não agride é muito saudável porque é uma fonte de segurança necessária às crianças. É fundamental deixar que cada membro se sente em sua cadeira e aceite seu papel (WEISSBOURD, 2010).

Os Estilos de Parentalidade

Para Carvalho (2010, p. 10), a convivência familiar é aquela que se solidifica por meio de uma relação fundada no afeto, duradoura no ambiente familiar e por pessoas que fazem parte desse ambiente. A base da sociedade, no entendimento de Medeiros (2015, p. 69), é a família, portanto, é imprescindível proporcionar à criança e ao adolescente a oportunidade de crescer e ser educado no seio de sua família ou, caso não seja possível, de outra substituta, tendo em vista que, somente assim, sua personalidade plena poderá ser desenvolvida.

Tartuce (2015, p. 69) ainda comenta que o modelo de entidade familiar vem sofrendo transformações no decorrer do tempo. Contemporaneamente, não se reconhece somente a entidade familiar advinda do casamento entre homem e mulher e a prole dele decorrente, mas também aquela entidade fundada com base no respeito, no afeto e no amor, possuindo, portanto, um sentido mais amplo.

Decerto, os pais têm o dever e a obrigação de proporcionar aos filhos condições para que eles se desenvolvam de maneira sadia e harmoniosa, exercendo o poder familiar de forma efetiva. A propósito, sobre poder familiar, Silva (2014, p. 25) comenta que, por tratar-se de um “[...] conjunto de direitos e deveres em relação à pessoa e aos bens dos filhos menores e não emancipados, com a finalidade de propiciar o desenvolvimento integral de sua personalidade”, este deverá ser exercido, igualmente, pela mãe e pelo pai, em consonância com a legislação civil. Quando esse direito não for preservado, pode ocorrer a suspensão e/ou extinção do poder familiar.

A pesquisa de Baumrind (2006; 2009) sobre estilos parentais autoritários, permissivos e participativos (autoritativos) ilustra como os psicólogos do desenvolvimento tentaram esclarecer o vínculo entre pais e os traços das crianças. De maneira mais simplista, a autoridade combina controle e estabelecimento de limites com carinho e cuidado, e geralmente promove crianças “[...] maduras, socialmente responsáveis e assertivas” (BAUMRIND, 2006, p. 4). A ênfase excessiva no cuidado às custas do controle apropriado define uma permissividade associada a crianças “imaturas”, com maior probabilidade de desenvolver problemas com autocontrole e autoconfiança. Pais autoritários são opostos ao padrão permissivo, exercendo controle forte com pouco calor. Os jovens “insatisfeitos” parecem infelizes, socialmente afastados e sem confiança.

Para Souza (2014), o estilo autoritário é pautado na exigência de uma criança madura e de extremo controle, porém, trata-se de um estilo que envolve pouco afeto, pois há escassa tolerância para comportamentos considerados impróprios, e as punições e ameaças geralmente prevalecem, caracterizando esses pais como extremamente críticos, com regras impostas que não carecem de questionamentos.

Quanto ao estilo autoritativo (participativo), afirma-se que é o modelo que melhor se encaixa na esfera psicossocial, inclusive com os mais expressivos resultados acadêmicos. Este estilo, no qual os pais apresentam tanto afetividade relativa quanto alta responsividade, caracteriza-se pelas requisições de amadurecimento por meio da ascensão da autonomia e personalidade, e por elucidações da própria conduta. Dessa forma, proporcionam-se alternativas ao invés da imposição de ordens, dividindo, muitas vezes, as causas das disposições adotadas (VIEIRA, 2018).

A pesquisa realizada por Manfredini e Carrillo (2019) visou compreender as relações de autoridade entre pais e filhos adolescentes. Em seus resultados, os adolescentes consideraram favorável a autoridade exercida pelos pais em suas vidas, pois sentem segurança e sabem que os pais os corrigem para o seu bem e, apesar de, por vezes, não concordarem com algumas formas de correção, estas são consideradas necessárias.

As autoras evidenciaram que os adolescentes na contemporaneidade não se opõem à obediência aos pais, todavia, querem ser respeitados e ter o direito de serem ouvidos, querem ter

espaço para o diálogo, direito para pensar de modo diferente de seus pais, sem ofendê-los. Assim, é primordial repensar as relações de autoridade com os pais, mantendo-os em posição de autoridade e dando o espaço de escuta aos filhos (MANFREDINI; CARRILLO, 2019).

MÉTODO

Esta é uma pesquisa de natureza bibliográfica, realizada através da análise de publicações de periódicos disponibilizados por meio eletrônico, os quais contemplaram a produção científica sobre como se estabelecem as relações familiares no contexto contemporâneo, quando os filhos crianças assumem a autoridade nesse sistema.

Mendes, Silveira e Galvão (2008, p. 759) definem revisão integrativa como uma metodologia que tem a “[...] finalidade de reunir e sistematizar resultados de pesquisas sobre um delimitado tema ou questão de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado”.

O estudo foi realizado por meio de levantamento nas bases de dados Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), *Psychinfo* e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), e da revista científica *Family Process*. Para a busca dos artigos na base de dados SciELO, foram utilizadas as seguintes palavras-chave: relações familiares; autoridade parental; filhos, com o termo de ligação “AND”. Nas outras bases de dados e na revista, foram utilizados os termos: família; hierarquia parental; filhos ou autoridade parental; hierarquia; filhos ou estilo parental; hierarquia ou hierarquia parental; crianças; adolescentes.

Para a escolha dos artigos, adotou-se como critério de inclusão a completude dos artigos, as dissertações, teses de doutorado e livros disponíveis na íntegra, gratuitamente, com recorte temporal dos últimos 30 anos (1991-2020). Ressalta-se que o critério de exclusão abrangeu o fato de o material não responder à pesquisa e aos objetivos e problemas por ela traçados, além de excluir obras anteriores a 1991.

De um total de 135 artigos, 53 foram analisados, pois estavam dentro dos critérios de inclusão da pesquisa, conforme se observa no Quadro 1, sendo que, estes últimos, foram organizados em: identificar as relações familiares (3), sua estrutura (2), questão de hierarquia parental (4), estilos parentais (3), ciclo vital familiar (4), processo da construção da paternidade (2), processos de maturação infantil (3) e o exercício da parentalidade (7), novas formas de família na contemporaneidade (2), violência doméstica (4), famílias e gerações (2) e, relacionamento paterno-filial (2), Estatuto da Criança e adolescente (2), coesão e hierarquia (2), conceito sobre família (2), efeitos da violência doméstica na família (2), negligência familiar (1 artigo), união do casal e a

convivência com os filhos pequenos (2), filhos e educação – adolescentes (2), autoridade (1) e, terapia familiar (1).

Quadro 1 – Coleta de dados

Bases de dados	Total de artigos coletados	Artigos aceitos	Artigos rejeitados
Lilacs	80	15	65
<i>Family Process</i>	25	20	05
Scielo	30	18	12
Total	135	53	82

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Para avaliação dos artigos, utilizou-se a técnica da revisão integrativa da literatura, com base nos conceitos de Mendes, Silveira e Galvão (2008), que emprega a construção de análise constituída a partir de seis etapas: (I) elaboração de uma pergunta norteadora; (II) busca ou amostragem na literatura; (III) coleta de dados; (IV) análise crítica dos estudos incluídos; (V) discussão dos resultados; (VI) e apresentação da revisão integrativa, visando obter melhor entendimento sobre a temática pautada em estudos anteriores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa fundamentam-se nos objetivos específicos de identificar e analisar quais os tipos de autoridade assumidos pelos pais quando os filhos crianças e adolescentes (mandam) ditam normas e regras na família; quais fatores influenciam os pais a perderem a autoridade sobre seus filhos crianças e adolescentes; as consequências quando os filhos crianças e adolescentes ditam normas e regras na família (assumem a autoridade no sistema familiar).

Este estudo apresenta os artigos analisados que correspondem a cada objetivo específico, discutido segundo a literatura acadêmica. Para melhor visualização, foram organizados os Quadros 2, 3 e 4, que retratam a base de dados, o autor e ano das publicações.

Quadro 2 – Tipos de autoridade assumidos pelos pais assumem quando os filhos crianças e adolescentes (mandam) ditam normas e regras na família

Base de dados	Autor/ ano
Scielo	WEBER; PRADO; VIEZZER (2004) CARVALHO; MELO (2006) CERVENY; BERTHOUD (2010)

Fonte: Elaborado pelas autoras

Os resultados obtidos no que concerne à autoridade assumida pelos pais (ou não) diante dos filhos (crianças/adolescentes) apontam, de acordo com a unanimidade dos autores pesquisados, que, muitas vezes, são os filhos quem ditam as regras para a família.

Muitas famílias veem a adolescência como um momento de crise (WEBER; PRADO; VIEZZER, 2004). A percepção culturalmente aceita de que esse é um período de não obediência às regras e à autoridade dos pais reforça o estereótipo do jovem rebelde e naturaliza a dificuldade encontrada por algumas famílias em construir e manter regras.

Alguns pais relatam certo estranhamento dos filhos quando chegam à adolescência (CERVENY; BERTHOUD, 2010). As crianças dóceis e obedientes são, misteriosamente, substituídas por adolescentes críticos, insatisfeitos e construtores de suas próprias regras (CARVALHO; MELO, 2006). A percepção, frequentemente equivocada, de rompimento das relações anteriormente estabelecidas entre pais e filhos torna a consolidação das regras e da autoridade parental, construídas desde a infância, um processo árduo para a família. Em muitos casos, os filhos passam a ditar suas próprias regras e pais as aceitam passivamente ou em meio a entraves violentos de posicionamento (WEBER; PRADO; VIEZZER, 2004).

Diante do exposto, questiona-se: Por que pode ser difícil para algumas famílias construir e consolidar sua autoridade e impor regras? Por que alguns pais têm mais sucesso do que outros nessa tarefa? Será que seguir todas as regras parentais é o ideal para o desenvolvimento dos filhos?

Refletir sobre essas questões e dificuldades tem levado pesquisadores e clínicos a buscarem dados que auxiliem na compreensão de como ocorre o processo de construção e manutenção da autoridade dos pais na relação parental.

Quadro 3 – Fatores que influenciam os pais a perderem a autoridade sobre seus filhos crianças e adolescentes

Base de dados	Autor/ ano
Lilacs SciELO	BOWLBY (2002) CARVALHO; MELO (2013) ABRANTES; GUERREIRO (2005) BERTHOUD (2010)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A respeito dos fatores influenciadores da perda de autoridade por parte dos pais sobre os filhos, os resultados apontados pelos autores pesquisados direcionam para um questionamento – como se dá a autoridade parental no contexto contemporâneo, considerando a desconstrução dos modelos fixos, da perda da tradição, da multiplicidade de valores e de possibilidades de vivências familiares (CARVALHO; MELO, 2013).

Ao considerar a família tradicional como primeiro parâmetro a ser pensado, percebe-se que o regulador tem esse lugar reconhecido de maneira inquestionável pelos demais membros. Todavia, na família pós-moderna, pautada numa lógica igualitária, o controle pode ser questionado e, conseqüentemente, ser ponto de mais conflitos entre os membros (ABRANTES; GUERREIRO, 2005).

Uma questão comum levantada pelos autores Bowlby (2002) e Berthoud (2010) sobre autoridade parental e pacto geracional relaciona-se àquilo que se vê atualmente: uma modificação ou um deslizamento dos eixos do pacto geracional e de autoridade pelos jovens e seus pais.

Berthoud (2010) afirma que está ocorrendo uma passagem do pacto ao contrato intergeracional, que é regido pela reciprocidade e equivalência de pais e jovens, com o reconhecimento de suas diferenças, mas não exclusivamente pela verticalidade posta na dinâmica geracional, que afirma que os jovens devem obedecer aos mais velhos.

A transformação do pacto em contrato abarca a noção de equidade. Se a ideia de pacto compreendia que os jovens eram obrigados a privilegiar a obediência, no contrato, observa-se a presença de dois indivíduos equiparáveis: aceitar e não aceitar autoridade e regras, e quem manda mais, quem tem mais voz ativa na família? (BOWLBY, 2002). Essas questões são fatores de perda de autoridade, afinal, inicia-se um embate de forças.

Há outro impasse pontuado pelos autores para a perda de autoridade sobre os filhos. A diferença dos lugares geracionais é mencionada por Abrantes e Guerreiro (2005) como a única ancoragem possível da autoridade parental no contexto contemporâneo, o que faz parecer impossível, ou quase, a manutenção do contrato intergeracional, já que este implica em equiparação dos sujeitos envolvidos. A viabilidade do contrato intergeracional requer novas formas de viver a família e em família.

É possível pensar que o exercício da autoridade terá de ser negociado cotidianamente, considerando cada uma das situações colocadas em cena para que pais tenham o dito controle e os filhos passem a ser filhos, estabelecendo um respeito hierárquico pautado no convívio harmonioso da família (BERTHOUD, 2010).

Quadro 4 – As conseqüências quando os filhos crianças e adolescentes ditam normas e regras na família (assumem a autoridade no sistema familiar)

Base de dados	Autor/ Ano
Scielo	SAFFIOTI (2019)
Lilacs	WEBER et al. (2004)
	STENGEL (2011)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Sobre as conseqüências de os filhos ditarem normas e regras dentro do ambiente familiar, ou seja, assumirem a autoridade no sistema parental, os autores são unânimes ao afirmar que esse fato

se deriva do chamado fenômeno da fragilização das funções parentais, que se relaciona às atuais dificuldades dos pais em educar seus filhos, devido à insegurança e às dúvidas quanto ao exercício de suas funções (SAFFIOTI, 2019; STENGEL, 2011).

Weber et al. (2004) observam que, na contemporaneidade, é crescente a presença de crianças pequenas que desafiam intensamente a autoridade dos pais e professores. Tema de programas de televisão em países diversos, de artigos e *sites* da internet, esse fenômeno parece mobilizar a sociedade no sentido de refletir acerca do fato de essa nova geração ter um comportamento mais intensificado de indisciplina do que as crianças de antigamente. São eles quem ditam as regras, que dizem o que fazer ou não fazer, e até chegam a impor o que querem comer (SAFFIOTI, 2019).

Nesse contexto, Stengel (2011) ressalta a dificuldade crescente dos pais em dizer não, pois essa dificuldade se relaciona com o fato de que os pais esperam que o social ratifique sua postura, contudo, o que se constata é que o problema em dizer não contaminou primeiramente o social.

Para Weber et al. (2004), importa pensar que, atualmente, não há referências claras sobre a importância e a necessidade de manter vivo o princípio de autoridade nas relações dos pais com seus filhos. Os autores autor têm destacado a existência desse fenômeno e suas consequências para a reestruturação da família.

Após a discussão sobre os resultados da pesquisa, verifica-se que, na atualidade, torna-se necessário que os pais construam um modo consistente de exercer a parentalidade, reforçando as relações hierárquicas no interior da família, sem confundir o emprego da autoridade com autoritarismo, respeitando os lugares e funções diferenciadas de cada um no grupo familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que as relações de autoridade e poder na família devem se constituir como elementos ordenadores da cena doméstica, definindo posições hierárquicas, direitos e deveres específicos, porém desiguais. A autoridade reporta-se a experiências comuns vividas no passado e seu exercício visa preservar posições hierárquicas já estabelecidas e que fazem parte da tradição de comando no interior de um grupo ou associação.

Entretanto, a rapidez das mudanças que afetam a família torna o saber acumulado pelo pai inadequado em face de novas situações que ele não vivenciou e sobre as quais sua experiência é nula, de modo que, muitas vezes, os filhos transmitem aos pais saberes e novos modelos de conduta.

Em consequência da redução de autoridade no interior da família, os filhos assimilam a posição como sujeitos de direitos, dentro e fora da unidade doméstica, ficando em segundo plano a condição de sujeitos de deveres. Assim, a ação socializadora das famílias de camada média, que é

fruto de mudanças em sua estrutura, concorre para que o individualismo dos filhos prevaleça sobre as aspirações de cunho coletivo.

Sobre os tipos de autoridade assumidos pelos pais quando os filhos (crianças/ adolescentes) ditam normas e regras na família, diversos autores, em suas pesquisas, alertam que os pais passam a desenvolver um estilo parental permissivo e passivo diante dos filhos.

Os fatores que influenciam para a perda da autoridade sobre seus filhos podem ser evidenciados em famílias que possuem papéis não condizentes consigo (quebrando a hierarquia) e podem gerar adoecimento na estrutura. Um exemplo disso seria um filho que acaba assumindo um papel de pai ou uma mãe que não exerce sua autoridade; nesse caso, as fronteiras são ditas emaranhadas. Além disso, a comunicação familiar fica difusa e os membros têm dificuldades para identificar papéis por meio de suas interações.

A família passa por um momento de perda de referenciais, onde modelos recebidos nas gerações anteriores parecem obsoletas e novas estratégias ainda não parecem eficazes. É comum que os pais tenham necessidade de não repetir os padrões educativos recebidos em suas famílias de origem, pois trata-se de um processo no qual o desejo está em não reeditar os erros de sua própria educação, mas em favorecer as novas gerações com melhores condições de bem-estar e, nesse processo, os pais tendem, muitas vezes, a criar parâmetros idealizados de como educar.

Pode-se dizer que a família contemporânea tem trazido desafios para seus membros. Pela pluralidade em suas formas e flexibilidade em suas regras e desempenho de papéis, as relações familiares têm de ser reinventadas e negociadas cotidianamente. Essas reinvenções e negociações são atravessadas pelas contradições que os modelos hierárquicos e igualitários trazem e pelas transformações que têm assumido lugar em nossa sociedade atual. Alguns pais que foram criados em famílias primordialmente hierárquicas buscam educar seus filhos de forma mais igualitária e empregam um estilo participativo-igualitário baseado no diálogo, afeição e compreensão.

Por mais que, em vários momentos, a lógica tradicional seja acionada para pautar a família e ajudá-la a resolver determinadas situações, especialmente as conflitivas e as que requerem o exercício da autoridade de forma mais explícita, essa lógica já não se encaixa. A família contemporânea reúne sujeitos que pautam suas relações na liberdade, na possibilidade de escolhas e na equivalência. Por isso, a relação parento-filial também não pode retornar àquela anterior, tradicional, pois os sujeitos não a suportariam. Fica o impasse de como resolver essa situação.

Como bem disse a letra da música Pais e Filhos, do Legião Urbana:

Me diz por que o céu é azul

Explica a grande fúria do mundo

São **meus filhos que tomam conta de mim**

Eu moro com a minha mãe
 Mas meu pai vem me visitar
 Eu moro na rua não tenho ninguém
 Eu moro em qualquer lugar
 Já morei em tanta casa que nem me lembro mais
 Eu moro com os meus pais.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, P.; GUERREIRO, M. D. Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 20, n. 58, p. 157-175, jun. 2005.
- BAUMRIND, D. Efeitos do controle autorizado sobre o comportamento infantil. 10.ed. **Child Development**, 37, 887-907, 2006.
- BAUMRIND, D. R. A influência do estilo parental na competência do adolescente e no uso de substâncias. **Jornal do Início da Adolescência**, 8.ed. 2009.
- BERTHOUD, C. M. **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
- BOWLBY, J. **Apego e perda: separação – angústia e raiva**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. In: **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. Reimp. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 15-20.
- CARVALHO, M. do C. B.; PEREIRA, R. **Serviço e Proteção Familiar**. Cadernos de ação. São Paulo: IEE-PUC e CBIA, n. 5, dez. 2010
- CERVENY, C. M. O. Pensando a família sistemicamente. In: CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira; BERTHOUD, Cristiana Mercadante Esper. **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
- CÚNICO, S. D.; ARPINI, D. M. A família em mudanças: desafios para a paternidade contemporânea. **Pensando famílias**, v. 17, n. 1, p. 28-40, 2013.
- MCGOLDRICK, M. **As mudanças no ciclo de vida familiar**. Porto Alegre, RS: Artes médicas. 2015
- MANFREDINI, A. M. N.; CARRILLO, D. T. R. A visão de pais e filhos sobre o exercício da autoridade parental na fase adolescente do ciclo vital da família. In: MANFREDINI, Andreza Maria Neves; CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. **Intervenção Familiar Sistêmica: atuação e pesquisa**. Taubaté: EdUnitau, 2019.

- MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem integrative literature. **Texto & Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out/dez, 2008.
- MINUCHIN, S. Prefácio. In: NICHOLS, M. P.; SCHWARTZ, R. C. **Terapia familiar: conceitos e métodos** (7ª ed.) (M.A. V. Veronese, Trad.) (pp. v-vii). Porto Alegre: Artes Médicas. (Trabalho original dessa edição publicado em 2006). 2007.
- MINUCHIN, S. **Famílias: Funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 2010.
- NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família brasileira, a base de tudo**. 7 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF, UNICEF, 2005.
- SAFFIOTI, H. I. B. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (Orgs.). **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu Editora, 2019, p. 13-21.
- SARTI, C. A. A família e a individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do C. B. de (org.). **A Família contemporânea em debate**. 7. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003. p. 39-49.
- SILVA, A. S. Possibilidade de aplicação da técnica de constelações familiares e da mediação nas Varas Especializadas da Mulher e da Violência Doméstica frente à Resolução CNJ nº 125/2010. **Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos**. Maranhão. v. 3, n. 2, p. 88-105. Jul/Dez. 2014.
- SINGLY, F. O nascimento do «indivíduo individualizado» e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, C.; SINGLY, F; CICCHELLI, V. **Família e individualização** (pp. 1319). Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- SCOTT, P. Gerações e famílias: Polissemia, mudanças históricas e mobilidade. **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 2, p. 251-284, 2010.
- SOUZA, C. M. B. de. Família na contemporaneidade: mudanças e permanências. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 623-625, Dec. 2008.
- STENGEL, M. O exercício da autoridade em famílias com filhos adolescentes. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 502-521, dez. 2011. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v17n3/v17n3a11.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2019.
- TARTUCE, F.; CIVIL, Direito dos Contratos e Contratos em Espécie. **Rev. atual. e ampl.** Rio de Janeiro: Forense–São Paulo: MÉTODO, 2014.

17 - O INTERCÂMBIO COMO EXPERIÊNCIA INTERCULTURAL PARA O DESENVOLVIMENTO PESSOAL

André Rodrigues

Adriana Leônidas de Oliveira

INTRODUÇÃO

O mundo globalizado encontra-se em um movimento de integração social, política, cultural e econômica, a troca de experiências e informações entre os indivíduos permite uma maior cooperação entre as nações. A palavra “intercultural” adquire importância cada vez maior nas instituições acadêmicas. Além das consequências oriundas da globalização econômica, houve um significativo crescimento na elaboração e transmissão de informações, eliminando-se assim os limites geográficos e permitindo uma maior interação entre as diversas culturas (FREITAS, 2009).

O intercâmbio é um fenômeno que pode ser entendido como uma forma de trocar informações, crenças, culturas e conhecimentos. Segundo Dalmolin et al. (2013), a experiência de viver em outro país proporciona conhecer hábitos diferentes e específicos, abre novas perspectivas, auxilia na superação de desafios e dificuldades.

Uma das dificuldades do intercâmbio é manter o próprio bem-estar no país estrangeiro, o indivíduo acaba desenvolvendo habilidades que contribuem para o crescimento de sua carreira profissional e pessoal, como afirmam Lima et al. (2009). Para esses autores, tal experiência amplia o capital intelectual e contribui para o desenvolvimento de competências valorizadas pelo mercado de trabalho, conforme favorece também o amadurecimento emocional principalmente dos jovens.

O presente capítulo apresenta uma pesquisa que se delimitou a estudar jovens adultos “intercambistas” na faixa etária entre 18 a 30 anos de idade, que fizeram uma experiência intercultural em um país estrangeiro há no máximo 4 anos e com duração mínima de um mês. Apresentaremos algumas importantes ideias para a compreensão do intercâmbio e sobre o desenvolvimento pessoal alcançado a partir desta experiência, caracterizando o desenvolvimento e compreendendo o que impulsionou tal desenvolvimento.

REVISÃO DA LITERATURA

Intercâmbio

De acordo com Guimarães (2013), a mobilidade internacional iniciou-se na Europa, no final do século XX. Com o término das Grandes Guerras, os países visavam a reconstrução das nações destruídas, a assistência por meio de acordos culturais, científicos, mobilidade estudantil, entre outros. A aproximação entre instituições de diferentes partes do planeta proporciona o desenvolvimento de novas formas de aprendizagem e de produzir, gerenciar e ampliar o conhecimento. Uma ideia atrelada ao intercâmbio e a interculturalidade é a educação, a educação tem como papel a construção de uma cidadania ativa capaz de gerar dinâmicas construtivas para com a sociedade (PEREIRA, 2017).

Sabendo disso, o intercâmbio pode ser entendido como uma forma de trocar informações, crenças, culturas e conhecimentos. Segundo Dalmolin et al. (2013), a experiência de viver em outro país proporciona conhecer hábitos diferentes e específicos, abre novas perspectivas, auxilia na superação de dificuldades, pois o “intercambista” precisa se adaptar ao ambiente e passar por experiências desse tipo são extremamente relevantes já que agregam valores ao crescimento profissional e pessoal.

Conforme Guimarães e Oliveira (2017), as fronteiras são derrubadas e o mundo é representado por uma população universal, espera-se que após uma estadia no exterior o indivíduo volte munido de ferramentas profissionais, acadêmicas. Uma experiência na qual o indivíduo precisou aprender a conviver com as diferenças sociais, culturais e estruturais, ou seja, a mobilidade vista é além de uma mudança e locomoção, ela também é uma forma de investir em si mesmo e no seu próprio desenvolvimento.

Uma grande oportunidade para conhecer novas culturas, sistemas políticos e organizações sociais, aprender, aprimorar e/ou conhecer as variantes linguísticas de um novo idioma. Aumentando assim, a capacidade do indivíduo em seus relacionamentos interpessoais, favorecendo a descoberta de aspectos ainda não pensados antes da convivência com outros povos. Entre as inúmeras metas destes programas destaca-se a necessidade de investir na formação pessoal, competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento (DALMOLIN, et al., 2013).

Vista como um capital simbólico, a mobilidade é tão importante quanto o capital financeiro propriamente dito. Na próxima subseção aprofundaremos sobre o conceito de mobilidade e capital simbólico.

Mobilidade como capital simbólico

Conceitua-se mobilidade como a capacidade a disposição e ao desejo que um indivíduo tem de mudar geograficamente e de interagir com diferenças em relação à sua cultura. Portanto, a mobilidade é além de uma mudança geográfica, é também um conjunto de competências desenvolvidas pela relação do indivíduo com o meio (FREITAS, 2009).

A mobilidade como um capital simbólico passa a ser compreendida com a disposição interior, o aprendizado e o exercício de uma abertura às mudanças constantes. A mesma autora diz que a “biografia”, ou seja, a história de cada um é como uma enciclopédia que é constantemente atualizada, visto que a cada nova experiência o todo é reavaliado na direção de mais mobilidades. Um pré-requisito para a mobilidade é o desejo de mudar sempre, de buscar o novo sempre e de se conhecer sempre.

De acordo com Freitas (2009), não é apenas o dinheiro que conta na vida, o capital cultural, social, mobilidade e outros são ambos recursos simbólicos tão úteis quanto o capital econômico representado pelos bens financeiros e patrimoniais. O capital cultural seria o conjunto de conhecimentos adquiridos, idiomas falados, diplomas, maneiras de se comunicar e outras questões. O capital social compreende as redes de relações do indivíduo ou de um grupo, ambos valores importantes para os indivíduos desenvolver e serem bem-sucedidos.

O capital simbólico seria o enriquecimento cultural e pessoal do indivíduo construído na medida em que há o confronto de diferentes desafios e estratégias para a adaptação. A transformação dos significados possibilitados pelas interações e aprendizados que ocorreram durante a mobilidade permite o desenvolvimento, o indivíduo que se mostra aberto a novas experiências e permite-se testar seus limites de conhecimento, de experiências, tanto pessoais quanto profissionais, permite que o indivíduo se construa enquanto pessoa, e o que permite essa construção é diferente em cada um (OLIVEIRA; FREITAS, 2017).

O investimento em capital humano é importante para a melhoria da qualificação profissional que os participantes buscam no exterior, a experiência de mobilidade é importante para o desenvolvimento pessoal e intercultural do indivíduo, essa experiência é central para a formação global e desenvolvimento do capital de mobilidade (OLIVEIRA; FREITAS, 2016).

A busca da mobilidade como investimento é importante para a melhoria da qualificação profissional e pessoal. Segundo Papalia e Feldman (2013), ao iniciar a fase adulta os jovens buscam realizações tanto pessoais quanto sociais e profissionais. É um momento na vida de descoberta antes de assumir os papéis e responsabilidades da vida adulta.

Início da vida adulta e o adulto jovem

O início da vida adulta é indicado por uma série de marcadores, e varia conforme cada autor. Sabendo disso, fez-se um apanhado geral dos principais marcadores e as suas relações, tais são: o sentimento de autonomia, autocontrole e responsabilidade pessoal. A maturidade psicológica depende de realizações como descobrir a própria identidade, tornar-se independente dos pais e responsáveis por si mesmas, desenvolver um sistema de valores e estabelecer relacionamentos afetivos, entre outras realizações (PAPALIA; FELDMAN 2013).

Os caminhos individuais para a vida adulta são influenciados por fatores como gênero, capacidade acadêmica, classe social, entre outros fatores. Para este jovem adulto alcançar uma identidade étnica segura, eles devem vir a entender-se como parte de um grupo étnico e como parte da sociedade mais ampla, ambientes diferentes de sua cultura de origem fazem questionar seus próprios valores tradicionais e fazer desenvolver sentimentos positivos tanto em relação à própria identidade quanto na aceitação de outros grupos e culturas. Portanto, “esses sentimentos podem resultar em interações mais positivas entre grupos diferentes e em reduções na discriminação” (PHINNEY; JACOBY; SILVA, 2007 apud PAPALIA; FELDMAN, 2013, p.487).

O desenvolvimento dos relacionamentos íntimos é uma tarefa crucial no período adulto jovem, além de serem vitais para a saúde e bem-estar dos mesmos. De acordo com Cohen (2004 apud PAPALIA; FELDMAN, 2013), verificam-se pelo menos dois aspectos inter-relacionados do ambiente social que podem promover a saúde: integração social e apoio social. O primeiro, integração social, seria o envolvimento ativo em diversos relacionamentos, atividades e papéis sociais. O segundo, apoio social, refere-se aos recursos materiais, informativos e psicológicos que auxiliam na busca de ajuda para lidar com o estresse e outras questões pessoais.

Além dos relacionamentos os julgamentos morais se tornam mais complexos na vida adulta, duas experiências que impulsionam o raciocínio moral em adultos jovens são encontrar valores conflitantes longe de casa e ser responsável pelo bem-estar de outras pessoas. Portanto, a experiência do indivíduo consigo mesmo e com os outros afeta e pode levá-lo a reavaliar os seus critérios em relação ao que é certo e justo, outras pessoas têm experiências individuais que moldam suas crenças sobre o que é moralmente certo e errado (KOHLBERG, 1973 apud PAPALIA; FELDMAN, 2013).

A experiência que proporcionar a um indivíduo um contato direto com uma cultura diferente da sua, apresentará um crescimento em sua formação cultural. Segundo Guimarães e Olivia (2017), uma formação que irá possibilitar a vivência e o debate sobre as diversidades culturais, tendo em vista que na atual realidade o encontro intercultural é inevitável, a experiência serve como um meio para o indivíduo construir novas relações, a possibilidade de uma mudança da visão de mundo e de enxergar diferentes soluções para a região em que vive.

Desenvolvimento pessoal por meio do intercâmbio

O intercâmbio proporciona desenvolvimento pessoal em ambiente desconhecido. Uma das dificuldades é manter o próprio bem-estar no país estrangeiro, o indivíduo desenvolve habilidades que contribuem para o crescimento de sua carreira profissional e pessoal, como colocam Lima et al. (2009). Para esses autores, a mobilidade internacional amplia o capital intelectual e contribui para o desenvolvimento de competências valorizadas pelo mercado de trabalho, conforme favorece também o amadurecimento emocional principalmente dos jovens.

A convivência com pessoas de um país diferente, com outros costumes diferentes dos seus, permite ao participante a absorção da cultura do país de destino e a exposição de sua própria cultura e costumes, uma troca que acontece através da relação com os nativos da região e com os colegas com os quais estuda, que também trazem consigo a sua cultura (PEREIRA, 2017).

A educação intercultural defende a formação de um cidadão que compreenda e respeite as diferentes culturas da sociedade, o aumento da capacidade de comunicação e interação, proporcionando possibilidades que favoreçam e respeitem o desenvolvimento de cada indivíduo, estimulando atitudes favoráveis à diversidade cultural, com respeito e admiração ao próximo (BLANCO, 2003).

O intercâmbio colabora para que os intercambistas melhorem suas relações pessoais e interpessoais, valorizando mais o afeto, a família e um bom relacionamento entre pessoas de culturas diferentes. A iniciativa do intercâmbio requer muita paciência, abnegação e capacidade de contornar os imprevistos, a distância de familiares e amigos; as variantes culturais, de clima, de hábitos e de valores, além da experiência de como se adaptar e se comportar diante de uma situação nova (DALMOLIN et al., 2013). O intercâmbio e a mobilidade acadêmica promovem vantagens além do aprendizado, tal como no desenvolvimento psicológico: autoconfiança, amadurecimento, independência, autonomia, capacidade de relacionar-se e, sentir-se “um cidadão do mundo”.

A descoberta de um novo espaço social é o reflexo de uma percepção muito pessoal da realidade. É uma aprendizagem que é ao mesmo tempo física, psicológica e psíquica. A curiosidade nesse caso é uma virtude, pois ela aumenta a acuidade, impulsiona o indivíduo a conhecer, a descobrir, a vencer a angústia, o desejo de estar lá e afrontar o que lhe escapa, aprendendo tal realidade que se constrói pela paciência, pela intuição, pela curiosidade, pela generosidade e pela confiança (FERNADEZ, 2002).

A autora Freitas (2009) acredita que a convivência intercultural impõe ao nosso pensamento um esforço de compreensão, a necessidade de se desembaraçar de um contexto cultural herdado. Essa

convivência pode favorecer um maior autoconhecimento pessoal e conhecimento do outro, reduzindo as intolerâncias e gerando uma humanidade mais acolhedora à sua própria diversidade.

Portanto, a experiência de viver em outro país proporciona conhecer hábitos diferentes e específicos, abre novas perspectivas, auxilia na superação de dificuldade. As ideias propostas do Dalmolin et al. (2013) fomentam que o indivíduo ao estar sem apoio de amigos e familiares busca através de si mesmo e das relações formadas, a adaptação ao novo ambiente, muitas vezes hostil no primeiro momento.

MÉTODO

Foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo e exploratório e estudo de campo. Os estudos qualitativos são reconhecidos por seu potencial para exploração de dados e descoberta de resultados com maior riqueza e por ser mais próximo da realidade a qual o pesquisador quer compreender (FREITAS; POZZEBON, 1998).

Gil (2000, p. 43) afirma que as pesquisas exploratórias desenvolvem, esclarecem e modificam conceitos e ideias com objetivo de oferecer uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado. Por fim, a pesquisa de campo exige do pesquisador um encontro mais direto, justamente para buscar as informações e coletar os dados da população pesquisada (GONSALVES, 2001).

A coleta de dados foi realizada em plataforma *online* (Google Hangout). O público-alvo com o qual realizamos a nossa pesquisa foi de jovens adultos “intercambistas” na faixa etária entre 18 a 30 anos de idade que fizeram uma experiência intercultural em um país estrangeiro há no máximo 4 anos e com duração mínima de um mês. O estudo contou com uma amostra de 15 participantes, de ambos os sexos.

Ao propor uma pesquisa qualitativa observamos que a entrevista semiestruturada seria o instrumento mais pertinente para a coleta de dados. A entrevista semiestruturada pede uma composição de roteiro com tópicos gerais selecionais e elaborados, além também de propiciar situações de contato, ao mesmo tempo formais e informais, proporcionando um discurso mais ou menos livre, mas que atenda aos objetivos da pesquisa e que seja significativo no contexto investigado e academicamente (DUARTE, 2004).

A partir da coleta de dados, buscou-se analisar e interpretar as informações. Para tal foram utilizadas técnicas qualitativas do método de análise de conteúdo. De acordo com Campos (2004), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, na qual utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, ou seja, a busca do

sentido ou sentidos de um documento. Os dados são analisados levando-se em consideração os significados atribuídos pelo seu sujeito de pesquisa. Deve-se ter um equilíbrio entre a técnica e o texto vinculado, ou seja, não deve ser tão subjetiva ao ponto de impor as suas próprias ideias ou valores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta deste trabalho foi caracterizar o desenvolvimento pessoal alcançado a partir da vivência da experiência do intercâmbio e o que impulsionou tal desenvolvimento. Buscou-se compreender como foi a experiência dos intercambistas, desde o momento em que fecharam o intercâmbio até o seu retorno da experiência internacional.

A pesquisa contou com a participação de 15 intercambistas que viveram uma experiência intercultural internacional. Dentre os entrevistados, nove são do sexo feminino e seis são do sexo masculino. Em relação à nacionalidade dos entrevistados, quatorze são brasileiros e um deles é estrangeiro, costa-ricense. Referente à época em que os entrevistados vivenciaram a experiência do intercâmbio, a maioria se encontrava na faixa etária entre 18 a 21 e 22 a 25. Quanto às profissões exercidas, há uma predominância de estudantes. As características apresentadas são mostradas no Quadro 1.

Quadro 1 – Caracterização da amostra

Participante	Sexo	Nacionalidade	Idade na viagem	Idade atual	Profissão
P1	F	Brasileira	18	20	Estudante
P2	F	Brasileira	22	24	Desenvolvedora de negócios
P3	M	Brasileiro	23	25	Fotógrafo
P4	M	Brasileiro	23	25	Estudante
P5	F	Brasileira	24	26	Consultora de viagens
P6	M	Brasileiro	20	22	Estudante
P7	M	Brasileiro	18	21	Redator publicitário
P8	F	Brasileira	22	24	Estudante
P9	F	Brasileira	18	20	Estudante
P10	F	Brasileira	18	20	Estudante
P11	F	Brasileira	24	26	Estudante
P12	F	Brasileira	19	21	Estudante
P13	F	Brasileira	25	29	Business Development Representative
P14	M	Costa-ricense	18	20	Estudante
P15	M	Brasileiro	28	30	Consultor de viagens

Fonte – Dados da pesquisa de campo

Os dados da viagem apontam vários intercambistas que vivenciaram a experiência no país da Colômbia na cidade de Bucaramanga. Quanto ao período da viagem quatorze dos entrevistados estiveram entre o período de um a três meses, e dois o período de oito meses a um ano. Quando

perguntados se já haviam tido uma experiência intercultural internacional, a grande parte dos intercambistas responderam que não. Em relação ao idioma antes da viagem, sete dos entrevistados não tinham conhecimento sobre a língua, sete um conhecimento básico sobre a língua e um tinha como língua nativa. As características mencionadas são descritas no Quadro 2.

Quadro 2 – Caracterização da amostra – Dados da viagem

Participante	País / Cidade visitada	Período da viagem	Primeira experiência	Idioma antes da viagem
P1	Colômbia / Bucaramanga	1 mês e meio	Não	Nada
P2	Argentina / Cordoba (2016) Colômbia / Bucaramanga (2020)	1 mês e meio 1 mês e meio		Básico
P3	Colômbia / Bucaramanga	1 mês e meio	Não	Básico
P4	Colômbia / Bucaramanga (2018) México / Toluca / Cidade do México (2019)	1 mês e meio 8 meses		Básico
P5	Colômbia / Bucaramanga	1 mês e meio	Não	Nada
P6	Colômbia / Bucaramanga	2 meses	Não	Básico
P7	Canadá / Vancouver e Toronto	3 meses	Não	Básico
P8	Romênia / Iasi	3 meses	Não	Básico
P9	Colômbia / Bucaramanga	1 mês e meio	Não	Nada
P10	Colômbia / Bucaramanga	1 mês e meio	Não	Básico
P11	Colômbia / Bucaramanga	1 mês e meio	Não	Nada
P12	Colômbia / Bucaramanga	1 mês e meio	Não	Nada
P13	Canadá / Toronto	1 mês	Não	Nada
P14	Colômbia / Bucaramanga	1 mês e meio	Não	Nativa
P15	Irlanda / Dublin	1 ano	Não	Nada

Fonte – Dados da pesquisa de campo

A entrevista semiestruturada aplicada continha um roteiro com 14 perguntas abertas. Para fazer a análise de conteúdo, primeiramente foi realizada a pré-análise dos dados, uma sistematização da entrevista e das falas correspondentes. Na segunda etapa, a categorização dos dados, sistematizamos os elementos em seis categorias temáticas. A primeira categoria, **Motivações do intercâmbio**; segunda, **Cultura e primeiras impressões**; terceira, **Sentimentos vividos pelo indivíduo**; quarta, **Relacionamentos**; quinta, **Desafios e formas de enfrentamento**; sexta,

Desenvolvimento pessoal. A seguir, serão feitas a apresentação e a discussão dos dados categorizados, os elementos centrais de cada categoria serão colocados em negrito para facilitar a visualização.

Primeira categoria: motivações do intercâmbio

A primeira categoria caracteriza as motivações que levaram o intercambista a querer fazer o intercâmbio. Os elementos vontade de fazer o intercâmbio, realização de um sonho e busca de sentido relacionam-se com o conceito de mobilidade. As ideias propostas por Freitas (2009) conceituam a mobilidade como sendo a capacidade e desejo que um indivíduo tem de mudar geograficamente e interagir com as diferenças em relação à sua cultura. Esta ideia pode ser confirmada nas falas de alguns intercambistas:

“Eu escolhi ir para a Colômbia porque **eu estava com muita vontade de conhecer a Colômbia, eu me sentia bastante atraído pela cultura, eu escolhi um projeto que era para trabalhar com as crianças ensinando línguas estrangeiras**, eu acho que eu escolhi esse projeto por duas razões principais, eu gosto muito de aprender línguas e eu gosto de crianças” (P14).

“Eu tinha me desligado da empresa que eu trabalhava, **eu estava no Brasil sem nenhuma perspectiva, e fui realizar um sonho** (P15).

Um outro fator motivacional foi a curiosidade. As concepções levantadas por Fernandez (2002) descrevem a curiosidade como sendo uma virtude, pois ela impulsiona o indivíduo a querer conhecer, vencer a angústia, o desejo de estar lá e afrontar o que lhe escapa, desenvolvendo com tal realidade. As concepções são evidenciadas a seguir:

“**Eu senti muita curiosidade de conhecer o Canadá**, é um país que todo mundo fala muito aqui no Brasil, então **eu queria saber qual que era a realidade de verdade do país**” (P7).

A **vantagem financeira e oportunidade** são motivações que estimularam o investimento na experiência intercultural, o investimento em si mesmo e em seu próprio desenvolvimento é visto como um capital simbólico. A pesquisa de Freitas (2009) apresenta que não é apenas o dinheiro que conta na vida, o capital cultural, social, mobilidade e outros são ambos recursos simbólicos tão úteis quanto o capital econômico. Os elementos podem ser visualizados a seguir:

“Tudo começou quando eu havia visto um anúncio de um sorteio de intercâmbio e eu decidi participar, e aí eu não consegui ganhar, mas a pessoa entrou em contato comigo quando foi a “Black Friday” e a taxa estava com 60% de desconto do intercâmbio” (P1).

“A escolha pela AISEC foi só porque foi o mais **barato** que eu encontrei, **estava tendo uma promoção e eu tive a oportunidade de ir**, eu aproveitei para ir” (P3).

Dentre as inúmeras metas destes programas apontadas por Dalmolin et al. (2013), destaca-se a necessidade de investir no próprio desenvolvimento pessoal. Uma outra meta apresentada seria a de aprender e aprimorar as variantes linguísticas de um novo idioma. Os elementos **aprender a desenvolver a língua, alcançar independência, desenvolvimento pessoal e autoconhecer-se** aparecem como motivações para a realização do intercâmbio e serão discutidos posteriormente na última categoria.

As pesquisas realizadas por Papalia e Feldman (2013) esclarecem a meta **alcançar a independência e autoconhecer-se**. Segundo os autores, o início da vida adulta é um momento da vida de experimentação antes de assumir os papéis e as responsabilidades. Esta fase é marcada por uma série de indicadores internos tais como: o sentimento de autonomia, autocontrole e responsabilidade pessoal. Portanto, o indivíduo que mostrar-se aberto às novas experiências tanto pessoais quanto profissionais, desenvolverá e irá se construir e reconstruir enquanto pessoa.

Segunda categoria: cultura e primeiras impressões

A categoria Cultura e primeiras impressões retratam as primeiras impressões, pensamentos e sentimentos do intercambista a respeito da cultura do país/cidade visitado. Dividimos esta categoria em duas subcategorias para uma melhor compreensão. São elas: as impressões positivas e impressões negativas.

O primeiro contato dos intercambistas com as variantes culturais, de clima, de hábitos e de valores são destacados pelos elementos centrais familiaridade, acolhedores, sensação de restrição, desconforto e desconhecimento da língua. As falas a seguir ilustram esses momentos de desconforto e conforto:

“A minha primeira reação quando eu cheguei na Colômbia foi muito parecida com a que eu sinto aqui no Brasil, todo mundo é muito aberto, muito receptivo e acolhedor, eles te levam para sair, conhecer a família, os eventos que eles fazem e tudo mais, não foi muito um choque de realidade, porque tipo **eu cheguei lá e era uma coisa parecida com o que eu vivia**” (P3).

“Eu cheguei e já queria comemorar, e aí eu fui em uma balada bem tradicional, e como **eu já tinha pesquisado sobre a questão da vestimenta e tudo, eu não levei nenhum short porque as pessoas lá eram muito mais sexistas do que aqui**” (P10).

Observamos que o primeiro contato para alguns dos intercambistas foi positivo e para outros nem tanto. Além desse primeiro contato, os elementos aspectos positivos e negativos da diferença de costumes e valores também elucidam isso. Estas ideias se relacionam com as contribuições feitas por Pereira (2017), que diz que a convivência com pessoas de um país diferente, sejam com os nativos, colegas e outros intercambistas, permite aos participantes a exposição de sua própria cultura e absorção de outras culturas e novos costumes. A seguir veremos falas que ilustram as ideias identificadas:

“**A cultura deles... eles são muitos conservadores e todos eles são muito religiosos, você anda na rua você não vê uma menina com uma roupa acima do joelho o que para mim é muito normal**, então por exemplo das roupas que eu tinha levado eu consegui usar umas quatro roupas para trabalhar por causa dessa coisa, as roupas não eram indecentes só que para eles eram, por que eles são conservadores, essa parte foi um pouco intensa” (P1).

“**No México, eu acho que com a questão de cultura foi bem impactante para mim de como eles preservam os antepassados deles**, então eu fiquei bem impactado com isso e achei bem daora porque eles tem uma cultura milenar, com questão de construção de pirâmides e de comida, eles comem as mesmas coisas e tem muito orgulho disso, bebida também e a forma de fazer, **eu achei muito daora como eles preservam seus antepassados coisa que eu não vivia muito na minha vida, então eu achei isso muito interessante, eu acho que foi meu maior choque de cultural foi isso**” (P4).

Seguindo a mesma lógica acima, a experiência de viver em outro país proporciona conhecer hábitos diferentes e específicos (PEREIRA, 2017). Os elementos experimentar comidas diferentes e alimentação desagradável são esclarecidos pelas seguintes falas:

“**A alimentação na Colômbia foi bem difícil** porque é uma alimentação que é muito a base de batata e ovo e você cansa muito rápido do menu lá, **eu não tinha aquele prazer de comer com aquela satisfação**, acho que eles não têm os hábitos de uso de tempero como a gente tem... **alguns pratos me surpreenderam muito positivamente**” (P2).

“Eles têm uma cultura muito interessante, com a **gastronomia, a cerveja, é muito interessante e eu fiquei muito encantado com a cultura deles**” (P15).

O intercâmbio, como vimos, pode ser entendido como uma forma de trocar informações, crenças e culturas. A diversidade cultural possibilita o enriquecimento cultural, pessoal e profissional como veremos adiante. Este elemento central associa-se com a pesquisa de Guimarães e Oliveira (2017), que afirmam que a formação cultural acontece pelo contato direto com as diversidades culturais. Os dados podem ser compreendidos pelas seguintes perspectivas:

“**O Canadá é um país que é muito difícil você ver um canadense, é um país muito multicultural**, então eu não senti muito isso” (P10).

“**A primeira impressão foi ótima, eu fiquei encantada com outras culturas, tudo que eles falavam era interessante para mim**, eu sempre queria estar junto com uma pessoa de outra país para poder ter o contato com outra cultura” (P13).

Observa-se nesta categoria uma ambiguidade em relação à vivência da experiência, pois os **aspectos positivos e negativos da diferença de costumes e valores** evidenciam isso. Mas as trocas de costumes, valores e hábitos que o intercambista teve com o contato com diversas outras culturas proporcionaram para o indivíduo novos conhecimentos e um desenvolvimento.

Terceira categoria: sentimentos vividos pelo indivíduo

Como vimos anteriormente o conceito de mobilidade e as ideias propostas por Freitas (2009), o início do intercâmbio é marcado por várias sensações, sentimentos e desejos, assim como os vividos durante o intercâmbio e no final da experiência. A categoria Sentimentos vividos pelo indivíduo descreve os sentimentos experimentados pelo intercambista. Dividimos em três subcategorias para uma melhor compreensão: início, meio e fim do intercâmbio como veremos a seguir.

Os elementos **ansiedade, insegurança e medo** são os principais sentimentos sentidos antes da experiência do intercâmbio. Mesmo com esses sentimentos, os intercambistas também relataram **vontade e coragem** para embarcar nesta experiência. As falas a seguir demonstram esses sentimentos:

“Era a primeira vez que eu ia viajar sozinho para um país que eu não conhecia ninguém, que eu não conhecia nada, **eu estava bem nervoso para ir, nervosismo, ansiedade, eu estava querendo**

muito ir, mas também com um pouco de medo falando “será que vai dar tudo certo, será que não vai acontecer nenhuma coisa errada?” (P3)

“Você acaba ouvindo algumas pessoas e as pessoas por conta de crenças elas te atormentam mais ainda, a minha mãe dizia que eu ia morrer de fome e que alguém poderia roubar o meu dinheiro, **mas o meu sentimento particular era de entusiasmo e com medo, mas eu fui com medo mesmo**” (P15).

Alguns dos intercambistas relataram ter uma expectativa. Em contrapartida outros intercambistas disseram estar **sem expectativa** para com a experiência do intercâmbio. Após o início do intercâmbio, os intercambistas relataram como eles se sentiam depois de alguns dias/semanas no país. Os elementos **ânimo, felicidade, otimismo e realização** foram os principais sentimentos sentidos durante o intercâmbio. Elucidemos com as falas dos intercambistas:

“Foi um sentimento de que eu estava vivendo tudo novo, um sentimento de que estava valendo muito apenas aquilo porque todo dia era uma coisa nova que eu estava vivendo e que eu nunca tinha vivido antes, ou seja, tudo que eu fazia lá era novo para mim, as mínimas coisas, se eu saísse para comprar um pão já era uma coisa diferente” (P6).

“Eu acho que foi a época mais feliz da minha vida, sinceramente **eu me senti muito bem e eu estava sentindo que eu estava evoluindo, superando desafios, conhecendo novas pessoas, ajudando outras pessoas**, eu acho que eu não seria a pessoa que eu sou hoje se eu não tivesse passado por essa experiência, então foi muito especial para mim” (P9).

Observa-se que os intercambistas já conseguem perceber um desenvolvimento de si com o passar de alguns dias da experiência. Mas há também sentimentos adversos, como a **incapacidade, insegurança e segurança**, a vivência da experiência também faz o indivíduo passar por momento difíceis e de desafios, tal como o intercambista fala:

“Na Irlanda é quase 90% do tempo nublado, então você quer voltar, o **sentimento seu é de incapacidade e de querer ir embora. Tinha dia que eu levantava e falava “eu vou embora hoje, não, pera aí deixa eu tentar porque eu tenho mais um dia pela frente”**. Mas a partir do momento que eu comecei a trabalhar, eu comecei a ganhar grana, passear e a ter as minhas coisas, aí você pensa **“não pera aí, eu acho que eu consigo suportar sim”**. Você mata a saudade por mensagem, voz, vídeo, **mas é meio que incerto, um dia você acorda e fala “eu vou ficar”, e no outro dia você**

acorda e fala “não, eu quero ir embora”, então vai muito de pessoa, eu penso que quanto mais ocupada a cabeça menos vontade de voltar para o Brasil eu tinha” (P15).

O sentimento de **saudade** começa com o passar dos dias e salienta-se à medida que vai chegando ao fim do intercâmbio. A volta para a casa e para o país de origem é um momento intenso para o intercambista. Este momento de regresso para casa é marcado por uma **ambivalência**, um sentimento de felicidade e de tristeza ao mesmo tempo. Alguns dos intercambistas relataram querer voltar para a casa, mas não querer ir embora, como podemos ver a seguir:

“Mas por um outro lado foi um sentimento de ter vivido um sonho, por um lado eu estava triste, mas por outro lado eu estava feliz porque eu estava voltando para a minha casa, ver a minha família, voltar ao meu trabalho, voltar a minha rotina, eu estava com dois sentimentos, o sentimento de “poxa acabou a minha viagem, o meu sonho, já passou tão rápido porque que acabou?”, e outro sentimento de “legal, eu vou voltar a ver a minha família, eu vou voltar para a minha rotina”, **então era um mix de dois sentimento”** (P13).

Os sentimentos de **gratidão** e **realização** também são marcantes no final do intercâmbio, o reconhecimento dos benefícios, amizades, desenvolvimento pessoal, enfrentar e superar desafios e outros aspectos fizeram a experiência ser única para os intercambistas, o que pode ser visto pelas falas:

“...eu tinha uma bagagem imensa lá que era principalmente as pessoas, eu ia levar para casa, eu não estava perdendo nada, voltar para casa não queria dizer que eu ia perder meus amigos, o contato com a ONG e as pessoas da AISEC, era hora de ir para casa, **e acho que foi uma forma de mentalizar na minha cabeça muito boa”** (P2).

“Quando eu estava voltando eu parei em um visual incrível que dava para ver a cidade inteira, ali eu estava com o coração surreal de gratidão, pensando “meu deus que incrível ter vivido tudo isso”, sério eu não consigo expressar em palavras, é gratidão ao extremo” (P5).

Portanto, viver uma experiência como o intercâmbio desencadeia não só os sentimentos positivos como também negativos. A experiência do intercâmbio também tem os seus momentos de dificuldade que exigem do intercambista paciência e abdicção. Os sentimentos vividos e os ganhos ocasionados pelo intercâmbio serão discutidos com a teoria na última categoria “desenvolvimento pessoal”.

Quarta categoria: relacionamentos

A categoria Relacionamentos corresponde às relações e aos sentimentos vivenciados. Subdividimos em três subcategorias para uma melhor compreensão das relações: relacionamento e sentimentos com a instituição e as pessoas que trabalhavam, relacionamento e sentimentos com os outros intercambistas relacionamento e sentimentos com o local de estadia.

Como vimos pelas ideias propostas por Cohen (2004 apud PAPALIA; FELDMAN, 2013), o desenvolvimento dos relacionamentos íntimos é de extrema importância para o período adulto jovem, além de serem vitais para a saúde e bem-estar dos mesmos. Podemos ver em todos os relacionamentos que o intercambista teve durante a experiência do intercâmbio os elementos **aspectos positivos/negativos da relação e do relacionamento**. As falas ilustram os elementos:

“Essa parte é complicada, é porque a fundação era bem desorganizada então **com os donos da fundação a gente teve alguns problemas, eu e todo mundo que trabalhava lá comigo, porque como era desorganizado as vezes a gente ia em um dia que não ia ter e ninguém avisava nada para gente**” (P3).

“A minha relação com as pessoas do primeiro intercâmbio foi bem tranquila com as pessoas que eu trabalhava, **a gente acabou criando uma relação de amizade muito grande e até hoje a gente se fala, a gente conseguiu se dar muito bem no projeto, era bem divertido todo dia a gente estava junto e ia junto**” (P4).

As seguintes falas elucidam os elementos **aspectos positivos/negativos da relação e do relacionamento** com os outros intercambistas:

“**Eu me senti bastante acolhida pelos amigos que eu fiz lá**, as pessoas da AISEC que apesar de serem bagunçadas e cometerem vários erros eram legais, **eu me sentia feliz em estar lá e me sentia segura parcialmente por ter pessoas que eram legais do meu lado**” (P1).

“...a gente conseguiu viver ao máximo a experiência **num grupo imenso de intercambista todos juntos o tempo inteiro incessantemente, e com pequenas discussões**, mas muitos felizes, eu acho que isso fez dar certo” (P2).

As próximas falas apresentam os **aspectos positivos/negativos da relação e do relacionamento** com o local de estadia:

“Ali foi o melhor lugar que eu poderia ficar numa viagem na Colômbia, porque eu fui adotado naquela família, eu passei sete semanas porque uma semana eu passei a mais, eles me adotaram e foi a melhor coisa o possível, a minha segunda casa no mundo é em Bucaramanga” (P3).

“Essa senhora tinha um inglês muito ruim, ela era da Itália na real e morava com seu filho, o filho falava inglês, mas ele mal ficava em casa, ela era uma pessoa bem maldosa e não oferecia um serviço muito legal, ela não falava com a gente da casa, naquela época morava eu, um japonês, um mexicano e um árabe, ela regulava bastante comida, eu lembro que as vezes de madrugada ela diminuía o aquecedor e a gente acordava de madrugada com frio, era uma coisa bem frustrante” (P7).

Sobre o relacionamento com os outros intercambistas, destacam-se os elementos **familiaridade, fazer as coisas juntos, conhecer novas pessoas e fazer** amizades. Há um paralelo deste elemento com as opiniões de Cohen (2004 apud PAPALIA; FELDMAN, 2013), que verifica que há pelo menos dois aspectos inter-relacionados do ambiente social que podem promover a saúde: a integração social, que seria o envolvimento ativo em diversos relacionamentos, e o segundo seria o apoio social, que tem como objetivo a busca de ajuda para lidar com o estresse e outras questões pessoais. A fala ilustra:

“A gente criou um vínculo muito grande de amizade mesmo, de uma família porque todos estavam lá sem a sua família e os seus amigos de fato, então nós só tínhamos uns aos outros e a gente acabou criando uma relação extremamente de amizade mesmo, até hoje a gente continua se falando, alguns já viajaram para ver os outros, fizemos algumas viagens juntas já” (P6).

As pesquisas de Guimarães e Oliveira (2017) relatam que as interações acabam promovendo uma mudança interior do intercambista, a importância de uma vivência dessas contribui para o desenvolvimento próprio, principalmente para os jovens adultos que já se encontram em um período de desenvolvimento e maturidade. Percebemos então que a experiência do indivíduo consigo mesmo e com os outros afeta tanto a si quanto aos outros. Os sentimentos e os aspectos apresentados demonstram isso. Além disso, os relacionamentos podem fazer com que o indivíduo possa reavaliar os próprios critérios.

Quinta categoria: desafios e formas de enfrentamento

A categoria Desafios e formas de enfrentamento representa os desafios e conflitos que o intercambista passou durante a experiência do intercâmbio, conseqüentemente as formas de enfrentamento desenvolvido para lidar com esses desafios. Dividimos em duas subcategorias para enxergar de maneira mais clara cada um dos itens: o primeiro, os desafios vividos, o segundo, as formas de enfrentamento e os sentimentos relacionados.

A iniciativa do intercâmbio requer muita paciência, abnegação e capacidade de contornar os imprevistos. Os elementos problema pessoal, dificuldade de locomoção e estar sozinho e sem apoio relacionam com os estudos de Dalmonin et al. (2013), que afirmam que a distância de familiares e amigos, as variantes culturais, de clima, de hábitos e de valores, além da experiência de como se adaptar e se comportar diante de uma situação nova são desafios a serem enfrentados. As falas destacadas evidenciam:

“Uma dificuldade foi aprender a pegar ônibus porque eu não sou boa de me localizar em lugar nenhum, então imagina numa cidade que eu não conheço, mas acho que a minha mente estava em um lugar tão legal e tão bom que era difícil me abalar, era muito difícil mesmo” (P2).

“O desafio grande foi ficar longe da família, ainda mais numa data e período de festas, foi o meu primeiro natal e aniversário que eu passei longe dos meus familiares e amigos, isso daí foi um pouquinho complicado principalmente quando estava chegando essas datas” (P6).

Seguindo as mesmas ideias de Dalmonin et al. (2013), o maior desafio para os intercambistas foi com a língua. O elemento **a língua como barreira** ilustra essa dificuldade. As variantes culturais linguísticas inserem-se na relação com o país visitado e com os outros intercambistas. As ideias são ilustradas pelas falas:

“Uma coisa que mudou muito em mim nesse intercâmbio... foi o espanhol, eu nunca gostei porque eu tinha um trauma com uma professora que eu tive, então eu tinha esse bloqueio, eu não queria aprender espanhol de nenhum jeito, e antes de ir para lá eu via isso com um problema, porque como eu não gosto muito da língua eu não tenho tanta facilidade para aprender” (P1).

Além disso os intercambistas relataram problemas com as variantes culturais relacionadas tanto aos hábitos quanto aos valores, ao clima e alimentação. A dificuldade e adaptação com a alimentação, machismo e dificuldade com a adaptação do clima demonstram esses desafios.

“Mas foi um pouco difícil na parte da comida porque eles comem muita carne e eu sou vegetariana, mas fora isso foi tudo ótimo” (P9).

“Eu colocaria a questão do machismo como o maior desafio, é porque assim na real se você for ver, é aquilo de você aprender a ser moldável, tipo ser resiliente, se eu fosse passar o intercâmbio inteiro pensando nisso eu não ia ter aproveitado tanto” (P11).

“A dificuldade era a adaptação com o clima porque você sai daqui do Brasil, o frio está a 18º graus e lá o frio está 2º graus” (P15).

Os desafios vividos são vários, e os elementos características pessoais e estratégia pessoais, criatividade e aprender com a circunstância são algumas das formas de enfrentamento desenvolvidos pelos intercambistas. As pesquisas de Dalmonin et al. (2013) salientam que a experiência de viver em outro país proporciona conhecer hábitos diferentes e específicos, abre novas perspectivas, auxilia na superação de dificuldades para a adaptação do ambiente e enfrentamento dos desafios. Tais elementos podem ser visualizados pelas falas a seguir:

“Na ONG não tinha material nenhum, eu pensava “não tem problema a gente arruma material”, aí eu falava com minha Host porque ela era educadora infantil e pegava ideias com ela e ia me virando, eu acho que estava muito no mindset de não existir problemas, existe a situação e a gente quer desenvolver, então vai vendo aqui o que a gente pode fazer, o que a gente tem, o que a gente pode buscar de fora e para quem a gente pode pedir ajuda, na Argentina no momento que eu estava vivendo ali eu não consegui ver os problemas, porque era como se fosse um momento de êxtase e felicidade completa o tempo inteiro, tudo bom o tempo todo” (P2).

“Então eu tive que ter muita persistência, força de vontade e sair da minha zona de conforto para eu poder me adaptar as situações, entender que eu tinha que aprender a falar, eu tinha que aprender a comer e que eu tinha que viver naquela realidade porque só tinha ela, então eu acho que a palavras para isso foi persistência” (P5).

A **estratégias com os outros** se relacionam com um outro elemento importante para o enfrentamento que seria a **comunicação e interação**. A pesquisa de Oliveira e Freitas (2017) tem como princípio o capital simbólico que seria o enriquecimento cultural e pessoal do indivíduo construído na medida em que há o confronto de diferentes desafios e estratégias para a adaptação. Esse desenvolvimento é possibilitado pelas interações e relações que ocorreram durante a vivência do intercâmbio. As ideias propostas relacionam com as falas dos intercambistas:

“...em todos os desafios eles ficavam mais fáceis porque eu tinha vários amigos e pessoas me apoiando, então eu não me sentia sozinha, eu me sentia com pessoas muito amáveis o tempo inteiro, eu me sentia muito acolhida, eu sentia carinho por muitas pessoas e sentia o carinho que elas tinham por mim, apesar de eu ter visto esses desafios eu acho que foi muito fácil enfrentar todos eles pelas pessoas que tinha lá comigo nesse momento, eu acho que essas pessoas me ajudavam a sair de um mindset “de ter problema” para “a gente se vira e a gente vê o que vai dar e tal” (P2).

“O que melhorou o meu problema com isso aí foi a convivência, foi conversar com gente, conhecer gente nova e interagir com todo mundo que eu poderia falar, aí meu espanhol foi melhorando, aí eu acabei perdendo os problemas que eu tive quando eu cheguei lá” (P3).

Como já discutido anteriormente o desenvolvimento dos relacionamentos íntimos são extremamente importantes para a saúde e bem-estar dos mesmos. Os dados da pesquisa Lima et al. (2009), nos mostram que o intercâmbio proporciona desenvolvimento pessoal em um ambiente desconhecido. Como podemos perceber uma das dificuldades é manter o próprio bem-estar no país estrangeiro, o indivíduo com a vivência dessa experiência desenvolve habilidades que contribuem para o crescimento como veremos a seguir.

Sexta categoria: desenvolvimento pessoal

A categoria Desenvolvimento pessoal caracteriza todo o crescimento alcançado pelo intercambista durante a sua experiência do intercâmbio. Dividimos em três subcategorias para uma melhor compreensão: desenvolvimento em uma dimensão psicológica, desenvolvimento em uma dimensão social e cultural e desenvolvimento em uma dimensão profissional.

As ideias de Oliveira e Freitas (2017) se relacionam com um dos principais desenvolvimentos psicológicos, **tornar-se mais aberto**. O desenvolvimento ocorre quando o intercambista se mostra aberto para o intercâmbio ao testar os limites do seu próprio conhecimento, das experiências pessoais e profissionais e o mesmo acaba permitindo a construção de si. Os dados podem ser compreendidos a luz da fala a seguir:

“Mas eu também mudei em várias coisas, em ser mais aberto e chegar mais em consentimentos, me aceitar mais e ser mais eu genuinamente, eu acho que sim, eu mudei muito e é bem louco porque foram apenas sete semanas, mas eu com certeza eu mudei muito” (P14).

A mobilidade como um capital simbólico passa a ser como uma disposição interior, ao estar aberto às mudanças a pessoa se atualiza. **A flexibilidade, sentir-se uma nova pessoa, responsabilidade e dinamismo** auxiliam nesta abertura. As análises propostas por Freitas (2009) nos dizem que a cada nova experiência o todo é reavaliado na direção de mais mobilidade, para isso um pré-requisito a mobilidade é o desejo de buscar o novo sempre e de se conhecer sempre. Podemos ver essa atualização na fala:

“Eu não diria uma nova pessoa, mas uma pessoa mais aprimorada, o intercâmbio mudou a minha visão sobre muitas coisas, e eu acho que antes do intercâmbio eu era uma pessoa menos tolerante, menos responsável, medrosa, menos compreensiva, tímida e menos decidida. Embora eu tivesse uma opinião forte sobre as coisas, eu tinha uma certa dificuldade em estabelecer um objetivo e fazer de tudo para chegar nele, eu acho que eu era um pouco mais confusa em relação a essas coisas, eu geralmente sabia qual era meu objetivo, mas eu não sabia como que eu poderia fazer para eu chegar nele, buscar ferramentas e tudo mais. Eu acho que é isso, **essas coisas eu consegui não mudar totalmente, obviamente porque a gente está em constante evolução e mudança, mas melhorou muito, me ajudou a enxergar as coisas de uma maneira diferente, inclusive a mim mesma”** (P9).

As ideias de Dalmolin et al. (2013) recordam que além de promover o desenvolvimento psicológico, a iniciativa do intercâmbio requer muita paciência, abnegação e capacidade de contornar os imprevistos para se adaptar e se comportar diante de uma situação nova. A constante atualização colabora para que os intercambistas melhorem suas relações pessoais e interpessoais, valorizando mais o afeto, proporcionando assim, o desenvolvimento de **aprender a dar mais valor, melhor relacionamento intrapessoal, autonomia, segurança, paciência, resiliência e autoestima.** A ideias se relacionam com as falas:

“Eu acho que eu me desenvolvi em relação a autonomia e em relação a língua que eu aprendi, também eu acho que eu cresci basicamente com todas as histórias de todos os alunos que eu tive que lidar” (P1).

“O quanto eu me conheci como eu disse antes, eu utilizei todo o meu tempo ocioso para me conhecer mais, para tipo eu olhar para dentro de mim, então foi como se eu tivesse feito um amigo novo, eu consegui olhar muito melhor para dentro de mim e eu também colecionei muitas histórias” (P7).

“Eu não sei se necessariamente eu desenvolvi algo, mas **eu comecei a reparar em algumas coisas, tipo no que eu dava valor de relacionamento entre amigos, o que me faz conectar com alguém ou não**, lá eu me sentia muito exposta, eu tinha a sensação de que eu estava muito exposta” (P11).

Um dos principais desenvolvimentos psicológicos proporcionados pelo intercâmbio é o **autoconhecimento**. A pesquisa de Freitas (2009) descreve que a convivência intercultural favorece um maior autoconhecimento pessoal, a necessidade de se desembaraçar de um contexto cultural herdado e também um melhor conhecimento do outro, como veremos na próxima subcategoria. A ideia confirma-se com as falas:

“Eu sentia que eu estava crescendo, evoluindo como pessoa, como ser-humano e que eu estava aprendendo, eu acho que essa foi a parte que eu mais achei incrível, **eu aprendi muito sobre muita coisa, desde de como me relacionar com as pessoas até como me relacionar comigo mesmo, então é uma jornada de autoconhecimento**” (P9).

“Então eu acho que é uma das maiores coisas que a experiência internacional pode te dar é que **você se redescobre, você acaba vendo em si mesmo coisas que você não via antes, hoje eu não sou a mesma Bruna que antes**” (P13).

Portanto, identificamos que o desenvolvimento psicológico aumenta a capacidade do indivíduo em seus relacionamentos intrapessoais, favorecendo a descoberta de aspectos ainda não pensados antes da convivência com outros povos, e também aumenta a capacidade do indivíduo em seus relacionamentos interpessoais.

Desenvolvimento social e cultural

A aproximação entre instituições de diferentes partes do planeta proporciona novas formas de aprendizagem e de produzir, gerenciar e ampliar o conhecimento. Os elementos **responsabilidade social, valores da cidadania, promover o bem e a mudança** atrelam-se aos princípios apresentados por Pereira (2017), em que diz que o intercâmbio e a interculturalidade se relacionam com a educação. A educação é importante para a formação do indivíduo como um todo e para a construção de uma cidadania ativa capaz de gerar dinâmicas construtivas para com a sociedade. Associa-se essas ideias com as falas:

“Eu chegar lá e conhecer, primeiro, a pobreza, segundo, o jeito do mundo inteiro com perspectivas totalmente diferentes, falando um idioma diferente, ter uma responsabilidade imensa de um projeto social. Quando **eu saí desse intercâmbio e eu me senti uma pessoa com poder e responsabilidade, tipo eu tenho um dever com minha sociedade e comigo mesma**” (P2).

“**Eu desenvolvi uma vontade de fazer mais pela sociedade e me engajar mais com as coisas**, não só de uma forma a distância, mas está ali tendo o contato porque eu acho que isso é muito importante” (P9).

Assim como a mobilidade é um capital simbólico, o capital cultural e o capital social também são e ambos são tão úteis quanto o capital econômico. O desenvolvimento social como um **melhor relacionamento interpessoal, troca de experiências (aprendizado), melhor comunicação e interação e comunicação intercultural**, evidencia-se com os saberes de Freitas (2009), que esclarece que o capital cultural seria o conjunto de conhecimentos adquiridos, idiomas falados, diplomas, maneiras de se comunicar e outras questões; e o capital social seria as redes de relações do indivíduo ou de um grupo. A pesquisa ratifica o que afirma:

“**Eu acho que eu acabei tendo uma comunicação melhor** as vezes, até vendo pelo lado da pessoa que as vezes a gente acaba tendo uma comunicação, ou uma fala mais direta porque **aqui no Brasil a gente acaba tendo uma comunicação bem mais com “rodeios”, você fala de tudo para não ferir as pessoas, e aí eu percebi que é só uma coisa cultural**, eu tive muito isso com os alemães, mas não é que eles querem te machucar” (P8).

“**Eu aprendi e contribuiu muito para eu conseguir fazer a minha relação com pessoas totalmente diferentes e com os pensamentos totalmente diferentes ser bem proveitosa, sempre tirar um conhecimento**, um aprendizado, uma coisa boa, e isso era uma coisa bem difícil para mim” (P9).

Para os jovens adultos intercambistas alcançar uma identidade étnica segura, eles devem vir a entender-se como parte de um grupo étnico e como parte da sociedade mais ampla. Os estudos de Phinney, Jacoby e Silva (2007 apud PAPALIA; FELDMAN, 2013, p.487), associam-se com o **desenvolvimento da empatia** e a **tolerância** e apontam que ambientes diferentes da cultura de origem faz o intercambista questionar os seus próprios valores tradicionais, podendo ter interações entre grupos diferentes e em reduções na discriminação. Os resultados confirmam os achados:

“A gente acaba conversando bastante, tanto com os intercambistas quanto com a minha família e eu acho que até essa coisa da comunicação foi diferente, **ter uma empatia no sentindo que a pessoa foi criada daquele jeito**” (P8).

“**Tolerância**, eu acho que eu aprendi a ser uma pessoa mais tolerante, eu era uma pessoa bem intolerante antes quanto opiniões muito divergentes da minha, e **eu aprendi a ser uma pessoa mais tranquila e mais calma e tentar compreender o outro melhor**” (P9).

O indivíduo em contato direto com uma cultura diferente da sua apresentará um crescimento em sua formação cultural. Esta formação pode ser discutida com as ideias de Guimarães e Olivia (2017). O desenvolvimento de uma **maior compreensão do mundo e do outro** seria essa formação que possibilita a vivência e o debate sobre as diversidades culturais, um meio importante para o indivíduo construir novas relações e conviver com as diferenças. Tais ideias são evidenciadas pela seguinte fala:

“**A questão do trabalho, eu trabalhei com gente que eu não tinha muito na minha vida e no meu contato social**, pessoas com histórico familiar complicado com problemas com drogas, violência, familiares, vício, roubo e até morte. Isso me chocou bastante, **tratar com essas pessoas e descobrir o porquê de elas estarem naquela situação porque é muito fácil julgar a pessoa, pelas atitudes e ações, mas sempre atrás dessas ações tem um histórico**, então com o meu trabalho eu também passei a ter esse olhar e sair um pouquinho do que a sociedade está visualizando, **mas visualizar o por trás de tudo que envolve aquilo dali** (P6).

Portanto, a educação intercultural defende a formação de um cidadão que compreenda e respeite as diferentes culturas da sociedade. As propostas de Blanco (2003) associam com o desenvolvimento de uma maior compreensão do mundo e do outro, o aumento da capacidade de comunicação e interação entre pessoas de culturas diferentes se dá quando se atenta aos elementos culturais de cada um, estimulando atitudes favoráveis à diversidade cultural, com respeito e admiração ao próximo proporcionará possibilidades que favoreçam e respeitem o desenvolvimento.

Desenvolvimento profissional

O autoconhecimento, descobrir a própria identidade, gostos, características, habilidades e outros levaram aos intercambistas aos seguintes ganhos: **mudança de planos pessoais e profissionais, identificação com a profissão e mudança de curso**. A pesquisa desenvolvida por

Freitas (2009) indica que a necessidade de desenvolver novas perspectivas diferentes daquelas que foram herdadas favorece um maior autoconhecimento pessoal. Identificamos as falas a seguir:

“Voltando para a fotografia, hoje eu penso em investir nisso aí, eu já estou me jogando e mudando, a minha parte profissional está mudando completamente, eu já não estou mais tão a fim de trabalhar com relações internacionais, apesar de ter sido uma boa experiência para relações internacionais, porque eu aprendi espanhol e conheci outras culturas e tudo mais, eu acho que ela me abriu a cabeça para uma parte que eu não olhava direito, que seria a parte da fotografia e da arte” (P3).

As ideias propostas por Guimarães e Oliveira (2017) nos mostram que após uma estadia no exterior espera-se que o indivíduo volte munido de ferramentas profissionais, as fronteiras são derrubadas e o mundo é representado por uma população universal. Observamos pelos relatos dos intercambistas o desenvolvimento da **liderança, melhor comunicação e interação e empreendedorismo**. Os dados confirmam o achado:

“Eu fiz parte da AISEC quando eu voltei, eu fundei um time da INACTUS lá em Maceió, eu recebi e fiz vários projetos na INACTUS, projetos que mudaram a vida de várias pessoas junto com outros colegas da faculdade, eu recebi premiação nacional e internacional, eu fui reconhecida pela ONU por causa dos meus projetos, então foram coisas que só aconteceram porque eu vivi essa experiência na Argentina, sem ela eu com certeza eu não seria quem eu sou hoje” (P2).

“No segundo intercâmbio eu já sentia que eu já tinha evoluído bastante durante um ano, até porque quando eu voltei do primeiro intercâmbio eu entrei para a organização que também me ajudou a desenvolver esse lado de liderança, de expor minhas ideias e não me esconder, de estar afrente de tudo e tentar resolver problemas” (P4).

O intercâmbio como vimos é uma oportunidade de conhecer novas culturas, sistemas políticos e organizações sociais, além de aprender e aprimorar as variantes linguísticas de um novo idioma. Essas concepções de Dalmolin et al (2013) vão ao encontro com o elemento aprimoramento linguístico alcançado pela vivência do intercâmbio, uma das competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento. As falas ilustram:

“**Eu acho que no ponto de vista de idiomas eu acho que eu me desenvolvi bastante nisso,** eu acho que sem dúvida está sendo uma experiência enriquecedora poder falar em outra língua, poder escrever agora que eu estou escrevendo aqui em outra língua” (P4).

“Depois que eu entrei nesse meu trabalho, que foi por conta do intercâmbio porque eles precisavam de pessoas que falassem espanhol, e **eu aprendi a falar espanhol no intercâmbio**” (P5).

A vivência desta experiência é central para a formação global e desenvolvimento do capital de mobilidade, o **desenvolvimento da carreira** dos intercambistas deu-se no investimento em capital humano. As investigações realizadas por Oliveira e Freitas (2016) relatam que a busca no exterior seria esse investimento importante para a melhoria da qualificação profissional. A fala a seguir evidencia a discussão:

“Aqui em Maceió eu sou uma pessoa super respeitada em relação a projetos sociais e empreendedorismo, por conta de tudo que eu desenvolvi **as portas da minha carreira se abriram, se eu não tivesse feito os projetos sociais eu não teria aprendido habilidades que eu não teria sido reconhecida pela ONU, eu não teria o meu TED e eu não teria tido relevância suficiente para conseguir o emprego que eu tenho hoje,** que para mim é um emprego dos sonhos, em uma cidade que tem muita oportunidade para mim, então é um efeito cascata muito grande” (P2).

O intercambista desenvolve habilidades que contribuem para o crescimento de sua carreira profissional e pessoal, como dissemos, uma formação global. Os elementos **importância no currículo, desenvolvimento de novas habilidades e importância para a formação profissional** esclarecem os dados levantados por Lima et al. (2009). Para esses autores, a mobilidade internacional amplia o capital intelectual e contribui para o desenvolvimento de competências valorizadas pelo mercado de trabalho. Percebemos que esses elementos nas falas a seguir:

“**Eu estudo direito então em uma parte do que eu estudei era a questão do direito penal, e ter contato direto com essas pessoas me ajudou bastante.** Teve realmente um impacto apesar de eu não pretender trabalhar numa questão penal, **te traz uma visão extremamente importante e um olhar mais específico para cada situação, eu acho que isso foi agregar,** por exemplo, o profissional do direito ele necessariamente precisa passar por isso” (P6).

“Eu fui para lá eu já tinha feito três estágios em um ano e eu sempre soube que eu queria para frente, mas **eu sabia que o intercâmbio seria uma coisa muito interessante para eu colocar em**

um currículo, e principalmente uma história legal para eu contar, então eu fui sempre meio pé no chão com isso” (P7).

Em vista disso, o indivíduo consegue obter várias oportunidades e beneficiar-se dessa diversidade. O desenvolvimento e formação global inclui oposição e conflito no que tange às diferenças. A vivência do intercâmbio promoveu inúmeras habilidades para se adaptar, novas competências e uma possibilidade da mudança de visão de mundo, fazendo com que os indivíduos enxergassem diferentes soluções para a região em que vive.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilidade internacional iniciou-se na Europa no final do século XX, com o foco de trocar experiências pessoais, sociais, profissionais e acadêmicas. A análise dos conteúdos obtidos por meio das entrevistas revelou que o intercâmbio é um desejo, uma vontade, um projeto de se conhecer e conhecer outras culturas, línguas e pessoas. As motivações são várias; os sentimentos associados a esta experiência são fluídos; as diferenças culturais além de possibilitarem o enriquecimento cultural, pessoal e profissional também fazem o intercambista sentir uma dificuldade inicial que o impulsiona ao processo de adaptação.

O contato com as variantes culturais, de clima, hábitos, valores, faz com que o intercambista absorva novas culturas e novos hábitos, assim como a exposição da sua própria cultura. Estar longe do seu país de origem, família, amigos, costumes é desafiador, a adaptação se dá à medida que a experiência vai ocorrendo, os sentimentos vão se transformando, ansiedade, medo e insegurança dão lugar à coragem, à determinação e à confiança. Esse processo dinâmico impulsiona o desenvolvimento do intercambista.

O desenvolvimento pessoal alcançado a partir da experiência do intercâmbio é favorável tanto para o intercambista quanto para a região em que vive. Podemos dizer que o que impulsiona tal desenvolvimento é desde a resolução e enfrentamento dos desafios até as relações constituídas durante a experiência do intercâmbio.

Esta pesquisa é importante para mostrar o quanto uma experiência intercultural pode colaborar com a sociedade, além de um desenvolvimento pessoal próprio alcançado, pois o contato com as diversidades culturais revela uma maior tolerância com o outro e com a diferença. Em um mundo globalizado que vivemos em constante integração social, política, cultural e econômica, a troca de experiências permite uma maior cooperação entre as nações, regiões e pessoas. A vivência desta

experiência a partir dessas trocas de conhecimento e aprendizados promove uma formação profissional e pessoal para o cidadão.

REFERÊNCIAS

- BLANCO, M. A. B. La educación intercultural como respuesta educativa a la diversidad. **Educación y Futuro**, Madrid, n.8, p.41-50,2003.
- CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. Brasília: **Rev Bras Enferm**, 2004.
- DALMOLIN, Indiara S. et al. Intercâmbio acadêmico cultural internacional: uma experiência de crescimento pessoal e científico. Brasília: **Rev Bras Enferm**, 2013.
- DUARTE, Rosalina. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Curitiba: UFPR, 2004.
- FERNADEZ, B. **Identité nômade**. Paris: Anthropos, 2002.
- FREITAS, M. E. A mobilidade como novo capital simbólico nas organizações ou sejam os nômades? *O&S – Organizações e Sociedades*, v. 16, n. 49, p. 247-264, 2009.
- FREITAS, H. M. R.; POZZEBON, M; Modelagem de Casos: Uma nova abordagem em Análise Qualitativa de Dados? Foz do Iguaçu/PR: 22º ENANPAD, ANPAD, **Anais...Administração da Informação**, Set. 1998, p.37.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- GONSALVES, E.P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.
- GUIMARÃES, O. M. A Globalização do conhecimento: Uma análise da mobilidade estudantil internacional dos estudantes da UNESP. Franca: **Revista Camine Caminhos da Educação**, 2013.
- GUIMARÃES, S. R. E. F.; OLIVEIRA, A. L. Mobilidade acadêmica internacional: estudo de casos em instituições públicas de ensino superior. *In: OLIVEIRA, E. A. A. Q.; KAMIMURA, Q. P; Boas prática em gestão contemporânea: uma coletânea de estudos regionais*. Taubaté: EDUNITAU – Editora da Universidade de Taubaté, 2017.p. 316 - 335.
- LIMA, M. C. et al. Motivações da Mobilidade Estudantil entre os Estudantes do Curso de Administração. *In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE*. Anais...Curitiba: ANPAD, 2009.
- OLIVEIRA, A. L. de; FREITAS, M. E. de. Motivações para mobilidade acadêmica internacional: a visão de alunos e professores universitários. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v.32, n.3, p.217-246, Set. 2016.
- OLIVEIRA, A. L. de.; FREITAS, M. E. de. Relações interculturais na vida universitária: Experiências de mobilidade internacional de docentes e discentes. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro v. 22. n.70, p. 774-801, Set. 2017.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin; Desenvolvimento Psicossocial no início da vida adulta e no adulto jovem. *In*: PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin; Desenvolvimento físico e cognitivo na vida adulta intermediária. *In*: PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PEREIRA, M. J. **Intercâmbio estudantil no ensino técnico**: a perspectiva de discentes, docentes e gestores de instituições públicas. 2017. 152 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional) – Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de Taubaté, Taubaté.

18 - OS NÚCLEOS TRAUMÁTICOS E SUA DISSOLUÇÃO GRADUAL NUMA ANÁLISE

Maria Emília Sousa Almeida

INTRODUÇÃO

Esse artigo versa sobre a questão dos núcleos traumáticos e sua dissolução gradual numa análise, durante certo período de tempo. Sua dissolução significa a mudança da dificuldade de representá-los, passando por suas representações e afetos disruptivos, até se acessar as representações e afetos cada vez mais próximos do desejo autêntico do paciente. Esse trabalho progressivo faz com que seu intenso sofrimento – ligado a esses núcleos – seja atenuado pouco a pouco, de modo que reste tão somente a lembrança do evento traumático, sem seus efeitos prejudiciais – no final da análise.

Visando estudá-los, parte-se de contribuições freudianas sobre o trauma. Aos conceitos do mestre, adicionam-se os aportes teóricos de um psicanalista contemporâneo acerca do tema. A seguir, a autora propõe alguns construtos hipotéticos que subsidiam essas reflexões. Permitem examinar um caso clínico, cujos núcleos traumáticos se associam às vivências com as figuras parentais.

Ao investigar os núcleos traumáticos, Freud (1893) aponta uma sequência de traumas parciais e as cadeias de ideias patogênicas. O núcleo patogênico consiste em lembranças de eventos ou sequências de representações, oriundas das camadas inconscientes. Em torno dele, há material mnêmico constituído por certos temas. Para se examinar os núcleos traumáticos, recorre-se, inclusive, ao enfoque econômico sobre o funcionamento psíquico. De acordo com Freud (1915), ele se refere às vicissitudes das quantidades de excitação no inconsciente. Neste, existem conteúdos investidos com maior ou menor força.

Esses conceitos acerca do trauma – formulados no início da psicanálise – se articulam a outros estabelecidos na psicanálise contemporânea. Segundo Herrmann (2001), o paciente sofre de imobilidade psíquica. Condições de seu desenvolvimento paralisaram sua história em torno de um sentido, que se fixou. Os fatos e as relações emocionais que dão forma restritiva ao desejo formam o trauma. Este remete a um nó do desejo, que pode ser desatado na análise.

A presente hipótese investigativa de que o desejo – em seu movimento de realizar-se no mundo – pode apresentar-se como fluxo ou paralisia, devido aos traumas – articula-se a essas ideias do autor. Além do mais, tal hipótese dialoga com conceitos de Freud (1915) acerca do excesso de excitação ou dos conteúdos psíquicos investidos com diferentes intensidades – aplicada aos traumas pela autora.

A concepção da autora de que o ódio constitui um fator que gera forte fixação das representações nos núcleos traumáticos, de origem transgeracional, faz uma interlocução com conceitos de dois autores. Assim, na relação entre o eu e o mundo externo, Freud (1915) aponta que o ódio é mais antigo que o amor na relação de objeto. Quanto ao trauma infantil, Ferenczi (1934) pontua que o ódio constitui um meio de fixação mais forte que o amor.

Posto isso, as quantidades intensas de excitação ou os conteúdos investidos com grande força remetem ao ódio na relação com o objeto, que transmite o trauma na família. Seus núcleos traumáticos são constituídos por representações do desejo do sujeito – investidas ou investidas ou sobre-investidas por ódio. Com isso, esses núcleos traumáticos fazem com que o desejo do adulto seja bloqueado em sua realização no mundo das relações. Assim, adentra-se no foco do trabalho: os núcleos traumáticos constitutivos do trauma do absoluto, que atinge o sistema das representações.

Os núcleos traumáticos e sua relação com o desejo, o trauma do absoluto e o sistema das representações

Objetivando examinar os núcleos traumáticos mais detidamente, cabe apresentar três hipóteses de trabalho: o desejo, o trauma do absoluto e o sistema das representações. Eles permitem pensar o caso clínico apresentado.

O desejo configura-se como um vasto conjunto de representações e de afetos, que organiza o conjunto de forças psíquicas. A princípio, ele favorece movimentos psíquicos do sujeito em direção aos seus objetos de satisfação. Em geral, funciona como vetor de orientação desses movimentos, com vistas a se realizar no mundo. Por outro lado, os bloqueios na satisfação do desejo do adulto derivam de sua ancoragem/fixação em certas representações e afetos, que limitam sua realização. Esta limitação se deve ao fato de que grande parte do desejo do sujeito e do desejo de seus antecessores tem raízes no material psíquico, que perpassa sua família. Assim, vivências parentais e ancestrais marcam o desejo do sujeito, podendo reprimí-lo. As representações e os afetos constituem seu sistema representacional (ALMEIDA, 2003).

O sistema das representações consiste numa formação psíquica do sujeito, com a função de representar seus impulsos, relações de objeto e estados mentais. O sistema representacional da criança interliga-se a aquele de seus objetos primários e, assim, se encadeia ao seu desejo. Em sua vida adulta, seu desejo se realiza de modo mais ‘fluido’ ou fica paralisado, com base no material psíquico herdado, por ela, de seus pais. A paralisia do desejo decorre do impacto do ódio no sistema das representações, que desorganiza sua capacidade representativa. Esses conteúdos psíquicos foram transmitidos, a eles, por seus genitores (ALMEIDA, 2003).

Sob esse *background*, a potência representativa desse sistema é alterada sob a influência dos traumas. Dentre eles, enfoca-se o trauma do absoluto. O trauma do absoluto designa um sofrimento psíquico intenso em pacientes, oriundo de sua herança psíquica. Caracteriza-se por representações sobre-investidas por ódio e horror: ser abandonado, desamparado, rejeitado, não-amado, perdedor, devedor, invulnerável ao amor, sofredor eterno, para sempre, sem lugar no mundo, impossível, intransponível, imutável, entre outras. O sobreinvestimento refere-se à intensa carga de ódio e horror, associados a elas. Essas representações e esses afetos - ódio e horror - são contrários à realização do desejo do sujeito. Em contrapartida, ser amado, ser competente, ser inteligente, ser autossustentado, ser reconhecido, ter valor, ter méritos próprios, entre outras - investidas por amor - constituem as representações e o afeto favoráveis a seu desejo (ALMEIDA, 2003).

Feita esta apresentação, retoma-se a questão basilar dessa investigação.

Subjacente à dissolução gradual de seus núcleos traumáticos, a mudança psíquica do trauma do absoluto vincula-se a seus elementos psíquicos, a determinadas operações e a alguns processos no sistema das representações (ALMEIDA, 2010). Dentre esses elementos, destacam-se suas representações e seus afetos. No tocante às suas operações, há os desdobramentos, as contraposições e as equivalências entre representações. Quanto a seus processos, há o parentesco semântico entre as representações, a atração entre elas e a trama de afetos no sistema.

Na mudança do trauma do absoluto numa análise, verifica-se:

Quanto aos desdobramentos das ideias, ser abandonado e ser desamparado se vertem em suas variantes mais brandas: ser solitário e ser independente. Dentre as contraposições de ideias, ser ganhador se contrapõe e supera ser perdedor, enquanto ser bem-sucedido confronta ser fracassado. A equivalência semântica entre ideias aparece em ser solitário e independente, em relação ao outro.

No parentesco semântico entre representações, ser invulnerável – representação do absoluto – constitui um conteúdo de primeiro grau, ser imune exemplifica um de segundo grau e ser blindado, um conteúdo de terceiro grau. Elas indicam uma gradação que vai de uma representação de exceção à condição humana – ser invulnerável – passando por outra típica dessa condição – ser imune; voltando a uma exceção a tal condição – ser blindado (ALMEIDA, 2010).

A atração entre as representações revela a divisão entre representações, no trauma do absoluto. Nessa atração, um grupo de representações é investido por amor e outro grupo é investido ou sobre-investido por ódio. Além disso, há uma espécie de atração entre as representações originárias e secundárias. Em torno das representações originárias do absoluto – ser desamparado, ser abandonado – reúnem-se representações secundárias – ser impotente, ser submetido/ estar à mercê do outro.

Dentre a trama dos afetos desse trauma no sistema representacional, há afetos

complementares ao ódio: horror, agonia, desespero, pavor e medo (ALMEIDA, 2010). Quanto a isso, Green (1998) afirma que as operações relativas ao afeto são: inversão em seu contrário ou sobre si mesmo, formação de afetos simétricos – opostos ou complementares – e sua inibição ou supressão. – e sua inibição ou supressão. Portanto, ao longo da análise desse trauma, observa-se a divisão entre representações e afetos no sistema, bem como a possibilidade de integrá-los. Nos movimentos de avanços e retrocessos dessa integração, o ódio ao desejo se debate com o ódio por não poder exercê-lo na vida. A resolução desse conflito passa pelo gradual desinvestimento do ódio nas representações do absoluto.

A clínica dos núcleos traumáticos

Nesta seção, as aspas simples destacam as falas da paciente. O itálico visa destacar certas representações e suas mudanças numa análise. Os travessões visam tornar mais clara a exposição do caso, para o leitor.

No trabalho com os núcleos traumáticos da paciente em seu sistema das representações, utilizou-se o método clínico psicanalítico. No primeiro período da análise, sua história clínica é interligada aos fragmentos de seu discurso, na época. Em seguida, dá-se a conhecer seu discurso no segundo período da análise.

A paciente está fazendo seu segundo pós-doutorado, estando associada a duas importantes universidades do país. Desde seu doutorado – há seis anos – ela obteve várias bolsas, sendo que a última foi angariada em meio à grave crise do país. Essas bolsas tem assegurado sua sobrevivência, viagens a trabalho, participação em congressos internacionais e a compra de um computador. Apesar dessa renda, no período anterior da análise, ela chegou afundada em dívidas, pois gastava mais do que ganhava. Assim, ficava à mercê de mecanismos perversos das empresas de cartão – com juros exorbitantes.

Em sua infância, sua mãe obteve uma bolsa parcial, para ela, no melhor colégio da cidade. Para pagar a dívida restante, ela dava cheques sem fundo: ‘minha mãe enrolava’. A paciente correspondeu a isso, estudando. Ela acrescenta: ‘minha mãe sempre comprou coisas caras’. Comprou, inclusive, algumas coisas caras e raras como uma lava-louças, há trinta anos. Todavia, ‘ela não pagava as contas’, ‘ela enrolava’. Então, ‘escondia as coisas no porão e não as usava’. Ademais, ‘ela não planejou nada, não tem casa, nem uma boa previdência’. Assim sendo, a paciente se identifica com as vivências maternas de grandeza vazia, bem como de escassez/falta. Essa conjuntura subjetiva infiltrou suas raízes em seus núcleos traumáticos junto às figuras parentais, como se depreende de seu discurso.

‘Minha mãe foi muito importante para eu me tornar quem me tornei. Ela sempre deu um jeitinho, como ela não tinha noção da vida, tudo era possível’. Assim, o discurso materno incluía ‘vai, você pode, você consegue’. Revela, nessa frase, seu investimento de amor e de sucesso nos empreendimentos intelectuais da filha. A despeito disso, ela não se sentiu amada por sua mãe: ‘minha mãe não consegue amar profundamente’. Nesse período anterior, isso foi representado como: *é impossível ser amada* profundamente por minha mãe. Em contraste com isso, o discurso paterno compreendia: ‘você é burra, você não consegue, você é um nada’. Denota seu investimento de ódio e de fracasso, projetados na filha. Isso foi representado por ela como: *é impossível ser reconhecida* intelectualmente por meu pai. Em face desse conflito, a comida escamoteava seu vazio afetivo. Porquanto, ela sentia que ‘não era nada, era gorda, feia, burra, pobre, inferior, inadequada’. A partir dessas vivências e representações, quando adulta, a comida significava: ‘posso tudo’, a despeito de atingir sua auto-estima e sua saúde.

Dinheiro, comida e falta de limite formavam uma trama confusional. Dinheiro e comida associavam-se a ‘não passar vontade’ e a ‘você pode tudo’. Então, ‘como até que parece que vou explodir’, ‘faço tudo no limite’. Sua frase ‘Você pode tudo’ remetia à sua mãe: ‘sem percepção da realidade’. Em oposição a isso, ‘passar vontade’ associava-se a ‘ser pobre’, ‘ser fracassada’. Porém, ‘não passar vontade’ e ‘poder tudo’ – em termos de comida – garantiam-lhe prazer momentâneo e sofrimento prolongado. Pois, ela engordava, perdia roupas boas e sofria muito com isso. Contudo, sua compulsão por comida era *incontrolável*. Associava-se a ódio de si e a *fracasso imutável* – relacionado ao discurso de seu pai quanto a ela.

Nesse primeiro período de sua análise, sua história de vida e seu discurso revelaram dois núcleos traumáticos: um remetia a sua relação com sua mãe e outro àquela com seu pai. Para se examinar sua dissolução gradual na segunda etapa da análise, sete sessões são apresentadas em ordem cronológica e diferenciadas entre si por meio de parágrafos. Seus discursos nos dois períodos são comparados, adiante.

‘Tenho intolerância com os defeitos dos outros. Meu marido, minha mãe, minha orientadora – assim como eu – não tem organização e planejamento com dinheiro: gastam mais do que ganham’. Sua intolerância envolve ficar à disposição do outro e se sentir rejeitada por ele. Sua intolerância se desdobra em insensibilidade, pois se sentiu inexistente para seus pais. Porém, ‘como minha mãe não distinguia sonho e realidade, fiz colégio pago e bom’. Isso favoreceu seu otimismo quanto à vida, bem como a fertilidade e a profusão de suas ideias na pós-graduação. Quanto a esta, ela designa certos intelectuais – precursores e realizadores numa grande universidade – como: ‘deuses, visionários capazes de criar, de tirar leite de pedra’. Ela já teve um desejo muito forte de ser alguém assim. Porém, ‘quebrei a cara várias vezes e não consigo’. Com isso, confirmou a frase paterna: ‘você não consegue,

não é nada, não vale nada, é uma m...' Todavia, sua reverência aos 'deuses' – diante dos quais se diminui – se opõe a sua veemência diante da traição do marido, na sessão. Além disso, refinanciou seu apartamento a juros baixos, para cobrir as últimas dívidas no cartão. Ela o fez, sem a consciência de seu movimento atual de certo ganho frente às perdas anteriores. Pois, 'antes, fazia compras por impulso', que constituía um forte movimento de perda.

'Fui muito amada, muito cuidada, muito paparicada por minha mãe, dentro dos limites de sua compreensão emocional, que não entendia o que sentia'. Num ato falho, diz: 'se eu engolir minha raiva, eu chego a trezentos quilos'. Ela queria muito agradar os pais e não entrava em contato com o que sentia: engolia sua raiva e comia. Atualmente, tem consciência de suas emoções e não entende mais a desconsideração de sua mãe para com ela como ataque pessoal. 'Antes, reagia; agora, penso, analiso'.

O chocolate – objeto de prazer – associa-se a 'poder, sucesso e grande fracasso'. Ele era o substituto da mentira e do segredo – em sua aliança com sua mãe em oposição ao marido/pai da paciente. Ela ganhava chocolates da mãe, para ocultar suas compras descontroladas, do marido. Sendo assim, 'eu tinha montes de chocolate escondidos'. Com isso, ela engordou, sua mãe lhe deu remédio para emagrecer e pagou-lhe um curso de modelo. Ela foi exuberante aos quinze anos. Atualmente, uma fachada de exuberância, de grandeza e de sucesso – no nível intelectual – oculta um núcleo traumático associado a seu vazio e fracasso. No âmbito da exuberância sexual, gosta de roupas caras e exuberantes, mas perde-as, ao engordar. Em certas fotos, 'estou grande, maior que meu marido, disforme'. Apesar disso, atualmente, ama e é amada pelo marido, 'mesmo gorda'. Contudo, 'não aguento mais minha relação com comida e dinheiro'.

'Tô rodeada de pessoas parecidas comigo' e 'não é possível conseguir'. Essa frase incompleta sugere as perguntas: o que? – sucesso e estabilidade – e por quem? – por mim. Outra frase incompleta 'passar no cartão' demanda as perguntas: o que? – as despesas do casal – de quem? – no meu. Em ambas as frases, o complemento final que lhes falta é o sujeito responsável/consciente da ação. Remetem a lhe faltar estabilidade financeira embora tenha certo sucesso intelectual. 'Finalmente, tenho consciência de minha real situação financeira, que eu buscava há muito tempo, mas não vejo saída para meu marido, que gasta mais do que ganha'. Contudo, ele é o provedor quanto às grandes despesas da casa – por imposição dela e por meias-verdades ditas por ela. Associa: 'homem pode ir embora, abandonar, trair'. Logo, o dinheiro dele serviria para ressarcir possíveis danos futuros, na relação. Contudo, ela se opõe à fala da analista sobre isso: 'o valor teria que ser bem maior'. Porém, cita sua relação confusa com dinheiro. Assim sendo, sua consciência da escassez de dinheiro causa frustração nela, mas pode ter efeitos benéficos *a posteriori*.

‘Estou sem ânimo, sem vontade de fazer nada, meu marido bateu o carro e não pagou o seguro’. Seu movimento atual de superar suas perdas com dinheiro se opõe ao dele. Chora muito. ‘Tive que cobrir as despesas dele e estou sem um tostão’. ‘Não consigo parar de comer, tenho vergonha de sair de casa e não tenho saída’. O chocolate é sua única fonte atual de prazer, mas com consequências dolorosas. Ela relembra sua primeira comunhão. Sua sandália era e não era feita para ela, pois ‘meu pai não queria fazer, não tinha retorno e minha mãe mentiu que era para outra pessoa’. ‘Escorreguei, caí, me sujei toda’. Seus pais tinham ido embora, pois brigaram. Sentiu-se abandonada, desamparada, profundamente sozinha, inexistente, impotente e sem lugar no mundo, numa profunda agonia. Apesar disso, relata certa acolhida para com seus pais – ‘eles tiveram uma vida muito pior que a minha’ – e com seu marido – ‘ele tá desesperado, não sabe o que fazer, não teve orientação intelectual nem emocional’. ‘Não sei o que o chocolate significa, nem é prazeroso, como até me sentir mal’. Ele era o substituto das faltas da menina: ‘era a única coisa que eu tinha’. Por um lado, repudia profundamente essas lembranças – ‘não quero essa dor, posso fazer o que eu quiser, posso comprar o que eu quiser’ – por outro, vivencia uma imensa perda emocional. Contudo, parou de gastar dinheiro descontroladamente e ficou ‘orgulhosa com isso’. Porém, seu eu se divide entre a grandeza oca da mãe – ‘comprou um lustre caro, apesar da falta de comida’ – e a pobreza/escassez econômica e afetiva do pai – ‘não tinha retorno’. Assim, ela vive um descompasso entre sua exuberância/grandeza interior, sua gordura e seu lugar no mundo. Não consegue se dar o que lhe faltou, quando criança: ‘não sei o que é me dar amor, valor, acolhida’.

Conversou com o marido quanto a continuarem a relação, analisando suas frases. Ela se irrita muito com ele, mas afirma: ‘eu não ficaria comigo’. Não tem paciência com ele: ‘explico uma vez pra ele, três vezes para o porteiro e cinquenta vezes pro meu afilhado’. É gentil com o marido na oferta de comida, mas não para procurar objetos. Isso ocorreu depois de descobrir outras mulheres no celular dele. ‘Descobri que ele podia me ferir’. Sentiu-se decepcionada, desconfiada, traída; respondeu com menor oferta de amor. Odeia ficar à disposição e à mercê do outro. ‘Ser acolhida é ser aceita sem restrições’ pelo outro. Porém, ‘me aceitar sem restrições’ oculta o ônus de ela não ter limites e de ele ter que arcar com as consequências negativas disso. Com crianças, dinheiro e comida, ‘suborno, manipulo para ser a mais amada’. Ela os relaciona a coisas ruins. Porém, ao pagar as sessões, é simpática, organizada e bem humorada.

‘Tenho que parar, minha bolsa não foi renovada e não quero ter dívidas’. Por vezes, responde ‘não sei’ quanto a pensar estratégias para buscar algo seguro e real. Trabalhar como autônoma ou numa loja não a motiva, mas não vê saída; quer continuar na vida acadêmica. Precisa cuidar de sua re-inserção acadêmica, ao atentar para concursos e escrever artigos. ‘Foi um erro ter escolhido a área de pesquisa que escolhi’, ‘foi um erro ter gasto tanto dinheiro antes’, ‘minha formação e minha idade

me prejudicam num concurso’. Não tem mais dívidas no cartão – em parte, repassadas ao marido – mas ‘ele não tá conseguindo pagar as dívidas dele da casa’. Sente-se impotente e incompetente frente ao indeferimento de projetos e bolsas. Porém, precisa perceber suas conquistas reais e efetivas.

DISCUSSÃO

O uso do itálico serve para ressaltar as representações e afetos da paciente, bem como suas mudanças em análise. As aspas simples designam suas falas.

Nessa reflexão acerca dos núcleos traumáticos presentes no sistema das representações, retoma-se Freud (1893) no que se refere aos traumas parciais em sequência e às cadeias de representações patogênicas.

Na primeira fase da análise da paciente, repetidas vivências traumáticas com as figuras parentais originaram dois núcleos traumáticos e alguns processos mentais. O núcleo traumático de origem materna funda-se em: *ser impossível ser amada* profundamente por ela, ao passo que o núcleo paterno tem lastro em: *ser impossível ser reconhecida* intelectualmente por ele. Essas representações do trauma do absoluto são sobre-investidas por ódio. Frente a isso, uma defesa psíquica se destaca: a divisão de suas representações (ALMEIDA, 2021).

Na segunda/atual etapa de sua análise, faz-se necessário refletir sobre as sessões da paciente. A comparação entre seu discurso nesses dois momentos permite pensar as mudanças em seus núcleos traumáticos – a partir de mudanças em suas representações e afetos no sistema das representações (ALMEIDA, 2011).

Na primeira sessão, enuncia-se a divisão entre aspectos amados e odiados das figuras parentais. A figura materna está dividida entre seus aspectos amorosos – incentivo intelectual-afetivo ao crescimento da filha – e seus aspectos odiados/desestruturantes – seu desejo de grandeza e de objetos caros, sem a devida base financeira. Por seu turno, a figura paterna é referida tão-somente em seus aspectos odiados. No âmbito intelectual, há uma divisão entre os ‘deuses’ e ela. Nos ‘deuses’, ela projeta seu ideal de ser uma intelectual bem-sucedida, enquanto nela reside seu desejo reprimido, que sofreu rupturas ante à realidade: ‘quebrei a cara várias vezes e não consigo’. Esses limites confirmam o ódio paterno a ela: ‘você não consegue’. Por sua vez, ‘eu não consigo’ – no plano intelectual – se opõe à sua veemência contra a traição do marido – no plano emocional. Apesar disso, há um movimento de ganho em meio às perdas de dinheiro.

No sistema representacional da paciente, *ser incompetente* enquanto intelectual – a partir das referências paternas – se confronta com *ser competente, ser vigorosa e ter direitos* do ponto de vista emocional – conforme o referencial materno. Este referencial, igualmente, implica *ser competente* no

plano intelectual. *Ser ganhadora* se opõe a *ser perdedora*, ao administrar seu dinheiro. *Ser competente, ser vigorosa* e *ser ganhadora* são investidas por amor, ao passo que *ser incompetente* e *ser perdedora* são investidas por ódio (ALMEIDA, 2011).

Na segunda sessão, a integração de seus aspectos amorosos e da figura materna é enunciada em: ‘fui muito amada e cuidada por minha mãe, dentro de sua compreensão emocional’. Tem maior consciência de suas emoções, sendo que, antes, engolia sua raiva e comia desesperadamente. Tem maior capacidade de análise.

No sistema, *ser impossível ser amada* pela genitora, pois minha mãe *não consegue amar* profundamente – período anterior – e *ser muito amada* por ela – no presente período – exemplificam a contraposição das representações. Essa sequência retrata uma gradual elaboração de seu sofrimento com aquela figura, nesse aspecto. *Ser impossível ser amada* consiste numa representação do trauma do absoluto. Do intenso ódio investido nessa representação até o amor investido na segunda, há uma considerável mudança psíquica quanto a essa questão (ALMEIDA, 2011).

Na terceira sessão, aparece a divisão entre a fachada de grandeza/sucesso intelectual e o núcleo traumático de fracasso emocional. O chocolate é o substituto da mentira e do segredo, remetendo a sucesso e grande fracasso. Sua divisão retorna em ‘montes de chocolate’ e falta de comida e, ainda, em ‘montes de chocolate’ e sua falta, para ela ter sucesso ao emagrecer. Há uma divisão de sua exuberância sexual – ‘gosto de roupas caras e exuberantes’, mas ‘estou disforme’ – ao engordar.

Em termos de funcionamento do sistema, conquanto se observe uma regressão a estados mentais mais desestruturados do que na segunda sessão, conteúdos relevantes tornam-se conscientes. O chocolate – principal objeto de desejo oral – adquire novos significados, em especial, *ser bem-sucedida* e *ser fracassada*, ao consumi-lo em excesso. *Ser grande, ser maior* que o marido e *ser feia* parecem ocultar *ser gorda*. Ademais, a cisão entre a esfera intelectual e a emocional – na primeira sessão – revela-se como cisão na esfera sexual – nessa terceira. Essa cisão entre *ser exuberante* e *ser disforme* comporta grande sofrimento mental na paciente (ALMEIDA, 2011).

Na quarta sessão, ‘não é possível conseguir’ e ‘passar no cartão’ significam que ela omitiu a si como sujeito da ação – de gastar e ser responsável por arcar com seus gastos. O dinheiro é associado à compensação de possíveis danos futuros, por parte do marido/homem – remontando à sua relação com seu pai.

No que se refere ao sistema das representações, a omissão de si como sujeito da ação ressalta sua dificuldade de tornar consciente *ser autora* dos gastos e *ser responsável* por suas consequências. Assim, a despeito de ela se representar como consciente de sua situação financeira, suas dívidas diminuíram porque ela repassou o montante maior delas ao marido. *Ser consciente* opõe-se a *estar*

inconsciente quanto a isso. *Ser controlada* quanto a dinheiro encobre *ser gastadora*, para além de sua realidade. *Ser ressarcida* por danos futuros contribui para ela *ser gastadora* (ALMEIDA, 2011).

Na quinta sessão, seu movimento de superar as perdas de dinheiro – repassando as dívidas ao marido – falha de modo evidente. Todavia, sente-se orgulhosa porque parou de gastar ‘sem necessidade’. O chocolate é sua única fonte de prazer, mas ela sofre por ele ser substituto de suas faltas. Estas remetem à figura paterna, para quem o retorno financeiro da sandália parece mais importante que o valor afetivo da filha. Com isso, ela vive uma enorme perda emocional. Há uma cisão entre a grandeza vazia de sua mãe e a escassez econômica- afetiva de seu pai, bem como entre sua acolhida do sofrimento dos pais e sua própria agonia. Ela vive o descompasso entre sua exuberância interior, sua gordura e seu lugar no mundo.

Em seu sistema representacional, o chocolate adquire novo sentido: substituto de suas faltas com seu pai. Disso decorre: *ser sem valor, ter menos valor* que um mero objeto, *não ser reconhecida* por ele. Emergem *ser abandonada, ser desamparada, ser inexistente e sem um lugar no mundo* – representações do trauma do absoluto. Essa sobrecarga de ódio desestabiliza sua capacidade de representar os traumas com seus pais. *Ser um nada* para seu pai – representação desse trauma – e *ser grande* para sua mãe denunciam a cisão de representações que vigora no sistema. *Ser gorda/ser disforme e sem lugar no mundo*, igualmente, retratam seu sofrimento psíquico. Desse modo, a cisão entre *ser exuberante e ser bem sucedida* na fachada, mas *ser fracassada* na intimidade – terceira sessão – apresenta outros aspectos – *ser gorda, ser disforme* – nessa quinta sessão (ALMEIDA, 2011).

A sexta evidencia certa reorganização do sistema – dada sua capacidade de analisar as frases do marido. Contudo, há uma cisão desse processo, visto que – no plano emocional – vivencia muita irritação e impaciência com ele. Dinheiro e comida associam-se ao suborno e à manipulação, dadas suas vivências de ser subornada e ser manipulada por sua mãe. Assim, aparece seu ódio ao permanecer à mercê do outro.

No campo representacional, *ser analista* confronta-se com *ser irritada e ser impaciente*, que preponderam sobre *ser analista* na relação com seu marido. *Ser subornadora e ser manipuladora* no tocante a dinheiro e à comida escondem *ser subornada e ser manipulada* por sua mãe com relação a ambos. A confusão mental entre dinheiro, comida e falta de limites – período anterior – tem se desdobrado em representações com significados negativos – no atual. Seu sistema investe de ódio *estar à mercê* de seus pais, nas origens de seu trauma (ALMEIDA, 2011).

Na sétima sessão, estar sem dívidas no cartão retoma seu auto-engano. *Ter errado* em suas escolhas e *ser prejudicada* implicam estar *sem saída*. A repetição de ‘não sei’ parece refletir sua dificuldade de se organizar na vida, para além de *ser intelectual* sem bases econômicas reais e de *ser fracassada*. Em face de sua dor, *ser incompetente e ser fracassada* – do ponto de vista intelectual,

frente aos limites da realidade – precisam dialogar com *ser competente e conquistadora*, dados seus ganhos reais e efetivos na vida e na análise (ALMEIDA, 2011).

A paralisia de seu desejo de escrever artigos científicos se deve ao fato de ele estar bloqueado por duas representações do *impossível* no sistema: *saber tudo* para *ser amada* e para *ser valorizada* intelectualmente pelo pai – de modo a *ser bem sucedida* no mundo. Além disso, sua paralisia associa-se a ela *ser fracassada* diante dos colegas da escola e da pós, no presente. Seu ódio a si mesma conjuga-se com a ausência de amor e de reconhecimento de seu valor por seu pai. Nessa linha, sua referência à miséria – ‘não quero ter esse pensamento de escassez’ e ‘recorrer a isso é miséria’ – na fase precedente – tornou-se mais específica e delimitada – na atual. Apareceu como *ser miserável* quanto a amor, carinho, segurança, reconhecimento intelectual e dinheiro, em sua infância. Assim, *ser miserável* – na primeira etapa – tinha um sentido financeiro, ao passo que – no presente – assume um sentido emocional e intelectual. A escassez de amor paterno – enquanto limitação dele – fica mais evidente para a paciente (ALMEIDA, 2011).

Há mudanças nas operações do sistema, nessa segunda etapa de sua análise.

Dentre os desdobramentos das representações, *ser solitária* e *ser independente* são variações atenuadas de *ser abandonada* e *ser desamparada*. Com respeito às contraposições das representações, *ser competente* é antagônica a *ser incompetente*, *ser ganhadora* se contrapõe a *ser perdedora*, *ser bem-sucedida* confronta *ser fracassada* e *ser exuberante* diverge de *ser disforme*. A equivalência semântica aparece em *ser solitária* e *independente*, em relação ao outro. Na atração entre as representações, as originárias – *ser desamparada* e *ser abandonada* – atraem as secundárias – *ser impotente*, *ser submetida/ estar à mercê*. E, mais, sua tessitura afetiva inclui: ódio, horror, agonia e medo (ALMEIDA, 2011).

Dessa forma, a dissolução gradual dos núcleos traumáticos da paciente pode ser acompanhada pelo leitor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho analítico com os núcleos traumáticos do trauma do absoluto, a divisão entre representações e afetos deu lugar à integração de novas representações e afetos ao sistema representacional.

Essa mudança se aplica, em especial, à elaboração do núcleo traumático materno. A sobrecarga de ódio em *ser impossível ser amada* pela mãe foi dissolvida nessa fase atual, pois a paciente sente *ter sido muito amada* por ela, investida por amor. A alteração das representações desse núcleo revela a mudança do sobre-investimento de ódio para o investimento de amor. Contudo, a

trama relativa a seu genitor não foi elaborada. *Ser impossível ser reconhecida* intelectualmente por ele – primeira etapa – desdobrou-se em outras representações do impossível na atual: *saber tudo* para *ser amada* e *ser valorizada* intelectualmente por ele. Tão somente com base nesses impossíveis para seu pai, ela pode *ser bem sucedida* no mundo. Compreende-se, então, que a primeira representação do impossível paterno escondia seu desejo de *ser amada* por ele. A despeito do sofrimento que esse desejo lhe provoca, contribui, também, para sua clareza mental. Contudo, a sobrecarga de ódio nas representações do *impossível* no núcleo traumático paterno perdura no presente. Porquanto, *ser um nada* ainda faz parte de seu acervo de representações de si mesma.

A mudança gradual nos afetos do trauma do absoluto fez com que aparecesse o estado afetivo de agonia, significando grande angústia, tormento interior, tortura mental.

Nessa empreitada, os novos significados de chocolate e dinheiro – ainda que bastante negativos – permitiram diferenciá-los entre si, superando a anterior confusão mental quanto a eles. Comida – termo mais amplo – adquiriu o sentido mais específico de chocolate, como parte da tessitura mental envolvendo seus pais. Dessa maneira, sua confusão mental foi substituída por maior clareza mental quanto a eles. A representação geral de miséria – na etapa precedente – tornou-se bem mais específica na presente. Aliada à consciência acerca das representações do impossível – associadas ao seu pai – propiciam-lhe, igualmente, maior clareza mental.

Posto isso, sua identificação com seus pais – inclusive em seus aspectos negativos e desestruturantes do sistema representacional – requer ser melhor trabalhada.

Dada a interrupção da análise pela paciente, esse conjunto de mudanças expõe a dissolução gradual dos núcleos traumáticos do absoluto em um período delimitado dela, de forma que apresenta limitações inegáveis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Emília Sousa. **A Clínica do Absoluto: Representações Sobre-investidas que tendem a deter o Encadeamento Associativo**. Tese de doutorado, Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

ALMEIDA, Maria Emília Sousa. A Clínica do Absoluto: Representações Sobre-investidas por Ódio e Horror. **Pulsional Revista de Psicanálise**, 182, 93-100, 2005.

ALMEIDA, Maria Emília Sousa. A mudança psíquica no trauma do absoluto e a transmissão do sofrimento mental na família. São Paulo: Agbook, 2011.

ALMEIDA, Maria Emília Sousa. As vivências mentais de grandeza, escassez e vazio no sistema das representações, 2021. www.recantodasletras.com.br - artigos de sociedade

EIGUER, Alberto. **A transmissão do psiquismo entre gerações**. São Paulo: Unimarco, 1998.

FERENCZI, S. (2011). **Reflexões sobre o trauma**. Obras Completas. São Paulo: Martins Fontes. Originalmente publicado em 1934.

FREUD, Sigmund. **A psicoterapia da histeria**. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. Originalmente publicado em 1893.

FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos**. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. Originalmente publicado em 1900.

FREUD, Sigmund. **Pulsões e destinos das pulsões**. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006. Originalmente publicado em 1915.

GREEN, André. Narcisismo de vida, narcisismo de morte. São Paulo: Escuta, 1988.

GREEN, André. Sobre a discriminação e a indiscriminação afeto-representação. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. 32, n.3, p. 407-456, 1998.

HERRMANN, Fabio. Antônio. **O método psicanalítico**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

KAËS, René. et al. (1998). **Transmissão da vida psíquica entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo.

LACAN, Jacques. **Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano**. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

ZIMERMANN, David Epstein. **Vocabulário Contemporâneo de Psicanálise**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

19 - PARENTALIDADE INVERTIDA E DOENÇA CRÔNICA DO IDOSO: ENFRENTAMENTOS, ADAPTAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA FAMÍLIA

Andreza Maria Neves Manfredini

Yara Beatriz Rosa Maciel Cayres

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define como idosos pessoas com idade a partir de 60 anos em países em desenvolvimento que é o caso do Brasil; em países desenvolvidos o número aumenta para 65 anos ou mais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021, o índice de envelhecimento, que é o número de pessoas com 60 anos ou mais para cada 100 pessoas menores de 15 anos, no Brasil está em 49,51 e no Estado de São Paulo esse número sobe para 57,73. Esses dados apenas demonstram que a população de pessoas com idade a partir de 60 está em crescimento considerável. No presente momento, em virtude do aumento da longevidade, há um aumento na quantidade de idosos, intensificando a demanda para atender as necessidades de pais idosos, responsabilidade pelos cuidados com os próprios filhos e também atender uma condição financeira satisfatória a família (ROLLAND, 2016).

Costa (2017) relata que a parentalidade invertida acontece quando os pais idosos, em razão do processo de envelhecimento, passam a precisar de auxílio em algumas atividades do cotidiano como: tomar banho, alimentação, medicação e acompanhamento médico, entre outros. Vale ressaltar que, mesmo os pais estarem nesta posição de precisarem de apoio para realizar atividades de vida prática, o respeito pela hierarquia entre pais e filhos, torna-se um desafio a ser enfrentado.

Na situação atual é possível observar que tanto a longevidade quanto o número de idosos tendem a aumentar devido aos progressos realizados na área de medicina que propiciam, dessa forma, o crescimento frente a demanda de cuidados para com os entes queridos já idosos. Alves et al (2007) marcam que esse aumento da longevidade leva à um maior número de doenças crônicas que causam maior incapacidade funcional. Isso conseqüentemente pode causar implicações para a família, comunidade, para o próprio idoso acometido pela doença crônica e para o sistema de saúde, podendo afetar a qualidade de vida e o bem-estar do idoso.

A OMS (2015) argumenta que promover uma formação para as pessoas que oferecem o cuidado para o idoso, sejam eles familiares, voluntários ou funcionários, podem produzir um melhor desempenho, promover saúde, uma vez que alivia o estresse sobre como lidar em situações conflituosas. Diante disso, é crucial que profissionais da área da saúde tenham informação para

orientar e auxiliar pessoas que estejam passando por essa situação que possui a tendência a se tornar cada vez mais trivial e assim propor uma qualidade de vida maior tanto ao idoso acometido quanto para os filhos que se dedicam aos cuidados.

Os objetivos desse trabalho foram investigar e compreender o fenômeno da parentalidade invertida em situação de doença crônica do idoso, em famílias que residem na região do Vale do Paraíba, pertencentes a classe média. Para isso, estabelecemos como objetivos específicos investigar e compreender quais são os meios de enfrentamento e adaptação utilizados pelo sistema familiar diante do idoso com doença crônica.

REVISÃO DA LITERATURA

Parentalidade invertida

A parentalidade invertida é, como já foi apontado na introdução, quando os filhos precisam retribuir os cuidados que os pais o dedicaram durante a infância, isso ocorre em decorrência de alguma doença que produza incapacidades e faz com que os pais idosos necessitem de assistência em atividades do cotidiano (COSTA, 2017).

De acordo com Coelho (2002) essa forma de parentalidade ocorre usualmente na última fase do ciclo vital da família e que pode gerar um certo desconforto ao membro idoso, uma vez que essa fase é marcada pela falta de autonomia e por esse antipapel. A autora ainda diz que as famílias não estão preparadas para essa situação e que acabam colocando o idoso como alvo de preocupações.

Segundo Augusto, Silva e Ventura (2009) o papel de cuidado emerge da insegurança e do dever, usualmente é escolhido, mas estabelecido. Diversos autores dizem que vários fatores, contemplam essa nomeação. Mattos (2009) diz que está relacionado a variáveis como: quantos membros são, a disponibilidade e a estrutura familiar. Já Rolland (2016) argumenta que os fatores são: quem é o cuidador principal, qual o papel do doente, quais são as formas e tipos de comunicações e que participa da rede de cuidados. Augusto, Silva e Ventura (2009) pontuam que o cuidador principal é designado de acordo com: (a) parentesco, (b) gênero, normalmente são mulheres, (c) localização e (d) afetividade.

Usualmente os filhos cuidadores não pensam que algum dia terão que oferecer zelo nas atividades do dia-a-dia para com os pais, contudo, quando se veem nessa função percebem um sentimento de retribuição de favores. Por mais que essa situação de troca de papéis entre, aquele que já foi cuidado e que agora irá oferecer esse cuidado, tenha se tornado cada vez mais comum, muitos ainda não enxergam esse provável cenário (AUGUSTO; SILVA; VENTURA, 2009).

Segundo Falcão (2012) é no sistema familiar que desenvolvemos técnicas de cuidado, por envolver laços afetivos, contudo, apesar de ter recebido esse cuidado na infância dos pais, ele pode ser negado agora na velhice. Ou seja, nem sempre essa é relação recíproca. Ainda de acordo com o autor há diversos aspectos que influenciam nessa relação como: condições financeiras, regras familiares, disponibilidade, sentimento de dependência filial, localidade e afeto, entre outros. Rolland (2016) pontua que há algumas variáveis que influenciam nesse fenômeno como: o ciclo vital familiar, legados multigeracional relacionados à situação de doença e enfermidades, as perdas e o sistemas de crenças ao qual o sujeito está imerso.

McGoldrick (2016) argumenta que apesar dos pais estarem velhos e incapacitados não se pode falar que há de algum modo uma inversão intergeracional. A autora completa que o sistema familiar nesse momento deve durante esse período, auxiliá-los nas mudanças e futuros possíveis conflitos que podem resultar do processo de dependência e oferta de cuidados.

Doença Crônica na Velhice

Segundo Alves e cols. (2007) dizem que o aumento da longevidade faz que se desenvolvam mais doenças crônicas o que resulta em uma maior incapacidade funcional de idosos. Ainda de acordo com a autora, essa incapacidade afeta o sistema familiar, comunidade ao qual se está inserido, o próprio idoso em situação de doença e para o sistema de saúde. Rolland (1995) relata que na teoria sistêmica da família, a forma como a doença atua no sistema familiar, deve ser levado em conta, como se manifesta e a como influencia os demais sistemas interligados.

Há três tipos de cursos na doença crônica, são elas: 1- progressiva, no qual a família precisa lidar com um membro sintomático e com pioras suscetíveis; 2- constante, neste caso a doença é marcada por mudanças previsíveis; e 3- recorrentes, no qual a doença é caracterizada por crises. Para enfrentar o desafio de lidar com essas doenças é crucial uma flexibilização na família (ROLLAND, 2016).

Rolland (2016) aponta três fases principais das doenças crônicas, que são: 1- crise, ocorre entre o período sintomático e o planejamento do tratamento; 2- crônica, fase entre o diagnóstico e o primeiro diagnóstico; e a 3- terminal, que é marcada pela aceitação da morte e da finitude da vida. O autor ainda traz que durante as fases há as transições em que o sistema familiar terá que se adaptar e propor mudanças.

A doença crônica é caracterizada pela sua duração, que normalmente possui um curso longo (VIERA, LIMA; 2002). Rolland (2016) diz que para entender melhor a doença crônica e seu curso, é necessário levar em conta três vertentes que a compõem, são elas: doença, indivíduo e o desenvolvimento familiar.

De acordo com Araújo (1994 apud SANCHEZ, 2012) a família que possui um ente em situação de doença crônica está mais sujeita a possuir desequilíbrios que usualmente ocorrem devido à falta de planejamento, segregação, piedade, rejeição, superproteção e simulação. Segundo Rolland (2016) é essencial, ampliar as perspectivas para além dos cuidados do modelo médicos que tratam apenas a doença, focados no sistema familiar ou na assistência à saúde. Sendo assim, podemos partir para um protótipo de enfrentamento e adaptação relacionados com as potencialidades do sistema familiar. O autor ainda prossegue que é válido a flexibilidade dentro da família e da equipe de profissionais da saúde, uma vez que traz a possibilidade de flexibilização de papéis, além de quebrar paradigmas como a que apenas um membro do sexo feminino deve se ater as práticas de cuidados, dividindo essa responsabilidade para outros membros da família para participar dessas tarefas de cuidados.

Ciclo Vital da Família

Dias (2011) diz que a família é um sistema que possui uma estrutura hierárquica, composta em subsistemas que estabelecem as relações. Minuchin (1982) declara que a estrutura familiar é formada por imposições funcionais que constituem o modo de se relacionar entre os seus membros.

Segundo Cerveny (2002) o ciclo vital da família é padrão de características que as famílias apresentam quando são atravessadas por algumas fases, desde a sua constituição até a morte de seus membros. A autora ainda defende que o ciclo vital é como um sistema ao qual a família vivenciou e se movimenta através do tempo.

De acordo com Rolland (2016) quando há uma doença presente durante as fases do ciclo vital, provavelmente irá causar mudanças nos acontecimentos que está família irá vivenciar. O autor diz que a doença progressiva traz exigências conforme ela progride, causando desgaste ao sistema familiar, por isso é fundamental ser cauteloso para que esses danos sejam os menores possíveis. Em algumas ocasiões é perceptível que o idoso não é desejado ou cuidado na família, nas quais são relações marcadas pelo desrespeito, evitação de visitas, renegam os seus desejos e ficam com o seu dinheiro (MATTOS, 2009).

Idoso e envelhecimento

Beauvior (1970) diz que não é possível definir a velhice, dado que não se trata apenas de um fato biológico, ela defende que há fatores como: saúde, família, sociais, que influenciam na maneira que a velhice será vivenciada. A autora ainda prossegue e diz que evitamos pensar o envelhecimento: “Todos os homens são imortais: eles pensam isso. Um grande número deles fica velho: quase nenhum encara com antecedência esse avatar. Nada deveria ser mais esperado e, no entanto, nada é mais

imprevisível.” (1970, p.9). Já Cervený, Moreira e Costa (2018) dizem que na sociedade pós-moderna que preza pela boa aparência, o velho é considerado inútil e feio, em virtude disso evita-se encarar assuntos como finitude e a morte.

Caradec (2016) o envelhecimento é associado a senescência, que, de acordo com Le Robert significa: “o enfraquecimento e retardamento das funções vitais, em decorrência do envelhecimento”. Ainda de acordo com Caradec (2016) do nascimento até metade da nossa vida é ascendente, após isso é descendente até a morte; isso é notável quando vemos idosos em situação de doença em que a dependência por familiares ou/e comunidade. Segundo Castro (2015) o envelhecimento é associado a falta de juventude, ou seja, tem-se essa ideia de é uma fase de declinação, fragilidade e incapacidade de cuidar de si.

De acordo com Papalia e Feldman (2012) é na velhice em que os indivíduos ressignificam sua vida, solucionam pendências, refletem a forma como irão aproveitar os tempos de vida restante. As autoras prosseguem e dizem que os idosos querem deixar um legado para os mais novos, transmitindo suas experiências.

A Organização das Nações Unidas (ONU) organizou em 1982 a primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, contudo foi em 2002 durante a segunda Assembleia Mundial sobre Envelhecimento em que foi confeccionada a Declaração Política e o Plano de Ação Internacional sobre envelhecimento de Madrid. Nesse documento foi tratado uma política internacional do envelhecimento no qual visavam mostrar uma necessidade de pesquisas e estudos sobre o tema. Para isso é fundamental que se desenvolva políticas públicas para esse grupo, propondo inclusão e respeito aos idosos (CASTRO, 2015).

Comunicação na família

De acordo com Inaba, Silva e Telles (2005) o cuidado é formado por uma ligação de suporte que exige respeito e discernimento. Dias (2011) diz que a comunicação em família promove a solução de alguns problemas que afetam os seus membros e é interativa, ou seja, o comportamento de um membro afeta no comportamento dos demais membros.

Para Dias (2011) a comunicação no sistema familiar indica o membro para a adaptação social, do contrário, as relações familiares podem se tornar intragável e complicar a integração no sistema social. De acordo com Mattos (2009) quando há incongruências entre a fala e as atitudes da família isso pode gerar uma resistência as orientações, tornando-se irritadiço, manipulando através de chantagens para gerar conflitos e dificultar ação dentro dos papéis e que pode causar desequilíbrio no sistema. A autora diz ainda que uma conversa sincera promove a escuta que promove o aprofundamento de sentimentos, a criação de novos diálogos e desenvolvem a adaptação.

Segundo Rolland (2016) um diálogo aberto que considere o ciclo vital da doença no indivíduo e no sistema familiar, é necessário para que se possa compreender da melhor forma o contexto da doença crônica.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa. Segundo Gil (2002) o estudo de caso é um estudo sobre poucos elementos para que possam ser aprofundados.

Participantes

Os participantes foram sete filhos cuidadores, dos quais seis eram mulheres e um homem. Os critérios utilizados para participar do estudo foram: filhos cuidadores que vivenciam a parentalidade invertida, ser filho cuidador que tenha esse papel de cuidar do idoso em virtude da doença crônica, os idosos devem possuir doença crônica, estar na faixa etária dos 60 -90 anos e residir na casa com o filho em questão.

Local

A pesquisa foi realizada na casa dos participantes via vídeoconferência ou de forma presencial respeitando as orientações da Organização Mundial de Saúde sobre a pandemia do Covid-19.

Instrumentos de coleta de dados

Foi utilizada a entrevista semi-estruturada. Foi realizado um encontro com cada participante, com duração de até 50 minutos para cada. No entanto, um dos participantes a entrevista durou cerca de 1h 30 min, o que aponta a necessidade de conversar sobre o assunto e aliviar a tensão.

Análise de dados

Foi realizada uma análise dos discursos dos participantes, sendo que estes foram categorizados de acordo com os objetivos específicos do estudo. Gil (2002) diz que é uma forma de organizar os dados coletados para auxiliar o pesquisador na sua análise. Neste capítulo, vamos nos concentrar em apenas uma categoria da pesquisa que corresponde ao “Meios utilizados pelos filhos cuidadores e o sistema familiar para lidar com os cuidados atribuídos a idosos com doenças crônicas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quadro 1 – Perfil Socioeconômico dos participantes

Participantes	Idade	Tipo de moradia	Arranjo Familiar	Escolaridade	Renda familiar	Renda mantida por quem	Sexo	Religião	Doença acometida pelo Idoso	Idosos acometidos por doenças crônicas
P1	52	Moradia alugada	Solteira	Ensino Médio Completo	Até 5 salários mínimos	Pela participante, mãe, irmão e auxílio do governo	Feminino	Católica	Diabetes, obesidade mordida e insuficiência cardíaca congestiva	Mãe e Pai – faleceu há um ano
P2	28	Moradia Própria	Casado 7anos	Formação Técnica	Até 5 salários Mínimos	Complementada por ambos	Homem	Agnóstica	Câncer com mieloma	Mãe
P3	58	Moradia com parentes	Divorciada	Pós-graduada	5 a 9 salários mínimos	Por todos que residem na casa	Feminino	Católica	Parkinson e cegueira por diabetes	Mãe e Pai
P4	43	Moradia própria	Solteira	Ensino Superior completo	5 a 9 salários mínimos	Por todos que residem na casa	Feminino	Católica	Artrite Reumatoide	Mãe
P5	65	Moradia própria	Solteira	Superior Incompleto	5 a 9 salários mínimos	Pela mulher e complementada pelo restante	Feminino	Católica	Parkinson, Cardiopatia e Diabete	Mãe e Pai
P6	40	Moradia própria	Segunda União 12 anos	Pós-Graduada	5 a 9 salários mínimos	Pelo homem e complementada pela mulher	Feminino	Católica	Câncer e transplantado de fígado	Mãe e pai
P7	63	Moradia Própria	Casada 47 anos	Formação Técnica	Até 5 salários mínimos	Por ambos igualmente	Feminino	Católica	Alzheimer, surdez e incapacidade de locomoção devido à queda	Mãe

Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com os dados coletados, foi possível apontar que os participantes que vivenciam a parentalidade invertida apresentam entre 28 a 65 anos, residem no interior do estado de São Paulo, além de nascerem no estado, salvo por uma participante que nasceu no Espírito Santo. Cinco participantes possuem casas próprias, um mora em moradia alugada e outro em moradia cedida por parentes. A escolaridade dos participantes perpassa: um tem ensino médio completo, dois possuem formação técnica, uma possui ensino superior incompleto, uma possui ensino superior completo e duas possuem pós-graduação. Apontou-se que seis participantes são praticantes da religião católica, enquanto apenas um se declarou agnóstico. Três participantes são solteiras, três participantes são casados e uma participante é divorciada. Mostrou-se que três são assalariados, duas são aposentadas e duas são autônomas. A renda familiar para três participantes varia de até cinco salários mínimos, enquanto para cinco participantes essa renda varia de 5 a 9 salários mínimos. As doenças

desenvolvidas são, na maioria dos idosos, doenças crônicas progressivas. Quatro participantes oferecem os cuidados apenas para a mãe e três participantes precisam dividir os cuidados com os dois pais.

Discussão dos resultados

Serão apresentadas as falas dos participantes e logo após será feita uma discussão sobre a categoria.

Categoria - Meios utilizados pelos filhos cuidadores e pela família para enfrentar essa situação e prestar os cuidados para com o membro idoso portador de com doenças crônicas.

“a vizinha me disse que tinha encontrado ele na rua lá debaixo né, e ele subiu com ela e ele também não conseguia achar a chave do portão né, e foi aí que percebi que tinha algo de errado acontecendo com ele né.” “A minha vizinha que fica olhando a minha mãe aqui pela janela pra mim.” “A minha cunhada. A minha cuidada veio pra eu poder ... na verdade ela veio pra eu poder ir pra minha casa dá uma olhada e voltar.” “Mas eu vou contar pra você uma coisa: a minha família na verdade quem fica muito mais junto comigo aqui dentro de casa quando vem me ajudar é o meu irmão mais velho.”
(Participante 1)

“Quando a gente vai pra São José, três vezes no mês que é pra fazer exame consulta e a quimioterapia. A gente se reveza nesse dia, ou se acontece alguma coisa eu tô trabalhando, não posso sair, eu já ligo pra ela e ela consegue resolver ou em vice-versa. Um ajuda o outro a cuidar da minha mãe.” “A irmã é a que mais ajuda, os outros dois são mais dispersos da situação.” (Participante 2)

“Cuidador é eu e a minha irmã só se precisar eu vou chamar o meu irmão se precisar de sair uma coisa assim de fim de semana. A gente quase não ta saindo mesmo, então não tem o que precisar, mas se precisar a princípio é ele que eu vou chama.” “ah, é tranquilo. Toda vez que eu peço alguma coisa eu tenho o retorno. Se eu falar que eu preciso, eu tenho o retorno. Se eu ficar quieta, eu não tô precisando de nada mesmo. Então não tem jeito. Mas tudo o que eu preciso... “Ah, vou levar no médico” a sempre meu irmão vem e ajuda.” (Participante 3)

“Sempre teve como ... O meu marido saiu, ou a minha filha sai, procuro nunca deixar sozinho. Sempre tem alguém em casa, por causa da pandemia, ou também porque meu marido é aposentado,

e ele não tem assim que cumprir um horário assim todos os dias. Eu trabalho só no período da tarde. Da uma às 5, acaba que o horário tá sendo bem flexível.” (Participante 5)

“Isso é um meio (dividir com as irmãs). Um meio muito importante. Ninguém pode ficar um tempo todo limitado, sozinho. E também tem os recursos de qualquer coisa eu ligo pra um, certo? Tem uma ligação do outro. “Faltando isso, por favor faz isso”. Funciona bastante. Cada hora assim, quando dá um espaço pra qualquer uma delas vem tomar um café com a minha mãe.” “Essa divisão de tarefa no começo a gente fez até uma escalinha. “Oh, tal dia é fulano...” agora a gente tá... as pessoas tão um pouco apertada, porque uma trabalha, a outra tá de neto novo. Então tá ficando mais um pouquinho sobrecarregado pra mim, certo? Mas dá certo. Dá certo. Só tem esse problema, você tem que entender que o outro não tá tão disponível quanto você. Então a gente dá uma desdobrada pra acertar o lado dela. Sozinha não pode ficar.” (Participante 7)

Podemos observar em alguns relatos que há uma ampliação da rede de apoio aos cuidados quando os filhos cuidadores dizem receber auxílio de vizinhos, familiares e outras pessoas. De acordo com Schwartz, Mubiz, Burille, Zillmer, Silva, Feijó e Bueno (2009) o cuidador responsável é capaz de receber apoio de uma rede constituída por vizinhos, amigos, familiares, entre outros. Essa rede é crucial para desenvolver uma qualidade de vida tanto ao idoso quanto para o sistema familiar.

“Enquanto não sai fora do ritmo, tudo vai acontecendo normalmente. Agora entrou no normal. Agora quando tá internado essas coisas a gente tem que mudar todo o ritmo. Preciso de alguém pra ficar com a minha mãe, pra poder fazer o revezamento no hospital. Mas agora assim tá muito tranquilo, porque entrou no ritmo, tá nada saindo fora.” “Eu acho que a gente tem que até trabalhar isso na gente pra poder aceitar a parte de cuidar, porque não é fácil, mas a gente tem que aceitar e trabalhar e ir aceitando tudo direitinho dentro da gente, colocando as rotinas que tudo vai encaminhando e vai dando certo.” (Participante 3)

“Na verdade, é o dia-a-dia mesmo, se organizar, ter um planejamento de horário, cumprir o horário certinho de deixar a comidinha pronta. Mas se organizar no sentido de horário mesmo, de rotina.” “Não é fácil, mas a pessoa quando ela quer se organizar, tem dedicação assim, ela consegue sim. É mais a pessoa ficar tranquila e ficar se adaptando.” “Acho que é pra famílias que estão lidando com essa situação é conseguir se organizar, divisão de tarefas e tal.” (Participante 6)

Foi observado que alguns participantes relatam estabelecer uma rotina de atividades voltadas as demandas do membro doente como um meio de se dedicar aos cuidados diários. Nesses relatos é possível perceber que os participantes veem a rotina e a organização como um meio de lidar com a parentalidade invertida. Para Rolland (2016) esse senso de controle afeta de forma direta a relação doença e sistema de saúde, pois quando esse idoso retornar para casa pode-se demonstrar que há uma crença na liderança desse sistema familiar.

“Eu já tentei fazer muito tratamento com ela, os tratamentos alternativos, tradicionais com médico, com remédio, mas assim nenhum teve eficácia.” “Eu tenho bastante assim amigas que são fisioterapeutas, que sempre estão falando de novos métodos pra poder está ajudando, pra poder tá complementando o tratamento com os remédios. Então eu acredito muito nessa parte alternativa. Eu acho que, por exemplo, ela já fez o Reiki, não se você já ouviu falar? [...] A gente realmente vai tentando pra ver se em algum momento ela vai ter um alívio nas dores dela.” “Os meios assim a gente vai ao médico, com medicamento mesmo. [...]Então ela fica mesmo com os convencionais que são os tradicionais com a medicação mesmo.” (Participante 4)

“Meio físico tenho que pagar meu convênio. Tenho... Olha, eu enfrento...não sei dizer exatamente como, mas assim passa mal, leva no médico, faz acompanhamento médico periódico dos dois. Levo periodicamente fazendo acompanhamento. Se passa mal levo no pronto socorro.” (Participantes 5)

“Tem uma fisioterapeuta que vem uma vez por semana, aliás até amanhã é o dia dela. Ela tá passando pelo ortopedista de dois em dois meses, então é isso que a gente tem de esperança de que ela melhore.” (Participante 7)

Um outro meio que apareceu também foi utilizar dos avanços da medicina e da equipe profissional de médicos e outros profissionais da saúde, algumas vezes até optando por tratamentos alternativos, para lidar de uma forma melhor com a doença crônica do idoso. Nesses depoimentos é apontado que práticas voltadas para o tratamento da doença é algo que traz algum certo tipo de esperança. Rolland (2016) diz que usar da medicina como meio de enfrentamento da situação de doença crônica pode colocar uma grande responsabilidade sobre a equipe de profissionais de saúde, até que todas as alternativas que sido exauridas, independentes se há uma chance de melhora.

“Então assim o trabalho ajudava a espairecer um pouco desse mundo de confinamento de doença. De você ver sua mãe ali naquela situação então eu...parece que fugia um pouco.”

“Como eu tenho percebido... olha o prazer de assim, eu quando eu tô ... eu estou fazendo esses cursos online, eu viajo né (risos). Eu navego naquilo que eu tô fazendo, eu me dedico totalmente

...” “Eu tenho que eu faço cursos online né, eu faço cursos online da hora que a minha mãe dorme, eu faço especialização na minha área de maquiadora. Eu tô sempre fazendo, porque eu amo fazer. Faço curso de culinária também, que eu tô fazendo também. Então como eu amo fazer e acaba me ajudando bastante.” (Participante 1)

“Também eu sou bastante assim ativa. Gosto de mexer com horta, crochê, essas coisas ajuda bastante. Pode indicar pra pessoas. Aprenda a fazer palavras cruzadas, ou atira no bordado, no crochê, porque todo mundo precisa extravasar.” “Sim, isso. Sair um pouquinho e dar uma desligada. Enquanto ela dorme eu vou pro meu crochê.” (Participante 7)

Uma forma de lidar com a exaustão e aliviar a tensão de ser responsável pela prática de cuidado ao membro idoso pontuada pelos participantes, foi a prática de atividades recreativas, de qualificação profissional. Nos relatos acima podemos notar que os participantes relatam que essas ~~outras~~ atividades os fazem espairecer e aliviar a tensão. Segundo Rolland (2016) é preciso que se tenha atitudes que tragam um equilíbrio entre o recreativo e o trabalho.

“Olha, faz tantos anos já que eu tô cuidado da minha mãe. No começo não foi nada fácil não, porque ... pelo assim eu tinha a cuidadora né. A cuidadora ainda me ajudava então eu voltava pra Taubaté, ficava em Taubaté até trabalhava.” (Participante 1)

“uma pessoa que me ajuda nos serviços domésticos mesmo pra poder me liberar um pouco. Mas ao mesmo tempo a pessoa também ajuda a cuidar, lembrar dos remédios. Porque uma das coisas mais difíceis que eu acho assim... antes eles conseguiam tomar o remédio sozinho. Mas eles não conseguem mais. Então você tem que estar atenta e ela, por exemplo, toma 21 comprimidos por dia, ele toma 14 e são em horários espaçados.” “Tenho uma pessoa que vem duas vezes na semana para me ajudar.” (Participante 5)

Foi possível observar também a busca por prestadores de serviços como cuidadores e até mesmo empregados domésticos. Nas falas acima foi possível notar que os participantes recorreram a esses prestadores de serviço como uma forma de ajuda e assim melhorar a qualidade do cuidado, uma

vez que aliviam do peso da responsabilidade do cuidado. Para Batista, Almeida e Lacman (2014) esse auxílio prestado por profissionais remunerados trazem apoio para os cuidados necessitados devido a doença crônica do idoso.

“O meu meio é a minha fé. As minhas orações que eu entrego a Deus. Que eu sou uma pessoa que eu creio muito no poder de Deus sobre a minha vida, a vida da minha família e eu trabalho muito a minha mente e eu sempre fui assim.” “Então nossa eu sou tão grata Deus por isso, sabe, pelas pessoas que ligam e perguntam como que tá e dá uma força.” (Participante 1)

“Vou falar parte religiosa, porque eu tenho que falar. Pois eu rezei muito pedi muito a Deus pra me dar sabedoria. Porque eu acho que a gente tem que ajudar, porque a gente vai envelhecer. Então aos poucos eu fui aprendendo a lidar. Rezei muito, pedi muito a Deus e aos poucos eu fui aprendendo a lidar com a situação.” “Pedi muito a Deus. Consegui. Eu pedia sabedoria, rezava, pedia muita força, porque assim eu acho que chega uma hora que os pais fizeram tanto pela gente que a gente tem que fazer por eles.” (Participante 3)

“Pedindo pra Deus me dar paciência, porque olha é muito difícil. Muito difícil. Porque as vezes os dois passam mal ao mesmo tempo.” (Participante 5)

“No começo a gente queria ter a mamãe forte, animada, valente como ela sempre foi. Mas a gente o como é injusto cobrar isso de Deus.” “Sempre pratiquei a minha religião, as coisas que eu gosto de fazer, colaborar com as pessoas isso aí nunca me atrapalhou não.” (Participante 7)

Outro meio que apareceu foi relacionado a questões espirituais e religiosas. Nesses depoimentos acima a crença e a prática da religião, muitas vezes atenua a tensão e auxilia no processo de aceitar a situação ao qual estão passando. Segundo Schwartz et al (2009) diz que a fé é um meio de encarar momentos difíceis, traz esperança, significado e uma base para quem está passando por um momento de doença, assim como para as mudanças que ocorrem relacionadas a doença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A parentalidade invertida é um fenômeno que se tornado cada vez mais comum, dado que a longevidade está aumentando. Conseqüentemente, existe uma maior probabilidade de desenvolvimento de doença crônica e incapacidades. Sendo assim, torna-se essencial que a família

busque meio para se adaptar à essas novas necessidades desse membro idoso doente. Para isso a comunicação tem um papel fundamental para que os membros possam desenvolver uma qualidade de vida ter meios de enfrentamentos.

Neste estudo buscou-se compreender o fenômeno da parentalidade invertida e que tipo de meios o filho cuidador e o sistema familiar desenvolvem para enfrentar com essa situação. Dentre eles foi possível identificar: ampliação da rede de apoio com a participação de vizinhos, amigos e familiares; recorrem a procedimentos médicos, tratamentos alternativos e avanços da medicina; utilizam cursos, atividades profissionais e recreativas; estabelecem uma rotina de cuidados e buscam a religião e questões espirituais.

Frente aos resultados obtidos, reconhece uma necessidade de criar políticas públicas que prestem apoio às famílias que estão passando por esse fenômeno da parentalidade invertida. Consideramos importante, desmistificar a visão relacionada ao cuidar como uma tarefa predominantemente feminina, assim estimulando outros membros a contribuir de forma mais ativa e comunicar entre si de uma forma mais acessível e fácil.

O fenômeno da parentalidade invertida exige alterações na forma como o sistema familiar opera. Portanto, é necessário que a família, possa ter apoio de outros profissionais da saúde e/ou cuidador para que possa garantir qualidade nas tarefas de cuidado com o idoso com doença crônica. A partir do apoio de um profissional a saúde e/ou cuidador, pode aliviar o estresse entre os membros familiares para com os cuidados específicos com a pessoa idosa com doença crônica e quiçá manter os relacionamentos familiares mais saudáveis.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luciana Correia e col. A influência das doenças crônicas na capacidade funcional dos idosos do Município de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 8, p. 1924-1930, 2007.

AUGUSTO, Fernanda Maria Fávere; SILVA, Ivanete Pereira da; VENTURA, Maurício de Miranda. Filhos cuidadores: escolha, mudanças e desafios. **Rev. Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 12, p. 103-118, 2009).

BATISTA, Marina Picazzio Perez; ALMEIDA, Maria Helena Morgani de; LANCMAN, Selma. Cuidadores formais de idosos: contextualização histórica no cenário brasileiro. **Rev. bras. geriatr. gerontol.** Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 879-885, 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

CARADEC, Vicent. Da terceira idade à idade avançada: a conquista da velhice. In: GOLDENBERG, Mirian. **Velho é lindo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016

CASTRO, Gisela Granjeiro da Silva. Precisamos discutir o idadismo na comunicação. **Comunicação & Educação**, v. 20, n. 2, p. 101-114, 2015.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. **Visitando a família em diferentes fases do ciclo vital**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

CERVENY, Ceneide Maria Oliveira.; BERTHOUD, Cristiana Mercadante Esper. **Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa**. 2. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira; MOREIRA, Maria Arlene de A; COSTA, Christina Mello A. Reflexões sobre os retratos do envelhecimento. Perfis e/ou paradoxos revelados em história de vida de idosos. In: MACEDO, Rosa Maria Stefanini de.; KUBLIKOWSKI, Ida.; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo (org.). **Pesquisa qualitativa no contexto da família e comunidade: experiências, desafios e reflexões**. 1ª ed. Curitiba, PR: CRV, 2018.

COSTA, Christina Mello Amorim. **A parentalidade invertida em famílias com idosos à luz das lealdades invisíveis**. Dissertação (Dissertação em Psicologia) PUC-SP, São Paulo, 2017.

DIAS, Maria Olivia. Um olhar sobre a família na perspectiva sistêmica o processo de comunicação no sistema familiar. **Gestão e desenvolvimento**.v.19, p. 139 – 156, 2011.

FALCÃO, Deusivania Vieira da Silva. A pessoa idosa no contexto familiar. In: Baptista, Makilim Nunes; Teodoro, Maycoln L. M. **Psicologia da Família: teoria, avaliação e intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ªed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **Velho é lindo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

INABA, Luciana Cintra; SILVA, Maria Júlia Paes da; TELLES, Sandra Cristina Ribeiro. Paciente crítico e comunicação: visão de familiares sobre sua adequação pela equipe de enfermagem. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 423-429, 2005.

NICHOLS, Michael P.; SCHWARTZ, Richard C. **Terapia Familiar: Conceitos e Métodos**. Artmed Editora, 2009.

MATTOS, Eliete Teixeira Belfort. Famílias com idosos. In: OSORIO, Luiz Carlos; VALLE, Maria Elizabeth Pascual (org.). **Manual de terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial de envelhecimento e saúde**. 2015.

PAPALIA, Diane E.; FELDMAN, Ruth Duskin. **Desenvolvimento Humano**. 12. Ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

ROLLAND, John S. Doença crônica e o ciclo de vida familiar. In CARTER, Betty; MCGOLDRICK, Monica. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 1995.

SANCHEZ, Fátima Abad. A família na visão sistêmica. In: BAPTISTA, Makilim Nunes; TEODORO, Maycoln L. M. **Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

SCHWARTZ, Eda; MUNIZ, Rosani Manfrin; BURILLE, Andréia; ZILLMER, Juliana Graciela Vestena; SILVA, Danubia Andressa da; FEIJÓ, Aline Machado; BUENO, Maria Emília Nunes. As redes de apoio no enfrentamento da doença renal crônica. **REME- Rev.Min. Enferm.**, v.13, n.2, p. 193- 201, 2009.

VIEIRA, Maria Aparecida; LIMA, Regina Aparecida Garcia de. Crianças e adolescentes com doença crônica: convivendo com mudanças. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto , v. 10, n. 4, p. 552-560, 2002.

WALSH, Froma. **Processos normativos da família: diversidade e complexidade**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

20 - RESILIÊNCIA FAMILIAR E CÂNCER INFANTIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Maria Fernanda Gonçalves
Adriana Leônidas de Oliveira

INTRODUÇÃO

O câncer, de uma forma geral, refere-se ao crescimento desordenado das células neoplásicas e essa perda de controle da divisão celular pode fazer com que essas células invadam órgãos e tecidos vizinhos (ABC, 2019). Mais especificamente, o câncer infanto-juvenil, na maioria das vezes, afeta as células do sistema sanguíneo e os tecidos de sustentação. De acordo com INCA (2020), no Brasil, bem como nos países desenvolvidos, o câncer representa a primeira causa de morte por doenças que acometem crianças e adolescentes, sendo 8% do total de mortes. Contudo, é importante ressaltar que houve um progresso significativo nas últimas quatro décadas quanto ao tratamento de câncer de crianças e adolescentes, fazendo com que, atualmente, 80% desses pacientes acometidos pelas doenças conseguem ser curados.

Uma doença como o câncer infantil gera uma instabilidade na dinâmica familiar, além disso, por haver uma incerteza quanto ao tratamento e prognóstico, desperta sentimentos de dúvidas, medos e inseguranças. A família, nessa nova realidade, precisa se adaptar por meio de reorganizações e redefinições de papéis para manter o equilíbrio familiar (ANJOS; SANTO; CARVALHO, 2015).

A maneira com que o sistema familiar e seus membros enfrentam esses eventos inesperados está relacionada com o conceito de resiliência. De forma geral, resiliência refere-se à capacidade de superar as adversidades da vida, contudo, também pode ser entendida como um processo de superação que, por meio dessas situações adversas, ocorre um crescimento e um desenvolvimento pessoal (TABOADA; LEGAL; MACHADO, 2006). Relacionado diretamente à família, há o conceito de Resiliência Familiar, compreendida como um processo de adaptação no qual a família vai além do ajustamento ao se deparar com eventos estressores, e relaciona-se com a alteração de crenças e visões de mundo, passando por fatores internos e externos à própria família (MCCUBBIN, THOMPSON; MCCUBBIN, 1996 apud SOUZA; CEVERNY, 2006).

Dessa forma, levando em consideração que o diagnóstico do câncer infantil gera instabilidade na dinâmica familiar e um sofrimento para todos os seus membros (ANJOS; SANTO; CARVALHO, 2015), é necessário compreender a maneira com que esses enfrentam tais adversidades e como o sistema familiar se reorganiza diante disso. Ou seja, fundamental compreender como se estabelece o processo de resiliência familiar frente ao diagnóstico e tratamento do câncer infantil.

Trata-se de uma temática muito relevante, pois é importante compreender como se estabelece o processo de Resiliência Familiar, visto que este é fundamental no decorrer do tratamento do câncer infantil e possibilita que os membros da família possam enfrentar essa situação de uma forma mais saudável e que utilizem mecanismos de enfrentamento que sejam eficientes. No quesito científico, este estudo possibilita a ampliação de pesquisas na área da saúde relacionadas à família e oncologia pediátrica. Quanto à relevância profissional, esse estudo pode auxiliar os profissionais da saúde a compreender melhor a dinâmica familiar no enfrentamento do diagnóstico e do tratamento de câncer infantil, com o intuito de orientar esses familiares e o próprio paciente de maneira mais assertiva.

Sendo assim, nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização teórica sobre os seguintes temas: Câncer infantil, Família, Resiliência e Resiliência Familiar, para posteriormente ser explicado o método da pesquisa de revisão integrativa, e seus resultados discutidos à luz da teoria.

REVISÃO DA LITERATURA

O câncer se refere a um conjunto de mais de 100 doenças que têm em comum o crescimento desordenado das células, as quais podem ou não invadir outros órgãos e tecidos. A multiplicação celular é um processo natural, em que a grande parte das células normais cresce, se multiplica e morre, porém nem todas as células são iguais. No caso das células neoplásicas, o seu crescimento é diferente se comparadas às células normais, visto que, em vez de morrerem, crescem incontrolavelmente e formam outras células neoplásicas. O câncer é justamente essa perda do controle da divisão celular e é capaz de invadir órgãos e tecidos vizinhos (ABC, 2019).

As neoplasias, que na prática são denominados tumores, se referem multiplicação anormal a qual pode afetar o homem negativamente e elas podem ser benignas ou malignas. O câncer é uma neoplasia maligna as quais têm a capacidade de invadir tecidos vizinhos e provocar metástases, podendo ser resistentes ao tratamento e levar o indivíduo a morte (ABC, 2019).

O câncer infanto-juvenil, na maioria das vezes, está relacionado às células sanguíneas. Os tumores nessa fase, por serem geralmente de natureza embrionária, são constituídos de células indiferenciadas as quais podem proporcionar uma boa resposta aos tratamentos. Os tumores mais frequentes são as leucemias (que afetam os glóbulos brancos), os que atingem o sistema nervoso central e os linfomas (sistema linfático). No que se referem aos fatores de risco, dificilmente a criança apresenta alterações genéticas ou comportamentos relacionados a seu estilo de vida que aumentam a probabilidade de desenvolver um câncer (INCA, 2019).

As leucemias são um dos tipos mais comuns de neoplasias infantis. É um tipo de câncer que afeta os glóbulos brancos e que geralmente tem origem desconhecida, em que uma célula sanguínea que ainda não atingiu a maturidade sofre uma mutação genética, transformando-a em uma célula neoplásica. Essa célula neoplásica sofre multiplicações mais rapidamente e morre menos que as células normais, com isso, acabam se acumulando na medula óssea. Dessa forma, as células sanguíneas saudáveis da medula óssea acabam sendo substituídas por essas células neoplásicas (INCA, 2019).

Segundo Cardoso (2007), o câncer infantil, sendo um evento inesperado, pode trazer consequências físicas e psíquicas para a criança. A partir do diagnóstico, haverá uma mudança de hábitos e rotina visto que aparecerão limitações por conta da doença e de seu tratamento. Com isso, os pais são fundamentais no que se refere a maneira com que a criança irá lidar com os efeitos do câncer, são eles quem irão transmitir aos seus filhos os sentimentos provocados pelo diagnóstico e a forma com que são orientados, pode fazer com que as crianças lidem com a situação de uma maneira menos sofrida (DÁVILA, 2006 apud CARDOSO, 2007).

O tratamento do câncer infantil causa muito sofrimento para as crianças por conta da hospitalização, de procedimentos invasivos e dolorosos, dos efeitos colaterais. Além disso, criança ainda terá que lidar com a dependência de outras pessoas para realizar determinadas atividades, as quais serão limitadas, e enfrentar a superproteção por parte de seus pais (PEDREIRA; PALANCA, 2007 apud CARDOSO, 2007). Existem também vários efeitos psicológicos que são consequências da doença e da hospitalização. Os temores, as dúvidas, as alterações de autoimagem, as condutas dentro do hospital podem acarretar uma ansiedade intensa. Apesar dessas reações serem esperadas, é preciso tentar estabelecer um controle, o que torna o apoio psicológico fundamental para que a criança retome o equilíbrio perdido (CHIATTONE, 2001).

A doença como o câncer também gera uma instabilidade na dinâmica familiar. Além disso, há o sentimento de dúvidas, medos, inseguranças, visto que é uma doença com muitas incertezas no que se refere ao tratamento e ao prognóstico. No caso do câncer infantil, o impacto é mais significativo pois todos os membros da família são afetados. Para a nova realidade que a família passa a enfrentar, é exigido adaptações por meio de reorganizações e redefinições de papéis a fim da manutenção do equilíbrio familiar (ANJOS; SANTO; CARVALHO, 2015).

Nesse trabalho, a família é compreendida como um sistema de relações que se estabelece de acordo com alguns princípios (CEVERNY; BERTHOUD, 2002). Pode-se dizer que esse sistema está em constante transformação e se altera ao longo do tempo para garantir o crescimento de seus membros (ANDOLFI, 1984 apud CEVERNY; BERTHOUD, 2002).

Levando em consideração a Teoria Geral dos Sistemas, o que afeta um dos seus componentes, afeta o sistema como um todo e impacta todos os membros (ANDRADE; MARTINS, 2011 apud DIAS, 2011). Tal perspectiva pode ser utilizada em relação a família, ou seja, uma experiência adversa com um dos membros, afeta o sistema familiar como um todo. Essa unidade familiar sofre uma diferenciação estrutural progressiva quando precisa promover algumas mudanças a fim de manter esse sistema (HILL; MATTERSSICH, 1979 apud CEVERNY; BERTHOUD, 2002). Assim, levando em consideração que o sistema familiar é o mais importante da vida dos indivíduos, é preciso compreendê-lo de uma maneira ampliada, atrelado ao contexto cultural, econômico, social (CEVERNY; BERTHOUD, 2002).

Um dos olhares que podem descrever uma família é em relação ao seu ciclo vital e qual etapa está inserida. Esse Ciclo Vital Familiar se refere as fases que as famílias vivenciam enquanto um sistema, desde a sua constituição até o falecimento de um dos membros que iniciou tal família. Percebe-se que nesse ciclo as relações são dependentes nas fases iniciais, mas, posteriormente, é esperado que os membros se tornem mais independentes. Ao longo das etapas, há uma constante mudança e reorganização em relação aos papéis e funções de cada um e aos afetos (CEVERNY; BERTHOUD, 2002).

Cererny e Berthoud (2010) compreendem o Ciclo Vital Familiar a partir de 4 fases: Fase de Aquisição, Fase Adolescente, Fase Madura e Fase Última. Se tratando da infância, relaciona-se com a Fase de Aquisição, considerada a primeira fase do ciclo a qual inclui situações como a escolha do parceiro, formação do casal, chegada dos filhos. Nessa etapa há a aquisição no que se refere a aspectos emocionais, materiais e psicológicos os quais auxiliam na construção do novo sistema familiar. Esse sistema está num processo de crescimento em que os membros, juntos, estão adquirindo novas formas de comunicação e novas capacidades.

Eventos inesperados, como o surgimento de uma doença grave, podem impulsionar transformações no sistema familiar. As características da situação, do sentido que a família dá a ela, a forma como ela se insere na história da família e ainda a resiliência familiar, desenvolvida a partir das experiências ao longo do ciclo de vida, determinam como a família lidará com essa situação inesperada (CARTER; MCGOLDRICK, 1995; LAMANNO-ADAMO, 2006; WALSH, 2005 apud BARROS; ANDRADE; SIQUEIRA, 2013). O diagnóstico de uma doença, como o câncer, é um evento inesperado que provoca consequências no sistema familiar, exigindo reorganização a fim de lidar com o tratamento dessa doença (CARVALHO, 2008 apud BARROS; ANDRADE; SIQUEIRA, 2013).

Como esse sistema familiar e seus membros enfrentam esses eventos inesperados está relacionada com o conceito de Resiliência. Esse conceito remete ao indivíduo que é capaz de ter uma

adaptação considerada boa, após viver situações de alto risco ou se expor a traumas severos (MASTEN; COATSWORTH, 1998 apud SOUZA, 2003). Ou seja, de maneira geral, é compreendida como a capacidade de alguns indivíduos em superar as adversidades da vida. Porém, pode ser entendida como um processo de superação o qual através dessas situações adversas, há um crescimento e desenvolvimento pessoal, visto que o sujeito possui qualidades que são resultantes, mas que também possibilitam esse processo (TABOADA; LEGAL; MACHADO, 2006).

Sob um olhar focado na família, o termo Resiliência Familiar a compreende como uma unidade e está relacionado a maneira como esta enfrenta e se adapta a situações adversas. Pode-se dizer a maneira desse enfrentamento influencia na adaptação imediata e a longo prazo dos membros, além da sobrevivência desta unidade familiar. Esse conceito é sustentado por alguns fundamentos da Teoria dos Sistemas, por conta disso, pode-se dizer que eventos estressores persistentes afetam a família e todos os seus membros, oferecendo risco tanto para a disfunção individual quanto familiar (WALSH, 2005).

Existem alguns elementos fundamentais para a Resiliência Familiar: Sistemas de crenças familiar, os Padrões Organizacionais e Processos de Comunicação. Os sistemas de crenças estão no interior do sistema familiar, são forças que auxiliam no processo de resiliência e estão relacionadas a extração de um sentido nessa adversidade, a uma perspectiva positiva e a transcendência e espiritualidade. Já os padrões organizacionais regulam comportamentos e definem relacionamentos, são mantidos por normas tanto internas quanto externas e existem alguns elementos dessa organização para um funcionamento familiar eficiente, como flexibilidade, conexão e recursos sociais e econômicos. Os processos de comunicação facilitam o funcionamento familiar e tem aspectos importantes que são fundamentais no processo de resiliência, como a clareza das informações, a expressão emocional aberta dos membros da família e a resolução colaborativa dos problemas (WALSH, 2005).

Dessa forma, levando em consideração que o diagnóstico do câncer infantil gera instabilidade na dinâmica da família e um sofrimento para todos os seus membros, é necessário compreender a maneira com que esses enfrentam tais adversidades e como o sistema familiar se reorganiza diante disso. Ou seja, compreender como se estabelece o processo de resiliência familiar tanto a partir do diagnóstico quanto durante o processo de tratamento.

MÉTODO

O método desta pesquisa se refere à revisão integrativa de literatura, que tem como finalidade a sintetização e a reunião de estudos, de forma ordenada e sistemática, sobre um determinado tema

de maneira que contribua para um conhecimento mais profundo do tema em questão. É um método que possibilita a síntese de variados estudos e permite conclusões acerca de uma área de estudo em específico (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

A fim de desenvolver essa revisão integrativa foi preciso percorrer seis etapas distintas. Em um primeiro momento, foi necessária a formulação da questão de pesquisa, depois disso, estabeleceu-se os critérios para inclusão e exclusão dos estudos os quais, posteriormente, foram categorizados para serem avaliados e interpretados. Para que assim, seja possível divulgar o conhecimento a respeito dessa questão de maneira sintetizada (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Com isso, essa pesquisa buscou compreender como se estabelecem as famílias frente ao diagnóstico de câncer infantil. A busca foi realizada nos seguintes bancos de dados: IBICT, Literatura da América Latina e Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Biblioteca Eletrônica Brasil (SCIELO) em que foram utilizados os seguintes descritores: “câncer infantil”, “leucemia infantil”, “família” e “psicologia”. Os critérios de inclusão foram publicações relacionadas a temática em questão dos últimos 15 anos, no idioma português e que tivessem no mínimo dois descritores. Já os critérios de exclusão foram pesquisas que tivessem como foco questões relacionadas somente a criança ao invés da família, além de outros idiomas ou que não incluíssem os descritores selecionados.

A partir disso, a fim de selecionar os estudos que se enquadrassem dentro da temática em questão, foi feita a leitura dos resumos e com isso, 20 estudos que se encaixaram nos critérios de inclusões propostos foram selecionados. Os estudos foram organizados em um quadro de estudos, com informações relevantes para uma análise posterior, como: título, ano de publicação, revista de publicação, autor, objetivos, população e amostra, instrumentos, área e principais resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados e discussão desta pesquisa foram divididos entre análise formal e análise de conteúdo, em que foram analisados 20 artigos os quais atenderam os critérios de inclusão propostos.

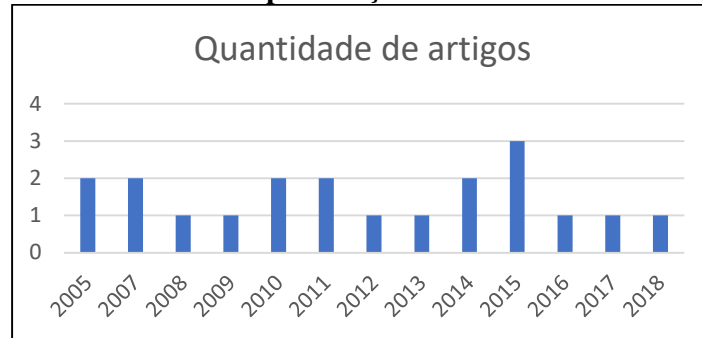
Análise Formal

Os aspectos formais se referem ao ano de publicação, área profissional, tipo de pesquisa, instrumentos utilizados e com qual população a pesquisa foi realizada.

Quanto ao ano de publicação dos estudos, foram selecionados somente artigos dos últimos 15 anos (2005 até 2020), visto a grande quantidade de publicações que relacionam aos descritores escolhidos. Ao longo dos anos, pode-se perceber que em 2015 foi o ano com maior número de publicação (3 publicações), seguido com os anos de 2005, 2007, 2010, 2011, 2014 com o segundo

maior índice (2 publicações). Também se nota a ausência de publicações nos anos 2006, 2019, 2020. Além disso, observou-se também uma diminuição da publicação nos últimos 5 anos já que nos anos de 2016, 2017, 2018 foram publicados somente 1 pesquisa por ano e nos últimos 2 anos não houve publicações do tema em questão. Os dados podem ser observados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Ano de publicação dos estudos analisados



Fonte: Elaborado a partir dos dados IBICT, SCIELO e LILACS.

No que se refere ao local das publicações, foi possível encontrar dois tipos: publicações em revistas ou teses/dissertações. Na amostra escolhida, dos 20 estudos, 6 foram dissertações de mestrado, os outros 14 foram publicações de revistas.

Quanto às dissertações de mestrados, todas foram desenvolvidas em universidade públicas brasileiras, enfatizando a Universidade Federal da Paraíba e Universidade de São Paulo, onde cada uma desenvolveu-se duas pesquisas de mestrados da amostra escolhida.

Já as revistas das publicações, 3 são de origem estrangeira: *Investigación y Educación en Enfermería*, *Enfermería actual en Costa Rica* (Online) e *Investigación y Educación en Enfermería*. As demais revistas são brasileiras, dando destaque para Revista Mal-estar e Subjetividade, a qual foi responsável pela publicação de dois estudos.

No que se refere as áreas de pesquisa dos estudos realizados, a maioria deles foram publicados por enfermeiros, total de 12 artigos; os demais eram publicações da área de psicologia (total de 7 artigos) e da área médica, mais especificamente da área de pediatria (somente 1 artigo). É importante destacar essa maior publicação por enfermeiros, visto que a formação da equipe de enfermagem deve dar subsídios às questões psicológicas a fim de facilitar o cuidar da criança com câncer e sua família. Além disso, é por meio do profissional da enfermagem que a família, muitas vezes, se sente amparada, ouvida, acolhida, com dúvidas esclarecidas, o que reforça a importância desse profissional na equipe multidisciplinar (ANJOS; SANTO; CARVALHO, 2015).

Sobre os tipos de pesquisas dos estudos selecionados, utilizamos a classificação segundo Gil (2002). O autor expõe uma classificação das pesquisas com base nos procedimentos técnicos utilizados, em que se analisa os fatos da visão empírica para comparar teoricamente com os dados da

realidade pesquisada. Essa classificação refere-se ao delineamento da pesquisa, o qual está relacionado com o planejamento da pesquisa, desde a coleta de dados, previsão de análise e a interpretação desses dados coletados. Para identificar um delineamento da pesquisa, é preciso se atentar ao procedimento adotado para a coleta de dados, o qual pode ser definido em dois grandes grupos: fontes de “papel” que se refere a pesquisa bibliográfica e pesquisa documental e o grupo em que os dados são coletados com pessoas, a pesquisa de campo (GIL, 2002).

Nesta pesquisa, analisamos pesquisas bibliográficas e pesquisas de campo. De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida por meio de matérias que já foram elaborados, como artigos e livros. Já as pesquisas de campo possuem o foco em uma comunidade e é desenvolvida por meio da observação das ações do grupo que será estudado e por meio de entrevistas e outras técnicas de coleta direta.

Analisando os 20 estudos, temos que 16 podem ser classificados como Pesquisa de Campo, segundo de definição de Gil (2002), sendo que 2 estudos especificaram o delineamento como estudo de caso, já os outros 14 estudos não apontaram nenhum delineamento específico. Além disso, podemos apontar 4 Pesquisas Bibliográficas nessa amostra de estudos analisados, considerando também o conceito apontado por Gil (2002), em que 2 são classificadas como Revisão Integrativa e Revisão de Literatura.

Referente a população de pesquisa, nota-se um maior número (total de 6 estudos) de pesquisas com as mães das crianças acometidas com a doença. Tal ponto relaciona-se com o fato de que muitas vezes, são as mães quem acompanham todo processo de hospitalização da criança e, se necessário, alteram seu estilo de vida por conta dessa mudança na dinâmica familiar (ALVES; GUIRARDELLO; KURASHIMA, 2013). Além disso, essas mães, na maioria das vezes, assumem o cuidado da criança e são consideradas a principal fonte de suporte (YOUNG, et al, 2002 apud MOREIRA; ANGELO, 2008). Com isso, é possível perceber a importância do papel materno tanto na reorganização da dinâmica familiar quanto no cuidado da criança com câncer. No que se refere à análise da população dos estudos, o item “Não se aplica” do quadro abaixo refere-se ao estudo com a metodologia de Pesquisa Bibliográfica.

Quadro – População e amostra dos estudos analisados

População e amostra	Quantidade de estudos
Mães	6
Cuidadores (familiares)	5
Não se aplica	4
Família	2
Familiares	2
Crianças	1
Pais	1

Fonte: Elaborado a partir dos dados IBICT, SCIELO e LILACS.

Quanto aos instrumentos utilizados para coleta de dados, temos que a maioria dos estudos utilizaram o instrumento Entrevista (total de 15 estudos), em que especificaram sendo 9 desses 15 estudos, entrevistas do tipo semiestruturada, 2 do tipo abertas e 4 não especificaram o tipo. Além disso, houve o auxílio em alguns estudos de outros instrumentos para a coleta, como Escalas, Observações, uso de Genograma, Ecomapa e até mesmo a Técnica do Desenho da Família (utilizada em 1 estudo).

As entrevistas, de maneira geral, segundo Richardson (1999), são técnicas que permitem o desenvolvimento de uma relação estreita entre indivíduos, quer dizer, trata-se de uma maneira de estabelecer uma comunicação em que as informações são transmitidas de uma pessoa a outra, sendo uma o emissor e o outro o receptor, respectivamente.

Já as Escalas Psicológicas, de maneira geral, são utilizadas a fim de medir variáveis, conceitos, constructos que não podem ser observados de maneira direta. A construção dessas escalas tem como objetivo mensurar de forma precisa aquilo que era realmente proposto, ou seja, que seja fidedigno (preciso, exato) e validado (FACHEL; CAMEY, 2007).

O Genograma é a elaboração da árvore da família e é utilizada como uma técnica de avaliação em clínicas que atendem famílias em que se apresentam informações demográficas, posições funcionais dos membros e acontecimentos críticos que já ocorreram dentro da dinâmica familiar. Esse instrumento, muitas vezes, é associado ao Ecomapa em que ambos podem fornecer informações acerca do contexto de vida em que a família está inserida. O Ecomapa retrata as relações da família com o ambiente, entre os vínculos desses membros com os recursos da comunidade, trata-se de uma representação da família com outras pessoas e com outras instituições (MELLO et al., 2005).

Por fim, a Técnica do Desenho da Família trata-se de uma técnica projetiva em que a criança projeta, por meio do desenho, suas ações e sentimentos em relação a sua família (MORVAL, 1974 apud ORTEGA, 1981). É uma ferramenta que permite a expressão dos conflitos familiares e, por

meio da interpretação dos desenhos, é possível realizar uma análise da personalidade global da criança (MINKOWSKA, 1949 apud ORTEGA, 1981).

Apresentaremos na próxima subseção a apresentação da análise dos conteúdos dos artigos.

Análise de Conteúdo

A partir da análise dos estudos selecionados, de acordo com os critérios de inclusão mencionados anteriormente, podemos perceber semelhanças nos conteúdos abordados do tema em questão. Com isso, foi possível agrupar e analisar quatro categorias de análise: reações frente ao diagnóstico, desafios e transformações da família, fatores de proteção e estratégias de enfrentamento.

Categoria 1: Reações frente do diagnóstico

Essa categoria 1 traz os elementos que caracterizam as reações mais frequentes frente ao diagnóstico do câncer infantil. Refere-se a maneira com que os membros familiares reagiram, os sentimentos mais comuns e como esse momento foi percebido pela família.

Beltrão et al. (2007), em sua pesquisa, ao analisar as percepções maternas e estratégias de enfrentamento frente ao diagnóstico de câncer, relatam que as mães apontaram o momento do diagnóstico como uma experiência única, chocante, que traz desespero, dor e até traumatiza. Essas mães mencionam sentimentos de angústia, tristeza, dúvidas quanto ao desfecho do tratamento, uma delas até refere a dor do momento do diagnóstico como semelhante a dor da “perda”. Essa dor da perda relaciona-se com o medo de perder o filho, manifestado por outra mãe, já que o câncer carrega um estigma e preconceito em que é visto como sinônimo de morte.

Amador (2011), em sua pesquisa de campo, também aponta para sentimentos semelhantes ao mencionado por Beltrão et al. (2007), somado a isso, refere que os cuidadores entrevistados também remetem a sentimentos que mostram o diagnóstico do câncer como devastador em sua estrutura emocional. Eles referem o momento do diagnóstico como algo que traz um sofrimento imediato, um instante em que não conseguem perceber um lugar que fosse possível se sustentar e manter-se firme para enfrentar todo esse processo doloroso (AMADOR, 2011).

Nascimento et al. (2005), em sua revisão de literatura, mencionaram acerca das reações dos pais ao longo de todo processo da doença, desde o diagnóstico e durante o tratamento. Os autores mencionaram um estudo quali-quantitativo em que os pais relatavam diminuição do apetite, perda de peso, dificuldades para dormir, dores de cabeça, tontura e resfriado. Além disso, neste estudo pode-se perceber, segundo Nascimento et al (2005), que a reação dos pais depende do estágio em que a doença se encontra e em casos de morte da doença, foi o fator que mais gerou estresse. Contudo, foi possível analisar os níveis altos de ansiedade ao longo do processo, independente da fase da doença.

Na pesquisa de Noia et al. (2015), com familiares de crianças com câncer, os participantes demonstraram que o momento que trouxe mais sofrimento foi na confirmação do diagnóstico por conta do medo do desconhecido, o qual foi uma das primeiras reações manifestadas. Também se destacou reações de choque, desespero, abalo, choro, negação e medo, reações semelhantes ao que Beltrão et al. (2007) observaram em seu estudo. Nas reações referentes a hospitalização, Noia et al. (2015) perceberam nas entrevistas que os familiares manifestavam sentimentos de ansiedade, tristeza, sofrimento por conta dos procedimentos realizados, medo e incerteza devido ao prognóstico.

Anjos, Santo e Carvalho (2015), em sua revisão integrativa, ao analisarem os estudos selecionados, referem aos sentimentos como medo, pânico, pavor, preocupações, insegurança, ansiedade e nervosismo. Os autores mencionam que o diagnóstico e o contato inicial com a doença geram o medo do desconhecido e, muitas vezes, pais trazem sentimento de culpa por essa situação adversa. Em alguns casos, os pais manifestam sintomas de depressão, em que há o predomínio de impotência, desespero e desesperança.

Santos et al. (2018) também trazem questões quanto aos sentimentos manifestados pelos familiares, mais especificamente as mães. Reações de desespero, angústia, aflição, medo, choque e incertezas quando o diagnóstico é confirmado e faz com que a família tenha que encarar peculiaridades que permeiam esse diagnóstico do câncer infantil.

Menezes et al. (2007) trazem, a partir do estudo bibliográfico, sobre as experiências das famílias de crianças com câncer, pesquisas referentes a organização dessas famílias frente ao câncer infantil. Essas pesquisas mostram que o adoecer do filho desperta reações emocionais intensas por parte dos pais, eles demonstram sentimentos de hostilidade, medo e raiva os quais, muitas vezes, são direcionados ao pediatra da criança. Quanto a essas reações, também se queixam de cansaço físico devido ao acompanhamento de consultas e exames do filho.

Quirino (2011) desenvolve sua pesquisa através de um estudo de caso com mães lactantes em que elas relatam suas reações frente ao diagnóstico de câncer do filho. Trazem reações como choque, como mencionado anteriormente, e sentimentos de que a vida perdeu o sentido. Além disso, a família, muitas vezes, demonstra dificuldade em assimilar as informações quando o diagnóstico é feito devido a essas primeiras reações.

Barros (2009) expõe sua pesquisa realizada com mães cujos filhos estão na fase final do tratamento oncológico de maneira que, por meio da entrevista, foi possível analisar os sentimentos mobilizados a partir do primeiro contato com o câncer. Esses sentimentos são mencionados como inesperados, chocantes, contudo, em alguns casos, o sentimento de alívio e esperança foi trazido, pois a partir desse diagnóstico, o estado do filho era passível de tratamento.

Sales et al. (2012) dissertam sobre as vivências e sentimentos frente ao diagnóstico da doença em um estudo com famílias que vivenciam o cuidar de criança com câncer. Os participantes, de maneira semelhante aos estudos mencionados anteriormente, relatam sentimentos de choque, angústias e trazem discursos que citam a morte, visto que imediatamente pensam na possibilidade de perder a criança.

Por fim, esse último estudo desenvolvido por Alves et al (2017) com cuidadores familiares de crianças com câncer, através dos discursos dos participantes, as reações ao receberem o diagnóstico foi permeada por angústias, desespero e incertezas. Além disso, outros participantes também trouxeram sentimentos mais pessimistas referentes a morte e perda da criança.

Na categoria a seguir, desenvolveremos acerca das transformações da família, visto que o diagnóstico do câncer acarreta não só em mudanças na vida da criança, mas também em todo sistema familiar a qual ela está inserida.

Categoria 2: Desafios e transformações da família

Essa categoria apresenta quais foram os desafios e as transformações mais comuns que esse sistema familiar enfrentou. Serão expostas quais as mudanças que os membros tiveram que se adaptar e como o momento do diagnóstico demarca alterações significativas dentro da família.

Amador et al. (2013) expõem, em sua revisão integrativa, que o enfrentamento do diagnóstico e tratamento do câncer infantil demarca uma série de mudanças em diferentes aspectos da vida: o ambiente, as pessoas, relacionamentos. Esse evento repercute na vida daquele cuidador familiar o qual, muitas vezes, renuncia à sua saúde física e mental para cuidar da criança acometida, afetando diretamente na qualidade de vida desse familiar. Além disso, esses autores trazem como outro desafio enfrentado pela família no que diz respeito as alterações financeiras, visto que o tratamento possui muitas despesas e porque, muitas vezes, um dos pais abdica do emprego para cuidar do filho.

Salvagni (2014) traz a questão, a partir dos seus estudos de caso com as famílias, sobre a transformação na relação conjugal dos pais, visto que há uma demanda no que se refere as adaptações que os membros precisam fazer. Esses pais podem se aproximar e se fortalecer devido a união que pode ocorrer para o enfrentamento dessa doença. Contudo, muitas vezes, a relação conjugal é colocada em segundo plano, podendo acontecer um afastamento entre os cônjuges na relação como casal, já que o cuidado do filho passa a ser o foco nesse período e há uma prioridade maior na relação parental.

Além disso, Castro (2010) cita em sua pesquisa com mães de crianças com o diagnóstico de câncer, realizada através de uma entrevista, que elas trazem a questão das transformações na dinâmica familiar, principalmente no que se refere a relação conjugal, como trazido anteriormente por Salvagni

(2014). Relatam a interferência nessa relação em que feridas antigas do casal acabam se manifestando por conta do afastamento de ambos devido ao longo tratamento do filho. Inclusive, uma das mães trouxe a situação do marido ter saído de casa definitivamente, acarretando o término da relação em decorrência desse tratamento.

Por fim, Guimarães e Enumo (2015) abordam no estudo desenvolvido com mães que estão em diferentes fases do tratamento de leucemia do filho as mudanças vivenciadas pela família e citam como o processo do câncer altera a rotina diária tanto do paciente quanto dos familiares. As mães também mencionam as transformações nos relacionamentos com amigos, outros membros da família, acarretando um isolamento e um afastamento do convívio com outras pessoas.

A categoria a seguir abordará acerca dos fatores de proteção os quais, muitas vezes, são oferecidos às famílias que enfrentam o diagnóstico de câncer infantil.

Categoria 3: Fatores de proteção

Essa categoria retrata acerca dos fatores de proteção da família, ou seja, quais elementos que foram fundamentais para oferecer um suporte a essas famílias e auxiliaram no processo de enfrentamento do diagnóstico e tratamento do câncer infantil.

Teles (2005), em sua pesquisa de campo, as mães mencionam a importância da rede de apoio. Apontam a equipe multidisciplinar como um suporte, visto que, muitas vezes, se estabelece um vínculo de confiança e uma postura acolhedora por parte dos profissionais. Além disso, a própria família também se mostrou como um grande pilar de apoio frente a essa doença, o suporte de amigos e até mesmo outras mães que vivenciam experiências semelhantes. Almico e Faro (2014) também referem à questão do apoio social por parte de pessoas próximas e profissionais de saúde, pois auxiliam a amenizar o sofrimento dos cuidadores dessas crianças.

Anjos, Santo e Carvalho (2015) ao abordarem em seu estudo sobre os desafios enfrentados devido ao tratamento de um filho com câncer, ressaltam a importância do apoio entre as famílias, como entre famílias que já estão em fase de manutenção e outras que iniciaram o tratamento há pouco tempo. Essa rede de apoio facilita na superação de obstáculos que permeiam o cotidiano da hospitalização.

Guimarães e Enumo (2015) trazem, em seu estudo com mães que estão em diferentes fases do tratamento de leucemia infantil, a importância de compreender as demandas dessas famílias. Citam o quanto redes de apoio, como comunidades religiosas, e um apoio adequado referente a equipe de profissionais, como também citado por Teles (2005), podem amenizar as dificuldades enfrentadas por esses membros.

Quirino (2011) também menciona em seu estudo com famílias lactantes que estão acompanhando o tratamento oncológico do filho a questão do apoio social e redes sociais as quais são fundamentais para fortalecer a família no enfrentamento da doença do filho. Nesse estudo, umas das fontes de apoio que foi identificada foi a família extensa, como vizinhos e amigos. Outra fonte também se refere a própria instituição de saúde, ao compartilhar as vivências, alegrias e angústias com outras famílias que enfrentam situações semelhantes.

Barros (2009), ao desenvolver sua pesquisa com mães cujos filhos estão na fase final do tratamento oncológico, traz como uma das suas categorias de análise a importância do apoio recebido. A partir das entrevistas, as participantes mencionam suporte dos profissionais tanto no nível técnico para esclarecer acerca da doença, quanto para acolher os sentimentos e necessidades das famílias e citam a relação com as outras mães da instituição, de forma semelhante ao estudo anterior de Quirino (2011). Além disso, referem-se ao apoio familiar, como de avós e tios da criança, e até de pessoas desconhecidas que ofereceram conforto espiritual e financeiro.

Primio et al. (2010), por fim, discutem também em sua pesquisa desenvolvida com familiares que estão inseridos em um contexto de criança com câncer acerca da rede social e vínculos apoiadores dessas famílias. Através das entrevistas, os participantes mencionaram que esses vínculos foram constituídos pelos profissionais de saúde e por amigos que acompanharam todo processo de diagnóstico e tratamento.

A categoria desenvolvida posteriormente abordará sobre as estratégias utilizadas pelas famílias que vivenciam o diagnóstico e tratamento do câncer infantil, as quais auxiliam de maneira significativa todo esse processo de enfrentamento.

Categoria 4: Estratégia de enfrentamento

Essa categoria evidencia as estratégias de enfrentamento utilizadas pelas famílias a partir do diagnóstico do câncer infantil. Trata-se de ações e atitudes tomadas pelos membros que auxiliaram em todo esse processo.

Beltrão et al. (2007) apontam, em sua pesquisa, o esclarecimento como subsídio para o enfrentamento como uma das temáticas extraídas das suas entrevistas. Esse tema refere-se à comunicação entre a família e a equipe da instituição nas informações que são passadas desde o diagnóstico até o tratamento. Algumas mães mencionam que a clareza dessas informações, entendendo de maneira eficaz todo diagnóstico, fizeram com que a crença na cura e a fé se manifestassem de alguma forma.

Alves et al. (2016) desenvolvem, a partir de um estudo com cuidadores familiares, acerca da religiosidade e a espiritualidade como importantes recursos de enfrentamento. A partir dos

depoimentos desses cuidadores, podemos perceber que a fé no poder divino se manifestou como fonte de apoio nesse momento delicado e é considerada um recurso utilizado por esses cuidadores para enfrentar a doença em que se deposita a esperança. Esse estudo mostrou como o cuidador se apega a fé e espiritualidade para conseguir lidar e enfrentar todas as incertezas e desafios frente ao diagnóstico de câncer infantil.

Em um estudo com cuidadores de crianças com câncer, as falas das participantes revelaram também a fé e a religião como um instrumento para enfrentar essa realidade da criança acometida pelo câncer. Elas utilizam desse recurso para buscar força, coragem e esperança para alcançar a cura, mas também buscam um sentido e uma explicação para essa adversidade (ALMICO; FARO, 2014). Teles (2005), em sua pesquisa de campo com mães das crianças com câncer através de entrevistas, também menciona que as mães apontam a fé como um dos pilares em que elas encontraram forças para o enfrentamento dessa situação.

Nascimento et al. (2005), em sua revisão de literatura, teve como uma das suas temáticas as estratégias utilizadas pelos pais diante da doença, mencionou um estudo realizado com a família que teve uma criança a qual foi recentemente diagnosticada com câncer. A partir disso, foi possível identificar estratégias como manejar o fluxo de informações, reorganização de papéis, avaliar prioridades, dar significado a doença, mudar a orientação futura e manejar o protocolo terapêutico.

Uma outra estratégia de enfrentamento eficaz, de acordo com Santos et al. (2018), é intensificar as relações afetivas familiares visto que traz conforto, alivia os sofrimentos que a doença traz. O fortalecimento dessas relações auxilia os familiares a perceberem a capacidade que possuem para o enfrentar e superar todos os obstáculos que permeiam o câncer.

Kohlsdorf (2008) também aponta, em sua pesquisa de campo, que os cuidadores familiares manifestaram nas entrevistas além de estratégias de enfrentamento voltadas para a espiritualidade, mencionaram estratégias com o foco em emoções, como voltadas para o autocontrole, evitação da expressão de sentimentos e sentimentos de negação.

Amador (2011) menciona, em seu estudo com cuidadores familiares, que eles mostram nos discursos o esforço para se adaptar à nova realidade, a fim de amenizar essa situação adversa. A partir disso, o autor traz também a questão da fé e religiosidade, como os autores anteriores, mas menciona a construção da resiliência. A resiliência se manifesta no discurso dos cuidadores quando revelam ter encontrado uma força em si mesmos em meio a todas essas adversidades. Dessa forma, a resiliência surge como uma estratégia de enfrentamento que auxilia na adaptação e superação de eventos como o diagnóstico e tratamento de câncer infantil.

Finalmente, Quirino (2011) traz, em seu estudo de caso com famílias lactantes que estão em acompanhamento oncológico dos filhos, que a religião trouxe fortalecimento a essas famílias, como

trazido anteriormente por alguns autores. A partir dos relatos das entrevistas nessa pesquisa, percebemos que esse processo de adoecimento do filho fez com que as mães se apegassem a forças espirituais para suportar a realidade. Além disso, em meio a sentimentos de angústia, a fé trouxe conforto a essas famílias e sustentou um sentimento de esperança e de certeza de cura dos filhos, fortalecendo ainda mais esse processo de enfrentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O adoecimento da criança a partir do diagnóstico de leucemia infantil, traz mudanças que permeiam a família como um todo. São necessárias adaptações no que se refere ao papel dos membros, toda rotina, momentos intensos de hospitalização. Essas vivências acarretam consequências significativas para a criança e toda sua família. Dessa maneira, a resiliência familiar, considerando a família como uma unidade, se insere na forma com que esta enfrenta as adversidades, como se estabelece a comunicação, organização e crenças frente ao diagnóstico. A partir disso, questionou-se na presente pesquisa como se caracteriza o processo de resiliência familiar frente a esse evento adverso. Tivemos como objetivo geral compreender o processo de resiliência da família frente ao diagnóstico e tratamento da leucemia infantil.

Metodologicamente, a pesquisa foi desenvolvida a partir da revisão integrativa em que elencamos categorias de análise relacionadas ao processo de resiliência da família. Percebemos que o processo de diagnóstico e tratamento do câncer infantil desperta reações, principalmente, atrelada ao medo, desespero, angústias, inseguranças, justamente pelo estigma que a doença traz, o qual relaciona-se com a morte. Além disso, a família, ao se deparar com o diagnóstico de câncer, passa a enfrentar diversos desafios e transformações, dos quais podemos destacar as mudanças da rotina, que exigem uma adaptação da família frente a isso. Identificamos os fatores de proteção, dos quais destacam-se a relação com a equipe multidisciplinar, que é considerada uma fonte de apoio, e a relação com a família extensa, como amigos e outros membros da família. Quanto aos mecanismos de enfrentamentos ressaltam-se, de maneira significativa, o uso da fé e instrumentos relacionados à religião como fonte de suporte, conforto e esperança.

Dessa forma, percebe-se que os objetivos referentes à essa revisão integrativa foram atingidos, visto que a resiliência da família foi compreendida a partir dessas dimensões analisadas. Importante destacar que a resiliência da família se relaciona com a maneira que a família reage frente ao diagnóstico e como se estrutura posteriormente, que foram justamente as categorias analisadas na revisão integrativa.

Concluimos que, a resiliência familiar mostra-se como um processo fundamental para o enfrentamento do câncer infantil. Seus elementos possibilitam uma adaptação, no que diz respeito à reorganização de papéis e na rotina da família de maneira eficiente, além de possibilitar que esse sistema supere a situação de crise que é esse diagnóstico e todo processo de tratamento do câncer infantil, desenvolvendo recursos de enfrentamento os quais também podem ser utilizados futuramente em outras situações adversas.

Dessa maneira, nota-se a importância da temática resiliência familiar e câncer infantil. Contudo, por ser uma temática pouco abordada, são escassas as pesquisas referentes à resiliência frente ao câncer infantil, o que ressalta a necessidade de investimento de pesquisas na área, visto que o câncer acomete milhares de crianças ao longo dos anos e a família é fundamental em todo esse processo. Com isso, sugerimos, além da continuação de pesquisas voltadas a essa temática, estudos com outras configurações familiares e com famílias que estejam em outras fases de tratamento do câncer infantil. Além disso, proponho a realização de pesquisas juntamente a criança para se compreender o impacto da relação entre os pais e o filho após o diagnóstico. Sendo assim, além do enfoque à criança, é importante que a família esteja amparada e as pesquisas são capazes de desenvolver estratégias que auxiliem todo o sistema familiar nesse momento.

REFERÊNCIAS

ABC do câncer: abordagens básicas para o controle do câncer / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva; organização Mario Jorge Sobreira da Silva. – 5. ed. **Revista atualizada ampliada** – Rio de Janeiro: Inca, 2019.

ALMICO, Thatianne; FARO, André. Enfrentamento de cuidadores de crianças com câncer em processo de quimioterapia. **Psicologia, Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 15, n. 3, p. 723-737, dez. 2014. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862014000300013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 10 nov. 2020.

ALVES, Dailon de Araujo et al. Cuidador De Criança Com Câncer: Religiosidade E Espiritualidade Como Mecanismos De Enfrentamento. **Revista Cuidarte**, Bucaramanga, v. 7, n. 2, p. 1318-1324, Dez. 2016. Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2216-09732016000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 Nov. 2020.

ALVES, Daniela Fernanda dos Santos; GUIRARDELLO, Edinêis de Brito; KURASHIMA, Andréa Yamaguchi. Estresse relacionado ao cuidado: o impacto do câncer infantil na vida dos pais. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 1, p. 356-362, Fev. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692013000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 Nov. 2020.

AMADOR, Daniela Doulavince. **Câncer infantil: a realidade vivenciada na percepção do cuidador familiar**. 2011. Dissertação (Mestrado em Políticas e Práticas em Saúde e Enfermagem) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

ANJOS, Cristineide dos; SANTO, Fátima Helena do Espírito; CARVALHO, Elvira Maria Martins Siqueira de. O câncer infantil no âmbito familiar: revisão integrativa. **Revista Mineira de Enfermagem**. v. 19, n. 1, p. 227-233, 2015. Disponível em: <<http://www.dx.doi.org/10.5935/1415-2762.20150018>>.

BARROS, Michel Arantes. **Câncer infantil: Fé e enfrentamento de mães**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009.

BARROS, Sibelle Maria Martins de; ANDRADE, Maria Angélica Carvalho; SIQUEIRA, Flávia Alves Aguiar. Cuidar de um familiar com câncer: contribuições da terapia familiar sistêmica. **Pensando famílias**. Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 96-110, dez. 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000200008&lng=pt&nrm=iso>.

BELTRAO, Marcela Rosa L. R. et al. Câncer infantil: percepções maternas e estratégias de enfrentamento frente ao diagnóstico. **Jornal de Pediatria**, Porto Alegre, v. 83, n. 6, p. 562-566, Dez. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572007000800014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 Nov. 2020.

CARDOSO, Flávia Tanes. Câncer infantil: aspectos emocionais e atuação do psicólogo. **Revista da SBPH**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 25-52, jun. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582007000100004&lng=pt&nrm=iso>.

CASTRO, Ewerton Helder Bentes de. A experiência do câncer infantil: repercussões familiares, pessoais e sociais. **Rev. Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 10, n. 3, p. 971-994, set. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000300013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 09 nov. 2020.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira; BERTHOUD, Cristiane Mercadante Esper. **Visitando a família ao longo do ciclo vital: Visitando a fase última**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p.129-160.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira; BERTHOUD, Cristiane Mercadante Esper. **Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa**. 2. ed. São Paulo: 2010

CHIATTONE, Heloisa Benevides Carvalho. A criança e a morte. In: ANGERAMI-CAMOM, Valdemar Augusto (Org.) **E a psicologia entrou no hospital...** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001. p. 69-102.

DIAS, Maria Olívia. Um olhar sobre a família na perspectiva sistêmica – O processo de comunicação no sistema familiar. **Gestão e Desenvolvimento**. N.º 19, p. 139-156, 2011. Disponível em <http://z3950.crb.ucp.pt/biblioteca/gestaodesenv/gd19/gestaodesenvolvimento19_139.pdf>

FACHEL, Jandyra M. G.; CAMEY, Suzi. Avaliação psicométrica: a qualidade das medidas e o entendimento dos dados. In: CUNHA, Jurema Alcides. **Psicodiagnóstico V**. São Paulo: Artmed, 2000. p. 158-170.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARAES, Claudiane Aparecida; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Impacto familiar nas diferentes fases da leucemia infantil. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 66-78, dez. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872015000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 09 Nov. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. INCA. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/o-que-e-cancer> Acesso em: 23 set 2019.

KOHLSDORF, Marina. **Análise das estratégias de enfrentamento adotadas por pais de crianças e adolescentes em tratamento de leucemias**. 2008. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MELLO, Debora F. de. et al. Genograma e ecomapa: possibilidades de utilização na estratégia de saúde da família. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**. São Paulo, v. 15, n. 1, p. 79-89, Abril, 2005.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVAO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, Dez. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 Ago. 2020.

MENEZES, Catarina Nívea Bezerra et al. Câncer infantil: organização familiar e doença. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 191-210, Mar. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 Abr. 2020.

MOREIRA, Patrícia Luciana; ANGELO, Margareth. Tornar-se mãe de criança com câncer: construindo a parentalidade. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 3, p. 355-361, Jun. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692008000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 Sept. 2020.

NASCIMENTO, Lucila Castanheira et al. Crianças com câncer e suas famílias. **Revista da Escola da Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 469-474, Dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342005000400014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 Nov. 2020.

NOIA, Tainan de Cerqueira et al. Enfrentamento do diagnóstico e hospitalização do filho com câncer infantiljuvenil. **Investigación y Educación en Enfermería**, Medellín, v. 33, n. 3, p. 465-472, Dez. 2015. Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-53072015000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 Nov. 2020.

ORTEGA, Antonio Carlos. O Desenho da Família como técnica objetiva de investigação psicológica. **Arq. Bras. Psic**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 33, p. 73-81.

PRIMIO, Aline Oliveira Di et al. Rede social e vínculos apoiadores das famílias de crianças com câncer. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 334-342, Jun 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072010000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 Nov. 2020.

QUIRINO, Daniela Dias. **Cotidiano da família no enfrentamento do câncer infantil**. 2011. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry (org.). **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SALES, Catarina Aparecida et al. O impacto do diagnóstico do câncer infantil no ambiente familiar e o cuidado recebido. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 14, n. 4, p. 841-849, Out/Dez, 2012.

SALVAGNI, Adelise. **Implicações do câncer infantil na dinâmica familiar**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) – Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2014.

SANTOS, Amanda Figueiredo dos et al. Vivências de mães com crianças internadas com diagnóstico de câncer. **Enfermería Actual de Costa Rica**, San José, n. 34, p. 38-52, Jun 2018. Disponível em <http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-45682018000100038&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 Nov. 2020.

SOUZA, Marilza Terezinha Soares de. **Resiliência na terapia familiar: construindo, compartilhando e resignificando experiências**. 2003. 278 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

SOUZA, Marilza Terezinha Soares de; CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. Resiliência psicológica: revisão da literatura e análise da produção científica. **Interam. j. psychol.**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 115-122, abr. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902006000100013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 mar. 2020.

TABOADA, Nina G.; LEGAL, Eduardo J.; MACHADO, Nivaldo. Resiliência: em busca de um conceito. **Rev. bras. crescimento desenvolvimento humano**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 104-113, dez. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822006000300012&lng=pt&nrm=iso>.

TELES, Shirley Santos. **Câncer infantil e resiliência: investigação fenomenológica dos mecanismos de proteção na díade mãe-criança**. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

WALSH, Froma. **Fortalecendo a resiliência familiar**. São Paulo: Roca, 2005.

21 - SENTIMENTOS VIVENCIADOS PELO INDIVÍDUO NO PROCESSO DE LUTO PELA PERDA DE UM ENTE QUERIDO

Isabele Soares Ferreira

Débora Inácia Ribeiro

INTRODUÇÃO

Ao longo de sua existência, o indivíduo passa por diversas perdas, sendo: físicas, emocionais e materiais, e ainda sim, a vivência do luto está mais associada à morte, pois ela é imposta de forma irreparável, sendo impossível modificá-la.

Pode-se definir “morte” de diferentes formas, algumas delas, de acordo com Ceccon (2017) são: término de algo, término da vida ou finitude, pode ocorrer por homicídio ou suicídio, doença, acidente, velhice, entre outros. Morte é descrita como “cessação completa da vida, da existência” (DICIO, 2020), e mesmo sabendo que ela é inevitável, falar sobre é constantemente evitado, pois trata-se de um assunto que gera angústia.

Assim como a morte, luto também possui várias definições. Freud (1917/2010, *apud* SANTIAGO, 2017), foi o primeiro dentro do campo psicológico a caracterizar o luto e o definiu como um rompimento ou perda significativa entre o ser e seu objeto, não sendo apenas a morte de um ente querido, mas tudo que se estabeleceu uma relação afetiva, considerou o fenômeno como natural, que faz parte da vida do ser humano.

Visto que o indivíduo atribui um sentido à sua existência com base no que se é e no que se pode ser na relação com o outro, o objetivo geral desta pesquisa foi investigar, a partir da literatura científica publicada nas bases de dados SciELO e LILACS nos últimos 20 anos, de que forma ele lida com seus sentimentos no decorrer do processo de luto diante da perda de um ente querido. Estabeleceu-se como objetivos específicos: identificar e analisar os sentimentos e o sentido da vida do enlutado; compreender o luto pela perda de um ente querido; verificar as possibilidades de ressignificação de mundo após a experiência do luto na perspectiva da Psicologia clínica Humanista-Existencial.

O homem está sempre em busca de relações que deem sentido a sua existência, que o faça sentir-se completo e permita que ele se expresse verdadeiramente. Para isso, é necessário que se construa uma relação de um ser para outro ser, onde ambos atribuem significados à tal relação. Esta pesquisa justifica-se à medida que identifica as experiências dolorosas vivenciadas pelo indivíduo quando a relação de convívio com o outro é rompida, fazendo-o perder a noção de sentido da própria vida. Para Ceccon (2017), apesar do grande sofrimento e das dificuldades, o luto deve ser vivido com

intensidade, pois, dessa forma, o enlutado poderá identificar seus sentimentos e expressar sua dor, conseguindo elaborar o luto.

Nas próximas seções serão apresentadas uma breve contextualização teórica sobre os temas: Morte; Medo da Morte e Desejo pela Imortalidade; Perdas e Vivência do luto; e Ressignificação da Existência. Posteriormente, apresenta-se o método da pesquisa e os resultados alcançados e discutidos na perspectiva da Psicologia Humanista-Existencial.

REVISÃO DA LITERATURA

Definição de morte

“A morte no passado era vista como processo natural e era encarada, percebida e/ou vivenciada como um episódio comum à vida” (SANTIAGO, 2017, p. 22). Atualmente, o homem passou a ter diferentes atitudes diante da morte e atribuiu um novo sentido para tal, passando a encará-la como uma situação difícil de lidar.

Alguns autores identificaram em seus estudos que desde a idade média até a contemporaneidade os indivíduos tiveram diferentes atitudes ao passar pela experiência da morte, sendo denominadas por Ariès (2003, *apud* FREITAS, 2013) como morte domada e morte interdita. Algumas atitudes indicam a maneira do indivíduo compreender e vivenciar o luto, explica Freitas (2013). Na experiência da morte domada, a autora ressalta que o indivíduo não encarava a morte com sentimento de desespero, mas a compreendia e estava consciente de sua proximidade, já na morte interdita, a morte teria se transformado em tabu, onde os familiares escondiam do doente seu verdadeiro estado de saúde.

Em sua obra “Sobre a Morte e o Morrer”, Elisabeth Kübler-Ross (1969), aborda as atitudes diante da morte e o morrer, considera que o homem possui dificuldades de enfrentar a morte, principalmente quando se trata dele mesmo, relata ser “[...] inconcebível para o inconsciente imaginar um fim real para nossa vida na terra” (KÜBLER-ROSS, 1969, p. 10).

Ao receber a notícia da morte de alguém próximo o indivíduo passa por um “[...] processo de desorganização e esvaziamento do sentido das coisas” (CECCON, 2017, p. 887). Falar sobre a morte implica lidar com sentimento de tristeza, pois o indivíduo passa a ter consciência da própria finitude e passa a despertar o medo pelo desconhecido.

Breve descrição a respeito do medo da morte e o desejo pela imortalidade

Maria Júlia Kovács, em “Morte e Desenvolvimento Humano” (1992), apresenta algumas reflexões a respeito do tema “morte” no decorrer da existência humana. Compreende ser um fato

marcante, considerando que se trata de um assunto e acontecimento presentes durante toda existência do homem, desenvolvendo, dessa forma, o medo da morte.

“O medo da morte pode estar ligado à morte concreta, à finitude, à extinção e aos seus equivalentes, como o medo do abandono, da vingança e de outras forças destrutivas” (KOVÁCS, 1992, p. 23).

O homem diante desse medo, “[...] tenta driblar esse saber, essa consciência e age como se fosse imortal” (KOVÁCS, 1992, p. 24) e, segundo a autora, esse é o grande desejo do ser humano, ser imortal. “O homem é determinado pela consciência objetiva de sua mortalidade e por uma subjetividade que busca a imortalidade. A crença na imortalidade sempre acompanhou o homem” (KOVÁCS, 1992, p. 28).

Diante desse desejo do homem pela imortalidade, encontramos nos estudos realizados por Unamuno, filósofo espanhol existencialista, que o homem deseja um “[...] clamor por vida... querer viver, e, se possível, viver para sempre. Unamuno chama este sentimento de “fome de imortalidade”, “sede de eternidade” ou, simplesmente, “não querer morrer” (GUTIÉRREZ, s/d; s/p).

Inicialmente, nos estudos de Unamuno, são apresentados sua concepção de homem, considerando-o como sendo o “[...] centro, mas não o homem abstrato, e sim, o homem de carne e osso, um homem que nasce; que sofre e morre. Sobretudo que morre. Que joga; que pensa; que sente e que ama” (SANTOS, 2015, p. 24).

O desejo de Unamuno de não morrer é acompanhado de uma angústia, assim, a “[...] única e eficaz arma capaz de combater a morte é o amor, pois o amor é a chave para que vivamos bem... quando amamos... tudo que vemos contemplamos beleza” (ARCANJO DOS SANTOS, 2009, p. 62 *apud* SANTOS, 2015, p. 37). E conforme destaca Gutiérrez (s/d), quando amamos outra pessoa queremos nos eternizar nela.

“Por conseguinte, é no amor onde encontramos a esperança, a força e alegria. Pois, por meio do amor é que sabemos que a vida não termina com a morte, mas transcende a própria existência do homem”. (SANTOS, 2015, p. 37).

Santos (2015) afirma que o homem precisa de um encontro íntimo consigo mesmo, precisa despir-se da angústia pregada em seu interior e, a partir desse encontro, consegue adotar uma visão mais ampla e racional de suas capacidades, pois, se amando, consegue ir ao encontro do outro, se eternizando nele e dedicando todo seu amor.

Diante disso, compreende-se, como destaca Kovács (1992), que:

O medo da morte tem um lado vital, que nos protege, permite que continuemos nossas obras, nos salva de riscos destrutivos e autodestrutivos. Esse mesmo medo pode ser mortal, na medida em que se torna tão potente e restritivo que, simplesmente, a pessoa deixa de viver para não morrer, mas, se observarmos mais

atentamente teremos um morto diante de nós que se esqueceu de morrer (KOVÁCS, 1992, p. 26).

Com o pensamento de Unamuno, como descrito por Santos (2015), podemos perceber que o homem se constrói e reconstrói nas relações, tornando-se mais forte e consciente, mais disposto a amar e a se eternizar no amor do outro.

O homem consegue encontrar no amor “[...] um sentimento capaz de ultrapassar as barreiras humanas” (SANTOS, 2015, p. 82) e, completa Kovács (1992), deve enfrentar as questões que lhe assombram e, a forma que decidirá tal questão dependerá “[...] em parte de sua história de vida, das características de sua personalidade, mas também de seu esforço pessoal... o homem é responsável pela sua vida e pela sua morte” (KOVÁCS, 1992, p. 26).

As perdas e a vivência do luto

Perder um ente querido para a morte impacta na vivência de cada indivíduo que passa a ter que lidar com seu sofrimento e dor irreparáveis. Caracteriza-se o luto como uma “vivência experienciada após uma situação de perda significativa” (FREITAS, 2013, p. 99).

Para Bromberg (1996, *apud* SANTOS *et al.*, 2017), a existência do luto se dá pela existência de um vínculo que se tenha rompido, geralmente, pela perda de uma pessoa amada.

Azevedo e Pereira (2013), consideram importante ressaltar que a vivência do luto não deve ser considerada patologia, ela ocorre de maneira singular e não devem ser impostas maneiras para o enlutado reagir frente a perda do ente querido.

Ao vivenciar a experiência de luto o indivíduo demonstra algumas reações, que segundo Worden (1998 *apud* AZEVEDO; PEREIRA, 2013), podem ser: afetivas, comportamentais, cognitivas e somáticas.

As afetivas são: tristeza, depressão, ansiedade, culpa, raiva e hostilidade, falta de prazer, solidão, perda de propósito de vida, desconfiança das pessoas, auto reprovação. As reações comportamentais são: agitação, fadiga, choro constante, afastamento das funções sociais, atitudes em relação ao morto como procura e imitação, aumento do uso dos psicotrópicos. As reações cognitivas são: lentidão do pensamento e da concentração. As reações somáticas são: distúrbios de alimentação e do sono, perda de energia, queixas somáticas similares às do morto e suscetibilidade a doenças (WORDEN, 1998 *apud* AZEVEDO; PEREIRA, 2013, p. 60).

Algumas pessoas podem sofrer complicações ao passar pelo processo de luto, segundo Parkes (1998 *apud* AZEVEDO; PEREIRA, 2013), e elas podem ocorrer em três ordens: Luto Crônico, caracterizado como tensão, inquietação e insônia, neste caso o indivíduo pode identificar-se com a pessoa morta; Luto Inibido, ocorre quando não existe reações ao luto ou estas estão diminuídas; e

Luto Adiado, acontece quando as atitudes esperadas frente a perda podem ser observadas posteriormente por eventos que não deveriam emitir certas manifestações.

Bowlby (1985 *apud* AZEVEDO; PEREIRA, 2013) aponta quatro fases do luto: Fase de choque, possui duração de horas a semanas, o indivíduo pode manifestar sentimentos de raiva e desespero. Fase de desejo, ocorre a busca da figura perdida e pode durar meses ou anos. Fase de desorganização e desespero, há uma fantasia a respeito de tudo que aconteceu, o indivíduo desacredita dos fatos, mas contraditoriamente acredita que há uma possibilidade de reencontrar a pessoa perdida, projeta o sentimento de raiva nas pessoas que estão ao seu redor. E, por fim, a fase de alguma organização, momento que o indivíduo aceita a perda e direciona seu caminho a uma nova fase.

No que se refere ao tempo de duração do processo de luto, este varia segundo a opinião dos autores, pois deve-se compreender o indivíduo em sua totalidade, levando em consideração suas experiências.

Luto e a ressignificação da existência

Fazendo referência ao pensamento de Miguel de Unamuno, sobre o amor diante de uma relação Eu-Tu, é que iremos compreender a dor do luto de quem perde um ente querido e, dessa forma, identificar quais caminhos para a ressignificação da existência diante de tal vivência.

Para Santos (2015), só nos reconhecemos pessoas na medida em que há uma relação com outra pessoa, em que há uma troca de energia, de prazer, de gostos. O homem aqui é compreendido como um ser sociável, que está sempre em busca de relações. O autor afirma que mesmo relacionando-se com outras pessoas, ainda prevalece um sentimento de falta, fazendo-o exigir mais de tal relação, sendo assim, ele tende a buscar um Outro, para que seja possível ambos eternizarem-se em si.

“O que devemos compreender que, é no outro e com o outro que me fortaleço, que construo aquilo que em mim estava em falta” (SANTOS, 2015, p. 63) e completa “[...] o Outro sem sombra de dúvidas é de extrema importância para nós, pois é no outro e com o outro que nos fazemos pessoas e nos reconhecemos como seres amados, e criados para amar” (SANTOS, 2015, p. 64).

Podemos perceber que o homem, em sua relação, é entrega, partilha, cuidado, felicidade, plenitude e assim, como destaca Santos (2015), conseguimos compreender o sentido do amor em Unamuno, quando diz que o amor é o sentimento mais trágico da vida, pois, exige que o homem sofra para alcançar tal sentimento.

Diante dessa relação construída pelo homem, encontramos um caminho para compreendermos a forma como o indivíduo passará pelo processo de luto. Na perspectiva da psicologia

fenomenológica, devemos observar, primeiramente, o sentido da relação entre Eu-Tu, explica Freitas (2013).

“A primeira condição para a experiência do luto é a ruptura mesma vivida do ser-com, do partilhar uma espacialidade e temporalidade específicas” (FREITAS *et al.*, 2015, p. 17-18 *apud* FREITAS, 2018, p. 51).

A relação eu-tu, como aponta Freitas (2013), se faz reveladora no sentido que é capaz de transcender a forma própria de ser “eu” conforme compartilho das experiências com o “tu”. Tal relação nos permite sermos nós mesmos, nos permite expressarmos nossos sentimentos mais íntimos sem medo e nos fortalece a medida em que vai sendo construída. Quando perdemos a outra parte da relação perdemos nossas possibilidades próprias de ser dentro daquele espaço de relação, bem como um imenso mundo de “[...] significações e vivências” (FREITAS, 2013, p. 103). O luto, portanto, exige de nós uma nova forma de ser-no-mundo.

Quando nos deparamos com a ausência do outro em nosso mundo sentimos que:

Não é apenas o outro que desaparece com sua história. É uma vida comum que se interrompe, morremos “nós”, em largo sentido – eu e o outro. Com ele desaparecemos nós, nossa história conjunta, um modo específico de se expressar naquela relação, uma possibilidade de abertura de percepção de mundo, possibilidades de vivenciar um papel social, uma emoção, uma tarefa cotidiana. Ele morre em sua corporeidade, eu em minhas possibilidades de ser com ele, o “nós” enquanto temporalidade compartilhada (FREITAS *et al.*, 2015, p. 17-18 *apud* FREITAS, 2018, p. 51-52).

“O que falta ao enlutado, mais do que o “tu”, é um modo usual, habitual de ser “eu”, um modo de ser-no-mundo, uma infinidade de significações próprias e inerentes a um campo relacional” (FREITAS, 2013, p. 103).

O outro “[...] será uma presença-ausente no mundo do enlutado” (FREITAS, 2013, p. 103) quando este, nas tardes após o trabalho, passar um café fresco e não ter com quem sentar-se à mesa e partilhar dos acontecimentos diários. Merleau-Ponty (1994, *apud* FREITAS, 2013, p. 103) traduz o sentimento do enlutado como “[...] uma dor que não tem nome e que não pode ser descrita objetivamente”.

As experiências vivenciadas na relação eu-tu continuam se apresentando após a morte do tu, porém, como aponta Freitas (2013), faz-se necessário que essa relação seja vivenciada de forma diferente, atribuindo novos sentidos, é necessário portanto, que sejam ressignificadas.

Na perspectiva da psicologia Humanista-Existencial, o luto que o indivíduo vivencia não se encerra ou é superado, segundo Freitas (2013), pois trata-se do rompimento de um vínculo que jamais será possível ser vivenciado novamente, visto que o outro está morto.

Ao indivíduo não será mais possível retornar à vida que se vivia antes do rompimento do vínculo, mas será possível “[...] a *incorporação* deste evento na vida do enlutado, de tal modo que possa seguir a vida adiante com uma conexão contínua, porém nova, com o ente perdido” (FREITAS, 2013, p. 103-104).

O que se apresenta ao indivíduo portanto, não se trata de um esvaziamento do mundo, mas sim de um novo mundo, com uma nova forma de vivenciar a presença do outro na sua existência, explica Freitas (2013).

MÉTODO

Este estudo é classificado como exploratório, favorece o esclarecimento e desenvolvimento de ideias e conceitos; de caráter bibliográfico, pois se desenvolveu tendo como base materiais já produzidos por outros autores a respeito do mesmo assunto, assim explica Gil (2002); e teve como método a Revisão Integrativa, que “[...] proporciona a síntese do conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática” (SOUZA *et al.*, 2010, p.102).

A Revisão Integrativa foi elaborada a partir das seguintes fases: Elaboração da pergunta norteadora; Amostragem ou busca na literatura; Coleta de dados; Análise crítica dos estudos incluídos; Discussão dos resultados; e Apresentação da Revisão Integrativa. Os dados foram coletados entre junho e julho de 2020, nos portais eletrônicos SciELO (Scientific Electronic Library Online) e LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde). Os descritores utilizados foram: luto, perda, ente querido. Como critério de inclusão foram considerados os artigos publicados em português, completos e disponíveis para impressão, publicados nos últimos vinte anos (2000 – 2020), que apresentavam o tema relacionado ao tema do presente estudo e artigos que abordavam o tema sob a perspectiva da Psicologia Humanista-Existencial. Foram excluídos os artigos duplicados, que estavam fora do período estabelecido e incompletos, em outro idioma, artigos que abordavam o tema sob outras abordagens da psicologia que não a Humanista-Existencial e artigos que não tinham relação com o tema deste estudo.

Inicialmente foram encontrados 389 artigos nos portais eletrônicos; realizou-se a leitura dos títulos, resumos e objetivos, a fim de compreender se estes atendiam os critérios de inclusão e exclusão. Nos casos em que a leitura do título, resumo e objetivos não foram suficientes para selecioná-los, foi realizada a leitura na íntegra. Após aplicados os critérios de inclusão e exclusão, 16 artigos foram selecionados para a leitura na íntegra. Após a leitura, 10 artigos foram selecionados para análise.

A análise das informações coletadas foi realizada de forma qualitativa, a qual depende da “[...] natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação” (GIL, 2002, p. 133). Botelho *et al.* (2011) indicam que a análise deve ser realizada de acordo com categorias estabelecidas pelo pesquisador, para a presente pesquisa definiu-se as seguintes categorias: organização das informações dos artigos selecionados tendo como critério título, ano de publicação, resumo, autor (es), revista e base de dados; caracterização dos artigos de acordo com as bases de dados, periódicos indexados e ano de publicação; leitura na íntegra dos artigos e avaliação crítica, tendo como caráter qualitativo e organizados em narrativas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a execução desta pesquisa foi necessário a busca por estudos já publicados nas bases de dados e a realização de uma análise profunda dos conteúdos, tornando possível a seleção de materiais que se articulassem com o tema da pesquisa e com o objetivo de responder à pergunta norteadora: Como o indivíduo lida com seus sentimentos no decorrer do processo de luto diante da perda de um ente querido?

A ilustração dos resultados ocorreu através dos aspectos formais e da análise dos conteúdos, nos quais foram apresentados, respectivamente, em quadros, caracterizados de acordo com a base de dados, periódicos indexados e ano de publicação. Na análise qualitativa os artigos são apresentados no formato de narrativas e articulados com os conceitos encontrados na pesquisa.

Aspectos formais

Os aspectos formais constituem-se das informações relevantes destacadas nos artigos, elas foram organizadas em quadros e tiveram como critério: título, ano de publicação, resumo, autor (es), revista e base de dados.

Quadro 1 – Artigo 01

Artigo 01	
Título	A clínica do luto e seus critérios diagnósticos: possíveis contribuições de Tatossian
Ano de publicação	2019
Resumo	Tendo por fundamento a obra de Arthur Tatossian e uma perspectiva fenomenológica do luto, o objetivo deste estudo é problematizar a clínica do luto em seu entrelaçamento com a compreensão diagnóstica. Apresenta-se a concepção de que o luto é vivido como um fenômeno intersubjetivo e como experiência de perda de um mundo partilhado que se rompe com a morte. Ao se perder um ente querido, perdem-se também uma perspectiva e uma possibilidade existencial, cabendo ao enlutado a ressignificação de seu existir, e não o retorno a uma vida anterior.
Autor (es)	MICHEL, L. H. F.; FREITAS, J. L.
Revista	Psicologia USP
Base de dados	LILACS

(FONTE: DADOS DA PESQUISA, 2020)

Quadro 2 – Artigo 02

Artigo 02	
Título	Estratégias de enfrentamento no luto
Ano de publicação	2016
Resumo	Nossa sociedade atual tem estabelecido culturalmente mecanismos implícitos de negação da morte, tornando-a um tema interdito. Como consequência, o luto passou a ser um processo mais complexo e que em alguns casos desdobra-se, tornando-se um problema de saúde. Nestes casos o luto ganha o nome de “luto complicado”. Em sua atividade profissional, médicos, enfermeiros, psicólogos e outros trabalhadores da saúde, lidam diretamente com a morte e com pessoas em situação de luto, mas nem sempre se vêm adequadamente preparados para atuarem nesta situação.
Autor (es)	GONÇALVES, P. C.; BITTAR, C. M. L.
Revista	Mudanças - Psicologia da Saúde
Base de dados	LILACS

(FONTE: DADOS DA PESQUISA, 2020)

Quadro 3 – Artigo 03

Artigo 03	
Título	A Árvore: a difícil elaboração do processo de luto
Ano de publicação	2012
Resumo	Baseado no filme “A Árvore”, trata de um drama sobre perdas, luto e recomeços. É possível identificar como as pessoas lidam com seus sentimentos quando se deparam com a perda de um ente querido, tornando-se necessário o amadurecimento dos membros da família e o direcionamento para um novo modo de enxergar vida.
Autor (es)	ALVES, E. G. R.
Revista	O Mundo da Saúde
Base de dados	LILACS

(FONTE: DADOS DA PESQUISA, 2020)

Quadro 4 – Artigo 04

Artigo 04	
Título	Perdas e danos: reflexões sobre as emoções estéticas do homem moderno através da fenomenologia, existencialismo e imaginário
Ano de publicação	2008
Resumo	Aborda-se o olhar do autor diante das sensações e percepções de sua esposa, após a mesma ter perdido a avó. Discute-se sobre a memória, sentimentos, imagens e a felicidade que são resgatadas a partir de uma caixa com pertences da avó. Reflete-se sobre a forma como nos identificamos com a matéria e como procuramos diante da perda de um ente querido buscar um sentido para a nossa existência.
Autor (es)	BRUSSIO, J. C.
Revista	Estudos e Pesquisa em Psicologia
Base de dados	LILACS

(FONTE: DADOS DA PESQUISA, 2020)

Quadro 5 – Artigo 05

Artigo 05	
Título	Facebook: um novo <i>locus</i> para a manifestação de uma perda significativa
Ano de publicação	2014
Resumo	Com a frequência do compartilhamento do luto na internet, os objetivos deste estudo foram explorar a utilização da rede social Facebook pelos enlutados devido à morte de um ente querido, a forma como eles expressam seus sentimentos e analisar o compartilhamento de conteúdos no perfil do falecido. A rede social impulsiona a manifestação de sentimentos retraídos e permitem a interação social de temas considerados difíceis de se lidar.
Autor (es)	BOUSSO, R. S. <i>et al.</i>
Revista	Psicologia USP
Base de dados	LILACS

(FONTE: DADOS DA PESQUISA, 2020)

Quadro 6 – Artigo 06

Artigo 06	
Título	Procedimentos para lidar com o tabu da morte
Ano de publicação	2013
Resumo	A morte, por mais estudada que seja, continua sendo um mistério. Lidar com ela não é algo nada fácil e por essa razão ela assusta tanto. Todos os medos do ser humano estão, no fundo, relacionados com o da morte. Tudo isso por ela ser um mistério do qual pouco ou nada sabemos, embora seja natural. À vista disso, as religiões dão a este tema o seu principal enfoque. Assim sendo, o presente artigo procura tratar o tabu da morte, refletindo temas relacionados a ele. Temas que estão presentes na vida das pessoas, sobretudo quando passam pela experiência da perda de alguém significativo.
Autor (es)	PEREIRA, J. C.
Revista	Ciência & Saúde Coletiva
Base de dados	LILACS

(FONTE: DADOS DA PESQUISA, 2020)

Quadro 7 – Artigo 07

Artigo 07	
Título	Luto, <i>pathos</i> e clínica: uma leitura fenomenológica
Ano de publicação	2018
Resumo	A compreensão sobre o luto sofreu profundas modificações em seus aspectos teóricos e práticos. A psicologia fenomenológico-existencial estuda os fenômenos como vivências no mundo, contribuindo com a reflexão sobre o caráter vivencial e pathico do enlutamento. Este estudo objetiva apresentar o luto nessa perspectiva e suas implicações para a clínica psicológica. Quando submetemos o fenômeno do luto à <i>epoché</i> , deparamo-nos com a evidência da intersubjetividade. O luto é uma vivência que tem início na abrupta supressão do outro enquanto corporeidade, rompendo os sentidos habituais do mundo-vida. Diante da suspensão de sentidos, propõe-se que o <i>setting</i> clínico permita o retomar e o ressignificar das narrativas interrompidas, diante de um novo mundo-vida que se abre fora do horizonte das predeterminações teóricas
Autor (es)	FREITAS, J. L.
Revista	Psicologia USP
Base de dados	LILACS

(FONTE: DADOS DA PESQUISA, 2020)

Quadro 8 – Artigo 08

Artigo 08	
Título	Familiars enlutados: compreensão Fenomenológica Existencial de suas vivências
Ano de publicação	2011
Resumo	Quando se perde um membro da família, os familiares sentem-se desorientados, com uma profunda dor e tristeza. A ausência do ente querido exige da família uma reorganização de seus membros, mas estes também necessitam expressar suas emoções nesse período de luto para que então consigam adquirir um novo horizonte de possibilidades com a ausência do ente querido.
Autor (es)	SANTOS, E. M. S.; SALES, C. A.
Revista	Texto & Contexto Enfermagem
Base de dados	LILACS

(FONTE: DADOS DA PESQUISA, 2020)

Quadro 9 – Artigo 09

Artigo 09	
Título	Luto e Fenomenologia: uma Proposta Compreensiva
Ano de publicação	2013
Resumo	O luto é compreendido pela literatura psicológica como uma reação frente a perdas significativas. Do ponto de vista existencial pode ser compreendido como uma vivência típica em situações de transformação abrupta nas formas de se dar do ser em uma relação eu-tu. Apresenta-se a compreensão descritiva de tais processos. Ao colocar a singularidade entre parênteses busca-se uma breve descrição do horizonte histórico de apresentação da morte na atualidade e seus modos de aparição. O luto é, deste modo, uma vivência que aparece com uma forte exigência de ressignificação do mundo-da-vida, onde o que é perdido pelo enlutado não é apenas um ente querido, mas também formas próprias de ser-no-mundo.
Autor (es)	FREITAS, J. L.
Revista	Revista da Abordagem Gestáltica
Base de dados	LILACS

(FONTE: DADOS DA PESQUISA, 2020)

Quadro 10 – Artigo10

Artigo 10	
Título	Trabalho em grupo com enlutados
Ano de publicação	2012
Resumo	O luto gerado pela morte de algum membro da família causa profundos impactos na vida de quem vivencia tal situação. O presente estudo buscou trabalhar com um grupo de pessoas enlutadas diferentes temas relacionados à perda, objetivando proporcionar conforto, trocas e uma possibilidade de identificação. O atendimento é considerável viável pois apresenta resultados positivos e permite a criação de novas possibilidades.
Autor (es)	PASCOAL, M.
Revista	Psicologia em Estudo
Base de dados	SciELO

(FONTE: DADOS DA PESQUISA, 2020)

Para que as informações ficassem organizadas, a caracterização dos artigos ocorreu de acordo com as bases de dados, periódicos indexados e ano de publicação. Essas caracterizações foram feitas no formato de tabelas e gráficos a seguir.

Na tabela 1 são apresentados a quantidade de artigos encontrados nas bases de dados selecionadas. Tal informação é relevante para a organização dos materiais que irão compor este estudo, como sugerem Botelho *et al.* (2011).

Tabela 1 – Levantamento das publicações nas bases de dados

BASE DE DADOS	NÚMERO DE ARTIGOS
LILACS	09
SciELO	1

(FONTE: DADOS DA PESQUISA, 2020)

Podemos observar que o portal de busca LILACS possui maior número de publicações indexadas, totalizando 09 artigos. Posteriormente, no canal de busca SciELO foi possível encontrar apenas 1 publicação. Totalizaram-se, portanto, 10 publicações.

Nos periódicos em que os artigos foram indexados há uma prevalência de publicações na Revista Psicologia USP, contendo três artigos. Os demais periódicos apresentaram apenas uma publicação, como apresentados na tabela 2.

Tabela 2 – Levantamento das publicações por periódicos

PERIÓDICOS	QUANTIDADE
Psicologia USP	3
Mudanças - Psicologia da Saúde	1
Mundo da Saúde	1
Estudos e Pesquisa em Psicologia	1
Ciência & Saúde Coletiva	1
Texto & Contexto Enfermagem	1
Revista da Abordagem Gestáltica	1
Psicologia em Estudo	1

(FONTE: DADOS DA PESQUISA, 2020)

O gráfico 1 apresenta o levantamento de dados a respeito do ano das publicações. Pode-se observar que os anos de 2012 e 2013 tiveram maior número de publicações, apresentando duas publicações cada, nos outros anos foram encontradas apenas uma em cada ano. Não foram encontradas publicações nos sete primeiros anos que também faziam parte dos critérios de inclusão do estudo (2000 – 2007), posteriormente, o ano de 2009 também não apresentou nenhuma publicação. No período de 2010 a 2020, os anos de 2015, 2017 e 2020 também não apresentaram nenhuma publicação.

Gráfico 1 – Levantamento dos artigos por ano de publicação

(FONTE: DADOS DA PESQUISA, 2020)

Os aspectos formais contribuíram para organização das informações analisadas nos artigos. Identificaram-se assuntos que abordam o conceito do luto e como este é vivenciado pelo indivíduo que perde um ente querido, tornando possível assim, a integração das informações para se identificar os sentimentos dos indivíduos diante de uma perda significativa. A seguir, apresenta-se uma discussão dos resultados levantados nos artigos de forma que se relacionem com o tema da presente pesquisa.

Discussão dos resultados

Nesta seção busca-se compreender a forma como o indivíduo lida com seus sentimentos no decorrer do processo de luto diante da perda de um ente querido. São discutidos os conceitos de luto, sentido da vida e ressignificação. Os resultados obtidos integram com os dados da revisão de literatura, sendo possível obter uma compreensão mais ampla e profunda sobre o tema e identificar se eles atingem os objetivos da pesquisa.

Compreendendo os sentimentos do enlutado e o sentido da vida diante da morte

“O luto tem reflexos profundos sobre o sujeito que o vivencia” (GONÇALVES; BITTAR, 2016, p. 40). Os autores indicam que o luto se faz presente quando perdemos algo ou alguém muito amado por nós.

Quando a morte de alguém significativo é imposta ao homem, ele se depara com os mais diversos sentimentos e passa a vivenciá-los de forma intensa, ficando muitas vezes, difícil de expressar.

Foi possível identificar nos artigos selecionados que cada indivíduo vivencia de forma singular sua perda, considerando o tipo de relação que se tinha, como explica Freitas (2013). Gonçalves; Bittar (2016) completam que, dependendo da proximidade que os indivíduos tinham, maior se torna a dificuldade para aceitar o rompimento dessa relação.

A princípio, quando o enlutado se dá conta da realidade, ele expressa um sentimento de raiva muito grande e acaba direcionando esse sentimento para as pessoas que estão por perto com o intuito de ajudar. Um sentimento de culpa e um desejo de querer recompensar os momentos perdidos também se fazem presentes, como aponta Elisabeth Kübler-Ross (1969).

Brussio (2008) destaca que a sensação de perda causa uma dor inconsolável, deixando um grande vazio, fazendo com que o enlutado queira sempre ter por perto objetos pessoais da pessoa que se perdeu, deparando-se com uma busca constante de sua essência. Segundo Santos (2015), o amor é isso; é o desejo pelo que me falta, pelo que me preenche, pelo que perdi e completa, o amor é o movimento e a força que me lança em direção ao outro.

Para Alves (2012), o enlutado se desestabiliza e se vê sem condições de dar continuidade a sua vida sem o outro. Ele se afasta de sua subjetividade e não reconhece suas possibilidades de ser diante deste fato que sequer foi cogitado por ele um dia. É esperado que ele queira ficar só, não sinta vontade de realizar as atividades rotineiras, perca a vontade de cuidar de si mesmo e muitas vezes caia em choro profundo. Considera-se, portanto, que “[...] a dor traz necessidades que só quem sente ou já sentiu conhece; não cabem julgamentos” (ALVES, 2012, p. 130). Para Kübler-Ross (1969), tais

comportamentos são a única forma da pessoa aceitar a perda e, se forçássemos apresentar a realidade tal como ela se apresenta, causaríamos um sofrimento maior do que o enlutado já estaria vivenciando.

Sensações de falta de sentido no mundo, intenso sofrimento psíquico, dores físicas e emocionais são alguns sentimentos apontados por Freitas (2018) e, com a morte de um ente querido, perde-se também toda história em comum. Para a autora, tal fato direciona o indivíduo para uma angústia e um enfraquecimento muito grande, sendo necessário uma reorganização, tanto dos seus valores e importância da vida, quanto das relações que se tem.

Nesse sentido, de acordo com Santos; Sales (2011), o indivíduo começa a refletir sobre a morte, sua existência e finitude, repensa suas crenças e comportamentos, passa a valorizar e modificar cada momento de experiências, pois compreende que seu tempo é limitado e deve ser aproveitado. Podemos compreender que a imensidão da vida faz o homem sentir-se pequeno e frágil, fazendo-o, assim, se assumir como ser finito e responsável pela própria existência, como havia colocado Kovács (1992).

“O luto [...] não é somente uma experiência dura e profunda de perda, mas também a evocação de nossa condição mortal, assim como da inevitabilidade e irreversibilidade da morte” (FREITAS, 2018, p. 98). Michel; Freitas (2019) ressaltam que a vida com a ausência do outro afeta o indivíduo de uma forma que ele passa a sentir que está faltando parte de si mesmo. Kovács (1992) explica que este sentimento de que uma parte nossa também morreu ocorre devido ao rompimento de uma parte que era interligada ao outro pelos vínculos que foram estabelecidos.

Diante disso, é possível compreendermos o que foi proposto por Pereira (2013) e Santos; Sales (2011), onde apontam que, dos medos que o homem possui na vida, todos acabam tendo relação com a morte e ainda, torna-se impossível imaginar a experiência da morte para si próprio, bem como para quem é importante para nós, deixando o homem com um sentimento de agonia muito grande. Sendo assim, se faz relevante o que sugere Kübler-Ross (1969), ao dizer que todos deveriam ter o costume de pensar na morte e no morrer antes que precisemos lidar com eles no decorrer de nossa vida.

Enquanto vivencia-se o processo de luto, o indivíduo poderá, em muitos momentos, sentir-se sozinho e não conseguir encontrar alguém com quem possa dividir suas experiências e angústias, indica Pascoal (2012). O vazio que ele considera em sua vida é o mesmo de quando vê a casa vazia, sem ninguém esperando na sacada. Porém, nessa mesma casa ainda há muitas lembranças e elas trazem consigo o cheiro do perfume, quando o vento toca o rosto, e uma luz no semblante, quando se recorda do sorriso largo que a pessoa amada tinha.

Freitas (2013) destaca a importância do enlutado viver a dor da morte e, considera importante que ele expresse seus sentimentos e sofrimentos de acordo com as suas possibilidades existenciais, passando pelo processo de reconhecimento e aceitação da realidade para ressignificar os sentimentos

ocasionados pela perda. Para Santos (2015), diante da falta o homem se vê obrigado a buscar novas experiências.

“Encontrar um sentido para essa busca de essência diante da perda talvez seja um dos maiores dilemas emocionais que o homem enfrenta ao longo de sua existência” (BRUSSIO, 2008, p. 444).

No decorrer de sua existência, aos poucos, o homem vai buscando maneiras de se reestruturar e passa a atribuir novos significados a sua vida, conseguindo dessa forma, conviver com a sua perda.

Novas possibilidades do existir diante da ausência do ente querido

“O que posso ser como existência sem esse outro que ainda é presença para mim, para o que sou?” (FREITAS, 2018, p. 54).

A vida passa a ter um ritmo diferente com a falta do outro e cada um, a sua maneira e no seu tempo, irá buscar um sentido para ela.

Segundo Santos; Sales (2011), deve-se permitir que o enlutado vivencie o processo do luto de acordo com suas necessidades, as pessoas que estão a sua volta não devem acelerar esse processo, pelo contrário, devem demonstrar apoio e fortalecê-lo nesse momento de perda. Expressar os sentimentos no processo de luto é fundamental para sua elaboração, como destacou Kovács (1992).

Pascoal (2012) sugere alguns fatores externos que podem auxiliar na elaboração do luto pela perda de um ente querido, sendo: o suporte oferecido por amigos e familiares; as vivências pelas quais o enlutado já passou; e a forma como ele lida com as situações diversas da vida.

Sendo assim, Kübler-Ross (1969) destaca a importância de se conversar com o enlutado, proporcionando a ele um momento de recordações das situações vividas com o ente que morreu, podendo prepará-lo, aos poucos, para uma aceitação e superação da dor.

Dessa forma, é possível compreender que, ao encontrar um espaço para compartilhar seus sentimentos, o indivíduo encontra também uma forma de lidar com suas angústias e dor. Santos (2015) considera que o homem busca constantemente algo que dê sentido a sua existência para assim sentir-se completo novamente.

O processo de luto exige uma modificação na forma de se colocar diante da realidade, pois, o enlutado precisa compreender que não é mais possível continuar com a vida partilhada que existia antes da perda. Para Alves (2012), esse momento é de grande aprendizagem, sendo necessário aprender novos modos de viver sem a pessoa que se perdeu, o que foi possível identificar também nos estudos de Kovács (1992), onde a autora destaca que todas perdas e erros, acertos e ganhos constroem e fortalecem o homem.

A Psicologia clínica Humanista-Existencial auxiliará no reconhecimento dessa nova realidade, considerando a capacidade do enlutado de se reorganizar, fazendo-o reconhecer suas possibilidades para dar continuidade a sua vida sem o ente querido.

Michel; Freitas (2019) consideram que se deve potencializar o enlutado no trabalho de busca pela sua autonomia, direcionando-o a uma abertura a novas formas de ser. Assim, se faz relevante o que pontua Kovács (1992), quando considera que somente o indivíduo consegue dar sustentação a sua falta de sentido no mundo e, a partir do momento em que isso não é mais possível, cabe a ele mesmo atribuir um novo sentido a sua existência, ou seja, ser o autor da própria vida. O que cabe aqui não é uma superação do luto e sim uma ressignificação da relação do enlutado com a pessoa que se perdeu, “[...] podendo mantê-lo como sentido, porém um sentido que se encontra na medida do próprio existir do enlutado” (FREITAS, 2018, p. 54).

A ausência do outro na vida do enlutado afetará sua existência, mas sabe-se que tal ausência é apenas corpórea, pois o outro ainda se mantém como sentido e como parte da existência do enlutado, se fazendo presente nas recordações, nas experiências e momentos vivenciados, nos objetos e hábitos, aponta Freitas (2018).

Feijoo e Protasio (2010 *apud* Freitas, 2018) referem-se ao espaço terapêutico como um local no qual permitirá que o indivíduo veja e julgue a si mesmo, encontre possibilidades de narrativas capazes de direcionar a presença do morto para um novo sentido, ou seja, amplie os significados do outro no próprio existir. Santos; Sales (2011) completam, dessa forma, o enlutado passa a encontrar um sentido na sua vida e um horizonte de possibilidades de estar no mundo com a ausência do ente querido.

“Não é o esquecer, mas o significar e o ressignificar que nos permitem tecer novas possibilidades para o viver desde a ausência tão presente de quem amamos (FREITAS, 2018, p. 55).

Sendo assim, compreendemos que o processo do luto, segundo Freitas (2013), significa uma nova possibilidade de se relacionar com o que se perdeu, seja do outro ou da própria capacidade de se expressar como ser-no-mundo, podendo fazer do outro presença-ausente. Compreende-se que esse momento, pelo qual todos nós estamos sujeitos a enfrentar no decorrer de nossa existência, é passível de ressignificação, como propõe Pereira (2013). O que caberá, a cada um, será a ressignificação da relação, ou seja, será manter o outro vivo, como sentido, em sua existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem é compreendido como um ser que busca constantemente estar em uma relação e construir vínculos com quem está a sua volta. Ao longo de sua vida, à medida em que ele se relaciona

com o outro, constrói-se também maneiras singulares de ser dentro desse espaço de relação. Essa partilha permite que o homem se fortaleça e a relação construída passa a ser a base de sua existência.

O desenvolvimento desta pesquisa possibilitou identificar como o indivíduo lida com seus sentimentos no decorrer do processo de luto diante da perda de um ente querido, considerando que suas possibilidades próprias de ser também se perdem.

O luto como condição humana é a experiência que mais marca e mais amedronta, fazendo o homem manifestar sentimentos de desorganização e falta de sentido no mundo. Pensar na morte do outro traz à consciência nossas impotências e nos faz pensar sobre como estamos vivendo nossa vida que um dia também terminará.

A busca pela compreensão dos sentimentos vivenciados diante da perda trouxe a contribuição de Miguel de Unamuno sobre a existência humana e sua procura pela imortalidade. Sua obra se baseia na ideia de que todo ser humano tem o desejo de ser eterno e, quando ele se dá conta de que isso não é possível, origina-se o sentimento trágico da vida, que será a luta do homem com Deus e consigo mesmo em relação a própria finitude.

Para combater a morte o indivíduo precisa de uma relação verdadeira, onde há uma troca e o outro também possa se doar, proporcionando assim, um autoconhecimento em ambos. Nesse sentido, compreendemos que o amor é a chave para a eternidade, pois esse amor irá transcender a existência do homem.

A experiência do luto exige uma nova forma de ser-no-mundo, considerando que o outro se fará presente apenas nas recordações dos bons momentos partilhados e na saudade. É necessário abrir-se para novas formas de vivenciar a presença do outro, atribuindo novos sentidos e significados. Ressignificar essa relação permite que o enlutado encontre uma nova forma de se relacionar com a ausência do outro e dar continuidade a própria vida sem a presença física do ente querido.

Por fim, é relevante ampliar as pesquisas relacionadas a este tema, principalmente dentro da abordagem Humanista-Existencial, considerando que sua prática clínica possibilita que o indivíduo compreenda sua existência e resgate as possibilidades próprias de ser-no-mundo.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. G. R. A Árvore: a difícil elaboração do processo de luto. **O Mundo da Saúde**. São Paulo, n. 36, p. 127-132, 2012. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/mundo_saude/arvore_dificil_elaboracao_processo_luto.pdf. Acesso em 20 de Junho de 2020.

AZEVEDO, A. K. S.; PEREIRA, M. A. O luto na clínica psicológica: um olhar fenomenológico. **Clínica & Cultura**. v.II, n.II, p. 54-67, jul-dez, 2013. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/clinicaecultura/article/view/1546>. Acesso em 02 de Março de 2020.

BOTELHO, L. L. R. *et al.* O método da Revisão Integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 11. p. 121-136, maio-agosto, 2011. Disponível em: <https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1220>. Acesso em 20 de Maio de 2020.

BRUSSIO, J. C. Perdas e danos: reflexões sobre as emoções estéticas do homem moderno através da fenomenologia, existencialismo e imaginário. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**. Rio de Janeiro, n. 2, p. 436-446, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812008000200020. Acesso em 02 de Julho de 2020.

CECCON, N. J. A morte e o luto na perspectiva da Psicologia Humanista. **Anais do EVINCI – UniBrasil**. Curitiba, v.3, n.2, p. 883-889, out. 2017. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/anaisevinci/article/view/3181/3048>. Acesso em 20 de Maio de 2020.

DICIO – Dicionário on-line de português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/morte/>. Acesso em 05 de Abril de 2020.

FREITAS, J. L. Luto e fenomenologia: uma proposta compreensiva. **Revista da Abordagem Gestáltica - Phenomenological Studies**. n. XIX, p. 97-105, jan-jul, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672013000100013. Acesso em 05 de Abril de 2020.

FREITAS, J. L. Luto, *pathos* e clínica: uma leitura fenomenológica. **Psicologia USP**. v. 29, n. 1, p. 50-57, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642018000100050&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 05 de Abril de 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, P. C.; BITTAR, C. M. L. Estratégias de enfrentamento no luto. **Mudanças - Psicologia da Saúde**. n. 24, p. 39-44, 2016. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-835048>. Acesso em 20 de Junho de 2020.

GUTIÉRREZ, J. L. A filosofia de Unamuno como reação ao mistério da realidade e da vida humana e seu destino. **Revista Pandora Brasil**. (s/d; s/p). Disponível em: http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/unamuno/jorge.htm. Acesso em 16 de Abril de 2020.

KOVÁCS, Maria Júlia. **Morte e Desenvolvimento Humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. **Sobre a Morte e o Morrer**. Título original: *On Death and Dying*. Tradução de Paulo Menezes. Editora Martins Fontes, 1969.

MICHEL, L. H. F.; FREITAS, J. L. A clínica do luto e seus critérios diagnósticos: possíveis contribuições de Tatossian. **Psicologia USP**. v. 30, p. 1-9, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642019000100217. Acesso em 20 de Junho de 2020.

- PASCOAL, M. Trabalho em grupo com enlutados. **Psicologia em Estudo**. Maringá, n. 4, v. 17, p. 725-729, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722012000400019&lang=pt. Acesso em 09 de Julho de 2020.
- PEREIRA, J. C. Procedimentos para lidar com o tabu da morte. **Ciência & Saúde Coletiva**. n. 18, p. 2699-2709, 2013. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2013.v18n9/2699-2709/>. Acesso em 09 de Julho de 2020.
- SANTIAGO, M. B. **Abordagem centrada na pessoa ante o luto**. 2017. 37f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Psicologia) - Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/6230>. Acesso em 04 de Março de 2020.
- SANTOS, E. M. S.; SALES, C. A. Familiares enlutados: compreensão Fenomenológica Existencial de suas vivências. **Texto & Contexto Enfermagem**. Florianópolis, n. 20, p. 214-222, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072011000500027. Acesso em 09 de Julho de 2020.
- SANTOS, G. R. **O conceito de amor no capítulo VII do Sentimento Trágico da Vida de Miguel de Unamuno**. 2015. 86f. Monografia (Licenciatura Plena em Filosofia) - Faculdade de São Bento, São Paulo, 2015. Disponível em: http://faculdadedesaobento.com.br/files/pesquisas_59173719-03411140-0846-142018.pdf. Acesso em 03 de Maio de 2020.
- SANTOS, R. C. S; *et al.* Aspectos teóricos sobre o processo de luto e a vivência do luto antecipatório. **Psicologia.pt** - O portal dos psicólogos, s/p, 2017. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1161.pdf>. Acesso em 20 de Abril de 2020.
- SOUZA, M. T; *et al.* Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, jan/mar, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-45082010000100102&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em 06 de Maio de 2020.

22 - SUICÍDIO NA ADOLESCÊNCIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Letícia Dias Santana

Claudia Regina de Freitas

INTRODUÇÃO

O suicídio é uma realidade bem mais comum do que imaginamos, um fenômeno social, considerado um caso de saúde pública. O suicídio resulta de um ato deliberado, executado de forma consciente e intencional pelo próprio indivíduo, cuja intenção é a morte. Os pensamentos e os planos também fazem parte do comportamento suicida (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2018), uma pessoa morre a cada 40 segundos por suicídio no mundo. No Brasil, a taxa de suicídio aumentou em 7% em seis anos, de 2010 a 2016. Entre adolescentes de 15 a 19 anos, o suicídio é a principal causa de morte.

A adolescência é uma fase de transição do desenvolvimento entre infância e a vida adulta, identificada principalmente pelas transformações biológicas da puberdade e pelas transformações relacionadas à maturidade biopsicossocial (PAPALIA; OLDS, 2000). E ainda, é marcada por inúmeras transformações físicas, emocionais e sociais. Desse modo, os sofrimentos vivenciados nesse período podem acarretar consequências ao longo da vida dos indivíduos e às vezes, quando expostos a situações de sofrimento, podem desenvolver patologias e tornar-se mais vulneráveis ao suicídio.

Considerando que a adolescência e o suicídio se constituem em temas complexos e presentes na sociedade, entende-se a importância de desenvolver estudos de prevenção e compreender o contexto no qual esses adolescentes estão inseridos e o porquê de atentarem contra a própria vida. Deve-se abarcar estratégias que envolvam discussões sobre o tema, ações que visem à identificação precoce de fatores de risco e intervenções que ofereçam apoio aos adolescentes.

Portanto, como o suicídio é um fenômeno social crescente nessa população, é preciso desmistificar o tabu relacionado a este tema e compreender que o suicídio é um problema de saúde pública e os jovens estão cada vez mais vulneráveis a esse comportamento. Este estudo propõe ampliar o tema, entender o fenômeno e chamar atenção para uma situação que retira a vida e pode ser evitada, especialmente por meio de apoio psicológico. Faz-se necessário desenvolver estratégias de promoção e de qualidade de vida, de educação, de proteção e de recuperação da saúde, além de ações de comunicação, políticas públicas e de sensibilização da sociedade.

Nas próximas seções, será apresentada uma breve contextualização teórica sobre os temas do suicídio e adolescência. Posteriormente, serão explicados o método da pesquisa realizada e os resultados alcançados e discutidos à luz da teoria.

REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo foi pensado com o objetivo claro e assertivo de informar de maneira ética e respeitosa sobre o assunto. Hoje, o suicídio é um caso de saúde pública. Entretanto, não há nenhuma rede sistematizada pública que informe sobre o tema, que acomete milhares de pessoas anualmente.

Quando falamos em suicídio, não podemos restringir a discussão apenas ao impacto individual, mas devemos levar em conta, também, todo um viés coletivo que isso gera. Ainda há bastante resistência em se falar sobre esse fenômeno social. Infelizmente, isso acontece por preconceitos e tabus relacionados ao suicídio e aos transtornos mentais em si.

Cabe salientar que nem toda pessoa com transtorno mental cometerá suicídio; porém, quem pensa em suicídio sofre por algum tipo de patologia comportamental que o ronda. O estigma, o medo e a vergonha geralmente impedem a pessoa de procurar ajuda.

Segundo Botega (2014), os transtornos mentais mais comuns associados ao suicídio são depressão, transtorno de humor bipolar e dependência de álcool e de outras drogas psicoativas. Já a esquizofrenia e certas características de personalidade são importantes fatores de risco. Aliás, a associação entre suicídio e transtornos mentais é de mais de 90%, sendo que o transtorno que mais se destaca é a Depressão Maior, seguido de transtornos bipolares do humor, abuso de álcool, esquizofrenia e transtornos de personalidade (BARBOSA, 2011).

A organização mundial de saúde (OMS) define o suicídio como “um problema complexo no qual não existe uma única causa ou uma única razão. Ele resulta de uma complexa interação de fatores biológicos, genéticos, psicológicos, sociais, culturais e ambientais” (OMS, 2000). Estima-se que os dados oficiais sobre o suicídio sejam inferiores aos números reais. Essa constatação é dada pelo fato de certas mortes não serem registradas como suicídio. Nos Estados Unidos, o suicídio é a terceira principal causa de morte entre adolescentes de 15 a 19 anos e pode ser a segunda principal causa de morte entre adolescentes e jovens adultos de 15 a 24 anos (PACHECO & LOPEZ, 2016).

Um suicida é, antes de tudo, uma pessoa em estado de desespero. Alguém que só enxergou o fim como uma solução para as suas dores, suas mágoas, angústias e problemas. Em sua mente, os pensamentos negativos perpassam e se instalam, rondam e se aprisionam, tirando quaisquer sentimentos de esperança. Tudo é focado no mais puro desespero e na necessidade de acabar com a

dor. Ao falar em suicídio, refletimos sobre a mais pura existência do ser humano, sentimentos, faltas, lacunas e indignação pela pessoa escolher dar cabo a sua vida.

Estatísticas do suicídio

De acordo com Kunz e Rheinreimer (2015), a cada ano ocorre 1 milhão de mortes causadas por suicídio, número maior que a soma de mortes anuais causadas por guerras e homicídios. Até 2030, estima-se que as mortes por suicídio podem chegar a 1 milhão e 500 mil, caso sejam mantidos os índices de crescimento atuais. Para cada morte, ocorrem de 10 a 40 tentativas de suicídio; ou seja, 10 a 40 milhões de tentativas de suicídio ao ano.

O Brasil é o quarto país em crescimento de casos de suicídio na América Latina. A região Norte teve um aumento considerável de 390 para 693 casos de suicídio, aumento esse de 77,7% entre 1980 a 2012, sendo que os estados do Amazonas, Roraima, Acre e Tocantins duplicaram seus números. Os fatores epidemiológicos associados às tentativas de suicídio mostram que em todo o mundo, cerca de 20% dos adolescentes têm problemas de saúde mental ou de comportamento (BATISTA et al., 2016).

Segundo Botega (2014), uma tentativa de suicídio é o principal fator de risco para sua futura concretização. Estima-se que as tentativas superem os números de suicídio consumados em pelo menos dez vezes. No Brasil, um estudo foi realizado sob o apoio da OMS (Organização Mundial de Saúde) na área urbana do município de Campinas em 2003. Nesse estudo, a partir de visitas feitas em domicílio pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 515 pessoas foram sorteadas e entrevistadas presencialmente por pesquisadores da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas). Apurou-se que, ao longo da vida 17,1% das pessoas já haviam pensado em suicidar-se, 4,8% chegaram a elaborar um plano para ação em si, e 2,8% efetivamente tentaram o suicídio.

A partir dos dados epidemiológicos podem ser estabelecidas políticas de prevenção ao suicídio. Um programa completo abrange a informação da população leiga sobre quais são os sinais de alerta para o risco de suicídio e a capacitação de profissionais de saúde da rede básica, já que muitos suicidas buscam atendimento médico nas semanas que antecedem sua morte. Sabe-se que esse tipo de treinamento pode reduzir o número de suicídios em 22-73%. Os programas de intervenção devem investir na facilidade de acesso ao atendimento em saúde mental.

São necessárias ações conjuntas do governo, dos profissionais da saúde e dos pesquisadores para que se alcance uma compreensão mais abrangente do comportamento suicida, só assim serão desenvolvidas de fato estratégias adequadas de prevenção.

Adolescência

O que é ser adolescente? A adolescência é um período de transição entre infância e vida adulta, marcado pelos impulsos do desenvolvimento físico, mental, emocional, sexual e social. Inicia-se com as mudanças corporais da puberdade e termina quando o sujeito consolida seu crescimento e sua personalidade, obtendo independência financeira, além de se integrar em algum grupo social a que ele se sinta pertencente (EISENSTEIN, 2005).

As mudanças fisiológicas e biológicas da puberdade sinalizam o fim da infância. De acordo com Papalia e Olds (2000), a puberdade começa quando a glândula pituitária, situada na base do cérebro, envia uma mensagem para as glândulas sexuais para aumentar sua secreção de hormônios.

A puberdade refere-se aos fenômenos fisiológicos que compreendem as mudanças corporais e hormonais, enquanto a adolescência diz respeito aos componentes psicossociais desse mesmo processo; ou seja, a adolescência coincide com a puberdade e é influenciada pelas manifestações da mesma (FERREIRA; FARIAS, 2010).

É possível que o início da adolescência (saída da infância) seja o período mais intenso de todo o ciclo da vida. Segundo Papalia e Olds (2000), ao mesmo tempo que esse período oferece oportunidades de crescimento, como competência e autonomia, também traz grandes riscos, pois vários jovens têm problemas para lidar com tantas mudanças de uma só vez.

A maioria dos jovens passa pela adolescência sem muitos problemas emocionais, mas alguns experimentam surtos leves ou graves de depressão, os quais podem levar a pensamentos ou tentativas de suicídio. Antes da puberdade, as taxas de depressão são as mesmas para meninos e meninas, entre 10% e 40% dos adolescentes tem períodos de depressão, mas após os 15 anos, as mulheres são cerca de duas vezes mais propensas à depressão do que homens, por terem modos menos assertivos de lidar com os desafios e mudanças. As meninas são mais propensas do que os meninos a passar por vários acontecimentos de vida estressantes (PAPALI; OLDS, 2000).

Por outro ângulo, de acordo com Bock (2007), a adolescência é dividida em três fases: na primeira, o jovem vivencia uma passividade em relação às suas transformações corporais, criando-se, a partir daí, um sentimento de impotência frente ao mundo e à realidade. Na segunda, a crise se dá por um choque entre gerações, já que a estrutura familiar vivida hoje é muito diferente da estrutura vivida por seus pais. A busca da independência é o foco central, incluindo a busca da definição sexual. Na terceira e última fase, a busca se dá pela identidade profissional e pela inserção no mercado de trabalho; ou seja, busca de reconhecimento pela sociedade e independência financeira.

O estresse, a confusão, o medo e a incerteza, assim como a pressão para ter sucesso e a capacidade de pensar sobre coisas de uma nova perspectiva influenciam a capacidade de um adolescente de resolver problemas e tomar decisões, levando em conta que toda parte mental desse

grupo ainda está em desenvolvimento, além das questões da resiliência e da capacidade de lidar com as frustrações não estarem prontas. Por essa razão, pode-se levar em conta o aumento do suicídio nessa população (ALBA et al., 2010).

O adolescente, ao assumir papéis novos, experimenta grande ansiedade, podendo configurar nessa população um período de risco para o surgimento de depressão, de isolamento social, em constante desequilíbrio, requerendo apoio social e psicológico. E isso é sua maior vulnerabilidade para condutas de risco, pois o ataque ao corpo é a única forma de expressar os conflitos internos e abafar a tensão produzida pelas rápidas mudanças da puberdade (VALLE; MATOS, 2011).

Suicídio na adolescência

Em uma sociedade como a nossa, ser feliz e mostrar felicidade o tempo todo nas redes sociais tornou-se quase uma obrigação ou necessidade. Sendo assim, quem não mostra felicidade em tempo integral nas redes é visto como alguém fraco ou derrotado.

O ato de tirar a própria vida pode partir de uma questão filosófica se avaliarmos o mundo que vivemos, se a felicidade nos nossos tempos é associada a “condição do ter” e não à “condição do ser”, faz sentido, nesse contexto, alguém não ver sentido em viver, se tudo que se vê é uma espécie de “ditadura” da felicidade.

Os elevados índices de suicídio na população em geral caracterizam-se como um problema de saúde pública. Os dados epidemiológicos demonstram um aumento de incidência no que diz respeito aos adolescentes; por sua vez, o suicídio vem sendo considerado como a terceira principal causa de morte desse grupo (BORGES; WERLANG, 2006).

Não se pode ter problemas, não se pode adoecer, não se pode estar cansado, triste, improdutivo, desmotivado ou simplesmente de saco cheio. Quando acessamos nosso celular, apenas enxergamos o quão perfeita é a vida das pessoas. Nesse cenário social, o suicídio poderia ser considerado uma perfeita resposta sobre se a vida vale a pena ser vivida ou não. Já que eu apenas não consigo acompanhar os padrões, me encaixar e me fixar neles, e por que eu deveria?

É necessário ter clareza sobre os aspectos que podem ser patológicos na adolescência, verificando grau e desajuste de tais comportamentos. Segundo Borges e Werlang (2006), o que se sabe é que o jovem que pensa, ameaça, tenta ou concretiza o suicídio está revelando um colapso interno, buscando uma tentativa de alívio da sua dor e sofrimento.

A solidão é um sentimento muito comum em adolescentes que tentam suicídio. Tais jovens relatam sentir falta de ter amigos e reclamam não ter ninguém para dividir experiências e tristezas. Dessa forma, apresentam maior probabilidade de desenvolver problemas emocionais, comportamentais e afetivos (BRAGA; DELL’AGLIO, 2013).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que as tentativas de suicídio sejam cerca de vinte vezes mais frequentes do que o suicídio concretizado, e também que para cada tentativa de suicídio registrada oficialmente, existem pelo menos quatro tentativas não registradas, sendo que a população mais jovem vem sendo o grupo de maior risco nas últimas décadas (WHO, 2010).

Compreende-se que os elevados números de suicídio na adolescência podem ser explicados, em parte, pela dificuldade de muitos jovens de enfrentar as exigências sociais e psicológicas impostas nesse período. As ideias de morte podem surgir como uma estratégia para lidar com problemas existenciais (BRAGA; DELL'AGLIO, 2013).

No Brasil, de acordo com Moreira e Bastos (2015), a taxa geral de mortalidade por suicídio em 2012 foi de 5,3/100 mil habitantes. O total de suicídios no país entre os anos de 2002 a 2012 passou de 772 para 10.321, representando um aumento de 33,6%, superando o crescimento da população no país no mesmo período, que foi de 11,1%, enquanto os homicídios aumentaram 2,1% e os óbitos por acidentes de transporte cresceram 26,5% (WAISELFISZ, 2014).

MÉTODOS

Esta pesquisa enquadra-se na área da saúde e classifica-se como pesquisa bibliográfica do tipo exploratória desenvolvida a partir do material já elaborado, embasada principalmente em artigos científicos a partir da técnica de análise de conteúdo, permitindo ao investigador uma gama de fenômenos mais ampla tendo como objetivo colocá-lo em contato direto com material já escrito sobre o assunto da pesquisa (GIL, 2008).

Na presente pesquisa foi empregado o método de revisão sistemática, que segundo Sampaio e Mancini (2007) é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema. O método é utilizado para integrar as informações de um conjunto de estudos, a fim de identificá-los, selecioná-los e avaliá-los criticamente, verificando que podem apresentar resultados conflitantes e/ou coincidentes. Esse modelo de estudos cumpre ainda a função de identificar temas que necessitam de evidência.

Para este estudo, optou-se pelo uso do protocolo ProKnow-C (Knowledge Development Process – Constructivist). Segundo Ensslin, Ensslin e Pinto (2013), esse é um processo que permite realizar buscas com amplitude delimitada, estruturado e de foco orientado pelo enquadramento propiciado pela pesquisadora.

Ensslin, Ensslin e Pinto (2013) descrevem quatro fases contidas neste processo: (a) seleção de um portfólio de artigos sobre o tema da pesquisa; (b) análise bibliométrica do portfólio; (c) análise sistêmica; e (d) definição da pergunta de pesquisa e objetivo de pesquisa.

Seleção do portfólio bibliográfico

Essa primeira fase permite reunir uma gama de artigos relacionados ao assunto de interesse e alinhados de acordo com critérios impostos. Esta etapa é executada a partir de três fases: (a) seleção de artigos advindos das bases de dados, que compõem o Banco de Artigos Bruto; (b) filtragem dos artigos selecionados com base no alinhamento da pesquisa; e (c) teste de representatividade do portfólio bibliográfico.

Seleção do Banco de Artigos Bruto

A definição dos eixos de uma pesquisa é um critério essencial para a o processo de seleção do Banco de Artigos Bruto em relação ao tema. A seleção dos eixos direciona a construção do conhecimento necessário acerca do seu contexto. Com os eixos definidos, a pesquisadora passa para a etapa de formação do Banco de Artigos Bruto propriamente dita, que também é composta por subfases: (a) definição das palavras-chave; (b) definição da base de dados; (c) busca pelos artigos nas bases de dados com as palavras-chave; e (d) realização de teste de aderência das palavras-chave.

Filtragem do Banco de Artigos Bruto

Nessa fase ocorre o processo de filtragem nas bases de dados. Nesse processo são considerados aspectos como: (a) a presença de artigos repetidos/redundantes; (b) o alinhamento dos títulos dos artigos com o tema; (c) o reconhecimento científico dos artigos; (d) o alinhamento dos resumos com o tema; e (e) a disponibilidade dos artigos na íntegra nas bases.

Teste de representatividade do portfólio bibliográfico

Esta etapa consiste em analisar aspectos como: as referências bibliográficas citadas nos artigos do portfólio bibliográfico (PB), restringindo-se ao espaço temporal considerado para o estudo, bem como identificar através do Google Acadêmico a quantidade de citações de cada artigo, estabelecendo assim o grau de representatividade de cada um, a fim de realizar uma análise bibliométrica para verificar a relevância dos periódicos envolvidos, o reconhecimento científico dos artigos, os autores de maior destaque, as palavras-chave mais utilizadas e a análise do fator de impacto dos periódicos do PB (ENSSLIN L.; ENSSLIN S. R.; PINTO, apud BORTOLUZZI et al., 2011; ENSSLIN et al., 2012).

Análise Sistêmica

Depois da filtragem e da análise dos artigos pesquisados, chegou-se ao portfólio bibliográfico, que foi composto com base na seleção dos artigos mais alinhados ao tema e com reconhecimento

científico comprovado. Em seguida, foi feita a análise sistêmica desses artigos, com o objetivo de encontrar os principais atributos estudados ou considerados pelos autores e verificar as potencialidades e as limitações dos estudos, propondo, assim, novas pesquisas. A análise sistêmica é um processo científico utilizado para proceder à análise crítica dos artigos a partir dos pressupostos acerca do tema escolhido (ENSSLIN et al., 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para este estudo, o portfólio bibliográfico foi construído com base no método ProKnow-C (Knowledge Development Process – Constructivist), proposto por Ensslin et al. (2010) e abordado em diversas pesquisas. Segundo Ensslin et al. (2010), esse método visa construir conhecimento a partir da busca delimitada para analisar determinado tema. Sendo assim, o método permite encontrar, entre os artigos publicados, aqueles que tenham alinhamento com o tema que está sendo pesquisado.

As etapas supracitadas originaram-se de uma base de noventa artigos que formaram o banco bruto. Assim, foi possível identificar e excluir os artigos redundantes nessa primeira etapa, o que resultou na exclusão de 73 artigos, restando, assim, 17 artigos para a análise de alinhamento de títulos.

Com a leitura de todos os títulos, chegou-se a dez artigos com títulos alinhados com o tema da pesquisa. A partir daí, foi identificado o grau de reconhecimento científico das publicações. Para isso, consultou-se o sítio do Google Acadêmico, com o objetivo de levantar a quantidade de citações de cada um dos trabalhos.

Após a fase de consulta de citações, aplicou-se o Princípio de Pareto, exposto pelo autor Daychoum (2007). O economista Vilfredo Pareto defende que 80% dos resultados são provenientes de 20% do esforço empregado. Sendo assim, adotou-se a interpretação de que 80% das citações estão contidas em apenas 20% dos materiais, que representam a parcela mais representativa e reconhecida do conhecimento produzido sobre a temática. Os outros cinco artigos foram separados em outro banco, chamado de banco de repescagem, classificados como títulos alinhados com menor reconhecimento científico ou com reconhecimento ainda não confirmado.

Em seguida, fez-se a leitura dos artigos completos para verificar o alinhamento do conteúdo com o tema. Desses, dois se enquadraram ao tema e foram classificados como integrantes de um novo repositório, chamado banco com filtro de resumos, somando um total de sete artigos. Todos foram lidos integralmente e se enquadraram seis artigos, que formaram o portfólio final.

Com o portfólio definido, partiu-se para a etapa do processo de identificação de informações para gerar conhecimento quanto ao tema: foi feita uma análise dos artigos, com o objetivo de quantificar as informações existentes e fornecer as características dessas publicações. Foram cinco

aspectos considerados: (a) relevância dos periódicos; (b) reconhecimento científico dos artigos; (c) autores de maior destaque; (d) palavras-chave mais utilizadas; e (e) análise do fator de impacto dos periódicos do PB. (ENSSLIN L.; ENSSLIN S. R.; PINTO, apud BORTOLUZZI et al., 2011; ENSSLIN et al., 2013).

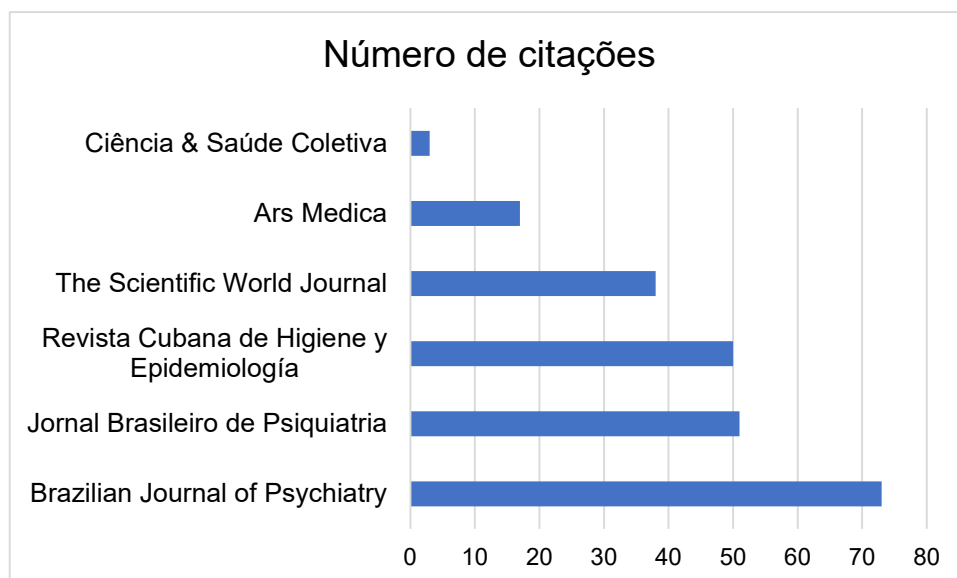
Relevância dos periódicos

Esta análise diz respeito à relevância dos periódicos de publicação dos artigos que compõem o portfólio bibliográfico. Foi utilizada a ferramenta *on-line* do Sistema Nacional de Pós-graduação para coletar informações sobre os programas, realizar análises, avaliações e servir como base de referência. O sistema Qualis Capes afere a qualidade dos artigos e enquadra os títulos das revistas em estratos indicativos de qualidade: A1 é o mais elevado, seguido por A2, A3, A4, B1, B2 etc.

Reconhecimento científico dos artigos

Este tópico se refere ao reconhecimento científico dos artigos e sua identificação nas referências. Por meio do número de citações de cada um dos artigos, foi possível avaliar quais possuem maior reconhecimento científico. No que tange aos artigos do Portfólio Bibliográfico, pode-se destacar o *Brazilian Journal of Psychiatry*, tendo duas publicações desses seis artigos. O gráfico abaixo apresenta o reconhecimento científico de todos os artigos selecionados no portfólio.

Figura 12: Reconhecimento do periódico de maior destaque do portfólio

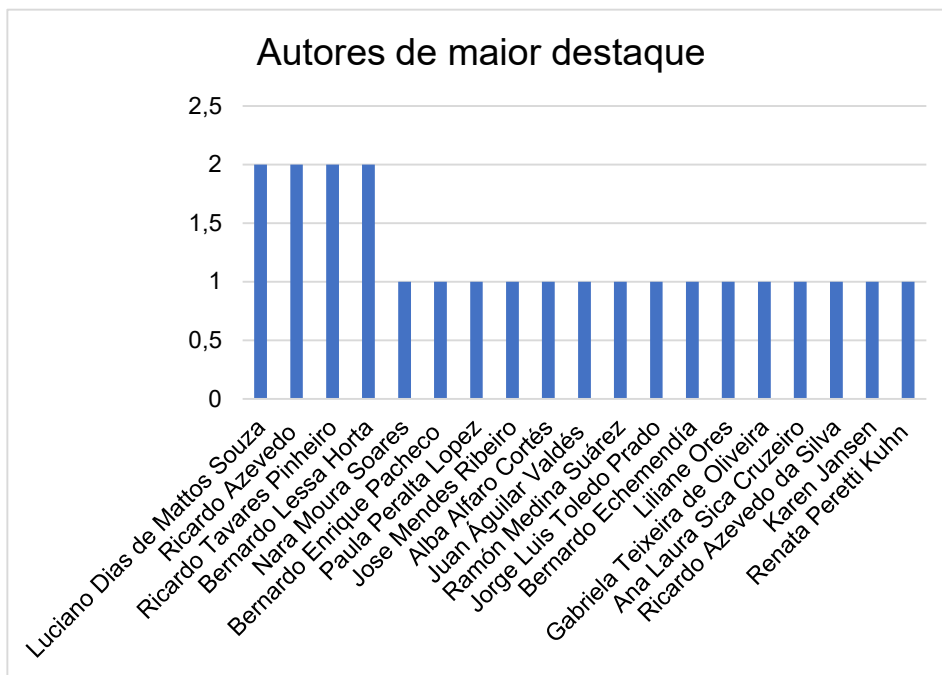


Fonte: Resultados da pesquisa

Autores de maior destaque

Entre os autores de maior destaque, dos dez integrantes do Portfólio final, estão Luciano Dias de Mattos Souza, Ricardo Azevedo, Ricardo Tavares Pinheiro e Bernardo Lessa Horta. O gráfico abaixo representa tal afirmação.

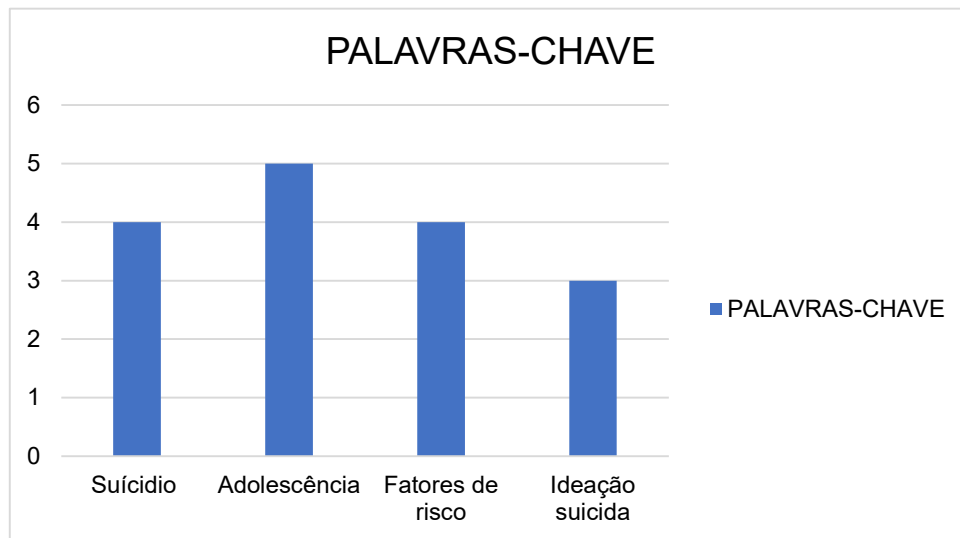
Figura 13: Autores de maior destaque



Fonte: Resultados da pesquisa

Palavras-chave mais utilizadas

Outro ponto relevante e que evidencia a efetividade do processo de mapeamento de um tema é o conjunto de palavras-chave mais citadas nos artigos do PB. As palavras-chave definidas com base nos eixos desta pesquisa mais citadas foram: Suicídio, Adolescência, fatores de risco e ideação suicida. O gráfico abaixo apresenta esses resultados.

Figura 14: Palavras-chave mais citadas

Fonte: Resultados da pesquisa

Análise do fator de impacto dos periódicos do PB

Após filtragem e análise dos artigos, chegou-se ao portfólio bibliográfico, que foi composto com base na seleção dos artigos mais relacionados ao tema e com reconhecimento científico comprovado. O objetivo dessa análise foi encontrar os principais atributos estudados ou considerados pelos autores do PB; ou seja, extrair dos artigos quais são as principais características, as lacunas e os apontamentos mais importantes desses atributos, bem como evidenciar a possibilidade de novas pesquisas.

As tentativas de suicídio aumentaram consideravelmente entre adolescentes e jovens nas últimas décadas, e têm refletido em estudos em vários países. O processo de comportamento suicida passa do desespero para uma tentativa de suicídio. A progressão para a execução do ato envolve desajustes emocionais, cognitivos e comportamentais no assunto. No estudo do caso controle, foram encontradas famílias funcionais, embora a maioria dos estudos conte com famílias predominantemente disfuncionais.

As taxas de suicídio, na adolescência, foram de aproximadamente 15-25%, variando em gravidade de pensamentos de morte e de ideação passiva à ideação de suicídio específico com o planejamento. Adolescentes tendem a ser os que mais apresentam ideação suicida em comparação com aquelas pessoas que tentam de fato o suicídio (PACHECO; LOPEZ, 2016).

Foi identificada uma alta letalidade nesta pesquisa, ressaltando que quatro em cada dez adolescentes com ideação suicida são suscetíveis a tentar suicídio. Em relação à ideação suicida, neste estudo, ela foi mais associada a mulheres. Quanto às possíveis causas da ideação suicida, podem estar associados conflitos internos, expressão de sentimentos de angústia, sentimento de não integração a

um grupo ou comunidade, religiosidade. Verificou-se, também, que o consumo de álcool e o tabagismo foram associados à ideação suicida em ambos os sexos, porém, os indicadores mostram associação de estresse psicossocial, tais como sentimentos de solidão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, os fatores de risco para suicídio podem ser individuais em relação à hereditariedade, à saúde mental, à biofisiologia e ao gênero, como também podem ser causas sociais relacionadas à família, a fatores ambientais, a fatores demográficos como desvantagens sociais e econômicas, a problemas na escola, no grupo social e a fatores estressantes da vida cotidiana.

Os registros na literatura apontam fragilidades e limitações em relação às estratégias de intervenção para prevenir comportamentos suicidas no início da adolescência. Isso porque os resultados demonstraram como principais fatores de risco ao suicídio na adolescência: a presença de eventos estressores, a exposição a diferentes tipos de violência, o uso de drogas lícitas e/ou ilícitas, o abuso de álcool, os problemas familiares, as questões relacionadas à pobreza, os transtornos mentais, a depressão (de todas as formas), o transtorno de personalidade (antissocial e borderline com traços de impulsividade, agressividade e frequentes alterações de humor), os fatores sociodemográficos e ambientais.

Considerando que os estudos realizados no Brasil apontam uma taxa crescente de suicídios na população adolescente, resultado de uma gama de fatores de risco aos quais tal grupo está exposto, e que diferenças regionais, culturais, socioeconômicas, entre outras, influenciam o índice de prevalência de suicídio, faz-se necessário o desenvolvimento de estudos adicionais sobre o comportamento suicida.

Por fim, observa-se que existem grandes possibilidades de estudos acerca dessa temática e necessidade de avanços nas pesquisas para que seja possível propor estratégias de intervenção eficazes que contribuam para a diminuição da taxa de suicídio e principalmente, ações que sejam capazes de promover saúde e qualidade de vida. O fenômeno suicídio deve ser combatido, evitando assim que mais jovens recorram à morte voluntária como forma de enfrentamento de dificuldades.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Fabiana de Oliveira; MACEDO, Paula Costa Mosca; SILVEIRA, Rosa Maria Carvalho da. Depressão e o suicídio. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 233-243, jun. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582011000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 02: out. 2020.

BATISTA, Nathalia Oliveira; ARAUJO, Jamille Rodrigues do Carmo de; FIGUEIREDO, Paulo Humberto Mendes. Incidência e perfil epidemiológico de suicídios em crianças e adolescentes ocorridos no Estado do Pará, Brasil, no período de 2010 a 2013. **Rev Pan-Amaz Saúde**, Ananindeua, v. 7, n. 4, p. 61-66, dez. 2016. Disponível em:

<http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-62232016000400061&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 out. 2020.
<http://dx.doi.org/10.5123/s2176-62232016000400008>.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Psicol. esc. educ.**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 63-76, jun. 2007. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572007000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 out. 2020.

BOTEGA, Neury José. Comportamento suicida: epidemiologia. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 231-236, Dec. 2014. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642014000300231&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 out. 2020.
<http://dx.doi.org/10.1590/0103-6564D20140004>.

BORGES, Vivian Roxo; WERLANG, Blanca Susana Guevara. Estudo de ideação suicida em adolescentes de 15 a 19 anos. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 11, n. 3, p. 345-351, Dez. 2006.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2006000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 out. 2020.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2006000300012>.

BRAGA, Luiza de Lima; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Suicídio na adolescência: fatores de risco, depressão e gênero. **Contextos Clínic**, São Leopoldo, v. 6, n. 1, p. 2-14, jun. 2013.

Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822013000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 out. 2020.
<http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2013.61.01>.

CORTES ALFARO, Alba et al. Causas e fatores associados à tentativa de suicídio em adolescentes na Província de Sancti Spíritus. **Rev. Cubana Hig Epidemiol**, Cidade de Havana, v. 48, n. 1, abr. 2010.

Disponível em: <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1561-30032010000100003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 02 out. 2020.

DAYCHOUM, M. **40 ferramentas e técnicas de gerenciamento**: Brasport. 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnica de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ENSSLIN, L.; ENSSLIN, S. R.; PINTO, H. de M. **Research Process and Bibliometric Analysis: Bank Service Quality Assessment**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, art. 4, pp. 325-349, 2013.

Ministério da saúde: <http://bvsmms.saude.gov.br/component/content/article?id=2787> 2018.

OMS. Folha informativa – suicídio. 2018

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5671:folha-informativa-suicidio&Itemid=839.

OMS. **Prevenção do suicídio: Um manual para profissionais da saúde em atenção primária**. Transtornos mentais e comportamentais: departamento de saúde mental. Genebra, 2000.

PACHECO, BE e PERALTA LOPEZ, P. (2016). Comportamento suicida na adolescência e suas condições de risco. **ARS MEDICA Journal of Medical Sciences**, 2 (7-8), 47-55.
<https://doi.org/10.11565/arsmed.v40i1.38>.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

RHINREIMER, Berenice & KUNZ, Mauricio. (2015). Atenção ao Suicídio. **Clinical & Biomedical Research**. 35. 123-125. 10.4322/2357-9730.60044.

SAMPAIO, RF e MANCINI, MC. Estudos de Revisão Sistemática: Um Guia Para Síntese Criteriosa da Evidência Científica. **Rev. bras. fisioter.**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.

SILVA, Roberto; SANTOS, Fabio; SOARES, Nara & PARDONO, Emerson. (2014). Suicidal Ideation and Associated Factors among Adolescents in Northeastern Brazil. **The Scientific World Journal**. 2014. 1-8. 10.1155/2014/450943.

VALLE, Luiza Elena L. Ribeiro do; MATTOS, Maria José Viana Marinho de. Adolescência: as contradições da idade. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 28, n. 87, p. 321-323, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 out. 2020.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil**. São Paulo, 2014. 2014.

WORLD Health Organization. **Prevenção do suicídio: Um manual para profissionais da saúde em atenção primária**. Genebra, 2000.

23 - VIOLÊNCIA CONJUGAL LÉSBICA: A INVISIBILIDADE DE UM FENÔMENO

Rosa Frugoli

Taimã L. L. B. M. Guedes

Andreia da Fonseca Araujo

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema de investigação a violência nas relações conjugais, delimitando-se à questão nos relacionamentos de casais homoafetivos femininos. O objetivo foi compreender as circunstâncias e como ocorre a violência na conjugalidade lésbica.

A violência demarcada pelas diferenças de gênero - tão discutida atualmente - ganha espaço nas pesquisas de cunho científico, abordando a preocupação e consequências sociais que este fenômeno implica. A violência contra as mulheres geralmente encontra-se demarcada pelo parceiro íntimo (ADEODATO et al., 2005) e a violência na conjugalidade é um modo frequente desta violação de direitos. A violência conjugal é atrelada à questão do poder e controle sobre o outro, seja na manifestação física, psicológica, patrimonial, sexual, dentre outras.

Quando se trata de mulheres lésbicas, para Soares e Peres (2017), discutir violência requer entender primeiro a exposição da sexualidade delas diante de uma sociedade majoritariamente heterossexual, o que frequentemente, identifica todos os aspectos de sua vida, seja pessoal, social ou profissional, levando a sofrimentos. Neste contexto, o psicólogo tem papel relevante tendo em vista seu compromisso de promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e da coletividade, bem como basear sua atuação nos direitos à liberdade, dignidade e integridade individual.

Pertinente à presente pesquisa - a investigação da violência nas relações conjugais sob uma determinada orientação sexual - dar-se-á a partir de uma Revisão Integrativa, investigando estudos acerca de mulheres lésbicas que sofrem com violência conjugal, caracterizando o descumprimento dos direitos humanos básicos.

Nas próximas seções serão apresentadas uma breve contextualização teórica sobre os temas violência e conjugalidade lésbica, para posteriormente ser explicado o método da pesquisa de campo a partir das perspectivas teóricas utilizadas.

REVISÃO DA LITERATURA

Violência

Um dos conceitos significativos sobre violência advém da Organização Mundial da Saúde (OMS) que aponta a violência como uso intencional de força física ou do poder. Essa situação pode ocorrer na concretude ou sob forma de ameaças contra si próprio, contra outra pessoa, um grupo ou uma comunidade; que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002).

Minayo (2006) coloca a dificuldade em conceituar violência, por ser um fenômeno originado do que se é vivido. Nas diferentes manifestações da violência encontram-se forte carga emocional para o sujeito que a comete, para quem a sofre e para quem a presencia. Como aponta a autora, a origem da palavra violência vem do latim “*vis*”, que significa força, remetendo a uso de superioridade física e constrangimento sobre o outro. A violência está enraizada nas relações sociais, “*construída no interior das consciências e subjetividades*” (MINAYO, 2006 p. 16). Trata-se, portanto, de um fenômeno que não está ligado somente ao exterior dos indivíduos ou grupos, ultrapassando a interpretação do senso comum de que a violência é produzida pelo outro, mas permeia a subjetividade dos indivíduos e da sociedade.

Dos diversos tipos de violência direcionados às mulheres, geralmente envolvem questões de gênero e se presentificam também nas relações conjugais.

A relação conjugal tem tido cada vez mais espaço nas discussões e trabalhos acadêmicos, bem como maior produção científica. Compreender a conjugalidade é entender também a individualidade expressa na subjetividade de cada componente do casal. Seus desejos, suas experiências, sua compreensão de mundo. Essa individualidade presente na relação perpassa a individualidade do outro, compondo a dinâmica relacional que estrutura uma identidade do casal: “[...] *a relação conjugal normalmente é entendida como um processo organizacional complexo, contínuo e dinâmico entre duas individualidades que constroem uma identidade conjugal*” (PORRECA, 2019, p. 1).

E quando na conjugalidade o fator violência é constatado, frequentemente temos um entendimento de que essa violência conjugal ainda é abordada tendo como referência casais heterossexuais, onde a desigualdade entre os gêneros e os danos físicos e psicológicos ganham maior foco nas publicações acadêmicas. Na maioria dos estudos, com base na luta feminista, o homem é tido como agressor e a mulher como vítima, concretizando o que Conceição *et. al.* (2018), entendem como assimetria de gênero. Tavares e Nery (2016) afirmam que a violência de gênero se manifesta em qualquer tipo de violência contra a mulher. Assim, todo e qualquer ato que cause danos a um dos componentes do casal é considerado aqui como um ato de violência conjugal.

A Lei Maria da Penha, nº 11.340, estabelece em seu Art. 2º que:

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (BRASIL, 2006, p. 15).

A Lei estabelece proteção a toda mulher que sofrer qualquer violência, mas pouco se fala da mulher com orientação sexual homoafetiva. Essa violência existe e possui características específicas, o que requer uma atenção especial na compreensão do fenômeno e no apoio e prevenção deste.

Ao compreender a conjugalidade - pensando nas diferentes formações familiares que diferem da concepção tradicional heteronormativa - este estudo busca olhar para a mulher lésbica quando se é a vítima e compreender a violência nessa relação conjugal, no intuito de dar visibilidade à luta da mulher que se assume homossexual numa sociedade preconceituosa e que desqualifica o papel de ser mulher.

Violência conjugal no relacionamento homoafetivo lésbico

Discutir violência contra as mulheres envolve uma complexidade permeada de subjetividades, contexto cultural e socioeconômico. É um fenômeno presente na vida de muitas mulheres, independentemente de qualquer orientação sexual. Desta forma, ao discutir a violência conjugal lésbica é necessário não se limitar a heterossexualidade, mas também no relacionamento entre diversas possibilidades de arranjos de relacionamentos íntimos e conjugais.

Nesta perspectiva, a discussão da violência entre duas mulheres que se relacionam afetiva e intimamente não tem como objetivo promover maior preconceito ou lesbofobia, mas compreender a conjugalidade lésbica num olhar para essas mulheres como pessoas de direitos e entender o fenômeno na subjetividade do casal, promovendo maior reflexão sobre o assunto.

Atualmente, a entidade familiar homoafetiva é reconhecida perante a lei. Desta forma, no contexto jurídico, ninguém pode ser privado de seus direitos, bem como não podem haver restrições legais por motivo de orientação sexual. Estes são direitos advindos da proteção das leis e do sistema político-jurídico assegurado pela Constituição Federal. No desenvolvimento deste percurso, a comunidade LGBTQI+, enfocando no caso deste estudo as mulheres lésbicas, foi conquistando direitos básicos registrados em lei, ainda que as ações cotidianas não estejam amparadas por tal efetividade.

A união civil homossexual foi liberada na Resolução 175 em 14 de maio de 2013. Assim, ao se constituir a conjugalidade lésbica formalmente ou não, devemos nos atentar às diversas reflexões que os novos arranjos familiares e conjugais podem proporcionar, inclusive problematizar as questões

de violência nestes contextos. Lésbicas que sofrem violência doméstica necessitam também de acolhimento e políticas públicas de atendimento, garantindo seus direitos humanos e direitos como mulher. Ainda, a violência seja perpetrada na conjugalidade lésbica; de maneira física, psicológica, sexual, dentre outras; não se encontram medidas específicas de prevenção ou combate que dão suporte à vítima (SANTOS, 2012).

Considerando o contexto social heteronormativo dominante, a violência conjugal lésbica possui fatores específicos, sendo indispensável conhecimento acerca de gênero e orientação sexual.

Pensando em violência na conjugalidade entre duas mulheres, se requer análise de poder dessas pessoas, pois, se culturalmente a concepção da mulher estar submissa ao homem tem transpassado as gerações com mudanças significativas - onde boa parte das mulheres são reconhecidas como chefes da casa - há de se considerar que no relacionamento lésbico pode se carregar concepções de uma forma de relacionamento perpetuadas por estereótipos ou ausência de conflitos. A simetria de gênero em termos de igualdade de poder pode reafirmar esse estereótipo.

A homossexualidade é tomada como um lugar social num conjunto de relações de poder variadas e dinâmicas. Santos (2012) afirma que pensar em violência entre um casal lésbico carrega preconceito, já que se tem como a agressora a mulher mais “masculinizada”, o que contribui para uma visão de análise heteronormativa no contexto lésbico.

Em pesquisa com mulheres com idade entre 20 e 64 anos envolvidas no ativismo da diversidade de gênero, Santos (2012) pôde tomar nota da visão da violência no relacionamento entre duas mulheres. Na maioria das vezes as entrevistadas minimizavam a violência doméstica entre lésbicas por fatores na qual justificavam a mulher não ser violenta e conseqüentemente não havia espaço no relacionamento para uma agressora; relacionamentos lésbicos são mais saudáveis, então talvez existam (ou nem existam) poucos casos de violência conjugal lésbica já que não há busca por domínio no relacionamento, pois ambas são mulheres. Nas entrevistas em que se falava da existência da violência doméstica conjugal lésbica, algumas entrevistadas relataram que a igualdade de gênero não permitia domínio físico por parte de uma das parceiras; também havia argumentos no qual ocorria “dupla vergonha” em assumir a homossexualidade e assumir que se sofria violência doméstica.

Uma questão importante a ser pontuada é a exposição da orientação sexual para amigos, familiares, comunidade e sociedade. Muitas vezes é uma decisão que causa conflitos com as pessoas em seu meio de convívio, podendo sofrer violência de quem menos se esperava. Além dessa dificuldade, existe também a exposição por sofrer violência doméstica, faltando apoio da família e amigos que não aceitam sua sexualidade, o que contribui para a não notificação de violência, restando reclusão, silêncio e sofrimento. As redes de atendimento não estão preparadas para acolher a mulher

lésbica em sofrimento, reproduzindo preconceito e lesbofobia, proporcionando maior violência, deixando desamparada a vítima que procura ajuda.

A invisibilidade da cultura lésbica no atendimento da mulher que sofre violência doméstica torna o atendimento voltado para o ideal de mulher heterossexual, envergonhando a vítima, levando a maior probabilidade de que ela sofra de forma isolada e silenciosa. A procura pelo apoio de familiares e amigos também tem envolvimento com a exposição da sexualidade.

Propor discussões sobre a violência doméstica em casais de lésbicas tem como principal interesse alertar as vítimas de situações de violência em que elas têm direito ao atendimento e acolhimento nos serviços públicos e instituições que cuidam de mulheres. Neste rol, destaca-se a importância de acompanhamento psicológico, médico, apoio social e jurídico.

MÉTODOS

Esta pesquisa se utiliza do método qualitativo e quantitativo, fazendo um levantamento exploratório sobre o tema da violência na conjugalidade lésbica. O tipo de pesquisa foi bibliográfico, realizando-se Revisão Integrativa.

De acordo com Souza, Silva e Carvalho (2010), uma Revisão Integrativa representa um estudo amplo de abordagem metodológica em relação outros tipos bibliográficos, procurando compreender por completo o fenômeno a ser analisado.

A Revisão Integrativa, por englobar pesquisas experimentais e não experimentais, incorporando a análise de problemas metodológicos, definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, pode ser entendida como uma abordagem voltada ao aprofundamento de um determinado objeto de investigação, inclusive fundamentando outros estudos (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Optou-se pela Revisão Integrativa no intuito de compreender o fenômeno investigado, identificando as informações necessárias, conduzindo a busca de estudos na literatura e as avaliações críticas, definindo um problema, identificando a aplicabilidade dos estudos e determinando sua utilização.

Este percurso de pesquisa fora constituído em seis fases, desde a elaboração da pergunta norteadora da pesquisa - considerada a fase de maior importância - onde foram determinados quais estudos seriam incluídos na pesquisa, quais informações seriam coletadas de cada estudo e como surgiriam as identificações dessas informações. Aqui, delimitou-se que a pergunta norteadora: “quais as circunstâncias e como ocorre a violência na conjugalidade lésbica?”

A segunda fase da Revisão Integrativa foi a busca na literatura, caracterizada pela diversificação e amplitude na busca em bases de dados eletrônicas. A determinação dos critérios foi conduzida pela pergunta norteadora, buscando confiabilidade e fidedignidade dos resultados. Assim, os critérios para se realizar a busca foram:

Critérios de inclusão: busca em base de dados eletrônica Google Acadêmico com a sintaxe “violência doméstica *or* violência conjugal *and* casais lésbicas”. Foram incluídos estudos entre os anos de 2010 até 2019, considerando os resultados apenas na língua portuguesa produzidos em âmbito nacional. Foram considerados apenas artigos acadêmicos que tratassem de violência na conjugalidade lésbica.

Critérios de exclusão: foram retiradas as pesquisas relacionadas aos casais masculinos e heterossexuais, bem como as que não se referiam à conjugalidade. Foram retirados estudos fora do período de 2010 até 2019 e estudos em idiomas diferentes da língua portuguesa ou realizados em outros países. Foram desconsiderados também estudos como dissertações, teses, livros, cartilhas, dentre outros.

Nas demais fases, nas quais utilizou-se de um instrumento que permitisse que a totalidade das informações e dados relevantes coletados fossem organizados (definição dos sujeitos, metodologia, tamanho da amostra, mensuração de variáveis, método de análise e articulação teórica). Posteriormente, houve análise crítica dos estudos incluídos e a discussão dos resultados. Aqui foi realizada a articulação entre os resultados evidenciados nos artigos com o referencial teórico dos estudos sobre gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em princípio, na base de dados Google Acadêmico, mesmo com a inclusão dos critérios da sintaxe, “anos entre 2010 e 2019” e “páginas no idioma nacional”, restaram estudos que não diziam respeito especificamente ao tema de pesquisa. Após filtrar 100 páginas na base de dados, ainda assim, a maior parte dos estudos tratava da temática da violência baseada na heteronormatividade, evidenciando quantidade significativa sobre pesquisas de violência de gênero.

Desta forma, para filtrar os estudos que compreendessem o fenômeno aqui pesquisado, foi realizada a avaliação do título dos trabalhos, a fim de delimitar a investigação da violência que ocorre no relacionamento entre duas mulheres. Para chegar ao número final de artigos selecionados para a continuidade da Revisão Integrativa, realizou-se a leitura dos resumos, chegando ao propósito da pesquisa, que era compreender a violência na conjugalidade lésbica, retirando, portanto, os estudos incompatíveis com a pergunta norteadora. Chegou-se a esse número dando ênfase aos estudos que

abordam a violência doméstica ou conjugal acometida no relacionamento lésbico, ficando evidente o restrito número de estudos específicos voltados à temática neste delineamento de busca dos dados pretendidos nesta investigação.

Os artigos selecionados foram:

Título do artigo: Violência Conjugal Lésbica: relatos de assistentes sociais que atendem mulheres na cidade de Niterói. Autores: Nathaliê Cristo Ribeiro dos Santos; Rita Freitas e Glauber Lucas Ceara-Silva. Local: pesquisa de campo em três instituições da rede de atendimento de Niterói, sendo o Centro Especializado em Atendimento à Mulher (Ceam), que é um serviço da Coordenadoria de Políticas e Direitos das Mulheres de Niterói (Codim); o Programa SOS Mulher, do Hospital Universitário Antônio Pedro e o Centro de Cidadania LGBT de Niterói. Resumo: artigo apresentado como uma análise dos relatos de assistentes sociais que atenderam mulheres em situação de violência na cidade de Niterói (RJ), verificando como a violência conjugal lésbica tem aparecido nos cotidianos profissionais. Ano de publicação: 2019.

Título do artigo: A Violência Doméstica Nas Relações Lésbicas: Realidades E Mitos. Título do periódico: Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política. Autores: Daniella Tebar Avena. Local de trabalho: NEAMP - Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política - PUC-SP. Resumo: a autora apresentou um breve histórico da luta feminista, abordou e investigou conceitos acerca da violência conjugal e doméstica, problematizando a temática para a realidade de mulheres lésbicas. Ano de publicação: 2010.

Título do artigo: Interseções entre homossexualidade, família e violência: relações entre lésbicas na região de Campinas (SP). Título do periódico: Revista de Ciências Sociais. Autores: Érica Souza. Local de trabalho: Campinas, SP. Resumo: estudo sobre famílias homossexuais, investigou seis famílias lésbicas, na qual uma das parceiras esteve em relacionamento heterossexual que adveio/advieram filho(s) e posteriormente relacionou-se com outra mulher. Ano de publicação: 2012.

Título do artigo: Violência doméstica entre lésbicas e a aplicabilidade da Lei Maria da Penha. Título do periódico: 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”. Autores: Tayane Mariza Nascimento Ramos. Local de trabalho: Brasília, DF. Resumo: a partir de estudo bibliográfico, analisou-se a aplicabilidade da Lei Maria da Penha nos casos de violência conjugal e doméstica em casais de lésbicas, que asseguraram direitos à vítima independente de sua orientação sexual. Ano de publicação: 2019.

Título do artigo: Percepções de lésbicas e não-lésbicas sobre a possibilidade de aplicação da Lei Maria da Penha em casos de lesbofobia intrafamiliar e doméstica. Título do periódico: Revista Bagoas, número 11. Autores: Tatiana Nascimento dos Santos, Bruna Pinheiro de Araujo e Luiza Rocha Rabello. Local de trabalho: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Resumo: A Lei

Maria da Penha não se restringe a casais heterossexuais e não diz respeito exclusivamente à violência física e sexual, ela abrange a violência psicológica, moral e patrimonial, que não eram reconhecidas como violência. Também se investigou a percepção da aplicabilidade da Lei Maria da Penha no atendimento a lésbicas vítimas de violência doméstica. Ano de publicação: 2014.

Título do artigo: Olhares sobre a violência conjugal lésbica: o processo da violência silenciada. Título do periódico: 3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social. Autores: Nathaliê Cristo Ribeiro dos Santos e Rita de Cássia Santos Freitas. Local de trabalho: Niterói, RJ. Resumo: análise sobre o atendimento às lésbicas vítimas de Violência conjugal na cidade de Niterói, onde se atentou para estratégias de atendimento a esse público. Ano de publicação: 2015.

Nos artigos selecionados para esta pesquisa, os autores Santos, Araujo e Rabello (2014), Ramos (2019), Santos, Freitas e Ceara-Silva (2019), Santos e Freitas (2015) e Avena (2010) apontam a Lei Maria da Penha como fonte legal de orientação para buscar amparo nas redes de atendimento. Os autores apontam também a necessidade de refletir a respeito das políticas públicas e sociais existentes para o atendimento às lésbicas vítimas de violência conjugal e doméstica, começando por debater e divulgar o problema, sensibilizar os profissionais que atendem essa população e divulgar para a comunidade LGBTQI+ seus direitos, expondo nos meios de publicidade a temática para que a população lésbica sinta segurança em buscar proteção e apoio.

As redes de atendimento existentes, para estes autores, não estão preparadas para acolher e atender mulheres que estão em relacionamento conjugal lésbico, visto que ao preencher uma ficha de atendimento de serviço, não se investiga qual a orientação sexual da vítima, pressupondo que esta sofreu algum tipo de agressão cometida por um homem, o que enfatiza a temática sob o olhar heteronormativo (SANTOS; FREITAS; CEARA-SILVA, 2019).

Apesar da pouca quantidade de artigos que atenderam aos critérios pela busca por respostas à pergunta norteadora desta pesquisa, é notável que Santos, Araujo e Rabello (2014), Ramos (2019), Santos, Freitas e Ceara-Silva (2019), Santos e Freitas (2015) e Avena (2010) demonstram preocupação com a falta de preparo dos profissionais nas multidisciplinaridades que atendem mulheres vítimas de violência conjugal e doméstica.

Dos seis artigos selecionados, três deles são pesquisas de campo, enquanto os outros três são revisão bibliográfica. Duas das pesquisas foram realizadas em Niterói, Rio de Janeiro.

Uma das pesquisas de campo foi realizada por Souza (2012), que investigou a violência conjugal lésbica diretamente no âmbito familiar, na qual foram tomadas como amostra 6 famílias lésbicas. Inclusive, numa destas famílias, uma das parceiras esteve anteriormente em relacionamento conjugal heterossexual e teve filho(s). Logo, a família não planejada foi formada, sendo que uma das

parceiras não fez parte da maternagem, logo a coparentalidade pode ou não acontecer, bem como a aceitação do filho. O estudo contou com mulheres brasileiras de classe média e média-alta, que tenderam a apresentar elementos hierárquicos. Em três dos seis casos foi possível identificar violência conjugal. No que diz respeito à vítima, esse lugar foi ocupado pela mãe, enquanto a parceira ocupou o espaço de agressora, salva as exceções. De qualquer maneira, a primeira situação prevaleceu.

Nos casos em que houve algum tipo de agressão, a figura materna estava em posição passiva e frágil. Há socialmente uma cisão das identidades de mãe e de lésbica, onde a mulher que busca apoio familiar ou com amigos como homossexual e como mãe tenta articular essas identidades (SOUZA, 2012). Aparentemente pode-se identificar a mãe vivendo uma dupla identidade, que se divide como a mulher de orientação sexual lésbica e mãe, já a parceira representada como a lésbica violenta. Um histórico social da imagem da mulher lésbica tida como masculinizada, violenta e perversa muito tem a ver com o preconceito da maternidade lésbica. A lésbica tida como uma pessoa desviante na construção histórica manteve ideais que patologizaram e criminalizaram a lesbianidade (SOUZA, 2012).

A respeito das outras duas pesquisas de campo, uma trata-se da investigação de mulheres, lésbicas ou não, sobre a aplicabilidade da Lei Maria da Penha no atendimento e suporte às mulheres lésbicas que sofrem violência conjugal, realizada por Santos, Araujo e Rabello (2014). Os dados indicaram que as mulheres lésbicas e bissexuais tem maior conhecimento sobre a aplicabilidade da Lei Maria da Penha, mas ainda assim precisam ser conscientizadas de que os direitos das mulheres lésbicas são aplicáveis, independentemente de sua orientação sexual. Nesse estudo as autoras relatam que, durante a pesquisa, uma delas foi agredida verbalmente após a pessoa entrevistada perceber que a pesquisa se tratava de discutir os direitos da mulher lésbica.

O último estudo de caso realizado por Santos, Freitas e Ceara-Silva (2019), trata-se de investigações sobre o atendimento das mulheres lésbicas que sofreram violência conjugal na cidade de Niterói, com relatos de assistentes sociais, no qual se concluiu que é necessário orientar e sensibilizar os profissionais que atendem lésbicas em situação de violência conjugal.

Quanto aos estudos bibliográficos realizados por Ramos (2019), Santos e Freitas (2015) e Avena (2010), apontam as dificuldades das mulheres em encontrar um atendimento multidisciplinar eficaz, bem como confiar na Lei, que muitas vezes não oferece na prática o suporte de direitos em que são baseadas. Foi evidenciada preocupação e sugestão de treinamento e capacitação para os profissionais que atendem mulheres vítimas de violência conjugal (RAMOS, 2019; SANTOS; FREITAS, 2015; AVENA, 2010). Há uma preocupação maior no caso das lésbicas, que sofrem preconceito nos seus pontos de apoio, como a família ou amigos, e quando precisam de serviços em instituições, as políticas públicas não são voltadas para essa população especificamente. Inclusive

não se tem orientações sobre os direitos e a quem recorrer quando há descuido e negligência de direitos. A violência esperada nessas instituições é a violência de gênero na qual os homens são os autores.

A invisibilidade dessa população faz com que não sejam elaboradas e propostas a efetividade de redes de atendimento ou capacitação para esse tipo de situação. Os estudos abordam também as estatísticas brasileiras, que por conta da subnotificação, os dados não condizem com a realidade das mulheres em situação de violência no país. Desta forma, é impossível mensurar estatisticamente quantas mulheres lésbicas que sofrem violência conjugal buscam por ajuda nas redes de apoio, visto que a orientação sexual durante os atendimentos é menosprezada (SANTOS; FREITAS; CEARA-SILVA, 2019). Por outro lado, a Lei Maria da Penha é amplamente citada em todos os artigos, sendo a base de apoio para muitas mulheres. Vale ressaltar, que a quantidade de estudos selecionados para esse trabalho refletiu também a falta de discussão e compreensão desse fenômeno como um problema social.

Enquanto a sociedade como um todo não se preocupar e não reivindicar políticas públicas que proponham atendimento, acolhimento e orientação eficazes, esse problema de saúde pública continuará invisivelmente pintando o preconceito. Assim, os autores Santos, Araujo e Rabello (2014), Ramos (2019), Santos, Freitas e Ceara-Silva (2019), Santos e Freitas (2015) e Avena (2010) propõem também a busca por políticas públicas para essa população, começando pela aceitação dos casais homossexuais como entidade familiar, investigando e pesquisando em âmbito acadêmico, propondo políticas públicas que possam compreender as peculiaridades dos relacionamentos homossexuais e garantir os direitos básicos de proteção ao ser humano, em especial às mulheres lésbicas.

Neste contexto, acrescenta-se que a violência nas relações homossexuais só passou a ser estudada na década de 90 (FACCHINI, 2008). O tema carrega crenças de que as mulheres não são violentas e que estão em uma relação de poder simétrica (AVENA, 2010). A questão do controle e poder sobre o parceiro está diretamente ligada ao relacionamento heterossexual, então pensar no relacionamento conjugal lésbico violento quebra o estereótipo da mulher vítima, frágil e submissa (RAMOS, 2019). Desta forma, Avena (2010) propõe a violência como uma disputa pelo poder, e não uma questão de gênero. Mulheres homossexuais envolvidas em casos de violência conjugal tendem a enfrentar maiores desafios, ligados às questões acerca do preconceito e da não aceitação da união homoafetiva pela sociedade (SANTOS; FREITAS, 2015).

Na tentativa de entender as peculiaridades do relacionamento conjugal lésbico, observa-se que a questão de poder entre gêneros é amplamente abordada, visto que um ponto de difícil delimitação em relacionamentos lésbicos é definir vítima e agressora devido à construção desigual entre gêneros masculino e feminino e da dominação masculina nas relações heterossexuais, trazendo uma maior

complexidade na identificação da vítima e da agressora (SANTOS; FREITAS, 2015). É necessário identificar a agressora não pelas características físicas e sim pela necessidade de mostrar poder, superioridade.

Para Ramos (2019, p. 6) “*a violência doméstica conjugal lésbica ocorre quando uma das partes começa a agir de forma agressiva em relação a outra.*” Uma questão importante a se levar em consideração é a aceitação do casal lésbico como entidade familiar, onde “*não mais cabe questionar a natureza dos vínculos formados por pessoas do mesmo sexo*” (AVENA, 2010, p. 105).

A violência manifestada na conjugalidade lésbica não está entre sexo e gênero, sendo o último construído sob aspectos sociais, culturais e históricos (AVENA, 2010). A violência representa uma manifestação do que é diferente, significando que quando um indivíduo pratica agressão, ele está tentando exercer algum tipo de controle, mostrar dominância e superioridade (SANTOS; FREITAS, 2015). É o caso da homofobia que acontece por não se encaixar nos moldes da sociedade, onde o homossexual é visto como um inimigo a ser e eliminado, resultado de uma cultura machista e homofóbica (SANTOS; FREITAS, 2015).

De acordo com Avena (2010) o histórico do fenômeno da violência em contato com a realidade de quem comete ou quem é vítima de violência está ligado ao ciclo da violência, são atos que se repetem. A violência doméstica acontece dentro de casa, pode ser categorizada como violência psicológica, socioeconômica, sexual, física e maus-tratos. As mulheres que mais sofrem violência doméstica são as de classe social baixa (AVENA, 2010).

E justamente nos casais de lésbicas essa violência tece um cenário bem mais grave e de forma que essa violência acaba por se multiplicar. Já que a construção da identidade passa pela fase de aceitação, o que ocasiona em muitos casos, agressões e não aceitação pelos familiares potencializando a violência doméstica já sofrida (SANTOS; FREITAS, 2015). Em contrapartida, Santos e Freitas (2015) apontam a dificuldade para ter acesso a rede de assistência e amparo a vítimas de violência doméstica, por mais que houvesse desenvolvimento neste tipo de atendimento, as vítimas ainda enfrentam o preconceito contra a homossexualidade, ocasionando maior dificuldade em se expressar e aumentando a culpabilização da violência sofrida, o que consolida e reproduz a discriminação contra a população LGBTQI+.

Avena (2010) explica o ciclo da violência de Walker, de forma que o relacionamento tem um início apaixonado, depois passa por momentos de tensão e chega à explosão, onde ocorre a agressão física. O último ciclo se dá pela reconciliação, onde o autor da violência se mostra arrependido, caracterizando a “lua de mel”. Para Moleiro *et. al.* (2016), com o passar do tempo, o ciclo da violência tende a aumentar sua intensidade e sua frequência. Esta perspectiva também é apontada por Frugoli

e Furquim (2019) na qual o ciclo de violência em relacionamentos íntimos tendem além de cíclico, tornarem-se cada vez mais intensos no que se refere a gravidade das agressões.

Os poucos estudos e empenho dos órgãos competentes em constituir políticas públicas que atendam diretamente casais lésbicos e gays, orientando os profissionais que atendem as vítimas de violência doméstica, bem como, ampliando as normas e cuidados para atendimento onde a vítima poderia se identificar como homossexual, facilitaria o atendimento junto a garantia de direitos a saúde e a cidadania (SANTOS; FREITAS; CEARA-SILVA, 2019).

Os atendimentos para vítimas de violência doméstica ou conjugal são direcionados às mulheres heterossexuais, por ocorrer com mais frequência e pelo fato de a sociedade ter como norma a heterossexualidade. Esse fator evidencia a invisibilidade e o preconceito enraizado na cultura em que vivemos, mesmo após anos de luta de movimentos feministas e LGBTQI+ (RAMOS, 2019). A vergonha e o medo de sofrer mais preconceito ao buscar uma rede de atendimento para orientação ou proteção torna-se um desafio, fazendo com que a vítima, na maioria das vezes, silencie a violência sofrida (PINTO, 2017 *apud* RAMOS, 2019). O medo do preconceito aliado à violência doméstica já sofrida acaba por distanciar vítimas lésbicas do atendimento social, psicológico e jurídico que necessitam (AVENA, 2010).

Como destaca Santos (2012, p. 7): “*Apesar da invisibilidade estatística ou midiática, a violência conjugal lésbica exerce-se de forma tão agressiva quanto qualquer outra forma de violência doméstica*”. A Lei Maria da Penha reconhece a união homoafetiva de mulheres em seu artigo 5º, Parágrafo único: “*As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.*” Desta maneira, desconsiderar a identidade sexual da mulher que busca por socorro é negligenciar o fenômeno da violência em sua raiz, bem como a subjetividade e estilo de vida das lésbicas, desrespeitando seus direitos básicos (SANTOS; ARAUJO; RABELLO, 2014). Assim, Ramos (2019, p. 10), afirma que “*a mulher lésbica que sofreu ou sofre violência conjugal é totalmente amparada pela lei.*”

E mesmo com seus direitos garantidos, para Santos, Freitas e Ceara-Silva (2019), os veículos oficiais de divulgação, em sua maioria, pouco informam sobre o acesso por mulheres lésbicas e bissexuais, quando a violação dos seus direitos na esfera intrafamiliar e doméstica. A violência conjugal lésbica quase não é documentada no Brasil. Mesmo a violência contra as mulheres de um modo geral não carrega estatísticas fidedignas dos fatos ocorridos da realidade brasileira. Ressalta-se que não é possível definir em números a população homossexual, logo não é possível documentar oficialmente a temática (RAMOS, 2019). Portanto, há dificuldade na obtenção dos dados, já que a vítima se sente constrangida em expor sua orientação sexual, o que acaba gerando outro tipo de violência, como, por exemplo, o preconceito.

A divulgação da Lei em campanhas publicitárias sempre mantém o foco na violência conjugal, especificamente nas relações heterossexuais (AVENA, 2010). Para Ramos (2019) isso se dá pelo fato de a sociedade não reconhecer a existência de violência entre mulheres. E considerando que mulheres lésbicas já sofrem lesbofobia, que também é uma forma de discriminação contra mulheres, é evidente que a aplicação da Lei Maria da Penha deve revelar, prevenir e punir a lesbofobia no ambiente intrafamiliar e doméstico, onde frequentemente lésbicas e bissexuais são agredidas, humilhadas, feridas, maltratadas ou expulsas de casa por familiares que se opõe ao direito da livre expressão e vivência da sexualidade.

A violência doméstica em casais lésbicos ainda é uma problemática pouco discutida e estudada, ocasionando a omissão de atendimento especializado às vítimas (SANTOS; FREITAS, 2015). A visibilidade das famílias lésbicas pode contribuir para a orientação sexual da mulher homossexual, propondo reflexão e extinguindo o preconceito. As causas também não são investigadas, para poder propor prevenção. Avena (2010) aponta uma possível causa para o desenvolvimento do fenômeno da violência. O ciúme é um fator associado à posse da parceira. Pode surgir da necessidade de demonstrações de amor e afeto, de fantasias, medos e inseguranças e pode destruir relacionamentos. Avena (2010) aponta três tipos associados à tentativa de resolução do ciúme: tipo heroico, onde há um terceiro na relação - em princípio a parceira aceita a ideia - desejando que sua amada seja feliz, mas quando essa relação termina de fato, a tendência é vir à tona a mágoa e ódio; o tipo passional é relacionado à dependência da parceira, onde não é somente o prazer que envolve o relacionamento, mas a necessidade de ter aquela pessoa para si; o terceiro e último tipo é a paixão unilateral, que acontece quando a pessoa passa a se diminuir, ficando com ciúme, pois acha que qualquer outra pessoa é melhor que ela.

Pode-se categorizar o ciúme como normal, onde a parceira tem um momento de tristeza, o ciúme projetado, que é o desejo de ser infiel ou a própria infidelidade, e o ciúme delirante, chegando a ser patológico (AVENA, 2010).

O fenômeno da violência é complexo, sendo necessária maior investigação sobre a temática em suas diversas manifestações. Quanto mais pesquisas, mais reflexão serão propostas e maiores serão os meios de comunicação e conscientização que chegarão às comunidades mais afetadas, no intuito de atingir a toda a sociedade.

O grau de vulnerabilidade social a que uma pessoa está submetida está diretamente relacionado à maneira como ela irá vivenciar essa violência. No caso das mulheres a violência pode ser naturalizada devido à construção social do gênero feminino como inferior ao gênero masculino. A cultura machista e a dominação masculina estão inseridas em nossa cultura e por mais que muitos

avanços, no sentido, de igualdade em direitos e movimentos feministas, a sociedade continua inserida em uma cultura conservadora e preconceituosa (SANTOS; FREITAS, 2015).

E para que os mecanismos de prevenção e combate à violência sejam eficazes, Santos e Freitas (2015) apontam a necessidade criar um atendimento com profissionais capacitados e sensibilizados que abranja os aspectos criminais, sociais e psicológicos.

A Lei Maria da Penha assegura proteção à mulher que sofre violência doméstica, independentemente de sua orientação sexual. A relação homossexual é uma composição da entidade familiar, cabendo à lei proteger as mulheres lésbicas que necessitam de apoio. Há maior necessidade de visibilizar as relações homossexuais, abrindo caminho para a elaboração de políticas públicas que atendam a essa população (SANTOS; ARAUJO; RABELLO, 2014).

No âmbito das instituições de atendimento para acolher as mulheres vítimas de violência conjugal, Santos e Freitas (2015) apontam os Centros de Referência especializados no atendimento à mulher, as Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAMs), a Coordenadoria de Políticas e Direitos das mulheres (CODIM), hospitais e Juizados especializados em violência doméstica e familiar contra a mulher.

Quando se fala da violência existente em um casal homossexual pode-se entender a questão como algo desqualificado, o que pode diminuir as conquistas da população LGBTQI+ e podem colocar em evidência o fenômeno, de forma a denegrir a representação. Enfatiza-se aqui a necessidade de ampliarem-se os estudos e reflexões acerca da violência conjugal lésbica, como aponta Ramos (2019, p. 5): *“a invisibilidade das lésbicas em relação a violência conjugal é grande [...] devido a sociedade colocar a mulher como um ser frágil e não acreditar que possa existir violência entre elas.”*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mulher brasileira enfrenta diariamente situações de abuso ou violência, seja em casa, na rua, no trabalho ou no supermercado. Ser mulher no Brasil carrega uma imagem preconceituosa que desonra a identidade e a luta diária de cada mulher. A violência contra as mulheres é bastante abordada no âmbito acadêmico, mas em relação à violência contra a mulher lésbica (lesbofobia) pouco se fala ou se estuda (AVENA, 2010; SANTOS; FREITAS, 2015; RAMOS, 2019).

Por meio da análise dos artigos e do embasamento teórico foi possível evidenciar a existência da violência conjugal nos relacionamentos lésbicos, prevalecendo dois tipos de manifestações do fenômeno: a violência física e a violência psicológica.

No que diz respeito a esta pesquisa - a violência conjugal lésbica - considera-se que a vítima não tem amparo no momento de fragilidade e vulnerabilidade. Além do preconceito que sofre diariamente por familiares, no trabalho ou nas redes de relações interpessoais, o sofre mais uma vez ao buscar apoio em instituições voltadas ao acolhimento da vítima de violência conjugal ou doméstica. Isso se dá pela falta de capacitação e despreparo profissional dos agentes responsáveis pelo acolhimento da vítima.

A violência em suas diversas maneiras de manifestação causa sofrimento psicológico, emocional e físico para as vítimas. Por falta de apoio familiar e sociopolítico, muitas mulheres não denunciam a violência sofrida, principalmente as lésbicas, que não tem visibilidade, atendimento e amparo adequados.

A necessidade maior é enfrentar os preconceitos que carregam os relacionamentos homossexuais para a partir daí, buscar por garantia dos direitos de proteção. É preciso conscientizar a população homossexual sobre seus direitos, conscientizar a população de que a violência que permeia esses relacionamentos é um problema de saúde pública. Igualmente se faz necessário capacitar os profissionais que atuam diretamente no atendimento de vítimas de violência conjugal para que as leis e as políticas públicas logrem em maior efetividade. Para Santos, Freitas e Ceara-Silva (2019, p. 138), é necessário um trabalho de *“sensibilização entre os profissionais que atendem casos de violência e até mesmo com a própria sociedade, no sentido de chamar atenção para a existência e a gravidade desse tipo de violência.”*

Os dados obtidos a partir da Revisão Integrativa indicam a falta de estudos sobre a temática da violência conjugal lésbica, caracterizando também uma forma da invisibilidade a essas mulheres vítimas. Mesmo com baixa visibilidade, foi possível concluir que há violência no relacionamento conjugal lésbico, sendo a violência psicológica e a violência física as agressões mais prevalentes. Enfatiza-se a importância da divulgação e orientação das redes de apoio e direitos das mulheres. Destaca-se aqui a preocupação com a prevalência da violência psicológica, que permeia silenciosamente os relacionamentos conjugais, causando sofrimento à vítima.

Compreendeu-se aqui que a questão do gênero construída culturalmente em relação às mulheres impõe a elas a figura frágil, submissa e inferior se comparado ao gênero masculino, isto revela entender o fenômeno por um viés que mantém assimetrias das relações de gênero em termos de poder. Desta forma, foi possível identificar que nesse contexto a violência se manifesta da necessidade de controle e ou poder sobre a outra.

Compreender o fenômeno da violência é um caminho complexo. Compreendê-lo permeado nas relações conjugais entre duas mulheres o torna mais complexo ainda. O ideal da mulher submissa e frágil, incapaz de demonstrar violência é um tabu quebrado quando se fala da existência da violência

em suas diversas manifestações no relacionamento conjugal lésbico. A violência conjugal lésbica existe, é um problema de saúde pública, apesar de não ser tratado efetivamente como tal. Quanto mais se discutir, pesquisar e publicar sobre o fenômeno, mais base e apoio se constrói para a elaboração de políticas públicas adequadas e eficazes que garantam a proteção da lésbica em situação de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, Vanessa Gurgel; CARVALHO, Racquel dos Reis; SIQUEIRA, Verônica Riquet; SOUZA, Fabio Gomes de Matos. **Qualidade de vida e depressão em mulheres vítimas de seus parceiros**. Fortaleza, Revista Saúde Pública, n. 39, p. 108-113, 2005.

ALENCAR, Renato dos Santos; RAMOS, Edson Marcos Leal Soares; RAMOS, Maely Ferreira Holanda. **Violência doméstica nas relações lésbicas: registros da invisibilidade**. São Paulo, v.12, n.1, p.174-186, fev/mar 2018.

BATISTA, Karina Barros Calife; SCHRAIBER, Lilia Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas. **Gestores de saúde e o enfrentamento da violência de gênero contra as mulheres: as políticas públicas e sua implementação em São Paulo, Brasil**. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2018, vol.34, n.8, e00140017. Epub 20-Ago-2018. ISSN 1678-4464. <<https://doi.org/10.1590/0102-311x00140017>>.

BRASIL. **LEI MARIA DA PENHA, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Diário Oficial da União, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 08/06/2020.

CONCEIÇÃO, Thays Berger; BOLSONI, Carolina Carvalho; LINDNER, Sheila Rubia; COELHO, Elza Berger Salema. **Assimetria e simetria de gênero na violência por parceiro íntimo em pesquisas realizadas no Brasil**. Florianópolis, *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 23, 2018.

CRUZ, Mércia Santos; IRFFI, Guilherme. **Qual o efeito da violência contra a mulher brasileira na autopercepção da saúde?** *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v 24, nº 7, p. 2531-2542, julho de 2019.

FACCHINI, Regina. **Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Doutorado em Ciências Sociais, 2008.

FRUGOLI, R., FURQUIM, G. T. (2019). **Conhece violência contra as mulheres? E a psicológica?** In.: *Psicologia para pais e Educadores*. (Org) Caetano, L. M.; Silva, S. C. Ed Juruá. vol 2, 119-128.

FURQUIM, Giovana Tomé. **Mulheres, violência conjugal e o Sistema Único de Saúde (SUS): contribuições do serviço de Psicologia**. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) – Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, p. 115, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Temas em Saúde collection. 132 p. ISBN 978-85-7541-380-7. <<http://books.scielo.org>>.

Ministério da Saúde. **Violência Intrafamiliar: orientações para a prática em serviço**. Secretaria de Políticas de Saúde, Brasília – DF, Cadernos de Atenção Básica, nº 8, Série A – Normas e Manuais Técnicos; nº 131, 2002. http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf

MIURA, Paula Orchiucci; SILVA, Ana Caroline dos Santos; PEDROSA, Maria Marques Marinho Peronico; COSTA, Marianne Lemos; FILHO, José Nilson Nobre. Violência doméstica ou violência intrafamiliar: análise dos termos. Belo Horizonte, *Psicologia & Sociedade*, v. 30, p. 1-13, dez 2018.

MOLEIRO, Carla; PINTO, Nuno; OLIVEIRA, João Manuel de; SANTOS, Maria Helena. Violência doméstica: boas práticas no apoio a vítimas LGBT: guia de boas práticas para profissionais de estruturas de apoio a vítimas. *Revista Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero (CIG)*, Lisboa, p. 1-70, nov 2016.

OLIVEIRA, Bruno Gonçalves de; FREIRE, Ivna Vidal; ASSIS, Carla Santana; SENA, Edite Lago da Silva; BOERY, Rita Narriman Silva de Oliveira. **Responsabilidade dos profissionais de saúde na notificação dos casos de violência**. Brasília, *Revista Bioética*, v. 26, nº 3, p.403-411, jul/set 2018.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OPAS). Índices sobre a violência contra as mulheres, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Definição de violência e registros estatístico, anos 2002 e 2017.

PORRECA, W. **Relação conjugal: Desafios e possibilidades do “nós”**. Brasília, DF, *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v.35, 2019.

ROLIM, Kamêni Lung; FALCKE, Denise. **Violência Conjugal, Políticas Públicas e Rede de Atendimento: Percepção de Psicólogos(as)**. Rio Grande do Sul, *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 37, n. 4, p. 939-955, out/dez 2017.

SANTOS, Ana Cristina. **‘Entre duas mulheres isso não acontece’ – Um estudo exploratório sobre violência conjugal lésbica**. *Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]*, n. 98, p. 3-24, set 2012. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/4988>

SILVA, Rosa Maria Frugoli. **A delegacia dos fundos: uma etnografia na delegacia especializada de atendimento à mulher**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal de São Paulo, p. 1-276, 2017.

SOARES, Suane Felipe; PERES, Milena Cristina Carneiro; DIAS, Maria Clara Marques. **Lesbocídio: as histórias que ninguém conta**. Rio de Janeiro, V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, 2017.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da ; CARVALHO, Rachel de. **Revisão integrativa: o que é e como fazer**. *Einstein (São Paulo)* [online]. 2010, vol.8, n.1, pp.102-106. ISSN 2317-6385. <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>.

TAVARES, Ana Carolina Cerveira; NERY, Inez Sampaio. **As repercussões da violência de gênero nas trajetórias educacionais de mulheres.** Florianópolis, Pesquisa Aplicada: v.19, n.2, p.241-250, jul/set 2016.

ZANCAN, Natália; HABIGZANG, Luísa Fernanda. **Regulação Emocional, Sintomas de Ansiedade e Depressão em Mulheres com Histórico de violência Conjugal.** Bragança Paulista, Psico-USF, v.23, n.2, p.253-265, abr/jun 2018.

24 - VIVÊNCIA DA EQUIPE MÉDICA FRENTE A MORTE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Pedro Brandão Rodrigues
Ana Cristina Araújo do Nascimento

INTRODUÇÃO

A morte pode trazer à tona angústias, sofrimentos, medos e demais aspectos que mobilizam os mecanismos de defesa das pessoas e as levam a evitar pensar sobre ela. No entanto, ao lidar com a morte, é necessário que a equipe de saúde saiba prover uma postura de cuidado e de acolhimento ao paciente. Se o profissional não estiver preparado para enfrentar o processo de morrer do sujeito a sua frente, oferecendo-lhe um olhar biopsicossocial e humanizado, a promoção do cuidado pode ser parcial ou até mesmo nula. O que se pretende ressaltar é que o processo de enfrentamento da morte e do morrer é um fenômeno pelo qual todos irão passar; independentemente das técnicas aprendidas ou da história de vida, virá a acontecer (KÜBLER-ROSS, 2008).

Acredita-se que, numa estrutura curricular que hegemonize uma formação mais biológica e segmentada - como no caso dos médicos e graduandos de medicina - a reflexão acerca da morte e do luto possa ser prejudicada. Por outro lado, acredita-se que se a formação profissional oferecer mais significado para o enfrentamento da morte, o estudante poderá ter mais instrumentalização para elaborar o óbito dos pacientes. Além da deficiência nesse aspecto da formação, existe uma tendência de o sistema de saúde sobrecarregar seus profissionais, dificultando ainda mais esse enfrentamento. Essa mesma tendência favorece a evitação e a frieza ao lidar com o paciente que está no processo de morte (TRONCHIN, 2009).

Analisar, refletir e sintetizar o conhecimento trazido pelas pesquisas que abordam esse tema facilita aos profissionais da saúde o acesso ao saber sobre as dificuldades e os sentimentos enfrentados pelos médicos. Logo, a importância do tema para o profissional da saúde mental está no auxílio à profissão médica, trazendo uma intervenção holística a respeito do pensar a morte, contribuindo para uma melhor compreensão por parte dos médicos do processo de morrer e do luto e, conseqüentemente, auxiliando na preparação do futuro médico e aumentando as possibilidades de o paciente receber um atendimento mais próximo do integral.

O objetivo deste trabalho é analisar os aspectos relacionados às reações do médico frente à vivência da situação de morte de seus pacientes, a partir da literatura científica brasileira publicada em um período de 20 anos, identificando sentimentos, padrões e defesas frente à terminalidade, a fim

de permitir que modelos de intervenção mais direcionados sejam criados para o auxílio desses profissionais.

Nas próximas sessões deste capítulo, será apresentada uma breve explicação teórica segundo a psicanálise de como o processo de morte é percebido e de como a formação médica e institucional afeta esse fenômeno. Em seguida será explicitado o método utilizado para a pesquisa e serão expostos e discutidos sob a óptica metapsicológica os resultados alcançados.

REVISÃO DE LITERATURA

É inegável que o processo de doença e de morte foi institucionalizado ao longo dos anos, realocando o indivíduo da sua casa para o hospital. Neste, amparado por profissionais da saúde, pela tecnologia e pela ciência, o processo de enfermidade e a ruptura da vida, ao longo da história, perderam muito de sua carga mítica. Ainda assim, é inegável que, apesar do prolongamento da expectativa de vida e das descobertas científicas, perturbações emocionais e aversão à morte são ainda comuns (BELLATO; CARVALO, 2005. KÜBLER-ROSS, 2008).

O morrer e sua relação com a vida psíquica são explorados por diversas bases epistêmicas. Sob um viés psicodinâmico, é muito comum a explanação das defesas frente à morte e das etapas de aceitação do luto, como exaustivamente elaborado pela obra de Kübler-Ross (2008). Ou seja, para a aceitação da morte, o sujeito provavelmente atravessará as seguintes etapas de defesa: primeiramente, negação neurótica frente à transitoriedade, seguida por sentimentos de raiva e a inveja; entra-se então numa fase depressiva, que prepara para a perda propínqua, até chegar ao estado em que se tolera o enfrentamento frente ao inevitável. Os motivos que levam às defesas citadas são explicados ao se retomar a literatura metapsicológica.

Pensar a morte segundo os processos conscientes é possível, ainda que gere temor, angústia ou, até mesmo, indiferença. No entanto, na lógica do inconsciente, a morte é simplesmente inexistente e inconcebível. Essa incapacidade se refere à “crença” na imortalidade do objeto, muito correspondente à lógica do inconsciente, que mantém sua característica de atemporalidade. Esse funcionamento indica por que enfrentar o processo de luto de outrem também pode ser considerado um luto antecipatório de si próprio. É compreensível, portanto, a tentativa de se defender da ideia de finitude, ou melhor dizendo, de se utilizar da defesa frente à transitoriedade (FREUD, 1972, 2016).

Como, no inconsciente dos indivíduos, a morte não pode ser a sua própria, o medo se dá pela compreensão da morte não como um fenômeno natural, mas como uma força danosa, externa a ele e que por isso o castiga. Assim, no inconsciente não há o discernimento entre o real e as fantasias, com a retomada de medos que podem parecer ilógicos quando trazidos para a lógica da realidade, mas que

diante de situações estressoras e maiores que a capacidade emocional, voltam a dominar. Um exemplo disso é o sentimento de culpa quando um ente querido falece, como se pudéssemos ter evitado a morte, ou até mesmo como se fosse uma punição. Posteriormente, outros sentimentos podem surgir, mesmo que reprimidos ou com intensidade mínima, uma vez que esse processo angustiante sempre se encerra com uma fase de raiva, ira ou fúria (KÜBLER-ROSS, 2008).

Morrer pode ser triste sob vários aspectos, mas tem-se tornado algo cada vez mais impessoal e solitário. Com a hospitalização da morte, o sujeito pouco a pouco passou a ser tratado como objeto, sem direito a opinar, enquanto os profissionais dão atenção para as máquinas e para os sinais vitais. Mas, ainda assim, ele é um sujeito que deseja ser ouvido e acolhido. Kübler-Ross (2008) questiona se essa forma impessoal cada vez mais frequente de lidar com os pacientes não seria fruto da ansiedade provocada no profissional pelo doente, ou, mais especificamente, uma ansiedade frente à morte e, conseqüentemente, da ideia da transitoriedade da vida, que poderia ser a do próprio sujeito ou de seus objetos de amor.

As crenças diante da morte também se modificaram. Com a diminuição do sofrimento pelo avanço médico, o significado do sofrer na Terra para se regozijar em uma pós-vida perdeu um pouco do sentido. Essa rejeição religiosa, conforme apontado por Kübler-Ross (2008), aumenta nossa ansiedade frente à morte. Outra atitude diante da morte é ignorá-la, uma propensão comum advinda da nossa sociedade atual. Porém, como nem sempre é possível manter a negação, existe a tentativa de dominar a ideia ou de se sentir aliviado por não ter morrido no lugar do outro. No entanto, ainda permanece o medo, gerado pela identificação com aquele que morreu; embora na nossa consciência ocorra a ideia de finitude, é possível que tomemos a morte do outro como angústia e abandono (KÜBLER-ROSS, 2008; RIBEIRO, 2008).

Atualmente, o sofrimento da morte não está relacionado apenas à dimensão do ser e à uma dimensão subjetiva; também se transformou em um problema econômico e político. O contraponto dessa concepção está na retirada da responsabilidade da dor e do sofrimento de sua posição estrutural, despolitizando-os.

Por este caminho da medicalização da vida biológica e psíquica, os problemas cruciais são despojados de suas dimensões sociais, são despolitizados, e apresentam-se como questões particulares e individuais, que uma visita a um especialista renomado, um bom calmante, um passeio ou um regime alimentar na base dos “diets” e “lights” podem resolver. Isto é muito importante de ser levado em conta principalmente numa realidade de América Latina, em que temos “dor e sofrimento sociais” provocados por um sistema socioeconômico excludente em plena era de globalização econômica. (CARVALHO, 1999 *apud* PESSINI, 2002).

A dor e o sofrimento, presentes na doença terminal, quando não cuidados, ameaçam a integridade e a perspectiva pessoal do paciente. A contradição está em que um dos primeiros objetivos

da medicina ao cuidar é aliviar tanto a dor quanto o sofrimento. A dor e o sofrimento não cuidados não se restringem ao físico e ao psíquico, mas se inter-relacionam com o social e com o espiritual. O sofrimento sentido na fase terminal da doença afeta, além do conceito de si próprio, a sensação de estar conectado ao mundo e evolui para um sofrimento de perda do sentido da vida e do controle. Não somente o indivíduo está morrendo, mas também seus significados (PESSINI, 2002).

Para ajudar a lidar com essa realidade do paciente, o sofrimento biopsicossocial deve ser enfrentado, assim como o processo de morte. A força terapêutica estará no triângulo da relação entre paciente, família e cuidadores. Todavia, o caráter relacional amarga diante das reações emocionais de negação, raiva, culpa e medo, e seria ingenuidade restringir a conduta ou as defesas pessoais como únicas e exclusivas daquele que cuida, porque essas também recebem influência da forma como sociedade está configurada e de como as instituições se portam diante da morte (KÜBLER-ROSS, 2008).

Favorecer a reatividade do sujeito frente à realidade da doença é o foco do trabalho na Psicologia Hospitalar, razão pela qual se valoriza a subjetividade. Essa preocupação decorre do impacto provocado pelo adoecimento. Todavia, esse pressuposto não parece ser valorizado na formação do médico, visto que, ainda que exista a ideia de cura e de salvação de vidas, muitas vezes os médicos não têm tempo para conhecer ou para se interessar pelo paciente. Dessa forma, os atendimentos não são direcionados ao paciente como um ser humano complexo e total, ou seja, a medicina afasta o paciente de seu lugar de sujeito, silenciando a voz subjetiva. A Psicologia, nesse contexto, não parte de uma filosofia de cura, pois além da cura estão medos, angústias, resistências e demais elementos subjetivos, concepções esvaziadas na episteme médica (SIMONETTI, 2014).

Na formação médica parece haver uma ênfase no desempenho biomédico, enquanto as relações interpessoais não são tão valorizadas e ensinadas. Ao mesmo tempo, também existe menor enfoque na particularidade do indivíduo e mais foco no atingimento da massa. Sem intenção de diminuir a importância e a eficiência da episteme e da metodologia da medicina, o discurso médico possui uma diferença radical em comparação com o discurso psicológico. Enquanto este prioriza a leitura da subjetividade, aquele retira o que é subjetivo para o tornar legível de acordo com os signos médicos para sintomas e doenças (MORETTO, 2001; KÜBLER-ROSS, 2008).

O discurso médico coloca uma coerção que deve ser executada tanto ao médico quanto ao paciente. Essa imperatividade só se sustenta devido a sua objetividade e cientificidade. O resultado ao apagar a subjetividade de ambos é a desconsideração de suas subjetividades na prática clínica. No entanto, se uma ação carece de interpretação e subjetividade, como a práxis referida, permite que as resistências interfiram de acordo com os conteúdos transferenciais e as contratransferências (SIMONETTI, 2014).

A falta de uma reflexão sobre a subjetividade na prática médica abre portas para que mecanismos de defesas, vieses e demais conteúdos subjetivos atuem sem serem percebidos. Portanto, ainda que a tentativa de apagar a subjetividade da relação fracasse, há consequências tanto para o médico quanto para o paciente. É por esse motivo que, mesmo o discurso médico sendo o predominante nos hospitais, pouco a pouco demais disciplinas estão ganhando espaço de atuação e intertextualidade ao interagir com o paciente. Ainda que exista uma antinomia radical entre o saber médico e o saber da Psicologia ou da Psicanálise, a reflexão e a comunicação multidisciplinar são tanto saudáveis quanto necessárias na atuação de ambas as profissões, porque os saberes são interdependentes. Somente assim é possível atender as necessidades de um indivíduo em sua complexidade, seja ele o médico ou o paciente (MORETTO, 2001).

A visão biocêntrica da educação médica é fundamentada pelo Relatório Flexner, de 1912, que propôs uma profunda transformação da estrutura do currículo médico para a forma como é conhecido atualmente. Na visão proposta por esse documento, com o objetivo de intervenção física e química, a doença é vista como um mau funcionamento do mecanismo biológico e o corpo humano tem seu estudo segmentado. Com isso, a capacitação foi direcionada para que houvesse especialistas em doenças, não em cuidado, desenvolvendo as práticas e visões reducionistas discutidas (PAGLIOSA; DA ROS, 2008). Posteriormente houve a inclusão do elemento sociocêntrico, caminhando para currículos com alguma fundamentação antropocêntrica que garantissem a formação de profissionais com uma visão mais ampla que a visão apenas biomédica. No entanto, como afirma Pessini (2002), essa mudança ainda não considera a ausência da formação antropocêntrica no currículo como um problema ético que necessita de reflexão.

Quando a cura não é mais possível, impera a preocupação com o cuidado e a redução do sofrimento. Esse é o caso dos pacientes terminais, que contam com o auxílio da medicina paliativa, prevalecendo as intervenções de caráter psicossociais. O tratamento paliativo deve ser individualizado de acordo com as necessidades e interesses do paciente, auxiliando para uma morte digna e no alívio da dor. Outro ponto de fundamental importância é o foco nas relações interpessoais, evitando o sentimento de abandono do paciente por meio da presença da equipe de saúde e deixando espaço para a fala do doente. No entanto, estar diante do processo de morte do paciente, dentro ou não do cuidado paliativo, pode levar a comportamentos de evasão que prejudicam a terapêutica (SIMONETTI, 2014).

Se a equipe não consegue nem falar sobre o paciente, muito menos conseguirá ouvi-lo e acolhê-lo nos últimos dias de sua vida. Em relação ao acolhimento, a resistência está presente até mesmo na consideração do que significa ser um paciente terminal, uma vez que essa definição implica subjetividade, devido à falta de protocolo médico para sua consideração. Observa-se, então, a

utilização da formação reativa diante da ansiedade por se afastar ou por ignorar a situação do paciente, junto à situação desiderativa de seu desaparecimento. Essa conjuntura leva a um bloqueio de comunicação, de vital importância para a manutenção do apoio emocional do paciente.

A comunicação defasada é muitas vezes projetada na família ou no próprio doente, ao invés de afirmadas como próprias da equipe médica (QUINTANA *et al.*, 2006). Maldonado e Canella (2003 *apud* IMANISHI; SILVA, 2016) apresentam a problemática dos profissionais que atuam de forma ríspida e autoritária, querendo submeter o paciente. Além da desintegração multidisciplinar, nessas situações o trabalho adquire um clima desarmonioso e, com isso, a comunicação entre profissional-paciente-instituição se torna fragmentada, assim como sua visão do paciente.

Não é somente o processo de morte em si que dificulta a situação. A equipe médica necessita dispor de esforços cognitivos, estágio contínuo de concentração e é pressionada a fazer escolhas para beneficiar determinados pacientes em detrimento de outros. Essas práticas causam danos no seu trabalho pelo sofrimento físico e emocional que provocam e afetam a qualidade da prestação de serviços, minando as relações socioprofissionais, a integração e interferindo, conseqüentemente, no ato de cuidado. Na UTI, por exemplo, a equipe multiprofissional enfrenta diversos fatores além da dificuldade de aceitação da morte, como situações de alta complexidade, emergências, cuidar de pacientes em estado grave, mas ainda assim, lidar com a morte é uma das experiências mais delicadas da vida profissional e, no geral, é uma experiência frustrante emocionalmente para a família devido à falta de suporte que o profissional e a rede hospitalar deixam de oferecer (LEITE; VILA 2005).

Retirar o caráter social e psicológico do processo de morte leva sofrimento tanto ao paciente como ao médico, porque é retirada a visão integral do processo, seja educacional ou seja próprio da saúde, o que é contraditório, visto que a integralidade é atualmente uma das formas mais eficazes de promoção e de prevenção utilizadas como embasamento das práticas de saúde. A pouca importância atribuída à atenção integral é reflexo do baixo investimento em interação social e em relacionamento interpessoal. Além disso, também está relacionada com o corporativismo e o privilégio dos hospitais nas políticas públicas de saúde, que mantêm o conceito intervencionista e de medicalização, ignorando as demais necessidades do paciente. É exatamente isso que tem sido apontado, uma atenção privilegiada à técnica e à recuperação da saúde, em defasagem da integralidade (LEITE; VILA, 2005; TRONCHIN, 2009).

Aumentar a proximidade entre os estudantes de medicina e os pacientes em estado terminal é de grande valia, bem como debater em grupo as dificuldades favorece a troca e a comunicação das experiências de cada um, sendo eficaz para o enfrentamento da morte, ao mesmo tempo que permite ir além dos tabus sobre o tema. Assim como qualquer sujeito diante da morte, os estudantes de medicina também possuem reações emocionais diversas (TRONCHIN, 2009).

MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, voltada à revisão integrativa. Tomando como base os critérios de Mendes, Silveira e Galvão (2008), a coleta de dados foi planejada de acordo com as seguintes etapas:

1ª) Identificação do tema de pesquisa: a pesquisa foi realizada de acordo com a pergunta-problema sobre o tema, que deveria ser respondida.

2ª) Estabelecimento de critérios de inclusão e de exclusão de estudos para a composição da amostra de fontes bibliográficas: as bases de dados utilizadas foram Periódicos Capes, Banco de Teses da Capes, SciELO e Biblioteca Virtual em Saúde Brasil. Os descritores utilizados na busca das fontes foram “equipe médica frente à morte”, “estudantes de medicina e a morte”, “equipe de saúde e a morte”.

Foi considerado como critério de inclusão as pesquisas brasileiras realizadas nos últimos 20 anos no Brasil e que estivessem disponíveis *on-line*, cujos participantes fossem médicos formados ou estudantes de medicina. Como critério de exclusão, foi considerado as pesquisas repetidas ou que não fizessem distinção das profissões dos participantes.

O procedimento de análise dos dados seguiu as seguintes etapas (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008):

3ª) Categorização dos estudos, definindo as informações extraídas das fontes bibliográficas selecionadas.

4ª) Avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa para os resultados da pesquisa. Os resultados foram divididos em duas categorias principais: os aspectos formais dos artigos, de acordo com o número de fontes bibliográficas encontradas, quantidade de participantes, autores e revistas que mais publicaram, ou seja, de caráter mais quantitativo; e os aspectos de conteúdo, sendo as informações qualitativas que se relacionam com o cumprimento dos objetivos de pesquisa.

5ª) Interpretação dos resultados, discutindo-os e comparando-os com o material teórico existente, formando conclusões, identificando lacunas e problemas no objetivo de pesquisa, bem como a proposição de um protocolo de intervenção.

Na revisão integrativa, a síntese e a conclusão permitem generalizações do fenômeno, gerando uma intervenção de cuidado mais efetiva e com melhor custo-benefício na área da saúde. No entanto, o estudo de revisão integrativa pode ter diferentes finalidades, determinadas pelo revisor, podendo ser direcionado para definição de conceitos, revisão de teorias ou análise metodológica dos estudos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O número total de pesquisas selecionadas para a análise somou 38 fontes bibliográficas. Os resultados referentes aos aspectos formais das publicações indicaram que os estudos sobre a temática começaram a aparecer somente a partir de 2005, ou seja, há 15 anos. Os anos com maior número de publicações foram 2013 e 2016, sendo que, desde 2015, pelo menos um estudo foi realizado nos anos seguintes, até 2019.

Os resultados referentes aos aspectos de conteúdo das fontes estreitaram o foco da pesquisa, voltando-o para os médicos e para os acadêmicos de medicina, e identificaram categorias relacionadas a temas que expressam a percepção dos participantes envolvidos: questões sobre terminalidade, morte, cuidados paliativos, comunicação do óbito e de más notícias. Apresentamos, a seguir, o detalhamento de cada uma das categorias identificadas.

Morte: um fenômeno da vida

A morte, o paciente e o médico, três substantivos que se mostram associados pelo contexto macrossocial, ou melhor, pela vida. O processo saúde-doença-morte está além das competências dos médicos em muitas de suas atuações, configurando uma dificuldade no enfrentamento da finitude pela classe médica.

As estruturas sociais e econômicas determinam condições prévias à saúde da população e ao sistema de saúde. Nesse nível social de implicação, foram encontrados muitos obstáculos ocupacionais que se converteram em elementos estressores para o enfrentamento da morte. Dessa forma, o excesso de burocracia, a superlotação, a falta de espaço físico e a falta de recursos materiais foram apontados nas pesquisas como elementos que dificultam tanto a relação do médico com o paciente e sua família, quanto o enfrentamento de problemas. Ainda assim, acrescenta-se que a maior escassez demonstrada pela equipe de saúde é a de tempo: não há planejamento estratégico para que as equipes possam dar apoio e conversar de forma satisfatória com os atendidos, o que possibilitaria a criação de vínculos e a derrubada das barreiras entre a figura do médico que não sente e o paciente que tem sua integralidade ignorada (LEITE; VILA, 2005; QUIRINO, 2007; SANTOS; AOKI; OLIVEIRA-CARDOSO, 2013; COMBINATO, MARTIN, 2017; NOVAES, 2015; UNHA, 2017).

Esses achados estão de acordo com o que afirma Pessini (2002), que defende que o sofrimento da morte se encontra relacionado atualmente a uma dimensão política e econômica, antes de ser considerado uma questão subjetiva, aspecto que pesa nas demais tarefas dos médicos e afeta seu enfrentamento da morte.

A maior parte das pesquisas analisadas neste estudo negligenciaram o contexto e os eventos antecedentes, de ordem ontológica, cultural e sociopolítica, ao abordar o tema da morte. É importante ressaltar as particularidades do atendimento e da vocação médica, dependendo da sua especialidade, uma vez que isso altera a postura do profissional frente à morte e afeta o caráter relacional da saúde. Enquanto uma equipe de UTI é sobrecarregada pela emergência, pela falta de tempo para a criação de vínculo e por esforços cognitivos sob situações de pressão, médicos que atuam na Estratégia de Saúde da Família (ESF) estão mais em contato com a história do indivíduo e são mais afetados diante das dificuldades e vulnerabilidades sociais (LEITE; VILA, 2005).

Combinato (2017) chegou à conclusão de que o processo saúde-doença extrapola a capacidade médica no âmbito da ESF, visto que a infraestrutura econômica e social determina as condições de saúde da população na região amparada pela organização em que a equipe trabalha. Assim, não é apenas a morte em si que leva o médico ao sentimento de impotência e fracasso, mas também a vulnerabilidade dos assistidos. Essa situação se deve à debilidade e à baixa eficácia do plano social latino-americano, que é intrínseco a uma tendência de acentuação da desigualdade e da vulnerabilidade; conseqüentemente, a responsabilidade pela promoção da saúde é transferida para o terceiro setor (YAMAMOTO, 2007).

O estudo de Quirino (2007), no qual os participantes destacaram a dificuldade no enfrentamento da morte devido à velocidade de atendimento requerida pelo sistema de saúde, exemplifica essa questão. Apesar de o tratamento emergencial ser considerado uma das áreas de maior atividade sob pressão e do alto risco de morte dos pacientes, as dificuldades do médico são consideradas como um problema pessoal, e não como um problema estrutural do sistema de saúde. Mais uma vez, vê-se que a competência médica não abarca – e nem deveria – todos os problemas que envolvem a finitude, mesmo que os profissionais médicos tenham sido preparados para isso.

Nesse contexto, acredita-se que a troca de experiência e o trabalho multidisciplinar favoreceriam o enfrentamento de diversos desses problemas. No entanto, adentra-se em outro impasse vivenciado pelas equipes de saúde, principalmente pelos médicos. Além dos obstáculos ocupacionais, o enfrentamento da morte é dificultado por elementos interpessoais. Dentre eles, muitas pesquisas destacam a dificuldade do trabalho em equipe e a falta da multidisciplinaridade.

Foi demonstrado que a dificuldade administrativa e o relacionamento interpessoal profissional levam à atribulação no apoio e na troca de experiências com o grupo. Por consequência, há um isolamento do médico dos demais profissionais, inclusive entre os próprios médicos. As dificuldades classificadas como interpessoais nesta pesquisa também abordam o isolamento médico, que será explicitado mais adiante. No entanto, o que os profissionais demonstraram durante sua atuação é que, diante do impasse ao enfrentar a morte, os médicos não comunicam seu sofrimento psíquico nem

compartilham formas de atuação com outros médicos dentro do próprio hospital ou fora dele. Perpetua-se uma prática individualizada e isolada, enquanto há o discurso da integralidade, da multidisciplinaridade e da troca de significados profissionais, elementos que não ocorrem e não envolvem os próprios médicos, em parte devido a sua formação (QUIRINO, 2007; CASARIN, 2009; PINHEIRO, 2011; CEZARIO, 2011; ALMEIDA; FALCÃO, 2013; SANTOS; AOKI; OLIVEIRA-CARDOSO, 2013; MONTEIRO, 2015; MONTEIRO; MAGALHÃES, 2015; NOVAES, 2015; COSTA; POLES; SILVA, 2016; MONTEIRO; QUINTANA, 2016; COMBINATO, MARTIN, 2017; LIMA, 2017)

O mais preocupante é que as limitações interpessoais estão afetando a resposta à demanda dos pacientes e de suas famílias, que não são correspondidas na íntegra. A comunicação de más notícias e o constrangimento do óbito são as últimas considerações a respeito das interferências comunicativas na relação do médico com o paciente, mas não se restringem apenas a uma dificuldade pessoal, a um mecanismo de defesa ou ao temor à morte. A maioria dos participantes das pesquisas concorda que os pacientes devem saber de suas condições, principalmente se for terminal, que é o âmbito restringido desta discussão, mas não sabem como realizar essa comunicação ou não foram preparados para tal (UNHA, 2017).

Segundo as fontes, o profissional responsável por essa tarefa vivencia um sentimento de muita responsabilidade e, ao comunicar a má notícia, são empregadas respostas ambivalentes ou tons de voz mais baixos (MONTEIRO; QUINTANA, 2016). Apesar dessa forma mais generalizada de lidar com a situação, os estudantes e os profissionais revelam a necessidade do desenvolvimento de habilidades interpessoais, posto que reconhecem que não conseguem realizar de forma coerente uma comunicação eficiente de más notícias, considerando compaixão, respeito, empatia e integralidade (NOVAES, 2015; MONTEIRO; QUINTANA, 2016).

A conclusão dos estudos revela que a parte mais crítica é informar os familiares do paciente sobre sua morte. Além do constrangimento pelo óbito e do sentimento de incapacidade, há, por vezes, o temor de processos judiciais. Demonstrar empatia com os sentimentos das famílias tem-se mostrado exaustivo para os médicos, que não sabem como agir; por outro lado, o sofrimento das famílias é reconhecido como símbolo de sua incapacidade de combater a morte (LEITE; VILA, 2005; NOVAES, 2015; QUINTANA et al, 2006; MONTEIRO; QUINTANA, 2016).

Essa situação delicada se agrava quando existe conflito de interesses entre o médico e a família a respeito do tratamento do paciente, sendo que por vezes o profissional cede à distanásia na tentativa de evitar conflitos judiciais, ainda que essa prática seja contra a sua conduta ética. Na pesquisa de MEIRELES (2019), o principal embate médico teve origem nos princípios éticos, pois, para atendê-los, muitas vezes o médico se afasta emocionalmente da família e do paciente.

Quando o distanciamento não acontece e a família tem dificuldade para compreender e aceitar a terminalidade, essa situação é catalisada como fator responsável pela promoção – ilegal – da distanásia. Esse termo se refere ao prolongamento da vida, evitando a morte por meio de procedimentos dolorosos e de atividades invasivas, mesmo que não exista mais possibilidade de recuperação. Afinal, o que esses fatores de tensão sobre os médicos revelam é que existe uma falta de respaldo técnico a respeito de conceitos de bioética e do código de ética do profissional médico (LEITE; VILA, 2005; SANTOS; MENEZES; GRADVOHL, 2013).

Existem dúvidas a respeito de quando se está prolongando o morrer ou salvando uma vida, mas definir a terminalidade do paciente significa afirmar uma irreversibilidade de condição e que os recursos devem focalizar o alívio do sofrimento. Negligenciar a importância crítica desse tema é ignorar tanto o aspecto biológico quanto a esfera psicológica do paciente e de sua família (QUINTANA *et al.*, 2006; MONTEIRO, 2016).

Esse problema, no entanto, não decorre de irresponsabilidade médica, mas tem origem na formação acadêmica desses profissionais. Santos, Menezes e Gradvohl (2013) concluem que a falta de familiarização dos estudantes de medicina com a bioética e a morte se deve à baixa priorização desse tema na graduação, o que leva tanto ao despreparo do aluno ao enfrentar a finitude quanto às reações emocionais negativas ou de distanciamento. Sua pesquisa também revelou que essa desinformação se perpetua no exercício profissional médico, após sua formação. Exemplos apresentados pelos autores são as omissões de informações no prontuário, dúvidas éticas e legais quanto à ortotanásia e a autoconsideração como incapacitados para responder às demandas nesses processos.

Os reverses mencionados até agora, como o isolamento médico, a falta de espaço para a troca de experiências e o distanciamento também fazem parte de outro tema muito explorado nas pesquisas: a cultura do médico que não sente. As pesquisas mostraram que o não-sentir está muito atrelado à imagem dos médicos, já é intercorrente no imaginário do ser-médico e, por conseguinte, aceito como uma característica cultural. Quando há afetação diante do processo de doença e de morte, não existe amparo para o profissional ou para o estudante de medicina.

A postura do não-sentir é reforçada tanto pela prática médica quanto pelos cursos de medicina. Esse aspecto afeta não só a relação médico-paciente, como também sua resiliência e saúde emocional frente às demandas da sociedade. No entanto, a identidade dos médicos e dos estudantes de medicina, moldada desde antes da graduação, não se relaciona apenas ao conceito de “pessoa que não sente”, mas à morte em si, aspecto abordado em seguida (QUINTANA *et al.*, 2006; QUIRINO, 2007; NOVAES, 2015).

Enfrentando o final da vida

Como o médico percebe a morte e o processo do morrer? Diante da finitude, não se trata apenas da relação entre o médico e o paciente, mas da sua identidade profissional. É parte da identidade do ser-médico relacionar-se com a morte e com a doença, já que é contra ela que deve combater. Culturalmente, existe um sentimento de onipotência e de dever técnico que coloca o médico como o combatente da morte, sendo esse o objetivo de sua profissão. Essa característica não aflora, mas é intrínseca e subentendida quando o médico se depara com o fim da vida de seus pacientes.

As pesquisas revelaram que há uma exposição da ferida narcísica na prepotência médica quando a morte “vence”, levando ao sentimento de fracasso diante do seu dever – isso se o médico permite a afetação (QUINTANA *et al.*, 2006; SADALA; SILVA, 2008; BERTOLINO, 2009; SANTOS; AOKI; OLIVEIRA-CARDOSO, 2013; LIMA, 2017).

É bastante comum que essa imagem englobe também a privação das características humanas desses profissionais, uma vez que seu dever não é apenas lutar contra a morte, mas também enfrentá-la com racionalidade, naturalização, objetividade e distanciamento emocional, o que leva o médico ou estudante de medicina a privar-se de sua integralidade como pessoa (LIMA, 2007; AOKI; OLIVEIRA-CARDOSO, 2013; MEIRELES, 2019).

Em contrapartida, alguns dos participantes começaram a perceber sua atuação além desse aspecto estereotipado. A morte pode trazer ressignificação para o âmbito profissional, quando os profissionais, por exemplo, começam a perceber que sua atuação não é apenas para curar e manter uma vida, mas também auxiliar e cuidar do paciente da melhor maneira possível, garantindo qualidade de vida ainda que no processo de morrer (AZEREDO, 2007; SADALA; SILVA, 2008).

Quando a finitude se torna rotineira, existe também a possibilidade de ressignificação pessoal. Esse processo remete a perdas pessoais do próprio médico, o qual passa a dar mais importância aos pequenos aspectos da vida e às capacidades funcionais básicas (CANO; MORE, 2016; AZEREDO, 2007). Quando o médico se permite relacionar com seus sentimentos a respeito dessa temática, percebe a ambiguidade entre ações e sentimentos, reduzindo a idealização a respeito de si, de sua prática e dos assistidos e repensando sua identidade (MONTEIRO, 2015; LIMA, 2017).

Um dado interessante trazido por Quintana *et al.* (2006) é que, ao considerar sua atuação, a morte é mais marcante para o médico do que salvar uma vida ou contribuir para a recuperação de uma doença. Todavia, a forma como esse impacto ocorre apresenta nuances, de acordo com o histórico do paciente. Os estudos mostraram padrões bem visíveis sobre a diferença do impacto emocional e da importância atribuída a cada morte, segundo médicos e estudantes de medicina.

AredeS (2018) realizou uma padronização e o estabelecimento de signos concebidos pelos profissionais a respeito da representação para cada tipo de morte. Entre os signos representativos de mortes consideradas mais impactantes estão mulheres grávidas, crianças e idosos com vontade de morrer, e suicídios. A lógica, segundo o estudo, estaria na responsabilidade redobrada na possibilidade de problemas jurídicos, principalmente quando da ocorrência de algum erro médico ou se algo não foi feito para evitar o óbito. Se a responsabilidade da morte tem relação apenas com o falecido, como no caso de alcoolismo ou de acidente de carro, a morte tem seu impacto abrandado.

Juntamente com os resultados das demais pesquisa, os dados foram esquematizados no Quadro 1.

Quadro 1 – Impacto emocional da morte de acordo com a característica do paciente.

CRITÉRIO	CARÁTER DO FALECIDO	VALOR DO IMPACTO
Etário e Etapas do Desenvolvimento Humano	Idosos; Quanto maior a idade;	Diminuído
	Infante	Aumentado
	Mães e gestantes	Aumentado
Saúde	Paciente Terminal	Diminuído
	Conhecimento sobre a doença	Diminuído
	Patologia crônica	Diminuído
	Comorbidades	Diminuído
Social e Econômica	Estigmas sociais	Diminuído
	Produtividade econômica e funcional fragilizada.	Diminuído
	Indivíduos fora da malha social, com vínculos afetivos e sociais violados	Diminuído
Tipo da Morte	Mortes por suicídio	Aumentado
	Morte sem diagnóstico	Aumentado
	Com responsabilidade médica	Aumentado
Pessoal e Relacional	Quanto maior o vínculo com o médico	Aumentado
	Identificação com paciente e/ou família	Aumentado

Fonte: dados da pesquisa

O cuidado médico também segue uma perspectiva econômica e de funcionalidade do paciente, ou seja, se já houve a perda de funcionalidades que tornam a pessoa apta a exercer suas funções ou rompimento de vínculos sociais e familiares, a morte é desvalorizada, como é o caso de idosos, pacientes crônicos e moradores de rua, que têm seu valor social estigmatizado (AREDES, 2018). Antes de cada estudo segue outras lógicas também, como é mostrado pela maior parte das pesquisas e organizado no Quadro 1. O critério Etário funciona da seguinte forma: o valor da vida diminui de acordo com o aumento da idade. Assim, a morte de crianças e gestantes são agravadas e mais difíceis de serem enfrentadas emocionalmente, chegando a serem classificadas como “precoce” ou “agressão”, segundo o ciclo natural da vida (MONTEIRO; QUINTANA, 2016; LIMA, 2017; AREDES, 2018; MEIRELES, 2019).

Segundo a classificação no Quadro 1, outro critério muito abordado foi o de Saúde, em que as mortes com impacto diminuído são as de pacientes terminais, com patologias crônicas ou com comorbidades. Seguem a lógica explorada pelas pesquisas de que, quando o médico conhece o processo da doença, é possível predizer o óbito e até considerá-lo como algo bom, de acordo com o estado de saúde do indivíduo (UNHA, 2017).

O fator da predição é muito importante para os médicos e para sua forma de lidar com os impasses emocionais, constituindo mais uma característica de antinomia radical entre as áreas da medicina e da psicologia (MORETTO, 2011). Esse fato pode ser comprovado com a associação da morte ao medo do desconhecido, que é o que ocorre com as mortes por suicídio ou sem diagnóstico, impactando a percepção dos médicos a respeito de sua competência profissional, mais uma vez, pela percepção do estigma de “combatente” da morte (AREDES, 2018).

Fora dos critérios anteriores, quanto maior o vínculo, mais intensamente é vivenciada a relação médico-paciente-família ao ocorrer a morte, principalmente se há identificação entre as partes por idade, sexo, história de vida ou profissão. No entanto, quando é permitida a afetação e estabelecido um melhor vínculo, os profissionais atuam guiados mais pela lógica do cuidado, e não pelo combate à morte como um dever da profissão (COMBINATO; MARTIN, 2017; UNHA, 2017; AREDES, 2018).

Mesmo quando o médico se permite o sentir, a orientação ocorre de acordo com sua preocupação ou com a importância atribuída à morte. Frente à morte como um fenômeno, os sentimentos apresentados foram raiva, desespero, medo e ansiedade, mas o mais comum foi a impotência. Quando se sentem incapazes de evitar a morte, comumente sentem tristeza, frustração, culpa, fracasso e desamparo. Quando os sentimentos são relacionados aos pacientes ou à família, tem-se novamente a ansiedade, mas também compaixão, pena e tristeza. Algumas peculiaridades também são observadas, como o medo de um processo judicial ou raiva frente a mortes trágicas e imprevistas.

Ainda assim, como explica Quirino (2007), mesmo que os participantes relatem o sofrimento, não permitem que esse sentimento os afetem; acreditam que não podem ser atingidos ao ponto de ter oscilações no humor ou se descompensarem e, quando questionados sobre isso, a resposta é o próprio julgamento do médico sobre a sua competência profissional.

Por fim, quando se encontram diante do processo de morrer, os médicos possuem formas características de se defender da ansiedade e do sofrimento causados pelo fenômeno. Alguns autores das pesquisas elencaram mecanismos de defesa que foram observados tanto

na prática médica quanto nas entrevistas. No entanto, nem todos eles conceitualizam esses mecanismos da mesma maneira. Alguns comportamentos não constituem um mecanismo de defesa em si, mas sim uma forma de expressar uma postura defensiva, como, por exemplo, atitudes como “frieza” ou “apatia”. Segundo Freud (1986) e Kotzent (2017), podemos definir mecanismos de defesa como o remanejamento dos conflitos emocionais e subjetivos, uma prática característica do ego para lidar com afetos dolorosos, que ultrapassam a capacidade de elaboração ou de intermediação. Com base em ambos os autores, realizou-se a proposição da terminologia correta das defesas frente à finitude, com base naquelas trazidas pelas pesquisas, reorganizadas no Quadro 2, abaixo.

Quadro 2 – Reorganização dos mecanismos de defesa primitivos segundo a teoria de Freud (1986) e Kotzent (2017).

MECANISMO DE DEFESA E ENFRENTAMENTO		EXEMPLOS NOS ESTUDOS
PRIMITIVOS	Negação	Calosidade emocional; frieza nas atitudes; indiferença frente à morte
	Idealização	Assumir características onipotentes e de combatente da morte
	Clivagem	Não olhar o paciente de forma holística ou despersonalizá-lo
ELABORADOS	Intelectualização	Classificar o paciente como morto por conhecer o processo da doença
	Isolamento afetivo	Distanciamento entre vida pessoal e o trabalho
	Racionalização	O paciente está sedado, logo não está sentindo e não sofre
	Formação reativa	Desejo de afastar e ignorar o paciente escondido, enquanto há luta por salvação ocorre em seu lugar
MADUROS	Humor	Piadas; elementos cômicos
	Sublimação	Ressignificação do sofrimento e integração da experiência; compensação; religiosidade

Fonte: Dados da Pesquisa

A defesa primitiva mais comum frente à morte adotada pelos médicos é a negação, que se configura como a recusa do reconhecimento do desprazer causado pelo óbito, ou seja, a um estímulo externo desagradável (FREUD, 1986; KOTZENT, 2017). A negação estaria caracterizada nas pesquisas como frieza, calosidade emocional e indiferença frente à morte. A clivagem, por sua vez, seria uma constante caracterizada por não perceber o paciente de forma holística, mas como um órgão que estaria saudável ou não. O último mecanismo primitivo presente nas fontes deste estudo é a idealização, que ocorre na assunção de características de onipotência e de combatente da morte por parte dos médicos.

As defesas elaboradas são as mais comuns nesta discussão. A principal é a intelectualização, que prioriza o pensamento e a linguagem para estabelecer um contato atenuado com as fantasias e afetos. De certa forma, é similar à racionalização, que utiliza lógica, razão ou moral para tornar as

atitudes e o enfrentamento tolerável, disfarçando os elementos conflitivos. Por fim, o isolamento afetivo, que trata de isolar pensamentos, comportamentos, humor e afeto, evitando um “turbilhão” emocional que ultrapasse as capacidades de elaboração psíquica (FREUD, 1986; KOTZENT, 2017).

Como intelectualização, é muito comum utilizar a classificação do paciente como morto, antecipadamente, por se conhecer o processo da doença. A racionalização está muito presente nas decisões morais, bioéticas e de enfrentamento à família do paciente. Justificar pelo fato de que o paciente está sedado e, logo, não está sentindo dor ou sofrendo é uma forma de racionalização que permite ao médico tomar atitudes difíceis de serem confrontadas emocionalmente sem tal defesa.

O isolamento afetivo mais comum, não só em médicos, é o distanciamento e a tentativa de separar totalmente a vida pessoal do âmbito profissional. A formação reativa é a última defesa elaborada percebida, que consiste na transformação de um desejo “inaceitável” em “aceitável”; ou seja, impulsos agressivos ou ansiosos com os quais os profissionais lidam de forma a tentar salvar vidas de maneira obsessiva, explicitados algumas vezes nas pesquisas pelo desejo dos médicos de se afastar, ignorar e reclamar do paciente, ao mesmo tempo em que demonstra preocupação por sua cura (FREUD, 1986; KOTZENT, 2017).

A última categoria de defesas são as maduras. Apesar de o humor estar presente nas pesquisas, os autores mencionam que esse mecanismo poderia fazer parte de uma forma de negação. Posto isso, a única defesa madura que constou durante a revisão da literatura foi a sublimação. Essa forma de defesa, segundo Kotzent (2017), ocorre pelo deslocamento de desejos de satisfação pessoal para finalidades mais socialmente aceitas, embora não em sentido oposto, como é o caso da formação reativa. Estariam categorizadas como sublimação a simbolização do sofrimento e a integração da experiência médica frente à morte, bem como compensações por atividades físicas ou de lazer.

A formação médica segundo a finitude

De acordo com os resultados de Pampolha (2013), os participantes percebiam o lidar com a morte diferindo-o do estar preparado para ela. A primeira ação se referia a algo objetivo, concreto e técnico, enquanto a segunda era totalmente subjetiva. Ou seja, mesmo quando estudantes e profissionais são treinados para atuar contra a morte, nem sempre estão esperando por ela ou não sabem como se preparar emocionalmente e se comportar diante dela (SADALA; SILVA, 2008). Nesse aspecto, todas as pesquisas coletadas apontaram para a falta de preparo durante a formação do médico para lidar com a morte.

Devido ao conteúdo do Relatório Flexner e a filosofia científica que se seguiu, o ensino da medicina adotou uma visão biocêntrica, com a reorganização estrutural e administrativa da formação médica, que se inicia com estudos teóricos e finaliza com estágios práticos, como o internato – uma prática segmentada e atitudinal. A doença é vista como um mau funcionamento do mecanismo biológico, uma percepção que afeta a subjetividade do estudante sobre si e sobre a sua prática (PAGLIOSA; DA ROS, 2008).

Nessa estrutura de curso, a prática para enfrentar a morte não é longitudinal, mas atitudinal e ocasional, e nem todos os alunos passam por ela de forma legitimada. Segundo as pesquisas, para que o aluno realmente seja preparado para enfrentar e lidar com situações de morte, deve cursar disciplinas extracurriculares (AZEREDO, 2007; LIMA, 2017).

O primeiro contato com a morte no curso de medicina ocorre durante as aulas de anatomia, na qual ocorre o desmembramento do corpo, já desvitalizado e despersonalizado. Assim, a morte começa a ser apresentada como a perda das funções citais, e não como a perda das funções vitais e da subjetividade, e os estudantes têm dificuldade para reconhecer o fenômeno da morte na prática, sentindo-se despreparados, com sofrimento de ordem psíquica e insegurança (LIMA, 2017) concluiu que, da mesma forma que o corpo sem vida é percebido, acontece com os estudantes, cuja subjetividade é desconsiderada. Muitas vezes, toda a percepção que o indivíduo tinha sobre a morte antes de cursar medicina é retirada, e lhe é ensinada a pensar e sentir de forma diferente a respeito do óbito, o enfrentamento da morte e a comunicação de más notícias não são vistos como situações que devam ser tratadas ao longo da graduação. A aprendizagem dessas habilidades ocorre por imitação de professores e de colegas mais velhos, tomados pelos alunos como modelo (NOVAES, 2015; MONTEIRO; QUINTANA, 2016) atitudinal, no entanto, continua na pós-graduação. Nessa fase, há maiores oportunidades de prática e de vivência profissional, com mais contato com os pacientes e maior aprendizado de habilidades interpessoais. A transmissão do conhecimento acontece do preceptor para o residente e do residente para o interno. O exemplo de professores e preceptores mais experientes foi apontado como a maior fonte de aprendizado. Em todas as fases da hierarquia do curso, foi identificada a falta de uma metodologia de ensino de habilidades comunicacionais no âmbito do óbito (NOVAES, 2015).

Portanto, para o médico, a morte e suas consequências são experiências que só ocorrem acidentalmente e nos últimos anos do curso, e ainda com uma ressalva: a prática de ocultamento nos currículos. Há o predomínio de um sentimento de obrigação moral de preservação da vida desde o início do curso; fala-se sobre a cura, mas não se fala sobre a morte. Ainda que parte do ser-médico, a morte é um aprendizado baseado na repetição, seguida até a residência médica, e não na reflexão.

De acordo com os estudos, uma das raízes dos problemas listados até então ocorre devido ao ocultamento da morte nos currículos, uma prática ocasional, baseada na repetição implícita. É um dado da pesquisa considerado grave, uma vez que a prática curricular oculta reflete a ausência de práticas pedagógicas e educacionais no curso de medicina que abordem seus alunos e a finitude de forma holística, ou seja, com os aspectos cognitivos, sociais e afetivos relacionados ao processo de morte e do morrer (ALMEIDA; FALCÃO, 2013).

Os resultados da pesquisa de Duarte, Almeida e Popim (2015) exploram bem essa questão e comprovam a óptica dos próprios estudantes de medicina. Para os alunos até o quarto ano, a morte é um tabu que remete a sensações desagradáveis. Revelam despreparo acadêmico, mas quando falam sobre a morte, ainda têm em vista o tornar-se um médico humanizado, considerando suas peculiaridades no âmbito vital. Já para os alunos do quinto ano em diante, a morte, ainda que continue sendo um tabu, já é vista como parte do cotidiano médico e uma experiência difícil de lidar, causadora não apenas de sensações desagradáveis, mas também de um sentimento de incapacidade. Ou seja, exatamente o que os autores discutem sobre a prática oculta: ocasional, segmentada e sem reflexão. A passagem do quarto ano em diante é um divisor de águas para a percepção do estudante de medicina sobre a morte, abruta, e não necessariamente ocorre uma aprendizagem legitimada a respeito do tema.

O objetivismo obsessivo não é apenas uma característica desse tema, mas um componente da subjetividade médica. A pesquisa de Cezario (2012) foi a única que sistematizou as diferenças entre os profissionais de medicina e os demais profissionais de saúde, e os resultados são interessantes: os participantes apresentaram maior concisão e objetividade nas respostas quando comparados com enfermeiros, mesmo quando as perguntas se referiam às percepções pessoais e morais (NOVAES, 2015; MONTEIRO; QUINTANA, 2016).

Defende-se a inclusão de conteúdos filosóficos e antropológicos nos currículos médicos, por se acreditar que esta é a forma mais eficiente de combater os paradigmas técnico-científicos e comercial-empresarial da práxis desse profissional liberal. A discussão da benignidade humanitária e solidária deve ser associada à esfera de cuidado e de cura, assim como à realidade médica também. Na ponta de todo o processo dessa discussão, a decisão sobre a prática será do médico, quando diante do processo de morte. Ao fim, caberá a esse profissional exercer a não-reanimação, a distanásia ou a ortotanásia. É quando se focaliza esse resultado que se reafirma a necessidade de inclusão de novos paradigmas e de disciplinas voltadas para o tema na formação médica (SADALA; SILVA, 2008).

O processo de preparar o médico para vivenciar o enfrentamento da morte, no entanto, deve propiciar uma nova visão de mundo sobre esse fenômeno. A intervenção educacional deve fugir da prática oculta que vem sendo perpetuada por anos. Assim, seja pela inclusão de novas disciplinas ou por experiências simuladas, a preparação acadêmica deve ser legítima, ampla e longitudinal (LIMA, 2017). A ênfase às relações humanas não deve acontecer apenas num contexto de educação formal ou que vise apenas o paciente; é necessário que transcenda para o âmbito da prática profissional. Cudillo (2008) aponta que durante eventos de morte e quase morte de pacientes não foram encontrados profissionais com níveis de ansiedade baixa; 15% da amostragem apresentou ansiedade alta. Esse dado corrobora, portanto, a necessidade da assistência psicológica no ambiente de trabalho, por meio de plantões e grupos de apoio e de discussões, mas também a rotina médica precisa ser repensada pelo setor de Recursos Humanos de cada hospital (KOLLERNS, 2008; NOVAES, 2015). No âmbito do aspecto solitário da morte. As atenções, no hospital, se voltam para as máquinas e para as técnicas utilizadas, enquanto o sujeito ainda quer ser ouvido. O autor aponta a hipótese de que essa distância entre profissional e paciente pode indicar uma ansiedade frente à ideia de transitoriedade.

O que se percebe é que os processos limítrofes são, de fato, causadores de ansiedade, não simplesmente por representarem a transitoriedade, mas por sua problemática antecedente, seja ontológica ou social e econômica. Por fim, reconhece-se que morrer não é um processo solitário apenas para o paciente, mas também para o médico que reflete e sofre silenciosamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a identificação das características relacionadas à vivência médica da morte, o que se demonstrou foi uma forte pressão sobre a figura do médico, estando sua identidade composta a partir de dois aspectos principais: a cultura do médico e a sua formação. Devido à alta responsabilidade desse profissional na tarefa de salvar vidas humanas, ele se encontra sobrecarregado diante de dificuldades que vão muito além de sua capacidade.

A vivência do processo de morrer é impactada por signos que representam diferentes tipos de morte e que demandam maior ou menor desgaste emocional do médico. Em relação a esse impacto, esta pesquisa conseguiu sistematizar critérios que, além do tipo da morte, abarcam esferas biológicas e funcionais, bem como fatores sociais, econômicos e etários, permitindo interrelacionar as dificuldades diante da terminalidade de acordo com tais diferenças. Existem poucos estudos que exploram a realização e a oferta de treinamentos e de aprimoramentos para auxiliar médicos e estudantes de medicina na aquisição de habilidades

interpessoais. São necessárias mais pesquisas que explorem essa temática da intervenção na comunicação de más notícias e do relacionamento multidisciplinar no contexto do óbito.

Outra lacuna evidente na literatura foi a dificuldade dos autores em perceber as diferenças do enfrentamento dos médicos em comparação aos demais profissionais da saúde. Os dados, em sua maioria, são amalgamados e há inferência das referências teóricas previamente consultadas, o que não promove uma atualização significativa do tema ao longo dos anos. Por esse motivo, muitos estudos não puderam ser analisados, devido à falta de sistematização dos dados.

A saúde mental dos profissionais médicos pode afetar sua forma de atuação. Portanto, promover a discussão e a reflexão sobre o impasse rotineiro em que se constitui a morte pode contribuir para que os erros não se tornem uma repetição normalizada no sistema de saúde.

Finalizando, retoma-se a importância de avaliar a morte como um fenômeno que faz parte da vida, evitando um enfrentamento negacionista das suas dificuldades. Enquanto abarcada pelas complexidades humanas, estará sempre afetando a vida dos sujeitos de forma diferenciada. A única certeza é que, cedo ou tarde, esse enfrentamento acontecerá.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Luana Ferreira de; FALCÃO, Eliane Brígida Morais. Representação social de morte e a formação médica: a importância da UTI. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p226-234, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022013000200010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 jul. 2020.
- AREDES, Janaína de Souza. **De frente com a “Morte em vida”: uma etnografia do cuidado médico no contexto hospitalar**. 2018. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde, Instituto René Rachou, Fundação Oswaldo Cruz, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/33961>. Acesso em: 22 jul. 2020.
- AZEREDO, Nára Selaimen Gaertner de. **O acadêmico de Medicina frente à morte: questões para se (re)pensar a formação**. 2007. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Médicas) - Faculdade de Medicina Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/12945>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- BELLATO, Rosene; CARVALHO, Emília Campos. O jogo existencial e a ritualização da morte. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 1, p. 99-104 jan./fev. 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0104-11692005000100016&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 30 abr. 2020.
- BERTOLINO, Karla Cristiane Oliveira. **Representações sociais de médicos e enfermeiros sobre distanásia em uma UTI**. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa

- Maria, Santa Maria, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/7326>. Acesso em: 22 jul. 2020.
- CANO, Débora Staub; MORE, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Estratégias de Enfrentamento Psicológico de Médicos Oncologistas Clínicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 32, n. 3, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722016000300210&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 jul. 2020.
- CASARIN, R. G. **O Paciente Terminal Pediátrico e a Resposta Emocional da Equipe**. 2009. Dissertação (Mestrado em Saúde e Desenvolvimento) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br:8443/jspui/handle/123456789/400>. Acesso em: 21 jul. 2020
- CEZARIO, Edenise Piccoli. **A visão da morte e do morrer dos profissionais da saúde de um hospital universitário terciário e quaternário de São Paulo**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação e Saúde) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5169/tde-28082012-090710/en.php>. Acesso em: 14 jul. 2020.
- COMBINATO, Denise Stefanoni; MARTIN, Sueli Terezinha Ferrero. Necessidades da vida na morte. **Interface**, Botucatu, v. 21, n.63, p.869-80, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622016.064>. Acesso em: 13 jul. 2020
- COSTA, Álvaro Percínio; POLES, Kátia; SILVA, Alexandre Ernesto. Formação em cuidados paliativos: experiência de alunos de medicina e enfermagem. **Interface**, Botucatu, v. 20, n. 59, p. 1041-52, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622015.0774>. Acesso em: 09 jul. 2020.
- DUARTE, Anaísa Caparroz; ALMEIDA, Débora Vieira de; POPIM, Regina Célia. A morte no cotidiano da graduação: um olhar do aluno de medicina. **Interface**, v. 19, n.55, p. 1207- 1219, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.1093>. Acesso em: 06 jul. 2020.
- FREUD, Sigmund. Sobre a transitoriedade. *In*: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud** (Vol. XIV). Tradução: J. Salomão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- FREUD, Sigmund. Luto e melancolia. *In*: FREUD, Sigmund. **Neurose, psicose, perversão**. Tradução: Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- FREUD, ANNA. **O Ego e os mecanismos de defesa**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- IMANISHI, Helena Amstalden; SILVA, Lucieli Lopes. Despersonalização nos hospitais: o estádio do espelho como operador teórico. Revista **SBPH**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p. 41-56, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582016000100004. Acesso em: 30 abr. 2020.
- KOTZENT, João Paulo. **Mecanismos de Defesa**. 2017. Associação Psicanalítica do Vale do Paraíba – São Paulo. Módulo confeccionado para fins didáticos.
- KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LEITE, Maria Abadia; VILA, Vanessa da Silva Carvalho. Dificuldades vivenciadas pela equipe multiprofissional na unidade de terapia intensiva. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 2, p. 145-150, abr. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582016000100004. Acesso em: 30 abr. 2020.

LIMA, Lana Lacerda de. Educação Médica e Finitude da Vida: **Abordagens para Melhoria de Saberes e Práticas**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Saúde) - Centro Universitário Christus, Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://217.182.92.85/jspui/handle/123456789/632>. Acesso em: 14 jul. 2020.

MENDES, K. DS.; SILVEIRA, R. C. C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão Integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto e Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p.758-764, out./dez. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072008000400018&script=sci_arttext. Acesso em: 30 abr. 2020.

MEIRELES, Maria Alexandra de Carvalho *et al.* Percepção da morte para médicos e alunos de medicina. **Revista Bioética**, Brasília, v. 27, n. 3, p. 500-509, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422019000300500&lng=en&nrm=iso Acesso em: 22 jul. 2020.

MONTEIRO, Mayla Cosmo *et al.* Terminalidade em UTI: dimensões emocionais e éticas do cuidado do médico intensivista. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 21, n. 1, p. 65-75, mar. 2016. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/28480>. Acesso em: 13 maio 2020.

MONTEIRO, Daniela Trevisan; QUINTANA, Alberto Manuel. A comunicação de más notícias na UTI: Perspectiva dos Médicos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 32, n. 4, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722016000400221&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 maio 2020

MORETTO, Maria Livia Tourinho. **O que pode um analista no hospital?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

NOVAES, Fernanda Patrícia Soares Sampaio. **Formação médica e atitude dos pediatras frente à comunicação do óbito infantil**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino em Saúde) – Faculdade Pernambucana de Saúde, Pernambuco, 2015. Disponível em: <http://repositorio.fps.edu.br/handle/4861/157>. Acesso em: 14 jul. 2020.

PAGLIOSA, Fernando Luiz; DA ROS, Marco Aurélio. O relatório Flexner: para o bem e para o mal. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 4, p. 492-499, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022008000400012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 abr. 2020.

PAMPOLHA, Simone dos Santos Abraão. **“Criança não deveria morrer”**: significados atribuídos por profissionais de saúde ao paliar crianças em iminência de morte. 2013. 107 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

PESSINI, L. Humanização da dor e do sofrimento humanos no contexto hospitalar. **Bioética**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 51-72, 2002. Disponível em: http://www.revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/214. Acesso em: 30 abr. 2020.

QUINTANA, Alberto Manuel *et al.* Sentimentos e percepções da equipe de saúde frente ao paciente terminal. **Paidéia**, Santa Maria, v. 16, n. 35, p. 415-425, 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X2006000300012&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 30 abr. 2020.

QUIRINO, Gina Gomes. **O médico diante da morte na urgência e emergência: reflexões sobre o ser médico**. 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia, Sociedade e Qualidade de Vida) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/17439>. Acesso em: 16 jul. 2020

RIBEIRO, E. E. Tanatologia: vida e finitude. *In: Informações gerais para os módulos: velhice e morte, medicina e morte e cuidados paliativos e bioética*. Rio de Janeiro: UERJ, UnATI, 2008.

SADALA, Maria Lúcia Araújo; SILVA, Mayle Paulino da. Cuidar de pacientes em fase terminal: A experiência de alunos de medicina. **Interface**, Botucatu, v. 12, n. 2, p. 7-21, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832008000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 jul. 2020.

SANTOS, Luís Roberto Gonçalves dos; MENEZES, Mariana Pires; GRADVOHL, Silvia Mayumi Obana. Conhecimento, envolvimento e sentimentos de concluintes dos cursos de medicina, enfermagem e psicologia sobre ortotanásia. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.18, n.9, p. 2645-2651, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000900019&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 jul. 2020.

SANTOS, Manoel Antônio dos; AOKI, Fernanda Cristina de Oliveira Santos; OLIVEIRA-CARDOSO, Érika Arantes de. Significado da morte para médicos frente à situação de terminalidade de pacientes submetidos ao Transplante de Medula Óssea. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 18, n. 9, o. 2625-2634, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000900017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 jul. 2020.

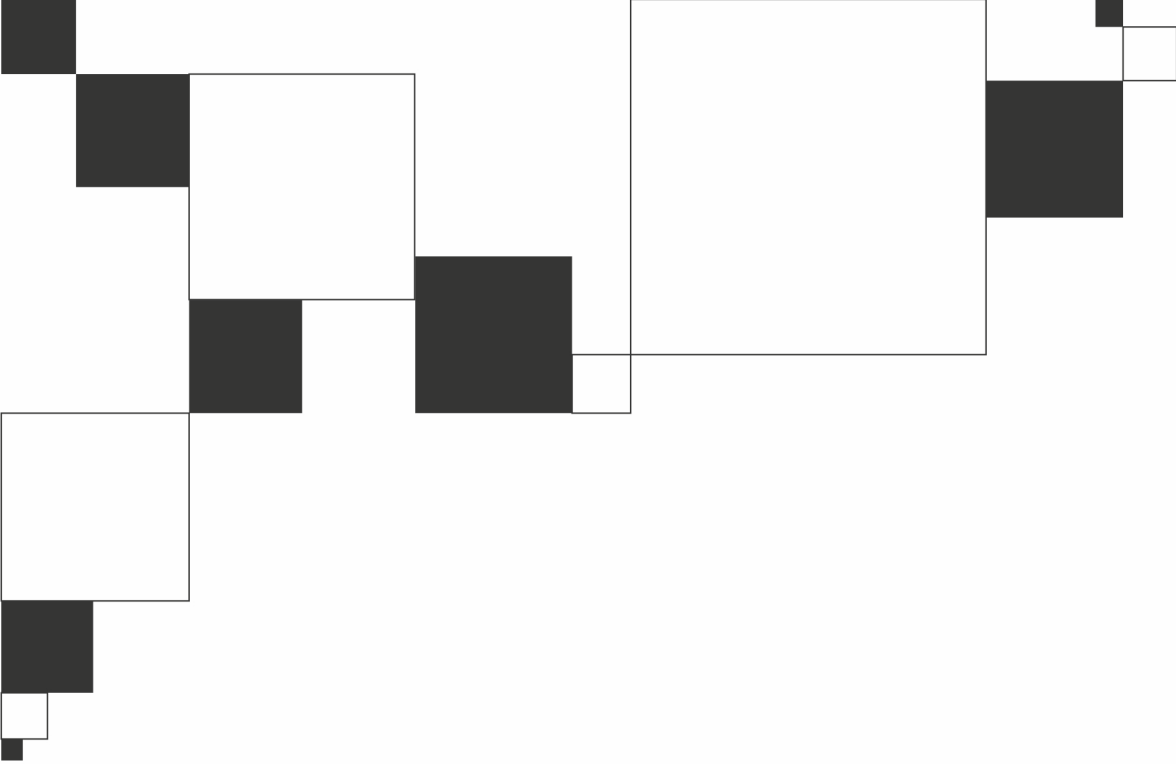
SIMONETTI, Alfredo. **Manual de psicologia hospitalar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

TRONCHIN, Daisy Maria Rizatto *et al.* Educação permanente de profissionais de saúde em instituições públicas hospitalares. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 43, n. 2, p. 1210-1215, dez. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0080-62342009000600011&script=sci_arttext. Acesso em: 30 abr. 2020.

UNHA, J. H. S. **Os significados da morte para os profissionais de saúde frente ao cuidado à pessoa com câncer**. 2017. Dissertação (Mestrado em Atenção à Saúde) – Programa de Pós-Graduação em Atenção à Saúde, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2017. Disponível em: <http://200.131.62.27/handle/tede/716>. Acesso em: 20 abr. 2020.

YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. **Psicologia Social**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 30-

37, abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-22jul.



PARTE II

*reflexões e ações em
psicologia escolar e educacional*

25 - A UTILIZAÇÃO DO RPG NO ENSINO DE MATEMÁTICA

Julia Mariana Costa Faustino

Juliana Hoffmann Bastos

Yann Preter Gasch

Fernanda Cardoso Fraga Fonseca

INTRODUÇÃO

Os jogos estão presentes na cultura humana desde seus tempos primevos. O historiador Johan Huizinga (2012 *apud* BUENO; BIZELLI, 2014) defende que os jogos estão presentes há ainda mais tempo no mundo animal. Entre as possibilidades de jogos, encontra-se o RPG. Essa sigla inglesa significa “Role-Playing Game” ou em português “Jogo de Interpretação de Papéis”. Trata-se de um jogo em que os participantes devem criar e interpretar personagens, a fim de resolverem mistérios e ou concluir missões criadas dentro de universos fantásticos

Bueno e Bizelli (2014) apontam que os jogos possuem metas, motivando os jogadores a superarem os desafios propostos e levando a um desempenho gratificante. Foi na tentativa de utilizar a ludicidade dos jogos em busca de uma aprendizagem mais despojada que surgiu a proposta da *gamificação*. De acordo com Cattivelli, Monsani e Juliani (2016), a *gamificação* consiste em trazer os métodos utilizados nos jogos para envolver um público-alvo em determinada tarefa, por exemplo, no contexto da aprendizagem, e se fundamenta na capacidade que os jogos apresentam de manter seus jogadores entretidos, motivando-os a atingir um objetivo final. Esses autores defendem que, dentro do contexto lúdico, as pessoas se permitem aprender conceitos, habilidades e técnicas, de modo que o ambiente de “faz de conta” favorece a liberdade e promove a segurança.

O presente capítulo é fruto do Estágio Supervisionado – Ênfase: Psicologia e Processos Educativos, e teve como objetivo verificar se haveria algum benefício na utilização da *gamificação* no ensino de Matemática, além de verificar se a utilização do RPG contribuiria para o trabalho em equipe. Para realizar o estágio, os pesquisadores entraram em contato com uma escola da rede municipal de Taubaté.

REVISÃO DE LITERATURA

O que é RPG?

O *Role Playing Game* (RPG) pode ser traduzido como “jogo de interpretação de papéis” e conta com a participação de dois tipos de jogadores, que constroem uma história ao longo das sessões de jogo. O primeiro tipo de jogador tem como função a criação e a interpretação dos personagens, que serão os protagonistas da história a ser contada. A criação desses personagens se dá mediante o preenchimento de fichas com as características do personagem criado, como por exemplo força, habilidades específicas, poderes mágicos, etc. O sistema de jogo envolvendo o uso de fichas e dados é o mais presente nas “mesas de RPG”.

O segundo tipo de jogador é o Mestre, ou Narrador, que tem como função a criação e o planejamento da história, além da criação dos NPCs (*Non-Player Character* ou Personagens não-jogáveis), que servirão como personagens coadjuvantes da história. É importante destacar que a função do Mestre não é a de ditar os acontecimentos do jogo; essa função está destinada aos jogadores protagonistas. O Mestre deve apresentar a situação-problema e, após as ações dos jogadores, narrar as consequências.

Pode-se afirmar que o RPG é um teatro que vai sendo construído ao longo das sessões de jogo, em que ocorrem tanto o desenvolvimento da trama, quanto o desenvolvimento dos personagens protagonistas.

O uso do RPG como ferramenta pedagógica

O RPG foi utilizado por alguns educadores na década de 1990, com o objetivo de ampliar as possibilidades de aprendizagem, bem como de utilizar novas ferramentas pedagógicas. De acordo com Macedo (1993 *apud* FERREIRA-COSTA, 2007, p. 109), “jogos de regras e de construção são essencialmente férteis no sentido de criarem um contexto de observação e de diálogo, dentro dos limites da criança, sobre processos de pensar e de construir conhecimento”.

Segundo Araújo (2012), uma das vantagens da utilização do RPG como ferramenta pedagógica é que, diferentemente da maioria dos jogos, este não é um jogo competitivo, ou seja, não há vencedores nem perdedores. Trata-se de um jogo cooperativo, pois o grupo tem um objetivo em comum e deverá, ao longo da história, agir em conjunto para a superação dos desafios impostos pelo Mestre. Em estudo realizado por Ferreira-Costa (2007), os resultados obtidos demonstram indícios de que há relação entre o RPG e maior sociabilidade e cooperação, não só durante as sessões, como também fora do contexto do jogo:

Além de mostrarem mais espontaneidade nos jogos, alguns alunos apresentaram um comportamento mais assertivo também em sala de aula. Em conversas informais com alunos e professores, foram relatados casos de alunos extremamente tímidos que pouco se relacionavam com as pessoas, um desses alunos chorava quando contrariado ou levado a se manifestar de alguma maneira. Segundo alguns docentes durante a sua participação nas atividades, este aluno passou a interagir mais com os colegas, conversar com os professores e a manifestar menos atitudes de choro ou retraimento diante de situações nas quais tinham que se expor” (FERREIRA-COSTA, 2007, p. 113).

Cabe também ressaltar a importância do “jogar” para a aprendizagem. Rodrigues (2004, *apud* ARAÚJO, 2012) afirma que o jogo é uma atividade voluntária que provoca prazer e que pode estar relacionada à aprendizagem significativa, pois os jogos podem possibilitar a significação de conteúdos, justamente por seu aspecto de atividade voluntária. Esses referenciais teóricos enfatizam e estruturam o pensamento a respeito do uso do RPG como ferramenta pedagógica.

O ato de jogar e suas contribuições para a educação

O jogo é uma atividade voluntária que permite o exercício da liberdade ao jogador, e, por ser uma atividade sem compromisso, desperta a atenção dos jogadores, além do que a prática proporciona satisfação e uma interrupção na vida cotidiana. Huizinga (2012 *apud* BUENO; BIZELLI, 2014) propõe a ideia de que os jogos são mais antigos do que os seres humanos, uma vez que é possível observar nos animais atitudes semelhantes aos jogos, como, por exemplo, o brincar.

O jogo, como o conhecemos, decorre da linguagem e provém da fantasia humana e da mitologia. As barreiras entre a brincadeira e a seriedade são colocadas à prova, uma vez que são as regras que diferenciam os jogos de outros tipos de brincadeira. As regras são importantes, já que impõem limites, forçando os jogadores a seguir caminhos específicos para chegar aos resultados. São as regras que nos inserem no mundo dos jogos (BUENO; BIZELLI, 2014).

Além das regras, os autores destacam que os jogos estabelecem metas e que elas motivam os jogadores a superarem os desafios propostos. Assim, ao mesmo tempo em que as regras dificultam o jogo e o estruturam, as metas e a descoberta dos caminhos idealizados pelo criador do jogo proporcionam a energia necessária para a superação dos desafios, levando a um desempenho gratificante.

Na tentativa de utilizar a ludicidade dos jogos em busca de uma aprendizagem mais despojada, surgiu a proposta da *gamificação*. A *gamificação* consiste em aplicar os métodos utilizados nos jogos em qualquer área ou ambiente, seja organizacional, empresarial ou educacional, a fim de envolver os participantes em determinada tarefa. Está fundamentada na capacidade que os jogos têm de manter seus jogadores entretidos, motivando-os a atingir um objetivo final. Bueno e Bizelli (2014) apontam

que a estratégia utilizada pela *gamificação* corresponde à utilização da mecânica e da estética de jogos para envolver e motivar pessoas a realizar ações, além de promover a aprendizagem e a solução de problemas.

Os autores que defendem a *gamificação* atribuem seu sucesso ao fato de que os seres humanos se sentem fortemente atraídos por jogos, pois dentro do contexto lúdico se permitem aprender conceitos, habilidades e técnicas, de modo que o ambiente de “faz de conta” proporciona liberdade e promove segurança. Uma vez que no ambiente de jogo, as falhas se tornam parte do processo de aprendizagem. Entretanto, é imprescindível que a participação dos jogadores ocorra de forma voluntária (CATIVELLI; MONSANI; JULIANI, 2016).

Os especialistas em *gamificação* gostam de esclarecer que a motivação é a alma da *gamificação*, não apenas a motivação extrínseca, obtida através de recompensas externas ao jogador, como medalhas e prêmios, mas principalmente a motivação intrínseca, aquela que é acionada internamente no jogador, onde o sujeito se envolve com uma atividade por vontade própria (CATIVELLI; MONSANI; JULIANI, 2016, p. 73).

A ativação da motivação intrínseca, de acordo com Zichermann e Cunningham (2011 *apud* CATIVELLI; MONSANI; JULIANI, 2016) contribui para o engajamento do jogador nos mais diferentes ambientes e atividades. Sendo assim, a *gamificação* também favorece o engajamento nas atividades pela imersão dos jogadores, tornando possível causar mudanças no comportamento, objetivo almejado pelos professores durante as aulas.

MÉTODO

Antes da aplicação do projeto foram realizados três encontros, que totalizaram seis horas, com o professor de Matemática responsável pela disciplina “Estudos de Matemática” do currículo da Rede Integral da escola escolhida, com o objetivo de obter conhecimento técnico e teórico acerca da disciplina e também para a elaboração das provas aplicadas. Foram aplicadas duas provas, uma antes e outra depois da intervenção, elaboradas com o mesmo nível de dificuldade, a fim de comparar o desempenho dos alunos antes e depois da aplicação do projeto.

Após apresentação do projeto ao professor responsável pela disciplina “Estudos de Matemática” do currículo da Rede Integral da escola escolhida, optou-se pela *gamificação* dos conceitos de Divisão, Multiplicação, Potenciação, Raiz Quadrada, Expressões Numéricas e Números Decimais. O projeto foi realizado com uma turma composta por 8 alunos, com idade de 12 anos, que aceitaram participar voluntariamente da intervenção. Todos estavam matriculados regularmente no

6º ano do Ensino Fundamental, além de estarem matriculados na Etapa III (12 a 15 anos) do Programa de Ensino Integral.

Em seguida, foram realizados sete encontros com os alunos, divididos, respectivamente, em: a) um encontro para a apresentação do projeto para os alunos da turma Integral, com o objetivo de angariar participantes; b) um encontro para a aplicação da primeira prova com os alunos participantes; c) um encontro para a criação das fichas dos personagens dos alunos participantes; d) quatro encontros com duração de duas horas/aula para a realização das sessões de jogo, nos quais foram apresentados aos alunos conceitos matemáticos sob a óptica da *gamificação*; e) um encontro para a aplicação da segunda prova, com o objetivo de verificar se houve melhora no desempenho dos alunos.

Ao final do projeto, foi pedido ao professor responsável que respondesse a um questionário a respeito dos alunos. Tanto a criação do roteiro do jogo quanto sua condução se deu por um dos estagiários.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo a Tabela 1, a partir da correção geral da primeira avaliação percebe-se que, apesar de quatro alunos conseguirem nota acima ou igual a 80%, nenhum deles acertou 100% da prova. Dois alunos conseguiram apenas 50% de aproveitamento e os outros dois alcançaram uma nota abaixo de 30%.

Na Tabela 1 também se pode observar um aumento de 13 pontos percentuais na média da primeira para a segunda prova, visto que a média do grupo na primeira prova foi de 60% de acertos e na segunda, foi de 73%. Importante ressaltar que a primeira avaliação foi realizada por 8 alunos, enquanto a segunda foi realizada por 7, devido a um dos alunos ter faltado no dia da segunda avaliação.

Tabela 2 - Resultado geral das avaliações.

Avaliação 1		Avaliação 2	
QUESTÕES CORRETAS	Nº ALUNOS	QUESTÕES CORRETAS	Nº ALUNOS
10	0	10	1
9	2	9	1
8	2	8	2
7	0	7	1
6	0	6	0
5	2	5	0
4	0	4	2
3	0	3	0
2	2	2	0
1	0	1	0
0	0	0	0

Fonte: dados dos pesquisadores.

Na segunda avaliação, observa-se que houve uma melhora nos resultados. A mesma quantidade de alunos obteve nota acima de 80%, mas um deles conseguiu 100% de aproveitamento. Além disso, nenhum aluno tirou nota menor que 30%, e três alunos conseguiram acertar entre 40% e 70% das questões.

A Tabela 2 apresenta o desempenho dos alunos em cada uma das questões das avaliações.

Tabela 3 - Nº da pergunta x Quantidade de alunos

Avaliação 1		Avaliação 2	
Nº da pergunta	Quantidade de alunos que acertaram	Nº da pergunta	Quantidade de alunos que acertaram
1	7	1	7
2	3	2	4
3	7	3	7
4	2	4	3
5	5	5	5
6	5	6	5
7	4	7	5
8	6	8	5
9	4	9	3
10	3	10	4

Fonte: dados dos pesquisadores.

Para auxiliar na compreensão dos estagiários acerca das competências, as duas avaliações apresentaram a mesma distribuição das questões. As questões 1, 5, 7 e 10 avaliaram expressões

numéricas; a questão 2 avaliou a capacidade dos alunos de executar divisões; as questões 3 e 4, problemas matemáticos; a questão 6 avaliou potenciação; a questão 8 avaliou subtração com números decimais e a questão 9 avaliou radiciação. Esses conteúdos foram escolhidos entre os que haviam sido ensinados pelo professor naquele ano letivo e inseridos no jogo de RPG. Observa-se que os alunos mantiveram ou aumentaram a quantidade de acertos em cada questão, com exceção das questões 8 e 9, em que houve um decréscimo.

A seguir, serão relatadas as mudanças de comportamento dos alunos a partir da observação dos estagiários.

Foi possível observar mudanças no comportamento dos alunos como grupo, ou seja, no trabalho em equipe, ao longo do projeto, com alguns momentos de maior integração e momentos de dispersão do grupo. Logo de início, os alunos, por conta própria, elegeram um colega para liderar o grupo, o que gerou maior responsabilidade para um e maior passividade para os outros.

Na 3ª sessão de jogo, o aluno escolhido como líder não compareceu, o que fez com que os outros alunos se comportassem de modo mais ativo e que o grupo se unisse mais. Por consequência, na última sessão foi observada melhora significativa no trabalho em equipe. Cada aluno passou a ter uma função no jogo, como “o que tem mais sorte no dado”, “o que possui mais destreza”, “o que tem o poder de cura”, todos auxiliando uns aos outros e pensando de forma coletiva.

Também foi passível de observação uma mudança na frequência das interações entre os alunos. Alguns deles, no início do projeto, não se expunham para o grupo. Interagiam com apenas um colega, com pouca interação na equipe. Ao final do projeto, esses alunos demonstraram mais habilidade de interação, apresentando-se diante dos colegas e realizando os desafios propostos.

Na segunda sessão de jogo, de início, o desafio foi realizado de forma individual e todos do grupo seriam informados caso errassem ou acertassem a questão proposta. Esse procedimento nos permitiu observar que a atividade se tornou aversiva aos alunos, servindo de contexto para a inibição das interações sociais e para um aparente nervosismo, o que poderia dificultar a execução da atividade matemática, levando-os a errar mesmo que soubessem solucionar o problema proposto. Essa hipótese foi confirmada por um aluno que, apesar de ter demonstrado os conhecimentos matemáticos necessários, expôs aos estagiários que sentiu nervosismo ao realizar seu desafio; porém, na vez dos colegas, ele realizava a atividade de maneira tranquila, sem a pressão do medo de errar. Assim, os estagiários permitiram que os alunos se ajudassem e, caso errassem, poderiam tentar novamente. Dessa forma, os alunos realizaram a atividade com melhor desempenho, auxiliando-se no trabalho em equipe.

Apesar de todos terem participado do projeto de maneira ativa, alguns alunos apresentaram maior dispersão, com conversas paralelas e introduzindo assuntos não pertencentes à proposta do

jogo. Porém, foi levada em consideração hipótese de que esse comportamento poderia ser reflexo de sua faixa etária (11 e 12 anos), assim como de um contexto em que seria habitual (as intervenções foram realizadas em sala de aula).

Ao correlacionar a teoria apresentada à entrevista com o professor de Matemática, pode-se afirmar que foram observadas semelhanças. Ao constatar que o interesse dos alunos aumentou, o professor de Matemática corrobora a afirmativa de Cativelli, Monsani e Juliani (2016) quanto ao aumento do engajamento proporcionado pela *gamificação*. Também se pode atribuir à *gamificação* a mudança no comportamento social dos alunos, pois como foi afirmado pelo professor, a socialização das crianças apresentou uma mudança positiva, já que ao longo do projeto os alunos demonstraram estar mais “mais comunicativos e colaborativos uns com os outros”.

A maior socialização dos alunos também pode ser atribuída ao RPG, pois conforme apontam Araújo (2012) e Ferreira-Costa (2007), o RPG é um jogo de colaboração, e sua utilização como ferramenta pedagógica incentiva a comunicação e a socialização entre os pares.

Os resultados também estão em conformidade com o que foi observado por Ferreira-Costa (2007) em um projeto similar, constatando que os alunos, além de demonstrarem mais espontaneidade ao longo dos jogos, apresentaram um comportamento mais assertivo também em sala de aula. As constatações de Ferreira-Costa (2007) também foram observadas e pontuadas pelo professor de Matemática. Dessa forma, pode-se afirmar que o objetivo de incentivar a interação entre os alunos por meio do trabalho em equipe foi atingido com sucesso.

O professor mencionou que os alunos participantes “ficaram um pouco mais ágeis no entendimento e na resolução de situações problema e de cálculos mentais”. Considerando-se que a *gamificação* utiliza os jogos a fim de atingir determinado objetivo, e que este projeto também tinha como objetivo reforçar as habilidades matemáticas dos alunos, pode-se afirmar que é possível obter sucesso pedagógico por meio da *gamificação*, conforme foi apontado por Bueno e Bizelli (2014) e Cativelli, Monsani e Juliani (2016).

Ao constatar que os alunos “estavam sempre perguntando se teria o projeto e quando saíam [...] estavam super empolgados com suas realizações”, o professor confirma a afirmação de Bueno e Bizelli (2014) quanto à atenção dos alunos ser despertada pelo emprego do jogo. Pode-se afirmar que o engajamento dos alunos proveio da satisfação que o jogo proporciona pela interrupção da rotina cotidiana, pois pelos relatos do professor e dos alunos, verificou-se que a aplicação de projetos como o que foi apresentado não é prática comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os resultados apresentados, observa-se uma melhora no desempenho dos alunos. Apesar de 2 dos 7 alunos avaliados ainda apresentarem notas razoavelmente baixas (40% de aproveitamento), a maioria (5 dos 7) obteve notas acima de 70%, sendo que um deles conseguiu 100% de aproveitamento, o que antes não havia sido alcançado.

Além disso, foi possível identificar os conteúdos para os quais os alunos demonstraram mais facilidade e os que lhes apresentam mais dificuldade. No que diz respeito a expressões matemáticas simples, problemas matemáticos mais objetivos, potenciação e subtração de números decimais, os alunos demonstraram maior nível de conhecimento. Quanto aos conteúdos de divisão, problemas matemáticos mais elaborados, expressões matemáticas mais complexas e radiciação, os alunos apresentaram mais dificuldades, comprovando-se maior necessidade no reforço da aprendizagem.

Foi possível observar que, durante o período das sessões de RPG, houve mudança no comportamento dos alunos no trabalho em equipe, visto que no início trabalhavam de forma mais individual e competitivamente, e no final a integração no trabalho em grupo apresentou melhora significativa. Também foram observadas mudanças positivas quanto a alunos com características de timidez, que conseguiam expor-se de forma saudável no grupo.

Foi possível concluir que, quando se encontram em situação em que podem ser julgados, os alunos podem desenvolver sentimentos como ansiedade, timidez e nervosismo, que podem influenciar de maneira negativa seu desempenho. Porém, quando esse julgamento é coletivo, ou seja, todos erraram e acertaram juntos, favorece a criação de um ambiente reforçador.

As sessões de RPG, por assim dizer, recompensaram de forma extrínseca os alunos, pois proporcionaram uma quebra na rotina. O jogo também propiciou a ativação da motivação intrínseca dos alunos, que, de acordo com Zichermann e Cunningham (2011 *apud* CATIVELLI; MONSANI; JULIANI, 2016), contribui para o engajamento do jogador nos mais diferentes ambientes e atividades.

O projeto apresentado também se encontra em conformidade com as experiências do professor, que afirmou utilizar com frequência recursos lúdicos em suas aulas, e que a utilização desses recursos contribui para a motivação dos alunos e para a aprendizagem.

Para futuros projetos contendo intervenções como esta, recomenda-se o uso de grupo controle, de maneira a possibilitar uma comparação dos ganhos entre alunos participantes e não participantes da intervenção. Ademais, recomenda-se uma observação sistemática dos comportamentos dos alunos durante a intervenção e em aula normal com o professor, de maneira a possibilitar uma mensuração dos comportamentos apresentados.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. *Roleplaying Game*: uma aventura, um aprendizado. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 19., 2012, Recife. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Recife, 2012.
- BUENO, C. J. de S.; BIZELLI, J. L. A Gamificação do Processo Educativo. *Revista GEMInIS*, v. 5, n. 3, p. 160-176, 10 dez. 2014.
- CATIVELLI, A. S.; MONSANI, D.; JULIANI, J. P. Gamificação em bibliotecas: despertando a motivação nos usuários. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 21, n. 45, p. 70-81, jan. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2016v21n45p70/31131>. Acesso em: 14. nov. 2019.
- FERREIRA-COSTA, R. *O Role Playing Game (RPG) como ferramenta de aprendizagem no Ensino Fundamental e Médio*. 2007. Disponível em: <http://www.unesp.br/prograd/PDFNE2006/artigos/capitulo1/oroleplayingame.pdf>. Acesso em: 19 set. 2019.
- SCHWARTZMAN, S. Os desafios da educação no Brasil. *In*: SCHWARTZMAN, B.; SCHWARTZMAN, C.; SCHWARTZMAN, S. (ed). *Os desafios da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 9-50.

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO COM O PROFESSOR

- 1) Você notou alguma mudança no engajamento dos alunos em relação às aulas? Qual/Quais?**
R: Sim, o interesse dos alunos aumentou.
- 2) Você notou alguma mudança na socialização entre os alunos ao longo das aulas? Qual/Quais?**
R: Sim, todos eles estavam mais comunicativos e colaborativos uns com os outros.
- 3) Você percebeu alguma mudança nas habilidades matemáticas dos alunos?**
R: Sim, ficaram um pouco mais ágeis no entendimento e na resolução de situações problema e cálculos mentais.
- 4) O que você percebeu quanto à motivação dos alunos quanto ao projeto?**
R: Estavam sempre perguntando se teria o projeto e quando saíam do mesmo, estavam super empolgados com suas realizações.

5) Qual a sua opinião acerca da utilização de jogos?

R: Por usar jogos quase que diariamente com meus alunos, posso dizer com propriedade que é um caminho muito mais *motivante*, cativante e desafiador para eles, tornando mais efetiva a aplicação e a fixação de conceitos e práticas matemáticas, além de ser o caminho que melhor funciona para desenvolver aulas no período integral.

6) Qual a sua opinião em relação à métodos “não convencionais” de ensino?

R: Sempre que possível é interessante utilizá-los a fim de saber quais funcionam melhor com cada turma de alunos, pois o que funciona pra um pode não funcionar com outra turma. Deve-se notar, também, se o método que se pretende utilizar oferece uma possível aplicabilidade em sala de aula.

7) Você já aplicou algum método lúdico de ensino a fim de suprir essa dificuldade? Ex: jogos, filmes, etc.

R: Sim, vários, mas principalmente jogos.

8) Se você respondeu sim à questão anterior, você observou alguma mudança no processo de aprendizagem dos alunos? Se sim, você aplica esse método com frequência?

R: Sim, principalmente quando são jogos que estão diretamente ligados ao cotidiano deles, como jogos de celular, pois o interesse é muito maior, portanto, aplico sempre que possível.

APÊNDICE II – DIÁRIO DE CAMPO**Diário de campo 1 – 04/09/19:**

Foi feita a apresentação dos estagiários e do projeto para o coordenador da escola. Descreveu-se os objetivos do projeto e a programação de atividades que deverão ser feitas.

Diário de campo 2 – 09/09/19:

Apresentação do projeto para o professor de História, que irá auxiliar no projeto. Foi feita uma discussão e organização dos detalhes das atividades com o professor.

Diário de campo 3- 10/09/19:

Após conversar com o professor de Matemática da instituição, os estagiários decidiram alterar o projeto. Foram feitas discussões com o professor de Matemática e entre os alunos, para acertar

como serão as atividades. Conversou-se com o professor de História para cancelar sua participação no projeto.

Diário de campo 4 - 17/09/19:

Foi feita a apresentação dos estagiários e do projeto para os alunos. Explicou-se os detalhes para a turma 1 do Integral, com aproximadamente 18 alunos na sala e com um total de 8 aderências ao projeto. Posteriormente, entraram mais 10 alunos na sala, e foi feita uma segunda apresentação, para a turma 2. Dessa turma obteve-se uma adição de mais 8 inscrições ao projeto. Foi solicitado que os alunos começassem a pensar nos personagens. A aplicação da prova foi programada para a sessão seguinte.

Diário de campo 5 – 24/09/19:

Como combinado com os alunos, a realização da prova de matemática seria fundamental para a permanência no Projeto. Assim, apesar de 16 alunos demonstrarem interesse ao projeto, apenas 9 estavam presentes no dia.

Foi explicado aos alunos que a prova seria apenas uma forma de avaliação do projeto, não interferindo no boletim da disciplina de Matemática da escola e que, apesar das notas, todos continuariam participando. Também foram avisados de que, se não solicitado, não entregaríamos as referidas notas. Assim, iniciamos a aplicação da avaliação, solicitando que todos os alunos se sentassem separadamente para sua realização, sem trocar informações.

Durante a avaliação foi observado que alguns alunos tentaram conversar e demonstraram inquietação, enquanto outros realizaram a prova de forma silenciosa. A avaliação de Matemática foi elaborada pelo professor da disciplina, contendo 10 questões de conteúdos estudados com os alunos durante o ano.

Diário de campo número 6 – 08/10/2019:

No dia em questão, foi realizada em conjunto com os alunos a elaboração da ficha dos personagens. Os alunos demonstraram entusiasmo quanto à atividade, e todos já haviam escolhido as classes e as raças dos personagens. Com exceção de dois participantes, todos mantiveram suas escolhas. Foram entregues as fichas para cada aluno montar o seu personagem no jogo. Solicitamos que cada um desse um nome a ele, e escolhesse a raça, a classe, a distribuição do nível de cada habilidade e seus equipamentos, respectivamente.

Os alunos informaram aos aplicadores que haviam conversado entre si a fim de formar um grupo homogêneo, de modo que fossem capazes de superar os desafios que seriam propostos. Ao

final da criação das fichas, os participantes demonstraram impaciência quanto ao início das sessões de RPG, solicitando que fosse dado início ao jogo no mesmo dia. Ao ser explicado aos alunos que devido ao tempo limitado não seria possível dar início aos jogos no mesmo dia, as crianças demonstraram frustração e afirmaram estar ansiosas para o início do RPG.

Diário de campo número 7 – 22/10/2019:

As sessões de RPG tiveram início e foi observado que, de forma geral, o projeto teve boa aceitação pelo grupo. Dois participantes, Z. e M.L. demonstraram maior timidez, expondo-se pouco ao grupo. Porém, quando solicitados, participavam ativamente do jogo. Um aluno, A. esteve com a cabeça sobre a mesa grande parte do tempo de sessão, parecendo desmotivado e desinteressado. Os demais do grupo mostraram-se ativos e dispostos à realização das atividades propostas na sessão.

Os alunos, por conta própria, conversaram e elegeram um líder para o grupo, realizando uma votação. Ao elegerem, explicaram que o aluno escolhido era o que apresentava mais facilidade para a Matemática. Foi observado que alguns alunos eram reconhecidos no grupo por sua facilidade com a Matemática e estes, muitas vezes, tomavam a iniciativa para resolver as questões ou eram solicitados pelos colegas. O grupo de alunos apresentou dificuldade para resolver o desafio da raiz quadrada, porém, após algumas tentativas, realizaram a questão.

Diário de campo número 8 – 29/10/2019:

Foi aplicada a segunda sessão do RPG, em que, durante o jogo, cada aluno recebia uma pergunta de Matemática para ganhar uma “poção mágica”. Foi entregue a pergunta a cada aluno e todos esperavam cada colega resolver. Apesar de terem se empenhado na resolução as questões propostas, os alunos de uma forma geral, demonstraram dispersão. Z. e M.L. conversavam, durante a sessão, sobre assuntos externos ao jogo. M. recusou-se a resolver o problema proposto a ele, mesmo quando o grupo pediu, pois todos sairiam prejudicados caso ele se recusasse. O aluno continuou afirmando que não queria resolver, o que gerou conflito, com um colega, E., que lhe pediu para que saísse do grupo. O escolhido Líder pelo grupo falou bastante durante toda a sessão, muitas vezes interrompendo os colegas e o Mestre. Alguns alunos demonstraram timidez para resolver as questões, porém, os colegas ajudavam e resolviam as questões de forma conjunta.

Diário de campo número 9 – 31/10/2019:

Foi feito contato com o professor de Matemática, a fim de questioná-lo acerca do desenvolvimento do projeto. Foi informado aos aplicadores que os alunos estavam demonstrando entusiasmo quanto ao projeto, aguardando ansiosamente os períodos de intervalo entre uma sessão e

outra. O professor mencionou que os alunos o questionaram quanto à continuidade do projeto em 2020.

O professor também relatou que aplicou um projeto similar em outra escola em que trabalha, onde ensinava Matemática utilizando um tabuleiro desenvolvido por ele, em conjunto com os alunos. O jogo consistia em uma réplica lúdica do jogo *Clash Royale*, em que os alunos deveriam conquistar a torre inimiga por meio de cálculos matemáticos colocado em cartas. Os alunos deveriam calcular a velocidade do exército e a quantidade de dano causado à torre inimiga. O professor mencionou que obteve resultados positivos fazendo uso do método lúdico, e a utilização de cartas auxiliou no processo de aprendizagem. Com base nas afirmações do professor, os aplicadores optaram por confeccionar cartas para utilizarem na sessão de encerramento.

Diário de campo número 10 – 05/11/2019:

Foi realizada a terceira sessão de RPG. Dois alunos faltaram, sendo um deles, M., o qual demonstrou, nas sessões anteriores, desinteresse e baixo engajamento; o outro aluno que faltou foi o escolhido Líder.

Alguns alunos demonstraram-se mais ativos para a resolução dos problemas propostos, enquanto outros permaneceram mais dispersos, resultando em uma fraca interação do grupo. Como o líder havia faltado, outros alunos tomaram a liderança. Alguns disseram que seria mais fácil se o líder estivesse presente.

Diário de campo número 11 - 12 / 11 / 2019:

Última sessão do RPG, na qual os alunos enfrentaram o “chefão” do jogo. Para combatê-lo, cada aluno deveria pegar uma carta com um problema matemático para solucionar. Caso acertassem a resposta, causariam o dano descrito na carta. A princípio as contas deveriam ser resolvidas individualmente, mas no decorrer da sessão, todos os alunos foram resolvendo as expressões e se ajudando. Caso errassem a resposta, os estagiários explicariam como resolver. Ao serem apresentados a essa regra, os alunos manifestaram certa desanimação, mas no fim do jogo aderiram bem à dinâmica, com animação.

Após uma das explicações, uma das alunas comentou “você explicou melhor que meu professor” e ao ser questionada sobre o porquê, afirmou que “ele só explica gritando”.

Os alunos se mostraram mais engajados e trabalharam mais em grupo, o que ajudou no que diz respeito à solução de problemas. Durante o combate os alunos ficaram muito animados, percebeu-se uma maior motivação para resolver as contas. Ao derrotarem o chefão ficaram felizes e satisfeitos. Um dos alunos, E., assim como em todas as sessões, se mostrou o mais engajado e animado com o

jogo e procurou ajudar todos os colegas a solucionarem os problemas. Apesar disso, observou-se por parte dele uma tentativa de monopolizar as cartas, e os outros alunos permitiam. Nesta última sessão, o aluno escolhido como “líder” se mostrou mais quieto.

Diário de campo 12 – 14 / 11 / 2019:

Aplicação da 2ª avaliação. 7 alunos estavam presentes e realizaram a prova. Solicitou-se que respondessem as perguntas da maneira que considerassem adequada, no tempo que precisassem, sem deixar respostas em branco. A aplicação durou cerca de 20 minutos. Um dos alunos, ao perceber que todos os outros colegas haviam terminado, entregou a prova pela metade.

Os estagiários agradeceram a participação dos alunos e deram um *feedback* das melhoras observadas no trabalho do grupo. Questionados sobre se gostaram de participar do projeto, os alunos afirmaram que sim e que têm grande interesse em participar novamente, em um próximo semestre.

Em seguida, os estagiários deram o *feedback* ao professor quanto aos comportamentos observados e também lhe aplicaram um questionário (Apêndice I) com perguntas referentes às constatações que observou.

Por fim, os estagiários entraram em contato com a Coordenação Pedagógica para agradecer a disponibilização do espaço e informar os resultados obtidos.

26 - ANÁLISE DO CAMPO SIMBÓLICO DO ARQUÉTIPO DO MESTRE-APRENDIZ NO CONTEXTO DO DISTANCIAMENTO SOCIAL

Claudia Regina de Freitas

Camila Beltrão Medina

INTRODUÇÃO

Inúmeras transformações se impuseram ao mundo desde o início da pandemia da COVID-19, conduzindo a profundas e abruptas alterações, bem como, rupturas na maneira de conduzir a vida diária, desde as atividades domésticas até as atividades laborativas e o processo de ensino-aprendizagem da escola formal. O distanciamento social, necessário no combate à propagação do vírus, trouxe consigo impactos significativos sobre as relações interpessoais em todas as esferas, não sendo diferente no âmbito escolar.

Diante de tal realidade, refletir acerca da relação professor-aluno e da dinâmica que se estabelece nesse novo formato de atuação faz-se necessário já que esta sofreu modificações em sua configuração; e não é possível estimar quanto e até quando esses impactos estarão influenciando os processos de ensino - aprendizagem, ou mesmo se será possível retomar processos pautados em metodologias de raízes tradicionais.

O sucesso do ensinar e do aprender deve-se em grande parte à qualidade e à dinâmica das conexões pedagógica que se estabelece, e diante de uma situação de distanciamento social a relação professor-aluno passou a ser totalmente mediada pela tecnologia, (quando não esteve ausente por longo período), trazendo à tona uma possibilidade de inovação para a educação, colocando, mais uma vez, em destaque o debate sobre as concepções das metodologias tradicionais de ensino e avaliação e a própria identidade docente que passou por uma desconstrução, adquirindo novos contornos.

A partir de um estudo teórico, norteado pela Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung, pretende-se discutir e analisar a dinâmica arquetípica da relação professor-aluno considerando o contexto do distanciamento social, afastamento do ambiente escolar e mediação tecnológica. As seções que seguem apresentam as concepções de Jung sobre a Educação e o conceito da Pedagogia Simbólica, seguida de uma análise sobre a dinâmica arquetípica na relação professor-aluno e as considerações finais com apontamentos e reflexões proporcionando um olhar da Psicologia para compreender a complexidade das mudanças e dos processos que se constituem nessas relações em um momento ímpar e cercado de desafios tanto para professores quanto para alunos.

O olhar da Psicologia Analítica para a Educação

Em sua jornada, Jung dedicou-se ao estudo de diversas temáticas, sendo a educação uma pequena parte desses estudos. Embora não tenha desenvolvido uma teoria específica e aprofundada sobre a educação, Jung (1972) a considera como aspecto muito importante para o desenvolvimento humano e ampliação da consciência, considerando que, depois do ambiente familiar, a escola é o primeiro ambiente em que a criança encontrará estímulos diversos e que terá papel importante e fundamental em sua estruturação psicológica.

Teixeira (2006) aponta que o pensamento de Jung se adequa à Pedagogia, pois contempla tanto o aspecto da psique individual quanto o aspecto da coletividade, e oferece uma visão ampla das relações estabelecidas tanto no âmbito da subjetividade quanto com o mundo exterior. Na obra “O desenvolvimento da personalidade”, Jung trata da importância da psicologia para a educação e sobre a importância do inconsciente para a educação individual e da personalidade⁹. Vergueiro (2009) propõe que o desenvolvimento ocorre tanto da necessidade, como da decisão consciente, desse modo, é a união destes fatores: necessidade, decisão consciente e moral, é o que leva à eleição do caminho considerado como o melhor, pelo indivíduo.

Laufer (2015) chama atenção para outro aspecto ao qual Jung se dedicou: trata-se do desenvolvimento do processo simbólico. Na sua concepção, a psique cria, por meio de símbolos, e esses são as formas básicas que tornam possível ao homem organizar suas experiências, vivências e ações. Estes processos criativos permitem aos indivíduos assumirem sua humanidade por meio dos elementos inconscientes e responsáveis pela ação e adaptação no mundo. Desse modo, fica clara a responsabilidade do educador de rever e analisar sua relação com sua criança interna para se relacionar melhor com a criança externa; e aponta como o caminho do desenvolvimento da personalidade carrega peculiaridades, dificuldades, obstáculos e escolhas; e cabe a cada indivíduo posicionar-se diante delas e lidar com as mesmas, arcando com as consequências de suas decisões (VERGUEIRO, 2009).

Saiani (2003) afirma que a educação é uma situação típica, já que o legado de uma sociedade é transmitido de geração a geração garantindo sua sobrevivência. Assim, a educação existe mesmo sem escolas, mas como situação típica humana, deve existir necessariamente um arquétipo que a enraíze nas bases profundas da psique.

Assim, é importante que o professor seja consciente de seu papel e do lugar que ocupa nesse processo. Em função do fato de que a educação ocorre ao longo de toda a vida e que é o adulto que

⁹ A personalidade é definida como a obra a que se chega pela máxima coragem de viver, pela afirmação absoluta do ser individual, e pela adaptação, a mais perfeita possível, a tudo o que existe de universal, e tudo isto aliado à máxima liberdade de decisão própria. Ela é estruturada na relação entre ego e Self; devendo o Ego respeitar e levar em conta as indicações do Self.

tem a consciência mais desenvolvida, este deve ser preparado para prover bons modelos às crianças. O professor não pode contentar-se em ser o detentor da cultura e do saber apenas passivamente, devendo também desenvolver ativamente esses saberes. Sua formação não deve jamais estacionar, pois caso isso ocorra começará a corrigir nas crianças os defeitos que não corrigiu em si mesmo (JUNG, 1972), impondo ao processo de ensino-aprendizagem um caráter projetivo e pouco criativo.

Os professores não podem agir de maneira a influenciar negativamente o desenvolvimento e crescimento dos alunos; porém, também não podem ser destituídos de sua autoridade; é preciso que ele mesmo seja uma pessoa correta e sadia, pois o bom exemplo é o melhor método de ensino (JUNG, 2012). Os educadores, assim como os pais, são chamados a se atentar às suas disposições psíquicas, a se conhecerem, pois os resultados dos métodos educativos dependem, principalmente, daqueles que são responsáveis em aplicá-los

Jung (2012) pontua três tipos de educação: A educação pelo exemplo, que consiste na forma mais antiga de educar, uma forma espontânea e inconsciente, e provavelmente a forma mais eficaz de educação; A criança identifica-se com o ambiente onde vive e, de modo especial, com os pais. O segundo tipo, a educação coletiva consciente, que se dá por métodos, princípios e regras que são aplicáveis de modo geral aos indivíduos. A educação coletiva não pode ser substituída por nenhuma outra. É útil e para alguns indivíduos, é o que basta. O perigo dessa educação é a rigidez, que pode atrapalhar o desenvolvimento normal das individualidades. Casos extremos podem criar grupos uniformes, cidadãos idealmente obedientes, facilmente manipulados. E por fim, a educação individual que objetiva desenvolver a índole específica do indivíduo. Nela, passam para segundo plano as regras, princípios e métodos coletivos.

Ao propor essas três formas de educação, Jung (2012) considera que o mais importante não é o que o educador ensina por intermédio da linguagem, mas o ensinamento que parte de sua própria vivência. Segundo Jung “todas as crianças ou educandos que apresentam resistência invencível à educação coletiva, precisam ser tratadas de modo individual” (2012, p. 157). Conclui que seria um erro da pedagogia substituir seus métodos, já aprovados, pela análise do inconsciente, mas o conhecimento destes processos pode ser útil ao educador.

A dinâmica arquetípica do Mestre-Aprendiz

O conceito de arquétipo é um dos principais dentro da teoria desenvolvida por Jung, e é definido como “elementos primordiais e estruturais da psique humana” (SHARP, 1991, p. 28), fazendo parte do Inconsciente Coletivo. Constituem-se de possibilidades herdadas a partir das ideias, sendo então, um comportamento evocado diante de uma imagem integrada ao instinto; desse modo, é impossível determinar a quantidade de arquétipos existentes no inconsciente coletivo, pois, de

acordo com Jung existem tantos arquétipos como situações possíveis nas experiências humanas (TARGINO, 2014).

O arquétipo é uma tendência instintiva, mas difere-se de instinto porque este está relacionado a impulsos fisiológicos e o arquétipo à manifestação do instinto por fantasias, revelando sua presença apenas por representação simbólica. Os arquétipos podem ser manifestados tanto pelos complexos de maneira individual, quanto de maneira coletiva, sendo parte da característica de uma cultura. (JUNG, 1963; SHARP, 1991).

O professor e o aluno são imagens primordiais (arquétipos); o encontro de pessoas com propósitos educacionais é, por si um acontecimento arquetípico. Existem rituais que definem e balizam acontecimento: horário, local determinado e papéis definidos para a transmissão de conhecimento e formação do indivíduo. Quando uma pessoa se encontra numa situação pedagógica de ensino-aprendizagem o arquétipo do professor-aluno se reúne: o aluno procura um professor exterior, ao mesmo tempo em que traz o professor intrapsíquico para a ação pedagógica momentânea. O mesmo acontece com o professor que ao ensinar para o aluno exterior traz consigo o seu aluno intrapsíquico, possibilitando o encontro simbólico.

Assim, em uma situação pedagógica a figura do professor e a figura do aluno formam um modelo ativo que atua de forma dinâmica. Em suma, o professor é o encarregado das condições básicas da criação e da manutenção de um campo de comunicação onde os símbolos do arquétipo do mestre-aprendiz possam se configurar, manifestar e ser assimilados à consciência (FREITAS, 1990). Portanto, é necessário que exista uma condição psicológica adequada para a ocorrência do aprendizado, é necessário que haja numinosidade no arquétipo do Mestre-Aprendiz, tanto na psique dos professores quanto na psique dos alunos, para que consigam transitar nesse campo arquetípico de maneira dinâmica, sem que ocorra uma cisão entre os polos.

O que geralmente ocorre é que, inicialmente, o aluno está inconsciente de seu lado professor, e o professor está inconsciente do seu papel de aluno e experimentam essa vivência, um através da pessoa do outro. Estabelece-se então uma comunicação de consciência para consciência entre professor e aluno, denominada por Araújo (2014) como “aliança pedagógica”.

Estabelece-se uma relação entre a consciência e o inconsciente do professor, possibilitando o contato com seu lado aluno para continuar aprendendo e se colocando no lugar do aprendiz. Desta maneira, como coloca Freire (1987, p. 68): “o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa”. Caso o professor se separe de seu aluno interior, este será projetado no aluno real, tornando este último cada vez mais dependente do professor, e sendo rotulado como incapaz de aprender; ao passo que o professor deixará de estudar, de ser espontâneo e comprometido, esquecendo-se de que é necessário

aprender constantemente e tornar-se-á rígido e inseguro; trazendo dificuldades para a relação pedagógica.

Também se estabelece uma relação entre a consciência do aluno e seu professor interno, inconsciente; é a figura do professor externo que encarna esta figura interna que lentamente começa a ser ativada, é quando o aluno fica independente, começa a correlacionar os ensinamentos com situações de sua própria vivência e pode contribuir com outras pessoas. Estando o aluno separado do professor interior, ele se torna infantil em sua espontaneidade e entusiasmo. Torna-se destrutivo por não conseguir manter a ordem e a criatividade dentro de si, ou se torna dependente e submisso, sendo tomado como o “eterno aluno”. Esse processo saudável, de um professor despertar o mestre intrapsíquico do aluno, só vai ocorrer se este professor real estiver em contato com seu aluno intrapsíquico. Pois, somente um professor que esteja em processo constante de aprendizagem é que pode despertar em seus alunos a vontade de aprender.

Finalmente, uma relação de inconsciente para inconsciente é estabelecida entre professor e aluno. O aluno também aprende com a personalidade do professor, que atua como modelo, chegando a ser mais importante, em algumas situações, aquilo que ele é, do que o que ele diz. Assim, somente um professor atento aos seus direitos e suas responsabilidades poderá conduzir seus alunos a um caminho semelhante.

O Mestre - Aprendiz no campo simbólico: a relação com outros arquétipos

Deve-se considerar que os arquétipos não se apresentam de forma unilateral, mas organizam-se em pares antagônicos e complementares, a partir disso entende-se que o arquétipo do Mestre-Aprendiz se relaciona com outros quatro arquétipos bipolares no campo simbólico: o arquétipo dourador-ferido (Quiron)¹⁰; dourador-ferido (Quiron)¹¹; de Sísifo¹²-Criança Divina; do Puer-Senex

¹⁰Brandão (1991) aponta duas versões para o nascimento de Quiron: na primeira, Crono, temendo a ira de Réia, se une a Fílira na forma de cavalo para que sua traição não fosse descoberta. Na segunda; teria sido Fílira que, envergonhada, se transforma em égua, o que não impede que Crono se transformasse em cavalo para possuí-la. Em algumas versões, Fílira se desespera com a forma meio-humana e meia-equestre de seu filho, e implora aos deuses para morrer ou ser transformada em algo que não pudesse sofrer. Os deuses atendem ao seu pedido ao transformá-la em uma árvore. Nesta última versão, Quíron, ao ser abandonado pela mãe, é adotado por Apolo, que lhe ensina seus conhecimentos.

¹¹Brandão (1991) aponta duas versões para o nascimento de Quiron: na primeira, Crono, temendo a ira de Réia, se une a Fílira na forma de cavalo para que sua traição não fosse descoberta. Na segunda; teria sido Fílira que, envergonhada, se transforma em égua, o que não impede que Crono se transformasse em cavalo para possuí-la. Em algumas versões, Fílira se desespera com a forma meio-humana e meia-equestre de seu filho, e implora aos deuses para morrer ou ser transformada em algo que não pudesse sofrer. Os deuses atendem ao seu pedido ao transformá-la em uma árvore. Nesta última versão, Quíron, ao ser abandonado pela mãe, é adotado por Apolo, que lhe ensina seus conhecimentos.

¹² Após a morte, Sísifo é castigado a rolar uma pedra até o cume de uma montanha. Porém, nunca termina sua tarefa, pois o peso da pedra se sobrepõe às suas forças e a pedra rola montanha abaixo. Sísifo, assim, recomeça o trabalho, que há de durar para sempre. (BRANDÃO, 1989) Após Zeus ter raptado Egina, filha do rio Ásopo, Sísifo delata o deus para o deus-rio em troca de uma fonte de água na Acrópole de Corinto. Zeus ao saber do ocorrido envia Tânatos, para buscá-lo. Porém, Sísifo, ludibria e aprisiona a morte. Assim, ninguém mais morre e os deuses ficam preocupados. Há duas versões para continuação do mito: na primeira, Zeus vai a terra libertar a morte (BRANDÃO, 1989); na segunda, envia Ares para soltar

(o Velho sábio); e de Narciso-Eco¹³ (Saiani, 2003; Vergueiro, 2009; Byington, 2003; Furlanetto, 1997; Wachs, 2006).

Quíron ou Quirão, (em grego Kheirón), significa aquele que trabalha com as mãos ou cirurgião, é filho de Crono e da ninfa Fílira. Foi um educador exímio, tido como um grande curandeiro por compreender a dor de seus pacientes, já que também tem uma ferida incurável. Ensinava a seus discípulos conhecimentos relativos à caça, equitação, hípica entre outros.

Brandão (1995) compara o arquétipo do Curador-Ferido (Quiron) ao do Mestre-Aprendiz, já que o professor, ao tomar para si apenas o polo arquetípico do detentor do saber, torna-se incapaz de constelar no aluno o mestre interno, e assim o aluno não consegue se abrir para o aprendizado, permanecendo passivo na relação com o conhecimento, já que, como coloca Furlanetto (2003, p. 5), “aprender não é somente um ato racional, engloba-nos por inteiro, configurando-se como um ato profundamente amoroso. É um ato de amor a si mesmo, de amor à vida e a tudo que ela abarca”.

A figura mitológica de Sísifo, é mais conhecida por seu castigo do que pelos motivos que o levam a ter que empurrar sua pedra por toda a eternidade. Pode-se comparar o trabalho de Sísifo ao trabalho periódico do professor, que, a cada período letivo inicia seu trabalho com novos alunos, ensinando os mesmos conteúdos com os mesmos métodos. Mas Kast (1997) faz um alerta, assinalando que é errôneo pensar que o trabalho de Sísifo era sempre igual, pois a pedra, o caminho e até ele próprio provavelmente, se modificaram ao longo do tempo. Partindo dessa afirmativa, o trabalho do professor também não deve ser tomado como meramente repetitivo, pois cada turma de novos alunos tem características singulares. Mesmo que os conteúdos e as metodologias não se alterem, a forma como se dará o processo é única, pois o professor vai se modificando, aprendendo, reelaborando suas práticas, experiências e vivências; bem como os alunos também não são os mesmos, trazendo em si, sempre a possibilidade do novo e da diversidade para o processo educativo.

Tânatos (CAMUS, 1973; GRANT; HAZEL, 1980 apud KAST, 1997). A morte, liberta, investe contra Sísifo, que antes de morrer pede à esposa que não cumpra com as obrigações fúnebres. No submundo, Sísifo mente que sua esposa foi displicente; e pede para voltar para repreendê-la. Ao retornar, não cumpre sua palavra (retornar rápido ao submundo) e continua vivendo até a velhice. Tânatos vem buscá-lo e, os deuses, indignados com suas ciladas para com a morte, o castigam para toda a eternidade.

¹³ Narciso é filho do rio Cefiso e da ninfa Liríope, que tem uma gravidez difícil e indesejada, mas dá luz a uma criança muito bela. Na Grécia antiga, isso era visto como problema, por despertar a ira e inveja dos deuses. Liríope, preocupada com seu filho, consulta Tirésias, para saber quantos anos viveria a criança. Este profetiza que Narciso viveria muito se não se visse. Deusas, ninfas e jovens se encantam pela beleza de Narciso, dentre elas estava Eco, que era tagarela, porém, havia perdido a voz, sendo condenada a repetir as últimas palavras que ouvisse, por castigo de Hera ao descobrir que Zeus a enviou para distraí-la, enquanto a traía. Certo dia, Eco segue Narciso, que se afastava dos amigos. Narciso começa a chamá-los e Eco responde repetindo o fim das suas palavras, e aparece para Narciso, porém ele foge, deixando-a em prantos. Eco desiste da vida, e transforma-se num rochedo e sua voz se aloja nas cavernas. As demais ninfas pedem a intervenção de Nêmesis, que representa a vingança divina, e a deusa condena Narciso a padecer por um amor impossível (BRANDÃO, 2009). Quando se aproxima das águas das fontes de Téspias, Narciso encontra a própria imagem, encanta-se com o que vê e se entrega às profundezas, para alcançá-la. Seu corpo não é encontrado, apenas uma flor amarela envolta por pétalas brancas: a flor de narciso.

O mito de Sísifo também se associa à coragem de recomeçar e refazer, pois, ele aceita sua tarefa, mesmo consciente de que nunca chegará a cumpri-la. Camus (1973) questiona se esse fato traz em si uma teimosia, arrogância e rigidez. O professor que se cristaliza nessa polaridade arquetípica, torna-se rígido, metódico e sistemático, fechado para o novo e suas infinitas possibilidades, para a experiência e para o que há de espontâneo no processo de aprendizado. Na educação a repetição é fundamental para fixação dos conteúdos e para que os alunos se apropriem e ganhem autonomia no conhecimento; o professor executa sua tarefa infundável tal como Sísifo. Vergueiro (2009) ressalta a importância da repetição no trabalho do professor mostrando que o mito de Sísifo fala do esforço continuado e insistente, mediante o qual conteúdos inconscientes transformam-se em obra, em produto criativo e consciente. Enfatiza, portanto, a capacidade humana de percorrer os mesmos caminhos repetidamente, incansavelmente, para construir algo; no caso da situação de aprendizagem, este algo é o conhecimento.

O arquétipo da criança divina está associado a imagens de anões, elfos e forças da natureza. Nesses mitos descrevem-se o nascimento milagroso de uma criança, que tem a infância cheia de adversidades, às vezes é vítima de abandono ou de tentativas de assassinato, porém, sempre vence. Esse mito associa-se a um estado psicológico originário do “não conhecer”, da escuridão e da formação da consciência. Muitas vezes a Criança Divina é uma representação da própria consciência que luta para se formar, emergir do inconsciente e não ser devorada por ele. Saiani (2003) coloca que o motivo da Criança Divina abre caminho para uma mudança da personalidade.

Essa polaridade arquetípica está presente no campo do Mestre-Aprendiz, pois o professor se depara com o desconhecido, tanto de seus alunos, como de si mesmo. O inesperado faz parte da atividade docente para aqueles que se dispõem a se atentar aos imprevistos do processo ensino-aprendizagem, às reações inesperadas dos alunos e até aos pequenos milagres que são os avanços da consciência e formação do conhecimento. Porém, para acolher esse novo emergente, o professor precisa constelar esse polo arquetípico em si. Ele só irá aceitar o novo quando aceitar a influência desse aspecto em sua própria personalidade.

O sênex, inspira e emana respeitabilidade; busca conformar-se e adequar-se a algo já estabelecido. A polaridade “senex” é representada, sobretudo, pela imagem do velho sábio, que Jung (2014) caracterizou, em seu aspecto positivo, como sendo um vetor de bons conselhos, inspirações e ajuda, promovendo a reflexão. Porém, como adverte Jung (2014), “o velho, na realidade, também tem um aspecto mau, como um xamã primitivo que, por um lado, cura, e ainda, por outro, é o temível preparador de venenos” (p. 228), ou seja, também constela uma polaridade negativa

O Puer, valoriza, sobretudo, o cultivo da vida interior e o trabalho de “fazer a alma”. Praticamente ignora o contexto em que está e dá grande valor ao numinoso. O Puer sugere o brotar

das coisas; o Senex, por sua vez, *lidera* a colheita dos frutos que foram plantados. O florescer e o colher acontecem intermitentemente durante toda a vida (HILLMAN, 1999). Monteiro (2008b) pontua que as características do Puer, em seus aspectos positivos, podem ser vivenciadas e observadas na espontaneidade e criatividade que lhe são típicas, possibilitando a emergência de novos questionamentos - o eterno "por quê" das crianças - já que puer está constantemente em movimento. Logo "por um lado, ele é renovação da vida, por outro, é a sombra de infantilidade que todos nós carregamos" (BERNARDI, 2008, p. 31).

A prática pedagógica, quando é autoritária, pauta-se na transmissão de algo que é exclusivo do senex para o puer, de forma imposta e arbitrária, assim, o senex estaria vivenciando seus aspectos negativos, que, conforme Bernardi (2008), agarra-se-se à tradição e rotina, em uma resistência à mudança e tendência a manter-se conservador, o que, como aponta Faria (2006), pode impedir o desenvolvimento do aluno. Ainda assim, o senex, como representante da ordem, do limite e da regra, quando em harmonia com o aspecto puer, tem função reguladora e auxiliar, possibilitando o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

O tempo na escola também está inserido no eixo Puer-Senex. Ao mesmo tempo em que é necessário, que os atores pedagógicos se entreguem ao momento, também há um mundo anterior ao nascimento das crianças e jovens que deve ser apresentado. Além disso, o professor constantemente tem que lidar com a limitação de um ano para trabalhar com uma turma e garantir que ela aprenda o esperado para aquela série. Aulas de cinquenta minutos e dias letivos de seis horas também limitam a atuação profissional, mas dão um contorno e uma ordem para essa atuação.

Saiani (2003) discorrendo sobre a polaridade do Senex aponta dois riscos possíveis: os alunos projetarem no professor essa polaridade e não a constelarem em si e o fato do professor se identificar com essa polaridade. Nesses casos, possivelmente, ele não mais verá seus alunos como alunos, mas sim como seguidores que precisarão ser doutrinados. Incapaz assim de ouvir o Senex, o Puer vai interpretar todas as suas posições como controle, da mesma forma o Senex irá interpretar toda novidade como uma ameaça caótica à ordem e ao estabelecido (BERNARDI, 2008, p. 48).

O puer, quando só "recebe", adota os aspectos negativos de sua polaridade, incorporando uma posição de passividade, dependência, irresponsabilidade e nada questionadora. Quando não está presente a polarização do arquétipo puer-senex, o professor experimenta de maneira dialógica o processo educacional e o aluno participa ativamente do seu processo de ensino-aprendizagem. Logo, compreende-se que, quando existe inter-relação e integração entre os polos, a transformação e criatividade – características essenciais do puer - são possíveis, e desse modo podem ser consolidadas pelo senex, possibilitando uma transformação completa da personalidade do professor e do aluno.

Já sobre o arquétipo de Narciso - Eco, há poucas referências associando ao campo simbólico do Mestre-Aprendiz (BYINGTON, 2003; FURLANETTO, 1997; WACHS, 2006), porém como coloca Brandão (2009), é preciso frisar que Narciso e Eco estão em relação dialética de opostos complementares, não só de masculino e feminino, mas, de sujeito e objeto, de algo que permanece em si mesmo e de algo que permanece no outro. Ao apreender dessas figuras arquetípicas representações da vivência centrada em si e centrada no outro, pode-se identificar sua importância na relação professor-aluno.

O professor vive constantemente essas polaridades arquetípicas. Há momentos de narciso, quando convoca os alunos para se envolver em uma atividade, quando apresenta um conteúdo, organiza atividades, planeja e avalia, mas também há momentos ecoístas, quando acolhe as questões da turma, se dedica a compreender as singularidades das turmas e dos alunos na forma de apreender um conteúdo, quando busca conciliar essa maneira singular de aprender com seu planejamento e com o conteúdo que precisa ser ensinado, e ao estimular os alunos a refletirem sobre os temas aprendidos. Quando o professor constela a polaridade ecoísta, se abre para questionamentos e argumentações, repensa sua prática e permite que seus alunos tenham voz, não se contentando em ser o centro das atenções.

Os alunos também estão envolvidos por esse campo simbólico arquetípico constelado, e transitam, pelas polaridades de Narciso-Eco, vivendo momentos em que ecoam o que lhes é apresentado, se apropriam do conhecimento transmitido, se interessam pelo mundo e pelo outro, saem do centro das atenções (muitas vezes imposto pelo ambiente familiar). E vivenciam momentos em que devem assumir uma postura mais narcisista, estarem centrados em si, em como aprendem e significam o que lhes é ensinado e como conseguem a partir disso desenvolver autonomia.

Novamente, verifica-se que o prejudicial para o processo de ensino-aprendizagem é o enrijecimento em uma polaridade arquetípica. O professor que se mantiver em seus traços narcisistas passará a se considerar tão brilhante que forçará inconscientemente seus alunos a apenas ecoarem suas palavras. Os alunos, renunciam a suas vozes, e passam a crer que não é necessário compreender a matéria; apenas repetir o conteúdo decorado. Por outro lado, o professor que só ecoa, não ousa, só repete o livro didático, ou o que lhe foi ensinado um dia ou, estrutura aulas exclusivamente a partir dos conhecimentos prévios de seus alunos, pouco ou nada acrescentando às discussões, e não se responsabiliza por seu ofício e pelos conteúdos que apresenta a seus aprendizes. Portanto, seus alunos permanecerão admirando-se com a própria imagem, dificilmente terão o professor como uma autoridade e pouco se envolverão com novos conhecimentos que lhes sejam apresentados.

A vivência do distanciamento social e suas implicações na dinâmica arquetípica do processo ensino-aprendizagem

A condição arquetípica da relação professor-aluno, prevê o despertar, no professor, do aluno intrapsíquico; e no aluno, do professor intrapsíquico; e essa dinâmica se dá na relação pedagógica bem estabelecida. Na situação de distanciamento social, tem-se um comprometimento desta relação devido às circunstâncias de tempo e espaço, e decorrentes do intermédio da tecnologia.

Pode-se supor que o distanciamento favorece a constelação arquetípica dos polos negativos do campo simbólico do Mestre-Aprendiz, pois a transformação do modelo de ensino impôs mudanças de postura e exigiu uma reestruturação psíquica para ambos – professores e alunos-, que não estavam preparados para assumir seus papéis em condições tão adversas.

Assim, ao analisar as posturas dos alunos, verifica-se que, em sua maioria tornaram-se relapsos e descuidados em suas obrigações escolares, o mesmo tempo em que sentiram-se desamparados por seus mestres, fazendo emergir a polaridade negativa dos pares arquetípicos: o Quiron ferido, que está ferido se sente impotente; o Sísifo sempre incapaz de concluir sua labuta interminável; O Puer, irresponsável e infantilizado, que evita assumir as responsabilidades e respeitar as regras que o Sênex insiste em impor; e o Narciso, que não consegue enxergar e perceber o Outro, inclusive o professor, e permanece fixado em si mesmo e nas suas dores e necessidades.

Por outro lado, os professores sentem dificuldade e parecem transitar entre as duas polaridades arquetípicas com medo e insegurança. Ora constelam o Curador, capaz de auxiliar, ensinar e compreender; ora constelam o Quiron ferido, impotente, sofredor de suas dores infundáveis. Em relação ao mito de Sísifo, nota-se que há momentos em que os professores são fortes e resilientes, como o próprio Sísifo, se adaptando às transformações, sendo astutos e seguindo em sua tarefa infundável e repetitiva de ensinar; e há momentos em que se encontram polarizados na rigidez e na teimosia, impedindo a si mesmo e aos seus alunos um processo evolutivo diante das transformações globais.

Também há o par Puer- Sênex, no qual se observa que os professores assumem polaridades rígidas, estando as vezes fixados no Sênex negativo, impositivo, punitivo e nada flexível; e em outros momentos constelam o Puer sedento de novos conhecimentos e curioso pelo futuro que se desdobra, tal como as crianças em seu processo de conhecimento. E ainda se tem as situações narcísicas e ecoístas, onde os professores polarizam os aspectos de Narciso, sentindo-se únicos e brilhantes e ignoram as possibilidades que ecoam à sua volta; ou permanecem ecoístas tornando-se apenas reprodutores de conteúdo sem reflexão, empobrecendo o processo para si e para seus aprendizes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das dificuldades percebidas no modelo de Educação tradicional é contemplar o aluno em sua totalidade, valorizando sua subjetividade e alcançando-o em sua completude. A pedagogia, em sua constituição historicamente estabelecida, privilegia e valoriza o pensamento, a razão, a percepção e o conceito em si, em detrimento de outros aspectos internos como o sentimento e a intuição. O conflito entre pensamento e sentimento, entre razão e emoção tornou-se tão intenso de modo que os objetivos humanísticos da educação foram superados pela pretensão de formar seres humanos racionais e capazes de dominar a tecnologia, voltados exclusivamente ao mercado de trabalho, ou seja, a atividades produtivas e pragmáticas. Atividades que são tão pragmatizadas que pouco exigem o desenvolvimento da essência do educar: o desenvolvimento do pensamento, da percepção e a internalização dos conceitos. O movimento em busca da racionalização acaba por distanciar cada vez mais o homem de sua humanidade, produzindo personalidades fragmentadas que buscam no coletivo (religião, moda, drogas, redes sociais, culto ao corpo) algo que os complete.

A situação do distanciamento social e, por consequência, o isolamento, favorece o intermédio da tecnologia, que é útil e necessário, ao aprendizado e ao progresso, mas há que se refletir acerca das relações que se desdobram nesse universo virtual e de como é possível esmaecer relações sensíveis e profundas nesse contexto, já que são essas relações que sustentam o processo de desenvolvimento e transformação do indivíduo ao longo da vida. O ensino remoto ou o ensino não presencial, acaba promovendo a perda da dimensão simbólica presente nas relações educativas e a escola e os professor, hoje, não possuem ferramentas para elaborar e intervir na superação deste problema: elaborar simbolicamente as alterações referentes ao modo de ensinar, ao papel do ser professor e do ser aluno, bem como, o papel da tecnologia. O inadequado funcionamento da relação arquetípica simbólica decorrente do ensino não presencial, acredita-se vincular-se ao cerne das dificuldades relacionadas a retenção da atenção dos alunos durante às aulas ou em conseguir tornar as aulas remotas atraentes e desafiadoras ao aprendizado.

A escola precisaria, a partir do conhecimento destas questões, encontrar um caminho que amenizasse os prejuízos da formação além dos conteúdos escolares, ou seja, da constituição do ser; do ser humano. Especialmente sobre a relação pedagógica, é necessário que se pense em todos os níveis educativos, métodos com uma noção simbólica e arquetípica para que se construa uma relação emocional aluno-professor participativa e construtivista, de modo a contribuir para o desenvolvimento e crescimento dos atores pedagógicos. Provavelmente, isso será muito difícil de ocorrer em uma situação de ensino remoto ou de ensino à distância, no entanto, considera-se que a reflexão deve ser realizada.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, S. M. A. de C. et al. **Autoconhecimento e pedagogia simbólica junguiana: uma trilha interdisciplinar transformadora na educação**. 2010.
- ARAÚJO, R. F. F. Visão junguiana da relação professor–aluno. **ÁGORA Revista Eletrônica**, n. 16, 2014.
- BERNARDI, C. Visão Geral: Senex-et-puer: um esboço da psicologia de um arquétipo. In: MONTEIRO, D. M. R. (Org.). **Puer-senex: dinâmicas relacionais**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 17-53.
- BRANDÃO, J. S. **Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- _____. **Mitologia Grega**. v. I. Petrópolis: Vozes, 1989.
- _____. **Mitologia Grega**. v. II. Petrópolis: Vozes, 2009.
- _____. **Mitologia Grega**. v. III. Petrópolis: Vozes, 1995.
- BYINGTON, Carlos Amadeu Botelho. **A construção amorosa do saber: o fundamento e a finalidade da pedagogia simbólica junguiana**. São Paulo: Religare.2003.
- BYINGTON, Carlos Amadeu Botelho. **Pedagogia simbólica**. Rio de Janeiro: Record. 1996.
- CAMUS, A. **O mito de Sísifo: Ensaio sobre o absurdo**. Lisboa: Livros do Brasil, 1973.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1987.
- FREITAS, L. V. (1990). O arquétipo do Mestre-Aprendiz – considerações sobre a vivência. **Junguiana – Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica** (8), 72-99.
- FURLANETTO, E. C. **A formação interdisciplinar do professor sob a óptica da psicologia simbólica**. Tese de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.
- _____, E. C. **Como nasce um professor? Uma reflexão sobre o processo de individuação e formação**. São Paulo: Paulus, 2003.
- HILLMAN, J. **O livro do puer: ensaios sobre o arquétipo do puer**. São Paulo: Paulus, 1999.
- JUNG, C. G. **Memórias, sonhos e reflexões** (D. F. da Silva, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1963.
- _____, C. G. A importância da Psicologia Analítica para a Educação. In C. G. Jung. **O desenvolvimento da personalidade** (Frei V. do Amaral, Trad.). Petrópolis: Vozes., 2012.
- _____, C. G. **Fundamentos de Psicologia Analítica**, vol. 01 Editora Vozes Ltda. 1972.
- _____, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. 11. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

KAST, V. **Sísifo**. São Paulo: Cultrix, 1997.

SAIANI, C. **Jung e a educação: uma análise da relação professor-aluno**. 3ed. São Paulo: Escrituras, 2003.

SHARP, D. **Léxico Junguiano – Dicionário de Termos e Conceitos**. São Paulo: Cultrix, 1991.

TARGINO, R. F. **A educação e o professor polivalente: considerações a partir de Carl G. Jung e Hannah Arendt**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. 2014.

TEIXEIRA, M. C. **O “pensamento pedagógico” de Jung e suas implicações para a Educação**. Revista Educação. Edição Especial Jung Pensa a Educação, Editora Segmento, 2006.

VERGUEIRO, P.V. Identidade de professor: uma pesquisa fundamentada na Psicologia Analítica. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 203-229, 2009.

VON FRANZ. **Puer aeternus: a luta do adulto contra o paraíso da infância**. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

WACHS, M. C. A compreensão de mitos e a expressão da identidade docente. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 46, n. 2, p. 23-44, 2006.

27 - PREVALÊNCIA DE SINTOMAS DEPRESSIVOS EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Yara Marcondes Clemente dos Santos

Fernanda Cardoso Fraga Fonsêca

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresentará uma investigação da literatura e reflexões a partir dessa, acerca da prevalência de sintomas depressivos em estudantes universitários, identificando fatores associados e as implicações para a vida acadêmica.

A depressão tem sido denominada como “doença do século” em virtude da alta predominância de casos depressivos na sociedade, ainda que os transtornos depressivos tenham acompanhado a evolução humana desde tempos passados. Uma fase do desenvolvimento humano crítica e importante para o aparecimento dos sintomas depressivos, é a etapa do ingresso no ensino superior. Segundo Pascarella e Terenzini (2005) e Reason, Terenzini e Domingo (2006), quando os alunos ingressam na universidade, acabam por deparar-se com dificuldades que não estavam acostumados. Dessa forma, os estudantes têm a necessidade de refazer o seu ciclo de amizades, deparando-se com novas responsabilidades. Os universitários que unem a vida acadêmica com a vida social desde o começo de seus cursos, teoricamente têm mais chances de desenvolver-se intelectualmente, do que aqueles que apresentam mais dificuldades em se adaptar às mudanças, e fazer a transição da vida escolar para vida acadêmica.

Erikson (1976) declara ser de grande relevância para o desenvolvimento psicológico dos estudantes a transição do ensino médio para a faculdade. Essa fase marca a busca para encontrar a identidade autônoma, que nada mais é do que a procura por uma profissão, sendo assim, selando essa ocasião como a passagem da adolescência para a vida adulta.

Conforme afirmam Mounts et al. (2006) e Wintre e Yaffe (2000), um fator que influencia em uma boa adaptação à universidade, é o bom relacionamento afetivo com os pais antes e durante a vida acadêmica. Ter esse suporte emocional dos pais, amigos e familiares ajuda os universitários nessa fase de adaptação.

De acordo com Teixeira et al. (2008) esse salto de mudança da adolescência para a vida adulta vem acompanhada de muitas responsabilidades e isso já é um fator de estresse e risco para depressão. Uma fase de muitas dúvidas em relação à carreira, desilusões, responsabilidades da fase adulta, separação da família, questão de moradia e outros desafios. A etapa em si pode ser estressante, isso fora as questões relativas ao curso de graduação almejado. Ao assumir a posição de calouro, o

estudante idealiza toda a vida acadêmica, o que pode gerar ansiedade. Contudo, muitos estudantes não têm suas expectativas atendidas, o que pode gerar ressentimentos acerca do curso.

Segundo a OMS - Organização Mundial da Saúde (2020), a depressão vem se tornando um transtorno mental comum, com mais de 300 bilhões de indivíduos, de diferentes faixas etárias, sofrendo com a doença. A depressão é diferente das frequentes mudanças de humor e respostas emocionais de curto prazo aos desafios diários, principalmente quando apresentada de forma moderada ou grave, esse transtorno pode tornar-se uma condição de saúde delicada causando grande sofrimento e podendo atrapalhar no trabalho, na escola e no meio familiar. E, se apresentada no quadro grave, a depressão pode levar ao suicídio.

Essa graduação (leve, moderada e grave) é categorizada pela OMS - Organização Mundial da Saúde (2020), dependendo da intensidade dos sintomas apresentados. Uma pessoa que evidencia um quadro depressivo leve poderá apresentar algumas dificuldades em continuar trabalhos e atividades sociais. Já se a pessoa apresenta um quadro depressivo grave é impossível que ela termine as atividades propostas, como atividade doméstica, atividades no trabalho e atividades sociais.

Ainda de acordo com a OMS - Organização Mundial da Saúde (2020), a depressão é consequência de uma complexa relação de fatores sociais, psicológicos e biológicos. Os indivíduos que passam por eventos traumáticos como o luto, o desemprego ou algum trauma psicológico são suscetíveis a desenvolverem depressão.

Dados esses fatos, abordaremos neste capítulo, a seguir, o que se pode encontrar na literatura acerca da depressão no caso específico dos universitários, qual a relação dessa com o aspecto familiar, a prevalência da depressão entre estudantes de universidades, assim como seus fatores associados.

Depressão Entre Universitários

Segundo Del Porto (1999), o significado do termo depressão no senso comum é usado para denominar um sentimento de tristeza e/ou uma doença, um sintoma ou uma síndrome. A alegria e a tristeza fazem parte da vida psíquica habitual, entretanto, a vida psíquica não se restringe apenas em relação a esses dois sentimentos, trazendo assim, uma vasta quantidade de emoções e sentimentos que podem existir.

Del Porto (1999) confirma que a depressão enquanto sintoma pode manifestar-se em diversos quadros clínicos, como transtorno de estresse pós-traumático, demência, esquizofrenia, alcoolismo e doenças clínicas. A depressão enquanto síndrome engloba não só alterações do humor (tristeza, irritabilidade, falta da capacidade de sentir prazer, apatia), mas também outros aspectos, envolvendo alterações cognitivas, psicomotoras e vegetativas. Por fim, a depressão enquanto doença vem sendo

classificada de diferentes maneiras, no decorrer dos anos e de acordo com cada autor e seu ponto de vista utilizado.

Como mostrado, o humor depressivo não estava voltado apenas aos Transtornos de Humor, sendo possível encontrar em outros tipos de doenças psíquicas, como ilustrado por Rodrigues (2000, p.158):

Além disso, tal como se observa no CID-10, a manifestação de humor depressivo não é exclusiva dos Transtornos do Humor, aparecendo em quadros como nos Transtornos Fóbicos-Ansiosos, na Ansiedade Generalizada, no Transtorno Obsessivo Compulsivo, nos Transtornos de Adaptação, no Estado de Stress Pós-Traumático, etc. Ou seja, cabe saber se existiria algum quadro dentro da nosografia no qual sintomas de depressão poderiam não aparecer.

Ainda de acordo com Del Porto (1999), o sintoma mais evidente no estado depressivo é o sentimento de tristeza ou vazio. Não necessariamente os indivíduos com sintomas depressivos vão se queixar de tristeza ou vazio, mas podem dizer que não sentem vontade de ter novas experiências em sua vida, apresentando uma diminuição do interesse e grande cansaço. Para fechar um diagnóstico de depressão levam-se em consideração os fatores de sintomas psíquicos, fisiológicos e sinais comportamentais, desta forma, existem sintomas que poderiam ser considerados como quadros depressivos, entretanto, devem ser levados em consideração o ambiente em que os indivíduos têm vivido, os contextos sociais em que se encontram, como também os fatos que vieram a acontecer em determinados períodos de sua vida.

Enquanto transtorno, refere-se a um quadro preocupante para saúde mental, podendo causar grandes desvantagens pessoais devido à perda da qualidade de vida, decadência de laços afetivos e sociais. Existindo ainda grande desaprovação social causando afastamento dessas pessoas que buscam por ajuda, tornando-se ainda mais grave a situação atual (PEROBELLI et al., 2018).

Dalgalarondo (2008) confirma que algumas síndromes e sentimentos depressivos podem aparecer com bastante regularidade em seguida a eventos traumáticos ou perdas significantes de pessoas queridas, emprego, moradia, conjuntura socioeconômica ou de algo representativo.

Segundo o DSM-5 (ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA, 2014), para diagnosticar os transtornos depressivos temos alguns critérios: humor deprimido na maior parte do tempo; interesse diminuído ou perda de prazer na realização das atividades, sensação de inutilidade ou culpa excessiva, indecisão ou diminuição da capacidade de pensar e concentrar-se, fadiga, insônia ou sono excessivo, agitação ou lentidão de movimentos, perda ou ganho significativo de peso, ideias recorrentes de morte ou suicídio.

Ainda de acordo com DSM-5 (ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA, 2014), para obter-se diagnóstico assertivo de um quadro depressivo, deve-se conhecer os diferentes tipos de

síndromes depressivas existentes, dentre elas: 1) Transtorno Disruptivo da Desregulação do Humor; 2) Transtorno Depressivo Maior; 3) Transtorno depressivo Persistente – Destemia; 4) Transtorno Disfórico Pré-menstrual; 5) Transtorno Depressivo Induzido por Substância/Medicamento; 6) Transtorno Depressivo Devido a Outra Condição Médica; 7) Outro Transtorno Depressivo Especificado; 8) Transtorno Depressivo Não Especificado.

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2020), a depressão é um transtorno fortemente presente na população em geral. Segundo estudo epidemiológico, a porcentagem de pessoas afetadas pela depressão ao longo da vida no Brasil está em torno de 15,5%. A predominância de depressão na rede de atenção primária de saúde é 10,4% isoladamente ou correlacionada a um transtorno físico. A depressão está em quarto lugar na posição de principais doenças acometidas em seres humanos, sendo considerada então uma doença que precisa de cuidados e atenção especial.

Ainda de acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2020), o transtorno depressivo pode aparecer com mais frequência na terceira década da vida, mas pode começar em qualquer idade. Estudos feitos pela OMS mostram a prevalência ao longo da vida em até 20% nas mulheres e 12% para os homens. O fator gênero parece estar relacionado a uma maior ou menor expressão da depressão.

De acordo com Bruch, Carneiro e Jornada (2009), as mulheres são mais vulneráveis a desenvolverem os transtornos depressivos do que os homens, diferenças que podem ser causadas por fatores psicossociais e biológicos que podem estar ligados ao gênero feminino, dado que as sensações de estresse e bem-estar vivenciadas por homens e mulheres sucedem da interação diferenciada dos hormônios sexuais com os neurotransmissores.

Abrão, Coelho e Passos (2008) confirmam existir diversos estudos que validam como o gênero pode influenciar condições dos transtornos psíquicos, a contar dos sintomas e reações aos medicamentos até o desenvolvimento do transtorno ao decorrer da vida. Com relação à forma em que os sintomas depressivos se manifestam tem se constatado diferenças de manifestações entre mulheres e homens, de um modo geral, os homens mostram-se mais raivosos, inquietos e desatentos enquanto as mulheres revelam-se tristes, sensíveis e desanimadas.

Pode-se assim considerar no trecho a seguir, o motivo pelo qual mulheres seriam mais propensas a desenvolverem depressão do que os homens:

Dentre as possíveis diferenças nas manifestações depressivas entre homens e mulheres, em âmbito biológico, chamam a atenção o funcionamento hormonal e suas consequências. Embora não se possa deixar de frisar que as evidências ainda são escassas, há que se notar os resultados dos vários estudos na área (JUSTO; CALIL, 2006. p. 75).

Ainda de acordo com Abrão, Coelho e Passos (2008), quando se trata de infância e adolescência, os meninos apresentam-se ter mais chances de desenvolver essa patologia depressiva na infância, já as meninas apresentam terem duas a três vezes mais tendência a manifestar o transtorno no decorrer da puberdade.

Segundo Cooper et al. (2002 apud TENG et al., 2005), indivíduos que possuem doenças crônicas, sendo aquelas que não possuem cura mas possuem tratamentos, o índice de desenvolverem algum tipo de transtorno depressivo tornou-se mais evidente, sendo que grande parte da população, a qual possui ambas morbidades e que tendem a não aderirem aos tratamentos a elas, são pessoas idosas, podendo vir a ser por questões do valor do tratamento, ao fato de algumas doenças o tornem inválidos a conseguirem desempenhar melhorias significativas para a adesão de forma íntegra e completa.

A depressão pode trazer diversas complicações para os indivíduos que, segundo Coutinho e Saldanha (2005), podem ser: desinteresse e/ou atitude de retraimento, pouca capacidade de sentir prazer ou insatisfação, incapacidade de pedir ou receber ajuda, sentimento de rejeição, distúrbios do sono ou insônia, dificuldade de estabelecer contatos, gradativo mau rendimento escolar, falta de energia, comportamento agressivo, reclamação de sintomas vagos, transtornos alimentares e fobia escolar.

São indicados por Coutinho e Saldanha (2005) os sintomas como tristeza, desinteresse, retraimento, pouca capacidade de sentir prazer, a manifestação da expressão do rosto triste, da indiferença, do choro fácil, pensamento de morte e ideias suicidas como sinais presentes para o processo de indicação da depressão no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5).

Segundo Vieira (2008), a relação da depressão com o suicídio é bem próxima, pois o comportamento do indivíduo que possui pensamentos autodestrutivos pode ser identificado como um dos sintomas do transtorno depressivo. As características do comportamento suicida são identificadas como a preocupação, ato ou desejo que seu objetivo é gerar prejuízo para o próprio indivíduo, sendo que as ideias, desejos suicidas, os comportamentos suicidas sem morte ou também os suicídios que foram concluídos fazem parte desta condição. A ideação suicida tem sido apontada como uma das causas para a verificação dos riscos para o suicídio propriamente dito, podendo atingir diferentes populações, inclusive a de estudantes universitários (TURECKI, 1999; WERLANG; BORGES; FENTERSEIFER, 2005 apud CREMASCO; BAPTISTA, 2017).

Alguns autores declaram existir diferentes estressores ao decorrer de um curso universitário, podendo depender do nível em que se encontram, no começo, no meio ou no final do curso e esses

fatores poderiam influenciar a prevalência de depressão entre os estudantes (CLARK; ZELDOW, 1988; HAHN; FERAZ, 1998 apud CAVESTRO; ROCHA, 2006).

De acordo com Fernandes et al. (2018), o ingresso no mundo acadêmico pode trazer grandes mudanças para os estudantes, tornando a vida mais penosa, o que aumenta a quantidade de horas de estudo e conseqüentemente ocorre o afastamento familiar, pois se intensifica a cobrança da sociedade e da faculdade. Isso tudo pode evocar sentimentos de irritabilidade, preocupação, desilusão e ansiedade durante a graduação. Uma das maiores adversidades que o universitário encontra é desenvolver formas de reduzir o impacto da depressão. A cobrança acadêmica é muito rigorosa acentuando outros fatores que atingem a depressão, são eles: o excesso de conteúdo, trabalhos e provas, além dos professores exigentes e a ausência da família, que são fatores determinantes para a instabilidade mental.

Ainda de acordo com Fernandes et al. (2018), a grande demanda de atividades, trabalhos e a falta de tempo para dormir ou descansar são importantes pontos que deixam o universitário mais suscetível à depressão. A vida acadêmica é um ambiente de competitividade, que tem disputas por bolsas de estudos, intercâmbios e vagas para estágios, que requerem um alto desempenho. Quando o aluno não atinge esse patamar, a vida acadêmica parece perder o sentido e começam a surgir os problemas.

Os vestibulandos que passam em vestibulares concorridos geralmente dedicaram-se um longo tempo de sua vida a estudar. Após serem aprovados, muitos alunos encontram-se desorientados sem saber se era o que realmente gostariam ou se valeria a pena. Essa frustração que eles apresentam pode ser uma grande aliada para o aparecimento da depressão e de outros desequilíbrios, podendo fragilizar a saúde mental (FERNANDES et al., 2018).

A Relação Suporte Familiar e Depressão em Universitários

Segundo Ceberio (2006), a família é classificada como uma das fundamentais fontes de apoio social, encarregada das referências culturais e como o indivíduo irá interagir com os outros. Apesar de alguns autores, como Baptista (2007) e Moore e Quintín (2001), definirem o suporte familiar como uma relação de afeto, apoio, proteção, carinho, proximidade e autonomia existentes entre os membros familiares, outros autores, como Ceberio (2006) e Passos (2007 apud LEMOS; BAPTISTA; CARNEIRO, 2011), esclarecem que, em razão das mudanças contínuas dos papéis paterno e materno, torna-se cada vez mais difícil achar uma única definição para o que é família, sendo que pode-se considerar uma família aqueles que influenciam o indivíduo e que estão mais próximos, podendo ser, pai ou mãe, tios ou tias, avó ou avô, padrasto ou madrastas e pais adotivos, que podem ajudar no desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Ainda que

não se chegue a um consenso de definir o que é estruturalmente uma família, pode-se afirmar que em meio a tantas mudanças de seus modelos, ela permanece sendo de grande relevância na constituição do ser humano como pessoa.

De acordo com Ivanova et al. (2006 *apud* LEMOS; CARNEIRO, 2011), o suporte familiar correto pode auxiliar na prevenção de transtornos mentais, como, por exemplo, a depressão. Apurou-se que, quanto maior for o suporte familiar recebido, menor serão os sintomas depressivos e melhores os estilos parentais encontrados. A família simboliza uma proteção contra eventos estressores e contra a evolução de inúmeros transtornos mentais independente da fase de desenvolvimento (SANTANA, 2008 *apud* LEMOS; BAPTISTA; CARNEIRO, 2011).

Krause et al. (1989 *apud* BAPTISTA et al., 2001) discorrem que desordens psicológicas e, em especial, os sintomas depressivos, podem ter uma grande influência por consequência do indivíduo insatisfeito com o suporte proporcionado pelo seu grupo social. Segundo Rubin et al. (1992 *apud* BAPTISTA et al., 2001), a boa relação social construída com os componentes da família e amigos provoca sentimentos de bem-estar no indivíduo, o que previne a depressão. Os relacionamentos pessoais, os primeiros relacionamentos seguros e a relação pais/criança durante a infância, possibilitam o aumento da autoestima e autoeficácia na vida de um indivíduo (ARO, 1994 *apud* BAPTISTA et al., 2001).

De acordo com Birtchnell (1988), uma das eventualidades mais prováveis vindas da aprendizagem, é que relacionamentos defasados na infância e adolescência em que se faltam afeto vindo dos pais, comunicação, estimulação e colaboram de forma considerável para adquirir personalidades vulneráveis, as quais contribuem a depressão e relacionamentos insatisfatórios. Segundo Gavazzi (1993), os níveis de tolerância dos familiares em associação à intimidade e individualidade dos filhos possuem conexão com o ajustamento pessoal do adolescente, além de ter relação com fatores da ansiedade e depressão. Quanto maior o grau da depressão nos adolescentes, maior foram os problemas na sua infância, menor a percepção do suporte familiar e maior a propensão ao uso de drogas, segundo pesquisa realizada por Windle (1991) *apud* Baptista et al. (2001).

Em suma, aparenta existir uma correlação teórica e prática sobre a falta de suporte familiar e transtornos afetivos em crianças, adolescentes e adultos, visto que influencia diretamente na forma como o ser se auto avalia e como filtra as informações vindas de fora.

Prevalência e fatores associados

Identifica-se um número preocupante de universitários que apresentam sintomas depressivos. Diversos fatores da vida cotidiana contribuem com a aparição de sintomas depressivos, distanciamento dos pais, amigos e familiares, mudança de cidade e a grande responsabilidade exigida em curso superior, conforme apresentado anteriormente neste capítulo.

Confirmando o já descrito na literatura, observando-se a prevalência no caso de universitários, também foi encontrada a predominância para os transtornos apresentados no sexo feminino. Segundo Bruch, Carneiro e Jornada (2009), as mulheres apresentam duas vezes mais sintomas depressivos em comparação aos homens. O risco de depressão é entre 10% e 25% para mulheres. Em oposição os homens, o índice fica entre 5% a 12%. A dessemelhança entre mulheres e homens com depressão pode ter início de forma mais acentuada a partir dos 15 anos. A puberdade e a produção de hormônios sexuais conseqüentemente acabam sendo fatores que contribuem com a tendência à doença entre as mulheres. O que não isenta os homens de atingirem um número significativo para o transtorno apresentado.

Pensando no ano de 2020, outro ponto a ser ressaltado como influente para o desencadeamento de quadros depressivos, seria a pandemia da Covid-19 que trouxe o isolamento social em todo o mundo. Dessa forma, estudantes passaram a ter ensino remoto, fator que não corrobora para um bom desempenho acadêmico, tendo em vista que os alunos estão acostumados com um ritmo de aprendizado, de rotina e interação social característicos das aulas no modo presencial. De repente, este ritmo é totalmente quebrado, isolando-os de suas atividades e interações. Assim, o aluno que tinha um bom desempenho em sala de aula, com sua atenção concentrada, agora está em sua casa onde a sua rotina neste momento pode estar agregada a de seus pais, companheiros, filhos, parceiros. O estresse então coloca em xeque o desenvolvimento do aluno, colocando-o em uma posição de desânimo e incapacidade, fazendo cair seu desempenho o deixando mais propenso à depressão (MAIA; DIAS, 2020).

A crise atual na saúde chama a atenção para os profissionais e também universitários dessa área. Tratando-se dos universitários de cursos da área da saúde, observa-se um número preocupante de estudantes com sintomas de transtornos mentais. O estudo de Leão et al. (2018) revela terem participado da pesquisa 476 acadêmicos. Podendo perceber que 28,6% desses estudantes apresentaram prevalência de depressão e 36,1% ansiedade. Castro (2017) realizou pesquisa com 26 estudantes, do nono e décimo período, e foi possível identificar que 62% apresentavam estresse, 26,85% encontrava-se com sintomas depressivos e mais de 80% dos alunos apresentaram sintomas de ansiedade. Já no estudo de Vasconcelos et al. (2015), participaram da pesquisa 234 estudantes. Desses, 19,7% apresentaram sintomas sugestivos de ansiedade. A pesquisa também demonstrou que

5,6% desses alunos manifestaram sintomas sugestivos para depressão. Nessa mesma linha, Padovani et al. (2014) realizou uma pesquisa com 3.587 estudantes. Desses, 783 indivíduos participaram do estudo para sintomatologia de estresse e a prevalência encontrada foi de 52,88%, já para os sintomas ansiosos participaram 709 estudantes, e a prevalência encontrada foi de 13,54%. Avaliaram também o sofrimento psicológico de 1.403 estudantes, sendo que 39,97% dos pesquisados apresentaram sofrimento psicológico. O “burnout” foi avaliado em 468 estudantes do curso de medicina, e (5%) desses apresentaram o diagnóstico.

Há evidências de grande déficit na procura de suporte quando o universitário apresenta um nível de estresse, pressão e ansiedade muito alto. Sendo assim, é esperado que com o tempo e com estudos sobre o tema, isso seja melhorado no ambiente acadêmico, com propostas para que os alunos tenham uma formação mais humanizada, dando o respaldo necessário emocionalmente ou pedagógico. A atenção redobrada para que profissionais de saúde tenham uma formação mais saudável produzirá melhores condições para que esses possam lidar com o bem-estar do ser humano.

Com relação a estudos específicos sobre estudantes com depressão, Lima et al. (2019) realizou uma pesquisa com 383 acadêmicos, tendo constatado depressão grave em 5,40% dos acadêmicos de odontologia, 8,60% dos acadêmicos de enfermagem e a depressão moderada a grave em 3,60% dos acadêmicos de medicina. No estudo de Krefer e Vayego (2019), 181 estudantes participaram da pesquisa, dentre os quais 26,52% desses alunos apresentam sintomas de depressão grave, 34,25% depressão moderada, 24,31% depressão leve e 14,92% apresentaram sintomas mínimos de depressão ou nenhum sintoma. Num outro estudo, de Mesquita et al. (2016), participaram da pesquisa 251 universitários. A tendência de depressão esteve presente em 41% dos universitários, sendo mais relevante no curso de enfermagem (55%).

Foi possível identificar nos estudos de Lima et al. (2019), Krefer e Vayego (2019) e Mesquita et al. (2016) que universitárias do gênero feminino que estão nos semestres iniciais dos cursos da área da saúde apresentam uma prevalência significativa da depressão. É importante ressaltar o porquê dos acadêmicos de enfermagem apresentarem o maior índice à depressão. Isso pode acontecer pelo fato de os acadêmicos estarem em contato maior com os pacientes e lidarem constantemente com a dor, a morte e o sofrimento. Dessa forma, apresenta-se a importância do desenvolvimento de orientações e identificação antecipada para a depressão no setor acadêmico, de forma que sejam desenvolvidas atividades para prevenção individual e coletiva entre os alunos, contando com apoio de corpo docente, profissionais de saúde e se possível envolver os familiares.

Desenvolver atividades acadêmicas ou de lazer podem manter em equilíbrio as emoções dos estudantes, sendo de extrema importância visto que ajuda a construir um vínculo com seus professores, vínculo esse que pode auxiliar na futura profissão e vida pessoal.

Observa-se que as Habilidades Sociais foram um aspecto importante na correlação com os sintomas depressivos em universitários. Os resultados obtidos de maneira geral nos estudos de Bolsoni-Silva e Loureiro (2016) e de Bolsoni-Silva e Guerra (2014) confirmam um enorme déficit no conjunto de habilidades sociais independente das interações sociais estabelecidas com diferentes interlocutores, sejam com familiares, amigos, colegas de república ou namorados. Ao tentar estabelecer essa interação por meio de conversa, o sentimento de sentir-se inseguro, ansioso, despreparado e/ou incapaz se fez presente nos universitários que são depressivos.

Del Prette e Del Prette (1999 apud BOLSONI-SILVA; CARRARA, 2010) consentem que assertividade envolva a demonstração apropriada de sentimentos negativos e o resguardo dos próprios direitos, e um indivíduo habilidoso socialmente teria que expor habilidades de resolução de problemas interpessoais, de cooperação, de desempenho nas atividades profissionais e de comunicação.

Outro fator importante associado à prevalência de sintomas depressivos é o suporte familiar. De acordo com Lemos, Baptista e Carneiro (2011), nota-se que, o suporte familiar de qualidade é de extrema importância para o universitário, mas muitas vezes os estudantes o negligenciam, por não quererem preocupar seus pais com seus problemas, por acreditarem que podem dar conta de tudo sem ao menos dividir a situação com um familiar, e muitas vezes pode encontrar um suporte, uma força, ou uma palavra que o conforte, ajudando em um momento delicado, dessa forma, conforme já explicitado anteriormente, fica evidente que a família é importante para auxiliar na prevenção da depressão ou de outros transtornos mentais: A família se mostra como um importante fator protetivo diante de eventos estressores e age contra a evolução de transtornos mentais (SANTANA, 2008 apud LEMOS, BAPTISTA, CARNEIRO, 2011).

Assim como o suporte familiar, chama-se a atenção para o suporte das instituições de ensino superior como fator associado à prevenção de transtornos mentais, atuando para que os universitários possam receber auxílio para enfrentar melhor os conflitos com o menor prejuízo. Às faculdades que já possuem projetos de acolhimento, sugere-se a ampliação da capacidade de atendimentos e investimento em divulgação para que a informação consiga atingir o maior número de estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se falar que a depressão é uma doença, a qual demanda grande atenção, pois nem sempre aqueles que possuem demonstram seus sintomas claramente. É necessário que os profissionais tenham uma sensibilidade maior para identificar esses sintomas, e assim auxiliar os jovens da melhor forma. A aquisição da doença durante a vida acadêmica é considerada muito comum, visto a gama de situações que o estudante está propenso a passar, e pelas quais estão a passar.

Dessa forma, como já mencionado, todos os cuidados e atenção com a saúde mental dos estudantes universitários devem ser realizados de forma mais atenta, para que assim, todos os jovens que estão ingressando nessa nova realidade sintam-se acolhidos e possam desfrutar da vida acadêmica cuidando da saúde mental. A depressão em jovens universitários tornou-se algo considerado comum, mas não deveria ser algo naturalizado, até porque, a depressão é considerada um transtorno e demanda atenção, e quanto mais cedo forem identificados os sintomas, melhor será a aderência ao tratamento, podendo levar a cura dessa doença considerada silenciosa. Por outro lado, se não diagnosticada e tratada, as consequências podem ser fatais, a exemplo de casos em que a depressão pode ser a causa de um suicídio.

Portanto, recomenda-se que as universidades ofereçam serviços de apoio para o corpo docente e discente. Murakami et al. (2018) evidencia alguns programas de apoio como programa de tutoria, que seria uma atividade de recepção e suporte para uma melhor adaptação aos calouros dos cursos da faculdade; grupos de reflexão formados a partir de temas expostos pelos universitários, em geral, relacionados ao desenvolvimento da identidade profissional, permitindo que os estudantes vivenciem e compartilhem em grupo suas angústias, medos e incertezas, em torno de situações que são comuns a todos; apoio aos docentes e comissões: auxílio pedagógico e psicopedagógico à Comissão de Graduação e às Comissões Coordenadoras de Curso; grupos focais com dinâmicas em grupos para diversos fins pedagógicos. Por fim, a divulgação do serviço na matrícula anual dos calouros com objetivo de informar estudantes e seus familiares sobre as diversas atividades de suporte psicológico, psicopedagógico e pedagógico desenvolvido pelo serviço. Podendo assim, construir uma relação de confiança e acolhimento desde o primeiro contato com o novo universitário. Assim, família e universidade poderiam compor uma rede de apoio para o aluno, juntamente com profissionais da saúde mental, para a oferta do melhor acolhimento e tratamento do estudante universitário.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, C. B. et al. Prevalência de Sintomas Depressivos entre Estudantes de Medicina da Universidade Federal de Uberlândia. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 32, n. 3, p. 315 – 323, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022008000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 de Nov 2020.

ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**, Quinta Edição (DSM-V). Arlington, VA: Associação Americana de Psiquiatria, 2014.

BAPTISTA, M. N. Inventário de percepção de suporte familiar (IPSF): estudo componencial em duas configurações. **Psicologia: Ciência e Profissão**, scielo, v. 27, p. 496 – 509, Setembro 2007.

ISSN 1414-9893. Disponível em: <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/articleXML.php?lang=en&pid=S1414-98932007000300010>. Acesso em: 21 jun 2021.

BAPTISTA, M. N.; BAPTISTA, A. S. D.; DIAS, R. R. Estrutura e suporte familiar como fatores de risco na depressão de adolescentes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 52 – 61, jun 2001. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 abril 2021.

BIRTCHNELL, J. Depression and Family Relationships: A Study of Young, Married Women on a London Housing Estate. **The British Journal of Psychiatry**, v. 153, n. 6, p. 758 – 769, dezembro 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1192/bjp.153.6.758>. Acesso em: 21 jun 2021.

BOLSONI-SILVA, A. T.; CARRARA, K. Habilidades sociais e análise do comportamento: compatibilidades e dissensões conceitual-metodológicas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, Ago 2010. ISSN 1677-1168. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682010000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 mar. 2021.

BOLSONI-SILVA, A. T.; GUERRA, B. T. O impacto da depressão para as interações sociais de universitários. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 14, n. 2, p. 429 – 452, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/135634>. Acesso em: 21 jun 2021.

BOLSONI-SILVA, A. T.; LOUREIRO, S. R. O Impacto das Habilidades Sociais para a Depressão em Estudantes Universitários. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, n. 4, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/NGC39GWnfgL98TcVsdQSWqy/?lang=pt>. Acesso em: 21 jun 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Depressão**. 2020. Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/saude-de-a-z/depressao>. Acesso em: 16 de novembro de 2020.

BRUCH, T. P.; CARNEIRO, E. A.; JORNADA, L. K. Presença de sintomas psiquiátricos em estudantes de medicina de Universidade do sul do Brasil. **Revista Arquivos Catarinenses de Medicina**, v. 38, n. 4, 2009. Disponível em: <http://www.acm.org.br/revista/pdf/artigos/770.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2020.

CASTRO, V. R. Reflexões sobre a saúde mental do estudante universitário: Estudo empíricos com estudantes de uma instituição pública de ensino superior. **Revista Gestão em Foco**, Amparo - SP, n. 9, p. 380 – 401, 2017. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/043_saude_mental.pdf. Acesso em: 05 nov. 2020.

CAVESTRO, J. de M.; ROCHA, F. L. Prevalência de depressão entre estudantes universitários. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, scielo, v. 55, p. 264 – 267, 2006. ISSN 0047-2085. Disponível em: <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/articleXML.php?lang=en&pid=S0047-20852006000400001>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CEBERIO, M. R. Viejas y nuevas familias. La transición hacia nuevas estructuras familiares. v. 7, Março 2006. Disponível em: <http://psiqu.com/1-3131>. Acesso em: 30 jun 2021.

COUTINHO, M.P.L. & SALDANHA, A.A.W. (2005) *Representação social e práticas de pesquisa*. João Pessoa PB: Editora Universitária.

- CREMASCO, G. da S.; BAPTISTA, M. N. Depressão, motivos para viver e o significado do suicídio em graduandos do curso de psicologia. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Londrina**, v. 8, n. 1, p. 22 – 37, Junho 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072017000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 maio 2021.
- DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- DEL PORTO, J. A. **Conceito e diagnóstico**. Brazilian Journal of Psychiatry, São Paulo, v. 21, p. 06 – 11, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44461999000500003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 set. 2020.
- ERIKSON, E. H. **Identidade, juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. (Original publicado em 1968).
- FERNANDES, M. A. et al. Prevalência de sintomas ansiosos e depressivos em universitários de uma instituição pública. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, n. 5, p. 2169 – 2175, 2018. ISSN 1984-0446. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672018001102169&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 set. 2020.
- GAVAZZI, S.M. The Relation Between Family Differentiation Levels in Families with Adolescent and the Severity of Presenting Problems. **Family Relations**, 42 (4): 463 – 468, 1993.
- JUSTO, L. P.; CALIL, H. M. Depressão: o mesmo acometimento para homens e mulheres? **Archives of Clinical Psychiatry**, São Paulo, v. 33, p. 75 –, 2006. ISSN 0101-6083. Disponível em: <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/articleXML.php?lang=pt&pid=S0101-60832006000200007>. Acesso em: 11 nov. 2020.
- KREFER, L.; VAYEGO, S. A. Prevalência de sintomas depressivos em estudantes universitários. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v. 11, n. 28, Junho 2019. ISSN 2595-2420. Disponível em: <http://stat.entrever.incubadora.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/2558>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- LEÃO, A. M. et al. Prevalência e Fatores Associados à Depressão e Ansiedade entre Estudantes Universitários da Área da Saúde de um Grande Centro Urbano do Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 42, n. 4, p. 55 – 65, 2018. ISSN 1981-5271. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/kyYq35bwkZKHpKRTjyqjMYz/?lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- LEMOS, V. A.; BAPTISTA, M. N.; CARNEIRO, A. M. Suporte familiar, crenças irracionais e sintomatologia depressiva em estudantes universitários. **Psicologia: Ciência e Profissão**, scielo, v. 31, p. 20 – 29, 2011. ISSN 1414-9893. Disponível em: <http://www.scielo.br/scieloOrg/php/articleXML.php?lang=en&pid=S1414-98932011000100003>. Acesso em: 12 abr. 2021.
- LIMA, S. O. et al. Prevalência da Depressão nos Acadêmicos da Área de Saúde. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2019. ISSN 1982-3703. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/Qd5gjh8KPsf6kXVvQWFgmHp/?lang=pt#>. Acesso em: 13 jun. 2021.

MAIA, B. R.; DIAS, P. C. **Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19.** Estudos de Psicologia, Campinas, 2020. ISSN 1982-0275. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200067>. Acesso em: 7 jan. 2021.

MESQUITA, A. M. et al. Depressão entre estudantes de cursos da área da saúde de uma universidade em Mato Grosso. **Journal Health NPEPS**, Mato Grosso - MT, v. 1, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/jhnpeps/article/view/1433/1503>. Acesso em: 05 nov. 2020.

MOORE, J.; QUINTÍN, E. P. L'articulation des attachements multiples et des strategies de coping chez les adolescents placés en famille d'accueil. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 3, n. 3, p. 127 – 141, 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26610707_Larticulation_des_Attachements_Multiples_et_des_Strategies_de_Coping_chez_les_Adolescents_Placés_en_Famille_dAccueil. Acesso em: 02 out. 2020.

MOUNTS, N. S. et al. Shyness, sociability, and parental support for the college. **Journal of Youth and Adolescence**, p. 68 – 77, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10964-005-9002-9>. Acesso em: 20 set. 2020.

MURAKAMI, K. et al. Atuações de um centro educacional e psicológico junto a estudantes universitários. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 109 – 119, 2018. ISSN 1984-7270. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902018000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 jun. 2021.

OMS – Organização Mundial da Saúde. **Depressão.** 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/depressao>. Acesso em: 13 maio 2020.

PADOVANI, R. C. et al. Vulnerabilidade e bem-estar psicológicos do estudante universitário. **Rev. bras. ter. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 02-10, jun. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872014000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 jun. 2021.

PASCARELLA, E. T., & TERENCEZINI, E. T. (2005). **How college affects students: A third decade of research.** San Francisco: Jossey-Bass, 2005. v. 2. 827 p. ISBN 0-7879-1044-9. Acesso em: 05 nov. 2020.

PEROBELLI, A. O. et al. **Diretrizes clínicas em saúde mental.** Vitória: Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo, 2018. Disponível em: <https://saude.es.gov.br/Media/sesa/Protocolo/Diretrizes%20Clinicas%20em%20saude%20mental.pdf> Acesso em: 02 Nov. 2020.

REASON, R. D.; TERENCEZINI, P. T.; DOMINGO, R. J. First Things First: Developing Academic Competence in the First Year of College. **Research in Higher Education**, p. 149 – 175, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11162-005-8884-4>. Acesso em: 10 set. 2020.

RODRIGUES, M. J. S. F. **O diagnóstico de depressão.** Psicologia USP, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 158 –, 2000. ISSN 1678-5177. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/pLGJppkNXcmwHdpQ5T3T5xQ/?lang=pt#>. Acesso em: 11 nov. 2020.

TEIXEIRA, M. A. P. et al. **Adaptação à universidade em jovens calouros. Psicologia Escolar e Educacional**, Scielo, v. 12, p. 185 – 202, Junho 2008. ISSN 1413-8557. Disponível em: <http://>

[//www.scielo.br/scieloOrg/php/articleXML.php?lang=en&pid=S1413-85572008000100013](http://www.scielo.br/scieloOrg/php/articleXML.php?lang=en&pid=S1413-85572008000100013). Acesso em: 29 out. 2020.

TENG, C. T; HUMES, E. C; DEMETRIO, F. N. Depressão e comorbidades clínicas. **Rev. psiquiatr. Clín.** São Paulo, v. 32, n. 3, pág. 149-159, junho de 2005. Disponível em: <[Http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832005000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832005000300007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 nov. 2020.

VASCONCELOS, T. C. de et al. Prevalência de Sintomas de Ansiedade e Depressão em Estudantes de Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 39, n. 1, p. 135 – 142, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/SVybyDKKBCYpnDLhyFdBXxs/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2021.

VIEIRA, K. F. L. **Depressão e Suicídio: Uma abordagem psicossociologia no contexto acadêmico.** 2008. 159 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) — UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/ppgp/images/pdf/dissertacoes/kay_francis_leal_vieira_2008.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

WINTRE, M. G.; YAFFE, M. First-Year Students' Adjustment to University Life as a Function of Relationships with Parents. **Journal of Adolescent Research**, v. 15, n. 1, p. 9 – 37, Janeiro 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0743558400151002>. Acesso em: 05 mar. 2020.

28 - UM LUGAR NOVO: A MIGRAÇÃO ESCOLAR COMPREENDIDA PELOS PROFESSORES E FAMÍLIAS ADOLESCENTES

Andreza Maria Neves Manfredini

Joice Raiane Silva

INTRODUÇÃO

Falar de migração é descrever um fenômeno social que compactua com a mudança; esta representa diferente significado para quem a vivencia, pois pode apresentar-se de diversas maneiras e cada qual com sua definição. Para Salim (1991, p. 119), a migração define-se como “[...] contínua, circular, intermitente, de retorno, por situação de domicílio, intra ou inter-regional”, e também pode aderir a um novo significado conforme o tipo de deslocamento sofrido pelos indivíduos na passagem de um local a outro.

Quando se fala de migração, é importante ressaltar que há diversos tipos de deslocamento de pessoas que ocorrem de maneira usual, como por exemplo, a migração internacional, que envolve a mudança de um país para outro, bem como a migração que ocorre dentro do próprio país, com a mudança de uma localidade para outra, conforme será abordado nesta pesquisa.

Relatar o processo de migração não trata apenas de falar sobre a mudança na vida de alguém, mas também de pensar nos possíveis impactos causados na vida dos envolvidos. Esta pesquisa se interessa em compreender os desafios mediante o enfrentamento do processo da mudança e adaptação escolar na visão dos adolescentes e seus pais, e a percepção dos professores diante do fenômeno em questão.

É importante estudar sobre o tema da migração escolar sob a óptica ora proposta com o intuito de contribuir com uma visão mais ampla sobre como essas relações são estabelecidas quando o jovem vivencia o conflito da mudança. Por tratar-se de uma ação, por vezes, repentina, esta altera e modifica tanto seu espaço físico quanto social, e pode afetar fatores psicológicos, deixando marcas significativas em suas vidas.

Este estudo baseia-se em uma perspectiva do pensamento sistêmico no que concerne ao processo de migração e seus impactos na vida do migrante, com vistas à compreensão desse processo e de que modo ele afeta as relações sociais.

REVISÃO DE LITERATURA

As relações familiares

A família, segundo Simionato e Oliveira (2003), é considerada um sistema que abrange as crenças, valores, conhecimentos e práticas, e que possui suas próprias dinâmicas de funcionamento, ou seja, o modo que cada família encontra para se portar e seguir o que considera certo e viável em cada situação. Ademais, ela ainda pode ser descrita como um local onde ocorre a interação entre um grupo de pessoas.

Tratando-se de família, é de suma importância fazer uma ressalva ao momento do ciclo vital familiar, composto por quatro fases – fase de aquisição, fase adolescente, fase madura e fase última (CERVENY, 2010). No entanto, a ênfase desta pesquisa recai sobre a fase adolescente, na qual não se faz referência apenas aos jovens que por ela estão passando, mas também às respectivas famílias que acompanham todo o processo.

Dessa forma, de acordo com Cerveny (1995 citado por BERTHOUD, 2010), é possível destacar que todo o sistema que adolece, o jovem e seus familiares; estes, por sua vez, acompanham de muito perto a chamada ‘crise da adolescência’. Quanto à mudança na dinâmica familiar, Berthoud (2010) afirma que pais e filhos precisam se readaptar aos novos padrões de comportamentos e atitudes trazidos pelos filhos no momento presente.

Os pais são convidados a reformular algumas questões internas da família para que sejam capazes de enfrentar, de forma positiva, as mudanças que o filho traz no decorrer de sua vida. Eles precisam entender que a fase adolescente, assim como qualquer outra, acarreta sentimentos subjacentes e, por essa razão, devem se movimentar para compreendê-los e serem capazes de oferecer o apoio que, porventura, o filho venha a solicitar, ou quando considerarem que é chegado o momento (BERTHOUD, 2010).

A próxima subseção aborda tanto as conflitivas – seus aspectos positivos, as questões de amadurecimento corporal e cognitivo da adolescência – quanto a maneira pela qual os pais podem apoiar seus filhos, para que, juntos, consigam enfrentar essa nova etapa que terá início.

Adolescência

A adolescência é considerada uma construção social, visto que, nas cidades pré-industriais, esse termo não era utilizado – havia somente a criança e o adulto, e o indivíduo só entrava na fase adulta quando amadurecia fisicamente e era capaz de obter aprendizado profissional, conforme destacado por Papalia (2013). Foi somente no século XX que o conceito ‘adolescência’ foi

estabelecido como uma fase separada da infância e da idade adulta, fazendo a intermediação entre elas.

Para Papalia (2013), a adolescência é entendida como o período que vai dos 11 até os 20 anos. Trata-se de um momento de grandes mudanças, tanto fisiológicas quanto comportamentais e psicológicas, que altera todo o repertório e contexto onde o indivíduo habita; vista como uma nova fase, carrega consigo uma bagagem enorme de novidades e diferentes perspectivas.

É importante lembrar que esse período não ocorre de forma igualitária para todos os jovens, mas cada qual o vivencia de acordo com suas experiências anteriores, uns com mais facilidade e outros com menos; contudo, é uma fase que chega para todos e que é experienciada pelo indivíduo de forma positiva ou negativa. Campos (1975) afirma que seria um erro tentar delimitar essa etapa do desenvolvimento pelo fato de que ela se inicia mais cedo para uns do que para outros.

Diante dessas mudanças, “[...] a sensação inicial que a família tem é de que sua harmonia, seu modo de ser, vai sendo desconstruído progressivamente e, assim, o sistema movimenta-se no sentido de reorganizar-se” (BERTHOUD, 2010, p. 73). É correto dizer que a fase adolescente traz consigo inúmeras questões que podem ser apresentadas aos pais de maneira espantosa, tanto no que diz respeito à maturidade do jovem, quanto aos seus possíveis questionamentos, fazendo com que até mesmo a dinâmica familiar e o modo de pensar dos pais precisem ser reavaliados.

É importante que todos os membros da família estejam envolvidos conjuntamente, de forma a compreender melhor as suas necessidades frente às questões de migração. Para tanto, apresentam-se a seguir as mudanças passíveis de apoio ao jovem por parte de seus pais.

A migração e seus impactos na família

Falar de migração envolve não somente a passagem de um país para outro, ou ainda um deslocamento geográfico, como é abordado neste estudo, mas compreende também a mudança de hábitos de vida e relacionamentos.

Durante o processo de migração e de mudança de área de residência (às vezes, apenas uma mudança de bairro), as necessidades dos indivíduos aumentam fortemente, ao passo que sua rede social de apoio se fratura e fica perturbada ao extremo: muitos laços sociais decisivos são deixados para trás e as necessidades pessoais se veem apenas parcialmente satisfeitas tanto pelos outros membros da família – no caso em que a família migre em conjunto – quanto pelas novas relações (SLUZKI, 1997, p. 85).

Mesmo que a mudança seja apenas de um bairro a outro, esse deslocamento, certamente, provocará consequências que, segundo Sluzki (1997, p. 85), “[...] estão associadas a um aumento de frequência de perturbações psicossomáticas e interpessoais”.

Quando os indivíduos passam pelo processo da migração “[...] não estão apenas deixando de ser temporários e tornando-se permanentes, mas estão construindo um campo social entre as sociedades de origem e de destino” (SASAKI; ASSIS, 2000, p. 14), ou seja, novos padrões relacionais e comportamentais poderão se estabelecer, a depender do local para o qual se migrará.

“Em todos os casos, toda migração é um ato de coragem que engaja a vida dos indivíduos e ressignifica toda a história familiar dos sujeitos, inclusive por várias gerações” (MORO, 2015, p. 187). Muitas vezes, diante de uma situação como essa, os indivíduos enfrentam grandes controvérsias, como “[...] desejo de partir e medo de abandonar a família, desejo de independência e de manter os laços, modo de resolução de conflitos familiares e efetivação de uma trajetória de ruptura [...]” (MORO, 2015, p. 187), isto é, existem diversos questionamentos a serem feitos quando se trata do processo de migração, pois este pode acarretar muitas consequências à vida do indivíduo e uma atitude repentina pode afetar de forma negativa.

De acordo com Moro (2015), independentemente do motivo da migração, esta pode se apresentar de forma traumática na vida do sujeito, que estará saindo de seu habitat natural e se deslocando, muitas vezes, para um local desconhecido, portanto, “[...] a migração é uma transição que gera tensões extremas” (SLUZKI, 1997, p. 86).

Ressalta-se ainda que “[...] mudar implica movimento, mexer-se, mover-se, desinstalar-se, sair de um lugar de conforto para um outro lugar percebido como assustador, em certa medida, por representar perguntas sem respostas imediatas” (VICENTE, 2004, p. 40), logo, o novo se revela de forma espantosa, principalmente quando é totalmente desconhecido, fazendo até mesmo com que o sujeito se perceba deslocado.

Além do mais, “[...] o deslocamento migratório implica ruptura do contexto externo que o cerca, o que “implica” uma desorganização do universo do sentido cultural interiorizado pelo paciente” (MORO, 2015, p. 187). A migração, como já destacado pela autora, é um acontecimento sociológico que ocorre na vida dos envolvidos, causando marcas significativas e fazendo com que eles sejam severamente afetados.

Dessa forma, é possível afirmar que “[...] algumas migrações são guiadas por motivações voluntárias, outras são resultados de motivações involuntárias e, muitas vezes, forçadas” (AVILA, 2007, p. 118). Esse fato induz o pensamento de que os danos psicológicos podem surgir com maior intensidade dependendo das razões que levam a uma migração.

Dentre os aspectos que colaboram para a adaptação do indivíduo ao novo local, os autores destacam “[...] o estabelecimento de laços e a sensação de pertencimento [...]” (MARANDOLA JR.; GALLO, 2010, p. 411). O estabelecimento de laços ajuda o indivíduo a sentir-se ou não pertencente ao local, já que a formação de vínculos é um processo muito importante na vida de todo ser humano.

Assim, salienta-se que o sujeito também pode experimentar uma sensação de pertencimento, dependendo da experiência vivenciada na migração.

É possível destacar que “[...] há necessidade de formar a rede relacional, como forma de suportar a separação da rede que se deixou para trás, e, para conseguir uma adaptação possível depois das perdas importantes inerentes ao processo migratório” (VICENTE, 2004, p. 45). As ideias desse autor demonstram o quanto as relações sociais têm importância para que o indivíduo, com o passar do tempo, sinta-se parte do novo contexto.

No entanto, o processo de migração exige desse mesmo sujeito e de sua família a criação de estratégias de enfrentamento, a fim de garantir que tal fase não seja caracterizada de forma negativa, mas para que a inserção e a adaptação ao novo ambiente se façam de maneira adequada e saudável.

3 Método

Trata-se de pesquisa qualitativa, com o tipo de delineamento de estudo de caso que, segundo Gil (2017), se refere ao exame de um ou poucos casos que permitem a profundidade e detalhamento das informações, visando o conhecimento e a compreensão por parte do pesquisador sobre o fenômeno estudado.

A amostragem, feita por conveniência, consiste no preenchimento dos critérios de inclusão e participação voluntária na pesquisa (OLIVEIRA, 2001). Para convidar os participantes a se envolverem no estudo, foi utilizada a técnica amostral intitulada “bola de neve”. Segundo Oliveira (2005), essa técnica refere-se ao encontro de pessoas mediante a indicação de outras pessoas conhecidas de sua rede de contatos – uma indica outra que se adeque ao critério estabelecido pela pesquisa e, assim, ambas participam do estudo.

Ressalta-se, no entanto, que os professores entrevistados não necessariamente lecionaram para os adolescentes entrevistados, tornando possível uma compreensão mais ampla da visão dos participantes a respeito do processo migratório.

Para melhor caracterizar a amostra, elaborou-se um perfil socioeconômico, que foi preenchido ao final da entrevista juntamente com os participantes.

Fizeram parte deste estudo cinco famílias com filhos adolescentes e cinco professores, totalizando 16 pessoas. Os critérios de inclusão dos participantes foram: adolescentes entre 12 e 17 anos de idade; seus pais e/ou responsáveis residirem juntos e ambos já terem passado pelo processo de migração de casa nos últimos cinco anos (mudança de cidade, de bairro ou de escola do filho), ou seja, entre 2015 a 2020; adolescente estudante do ensino fundamental ou médio, que já tenha passado pela mudança escolar, ao menos, uma vez em, no máximo, cinco anos anteriores.

Em relação aos professores, os critérios de inclusão foram: já ter lecionado para, pelo menos, um adolescente que tivesse passado pelo processo de mudança e migração escolar, nos últimos cinco

anos (entre 2015 a 2020), e que seu tipo de atuação fosse voltado para o ensino fundamental, médio ou ambos. Também foi levado em consideração o perfil socioeconômico desses participantes para a caracterização da amostra.

Para a realização da pesquisa qualitativa de estudo de caso, o Projeto da Pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e aprovado pelo Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAEE) nº 29576520.9.0000.5501, sob o Parecer nº 4.018.797. Após a aprovação, os participantes foram contatados e, mediante sua disponibilidade e aceitação, a entrevista foi realizada.

O local da pesquisa foi a própria residência dos indivíduos, de acordo com a autorização dos responsáveis – no caso dos menores – e suas disponibilidades, por meio de videochamada pelo WhatsApp, em decorrência da pandemia de Covid-19, que ocasionou o isolamento social, não permitindo sua realização de forma presencial.

Adotou-se a entrevista semiestruturada, cuja averiguação se dá em torno de um questionamento que tem por finalidade a busca de sentido para o pesquisador em relação à questão e/ou ao objetivo central da investigação (MORÉ, 2015). Desse modo, a partir dos objetivos da pesquisa, foram realizadas duas modalidades de entrevistas, que seguiram os mesmos objetivos: uma direcionada às famílias com adolescentes, com roteiro organizado em torno de 13 perguntas; a outra, aos professores, com um roteiro de sete questões.

Para a análise das informações obtidas, adotou-se o procedimento da categorização, que, segundo Gil (2002), consiste em organizar os dados considerando a parte comum entre eles de tal maneira que, após o feito, o pesquisador possa utilizá-los para tirar conclusões, estudando-os de forma eficaz e detalhada.

Com base nos objetivos da pesquisa, foram criadas três categorias de análise, sendo que todas as falas dos participantes que se encaixavam nas devidas categorias foram consideradas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quadro 1 – Caracterização da amostra

Participantes	Idade (anos)	Idade dos filhos (anos)	Renda	Escola
F1 (casal)	34 e 35	3, 13 e 3 meses	Até 5 salários mínimos	Pública
F2 (mãe)	47	16 e 24	Até 5 salários mínimos	Pública
F3 (mãe)	38	13	Até 5 salários mínimos	Pública
F4 (mãe)	31	15, 14, 13, 11 e 7	Até 5 salários mínimos	Pública
F5 (mãe)	40	15 e 21	Até 5 salários mínimos	Pública
P1 (mulher)	51	21 e 27	De 5 a 9 salários mínimos	Pública
P2 (mulher)	37	Sem filhos	Até 5 salários mínimos	Pública
P3 (homem)	47	19	Até 5 salários mínimos	Pública
P4 (homem)	42	Sem filhos	Até 5 salários mínimos	Pública
P5 (mulher)	36	Sem filhos	De 5 a 9 salários mínimos	Pública

Fonte: Elaborado pelas autoras

Participaram deste estudo cinco famílias adolescentes e cinco professores; todos fazem parte do contexto de escola pública, com rendas que variam entre cinco e nove salários mínimos. Suas idades variam de 34 a 51 anos e, quanto aos adolescentes pesquisados, a faixa etária oscila entre 13 e 17 anos.

A seguir, o Quadro 2 apresenta algumas falas dos participantes durante a entrevista no que se refere à adaptação escolar dos adolescentes, bem como a percepção da família e dos professores diante do fenômeno.

Quadro 2 – Adaptação escolar na visão da família (F) e dos professores (P)

Adaptação escolar	
F1	<p>“[...] ele foi se enturmando aos poucos e, quando eu via, com o passar dos dias, ele já ‘tava’ melhor; quando chegava em casa emburrado, eu já sabia que alguma coisa tinha dado errado, mas até que, depois, ele se acostumou bem e nós dois ficamos mais tranquilos também, né?” (Mãe)</p> <p>“[...] como ele é mais quieto, eu sabia que ele ia ter um pouco mais de dificuldade pra fazer amigo mesmo, porque é o jeito dele ser assim mais quieto.” (Pai)</p>
F2	<p>“Eu me adaptei rápido, ‘super super’ rápido.” (Adolescente)</p>
F3	<p>” [...] às vezes que ela vinha e falava pra mim, nossa mãe eu não gosto dessa escola.” (Mãe)</p> <p>“[...] ah, não sei o que demorou foi bem demorado, mas é, ah, pra mim se sentir confortável assim, foram os poucos amigos que eu fiz que daí eu já me senti melhor. Um desafio foi a demora pra fazer amigos.” (Adolescente)</p>
F4	<p>“Ela adaptou rápido.” (Mãe)</p>
F5	<p>“[...] na escola, demorou pra ela se adaptar também, porque era uma escola diferente, alunos diferentes, tudo era diferente [...].” (Mãe)</p>
P2	<p>“Primeira coisa, acolher ele, ver... é... analisar, acolher que eu acho que é o primordial, depois começar a analisar esse aluno é pra ver as dificuldades que ele se encontra, né [...].”</p>
P3	<p>“[...] o esforço, ele não é individual, é claro que, da minha parte, eu preciso me esforçar pra poder atingir aquele aluno de uma maneira satisfatória; a minha, a minha preparação, ela nunca vai ‘tar’ pronta, eu sempre vou ter, eu penso assim, eu nunca vou ser uma pessoa... é, que saiba tudo, eu sempre vou ter que buscar também, assim como vocês buscam [...].”</p>
P4	<p>“Seria conseguir ganhar ele, chama, um, como pessoa, conversando com ele, entrando no meio dele [...].”</p> <p>“[...] eu preciso trazer mais ‘pro’ conteúdo fora da sala de aula, né? Aí eu pergunto onde mora, quem são seus pais, tipo, eu tento fazer alguma pergunta que não deixe ele sem graça.”</p>
P5	<p>“[...] ajudá-lo a se enturmar, né? A conhecer o ambiente, mostrando as coisas boas também [...].”</p>

Fonte: Elaborado pelas autoras

Para dar início à discussão, é possível abordar o tópico de adaptação escolar, que recebeu respostas diversificadas. Algumas famílias relataram que o adolescente teve dificuldade para se adaptar ao novo ambiente e à escola após a mudança, como indicaram os participantes F1, F3 e F5. Sendo assim, foi preciso que houvesse esforço por parte dos jovens para que a adaptação fosse adequada e satisfatória (SLUZKI, 1997).

Já os filhos adolescentes das famílias F2 e F4 tiveram sucesso com a adaptação, segundo os participantes, em decorrência da facilidade para fazer amizades e para se integrar ao novo ambiente tanto no que diz respeito à cidade quanto à própria escola. Silva (1996) relata que essa facilidade de adaptação se deve à comunicação e à capacidade de relacionamento, sendo estes bem estabelecidos pelos adolescentes entrevistados.

A dificuldade de adequação das famílias F1, F3 e F5 teve como principal causa o fato de que, durante o processo migratório, o indivíduo deixa para trás importantes vínculos sociais e, diante do novo ambiente, é preciso que ele se movimente para a criação de novos vínculos, pois somente assim poderá sentir-se integrado e se adaptar (SLUZKI, 1997). Dessa forma, é possível dizer que quando – principalmente – os adolescentes forem capazes de formar vínculos sociais, eles também serão capazes de se adaptar. Destaca-se a importância do apoio parental durante todo o processo, pois os pais sentiram-se aliviados quando perceberam que seus filhos já estavam se encontrando no novo local.

Para os professores, o processo de adaptação escolar dos alunos de migração é complexo e ocorre devagar, exigindo tempo e paciência. Ademais, é preciso esforço por parte do docente para a melhor condução desse processo, trazendo o aluno para perto de si e conquistando sua confiança, conforme se observa no relato do P4.

Também é possível destacar características comuns nas falas de alguns professores, como o P2, P3, P4 e P5, que mencionaram a importância de acolher o aluno em situação de migração escolar, uma vez que esse processo migratório é de difícil condução, principalmente quando o aluno não é acolhido.

Segundo Azevedo e Reis (2012), o acolhimento se traduz em um fator indispensável aos processos de ensino e aprendizagem dos alunos, pois trata-se de uma ferramenta que permite a melhor inclusão do aluno migrante ao novo contexto escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de migração não é fácil de ser enfrentado, tendo em vista as dificuldades relatadas pelas famílias e professores entrevistados, já que os indivíduos que migram precisam se esforçar para buscar alternativas de adaptação ao novo contexto.

O objetivo desta pesquisa, que se constituiu na compreensão dos desafios existentes no enfrentamento do processo de mudança e adaptação escolar na visão dos adolescentes e seus pais, e na percepção dos professores diante do fenômeno em questão, pode ser considerado plenamente atingido por meio das entrevistas efetuadas.

O estudo respondeu que o processo de mudança e adaptação é dificultoso, porém, quando os vínculos sociais são estabelecidos, tal processo se desenvolve de maneira saudável. O maior desafio encontrado pelos professores, todavia, foi a dificuldade de aproximação dos alunos, pois muitos demonstram medo diante da situação de migração.

Os principais aspectos com maior nível de similaridade nas respostas foram: a adaptação escolar como um processo demorado, que exige tempo e esforço por parte do migrante e do professor em sala de aula; os vínculos sociais que precisam ser construídos para que o adolescente sinta-se acolhido, denotando a importância da caracterização do novo ambiente para tal finalidade; o sentimento de medo frente ao novo, tornando necessária a criação de novas formas de enfrentamento durante o processo migratório. Vale ressaltar que o acolhimento pode ser um fator importante para a inserção do adolescente no novo ambiente escolar.

Outrossim, a realização desta pesquisa foi de grande valia, pois possibilitou a compreensão dos processos psicológicos dos envolvidos no processo migratório, desde a notícia sobre a mudança até a adaptação ao novo contexto, bem como a forma particular de enfrentamento de cada um dos entrevistados.

Apesar de haver limitações quanto à coleta de dados, em razão do isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19, foi possível realizar este estudo adotando meios tecnológicos de informação, que permitiram a obtenção de ricas informações sobre as experiências pessoais dos participantes diante da situação de migração.

Considerando a escassez de publicações científicas sobre o tema da migração familiar e escolar, estas autoras elencam, a partir de então, alguns questionamentos para futuras pesquisas, com o intuito de aprofundamento no assunto: Quais os danos psicológicos causados ao indivíduo migrante, quando suas relações sociais não são bem estabelecidas no novo contexto? Qual impacto a migração repentina pode acarretar na vida do adolescente quando este se tornar adulto? Quais seriam os fatores protetores e de risco na família do adolescente, no processo de migração escolar?

Em suma, é possível considerar que o processo migratório é algo difícil, principalmente quando os migrantes mudam para um local totalmente desconhecido e precisam, a partir de então, iniciar uma nova vida e construir redes sociais que possam auxiliá-los na integração ao novo contexto. É preciso criar estratégias e buscar alternativas que auxiliem os indivíduos no enfrentamento do processo migratório quando este vier à tona.

REFERÊNCIAS

AVILA, C. F. D. O Brasil diante da dinâmica migratória intra-regional vigente na América Latina e Caribe: Tendências, perspectivas e oportunidades em uma nova era. **Rev. Bras. Polít. Int.** (50) 2:118-128. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n2/a08v50n2.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2020.

- AZEVEDO, J. C.; REIS, J. T. (2012). O cuidado e o acolhimento na escola cidadã. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, ENDIPE, 3., 2012, Campinas. Anais [...] Campinas: Universidade de Campinas, UNICAMP, 2012, p. 330-341.
- BERTHOUD, C. M. E. Visitando a fase adolescente. In: CERVENY, C. M. O; BERTHOUD, C. M. E. (Orgs.). **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2010.
- CAMPOS, D. M. de S. Introdução ao estado da adolescência. In: CAMPOS, D. M. de S. **Psicologia da adolescência** – Normalidade e Psicopatologia. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1975.
- CAMPOS, D. M. de S. Caracterização geral dos fatores determinantes do fenômeno da adolescência. In: CAMPOS, D. M. de S. (Org.). **Psicologia da adolescência** – Normalidade e Psicopatologia, p. 28-38. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.
- CERVENY, C. M. de O. (2010). Pensando a família sistematicamente. In: CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. (Orgs.). **Visitando a família ao longo do ciclo vital** (p. 15-27). São Paulo: Casa do Psicólogo Editora Ltda., 2010.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 4. ed., 2002.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 6. ed., 2017.
- GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun. 1995.
- MARANDOLA JR. E.; GALLO, P. M. D. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista Brasileira de Estudo e População**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 407-424, jul./dez. 2010.
- MORÉ, C. A “entrevista em profundidade” ou “semiestruturada”, no contexto da saúde Dilemas epistemológicos e desafios de sua construção e aplicação. **CIAIQ2015**, v. 3, 2015.
- MORO, M. R. Psicoterapia transcultural da migração I. **Psicologia USP**, v. 26, p. 186-192, 2015.
- OLIVEIRA, A. L. **Irmãos, meio-irmãos e co-irmãos: a dinâmica das relações fraternas no recasamento**. 2005. 333 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Núcleo de Família e Comunidade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.
- OLIVEIRA, T.M.V. de. Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. **Administração on line**, v. 2, n. 3, p. 01-10, jul/set. 2001.
- PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. 12. ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2013.
- SALIM, C. Migração: o fato e a controvérsia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992, Brasília. **Anais[...]** Brasília: Abep, v. 3, p. 119-143, 1992.

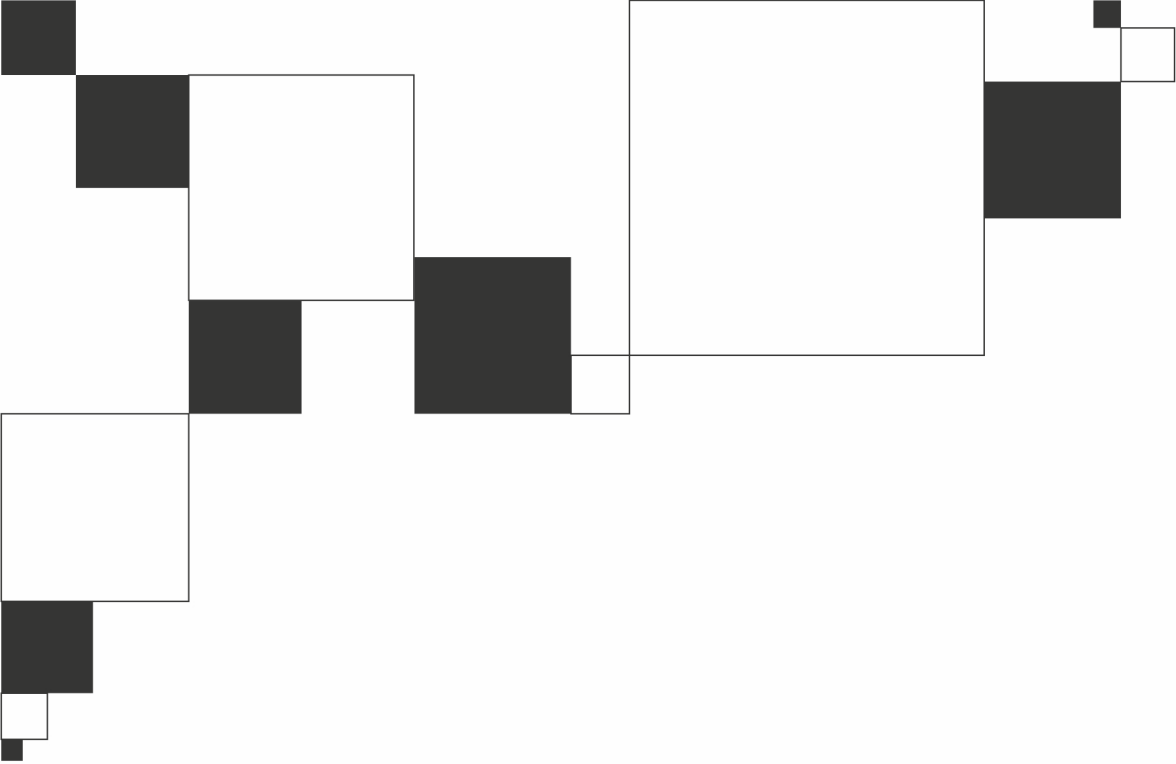
SASAKI, E. M.; ASSIS, G. de. O. Teorias das migrações internacionais. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, Caxambu. Anais [...] Caxambu. Brasil 500 anos: mudanças e continuidades. Campinas: Abep, p. 1-19, 2000. (Disponível em CD-ROM).

SILVA, M. J. P. **Comunicação tem remédio**: a comunicação nas relações interpessoais em saúde. São Paulo: Gente Agosto, 1996.

SIMIONATO, M. A. W.; OLIVEIRA, R. G. Funções e transformações da família ao longo da história. In: I ENCONTRO PARANAENSE DE PSICOPEDAGOGIA, **Anais** [...] Maringá, p. 57-57, 2003.

SLUZKI, C. E. **A rede social na prática sistêmica – alternativas terapêuticas**. 1.ed. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1997.

VICENTE, R. M. P. da. S. Família e mudança. In: CERVENY, C. M. de. O. (Org.). **Família e...** São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 39-52. 2004



PARTE III

*reflexões e ações em
psicologia organizacional e gestão*

29 - IMPACTOS DA PANDEMIA PELO COVID-19 NO PROCESSO SELETIVO: UMA ANÁLISE DE EXPERIÊNCIA EM UMA EMPRESA DO RAMO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS DA REGIÃO DO VALE DO PARAÍBA

Beatriz Caroline de Santana Cordeiro
Andreza Cristina Both Casagrande Koga

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo apresentar as percepções em uma experiência de estágio acerca da influência da pandemia pelo Covid-19 (SARS-CoV-2) no processo seletivo. Dentro do tema, dá-se relevância aos aspectos que, por decorrência da pandemia, influenciaram esse impacto e que, de certa forma, acabaram afetando muitas pessoas e empresas, trazendo diversas consequências para ambas as partes.

A pandemia causada pelo Covid-19 afetou nossas relações de modo significativo, em vários contextos de nossas vidas. Apesar de estarmos vivenciando este acontecimento histórico há pouco mais de um ano, ainda estamos nos adaptando a viver essa nova realidade, e nesta fase foi possível observar mudanças ocorridas no dia a dia de todos, bem como impactos significativos, principalmente em empresas e nas medidas que tiveram que ser tomadas por elas, devido à pandemia. Nesse capítulo, serão apresentadas experiências vividas dentro de uma empresa de Serviços Ambientais, localizada no Vale do Paraíba, interior de São Paulo; relatos de como era o processo seletivo antes da pandemia e após a pandemia; os impactos causados e as dificuldades vivenciadas.

Os impactos da pandemia afetaram não só nas demissões, mas também no processo seletivo em si. Com a pandemia foi possível observar, através de um estágio dentro da área de Recursos Humanos, a diminuição da entrega de currículos. Uma hipótese para essa diminuição foi o medo do contágio pelo vírus, fazendo com que as pessoas não saíssem de casa para entregar currículo, e até mesmo a falta de dinheiro para pegar a condução até o local de entrega do currículo.

Nas próximas seções, será apresentada uma breve contextualização teórica sobre os seguintes temas: pandemia de Covid-19, recrutamento e seleção e impactos gerados no âmbito do trabalho, em decorrência da pandemia, para posteriormente ser explicado o método da pesquisa e os resultados alcançados.

REVISÃO DA LITERATURA

Segundo o Jornal da USP (2020), a pandemia da Covid-19 causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) teve seu início em dezembro de 2019, quando o surto atingiu cerca de 50 pessoas na cidade de Wuhan, localizada na China.

No Brasil, os primeiros casos foram confirmados no mês de fevereiro. Em 3 de fevereiro de 2020, o país declarou Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), antes mesmo da confirmação do primeiro caso, que ocorreu em 28 de fevereiro de 2020.

Desde então, o novo coronavírus vem sendo um dos maiores desafios globais da saúde pública, havendo a necessidade de adotar medidas restritivas e de adaptação neste novo tempo. Além de ser um desafio global de saúde pública, também vem sendo um desafio para todos nós. Ainda temos muitas dúvidas sobre o novo coronavírus, a sua rápida velocidade de disseminação, os danos à saúde, podendo chegar a um grau elevado, causando a morte. Esses danos causados através do contágio do Covid-19 assustaram muitas pessoas. O medo, a insegurança e a incerteza foram fatores que, desde então, se tornaram presentes diariamente nas nossas vidas. Neste tempo, pôde-se notar que houve um grande impacto para a sociedade, principalmente nos âmbitos econômico, social e psicológico, com mais impacto para aquela população que se encontra em maior vulnerabilidade.

O Covid-19 afetou as vidas das pessoas de uma maneira rápida e ampla, gerando impactos também na saúde física e psíquica. Além disso, a pandemia acabou gerando um prejuízo para as organizações, e até mesmo o fechamento de grandes empresas, em decorrência dos impactos ocorridos neste período.

Recrutamento e Seleção

Segundo Carvalho e Nascimento (1997), o recrutamento é um procedimento sistêmico de Recursos Humanos que tem como objetivo atrair o maior número possível de candidatos ao preenchimento de determinados cargos oferecidos pela empresa. A seleção, por sua vez, tem como finalidade escolher os candidatos que foram recrutados.

Esse processo inicial de recrutamento e seleção é muito importante, pois se ele ocorrer de forma incorreta, a organização poderá ser prejudicada em alguns aspectos, como: aumento do *turnover*, custo de recrutamento elevado e um resultado de trabalho de baixa qualidade, por conta da pouca qualificação do funcionário que foi admitido.

Cada organização tem um modo de fazer seu processo seletivo. Spector (2012) o divide em quatro etapas: planejar, conseguir candidatos, selecionar candidatos e contratar funcionários.

- Planejar: Este é o primeiro passo, quando se identifica qual é a demanda da organização naquele momento, o perfil em que o recrutador vai trabalhar para que ocorra a contratação. Os planos de recursos humanos incluem levar em consideração tanto as necessidades da organização em termos de pessoal quanto a oferta de possíveis pessoas a serem contratadas (CASCIO, 1998 apud SPECTOR, 2012).

- Recrutar candidatos: O segundo passo é conseguir candidatos para aquela determinada vaga, é quando o processo de recrutamento de fato acontece. Esse recrutamento precisa estar sempre alinhado com o que foi solicitado pela organização, pela demanda que ela apresenta no momento, e para esta etapa é preciso que se atraiam os candidatos. Atualmente, podemos usar várias ferramentas para isso, como anúncio na televisão, *site* da empresa, redes sociais, indicações de funcionários, entre outros recursos. É papel do recrutador, junto com a organização, empenhar-se para que o recrutamento ocorra da melhor forma (SPECTOR, 2012).

- Selecionar candidatos: É o terceiro passo. Após o recrutamento, a seleção é feita por meio da entrevista, na qual o recrutador irá observar as habilidades e competências do candidato, e se ele se enquadra no perfil que a organização está solicitando no momento. Após sua aprovação, o recrutador encaminha o candidato para o gestor da área, que irá avaliá-lo com uma maior precisão, analisando a experiência técnica para aquela determinada vaga (SPECTOR, 2012).

- Contratar candidatos: O quarto e último passo é a contratação dos candidatos. Após a realização da seleção, é o momento de fazer a sua contratação. Essa escolha da contratação é feita. Essa escolha da contratação é feita pela definição de critérios que denotam o desempenho esperado do candidato, com o objetivo de contratar uma pessoa que provavelmente terá sucesso no trabalho. Seu fator preditivo é qualquer elemento avaliado que se relaciona aos critérios de seleção (SPECTOR, 2012).

No recrutamento e seleção, podemos destacar o critério para a análise de currículo, sendo ele um dos mais importantes na hora de chamar um candidato para ser entrevistado. As autoras Burda e Lotz (2015) abordam em seu livro que o primeiro ponto a considerar é que o recrutador deve conhecer os requisitos daquela vaga, e a partir disto é capaz de verificar se existe uma compatibilidade entre as exigências da vaga e o currículo do candidato. Para que se possa verificar essa compatibilidade, é importante destacar alguns pontos importantes no currículo, como a apresentação, dados de contato, conteúdo e a comparação com os requisitos exigidos pela vaga.

No processo seletivo, também pode ocorrer a aplicação de testes psicológicos. Através deles é possível que se avalie a aptidão, interesses, conhecimento, personalidade e habilidades do candidato.

Segundo Spector (2012), a técnica de avaliação por testes tem outras utilizações além da seleção. Ela também é utilizada para o desenvolvimento do funcionário, revelando pontos fortes e

fracos a serem trabalhados. Os testes psicológicos são formados por uma série padronizada de exercícios ou perguntas, que tem como objetivo avaliar determinadas características individuais. Os testes psicológicos são bastante utilizados nos processos seletivos, e apenas o psicólogo é autorizado a aplicar esse tipo de instrumento.

Chiavenato (2009) descreve como técnicas de seleção aquelas utilizadas no processo de recrutamento e seleção, escolhidas de acordo com cada caso ou situação. Elas podem ser classificadas em cinco grupos: entrevistas, provas de conhecimento ou de capacidade, testes psicológicos, testes de personalidade e técnicas de simulação.

- Entrevista: Pode ser dirigida ou não dirigida.
- Provas de conhecimento ou de capacidade: Podem ser de conteúdos gerais ou específicos.
- Testes psicológicos: Aplicação de testes de aptidões.
- Testes de personalidade: Podem ser expressivos, projetivos ou inventários.
- Técnicas de simulação: São utilizados o psicodrama e a dramatização.

Impactos gerados no âmbito do trabalho

Desde a chegada da pandemia do Covid-19, o mundo do trabalho vem sofrendo muitas mudanças significativas, com impactos não só nas organizações, mas também na vida das pessoas. Em decorrência da pandemia, tivemos que nos adaptar e novos hábitos começaram a surgir, mudando totalmente o nosso dia a dia.

Dentro das organizações não foi diferente. Vieram mudanças e as empresas tiveram que se adaptar a essa nova realidade, passando por momentos desafiadores, que afetaram diretamente as relações de trabalho. Segundo uma pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), estimou-se, no trimestre encerrado em fevereiro de 2021, cerca de 14,4 milhões de desempregados no Brasil, sendo que a sua população atual é de aproximadamente 211 milhões de habitantes, segundos dados do próprio órgão publicados em 2020. Segundo o IBGE (2021), o trabalho informal também aumentou em relação ao ano de 2020: 23,7 milhões de pessoas se encontram trabalhando de maneira informal, um crescimento de 3,1% em comparação com o trimestre anterior (setembro a novembro de 2020).

Com a pandemia, vieram inúmeros impactos que afetaram pequenas e grandes empresas. No Brasil, podemos destacar a Ford, uma empresa grande, multinacional, do ramo automobilístico, que segundo o *site* G1, encerrou a produção de veículos no Brasil, tendo que desativar três fábricas em decorrência dos impactos gerados pela pandemia. Com o fechamento das fábricas no Brasil, a Ford desempregou cerca de cinco mil trabalhadores.

Podemos destacar aqui outro impacto, que será abordado a seguir neste capítulo: ele se refere ao processo seletivo, especificamente ao recrutamento de candidatos. Com a pandemia, muitas pessoas perderam seus recursos e bens materiais, dificultando atividades que eram exercidas diariamente de forma simples. O impacto observado através das experiências da aluna descreve bem o que ocorreu e quais foram as dificuldades percebidas nesse cenário, sendo a diminuição da entrega de currículos um dos maiores problemas causadores do fechamento das vagas que lhe eram solicitadas, gerando até mesmo o cancelamento de algumas pela ausência de currículos que se enquadrassem no perfil desejado.

MÉTODO

Este estudo trata de um relato de experiência de estágio, na área de Recursos Humanos, em uma empresa do ramo de serviços ambientais, da região do Vale do Paraíba. A aluna ingressou na empresa no ano de 2017, como Jovem Aprendiz, no setor de Recursos Humanos. Naquela época, a empresa recebia mais de 100 currículos por dia. Ainda não existia o *site* da empresa, então, todos os currículos eram entregues na portaria. Por se tratar de uma empresa de serviços ambientais, a maioria das vagas operacionais não exigia muitas qualificações técnicas.

Em 2019, a aluna começou a exercer a função de Estagiária no setor de Recursos Humanos, onde foi possível participar mais efetivamente do processo seletivo da empresa. No mesmo ano, implantou-se uma nova ferramenta de busca no recrutamento, que foi o *site* da empresa. Essa ferramenta possibilitou que as opções de candidatos aumentassem, apesar de ainda não receber muitos currículos, como ocorre de forma presencial, diretamente na empresa.

Em 2020, com a pandemia pelo Covid-19, foi observada uma diminuição de currículos entregues diretamente na empresa, ocasionando certa dificuldade em fechar qualquer tipo de vaga, até mesmo aquelas que não necessitavam de tantas qualificações do candidato. No *site* também houve uma queda no envio de currículos, o que gerou um impacto negativo no processo seletivo da empresa, exigindo novas alternativas para lidar com a situação, tais como a divulgação em redes sociais, indicação dos funcionários, entre outros.

Inúmeros fatores ocasionaram essa diminuição de entrega de currículos. Levando em consideração o tipo de público para o qual as vagas são destinadas, muitos candidatos não têm acesso à internet e apresentam certa dificuldade para o uso do *site* e com a tecnologia em si, necessitando do apoio de outras pessoas da família ou de sua convivência para efetuarem o cadastro no *site*, o que nem sempre é possível. Observou-se também uma redução na entrega dos currículos de maneira

presencial, o que pode ser atribuído à falta de recursos financeiros para a locomoção até a empresa e para a impressão dos currículos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aluna ingressou na empresa no ano de 2017, como Jovem Aprendiz, e atualmente (2021) se encontra na empresa ocupando o cargo de Auxiliar de Gestão de Pessoas. Ao decorrer desses quatro anos na empresa, a aluna pôde observar de perto as mudanças ocorridas no setor de Recursos Humanos.

Em 2017, a empresa ainda não era muito conhecida na cidade; porém, eram recebidos muitos currículos diariamente na portaria e nos outros pontos de serviços que a empresa tem na cidade. Ainda não havia o *site* da empresa para captação de currículos, a busca por currículos era feita através de busca ativa em *sites* de emprego, instituições de emprego popular da cidade, indicações de funcionários, currículos físicos e por divulgações de vagas em aberto nas redes sociais.

No ano de 2019, a empresa passou a usar uma nova ferramenta de captação de currículo, o *site*, que tem como objetivo divulgar a empresa e seus serviços, mas também por meio dele as pessoas conseguiam se inscreverem nas vagas que se encontravam disponíveis ou fazer seu cadastro para futuras oportunidades. Essa ferramenta foi de grande valia para o recrutamento de candidatos: através dela, a rede de captação de currículos se tornou mais ampla, facilitando o recrutamento e seleção dos candidatos por gerar mais opções a serem analisadas.

Em 2020, ocorreu algo que ninguém estava esperando, a pandemia causada pelo Covid-19. Com ela, vieram não só mudanças comportamentais, com novos protocolos de saúde a serem seguidos, mas também mudanças dentro das organizações. Muitas empresas foram afetadas de forma negativa pela pandemia, sendo uma das consequências a redução no quadro de funcionários, redução de horas trabalhadas e, em alguns casos, até mesmo a falência daquela instituição.

A organização a que se refere o presente capítulo também sofreu os impactos da pandemia, e um deles foi no processo seletivo. O tema será descrito neste capítulo, através das experiências vivenciadas.

O impacto da pandemia no processo seletivo trouxe dificuldades para fechar qualquer tipo de vaga, até mesmo aquelas que não necessitavam de tantas qualificações. Dessa maneira, a empresa teve que se adaptar à situação que estava ocorrendo naquele momento.

A seguir, serão apresentadas as mudanças que ocorreram no processo seletivo, as dificuldades percebidas, as possíveis causas do impacto no processo e as alternativas usadas pela empresa para diminuir o impacto ocorrido.

Mudanças observadas

O processo seletivo na empresa era dividido nas seguintes etapas: planejar, recrutar candidatos, selecionar candidatos, aplicar testes psicológicos nos candidatos selecionados e contratar os aprovados. Com a chegada da pandemia, por conta dos novos protocolos estabelecidos, a aplicação de testes foi suspensa temporariamente no processo de seleção. Além da mudança referente à ausência da aplicação de testes psicológicos, ocorreu também uma alteração no planejamento, a mudança no perfil de algumas vagas precisou ocorrer devido à ausência de currículos no perfil desejado, porém permanecendo com os mesmos critérios básicos da vaga, fazendo apenas pequenas alterações no perfil para que dessa forma se pudessem alcançar perfis próximos, tornando o recrutamento mais acessível. Houve uma mudança no tempo em que se levava para fechar uma vaga: por exemplo, uma vaga que antes era fechada em apenas um processo seletivo, passou a ser fechada em três processos.

Dificuldades percebidas

Neste período de pandemia, a aluna relatou algumas dificuldades vivenciadas no setor de Recursos Humanos. Um dos maiores desafios observados, foi na captação de currículos dentro do perfil planejado pela empresa, seja em vagas que necessitam de critérios técnicos ou não.

O volume de currículos impressos apresentou uma queda significativa, em comparação com os anos de 2017, 2018 e 2019, nos quais a empresa recebia diariamente, em média, 100 currículos. Devido à pandemia, houve uma redução neste número de aproximadamente 50% em relação aos anos anteriores. Essa redução de currículos não ocorreu apenas de forma física, mas também de forma virtual: o *site* passou a não receber tantos currículos quanto antes. Dessa forma, o recrutamento de candidatos tornou-se algo desafiador, levando mais tempo para o fechamento das vagas, por vezes passando do prazo para a entrega daquelas vagas em que necessitavam de um perfil mais técnico, acontecendo até mesmo o cancelamento dessas vagas, por falta de currículos dentro do perfil selecionado.

Essa dificuldade trouxe um impacto em relação ao tempo de seleção, pois a aluna passou a dedicar mais tempo no recrutamento e processo seletivo de candidatos, que antes da pandemia ocorria de forma mais rápida, por vezes atrapalhando a rotina do setor.

Possíveis causas do impacto

Por se tratar de uma empresa no ramo de serviços ambientais, as vagas são destinadas a um público de classe baixa, sem muita escolaridade e, conseqüentemente, sem muitos conhecimentos em algumas áreas, e geralmente sem acesso à tecnologia.

Destaca-se aqui possíveis causas do impacto na diminuição de currículos. Pode-se começar destacando o tipo de público. Algumas dessas pessoas que trabalham na área de serviços ambientais possuem baixa escolaridade, muitos sabem apenas escrever o próprio nome e algumas palavras. Dessa forma, o método de envio de currículo *on-line* acaba sendo algo de difícil acesso. Além disso, alguns não possuem recursos como internet fixa ou telefone celular, dependendo do auxílio de outras pessoas. Com a chegada da pandemia, muitos cortaram os gastos em suas casas e a internet, que atualmente se tornou um recurso de extrema importância, para alguns não passa de uma aquisição de “luxo”. Portanto, com as dificuldades vivenciadas na pandemia, tiveram que cortar este recurso tecnológico, uma possível causa na diminuição de currículos *on-line*.

A falta de recursos financeiros é outro fator importante nessa lista, pois dificulta a impressão do currículo para levar até a empresa. Além disso, a pessoa também necessita do recurso financeiro para se locomover até a empresa, e com a pandemia houve uma redução do transporte público, dificultando o acesso principalmente para aqueles que não possuem impressora em casa, e precisam ir até as *lan houses* para fazer as impressões de currículos. Contudo, em certos momentos isso também não foi possível, devido ao *lockdown* imposto no estado.

A falta de condução própria para frequentar o trabalho em local com difícil acesso, sem transporte público, foi outro impacto causado na busca de emprego, pois muitos candidatos relataram que tiveram que vender seus meios de transporte e outros bens que possuíam para pagar as contas atrasadas; contudo, a condução própria era um dos requisitos para o preenchimento de uma das vagas, havendo dificuldades no fechamento desta devido a este fato.

Junto com a chegada da pandemia, também veio o medo da contaminação. Assim, muitas pessoas com medo, mesmo necessitando de um trabalho, preferiam não sair de casa e manter o *lockdown*, por se tratar de uma doença cuja gravidade, sintomas e consequências após a cura ainda eram desconhecidos. Esse medo foi algo agravante na diminuição dos currículos entregues na empresa, pois as pessoas que não tinham veículos próprios e necessitavam de transporte público para se locomover até a empresa, tinham medo de usar o transporte e se contaminar.

Apesar das vagas serem divulgadas no *site* da empresa e nas redes sociais, algumas pessoas não têm acesso ao uso da tecnologia. Como se trata de vagas voltadas ao público adulto, com um perfil sem muitos critérios técnicos, essas divulgações não chegavam até este público, pois a tecnologia não faz parte do seu dia a dia, e essas informações acabam não chegando até eles.

Alternativas utilizadas para a diminuição do impacto

Sendo atualmente um dos maiores desafios da organização atrair os candidatos para as vagas, e com o impacto ocorrido no processo seletivo, os antigos métodos de busca na captação de currículo

foram reforçados. Para atingir este público, a maneira mais viável foi a indicação dos próprios funcionários, pois partindo da percepção que se trata de um público mais simples, sem tantos conhecimentos na parte tecnológica, a forma tradicional de indicação seria a mais viável. A seleção interna também foi uma alternativa utilizada para o fechamento de vagas que necessitavam de habilidades técnicas.

Carvalho e Nascimento (1997) afirmam que o recrutamento interno está fundamentado na movimentação de quadros de pessoal na organização, e suas vantagens são: proximidade, pois a pessoa já está familiarizada com a empresa; economia em comparação com o recrutamento externo; rapidez para fechar aquela determinada vaga; conhecimento, promoção e aumento do “moral” de trabalho, que se refere a trabalhar em uma empresa que proporciona uma oportunidade de crescimento.

A promoção do funcionário também é um excelente incentivo à oportunidade de crescimento em sua carreira e, além do mais, oferece um reconhecimento pelo bom desempenho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia em decorrência da Covid-19 trouxe diversos impactos para as pessoas e as organizações, com variadas consequências para ambas às partes. Através do trabalho desenvolvido pela aluna do curso de Psicologia, por suas experiências observadas nos anos de trabalho na empresa, no setor de Recursos Humanos, foi possível observar o impacto gerado pela pandemia no processo seletivo.

O objetivo deste capítulo foi apresentar os impactos causados na relação de trabalho, principalmente o ocorrido no processo seletivo. O desemprego, a falta de recursos financeiros, medo do contágio pelo Covid-19 e a falta de conhecimento tecnológico foram alguns dos fatores que contribuíram para que esse impacto ocorresse. Diante disso, a empresa teve que usar os seus recursos para lidar com essa nova situação, reforçando os métodos antigos de captação de currículos, já utilizados pela empresa como: *site* da empresa, divulgação de vagas nas redes sociais e indicação de funcionários, sendo este último o método mais viável para o momento.

Após os relatos do presente capítulo, percebe-se que a pandemia, de modo geral, afetou a vida das pessoas e das empresas de maneira direta, dando ênfase aqui ao processo seletivo, que acabou sendo impactado pela falta de currículos, pela baixa procura pelas vagas, devido à dificuldade de acesso, entre outras citadas, em decorrência da pandemia causada pelo Covid-19.

REFERÊNCIAS

- Brasil confirma primeiro caso de infecção pelo novo coronavírus. **OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde**, 26 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/node/69303>>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- BURDA, J. A.; LOTZ, E. G. **Recrutamento e seleção de talentos**. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2015.
- CAMPOS, Ana Cristina. IBGE estima que desempregados no Brasil sejam 14,4 milhões. **Agência Brasil**, 30 abr. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-04/ibge-estima-que-desempregados-no-brasil-sao-144-milhoes>>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- CARVALHO, A. V.; NASCIMENTO, L. P. **Administração de recursos humanos**. V.1. 1. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal: Como agregar talentos à empresa**. 7. ed. rev. e atual. Barueri, SP: Manole, 2009.
- Desemprego fica estável em 14,4% no trimestre encerrado em fevereiro. **Agência IBGE notícias**, 30 abr. 2021. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30600-desemprego-fica-estavel-em-14-4-no-trimestre-encerrado-em-fevereiro>>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- Ford fecha fábricas e encerra produção no Brasil em 2021. **G1 Globo**, 11 jan. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/01/11/ford-fecha-fabricas-e-encerra-producao-no-brasil-em-2021>>. Acesso em: 24 abr. 2021.
- GRUBER, Arthur. Covid 19: O que se sabe sobre a origem da doença. **Jornal USP**, 14 abr. 2020. Disponível em: <<http://jornal.usp.br/artigos/covid2-o-que-se-sabe-sobre-a-origem-da-doenca>>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- SPECTOR, P. E. **Psicologia nas organizações**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

30 - LIDERANÇA FEMININA ORGANIZACIONAL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA CIENTÍFICA BRASILEIRA

Julia Feliciano de Souza

Régis de Toledo Souza

INTRODUÇÃO

As mulheres, em 2019, eram 51,8% da população brasileira (IBGEDUCA, com base no PNAD, 2019) e segundo a Organização Internacional do Trabalho, doravante OIT (2020), com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a participação feminina na força de trabalho era de 61,3% no mercado brasileiro, enquanto a masculina ficava em 79,5%, logo, é parte relevante do ambiente de trabalho. As mulheres sempre estiveram trabalhando, seja dentro de casa com o trabalho não remunerado, ou nos trabalhos externos, onde lutaram para poder ocupá-los, conquistando a possibilidade de estar presentes em diversas áreas e posições, bem como em cargos de lideranças em organizações. A presença da mulher em posição de liderança nas organizações é um fenômeno que se faz relevante para estudo, pois vem influenciando os espaços de trabalho, a vida das mulheres e sua relação na sociedade, visto que sua saída para o trabalho externo e a luta e conquista por cargos de liderança implicam em uma modificação de sua imagem no corpo social. Dados da OIT (2020), da agência internacional Grant Thornton (2020) e do jornal Folha de São Paulo (2019), com base em um levantamento na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), demonstram que no novo milênio, tanto no Brasil quanto no mundo, dos anos 2001 à 2019 houve um aumento no número de mulheres em cargos de liderança nas organizações.

Este estudo se propõe a analisar produções científicas nacionais durante os anos de 2001 à 2019 sobre liderança feminina nas organizações de trabalho, buscando identificar quais áreas produziram esses conteúdos, analisar quais assuntos foram explorados e quais as lacunas existentes sobre o tema, de maneira a proporcionar uma compreensão maior das vivências das mulheres atravessadas por este fenômeno, que, no final, direta ou indiretamente, transpassa as vivências de todas as mulheres na sociedade, no sentido de que cada vez mais lutam para conquistar novas possibilidades de ser e estar.

Adiante serão apresentadas a revisão de literatura que contextualiza o estudo, o método de revisão utilizado, igualmente os resultados encontrados, a discussão dos resultados com base na literatura utilizada e as considerações finais e suas reflexões.

REVISÃO DE LITERATURA

Esta revisão de literatura tem como objetivo expor os conceitos que vão possibilitar a compreensão deste estudo, para isso será apresentado o embasamento teórico da Psicologia Sócio-Histórica como base para a análise crítica, em seguida serão trabalhados os temas da mulher na sociedade e no mundo do trabalho, liderança nas organizações e da liderança feminina no ambiente organizacional.

Concepções sobre a psicologia sócio-histórica

Segundo Bock (2007), as várias abordagens surgidas na psicologia foram possibilitando uma compreensão do homem e sua realidade, porém nenhuma superou as visões mecanicistas – onde o homem é natural, podendo ser desvendado – e deterministas – pressupõe causas para o observável com relação ao homem –, e para compreender o fenômeno psicológico, alvo de estudo da psicologia como ciência, é necessário assumir esse movimento dicotômico dentro do fenômeno, a Psicologia Sócio-Histórica se apresenta como possibilidade para a superar essa dicotomia.

A Psicologia Sócio-Histórica possui a capacidade de ser crítica, por seus próprios fundamentos, ela concebe o homem como “ativo, social e histórico; a sociedade como produção histórica dos homens que, através do trabalho, produzem sua vida material” (BOCK, 2007, p.17). Mas, qual a visão que a Psicologia Sócio-Histórica tem do fenômeno psicológico? Segundo Aguiar (2007), para compreender o fenômeno psicológico, é importante resgatar sua origem no homem, que constituem as categorias de análise do fenômeno, assim essas categorias sendo elementos do fenômeno devem ser capazes de explicitar o fenômeno integralmente. Desta maneira, há duas categorias de análise sendo a Consciência e a Atividade, que permite “nomear a relação do homem com o mundo, que expressam e contêm o processo de construção do fenômeno psicológico” (AGUIAR, 2007, p.96).

O homem vive inserido em um universo sociocultural, onde tem suas relações e experiências e desenvolve seu mundo psicológico. Essa capacidade de registro pode ser entendida como uma capacidade psíquica, o homem interfere no mundo (atividade) e é interferido pela sua realidade, e este só se torna humano na cultura e no meio social, assim o psicológico se constitui na relação entre homem e o meio sociocultural e enquanto o homem vai entrando em contato com o mundo externo, ele vai internalizando a sua ação no mundo, ele age por meio da atividade, cheia de significado, que faz nascer a consciência, sua ação é influenciada pelo seu meio social, econômico e político (AGUIAR, 2007).

Assim, para a Psicologia Sócio-Histórica, o fenômeno psicológico é produto da ação do homem no mundo enquanto se relaciona com outras pessoas. Ela surge para compreender os aspectos antes ignorados pela Psicologia positivista que estigmatizava. Ela compreende o homem como ser que só se torna humano a partir de sua ação no mundo e em si próprio e que é influenciado pelo seu meio social, econômico e político, e para explicitar esse fenômeno integralmente, se faz uso das categorias de análise que o constituem, sendo a Consciência, que nasce por meio da internalização do mundo externo ao interno se utilizando da linguagem com sua carga simbólica, e a Atividade, que é o meio pelo qual o homem muda o mundo externo e a si mesmo. Essas duas categoriais permitiram, então, a compreensão totalitária do fenômeno psicológico, permitindo, também, a compreensão do homem com seu mundo e a reflexão dos achados adiante nesse estudo.

História da mulher na sociedade e no mundo do trabalho

Ainda que, nos tempos mais remotos, o sexo feminino fosse considerado tão essencial quanto o sexo masculino, seu lugar foi dando espaço para uma concepção de ser inferior ao longo do tempo (DORLING KINDERSLEY, 2019), concepção esta construída socialmente sendo cristalizada, tentando utilizar-se do argumento de o gênero feminino ser mais fraco “naturalmente” (PISTICELLI, 2009; MELO; THOMÉ, 2018). Porém diversos movimentos ao longo da história, como os movimentos feministas, tentavam resgatar essas vozes inferiorizadas, e reivindicar direitos iguais aos concedidos a aqueles do sexo masculino. Ainda que muitas lutas persistam na atualidade, as mulheres tem direito a educação e estão presentes com grande peso no ambiente de trabalho (PISTICELLI, 2009), possuindo uma gama de possibilidades cada vez maior para exercer sua vivência, sendo na sua vida cotidiana, ou no mundo do trabalho.

Uma transformação global na mão de obra disponível no mercado estava acontecendo desde o século XIX, com foco maior no ambiente industrial, onde tanto as mulheres e as crianças já labutavam e ganhavam menos que os homens (PROBST, 2003). Os movimentos de industrialização e urbanização permitiram uma redefinição no papel da mulher com relação ao trabalho. Durante o século XIX e XX esse movimento se expandiu, e na década de 70, o segundo movimento feminista em evidência revigorou o empreendedorismo feminino, que também estimulou a busca por melhor escolarização e especialização e estímulos para uma luta de equidade de oportunidades nas empresas tanto para homens e mulheres (BLASZCZYK, 2002).

No Brasil, diante do fortalecimento do capitalismo e a mão de obra feminina no mercado, havia por parte da sociedade o receio de que a figura da mulher dentro do trabalho, e parcialmente fora do ambiente do lar, realizando dupla jornada, fosse desintegrar o lar. No início do século XX, “para médicos e higienistas, o trabalho feminino fora do lar levaria à desagregação da família”

(RAGO, 1997, p.588). Assim, as profissões femininas que prestavam trabalhos externos como lavadeiras e costureiras eram estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e até de prostituição (RAGO, 1997). Mas mesmo assim, segundo Pinsky (2018), a participação feminina no Brasil, no ambiente de trabalho, continuou crescendo, e segundo Sardenberg (2004), a entrada das brasileiras no mercado de trabalho se deu em larga escala na década de 1970, porém, de início eram cargos voltados à área de serviços, e muitas vezes não possuindo carteira assinada com direitos garantidos. Hoje, segundo dados recentes do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho (2020), em 2019, da população economicamente ativa, que é a população que está no mercado de trabalho, 47,9 milhões eram mulheres, das quais 41,9 milhões estavam trabalhando.

Muitos fatores transpassam a trajetória da mulher no mundo do trabalho, como o cuidado doméstico onde elas são as principais responsáveis em relação ao trabalho doméstico e cuidados com os filhos e outros parentes que coabitem – onde acontece o trabalho de produção social que geram sobrecarga nas mulheres –, há uma situação construída socialmente derivada da segregação e discriminação das mulheres, onde elas podem não conseguir penetrar em nichos que não estejam ligados socialmente ao gênero feminino, o que não proporciona a ela acesso a esses locais (CESIT/IE-UNICAMP, 2017). Há também disparidade em salários entre homens e mulheres, como por exemplo em 2014, o salário das mulheres chegava a 74% do salário dos homens, a diferença salarial era de 26%, com base em dados do PNAD. Verifica-se que há uma maior concentração das mulheres em setores de trabalho com baixa remuneração, mesmo quando as mulheres são mais da metade de trabalhadores com Ensino Superior Completo (Observatório Nacional Do Mercado De Trabalho, 2020), os números pioram quando se trata de mulheres negras ou pardas, segundo dados do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho (2019), entre 2013 e 2017, as mulheres negras ou pardas ganhavam 55% da remuneração de trabalhadores brancos.

As mulheres, como mostrado, tem estado expressivamente presente no mercado de trabalho, atualmente sendo parte relevante da mão de obra trabalhadora brasileira, porém, sofrem desigualdades no âmbito de remuneração, reconhecimento e com relação a espaços de atuação ligados a estereótipos, além de terem de conciliar o trabalho não remunerado dentro de casa ligado ao seu gênero como sendo sua responsabilidade, com sua trajetória profissional. Apesar desses obstáculos, elas lutam e tem conquistado sua presença em cargos de liderança, ainda que muito tenha que ser enfrentado para que elas possam conquistar mais.

Liderança nas organizações e a liderança feminina

O papel do líder dentro de uma organização é de nortear seu time e também nortear a si mesmo, enquanto lida com o norteamento do seu próprio superior e dos conteúdos e demandas

trazidos por este (BERGAMINI,1994). É possível observar a importância que a figura do líder tem para a organização, e segundo Bendassolli, Magalhães e Malvezzi (2014, p. 444), “o tema da liderança ocupa um lugar de destaque na compreensão dos processos de mobilização interpessoal e grupal no trabalho e nas organizações”. Desta forma, com a figura de liderança feminina não é diferente, porém como será exposto a seguir, essa situação é transpassada por singularidades ligadas aos pontos já tratados como a história da mulher na sociedade e sua história no mercado de trabalho, já que a liderança é influenciada pelo ambiente/contexto e sendo assim é importante analisar os fatores culturais que a atravessam (BENDASSOLLI; MAGALHÃES; MALVEZZI, 2014), independente da organização ou instituição onde estejam presentes, este fenômeno acontece dentro da sociedade.

Assim que as mulheres foram ocupando lugares no ambiente de trabalho, e, ainda que de forma tímida, tomando postos de liderança em organizações, a figura do líder masculino (a imagem de liderança que então imperava) começou a ser questionada, quanto se a maneira de liderar feminina é ou não diferente da masculina, se são superiores ou inferiores quando comparadas, e qual seria a mais vantajosa. (ADLER, 2002).

Segundo Nogueira (2006, p.58), no ambiente organizacional de trabalho “todos os dados indicam que o número de mulheres decresce progressivamente conforme se ascende aos mais altos níveis da hierarquia”. Kanan (2010) relata que há uma barreira invisível que impede o avançar das mulheres quando alcançam certo nível de lideranças nas corporações, essa barreira é chamada de “telhado de vidro”, que é um conceito onde as mulheres são um grupo que é impedido de avançar nesses quesitos por serem mulheres. Essa barreira inclui, por exemplo, falta de oportunidades iguais de trabalho dentro de uma empresa tanto para homens quanto para mulheres. Mesmo assim, ao longo dos anos, depois da virada do século XXI, a mulher vem conquistando seu espaço em cargos de chefia, sendo uma tendência global, e que pode ser visualizada também em território brasileiro, como mostram os dados a seguir.

Segundo o relatório “*Women in Business 2020: do plano de ação à prática*” de Grant Thornton, de 2020, uma agência internacional de consultorias à empresas, em uma pesquisa com empresas de médio porte em cerca de 32 países, foi indicado que o número de mulheres em cargos de liderança em 2019 aumentou em 5% com relação a 2018, sendo que, segundo esse relatório, em 2019 se obteve o registro do maior número de mulheres em cargo de liderança em empresas no mundo (29%), o maior número já registrado pelo relatório, quando no início das pesquisas destes, em 2004, a presença delas era de menos de 20%.

No Brasil, segundo o jornal Folha de São Paulo em publicação de março de 2019, realizou um levantamento na RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e em 2003 a presença de mulheres no setor formal em cargos de gerência era de 32,3% e de 31,9% em cargos de

diretoria, já em 2017, respectivamente, os números tinham aumentado para 39,9% e 42,4%. Esses números segundo o levantamento feito pelo jornal, englobam mulheres de 30 a 49 anos.

Segundo a OIT (2020), é também possível visualizar a ascensão das mulheres em cargos de liderança, se baseando em dados informados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (de 2003 – 2009 e 2011, não constando dados de 2010) e pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua (de 2012 – 2019), ambos fornecidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Onde, compreendendo os anos de 2003 à 2019, quando considerados os “Cargos de Gestão Total” pode ser entendido como diversos tipos de gestão, abrangendo desde gerentes da indústria de restaurante e bar até CEOs e diretores de organizações (ISCO-08, 2012, p.87 – 108, a tradução dos termos foi feita de forma livre), há um aumento da presença delas de 6%, considerando o período de 2003 à 2019.

Sendo assim, quando observado os dados globais produzidos pela Grant Thornton (2020), de 2004 à 2019; os dados nacionais trazidos pelo jornal Folha de São Paulo (2019), que compreende os anos de 2003 à 2017; e os dados da OIT (2020), desde 2003 até 2019, fica evidente que a mulher desde o início do século XXI desencadeou a ascensão aos cargos de chefia em organizações, ainda que seja uma ascendência vagarosa, por meio dos fatos expostos, é possível observar que a presença delas tem se tornado cada vez maior em cargos de liderança, apresentando números relevantes tanto globalmente quanto nacionalmente. Em virtude de ser um fenômeno que atravessa a história das organizações de trabalho e a própria história do papel da mulher na sociedade, faz-se importante entender as produções científicas nacionais para que seja possível conceber uma dimensão de como esse fenômeno tem sido entendido e estudado pelas áreas, além de uma compreensão de seu cenário hoje.

METÓDO

O método utilizado para o estudo foi o de revisão integrativa de literatura, trata-se de um gênero de pesquisa que permite a geração de novos conhecimentos sobre um tema em específico. É uma abordagem metodológica mais ampla referente às revisões, “permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado” (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010, p.103). Foi o método mais propício, pois objetiva trabalhar também com temas emergentes onde a revisão integrativa pode oferecer uma conceitualização integral sobre um tema específico ou uma síntese do que o tema tem desenvolvido na percepção de produção de literatura até aquele momento (TORRACO, 2005), como é o caso do proposto nesse estudo.

Segundo Souza, Silva e Carvalho (2010), Whittemore e Knafl,(2005), Klopper, Lubbe e Rugbeer (2007), Botelho, Cunha e Macedo (2011) e Ganong (1987), a revisão integrativa se constitui de seis passos, sendo eles: a) definir qual o problema de pesquisa, definindo as palavras-chave, a estratégia de busca e os bancos de dados que vão ser utilizados; b) a busca da literatura com bases de dados, onde é estabelecido os critérios de inclusão e exclusão e realizar as buscas nas bases de dados escolhidas; c) identificação do que foi encontrado, onde é organizado o que foi encontrado utilizando título, resumo e palavras-chave dos arquivos pré-selecionados e definição do que será incluído na revisão; d) análise dos estudos selecionados, com a criação de matriz de síntese com informações dos arquivos selecionados e análise crítica dos mesmos; e) interpretação e discussão dos resultados, com a interpretação do que foi encontrado, comparação com o referencial teórico e a identificação de lacunas existentes e f) apresentação da síntese da revisão e apresentação dos procedimentos usados para a revisão.

Desta forma, este tipo de método se mostra o melhor para a categoria de estudo proposta aqui, além de garantir um rigor científico, visto que é um tema emergente, e este método oferece, ao final do todo, uma síntese do que já foi desenvolvido até então.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram pesquisados artigos científicos produzidos no Brasil, publicados entre os anos de 2001 a 2019, ressaltando que os arquivos deveriam obedecer aos critérios de estarem dentro da temática proposta neste estudo, utilizando-se nas buscas das palavras-chaves definidas – liderança feminina e gestão feminina –, e de filtros – artigos de periódicos científicos, em língua portuguesa brasileira e que foram publicados no Brasil no recorte temporal proposto e que estivessem disponíveis integralmente nas plataformas para total acesso e não estivessem duplicados – para fazer a seleção.

Foi utilizado para a coleta de material as plataformas online do SCIELO (Scientific Electronic Library Online, disponível em <https://scielo.org/>), a BVS (Biblioteca Virtual em Saúde, disponível em <http://brasil.bvs.br/>) e o portal do CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, em <http://www.periodicos.capes.gov.br/>), sendo que nesse último foi utilizado o acesso CAFe (Comunidade Acadêmica Federada), que é fornecido pela Universidade de Taubaté (UNITAU) para os alunos acessarem conteúdos assinados do portal, possibilitando assim uma maior gama de documentos a ser estudado. A coleta dos materiais ocorreu no mês de maio a junho de 2020. No resultado total das buscas de material foram dez artigos que obedeciam aos filtros e parâmetros desejados.

É relevante observar a qualidade deste material coletado com relação ao local de publicação. Para isso, foi utilizado a plataforma Sucupira do Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que pode ser acessada de forma online para as consultas. Essa plataforma fornece informações sobre a qualidade de produções científicas de forma fácil, com confiabilidade das informações, utilizando um sistema para classificação chamado Qualis, uma avaliação da produção dos programas de pós-graduação com relação a artigos publicados em periódicos científicos (Qualis Periódicos).

Os materiais produzidos podem ser entendidos como materiais de qualidade internacional à relevância mediana, segundo as classificações da Qualis, indicando que são materiais que contribuem para o tema em território nacional, outro fato que adiciona a essa qualidade é que foram produzidos em sua maioria por doutorandos/doutores. Evidencia que a área que se sobressai com relação ao tema de liderança feminina é a administração, ainda que como área de formação dos autores – após administração –, venha a ser psicologia, é possível observar que ela pode contribuir muito mais com a exploração deste tema, pois é um tema aflorante e um fenômeno que influencia a vida da mulher e da sociedade. É relevante notar que a maioria dos artigos que trabalharam com pesquisa, trabalharam com falas trazidas pelas próprias mulheres em cargos de liderança, onde contam suas próprias vivências – o que possibilita a visualização delas e suas próprias visões –, ao contrário do longo processo que elas passaram onde foram inviabilizadas, em que elas e seus mundos eram apenas registradas pelos olhos dos homens, e não delas próprias (MELO; THOMÉ, 2018; PERROT, 2007).

Com relação às áreas de concentração das revistas onde os artigos foram publicados, 62,5% tem a administração, seguida pelas áreas de comunicação e informação, economia e educação, e em nenhuma dessas revistas a área de concentração era a psicologia. Com relação aos autores dos artigos, no total foram 22 autores (excluindo-se nomes duplicados), sendo que 68,1% deles eram mulheres, quando publicaram os artigos em questão, 55% eram doutores ou doutorandos, 32% eram mestres ou mestrandos, 9% graduados e 5% possuía um MBA. Com relação a suas áreas de formação, cerca de 41% era da área de administração, 14% da psicologia, 9% da área de ciências contábeis, 9% de controladoria e contabilidade, 4,5% em biblioteconomia, 4,5% em ciência da informação, 4,5% enfermagem, 4,5% em estudos da linguagem, 4,5% em relações internacionais e 4,5% em sociologia. Ainda com relação aos artigos, 80% são pesquisas do tipo qualitativa, 10% pesquisa quantitativa e 10% sendo ensaio acadêmico.

Com relação à extensão territorial onde as pesquisas dos artigos foram realizadas, (neste aspecto, excluindo um artigo em que foi um ensaio acadêmico, e outros dois em que trabalharam com coleta de dados em âmbito nacional, em revistas e portal de dados), levando em conta também que as regiões foram se repetindo nos artigos, as coleta de dados foram feitas 38% na região sul , 30% na

região sudeste, 23% na região nordeste e 9% na região centro-oeste, sendo que a região norte não apareceu em nenhum artigo como local de coleta de dados.

Com relação aos resultados da pesquisa em aspectos formais, a plataforma que mais trouxe artigos sobre o tema (com o uso de ambas palavras-chave) foi o CAPES, sendo que a palavra-chave que mais reuniu material foi gestão feminina. Dos dez artigos incluídos para a revisão final, essas produções começaram a aparecer a partir de 2010, com maior ocorrência nos anos de 2013, 2017 e 2018, os estudos dentro desses artigos buscaram dados abrangendo os anos de 2000-2018.

Com relação aos anos, o primeiro ano que apresenta uma produção científica com o tema de liderança feminina é em 2010, coincidentemente é a partir deste ano que os gráficos com os dados da OIT (2020) com o cenário brasileiro, e Grant Thornton com o cenário global mostram uma ascensão significativa de mulheres em cargos de liderança.

Esses artigos foram elaborados em grande parte se utilizando de pesquisas do tipo qualitativa, e as pesquisas, quando foram realizadas, se concentraram nas regiões sul e sudeste, que possuem os estados com maior PIB (Produto Interno Bruto), que indica um fluxo maior da economia, com base nos dados de 2017, fornecidos pela Agência Notícias IBGE (2019). Mesmo que essas pesquisas se deem em ambientes que possivelmente tem um maior fluxo de economia, e possuem maior possibilidade de liderança para as mulheres, é importante que este fenômeno seja investigado em todo território nacional para maior apreensão das nuances desse tema, sendo a região norte não aparente entre as pesquisas.

Com relação ao conteúdo dos artigos, os temas que mais prevaleceram foram aqueles que abordavam os nichos de liderança feminina e relações de gênero, a conciliação entre vida pública e privada e a presença da liderança feminina. Os resultados, então, foram agrupados de acordo com esses temas para possibilitar uma melhor visualização do encontrado.

Com relação aos aspectos de conteúdo achados sobre a liderança feminina nas organizações, dados trazidos nos artigos sugerem que elas veem aspectos considerados “femininos” como diferenciais que as potencializam como líderes, porém, ao mesmo tempo, tem como ideal de líder uma figura impregnada de características “masculinas”. Essas características “femininas” seriam: conseguir mediar situações; ser versátil; detalhista; serem mais comunicativas e possuir um alto grau relacional, se envolvendo mais com as equipes (CARVALHO; AZEVEDO, 2018; MENEZES, OLIVERA; DINIZ, 2013; MERCALI; GASPARIN; BIEHL; SCHEFFER, 2017; NOGUEIRA; KUBO, 2013; ROCHA-COUTINHO; COUTINHO, 2011; SALVAGNI; CANABARRO, 2015). O tema de liderança tem destaque no mundo das organizações assim como as relações que as permeiam como as relações interpessoais e grupais (BENDASSOLLI; MAGALHÃES; MALVEZZI, 2014) e segundo Bergamini (1994), um dos aspectos da lideranças é a questão de influência sobre sua equipe;

elas devem “cativar” para que busquem o cumprimento dos objetivos da empresa, e neste aspecto, as características vistas como “femininas” pelas líderes – e que elas consideram seus diferenciais –, se relacionam com o papel de líder, ainda mais no sentido dos relatos em que elas sentem trazer bons desempenhos com sua forma de gestão (SALVAGNI; CANABARRO, 2015).

Porém, é importante frisar que essas características “femininas” são construções sociais, sendo assim, não ligadas ao sexo biológico e tanto homens quanto mulheres podem reproduzi-las, tal como as características “masculinas” que foram vistas por elas como ideias para liderança. Isto vem de um histórico longínquo em que a figura do homem estava ligada ao poder, este ideal de líder também impera no mundo das organizações, assim, segundo Adler (2002), logo que elas foram ocupando mais lugares no ambiente e trabalho, essa figura foi sendo questionada, dessa forma, ainda é um movimento em desenvolvimento, onde as próprias mulheres líderes continuam a reproduzir esse ideal, até que essa crença seja desvinculada.

Para Adler (2002), quando as organizações buscaram lidar com a questão dos gêneros em cargos de liderança, a tendência atualmente é que busquem a diversidade, agregando diferenças e aumentando possibilidades de inovações quando as vozes singulares de homens e mulheres possam ser ouvidas igualmente. Ainda que o mundo organizacional esteja longe desta equidade total, ainda mais no cenário brasileiro, podemos ver avanços nos números de mulheres ocupando cargos e liderança nas organizações tanto no global quanto no nacional, nos números trazidos pela OIT (2020), Grant Thornton (2020) e dados da RAIS expostos pelo jornal Folha de São Paulo (2019).

Além desta percepção, outros aspectos ligados ao emocional, que segundo elas podem “enfraquecer o líder” são depreciados, são aspectos sentidos como ambíguos para seu exercício como líder, sendo que as características “masculinas” são consideradas mais valorizadas e propícias para alcançar altos cargos de liderança (CARRIERI; DINIZ; SOUZA; MENEZES, 2013), o que mais uma vez está ligada a ideia de homem como figura de poder. Nessa situação, para elas, também há a preocupação com a postura e vestimentas como prevenção a assédios (MERCALI; GASPARIN; BIEHL; SCHEFFER, 2017), e nas relações com sua equipe; preferem times mistos, algumas “reconhecem que não é fácil trabalhar com mulheres” e que podem ver outras como rivais. (NOGUEIRA; KUBO, 2013). Nesses aspectos, fica evidente que as próprias mulheres reproduzem uma naturalização das “diferenças” entre homens e mulheres, ainda que seja uma construção social (MERCALI; GASPARIN; BIEHL; SCHEFFER, 2017).

Fica evidente, também, uma discriminação de gênero nos ambientes de trabalho caracterizados como “masculinos”, tal qual na área de construção, finanças, indústria, etc. Em dois estudos ambientados nesses espaços considerados “masculinos”, elas estão menos presentes e/ou tem mais dificuldade de alcançar postos de liderança mais altos, o que sugere o efeito do “teto de vidro”

e o espaço de trabalho ligado ao estereótipo de gênero (CORDEIRO; PEREIRA; DURSO; CUNHA, 2018). Este fenômeno não acontece apenas nesses nichos considerados “masculinos”, embora haja hoje um discurso de igualdade de oportunidade para homens e mulheres alcançarem postos de liderança, e mesmo com nível educacional alto, é difícil para elas alcançarem esses cargos. Em uma pesquisa que buscou dados em uma revista do ramo de economia e negócios, as políticas de recursos humanos para promoção e ascensão das mulheres na liderança pareciam limitadas (ROGRIGUES, 2017).

A questão da dificuldade das mulheres alcançarem postos mais altos de liderança e a existência de um “teto de vidro” é trazido pela literatura de Nogueira (2006), onde dados indicam que os números de mulheres em posição de liderança decresce conforme mais alto é o cargo. Kanan (2010) entende que esse fenômeno ocorre quando as mulheres são impedidas de avançar apenas por serem mulheres e, para ela, essa barreira envolve a falta oportunidades iguais no ambiente de trabalho para mulheres e homens, o que se relaciona com o declarado por Rodrigues (2018).

Fica velado essa naturalização do espaço doméstico e subordinação para as mulheres, tornando necessário que ocorra uma educação para desnaturalizar essas relações (ROGRIGUES, 2017). O que se relaciona com o trazido por Pisticelli (2009), onde a discriminação das mulheres surge dessa naturalização das diferenças entre homens e mulheres – que são usados para delimitar seus espaços de atuação, naturalizando também a desigualdade sofrida por elas –, como algo reproduzido dentro das sociedades e que apareceu nos estudos, assim como a naturalização do espaço doméstico e de subordinação para as mulheres, ligados a reprodução e maternidade, onde esse espaço privado é entendido como seu local de atuação natural.

Por isso, é importante que essas concepções de gênero, que foram construídas socialmente, sejam quebradas, pois será um fator que auxiliará a quebra dessa desigualdade naturalizada, tornou-se uma crença tão enraizada, que as próprias mulheres nas lideranças a reproduzem. Assim, ainda que estejamos no século XXI, o conceito de papel social, ainda permanece nessas vivências – que estão em mudança –, que é corroborado pelas reflexões de Kanan (2010), no qual essa educação é mesmo necessária para que o lugar de submissão da mulher seja rejeitado e que não apenas elas, mas a sociedade, compreenda que elas também podem ocupar lugares de poder nas empresas. A carga trazida pela questão dos papéis sociais, em que os indivíduos só ocupam papéis em que as normas sociais lhe dizem que são possíveis e como devem ser desempenhados (PISCITELLI, 2009), pode ser ligado ao sofrimento trazidos por algumas das falas dessas mulheres em cargos de liderança, onde se cobram por não conseguir desempenhar todos esses papéis da forma em que a sociedade “exige”.

Nos dados achados, parece haver um sofrimento quanto à conciliação entre a vida privada e pública, para elas trabalho e família são considerados prioridade (ROCHA-COUTINHO;

COUTINHO, 2011), e ainda que elas gostem e valorizem suas profissões (SALVAGNI; CANABARRO, 2015), elas podem sofrer ao sentir que não conseguem desempenhar os papéis no privado e público, tal como cuidar de si mesmas, e ainda que valorizem a maternidade, podem sentir dificuldades em viver esse papel. Tudo isso acontece dentro das duplas/triplas jornadas que muitas vezes elas vivenciam, nas quais elas cobram a si mesmas nesses papéis, causando um esgotamento físico e mental (CARRIERI; DINIZ; SOUZA; MENEZES, 2013; ROCHA-COUTINHO; COUTINHO, 2011; SALVAGNI; CANABARRO, 2015), e ainda sentem que tem que provar que sua vida familiar não interfere em seu desempenho (ROCHA-COUTINHO; COUTINHO, 2011).

A dupla/tripla jornada das mulheres está presente desde que elas começaram a atuar no mercado de trabalho externo (RAGO, 1997), ao trabalhar fora, cuidar da casa e filhos, elas possuem sobrecarga de trabalho, que conseqüentemente acaba por afeta-las em nível biopsicossocial, o que os dados da publicação da CESIT-UNICAMP (2017) corroboram quando dizem que as presença delas no ambiente de trabalho dependem dos fatores como os cuidados dos filhos e com cuidados doméstico, em que elas são as principais responsáveis, onde, por exemplo, com relação ao espaço doméstico, elas praticavam o dobro de horas semanais de trabalho do que os homens. Há, assim, uma dificuldade de partilhar essas responsabilidades no ambiente doméstico, o que as auxiliariam nesses quesitos de esgotamento físico e mental. Segundo esses mesmos dados, não houve uma reorganização da distribuição de responsabilidade pelos trabalhos domésticos, portanto, com essa sobrecarga, elas podem buscar empregos mais precários para lidar com tudo, o que pode gerar uma feminização da pobreza.

Ainda que nesse caso sejam falas de mulheres em cargos de liderança, que geralmente podem ser mais bem remuneradas, há o sofrimento com a sobrecarga de trabalho e sofrimento mental, deste modo, é importante que aconteça essa reorganização de papéis, de modo que essa cobrança pelos cuidados com filhos e casa deva ser uma responsabilidade compartilhada, que, conseqüentemente, geraria um maior bem-estar a essas mulheres, tanto no profissional como no pessoal e possibilitaria aos homens maiores vivências no mundo privado. Mesmo que elas se sintam motivadas e gostem de exercer o cargo de liderança, elas sentem a necessidade de provar que são capazes e conquistaram seu lugar por mérito (ROCHA-COUTINHO; COUTINHO, 2011; SALVAGNI; CANABARRO, 2015) e, por mais que valorizem os estudos (SALVAGNI; CANABARRO, 2015), e que seu nível educacional seja mais alto, é ainda difícil para elas alcançarem os cargos de gestão (ROGRIGUES, 2017).

Foi um longo caminho para que as mulheres adquirissem certos direitos igualitários aos homens, entre eles o direito a educação (PISTICELLI, 2009), e embora na década de 50 no Brasil, por exemplo, o desenvolvimento educacional para as mulheres fosse menos valorizado, visto a

distinção feita entre os gêneros masculino e feminino e suas possibilidades de atuação (PINSKY, 2018), atualmente as mulheres fazem parte de mais da metade de trabalhadores com Ensino Superior Completo e a maioria das mulheres no mercado de trabalho possuem Ensino Médio Completo. Apesar disso, elas possuem remuneração menor do que a dos homens em empregos formais, considerando uma média entre os setores (Observatório Nacional Do Mercado de Trabalho, 2020), o que corrobora os evidenciados dessas informações.

Mesmo que a competitividade entre as organizações e o surgimento de uma nova cultura no ambiente profissional tenham possibilitado maior participação das mulheres nas organizações, até como líderes (KANAN, 2010), Adler (2002) relata que, com o passar do tempo as organizações buscaram se afastar do modelo de liderança como sendo o masculino. Importante notar que falta muito ainda para que essa imagem seja quebrada, para que ocorra a desnaturalização das diferenças de gênero que levam a discriminação de gênero, por isso é importante que esse movimento aconteça na educação – que ocorra uma desmitificação, para que tanto mulheres e homens não a reproduzam, e que as meninas sejam encorajadas fora dessas crenças.

A liderança em si, nas organizações, é influenciada pelo ambiente e contexto em que se está inserido, ou seja, fatores culturais a atravessam, pois é algo que acontece dentro da sociedade, e atualmente a sociedade é regida pelo fazer das pessoas que ocorrem nas estruturas sociais. A utilização da tecnologia que repercute no avanço de eventos e processos, e também a desintegração da economia que impulsiona a individualização (BENDASSOLLI; MAGALHÃES; MALVEZZI, 2014). Sendo a liderança um elemento inserido nas organizações que sofrem influência da cultura dentro sociedade, não é surpresa que as questões de gênero e todas suas consequências apareçam.

A questão da individualização que surge da fragmentação econômica, remete ao processo de individualização que aconteceu com o homem – com o avançar do capitalismo, houve uma separação de um mundo externo e de um mundo interno, em que nasceu a concepção do “eu”, surgindo a Psicologia para estudar esse fenômeno (BOCK, 2007).

Para melhor compreensão destes elementos que atravessam o fenômeno da liderança feminina nas organizações, a Psicologia Sócio-Histórica sugere que, enquanto o homem vai entrando em contato com o mundo externo, ele vai internalizando a sua ação no mundo – ele age por meio da atividade, cheia de significado, que faz nascer a consciência, sua ação é influenciada pelo seu meio social, econômico e político (AGUIAR, 2007).

Assim a liderança feminina se configura como fenômeno psicológico por ser produto da ação do homem no mundo, e como a Psicologia Sócio-Histórica entende o ser humano em seu contexto histórico e social, as mulheres líderes que reproduzem as crenças de gênero o fazem, pois estão inseridas em um contexto social em que essas crenças são cultivadas desde tempos remotos e foram

internalizada, ainda que estejam inseridas em um contexto histórico de grandes mudanças com relação a isso, e que movimentos feministas tenham luta pela quebra dessas naturalizações, ela ainda está presente, sendo vagarosamente combatida.

Ela vai sendo enfraquecida à medida que as mulheres alcançam os postos de liderança, conquistam mais direitos e estão cada vez mais presentes no mercado de trabalho, porém, também deve trabalhada no contexto de educação como citado anteriormente. Assim, como o mundo organizacional está em constante mudança como a sociedade, à medida que essas mulheres líderes vão agindo sobre o mundo e vão agindo sobre si mesmas, vão tomando consciência dessas ações e mudam a sua relação com o mundo, desta forma, esse agir no mundo, quando outras pessoas entram em contato e o internalizam, vão auxiliando pouco a pouco as mudanças na sociedade, para que o fenômeno da liderança feminina possa continuar a se expandir, assim como o papel da mulher também possa continuar mudando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A liderança feminina é um fenômeno relevante, pois vem interpelando os preceitos que o mundo organizacional possuiu e ainda possui com relação a imagem de um líder, além de se mostrar um fenômeno em ascensão globalmente e até nacionalmente, há também uma influência na imagem da mulher na sociedade, e das vivências das mulheres nessa posição. Este fenômeno é transpassado naturalmente por elementos culturais da sociedade em que está inserido, como os estereótipos de gênero e as relações de gênero, aspectos que apareceram tanto na fundamentação teórica que permitiram observar a concepção da mulher na sociedade e no mundo do trabalho, tal como sua presença no mercado e nos cargos de liderança, como apareceu nos artigos incluídos para revisão, corroborando essas relações.

Com a revisão integrativa sobre liderança feminina no ambiente organizacional, foi evidente que a área com maior produção de material sobre esse fenômeno foi a área de administração – quando considerado a área de concentração da revista onde o artigo foi publicado –, com produções na área também de comunicação e informação, economia e educação. A administração também foi a área de formação majoritária dos autores, seguida pela psicologia. Foi possível observar que, com relação aos artigos produzidos, quando analisados, os temas tratados puderam ser visualizados em três categorias, sendo elas: a liderança feminina e as relações de gênero; a conciliação entre vida privada e pública e o sofrimento causado. Similarmente, foi encontrado mais acerca do tema sobre a presença da liderança feminina. Os artigos produziram conteúdos que puderam ser encaixados em uma ou mais

dessas categorias, que contribuem para a compreensão das dinâmicas do fenômeno de liderança feminina nas organizações.

Quanto às lacunas existentes, resta muito ainda a estudar com relação a liderança feminina, com relação à saúde psicológica das mulheres nesses cargos, tal como ficou evidente que há um sofrimento quanto a conciliação entre a vida pública e privada. Encontra-se perceptível a discussão com relação aos papéis de gênero e a vivência de ser líder para elas, da mesma maneira que alguns estudos com dados sobre sua presença, todavia, entre esses assuntos, faz-se importante entender a vivência dessas mulheres e como essa vivência tem influência em seu mundo psicológico, seu bem-estar. Contando com uma análise crítica com base na Psicologia Sócio-Histórica, pode-se concluir que essa revisão contribui para a compreensão desse fenômeno, pois oferece uma reconsideração do que foi produzido desde a virada do milênio, que também pode auxiliar outros estudos sobre o tema, dentro da psicologia ou não. Posto isto, espera-se que mais estudos sejam produzidos, além de se utilizar de outros bancos de dado e materiais, buscando uma compreensão maior desse fenômeno.

REFERÊNCIAS

ADLER, N. J. Women joining men as global leaders in the new economy. *In*: GANNON, M. J.; NEWMAN, K. L. (Eds.), **Handbook of Cross-Cultural Management**. Oxford, England: Blackwell Publishers Ltd., 2002, p. 236-243. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/9781405164030.ch12>. Acessado em 01 de Outubro de 2020.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **Em 2017, São Paulo (SP) tinha o maior PIB e Paulínia (SP), o maior PIB per capita do país**. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26396-em-2017-sao-paulo-sp-tinha-o-maior-pib-e-paulinia-sp-o-maior-pib-per-capita-do-pais>. Acessado em 26 de Setembro de 2020.

AGUIAR, W.M.J. Consciência e atividade: Categorias fundamentais da Psicologia Sócio-Histórica. *In*: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica (uma perspectiva crítica em psicologia)**. São Paulo: Cortez, 2007, p.95-110.

BENDASSOLLI, P. F.; MAGALHÃES, M. O.; MALVEZZI, S. Liderança nas organizações. *In*: ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J.B.; BASTOS, A.V. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. 2º ed. Porto Alegre: Artmed, 2014, p.413-149.

BERGAMINI, C. W. Liderança: a administração do sentido. **Rev.adm. Empres.**, São Paulo. v. 34, n. 3, p. 102-114, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v34n3/a09v34n3.pdf>. Acessado em 09 de Setembro de 2019.

BLASZCZYK, R. **Women in business: A historical perspective**. Smithsonian Institution. 2002. Disponível em: <http://amhistory.si.edu/archives/WIB-tour/historical.pdf>. Acessado em 01 de Julho de 2020.

BOCK, A. M. B. A Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. *In*: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica (uma perspectiva crítica em psicologia)**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 15-36.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**. v. 5, n. 11, p. 121-136, dez. 2011. Disponível em: <https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1220>. Acessado em 15 de Abri de 2020.

CANABARRO, J. R. S.; SALVAGNI, J. Mulheres líderes: as desigualdades de gênero, carreira e família nas organizações de trabalho. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 88-110, ago. 2015. ISSN 2178-9010. Disponível em: <https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/347> . Acessado em 28 de Setembro de 2020.

CAPES. **Sobre a CAPES**. Ministério da Educação.2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/sobre-a-cap>. Acessado em 27 de Outubro de 2020.

CARRIERI, A. P.; DINIZ, , A. P. R.; SOUZA, E. M.; MENEZES, R. S. S. Gender and work: representations of femininities and masculinities in the view of women brazilian executives. **BAR, Braz. Adm. Rev.** Rio de Janeiro , v. 10, n. 3, p. 281-303, set. 2013 . Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-76922013000300004&lng=en&nrm=iso. Acessado em 28 de Setembro de 2020.

CARVALHO, T. C. M.; AZEVEDO, A. W. Liderança feminina em biblioteca universitária e sua influência na motivação organizacional. **Ciência da Informação em Revista**. Maceió, v. 5, n. 3, p. 20-29, dez. 2018. ISSN 2358-0763. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/5204> . Acessado em 28 de Setembro de 2020.

CESIT/IE- UNICAMP. **Caderno 3: As mulheres e o mercado de trabalho**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/Caderno3-web.pdf>. Acessado em 02 de Julho de 2020.

CORDEIRO, F. A.; PEREIRA, F.R.; DURSO, S. O.;CUNHA, J. V. A. Complexidade organizacional e liderança feminina nas empresas de auditoria externa. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 15, n. 36, p. 31-48, dez. 2018. ISSN 2175-8069. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/21758069.2018v15n36p31> . Acessado em 28 de Setembro de 2020.

FOLHA DE S.PAULO. **Aumenta a participação de mulheres em cargos de chefia**. 2019.Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/03/aumenta-a-participacao-de-mulheres-em-cargos-de-chefia.shtml>. Acessado em 10 de Maio de 2020.

GANONG, L. H. Integrative reviews of nursing research. **Research in Nursing & Health**. Hoboken, v. 10, n. 1, p. 1-11, mar. 1987.Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/nur.4770100103>. Acessado em 15 de abril de 2020.

GRANT THORNTON. **Women in Business 2020: Do plano de ação à prática**.2020. Disponível em: <https://www.grantthornton.com.br/insights/artigos-e-publicacoes/women-in-business-2020-do-plano-de-acao-a-pratica/>. Acessado em 02 de Maio de 2020.

IBGEDUCA. **Quantidade de homens e mulheres**. Disponível em:

<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>. Acessado em 07 de Setembro de 2020.

INTERNATIONAL STANDARD CLASSIFICATION OF OCCUPATIONS. **ISCO-08**. Geneva, v.1.2012. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_172572.pdf. Acessado em 02 de Maio de 2020.

KANAN, L. A. Poder e liderança de mulheres nas organizações de trabalho. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 17, n. 53, p. 243-257, jun. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302010000200001&lng=en&nrm=iso. Acessado 02 de Julho de 2020.

KLOPPER, R.; LUBBE, S.; RUGBEER, H. The matrix method of literature review.

Alternation. Cape Town, v. 14, n. 1, p. 262-276, 2007. Disponível em:

<http://alternation.ukzn.ac.za/Files/docs/14.1/12%20Klopper%20.pdf>. Acessado em 15 de abril de 2020.

MELO, H. P.; THOMÉ, D. **Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MENEZES, R. S. S.; OLIVEIRA, J. L.; DINIZ, A. P. R.. Simbolismos de Gênero e Gestão: Uma Análise das Feminilidades de Executivas Brasileiras. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 01-22, jun. 2013. ISSN 2178-9010. Disponível em:

<https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/139>. Acessado em 28 de Setembro de 2020.

MERCALI, G.; GASPARIN, G.; BIEHL, C.; SCHEFFER, A. B. (2017). Mulheres a frente: um estudo das práticas de gestão sob um olhar feminino em pequenas empresas familiares de negócios tradicionalmente masculinizados. **Revista de Carreiras e Pessoas (ReCaPe)**. v. 7, n. 3. 2017.

Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ReCaPe/article/view/34955>. Acessado em 20 de Setembro de 2020.

NOGUEIRA, E. C. O. R.; KUBO, E. K.M. Sentidos do Exercício da Liderança por Mulheres Executivas Brasileiras. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 114-133, nov. 2013. ISSN 2178-9010. Disponível em: <https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/175>. Acessado em 28 de Setembro de 2020. doi:<https://doi.org/10.7769/gesec.v4i2.175>.

NOGUEIRA, M. C. O. C. Os discursos das mulheres em posições de poder. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 57-72, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25965>. Acessado em 01 de Julho de 2020.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DO MERCADO DE TRABALHO. **Apesar da melhora nos índices de participação da mulher no mercado de trabalho, desigualdades continuam**. 2020.

Disponível em: <http://obtrabalho.mte.gov.br/index.php/noticias/1296-apesar-da-melhora-nos-indices-de-participacao-da-mulher-desigualdades-continuum>. Acessado em 23 de Agosto de 2020.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DO MERCADO DE TRABALHO. **Boletim Especial do Observatório sobre a Participação Feminina no Mercado de Trabalho**. 2018. Disponível em: <http://obtrabalho.mte.gov.br/index.php/ultimas-noticias/1268-boletim-especial-do-observatorio-sobre-a-participacao-feminina-no-mercado-de-trabalho>. Acessado em 09 de Maio de 2020.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DO MERCADO DE TRABALHO. **Desigualdade salarial entre sexos é maior em setores com mais participação de mulheres**. 2020. Disponível em: <http://obtrabalho.mte.gov.br/index.php/noticias2/1300-desigualdade-salarial-entre-sexos-e-maior-no-setores-com-maior-participacao-de-mulheres>. Acessado em 10 de Maio de 2020.

PERROT, M. **Minha História das Mulheres**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

PINSKY, C. B. Mulheres dos Anos Dourados. *In*: PRIORE, M. **A História das mulheres no Brasil**. 10 ed. Editora: Contexto. São Paulo, 2018. p. 607 – 639.

PISTICELLI, A. Gênero: a história de um conceito. *In*: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. E. **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 116-148. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1845009/mod_resource/content/2/19081600.PDF. Acessado em 03 de Julho de 2020.

PLATAFORMA SUCUPIRA. **Qualis**. Ministério da Educação. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.xhtml>. Acessado 27 de Outubro de 2020.

PROBST, E. R. A evolução da mulher no mercado de trabalho. Santa Catarina: **Instituto Catarinense de Pós-Graduação**, 2003. Disponível em: http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/artigo_jan_gen_a_evolucao_da_mulher_no_mercado_de_trabalho.pdf. Acessado em 02 abril de 2020.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. *In*: PRIORE, M. **A História das mulheres no Brasil**. 10 ed., 2018. Editora Contexto. São Paulo. p. 578 -606.

ROCHA-COUTINHO, M.; COUTINHO, R. R. Mulheres brasileiras em posições de liderança: Novas perspectivas para antigos desafios. **Economia Global e Gestão**, Lisboa, v. 16, n. 1, p. 61-79, abr. 2011. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087374442011000100005&lng=pt&nrm=iso. Acessado em 28 de Setembro de 2020.

RODRIGUES, R. R. J. Educação profissional da mulher e a ascensão a cargos de liderança. **Revista Labor**, v. 2, n. 18, p. 64-77, 28 ago. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/33504>. Acessado em 28 de Setembro de 2020.

SARDENBERG, C. M. B. O Trabalho Feminino no Brasil: Desigualdades de Gênero e Contrastes Regionais. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. **Coleção Bahianas No. 9**, NEIM/UFBA/REDOR. 2004, p. 27 – 29. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6872>. Acessado em 01 de Agosto de 2020.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein** (São Paulo), São Paulo, v.8, n.1, p.102-106, mar. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167945082010000100102&lng=en&nrm=iso. Acessado em 14 de abril de 2020.

TORRACO, R. J. Writing integrative literature reviews: Guidelines and examples. **Human Resource Development Review**, v. 4, n. 3, p. 356–367, 2005. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/743c/df2047e896c617555204ae03f3a617da1913.pdf?_ga=2.247104324.1943378352.1585534765.1758994505.1585534765. Acessado em 14 de abril de 2020.

WHITTEMORE, R.; KNAFL, K. The integrative review: updated methodology. **Journal of Advanced Nursing**, v. 52, n. 2, p. 546–553, 2005. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.465.9393&rep=rep1&type=pdf>. Acessado em 15 de abril de 2020.

WOMEN: OUR STORY. Great Britain: Dorling Kindersley Limited, p.10-11. 2019.

31 - NAS ENTRELINHAS DAS ORGANIZAÇÕES: UM ESTUDO DE CASO POR MEIO DA ANÁLISE INSTITUCIONAL

Carlos Eduardo Bovenzo Filho

Mylena de Almeida Maia

Armando Rocha Junior

INTRODUÇÃO

Entende-se que as perspectivas sociológicas e psicológicas têm como eixo de intersecção a compreensão do funcionamento social. Sabe-se ainda que a formação dos grupos sociais e organizações implica na caracterização de organismos vivos, com atributos próprios e funcionamento dinâmico, isto é, há uma qualidade e forma com as quais se dão as relações humanas – estas regidas pelo que se conhece por *instituição*, que condizem às normas e costumes que exercem influência na vida das pessoas, grupos e, assim, a dita sociedade.

Partindo dessa perspectiva, este trabalho consiste em um estudo de caso, cujo propósito é trazer, sob a óptica psicossociológica, informações sobre a aplicabilidade da Análise Institucional em uma empresa de desenvolvimento pessoal dos candidatos a concursos do campo da segurança pública, ou seja, o objetivo consiste em evidenciar informações latentes da dinâmica interna da referida instituição, de modo a possibilitar maior compreensão acerca de seu funcionamento em níveis interpessoais e estruturais, com foco na dinâmica relacional entre estagiários de psicologia, demais funcionários e clientes, bem como na disponibilidade dos recursos estruturais do local.

Para tanto, inicialmente fora discorrido sobre definições de grupos e breves considerações relativas ao seu funcionamento. Em um segundo momento, abordou-se o conceito de instituição, de análise institucional e seus propósitos. Reitera-se que tal fundamentação foi de grande importância para a discussão dos dados, após a exposição do caso.

Por fim, este estudo possibilitou o entendimento sobre a importância prática da análise institucional, uma vez que tal intervenção possibilita ampliação de perspectivas no que diz respeito às possíveis melhorias ou adaptações frente ao funcionamento das instituições.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Grupos

De acordo com Martin-Baró (1989), grupo é definido como uma estrutura de vínculos entre pessoas, que orienta as necessidades individuais e coletivas diante das conjunturas. Nessa perspectiva, alude a premissa de que grupo advém de uma estrutura social, pois tal formação sugere certo vínculo entre os integrantes, gerando uma relação de interdependência responsável por estabelecer a estrutura de um grupo, tornando membros os indivíduos participantes. Dessa forma, o caráter de um grupo é constituído por um canal de interesses em uma situação específica (MARTINS, 2003).

Sazonalmente, os grupos são mobilizados pela “mentalidade de grupos”, que pode ser definida por padrões de comportamento. Esses padrões, quando atingem níveis atípicos, dão espaço para o que Bion denomina de pressupostos básicos, que são a Dependência, o Acasalamento e a Luta-Fuga. A Dependência consiste em um agente externo com foco em prover segurança para uma estrutura pueril; no Acasalamento, o grupo possui o que é necessário para assegurar as indigências de seus membros; por fim, a Luta-Fuga reúne o grupo em prol do conflito ou fuga de alguma situação, e os membros encontram-se tão imersos nessa realidade que acreditam que a conservação do grupo é mais importante que o contentamento individual (SAMPAIO, 2002).

Em suma, o funcionamento de um grupo é dinamizado pela harmonia do conjunto e, desse modo, as mudanças individuais influenciam o grupo e seu funcionamento como um todo. Acerca dessa premissa, Lapassade (1963/2016) expõe, com foco nas conceituações de Kurt Lewin, os aspectos referentes à pesquisa sobre dinâmicas de grupo e forças de coesão, que são as motivações que impulsionam a permanência dos membros no grupo.

A coesão é subdividida em dois pontos: a primeira é a força de atração, que consiste nas propriedades e objetivos do grupo; a segunda é força de coesão propriamente dita, substancialmente focada em auxiliar na resolução das necessidades dos membros do grupo.

Ainda no que diz respeito ao funcionamento dos grupos, Bleger (1964) definiu que a personalidade se divide entre ego sincrético e ego organizado, sendo a comunicação grupal derivada dessa divisão, o que gera um movimento de indiferenciação permanente, tornando o indivíduo sempre grupo e denotando um transitivismo capaz de invalidar a dissociação entre sujeito, grupo e instituição.

De modo complementar, ainda nos relacionamentos grupais e, então, sociais, Goffman (1959/2014) evidenciou a forma com a qual os sujeitos manipulam e passam suas impressões aos outros, por meio de representações presentes em um grupo composto, também, por observadores, que exercem a influência sobre o sujeito.

As Representações, em seu *modus operandi*, trazem a articulação conceitual de Fachada, a qual, conforme Goffman (1959; 2014), é a forma como o sujeito expressa – consciente ou inconscientemente, sua aparência e maneira, ambas com o propósito de causar uma impressão nos observadores.

Com isso, percebe-se que a perspectiva de Bleger (1964) denota uma constante articulação do sujeito no grupo, refletindo as sucessivas trocas e, assim, a presença de uma intersubjetividade que, por sua vez, é alvo de influência das constantes representações que estão a serviço das condições individuais dos sujeitos que compõem os grupos. Dessa forma, mediante suas necessidades, buscam o exercício de fachadas responsáveis pelo fortalecimento da díade grupal – “sujeito *versus* observador”, que consiste na troca intersubjetiva, unificando a condição do sujeito enquanto grupo.

As instituições

O conceito de instituição na literatura da psicossociologia está aquém da conceituação convencional da instituição enquanto lugar concreto, sendo esta composta por grupos sociais oficiais, escolas, empresas etc. Assim, conforme os achados de Lapassade (1963/2016), instituição consiste no conjunto de normas e regras que permeiam o ambiente concreto e regem o interjogo da vida das pessoas inseridas nesse local e sociedade, ou seja, a organização implica em uma força abstrata que denuncia normas e valores que representam a estrutura e as normas corporativas.

Na relação entre indivíduo e empresa, há uma prestação de tempo sob permuta de algo, e essa troca proporciona às organizações uma tendência ao fechamento, que consiste em privações e regras para com os indivíduos, que ficam impossibilitados de manter relações sociais externas a ela. Quando um indivíduo que possui concepções claras sobre si mesmo, advindas de um ambiente doméstico, inicia seu percurso em uma instituição, este vê uma série de situações degradantes que proporcionam um deslocamento das crenças morais e culminam na mortificação do eu, ou seja, a morte da civilidade do indivíduo (GOFFMAN, 1961; 2015).

Acrescenta-se ainda que as organizações podem ser fontes de empobrecimento ou enriquecimento daqueles que a compõem. Bleger (1984) se referia à adaptação dentro das instituições como submissão à alienação e a uma estereotipia institucional. A adaptação se diferencia de integração, pois diz respeito a uma homogeneização por completo; na integração, o indivíduo é inserido de forma heterogênea e unitária. Essa diferenciação é importante, uma vez que se confunde integração com aglutinação de grupos e instituições homogeneizadas cercadas de indivíduos despersonalizados.

Considerando a articulação de Goffman e Bleger no que concerne às características das instituições totalizantes, cabe finalizar com outro conceito, também da literatura psicossociológica,

que diz respeito ao *panoptismo*. Foucault (2013/2014) inspirado em Bentham, definiu tal princípio como um dispositivo com ampla luz, construído com o intuito de vigiar os prisioneiros; a visibilidade constante é uma armadilha, que serve para induzir uma consciência de vigilância constante no prisioneiro, mesmo que irreal, e por essa razão, o funcionamento do poder se mantém.

A Análise Institucional

A Análise Institucional consiste em um modelo de conhecimento indutivo, que é articulado à análise funcional-estrutural de uma instituição. Ao longo da realização desse processo, quando feita apenas no papel, sociólogo e psicólogo são colocados, confortavelmente, na posição de peritos. Para tanto, de modo que a análise institucional seja feita com maior aprofundamento, sugere-se a inserção do profissional enquanto observador ativo, isto é, aquele que participa do ambiente no qual pretende compreender (LAPASSADE, 1963/ 2016; LOURAU, 1970/ 2014).

Esse tipo de intervenção psicossociológica nos grandes grupos é precedida de uma hipótese formulada por meio da queixa da organização, e dispõe de técnicas específicas, como os questionários estruturados, as observações internas na instituição e as entrevistas com colaboradores – possibilitando uma visão de como o grupo enxerga a organização e como ocorre sua dinâmica interna (LAPASSADE, 1963/2016; LOURAU, 1970/2014).

MÉTODO

Este trabalho consiste em um estudo de caso, metodologia esta que pode ser aplicada em diferentes situações para fomentar conhecimentos do campo grupal e individual. Trata-se de um processo para investigar, descrever e explicar uma situação, de modo a fornecer uma compreensão mais aprofundada dos fenômenos nela contidos (ANDRADE et al., 2017).

Para tanto, o caso trazido diz respeito a um recorte da aplicabilidade da Análise Institucional. Antes de prosseguir, foi feita a fundamentação teórica evidenciando os conceitos de instituições com base na literatura de Goffman (1961/2015) e Lapassade (1963), a análise institucional e a compreensões sobre os fenômenos das relações grupais.

Posteriormente, realizou-se a exposição do caso, que se refere a uma empresa de desenvolvimento pessoal voltada ao preparo de candidatos para concursos públicos no campo da segurança pública. Salienta-se que todas as medidas éticas foram tomadas, i.e, houve a preservação das identidades dos colaboradores, bem como o verdadeiro nome da instituição. Com isso, foram descritos apenas aspectos relacionais e de funcionamento interno da referida empresa, posteriormente discutidos e analisados com base na literatura psicológica e psicossociológica – de modo a reconhecer

a importância de aplicabilidade da Análise Institucional enquanto recurso de promoção de saúde e salubridade interpessoal.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Caso para análise e compreensão

De modo a ilustrar o recorte do procedimento de Análise Institucional, a seguir, será relatada a dinâmica de uma empresa, envolvendo seu segmento, serviços oferecidos e relações nela instauradas.

Sobre a empresa

A empresa alvo deste estudo atua há 10 anos no mercado e traz como propósito, segundo sua razão social, trabalhar questões internas com aqueles que procuram o seu serviço. No entanto, a instituição apresenta uma especialidade: seu trabalho é voltado para candidatos a diversos concursos da segurança pública, desenvolvendo e trabalhando seu perfil psicológico, visando um candidato preparado para enfrentar sua carreira.

Trata-se de uma corporação composta por 30 funcionários, distribuídos entre o Setor de Psicologia (estagiários de psicologia e supervisores psicólogos), Departamento de Recursos Humanos (RH), Administração, *Marketing*, portaria e recepção, limpeza e Departamento de Investigação Social.

Dinâmica do serviço prestado pela empresa

Cada candidato que procura os serviços da empresa passa por diferentes etapas iniciais: a testagem psicológica para “mapeamento de perfil de personalidade” inicial, e uma breve devolutiva coletiva, cujos traços de personalidade evidenciados são explicados a todos. Posteriormente, há aulas voltadas ao controle emocional (foco em inteligência emocional), processos de entrevistas coletivas e individuais, e aplicações de testes psicológicos que exigem o acompanhamento individual (Psicodiagnóstico Miocinético – PMK). Além disso, em determinados momentos, realizam-se aulas magnas, divulgadas a todos os alunos, de modo que estes estejam presentes. Essa aula é ministrada pelo chefe de todos os funcionários, o dono da empresa.

Dentre outros serviços oferecidos, nota-se a presença de alojamento para aqueles candidatos que vêm de longe para prestar concursos na cidade, facilitando o seu deslocamento para as atividades propostas pela instituição; o auxílio da equipe do Departamento de Investigação Social para elaboração de documentos; os treinos para o exame físico presente nos concursos e as aulas para a

prova escrita. Apesar da variabilidade de serviços, o recorte do caso receberá maior ênfase no Setor de Psicologia.

Relacionamento interpessoal: funcionários, supervisores e diretoria

Na empresa, as tarefas são divididas entre os estagiários de psicologia. Cada um é responsável por fazer o mapeamento de perfil inicial (coletivo) dos candidatos novos, enquanto outros ministram aulas, realizam dinâmica de grupos, entrevistas coletivas, individuais, dentre outros. As supervisoras e psicólogas também executam atividades de igual teor.

Todos os funcionários citados precisam efetuar a marcação de ponto no devido horário, trabalhando sete horas diárias, com direito a 15 minutos de intervalo. Caso exista grande demanda de aplicações de testes ou entrevistas, sugere-se ao funcionário e ao estagiário a marcação do ponto de saída e a permanência no local, visando à continuidade do serviço.

Para trabalhar na organização, o traje preferido compõe-se de camisetas pretas, calça jeans e sapatos/tênis, no entanto, nem todos os funcionários respeitam tal exigência e se vestem com roupas mais confortáveis (calça abrigo etc.). Outra exigência é o uso de jaleco passado e limpo, juntamente com o crachá. A utilização de celulares é terminantemente proibida, uma vez que, se “o chefe visse, não iria gostar” (sic). Há câmeras em todos os corredores.

Os supervisores e estagiários não podem manter contato nenhum com os candidatos além do ambiente institucional, ou seja, trata-se apenas de uma relação “candidato *versus* profissional”, sem qualquer outro tipo de aproximação, inclusive, em redes sociais.

A excelência na realização do serviço prestado é precedida de ameaças sutis dos supervisores: “É bom que isto seja feito dessa maneira, pois se o chefe ‘pegar’, não vai gostar. Aí já sabe, né? Os alunos falam para ele” (sic).

O relacionamento entre estagiários e supervisores é bem pontual, seja para esclarecimento de pequenas dúvidas ou para solicitar algo burocrático, que demande aprovação da alta gerência, como por exemplo, a saída antes do horário, seja por motivos pessoais ou educacionais. Vale destacar que essa aprovação raramente é concedida.

Dentre os fatos observados, certa vez, um dos funcionários tentou liberação para sair mais cedo no sábado (o expediente é de segunda a sábado), com o propósito de investir em um curso de aprimoramento profissional, contudo, as tratativas eram tão rígidas que houve desistência da participação pretendida.

Para o esclarecimento de dúvidas, a situação era comum. Considerando o fato de os estagiários trabalham com testes psicológicos, sua aplicação demanda, obrigatoriamente, acesso ao manual de

cada instrumento, entretanto, os livros são mantidos em um armário trancado, de acesso restrito, e a consulta deve ser feita às supervisoras.

Em um dos episódios, um dos estagiários solicitou um esclarecimento concernente à interpretação de um teste específico. A explicação da supervisora destoou de tudo o que o estagiário aprendeu na universidade, gerando desconfiança da real capacidade de sua superiora, que demonstrou nervosismo ao ser desafiada e esclareceu que possuía especialização no teste em questão, validado por uma das melhores instituições do Brasil. Em determinados momentos, os estagiários comentavam entre si a dúvida acerca da real habilidade técnica daqueles que os supervisionavam.

No decorrer de atividades como o mapeamento de perfil, as instruções de certos instrumentos psicológicos sofriam alterações que, a princípio, não eram notadas por grande parte dos estagiários, que mantinha contato pontual com o teste. Destaca-se que essas orientações foram transmitidas em treinamento inicial.

Em outras situações, um dos estagiários relatou que, em sua devolutiva a um dos candidatos, ouviu pelas paredes (as salas eram pouco isoladas) outro colega dizendo ao candidato como determinado teste deveria ser realizado, facilitando sua aprovação.

No decorrer do expediente, um dos estagiários, incomodado com a forma com a qual a empresa exigia o manejo de determinado instrumento – equivocada, do seu ponto de vista, afirmou à supervisora que não ministraria mais um teste psicológico específico. Durante um mês, não realizou aplicações com os candidatos, conforme imposição da instituição. Posteriormente, uma das supervisoras conversou com o estagiário e afirmou: “O chefe quer que todos, sem exceção, apliquem o teste. Ele pode não gostar disso, e então... sabe qual é a medida, né?” (sic). O estagiário, frente ao dilema de ter que trabalhar para pagar sua graduação, cedeu, no entanto, desgostoso com a situação, prosseguiu com a aplicação do teste seguindo os procedimentos corretos e, por vezes, afirmando veemente que o fez de acordo com orientações da instituição.

Nesse mesmo dia, a supervisora afirmou que o trabalho realizado na empresa não feria sua ética profissional e nem a de ninguém, reforçando que procedimentos irregulares não eram realizados para facilitar ‘a vida dos candidatos’.

No que concerne ao relacionamento dos estagiários e supervisores com o dono da empresa, uma situação observada por um dos estagiários chamou bastante atenção. Após o treinamento, o proprietário da organização faria uma apresentação aos novos candidatos, uma espécie de aula inaugural. A responsável pelo RH solicitou a todos os novos estagiários que, ao final do evento, passassem próximos ao chefe e o cumprimentassem pela preleção – situação esta que deixou o estagiário pensativo sobre a real necessidade dessa atitude.

Eventualmente, o dono da empresa se fazia presente no local. Quando isso acontecia, apenas para ministrar suas aulas. Sempre que chegava à instituição, exigia atenção de seus funcionários e, por vezes, fazia piadas de cunho constrangedor, machista e homofóbico, duvidando até mesmo da sexualidade de pessoas que cursavam psicologia.

Havia outro tipo de aula proferida pelo proprietário da empresa que ocorria antes do dia no qual os candidatos passariam pela fase de exame psicológico no concurso público. Afirmava-se que a aula em questão tinha a função de oferecer suporte emocional e motivacional aos estudantes frente ao real objetivo, contudo, após seu início, o docente, com conhecimento obtido por meio de terceiros, transmitia a todos os candidatos “dicas” sobre como se portar e o que responder em alguns instrumentos psicológicos aplicados no concurso.

Ainda com relação entre a alta gestão e os funcionários, ou seja, os supervisores, era comum que, em reuniões, eles fossem rebaixados e chamados de incompetentes, fato este que culminou, inclusive, com a saída chorosa de uma das supervisoras. Essa colaboradora – a mesma que afirmou o não ferimento ético em seu serviço – apresentava tosse crônica e repetitiva durante todos os dias do expediente, ao que respondeu tratar-se de uma leve alergia.

No que se refere à relação da alta gestão com seus clientes (candidatos), esta era considerada de grande proximidade. O proprietário afirmava que seus funcionários (psicólogos e estagiários de psicologia) estariam disponíveis para quaisquer coisas que precisassem, no entanto, esse fato gerava sobrecarga de trabalho, pois todo cronograma era executado fora do planejado.

Todos os candidatos aprovados no concurso público tiravam fotos com o dono da empresa, que eram divulgadas em um grande mural, na própria instituição. Além disso, fotos do dono da empresa se faziam presentes em todos os lugares: corredores, capas de apostilas, fachadas e, até mesmo, *websites*.

Com relação ao grupo de estagiários, estes se mostravam desvalorizados pelo serviço que prestavam e comentavam entre si que era absurdo o chefe, não psicólogo, ter acesso a instrumentos de uso restrito. Em momentos de descontração, o apelidavam em conjunto com suas supervisoras, mas também demonstravam compaixão frente àqueles que se submetiam a trabalhar no local por um longo período, pois consideravam esse fato como uma grande desvalorização do diploma e, na linguagem da psicologia, uma ótima chance para somatizar.

Ademais, havia comentários, por parte dos estagiários, de que o trabalho ali realizado era, basicamente, “ajudar os candidatos a cavarem sua própria cova”, uma vez que muitos deles, não possuidores de um perfil psicológico para a vaga desejada, acabavam sendo aprovados em decorrência de “dicas”.

Um dos estagiários relatou que, no momento de seu intervalo, raramente ficava dentro da empresa. Ao sair, sentia-se aliviado por 15 minutos. Além disso, afirmou que aproveitava os momentos de aplicação individual de testes para praticar o que havia aprendido na faculdade, aprimorando sua prática com determinados instrumentos psicológicos.

Ao final do expediente, todos os estagiários seguiam para a estação de metrô mais próxima, de modo que não corressem perigo de assalto ou algo semelhante. Os supervisores, por sua vez, raramente conseguiam deixar o trabalho no mesmo horário.

Considerando a dinâmica entre estagiários, supervisores e candidatos, era comum que estes últimos se referirem aos profissionais como “doutores”. Os estagiários e supervisores eram procurados para qualquer tipo de pergunta, desde uma ‘resposta certa’ a ser dada em entrevista, até mesmo como sobre ‘fazer um teste psicológico ideal’. Nesse momento, grande parte dos estagiários se opunha a responder tais perguntas, contudo, eram raras as vezes em que um ou outro estagiário cedia e respondia abertamente.

Na instituição, houve duas situações relacionadas à demissão de colaboradores: uma das estagiárias fora assaltada, quando vinha para a empresa; posteriormente, adoeceu em decorrência do fato e sua ausência culminou com sua demissão; o mesmo ocorreu com uma das funcionárias responsáveis pela limpeza, que se ausentou por motivos de doença e, então, foi demitida.

No que diz respeito à relação dos funcionários da portaria e recepção com os colaboradores do Setor de Psicologia e Diretoria, o contato era bem pontual e para poucos esclarecimentos. Havia conflitos referentes à entrada e saída de candidatos sem a presença da carteirinha do curso, que deveria ser apresentada. Em muitos momentos, alguns estagiários de psicologia ficavam na portaria para recolher as carteirinhas dos candidatos para, posteriormente, encaminhá-los às atividades/aulas correspondentes (anexando a carteirinha na ficha de cada candidato).

Os operadores de limpeza pouco falavam; apenas realizavam o serviço de arrumação local. Notava-se certo distanciamento entre parte do Setor de Psicologia e tais funcionários.

Outro aspecto relativo à dinâmica da empresa diz respeito ao serviço prestado ao cliente e o respectivo pagamento. Todos os candidatos que aderissem ao serviço tinham o direito de escolher um plano, cada qual com diferentes atividades. O modelo que englobasse todas as etapas era o mais caro; o que envolvesse menos trabalho, mais barato. Após o final do processo, havia um funcionário exclusivo para acessar a lista de aprovados e, então, cruzar os dados para identificar se algum candidato que esteve na empresa estava aprovado no concurso. Em caso afirmativo, o pagamento era exigido e cobrado, quando não feito no ato da inscrição na empresa, se este não fosse confirmado, a própria empresa enviava uma carta à instituição da qual o candidato fazia parte enquanto profissional, realizando tal cobrança. Isso, em muitos casos, era a gênese da desclassificação e demissão do

candidato aprovado, isto é, não teria a sua vaga almejada e, ainda, precisaria efetuar o pagamento devido.

Discussão: Análise institucional

A empresa analisada traz, em termos de dinâmica grupal, baixa força de coesão e progressão no que diz respeito à união dos grupos mediante os objetivos da organização, isto é, em termos de fatores que motivam a permanência e estrutura do grupo, percebe-se carência e fragilização. Tal fenômeno se torna perceptível no distanciamento relacional observado entre as equipes atuantes (setor de psicologia, diretoria, limpeza, portaria e recepção) e na relação intraequipe, por meio de discordâncias no que tange à forma de realização de tarefas (LAPASSADE, 1963/2016)

Mencionada instituição estabelece relações humanas adoecidas e, por vezes, assediadoras, pautadas em mecanismos defensivos, muitas vezes primitivos, e dinâmica demasiadamente autoritária e narcísica, a ponto de estabelecer diretrizes na vida social de seus colaboradores (GOFFMAN, 1961/2015).

É possível notar, então, a presença de traços totalizantes (GOFFMAN, 1961; 2015). Apesar de a instauração de uniformes ser comum no ambiente laboral, esse fato não deixa de ser um traço de instituições totais. Neste caso específico, a exigência, por exemplo, do uso de jalecos “passados e limpos”, quando não atendida, culminava em punição (anotações) ao estagiário que descumprisse tal orientação.

O uso do jaleco, em termos de relações grupais, fomentava o hiato na relação com os clientes – na qual havia um “superior, detentor do conhecimento” e aqueles que o buscam e se subordinavam a ele. Além dessa condição higienista, levanta-se a hipótese da presença, na relação entre estagiário e candidato, de um mecanismo grupal denominado “Dependência” – um dos pressupostos básicos de Bion, isto é, espera-se do outro uma solução que atenda às necessidades e amenize a angústia do sujeito solicitante (GOFFMAN, 1961; 2015; SAMPAIO, 2005)

Além da proibição do uso de celulares, as câmeras espalhadas pelo ambiente, com o propósito de dispositivo disciplinar, remetem à ideia de *panoptismo*, isto é, um aparato que visa o despertar psíquico de uma sensação de constante monitoramento, vigiando tudo aquilo o que é feito no ambiente. Tal condição, apesar de consistir em uma medida de segurança ambiental, fora ressaltada, no caso acima, como dispositivo de punição. De modo similar, os próprios candidatos trazem, em termos relacionais, a função de *panóptico*, uma vez que são eles quem “veem tudo” e “falam ao chefe” (FOUCAULT, 2013;2014).

Torna-se compreensível, em determinado momento, a necessidade de uma possível abstinência na relação entre funcionários e candidatos, ou seja, uma troca exclusivamente

profissional. No entanto, o controle e a preocupação institucionais extrapolam os limites da empresa, versando exercer controle até mesmo sobre as atividades extralaborais dos funcionários, como por exemplo, atenção às redes sociais, de modo a buscar se há algum vínculo com alunos da instituição. Desse modo, nota-se um traço totalizante que exerce influência no modo de o sujeito agir internamente e, inclusive, em sua vida social (GOFFMAN, 1961/2015).

Levanta-se, ainda, a hipótese de que as limitações advindas das características totalizantes da instituição se ampliam até as propostas pedagógicas de um programa de estágio. Nota-se, por exemplo, que o acesso a livros (manuais de testes) por parte dos estagiários é proibido – fato este que tende ao comprometimento e à aprendizagem da ferramenta utilizada. O impedimento da participação em atividades de aprimoramento profissional também representa um contrapeso em termos de desenvolvimento educacional do estagiário, suscitando a hipótese de uma instituição cujas práticas reconhecem a aprendizagem e seu desenvolvimento enquanto aspectos secundários.

Em termos estruturais, percebe-se, enquanto dinâmica grupal, organizacional e institucional, a presença de um escopo perverso, refletido, sobretudo, na coexistência entre presença e ausência de lei no que se refere à aplicabilidade ética das práticas em psicologia para fins lucrativos. Embora se façam presentes mecanismos de defesa, como a negação (observada pontualmente) e a discordância de parte dos funcionários, a conflitiva intrapessoal e de subsistência se instaura na relação autoritária com o corpo superior, i.e, a diretoria.

O traço perverso torna-se camuflado, pois a instituição, enquanto instância egoica, deseja se mostrar como possuidora de serviços contribuidores à saúde mental, mas que, em termos práticos, tornam-se burlescos. As práticas antiéticas impostas geram a mortificação do ‘eu profissional’, no qual o correto a se fazer é despojado e, então, passam a ser instituídas as práticas incorretas, denotando assim uma não dissociação de sujeito e grupo por meio da incorporação dos valores e práticas impostas por este último (GOFFMAN, 1959/2014; BLEGER, 1964/2011).

Consideram-se, ainda, aspectos legais irregulares na instituição, sobretudo em termos de carga horária de serviços e o estabelecimento de direitos em prol da integralidade de seus colaboradores, como por exemplo, a continuidade no expediente sem a devida marcação dos horários investidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este material teve como objetivo expor, por meio de um estudo de caso, o recorte sobre a aplicabilidade da Análise Institucional, de modo a compreender sua importância para a identificação de fatores não visíveis, em um primeiro momento, dentro de uma organização.

Para tanto, inicialmente, foram conceituados grupos enquanto organismos que representam a união de sujeitos em prol da resolução de objetivos em comum, permitindo também a percepção de

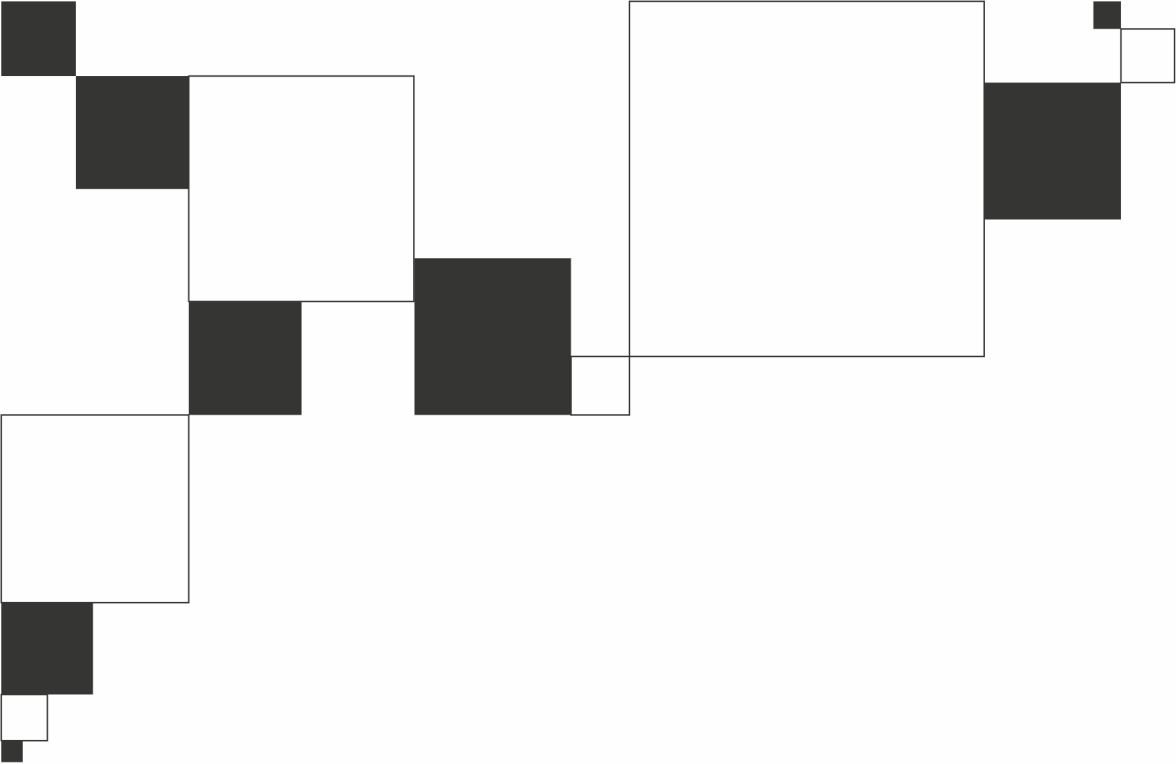
que cada grupo apresenta seu próprio funcionamento. Foram expostas considerações sobre as representações do “eu” na visão de Goffman, posteriormente articuladas às conceituações grupais de Bleger, a fim de fomentar as compreensões apresentadas no estudo de caso. Por fim, tornou-se fundamental a breve explicação sobre o processo de Análise Institucional e seu objetivo.

Após as conceituações teóricas, adentrou-se à análise e discussão sobre o caso exposto. Nesse momento, tornou-se perceptível que a Análise Institucional enquanto processo diagnóstico possibilita o levantamento de demandas e condições latentes, isto é, tomando a instituição enquanto uma instância, por vezes, inconsciente de uma organização, a Análise Institucional permite o acesso a conteúdos latentes que emergem da relação intra e intergrupos, possibilitando o reconhecimento de que organizações e instituições trazem, em sua constituição, uma personalidade, e dispõem de uma particularidade e de pontos que merecem maior atenção e aprimoramento, para que se expressem de forma mais saudável e favorável, com o propósito de estabelecer o bem-estar daqueles que frequentam a instituição e realizam constantes trocas sociais.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, S. R. et al. O estudo de caso como método de pesquisa em enfermagem: uma revisão integrativa. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 24, n. 4. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/8fLRLYFMZLVwT3BxBHCJRSs/?lang=pt>>. Acesso em: 03 ago.2021.
- BLEGER, J. **Temas de Psicologia: Entrevista e grupos**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1964/2011.
- BLEGER, J. **Psico-Higiene e Psicologia Institucional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. 4.ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2013.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. 42.ed. Petrópolis: Ed Vozes, 2014.
- GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 20.ed. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1959/2014.
- GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 9.ed. São Paulo: Perspectiva, 1961/2015.
- LAPASSADE, G. **Grupos, Organizações e Instituições**. Rio de Janeiro: Vozes, 1963/2016.
- LOURAU, R. **A Análise Institucional**. Rio de Janeiro: Vozes, 1970/2014
- MARTINS, S. T. F. Processo grupal e a questão do poder em Martín-Baró. **Psicologia Social**, v. 15, n. 1. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/tdPzYgzyYdHSWnMQCYg6zpt/?lang=pt>>. Acesso em: 05 ago. 2021.

SAMPAIO, J.R. A "Dinâmica de Grupos" de Bion e as Organizações de Trabalho. **Psicologia USP**, v.13 n. 2, 2002. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/pusp/a/gTCXvtbP7WD7MmQVpv6DxRP/?lang=pt>>. Acesso em: 05 ago. 2021.



PARTE IV

*reflexões e ações em
psicologia social e comunitária*

32 - A FORMAÇÃO SUBJETIVA DO HOMEM INSERIDO EM UMA CULTURA SEXISTA

Camila Young Vieira

Fiori Simões de Freitas

*Ser um homem feminino
Não fere o meu lado masculino
Se Deus é menina e menino
Sou masculino e feminino
Música Masculino e Feminino
Pepeu Gomes, 1983*

INTRODUÇÃO

Este estudo é resultado de um trabalho de graduação realizado no Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté em 2020.

Compreender a constituição subjetiva do gênero masculino é um processo um tanto quanto complexo, permeado pela dialética social-singular em uma sociedade formada por histórias que se constroem. Termos como “meninos não choram” e outros semelhantes a este são construções iniciadas no ambiente familiar e ganham mais força ao longo da vida do indivíduo pelo meio sociocultural em que vive, elucidando uma cultura sexista em que o homem deve sempre se mostrar como um ser superior, viril e inabalável comparado ao gênero feminino, não binaridade, transgêneros, transexuais, gays, lésbicas e pansexuais. Sendo assim, o sexismo não se limita apenas a comparações com outros gêneros, refere-se à discriminação e objetificação de cunho sexual baseadas no sexo, gênero e orientação sexual. Contudo, buscar uma desconstrução é encontrar-se consigo mesmo e estar atento a viver uma vida sob facetas que mostram uma força dominante (MORENO, 1999).

Este estudo se motivou a partir de vivências cotidianas de um dos pesquisadores, ao se questionar por vezes quanto à masculinidade e ao assistir homens da atual sociedade provando incansavelmente sua identidade de “macho alfa”, bem como encontrar homens que estão inseridos nestes padrões sexistas que a sociedade vem alimentado por tanto tempo. Reflete-se que acolher as diferentes formas de manifestações identitárias é urgente e inclusivo.

Esta pesquisa teve por objetivo geral compreender a construção subjetiva do jovem que se denomina heterossexual do sexo masculino, inserido em uma sociedade marcada pelo sexismo. Para tanto, seus objetivos específicos foram: compreender o processo sócio-histórico da construção identitária masculina no Brasil; analisar os sentidos atribuídos pelo participante sobre a sua

construção como sujeito-social (afetos e percepções); compreender a história de vida dos participantes e investigar os desdobramentos desse processo na construção da identidade do homem inserido em uma sociedade marcada pelo sexismo e seus estereótipos.

As próximas seções apresentam uma breve contextualização teórica sobre os temas gênero e sexismo; o método da pesquisa de campo e os resultados alcançados e discutidos à luz da Psicologia Sócio-histórica.

REVISÃO DA LITERATURA

A construção da masculinidade no processo histórico-cultural

Não há como falar a respeito de masculinidade sem antes refletir sobre os conceitos de gênero e identidade. Atitudes, sentimentos, emoções e comportamentos não passam de constructos sociais, e não características inerentes ao indivíduo. Em relação ao ser masculino, diz-se que é um conceito que depende da cultura e da tradição onde ele se insere. Sendo assim, a forma como a sociedade se organiza, influencia na construção do masculino (NADER, 2002).

Por sua vez, sexualidade é um termo, diga-se que clínico, utilizado no século XIX e que ainda pertence à sociedade atual (FOUCAULT, 1986 *apud* SILVA, 1999). Segundo a Psicanálise, o modelo anatômico da masculinidade é o predecessor do sexismo no século XIX, que se baseia no princípio da teoria do sexo: o pênis enfatiza a superioridade e o poder da masculinidade, tornando a feminilidade inferior (FREUD, 1905 *apud* SILVA, 1999).

Então, a Revolução Industrial e as sucessivas guerras que se seguiram sustentaram a ideia da hegemonia masculina, afastando a ameaça da feminilidade inerente a alguns. Assim, os homens têm que cultivar sua masculinidade mais do que nunca, pois têm medo de se tornarem homossexuais, sendo obrigados a testar seus fortes comportamentos sexuais, o que também representa a crise da identidade masculina (GAY, 1995; MOSSE, 1998; BADINTER, 1993 *et al. apud* SILVA, 1999).

Badinter (1993) *apud* Silva (1999) enfatizará a crise da identidade masculina e seu eco chega aos dias atuais, fato que expressa a necessidade de mudar os valores dominantes e, portanto, afetados pela ideologia machista.

Segundo Kerner (2012), a palavra *sexismus* alemã tem sua origem no inglês norte-americano, no termo de origem *sexism*, criado por uma analogia ao termo *racism* em meados da década de 1960.

Este termo possui a conotação de que o homem é melhor e mais competente em suas ações do que a mulher. É um termo parecido com o machismo, porém, vai um pouco mais além. É uma atitude discriminatória que enquadra feitos e costumes que devem ser destinados a cada sexo, desde suas vestimentas até mesmo ao comportamento social (MUSKAT, 2018).

O sexismo não se restringe apenas ao masculino heterossexual e sua superioridade, mas abarca também gays e mulheres. A sociedade é sexista, pois desde o início da vida do indivíduo já lhe são impostas obrigações e reproduções de modelos binários, como por exemplo, não permitir que um menino brinque com bonecas por medo do mesmo “virar gay”. Outro exemplo de sexismo é fragilizar outros gêneros, colocando-os em posição de vítimas, incapazes de realizações para determinados trabalhos, sendo elas homofóbicas ou machistas.

O machismo, por sua vez, trata-se do enaltecimento do sexo masculino sobre o feminino, seja por comportamentos, opiniões e até mesmo sentimentos. O machista coloca a mulher em posição inferior ao homem em aspectos físicos, culturais e sociais, desqualificando a mulher em relação ao homem (ZAMPIERI, 2004).

Araújo (2006) coloca uma diferença entre sexismo e gênero: o primeiro é a discriminação entre os gêneros baseada no sexo de cada pessoa, enquanto o segundo é a construção social de cada um.

A construção da identidade de gênero

Segundo as Ciências Sociais, a construção da identidade social ou de gênero está muito mais ligada à construção social do que à própria questão biológica (SCOTT, 1990). Desta forma, a sociedade acaba por distribuir os papéis aos sexos, diferenciando-os. Assim, sexo e gênero, embora parecidos, ocupam uma posição muito distinta, em que o primeiro é mais uma questão anatômica, enquanto o segundo é uma construção social (HARDY, JIMENEZ, 2001).

Estando o homem inserido em uma sociedade, o tornar-se humano refere-se a uma experiência cultural construída na relação com o outro e com a cultura. Neste processo, ocorre uma troca de significados, internalizando as ações do que é coletivamente produzido. Isso dá sentido à constituição da identidade de gênero, o que é singular ao sujeito (MELLO, 1994).

A sociedade já predetermina os padrões que o indivíduo deve seguir segundo o masculino ou o feminino, isentando-o de qualquer liberdade de escolha. Com base no órgão genital, já se escolhe enxovais e suas cores, azul para meninos e rosa para meninas, sendo que o verde e o amarelo entram na categoria do neutro. Para Louro (2007), um gênero se constitui independentemente de sua biologia, mas as características sexuais do corpo são transferidas para a prática social e, assim, passam a fazer parte do processo histórico.

Para Britzman (1996) *apud* Louro (2007), não existe identidade de gênero. À sua luz, o autor problematiza dizendo que nem mesmo a identidade mais padronizada, que não é automática, verdadeira e fácil de assumir, é real; o que existe é sexo biológico e a construção que o indivíduo almeja construir (BRITZMAN, 1996 *apud* LOURO, 2007). Sendo assim, as identidades de gênero

são transitivas, podendo ser formadas e transformadas por meio de diferentes discursos de acordo com suas relações sociais e por meio de cruzamentos com símbolos, representações e práticas sociais, posicionando o sujeito na estrutura feminina, masculina ou outras.

A constituição subjetiva à luz da Teoria Sócio-histórica

Quando se fala sobre subjetividade, também se fala sobre objetividade humana, pois as duas estão ligadas na mesma dinâmica de um mundo interior que compreende o mundo exterior. Desta forma, cada um constrói seu mundo e o modifica com elementos da Psicologia, criando condições no processo histórico (BOCK, 1999).

Segundo Diego e Mehierie (2007), o sujeito se compõe ao significado oferecido sobre o seu comportamento, produto de processos históricos e culturais. Assim, o convívio com outros indivíduos pode transformar o sujeito ao mesmo tempo em que sua subjetividade é construída. Segundo os autores, as crianças vão se construindo na relação com os outros, com as coisas, e até mesmo pelo tempo em que vivem, por meio das experiências acumuladas. Para Vygotsky (1944) *apud* Diego e Mehierie (2007), os signos permitem que as pessoas construam seus significados coletivos e compartilhados desde seu nascimento, integrando-os e tornando a comunicação imprescindível para seu desenvolvimento. Assim, a criança compreende o mundo a sua volta e o interpreta à sua maneira, mostrando que o sujeito é o construtor de sua própria subjetivação. Mediante esta análise, pode-se entender que o sujeito é produto e produtor do meio em que vive.

A identidade não se baseia apenas em uma vivência individual, mas numa construção que ocorre na troca com outros indivíduos por meio das relações. Assim, a constituição da subjetividade se dá no que é meu e no que não é meu, ou seja, o “eu” e o “não eu”, tornando a construção da identidade uma troca de vivências (SILVA, 1999). Desta forma, Costa (1989) *apud* Silva (1999) aponta que a identidade é uma construção baseada na cultura e na sociedade em que o sujeito está inserido, sendo que dentro destas duas esferas estão também raça, religião, gênero e identidade de gênero.

A imposição de normas no processo de identificação do sujeito relacionadas à sua biologia acaba por limitar o indivíduo aos padrões estabelecidos pela sociedade, na qual o masculino e o feminino são representações de papéis sociais. Uma vez em oposição a essas imposições, cria-se um conflito de identidade. Por fim:

As identidades de gênero tendem a estar em consonância com o sexo biológico do sujeito, porém, não são estruturas fixas, encerradas em si mesmas; pelo contrário, podem e estão continuamente se renovando, em ebulição e a cada momento podem ser novamente moldadas de outras formas. Elas também são impostas pelo processo de socialização, que impede construções singulares. [...] Nós podemos encontrar

sujeitos masculinos ou femininos, que não necessariamente pertencem ao seu sexo biológico, e que podem fazer uma escolha afetiva e sexual do sexo oposto ao seu (SILVA, 1999, p. 74).

MÉTODO

Esta pesquisa organizou-se qualitativamente por meio da compreensão de experiências e vivências, portanto, coloca a singularidade do indivíduo em relevância (MINAYO, 2011). Assim, a pesquisa qualitativa trabalha com uma gama de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, aprofundando-se mais nas relações e fenômenos sociais (MINAYO, 2013).

O cálculo amostral não se aplicou a esse método de pesquisa. Considera-se que existem diferentes métodos para construir o conhecimento científico, tendo o pesquisador optado pela epistemologia qualitativa que defende o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento a fim de construir zonas de sentido sobre a realidade estudada, não resultando em uma apreensão linear do real (GONZÁLEZ REY, 2005).

Epistemologicamente, sustenta-se o olhar histórico e contextualizado do fenômeno psicológico e utiliza-se a dialética social-subjetiva como categoria de análise. Legitima-se a construção do conhecimento expressa na gênese social do particular.

Este projeto foi encaminhado para o Comitê de Ética em Pesquisas com seres humanos da Universidade de Taubaté, sendo aceito sob o parecer nº 4.075.052. O pesquisador realizou um convite junto às suas redes de contatos pedindo indicações para possíveis participantes. Os convites foram feitos às pessoas que não possuíam nenhuma relação próxima com o pesquisador.

A coleta de dados se deu por meio de duas entrevistas realizadas com dois jovens de 22 anos, residentes no Vale do Paraíba. As entrevistas foram realizadas em meados do mês de maio de 2020, tendo duração de duas horas cada uma. Em decorrência da pandemia causada pelo novo Coronavírus, no uso das atribuições legais do Artigo 1º do Decreto nº 64.881, de 7 de abril de 2020, as entrevistas foram realizadas de modo *on-line* por plataformas digitais (Skype), garantindo privacidade e sigilo aos participantes.

Na ocasião, garantindo condições éticas de sigilo, foi apresentado e firmado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias, sendo uma para o pesquisador e outra para o participante.

A análise de dados foi feita por meio da categoria de Sentidos e Significados de Vygotsky, na qual foram realizadas leituras flutuantes do material e criação de indicadores. A atenção ao discurso da entrevista é imprescindível, uma vez que a fala do sujeito está carregada de emoções e sentimentos, o que também é uma forma de linguagem (AGUIAR; OZELLA, 2006).

A partir disso, elegeu-se recortes dos fragmentos das falas, que foram interpretados com o intuito de atribuir zonas de sentido ao que foi apresentado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A formação subjetiva do homem por meio da dialética social-subjetivo

A partir deste momento, nesta seção, discutir-se-á uma análise da subjetividade dos entrevistados, tecendo, com esforço, zonas de inteligibilidade sobre os sentidos e os significados socioculturais dados por eles nas narrativas. A partir de suas vivências e constituições subjetivas, optou-se por realizar análises distintas, a fim de se aprofundar na história de cada um dos participantes.

Usando nomes fictícios, o presente capítulo apresenta Lucas, de 22 anos, estudante de curso preparatório de carreira militar que, mesmo se mostrando disposto a responder às questões, apresentou respostas sucintas. Por outro lado, temos Roberto, 22 anos, recém-formado no curso de Educação Física, parte do grupo de líderes de torcida, que se mostrou muito solícito em sua participação, na qual cada resposta era uma história contada.

Quando Lucas entra em cena

Lucas, ao apresentar seus conteúdos subjetivos, mostra-se preocupado com sua identidade social, enquanto homem e profissional. Para ele, a carreira militar e sua inserção nela o fazem “ser alguém”, ser visto e possuir certa admiração pela sociedade. Segundo Silva (2006), coragem, valentia e semelhantes estão atrelados a características que constituem o gênero masculino. Pode-se destacar essas características no serviço militar, que fortalece esses comportamentos para ser uma referência à masculinidade. Seu alistamento é algo prazeroso, pois ali, Lucas pode realizar e reafirmar sua identidade masculina.

LUCAS: [...] sou estudante de concurso e eu percebo que ainda falta bastante para eu conseguir me inserir na sociedade da maneira como eu ainda quero. Eu pretendo seguir carreira militar.

LUCAS: Eu acho que foi meu ano do alistamento militar, de quando eu servi o exército. Por ter sido uma coisa fácil. Só você ser voluntário e pronto, você já está lá dentro.

Para Lucas, existe um privilégio em ser um homem militar. Em comparação ao gênero feminino, diz que não existe a mesma facilidade para a mulher se inserir na carreira militar. O participante consegue identificar a falta de espaço no ambiente militar, evidenciando um tabu na sociedade. Todavia, Lucas mostra uma consciência quanto ao espaço e ao reconhecimento da mulher no âmbito militar.

LUCAS: [...] Para a mulher não é tão fácil assim. É bem mais difícil. Seria muito mais complicado. [...]. A mulher agora que está ganhando força dentro das forças armadas no Brasil. Estão criando mais oportunidades, mesmo assim, continua bem mais difícil para o sexo feminino.

Lucas relata um ambiente machista, com conversas que existem em um lugar onde há apenas homens.

LUCAS: Eu acho bastante, com certeza, até no ano em que eu servi o exército, lá dentro. Não posso ser hipócrita em dizer que não tem machismo. [...] várias conversas, mesmo no dia a dia, que lavar louça é coisa de mulherzinha. São coisas que rolam lá dentro mesmo, comentários que surgem no ambiente que só tem homens.

É notório que a atividade militar, como o exército, tem seu estereótipo voltado para “algo de homem”. Servir o exército é mostrar a virilidade, o poder, o tornar-se homem; é mostrar para a sociedade que o indivíduo cresceu e agora está apto para assumir suas próprias responsabilidades; é o momento de mostrar que é o homem suficientemente capaz de se manter sozinho. Exemplos dessas atitudes são evidenciadas nos nomes dos pelotões criados pelos jovens recrutas, como “Tremecarça”, “Leão detonador” e semelhantes. Percebe-se, pelos nomes, que a intenção é se distanciar ao máximo de tudo que possa parecer delicado e sensível.

Lucas teve uma criação tradicional, desta forma, tem-se um jovem que se apropria dos signos da maneira como foi criado, distinguindo atividades masculinas e femininas. Segundo Berger e Luckmann (1985), a família é o primeiro núcleo de socialização do indivíduo e é neste momento da infância que a criança experimenta essas mediações. Sendo assim, a criança tem em sua mente uma perspectiva do mundo social dada por seus pais, absorvendo papéis e atitudes de outras pessoas que são importantes para ela. Assim, a criança internaliza essas visões a ela impostas e constrói a si mesma.

O discurso de Lucas é marcado por uma forma sintética, breve e com o mínimo de explicações, o que marca uma racionalidade e um pensamento enxutos. Isso fica claro quando abordado a respeito de seus afetos, momentos em que se mostra o mais conciso possível, deixando suas falas evasivas. Essa é uma forma de não demonstrar seus sentimentos, evitando até mesmo falar sobre eles. Assim, quanto mais evasivo e breve, menor a possibilidade de entrar na área das emoções. Nader (2002) afirma que mesmo na primeira infância a criança já é estimulada a reproduzir um comportamento que condiz com seu gênero pelos pais. Quando não reproduzem comportamentos que se julgam adequados para os pais, as crianças, então, são repreendidas.

Lucas relata sua difícil abertura quanto aos sentimentos e emoções, bem como uma dificuldade em se abrir com os pais, preferindo falar com amigos. A atitude de se abrir com mais facilidade com os amigos é comum entre os jovens.

LUCAS: Ah, eu acho que é mais difícil eu me abrir [*com meus pais*]. Somente mesmo quando é alguma coisa que eu tenha bastante dificuldade, que eu não consigo lidar sozinho. E acho que é só isso mesmo.

“Não é fácil ser homem na sociedade atual”, diz Lucas, que mostra uma dialética entre o “ser masculino” e o “ser homem”, enfatizando uma generalização que reduz o masculino.

LUCAS: Eu acredito que [*ser homem*] seja bom, mas também tem suas partes ruins. É bom pelo fato de não sofrer preconceito com várias coisas. Mas também tem a parte de pessoas, locais, que generalizam o homem como uma pessoa preconceituosa, machista, sexista.

A indústria cinematográfica discute esse processo relatado na fala de Lucas a partir do longa-metragem “Eu não sou um homem fácil”, dirigido por Éléonore Pourriat (2018), que relata a história de um homem sexista que passa por uma desconstrução ao longo da trama, mudando sua forma de pensar quanto ao masculino e ao feminino. A trama faz o personagem ocupar outro lugar, o da mulher. Assim, o machista, sexista e opressor passa, então, a ser oprimido pela forma como pensava. A partir de então, o personagem passa a sentir na pele tudo o que uma mulher passa, criando assim a consciência do quão machista e sexista ele foi ao longo de sua vida.

O filme também pode ser trazido para a narrativa de Lucas, mostrando que o homem é privilegiado apenas por ser homem e o quanto é difícil essa quebra de padrão de funcionamento, visto que o sujeito é determinado socialmente e privado de algumas experiências e afetos em consequência do lugar social de desenvolvimento.

Ao falar sobre os vínculos de amizade que possui, Lucas relata que tem uma diversidade de pessoas que compõem este núcleo, com diversos gêneros, como LGBTs por exemplo. Lucas relata que sofreu um desconforto quando iniciou sua amizade com eles devido a sua criação tradicional, contudo, com o passar do tempo, com o convívio e a criação de laços, sua forma de enxergar a realidade deles passou a ser muito diferente da que possuía antes. Assim, Lucas entende que o convívio não coloca em xeque sua identidade, portanto, nos dias de hoje, sente-se confortável em frequentar baladas LGBT.

LUCAS: [...] eu tenho bastante convivência com amigos homossexuais, tanto homens quanto mulheres. Quando ainda não estava acostumado com isso, não estava bem socializado com eles e não acompanhando a formação destas pessoas, vendo-as como um modo diferente, foi meio que um choque, me sentia desconfortável.

[...] mas quando fui entrando em contato com esse meio, com esse mundo, me senti desconfortável, acredito por ser homem.

[...] mas fui aprendendo, vendo que é uma coisa normal, não tem nada a ver. Hoje tenho mais amigos homossexuais. Não vejo problema nisso.

Ao falar sobre gestos e afetos, Lucas mantém o discurso inclusivo em relação à comunidade LGBT:

LUCAS: Foi em Taubaté mesmo, uma balada GLS que tem lá, o La Casa, e só dançando mesmo, um homem chegou em mim. Queria ficar comigo e tudo o mais. Eu simplesmente falei no ouvido dele “não curto”. Só isso.

Chama-se a atenção para a confortabilidade do participante em frequentar uma boate LGBT. Lucas menciona a comunidade LGBT para mostrar que está livre de preconceitos e que consegue viver bem e em harmonia com pessoas de diferentes gêneros. Sua iniciativa em manter relacionamentos com pessoas LGBT colabora para que o participante reconstrua sua subjetividade e questione valores conservadores.

Para Costa (1989), a identidade corresponde à forma como o indivíduo vai se socializando e se inserindo na sociedade, sendo composta por uma variedade de representações. Quando esse processo de socialização e identificação é bloqueado, o indivíduo sofre com conflitos internos, passando a ter então um conflito de identidade. É necessário que, por meio das políticas públicas,

diversos caminhos possam ser tomados para que o processo de conscientização na quebra de desigualdades seja feito.

Para Trevisan (1997), a visibilidade da homossexualidade é uma forma de salvar as partes oprimidas dos homens. Outro ponto que deve ser lembrado é o crescimento de uma nova reflexão quanto ao tema da desconstrução desta masculinidade tóxica por meio das mídias sociais, que vêm abordando temas como a diversidade de gênero, o machismo, o sexismo, o feminismo e semelhantes, que antes eram velados na sociedade.

Quando Roberto entra em cena

Roberto, um rapaz muito simpático, aberto e bem-humorado, apresentou-se como um “cara de boa”. Recém-formado em Educação Física, começou falando a respeito de sua proximidade com as garotas do curso de Psicologia e usou, então, esta premissa para justificar por que se acha um “cara de boa”.

ROBERTO: Eu me vejo como um cara “de boa” hoje em dia, por ter muito contato com as meninas da Psicologia, então elas me explicam muita coisa sobre o feminismo, machismo, preconceito. Tento ser o mais “de boa” possível, tento não fazer nada dessas coisas, sabe?

Ao se apresentar como um cara “de boa”, traz à tona que suas relações o enriquecem e ajudam em sua (des-) construção. Para ele, ser uma pessoa como se autodescreve é ser tranquilo, aberto para ouvir, procurar sempre estar em uma posição empática em relação ao outro.

Roberto também relata sua identificação com o esporte, em especial a capoeira. Segundo ele, a capoeira o ajudou a ser uma pessoa mais tranquila e a olhar para si mesmo de uma forma diferente, pois não gostava de futebol, atividade esta que era proposta pela professora nas aulas de Educação Física, e Roberto, por estar acima de seu peso, nessa época não gostava.

ROBERTO: Uma coisa engraçada é que eu não gostava de Educação Física na escola. Eu não ia. Eu era o gordinho que não fazia Educação Física na escola porque a professora só passava futebol e eu não gostava.

É interessante voltar um pouco o olhar para esse estereótipo heteronormativo de que o futebol é um esporte masculino. Com isso, tarjam-se, de forma insensível, os indivíduos que dele compartilham ou não, colocando apenas o homem heterossexual como o praticante supremo deste

esporte. Assim, são descartadas as possibilidades de outros gêneros poderem participar ou de um homem heterossexual não gostar. Com mérito ao feminismo e à imposição de igualdade de gênero, tais esportes passaram a ter mais visibilidade no âmbito feminino e agora em outros gêneros também, como os atletas trans.

Roberto revela, em dado momento da entrevista, o apelido que ganhou na capoeira e que se prolongou em toda sua jornada acadêmica: ele é o Bonzinho.

ROBERTO: O apelido veio da mãe de uma amiga que ficava repetindo direto “como o Roberto é bonzinho”, “nossa, ele é bonzinho demais”; aí o apelido pegou. E eu sempre ajudei todo mundo. Na capoeira eu ajudava todo mundo, os menores, os novatos. Sempre falei com todo mundo, então o professor perpetuou o apelido.

Outro fato relevante é como Roberto se enxerga, como um rapaz chorão e medroso. E que isso o acompanha desde sua infância.

ROBERTO: Sempre fui chorão. Eu era aquela criança que chorava por tudo, tudo mesmo. Às vezes, não tinha nada e eu estava chorando. Me lembro uma vez que minha mãe foi na casa da vizinha e ela me ofereceu um copo de achocolatado. Só que eu não queria. Ela insistiu tanto para que eu pegasse que eu comecei a chorar.

O participante revela que não é fácil ser homem na sociedade atual, ainda mais quando se trata de uma pessoa em desconstrução, como é o seu caso, que não segue os padrões normativos da masculinidade por ser emotivo e não gostar de futebol.

ROBERTO: Como eu falei, eu era o chorão, eu não gostava de futebol, eu entrei na capoeira porque eu era chorão, então, se batessem em mim eu não ia bater de volta, eu ia chorar. Então a capoeira era uma luta, mas não tinha contato. Logo pensei: “aí que vai estar de boa pra mim”. Enfim, as coisas que eram tidas como de homens eram justamente as coisas que eu não gostava. Não gostava de futebol, não gostava de brincar de lutinha, era chorão, medroso, gordinho, não era bom em esporte.

Busca-se refletir o encontro do participante Roberto com a atividade esportiva e a relação com a subjetividade, percebe-se os dilemas internos em relação à prática esportiva e gênero.

Para Silva (2006), a desconstrução traz outras formas de manifestações, como mostrar seus sentimentos, capacidade de amar e se emocionar em público sem se constranger. O sensível passa a ter lugar ao invés do radicalismo, e permite até mesmo a execução de tarefas domésticas, educação dos filhos e envolvimento em profissões que antes eram tomadas como femininas. Assim, o machismo está sendo derrubado, melhorando a relação homem e mulher.

Devido a toda essa imposição culturalmente sexista sobre as atitudes e práticas masculinas, Roberto, em sua pré-adolescência, chegou a questionar-se quanto à sua sexualidade:

ROBERTO: Logo, teve uma época na minha pré-adolescência em que eu pensava: “Puts, será que eu sou gay? Eu não gosto das coisas de homens, mas mano, eu também não gosto de homem”, mas a dúvida era porque eu não gostava de coisa que era de menino. É uma opinião super idiota, mas quando se é criança, passa pela cabeça, né?

Não apenas por seus gostos, mas por seu jeito também, Roberto chegou a ter sua sexualidade questionada por diversas vezes, o que lhe deixava incomodado. Essa é uma situação muito comum para quem está em desconstrução e não anda conforme os padrões sociais construídos ao longo do tempo. Quando Roberto começou a fazer capoeira, essas perguntas sobre sua orientação sexual cessaram. Ele diz que a luta é vista como algo tipicamente masculino na visão tradicional. Então, Roberto encontrou um lugar de conforto, que concilia seu interesse com a expectativa social.

ROBERTO: Na capoeira tem meninas, mas tem um caso de uma menina que saiu da capoeira porque a mãe dela falou que capoeira era coisa de homem. Tem uma amiga que está até hoje na capoeira, mas o sonho da mãe dela é que ela fosse bailarina, mas ama a capoeira de paixão.

Roberto faz parte de um grupo de líderes de torcida, no qual executa coreografias, acrobacias e lançamentos de pessoas no ar. Quando entrou para o time, Roberto relata que sofreu muitas situações constrangedoras, consideradas sexistas, dos seus amigos.

ROBERTO: Todos pensam que você está no *team*, está lá com a meninas, está lá dançando, estão jogando o Bonzinho para cima, então é uma coisa feminina. Você está lá, então você é gay.

Como já falado aqui, esportes carregam em si conotações sexistas, com separação de sexos. Logo, fazer parte de um grupo de líderes de torcida composto por 98% de garotas com saias de pregas que balançam pompons é tipicamente característico do que é feminino. Mas não para Roberto, que derrubou paradigmas e faz parte do grupo até os dias atuais, evidenciando que não é algo que seja inventado para um gênero específico. Aliás, foi por meio do grupo de torcida que ele se desconstruiu de seus pensamentos que não permitiam integrar seus aspectos psíquicos.

Ainda assim, relata que passou por brincadeiras sexistas por parte de seus amigos.

ROBERTO: Era meu primeiro ano no grupo de torcida, a gente ia apresentar na Copa Calouro. Ele era meu amigo, e então ele começou a me zoar antes da apresentação, dizendo: “mano, você quer que eu quebre a sua perna? Se quiser eu quebro ela pra você e aí você não precisa passar essa vergonha hoje”. Ele era meu amigo, falou na zoeira, mas um “bagulho” meio pesado, sabe?

Por mais descontraídas que sejam, brincadeiras sexistas nunca terão o mesmo olhar engraçado para quem a recebe, pois invadem de forma agressiva a subjetividade, forçando uma desconstrução ou construção de algo que a pessoa ainda não está preparada para experimentar. São comentários que isolam seus sentimentos, história e motivos, enxergando a pessoa apenas por um rótulo.

ROBERTO: Tem aquela coisa do tipo: “ah, está sempre no meio de meninas, mas não pega nenhuma”. Tipo coisas assim, que aconteciam direto. Só que eu nunca curti falar o que eu fazia. Se eu pegava ou não, guardava para mim. Nisso, tinha duas famas na faculdade, ou que eu era gay ou que eu era o garanhão. Ninguém sabia qual era a verdade e eu nunca me preocupei em falar também.

Estar no meio de várias garotas, para o universo masculino, implica em apenas duas alternativas: ou está ficando com elas, ou é gay. E mais uma vez a atitude sexista permeia os pensamentos do homem e o determina.

A representação é um tipo de discurso, um modo de construção do sentido de cada ação e ideias a respeito de si mesmo (HALL, 1995). Para Butler (1990,1993), o gênero significa que, além da estrutura do masculino, há também uma visão que busca a prática social e os relacionamentos.

O entrevistado mostra-se questionador em relação ao que lhe é imposto, acrescenta que demonstrar carinho não o deixa inseguro em relação a sua masculinidade, podendo lidar com isso normalmente, sem problema algum em receber um beijo no rosto de um outro amigo homem, até porque cresceu em um ambiente afetoso, onde este comportamento era normal.

ROBERTO: [...] na família, meu padrinho, temos o costume de dar abraços, beijos no rosto. Alguns amigos meus eu também abraço, nunca tive problemas.

Quanto aos seus sentimentos, o participante colocou que se abre para seus amigos mais próximos, sendo esses, em sua maioria, mulheres. Sem medo de esconder a sua sensibilidade diante deles, diz que é mais fechado apenas para sua mãe. Contudo, seus sentimentos e afetos permanecem abertos.

ROBERTO: Estava conversando com uma amiga minha esses dias sobre isso. Eu percebi que eu, para minha família, para minha mãe, eu sou muito fechado, mas para meus amigos eu sou mais aberto, falo mais, sabe? É muito mais fácil para mim.

Segundo Conell e Messerschmidt (2013) *apud* Ferguson e Eye (2000), para masculinidade tradicional, tristeza não é algo para ser compartilhado, nem mesmo vergonha ou medo, pois são sentimentos que demonstram fraqueza, são significados da perda de autocontrole. A impassividade no momento face a face mostra um homem controlado e seguro de si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para escrever este capítulo, estudou-se sobre gênero, masculinidade, cultura e subjetividade. Nessa perspectiva, entende-se que essas dimensões se relacionam e refletem na constituição subjetiva, como uma espécie de arquitetura social, repleta de símbolos e expressões que se impõem aos participantes deste estudo.

Trata-se de uma realidade contraditória, dinâmica e em constante transformação, cuja forma de construção foi particular e social a partir dos participantes deste estudo.

Com o acesso à informação de parte da população, a diversificação sobre o conceito de gênero tem se tornado mais evidente e abrangente, o que provoca conscientização nas pessoas e ganha espaço por meio de movimentos virtuais e presenciais.

Esse crescimento auxilia a problematização da hegemonia masculina e abre espaço para a ampliação dos sentidos e significados conferidos ao homem. O potencial dessa mudança exige que esse tema seja mais abordado, discutido e analisado.

Ambos os participantes se mostraram, ao longo de suas narrativas, como sujeitos em construção.

Lucas traz uma criação tradicional, mostra admiração pela carreira militar e é enxuto em suas palavras. Compreende-se que ele se encontra em um papel tradicional que ressoa as relações sociais estabelecidas ao longo de sua formação. Todavia, rompe, ainda que aos poucos, com esse lugar tradicional e conservador, visto que acolhe a diversidade de gênero.

Roberto mostra-se sensível e emotivo. Ele não se incomoda com a sensibilidade, tendo em vista que essa característica sempre fez parte de sua vida familiar. Constantemente, o participante se coloca aberto para as diversidades e mostra isso em suas ações.

Vale ressaltar que o constructo subjetivo envolve as relações dos participantes com outros indivíduos e suas mediações. Essas diferentes relações (mediações) geram questionamentos, nos quais ora conservam, ora refletem e ora rompem as determinações sociais. Apresenta-se, então, participantes em constante processo de (des-) construção quanto ao sistema sexista, o que ora ocorre de forma tranquila, ora gera conflito e sofrimento.

Com a diversidade da cultura contemporânea, uma vasta gama de crenças e identidades tornam a hegemonia uma incoerência. Negar as possibilidades pode trazer sofrimento psíquico.

Pode-se inferir que as crises identitárias são concebidas na relação com a cultura sexista; sendo assim, deve-se evitar conceitos reducionistas e respeitar as diferentes formas de constituição psíquica.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Pesquisar ou Construir Conhecimento: O Ensino da Pesquisa na Abordagem Sócio histórica. In: BOCK, A. M. B. (Org.). **A Perspectiva Sócio-histórica na Formação em Psicologia**. Petrópolis: Vozes, 2003.

ARAÚJO, D; **As palavras e seus efeitos: o sexismo na publicidade**, 2006. *Dissertação de Mestrado*. Programa de pós-graduação em Letras. PUC-RS. Porto Alegre, 2007. Disponível em <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2226/1/390016.pdf>. Acesso em 12 de set. de 2019.

BERGER, L. P.; LUKMANN, T.; **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento; Ed. Vozes, Petrópolis, 1985.

BOCK, A. M. B.; **Aventuras do Barão de Munchhausen na Psicologia**. São Paulo, Cortez/EDUC, 1999.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONNELL, R. W., MESSERSCHIDT, J. W. Masculinidade Hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**. Florianópolis, n° 21, p. 241-282, jan-abr. 2013.

COSTA, J. F. **Psicanálise e Contexto Cultural**: Imaginário Psicanalítico, Grupos e Psicoterapias. Rio de Janeiro: Campus, 1989

DIOGO, M. F.; MAHEIRIE, K. Uma breve análise da constituição do sujeito pela óptica das teorias de Sartre e Vygotsky. **Aletheia**. Canoas, n.25, pp. 139-151, jun. 2007

EU não sou um homem fácil. Direção de Eleonore Pourriat. Produção da Entretenimento de Piloto Automático, Invasores de filme, LOVEMYTV e MadeimoselleFilms. Interpretados por Vicent Elbaz/ Marie-Sophie Ferdane/ Pierre Bénézit e Moon Dailly. França. Distribuído por Netflix, 2018. Plataforma de streaming, (98 minutos), streaming, son., color., idioma francês, Blockbuster.

HALL, S. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

JIMENEZ, A.; HARDY, E.; Masculinidad y Género. **Revista Cubana Salud Pública**. v.27 n.2 Ciudad de La Habana; 2001.

KERNER, I; **Tudo é interseccional?** Sobre a relação entre racismo e sexismo. Novos Estudos-CEBRAP, 2012.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 2007; p. 14-36.

MELLO, S.L.; Pensando o cotidiano em ciências sociais: identidade e trabalho. **Cadernos CERU**, série 2, p. 23-31, 1994

MINAYO, M. C. S.; Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade; **Ciência e saúde coletiva**; 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300007; Acesso em 11 de Março de 2020.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13 ed., São Paulo: Hucitec, 2013.

MORENO, M. **Como se ensina a ser menina**. São Paulo: Moderna, 1999.

MUSZKAT, M. E.; **O homem subjugado**: O dilema das masculinidades no mundo contemporâneo, Ed. Summus Editorial, 2018.

NADER, M. B.; A condição masculina na sociedade. **Dimensões: Revista de História da UFES**, Vitória, n. 14, p. 461-480, 2002

GONZALEZ REY, F. L. O valor heurístico da subjetividade na investigação psicológica. **Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia**. São Paulo: Thompson Learning, 2005.

EU não sou um homem fácil. Direção Elèonoe Porriat

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n° 2, jul./dez. 1990.

SILVA, S.G. O conflito identitário: sexo e gênero na constituição das identidades. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**. São Paulo, v. 10, n. 1, p. 71-85. 1999

SILVA, S. G. Masculinidade na história: A construção cultural das diferenças entre os sexos. **Psicologia, Ciência e Profissão**, São Paulo-SP, v. 3, n. 20, p. 8-15, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/7ftQZzgJTGcvJmzWDv7gD5d/?lang=p>. Acesso em 26 ago. 2019.

TREVISAN, J. S. O espetáculo do desejo: homossexualidade e crise do masculino. In: CALDAS, D (Org.). **Homens**. São Paulo: Senac, 1997.

ZAMPIERI, A. M. F.; **Erotismo, Sexualidade, Casamento e Infidelidade**, Editoria Agora; 2004.

33 - A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA EM RELACIONAMENTO ÍNTIMO: CONSEQUÊNCIAS NA VIDA DE UNIVERSITÁRIAS

Rosa Frugoli

Carolina M. Brunacio Rocha

Talitha V. G. Batista

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema a violência contra as mulheres, delimitando a violência psicológica em universitárias. O objetivo foi compreender o sofrimento causado por este fenômeno na vida cotidiana destas mulheres. Para o alcance desta proposta utilizou-se de metodologia qualitativa, por meio de estudo documental, a partir de banco de dados do grupo de pesquisa NEPAG-Saúde¹⁴.

Sabe-se que a violência no relacionamento íntimo pode ser causada por ambos os parceiros e independe do gênero. Entretanto, numa sociedade na qual as assimetrias das relações de gênero estão presentes, este fenômeno é frequentemente identificado tendo como autores os homens e as mulheres como receptoras destas situações. Então, neste estudo, a violência no relacionamento íntimo está contida dentro do rol da violência contra as mulheres e nossa delimitação se refere a violência psicológica.

A violência contra as mulheres é um fenômeno mundial e apresenta impactos em diversos segmentos, sobretudo quanto aos aspectos psicológicos. Quando se trata da violência contra as mulheres, sobretudo nos relacionamentos íntimos, há inúmeros atravessamentos que concorrem para que o fenômeno seja de difícil identificação e agravamento do problema, pois frequentemente a questão do vínculo afetivo e estruturas socioculturais que envolvem estas relações, não permitem que a visualização das ocorrências seja imediatamente percebida pelas pessoas envolvidas neste contexto.

Dentre as diversas formas de violências praticadas contra as mulheres, a violência psicológica é consubstanciada por condutas que acarretam danos psicológicos. Em geral, nestas circunstâncias, observamos atitudes que tem objetivo de controlar comportamento e ações das mulheres, ocorrendo

¹⁴ O NEPAG-Saúde é um grupo de pesquisa do CNPq com base na linha de pesquisa Saúde, Adaptação Humana e Violência do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da UMESP. Constitui um espaço para realizações de discussões, debates e produções de conhecimentos sobre as relações de gênero e como estas interferem na saúde.

por meios de comportamentos ameaçadores, constrangimentos, humilhações, chantagens, dentre outras atitudes e comportamentos que causam prejuízos à saúde psicológica da vítima.

Tratando-se de uma forma de violência de custosa identificação, muitas vítimas não percebem ou identificam que estão em relacionamentos abusivos e sofrendo violência psicológica. Isto também acontece com universitárias, ainda que estas mulheres façam parte de uma camada privilegiada da população (FRUGOLI et al., 2019). Nas próximas seções serão apresentadas breves contextualizações teóricas sobre os temas “violência contra as mulheres” e “violência psicológica”, para posteriormente ser explicado o método da pesquisa de campo e os resultados alcançados e discutidos por meio da teoria.

REVISÃO DA LITERATURA

Violência contra as mulheres

Quando se trata de violência contra as mulheres, este tipo de violação de direitos apresenta-se vivo estruturalmente desde muitos séculos. Este fenômeno de grande impacto traz consequências para a vida da vítima e dos envolvidos, sendo um gerador de representações sociais que podem ser infelizmente apreendidas e repetidas. *“É preciso reverter este quadro, atuar preventivamente na promoção de saúde e de vida digna, enfrentado qualquer forma de violência motivada pela questão do gênero”* (FRUGOLI; FURQUIM, 2019, p. 120).

Apresentando-se então de maneira enraizada e frequente da construção histórica que naturaliza a submissão feminina, relaciona-se com a perspectiva de que as mulheres são tidas como propriedade. Inicialmente, em tempos de Brasil colônia, já era possível relatar e registrar historicamente atos de violência e abuso psicológico contra as mulheres, pois cabia aos homens uma posição hierárquica de superioridade frente às mulheres, sendo eles os responsáveis por tomar decisões por suas esposas e filhas, tendo o poder de comandá-las e puni-las. O assassinato de mulheres por seus maridos era considerado, permitido e apoiado de acordo com a legislação (DEL PRIORE, 2013).

A legislação brasileira progrediu muito lentamente ao se tratar de direitos das mulheres. No decorrer do tempo, somente em 1890 o Código Penal passou a considerar o assassinato de mulheres por seus cônjuges como “crime passional”, entretanto, os homens não eram condenados se na ocorrência do ato o praticante estivesse em estado emocional de privação dos sentidos e inteligência. Pela própria legislação desfavorável e sem amparo sociocultural e legislativo, as mulheres passaram a se organizar em pequenos movimentos em luta árdua por seus direitos civis e penais. Das referidas lutas, desde a década de oitenta do último século, foram criadas referências em acordos internacionais

e nacionais, reconhecendo que a violência contra as mulheres é uma violação de seus direitos e que o Estado deve pôr fim à situação, além de assegurar que direitos sejam obedecidos (JUBB et al., 2010; SILVA, 2017; FRUGOLI; FURQUIM, 2019).

Atualmente, compreende-se por violência contra as mulheres, qualquer ato que decorra em óbito ou lesão, sendo física, sexual e psicológica, encontrando-se dentro da esfera pública, ou da esfera privada. Enquadrando-se como violência: estupro, assédio sexual, violência intrafamiliar, abuso psicológico, dentre outras (BRASIL, 2006). Ainda que a violência contra as mulheres não deve ser vista ou limitada apenas em um ato criminoso, está envolvida no contexto das sociedades e se manifesta advinda de vários meios como vínculos afetivos, crenças, famílias, costumes estruturais, idealização religiosa e outros diversos aspectos contextuais presentes na história de vida das mulheres (SILVA, 2017; FRUGOLI; FRUQUIM, 2019). Quando se trata de violência na qual as mulheres estão envolvidas em considerações de gênero e são universitárias, para Frugoli (*et al.*, 2019) neste âmbito, também aparecem aspectos de interferência socioculturais, às relações de poder e desigualdade existente entre homens e mulheres.

Desta perspectiva e por sua frequência, qualquer tipo de violência perpetrada contra mulheres tornou-se um problema de saúde pública que requer dos profissionais de saúde, principalmente da psicologia, intervenções específicas e respostas efetivas perante este fenômeno.

Violência psicológica e saúde

A violência contra as mulheres acarreta prejuízos para saúde das mesmas que em muitas vezes são irreparáveis, visto que a violência é uma das principais causas de doenças de ordem física e psicológica, inclusive em quadros patológicos crônicos, como depressão, estresse pós-traumático, abuso de substâncias e problemas com drogas e ou alcoolismo, ideações suicidas, ansiedade entre outros (SILVA, 2017; FRUGOLI; FURQUIM, 2019; FRUGOLI et al., 2019).

Em se tratando de violência psicológica, mas se fazendo um recorte na violência contra as mulheres em relacionamentos íntimos, há de se pontuar que a violação de direitos pode ocorrer¹⁵ tanto nos namoros, casamentos ou em relações íntimas circunstanciais. Esta acarreta e promove o aumento do sofrimento por ser frequentemente vivida de maneira silenciosa e solitária. Por não deixar lesões visíveis no corpo físico da vítima, este é mais um fator que interfere na dificuldade de se

¹⁵ Dentre as violências interpessoais a violência por um parceiro íntimo é a mais comum em todo mundo, presente em até 70% dos casos. A violência de um parceiro íntimo é mais contínua e severa em mulheres (RAZERA; CENCI; FALCKE, 2014).

identificar. O apontamento sobre a violência psicológica é que este tipo de violência, seja a mais comum e frequente em relacionamentos abusivos, porém, com a menor visibilidade.

Na violência psicológica, em acordo com Pimentel (2011), uma das formas de abuso é o controle da mulher podendo se manifestar de forma direta, por meio de restrições e ordens de comando a respeito do comportamento das mulheres, como também de forma indireta, na qual direcionam a mulher à necessidade de fazer abuso de substâncias, desenvolvendo comorbidade a compulsões e somatizações de quadros patológicos. Os abusadores mantêm suas vítimas amedrontadas de modo que desenvolvem medo até de suas próprias atitudes e/ou comportamentos; elas têm medo do comportamento dos parceiros e quando não estão sendo controladas pelos autores de agressão, estão sendo controladas por si próprias.

A partir do contexto exposto acima, é imprescindível a distinção entre um relacionamento abusivo e um relacionamento ruim. O ruim, caracteriza-se diante da incompatibilidade do casal, imaturidade, traição etc. Já o relacionamento abusivo caracteriza-se com um ‘companheiro’ que faz meio da força física ou psicológica para obter a manipulação por meio de controle sobre a vítima (FURQUIM, 2020).

Cabe ressaltar que na atualidade a violência psicológica contra as mulheres foi definida na Lei 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, como:

Qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006).

Em 2021 a Lei 14.188/21 permitiu que o conceito de violência psicológica fosse objetivamente definido em Lei se tornando um crime específico:

Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação (BRASIL, 2021).

No caminho de se buscar proteção a vida das mulheres, as tipificações criminais possibilitam que estas ações de violação de direitos sejam punidas por Lei. Ainda que não resolva o problema,

torna-se um passo na visibilidade social e cultural de que mulheres não podem continuar a serem violentadas por sua condição de relações de gênero.

Essa demanda por soluções ao problema é complexa e uma luta árdua que precisa de auxílio em vários âmbitos sociais, sobretudo profissionais. O fenômeno da violência contra as mulheres, sobretudo a psicológica, está no cotidiano de muitas mulheres, tornando a temática de um problema coletivo e de saúde pública, sendo necessário que os profissionais da área da saúde sejam instruídos e preparados para acolher tal demanda, de modo a compreender o contexto em que a vítima está inserida e proporcionar atendimento eficaz e qualificado para toda mulher vítima de qualquer violência, incluindo o abuso psicológico.

MÉTODO

Este estudo constituiu-se em uma pesquisa qualitativa e exploratória sobre a violência contra as mulheres, delimitando ao abuso psicológico que estas mulheres sofrem a partir de situações de violação de seus direitos, durante o período universitário. Pesquisas exploratórias têm como objetivo a possibilidade de maior abrangência sobre a temática investigada, contribuindo para elucidação das questões que dão origem às hipóteses (GIL, 2002). Silva e Menezes (2001) afirmam que ao se trabalhar com amostras que representem a população investigada, os resultados serão capazes de serem tomados como se formasse e compreendesse uma retratação real do alvo da pesquisa.

Para realização da perspectiva qualitativa e exploratória, foi realizada pesquisa documental. Na circunstância, um testemunho registrado por meio de entrevista. Documento este do banco de dados do grupo de pesquisa NEPAG-Saúde, advindo de uma amostra composta por 200 mulheres com a faixa etária de 18 a 25 anos, estudantes universitárias, estando cursando a graduação de modo presencial.

Para analisar os dados utilizou-se nesta pesquisa da Análise Temática (AT) para se categorizar elementos de conteúdos relevantes do documento. Conforme afirmam Clarke e Braun (2017), a AT é um método de análise qualitativa de dados para identificar, interpretar, analisar padrões e temas acerca de dados qualitativos, tendo como principal finalidade compreender a temática apresentada pelos autores através da percepção do tema, da argumentação e da conclusão. Clarke e Braun (2017) consideram a AT, um “guarda-chuva” que cobre diferentes AT, pois há mais de 30 abordagens diferentes para a AT em termos de procedimento. Este procedimento de análise de dados é viável devido a sua ampla aplicabilidade e praticidade, podendo ser utilizada em quase todo tipo de análise qualitativa. A AT tem como finalidade, a compreensão da mensagem do autor a partir da perspectiva do tema, da argumentação aplicada e a conclusão elucidada. De acordo com Souza (2019), a forma

como as prevalências serão consideradas variam conforme o enfoque do pesquisador. A AT para Souza (2019) distingue-se por seis fases. Sendo a primeira constituída a partir da familiarização dos dados; na segunda fase todos os dados são coletados e organizados de acordo com a conformidade dos significados de cada um. Essa organização possibilita a identificação do documento, as imagens e transições que se representam, com a intenção de formar temas que tenham o mesmo padrão (SOUZA; SILVA, 2019). No caso desta investigação, o documento propriamente foi a entrevista que se refere a uma jovem universitária de 18 anos, estudante de psicologia, residente na região do ABC em São Paulo, branca, solteira, que relata sobre sua história de vida e vivência sobre abuso psicológico e sexual acontecidos no decorrer de sua vida. Ela relata os fatos ocorridos, exemplificando-os, e conta como se sentiu em cada situação de violência, sendo abordados diversos temas envolvendo o assunto de violência e abuso psicológico. No desfecho da entrevista, a participante conta a sua opinião diante o contexto de violência que as mulheres vivenciam. Na terceira fase da AT se realizou a busca dos temas, que retratou certo nível de resposta ou significado padrão dentro de um conjunto de dados, sendo divididos por temas e subtemas. Já a quarta fase carteiava-se com a revisão dos temas coletados, sendo analisados e selecionados conforme a presença da estruturação dos dados. A quinta fase se referiu à definição e nomeação dos temas, refinando os detalhes e história que conta a análise, gerando nomes claros e definições para cada tema. A sexta fase se referiu a confecção do relatório.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mediante os conteúdos coletados durante a entrevista foi possível realizar a partir do documento a coleta inicial de informações que contribuiu para a caracterização de ocorrência de abuso psicológico e suas decorrências. Neste processo foi feita a organização dos dados coletados do documento e anotações do conteúdo, com o objetivo de entender, elucidar e abarcar a relação do estudo com o fenômeno que estava sendo estudado (SOUZA, 2019). Todos os componentes apresentados no documento foram separados conforme suas similaridades, sendo assim organizados por meio de anotações.

Cabe ressaltar que a partir da leitura do documento foi identificada a maneira com que a entrevistada vivenciou questões de abuso psicológico, sendo estes vivenciados desde o início do seu relacionamento. O namorado, em princípio, conquistou os familiares da entrevistada comprando presentes e cozinhando para a sogra. A partir do segundo ano de relacionamento, as coisas mudaram e os abusos psicológicos estavam ocorrendo e passando despercebidos. Ele era o “genro perfeito”, esperava-se que também fosse o namorado perfeito. A entrevistada relata no decorrer das entrevistas,

episódios de abuso psicológico, uma vivência da qual ela considerou que também havia abuso sexual. Estes acontecimentos prejudicaram sua vida pessoal.

Das anotações dos dados, num primeiro momento, formaram-se os seguintes arranjos:

Arranjo 1: Subtema 1: início do relacionamento; Subtema 2: namorado carinhoso e amoroso; Subtema 3: conquista da família; Subtema 4: simpatia generalizada; Subtema 5: cozinhava para a sogra; Subtema 6: genro perfeito; Subtema 7: comprava presentes Subtema 8: fase boa do relacionamento.

Arranjo 2: Subtema 1: segundo ano de relacionamento; Subtema 2: as coisas mudaram; Subtema 3: abuso psicológico; Subtema 4: vários episódios de abuso psicológico; Subtema 5: constantemente inferiorizada; Subtema 6: constantemente humilhada; Subtema 7: reclamações sobre aparência física; Subtema 8: sem oportunidade de escolhas; Subtema 9: sentia-se atrás do namorado; Subtema 10: não sabia o que queria da vida; Subtema 11: passou a ser controlada pelo namorado; Subtema 12: sentia-se uma marionete; Subtema 13: passou a ter medo do término do namoro; Subtema 14: busca da atenção do namorado; Subtema 18: tenta consertar as situações; Subtema 19: controlada por promessas de mudança.

Arranjo 3: Subtema 1: aumento dos abusos; Subtema 2: promessas falsas; Subtema 3: traição; Subtema 4: manipulação; Subtema 5: insegurança; Subtema 6: baixa autoestima; Subtema 7: obesidade; Subtema 8: ansiedade; Subtema 9: arritmia; Subtema 10: sentia-se mal na presença do namorado; Subtema 11: insônia; Subtema 12: desvalorização pessoal; Subtema 13: não era ouvida no relacionamento.

Arranjo 4: Subtema 1: questionamento; Subtema 2: será que é realmente isso o que quero?; Subtema 3: consigo coisa melhor?; Subtema 4: manipulação; Subtema 5: vazio constante; Subtema 6: deram um tempo; Subtema 7: terminaram.

Arranjo 5: Subtema 1: pós o término; Subtema 2: aniversário; Subtema 3: Seu ex apareceu na festa; Subtema 4: humilhação.

Arranjo 6: Subtema 1: insistência; Subtema 2: mensagens; Subtema 3: manutenção do término; Subtema 4: sumiço; Subtema 5: distúrbio alimentar; Subtema 6: gastrite; Subtema 7: comia e vomitava; Subtema 8: culpa por ter comido; Subtema 9: corpo à prova; Subtema 10: desmaios.

Arranjo 7: Subtema 1: após um ano; Subtema 2: outros relacionamentos; Subtema 3: conforto e confiança; Subtema 4: abuso sexual; Subtema 5: vazia novamente; Subtema 6: não acreditar; Subtema 7: em reação.

Arranjo 8: Subtema 1: medo de se relacionar; Subtema 2: gostar das pessoas; Subtema 3: não gosta de ser tocada; Subtema 4: não gosta de abraço, demonstração de carinho.

A partir das organizações dos códigos e suas equivalências, a terceira fase permitiu que a pesquisadora construísse arranjos e grupos que possuíssem semelhanças, correlações e decorrências. Com os arranjos e subtemas coletados na fase anterior, com a intenção de identificar aspectos específicos que se assemelhassem com a ocorrência do fenômeno estudado que foi a violência psicológica, buscou-se nova reorganização dos subtemas. E a partir deste caminho os subtemas foram minimizados para 1 arranjo, sintetizando-os com o objetivo de adequar ainda mais a temática que foi estudada. Esta proposta teve o enfoque de representar com evidência o surgimento de temas objetivos do fenômeno.

Na quarta fase foi feita a observação dos temas surgidos com o objetivo de identificar as decorrências e consequências a partir da ocorrência do fenômeno estudado. Sendo os arranjos selecionados de acordo com a necessidade e importância, refinando-os em subtemas e arranjos. Com o intuito desta sintetização chegou-se a temáticas coesas, possibilitando assim relacionar e elucidar o estudo desta pesquisa.

A quinta fase da AT foi responsável por estabelecer coerência entre cada tema e a sua relação com a temática principal da pesquisa, bem como suas decorrências; no ensejo de que o comportamento dos autores de violência com enfoque na indispensabilidade de todos os temas se relacionassem e formassem uma pesquisa objetiva. Posteriormente, ainda foi possível realizar uma nova organização reunindo em cada tema elementos compatíveis.

Novo arranjo: Subtema 1: início do relacionamento; Subtema 2: namorado carinhoso e amoroso; Subtema 3: conquista da família; Subtema 4: genro e namorado perfeitos; Subtema 5: violência psicológica; Subtema 6: manipulação; Subtema 7: reaparecimento; Subtema 8: sumiço; Subtema: saúde.

Destes arranjos, os temas encontrados na Análise Temática foram:

1. Afetividade e idealização na relação pessoal e familiar;
2. Presença e consequências de violências: a psicológica;
3. O comportamento dos autores de violência;

A sexta fase da AT referiu-se à confecção do relatório, apresentando com enfoque, fidedignidade e coesão dos dados apresentados, de modo com que o leitor entenda o que se é apresentado. Neste estudo utilizou-se das correlações entre as categorias surgidas a partir dos dados coletados e perspectivas dos referenciais teóricos utilizados. Por meio do documento analisado a jovem universitária entrevistada conta sobre sua vida, apresenta suas vivências dentro do contexto de violência psicológica, na qual foi constantemente inferiorizada e agredida emocionalmente, relatando as consequências sofridas decorrentes dos constantes episódios de violência psicológica, oferecendo fala sobre seu quadro evolutivo e o comportamento do seu namorado como autor dos episódios de

tais violências e somente percebendo a violência psicológica quando já não estava mais no relacionamento. Para Verardo et al. (2004), identificar estar vivendo uma situação de violência pode ser difícil para a maioria das mulheres, pois muitas acabam se enganando de modo a fingir não viver qualquer tipo de violência ou abuso psicológico e que toda e qualquer violência não acontece de fato.

A constância e/ou aumento de vezes em que a manifestação da ocorrência do fenômeno de violência psicológica contra as mulheres é vivenciada pelas vítimas pode estar relacionada com seu histórico de vida, dentro do contexto familiar, social e subjetivo. Neste estudo, a partir da AT foram coletados dados da entrevista, surgindo assim categorias correspondentes ao abuso psicológico; seu quadro evolutivo e decorrências na vida da vítima, bem como o comportamento do autor de violência. De acordo Minayo (2006) a maior dificuldade em conceituar a violência se dá pelo fato de ela ser um fenômeno da ordem vivido, cujas manifestações provocam ou são provocadas por uma forte carga emocional de quem a comete, de quem é vítima e de quem a presencia. Aqui, a entrevistada vivenciou quase três anos de abuso psicológico e manipulações a ponto de estar sempre sendo inferiorizada, como quando o namorado da entrevistada dizia: *“Ah você não pode ser melhor do que eu, você não pode receber mais do que eu, você não pode ganhar mais do que eu”* (Documento 01/dados da pesquisa de campo, 2019, p.02). Humilhada e agredida psicologicamente com frequência, sem oportunidade de escolha, a entrevistada ainda relata que tinha medo do término, sentindo estar sempre indo atrás do namorado, a tal ponto que ligava para ele diversas vezes em busca de atenção.

Para a Organização Mundial da Saúde, o abuso psicológico ou mental abrangeu ofensa verbal de maneira repetitiva, isolamento ou privação de recursos pessoais, financeiros e materiais (FRUGOLI; FURQUIM, 2019). Nas mulheres, as ofensas frequentes e a severidade destas compuseram uma agressão emocional tão destrutiva quanto as agressões físicas, por afetar a autoestima, a confiança e a segurança da pessoa. Nos dados desta pesquisa, apareceram em si mesma: *“Você engordou demais, olha como que você tá, olha sua barriga tipo, isso não tá bom - eu pintava a unha e ele falava - nossa, mas olha essa unha, você não fez a unha direito, você não a limpou direito, essa unha tá muito curta, seu cabelo tá seco sabe”* (Documento 01/dados da pesquisa de campo, 2019, p.04).

Sendo possível constatar os episódios de abuso psicológico a partir do relato da jovem, sobre os danos decorrentes, desenvolveu-se transtorno alimentar, ansiedade, angústia, sentimento de vazio, insônia e perturbação. Gomes (2014) aponta que a mulher vítima de violência apresenta altos níveis de depressão, ideação e tentativas suicidas, abuso de substância e, mais especificamente, sintomas de transtorno de estresse pós-traumático, distúrbio de sono e/ou alimentação, entre outros. No documento analisados, obtivemos:

Eu tive distúrbio alimentar, porque quando eu engordei demais, eu queria perder peso a qualquer custo, e eu hoje também que tenho anemia, me prejudicou bastante me desenvolveu uma gastrite, porque eu vomitava o tempo inteiro, então eu comia e vomitava, comia e vomitava, saía com ele, chegava em casa e vomitava, porque eu sentia, me sentia culpada por ter comido, eu falava, não eu não posso comer porque meu namorado tem que gostar de mim eu preciso emagrecer ele não vai gostar de mim se eu não estiver magra (Documento 01/dados da pesquisa de campo, 2019, p.10).

A violência prejudica e atinge demasiadamente a saúde da mulher, seja de maneira física, mental e psicológica, visto que a mulher se predispõe a culpabilidade de si mesma, responsabilizando-se por sofrer, de modo a se calar, deteriorando assim sua integridade mental. A violência psicológica tem início de forma lenta e silenciosa, em contrapartida progride em intensidade e consequências (GOMES, 2014). Ainda que não deixe marcas físicas, também é uma grave violação dos direitos humanos das mulheres (FRUGOLI; FURQUIM, 2019).

Como na violência psicológica ou mental está incluída a ofensa verbal de forma repetida, reclusão ou privação de recursos materiais, financeiros e pessoais, para as vítimas, o pior da violência psicológica não é a violência em si, mas a tortura mental e convivência com o terror e medo.

Eu desenvolvi um certo medo de me relacionar, então eu começo a ficar com alguém, eu gosto muito daquela pessoa mas eu não gosto que ela me toque, não quero que ela fique muito perto, não gosto muito de abraço, não quero que ela... não é que não demonstre carinho, mas demonstra carinho daí e eu daqui, não fica mexendo em mim, não põe a mão em mim, eu criei isso com o passar do tempo (Documento 01/dados da pesquisa de campo, 2019, p.17).

O abuso psicológico pode ser enquadrado no comportamento dos agressores tendo como indicativos a sutilidade na qual o agressor desenvolve habilidades e mecanismos de comunicação, para que os outros não percebam a violência dirigida à vítima, utiliza-se de discurso indireto, tortuoso, que pode conduzir à interpretação vaga daquilo que ele diz, proporcionando ideia de confusão proposital à vítima. Também se utilizam de bilateralidade, na qual usam a presença sustentada por uma circunstância de dominação ou superioridade hierárquica (SANTOS, 2006, p. 124). Exemplificado na fala da entrevistada, quando ela relata:

Ele me tratou bem assim o primeiro ano, ele ganhou a minha família no primeiro ano, e depois ele continuou com o amor na família vamos dizer assim, mas comigo mesmo, não. Aqui em casa, cozinava, era todo carinhoso, “aí sogrinha, que eu gosto muito de você”, e eu mesmo... Nada. Ele era o genro perfeito” (Documento 01/dados da pesquisa de campo, 2019, p.09).

Os homens autores de violência mantêm as mulheres com medo de suas atitudes e com medo delas mesmas (CUNHA, 2007).

Ele sempre reclamava de alguma coisa, sim era constante, porque ele sempre reclamava de alguma coisa, já teve vezes assim, vai de estar de tpm, estar com muita cólica, passando muito mal e minha sogra cuidava muito de mim na época e ele chegar do curso no fim de semana que eu achava que era só pra gente ele “ah mas eu quero ir em tal festa e se você não vai eu vou e você fica ai” eu falo: não, tudo bem pode ir, ele: não, eu quero que você vá então você vai, eu não tinha uma questão principalmente de escolha (Documento 01/dados da pesquisa de campo, 2019, p.05).

Por fim, a entrevistada constatou a forte influência familiar e o modo estrutural na qual a violência contra a mulher se desdobra até os dias atuais, sendo ainda fortemente influenciada pela cultura do machismo e contexto de submissão feminina, ao relatar:

Falando pela minha experiência, em grande parte a família influencia muito, isso tanto para a mulher quanto para o homem, a gente cresce, eu cresci com o ideal de que a mulher tem que estar ali pra ajudar o seu marido, pra dar o apoio pra ele, subi na vida e então eu acredito que é uma questão de contexto histórico (Documento 01/dados da pesquisa de campo, 2019, p.11).

No que diz respeito à descrição de violência contra as mulheres, encontra-se uma concepção histórica e ideológica da superioridade do homem em desvantagem a posição da mulher. Para MINAYO (2006) a violência contra a mulher é entendida como um fenômeno não natural, no qual não faz parte da biologia do homem. Há estudos que apontam que a violência e o abuso psicológico podem se predispor de algum fator biológico, entretanto, alguns indivíduos possuem mais propensões para usar do abuso psicológico e/ou agressão, sendo válido ressaltar, que de modo algum, podem estes serem fatores aceitáveis ou justificáveis, seja por parte da vítima ou por parte do contexto da sua ocorrência. E a partir do contexto exposto, se torna imprescindível a distinção de um relacionamento abusivo e de um relacionamento ruim, visto que o ruim se caracteriza diante da incompatibilidade do casal, imaturidade, traição. Já o relacionamento abusivo caracteriza-se com um “companheiro” que faz meio da força física ou psicológica para obter a manipulação por meio de controle sobre a vítima (FURQUIM, 2020). Neste sentido, ainda que a pessoa conviva num relacionamento ruim, nada justifica o fato de ser violada em seus direitos recebendo violência por questões de relações assimétricas de gênero. Afirmamos que o profissional da área da psicologia deve manter seu compromisso no sentido de se posicionar contra qualquer forma de violência e negligência de direitos humanos básicos. Mulheres em situação de violência, devem ser auxiliadas e cuidadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar a violência psicológica e suas consequências. Por meio da AT, tais objetivos foram atingidos a partir da identificação de categorias; comprovando

o fenômeno de abuso psicológico; suas decorrências; como tal fenômeno afeta diretamente, demasiadamente e drasticamente a saúde da mulher; inclusive universitárias.

Os altos índices de violência contra as mulheres, seja física, psicológica ou outra, continuam crescentes no Brasil e no mundo. Diante disso, cabe à sociedade ampliar a sua compreensão sobre o fenômeno, compreendendo a necessidade de atenção coletiva, uma vez que tal fenômeno engloba diversas questões, sejam estas de cunho histórico, social, afetivo, familiar, crenças, idealizações etc. Sendo assim, sua complexidade, seus danos e suas decorrências não podem ser limitados somente como um ato criminoso, tendo em vista que as consequências físicas e/ou psíquicas do fenômeno estão envolvidas em questões, no mínimo, também culturais, sociais e de saúde pública, que necessitam da conscientização e respostas da sociedade.

A sociedade com o uso do senso comum, constantemente se pergunta: *Por que as mulheres aceitam um relacionamento abusivo? Por que não vão embora? Será que gostam de sofrer?* As respostas para tais questionamentos envolvem muitos motivos. Mulheres vítimas de violência, na maioria das vezes, não percebem que estão envolvidas em uma relação que viola seus direitos, sua integridade e sua subjetividade; estão atoladas dentro de um contexto, de um meio social violento que naturaliza tal condição.

Já que muitos atos de agressão são tão sutis, mascaram a agressão psicológica sofrida ao ponto que os abusos vão se tornando mais constantes e mais violentos. A vítima vai acreditando que aquilo é normal e que é ela quem provavelmente esteja fazendo ou se comportando de maneira errada para estar gerando tais situações. Quando, finalmente, conseguem compreender o que realmente se sucede, pode ser tarde demais, pois já se encontram com severas sequelas pelo abuso contínuo, sofrido por anos de sua vida. Diante de tal, faz-se necessário e a critério de urgência, desmistificar preconceitos que envolvem os diversos tipos de violência, a fim de se conseguir alcançar ações coletivas neste enfrentamento. Atualmente, muito se vê discutir sobre violência física, sexual, ou intrafamiliar, dentre outras, mas muito pouco se debate sobre a violência psicológica que pode estar presente no dia a dia de milhares de mulheres, em diversos contextos, iniciando-se inclusive através de palavras grosseiras vindas de seus parceiros ou terceiros, a partir de comentários de desqualificação e/ou maldosos, ou ainda de brincadeiras que diminuem ou agridem a subjetividade e a autoestima da mulher.

E quando mencionamos os assuntos sobre violência contra mulheres e violência psicológica, muitas pessoas ainda enxergam o assunto de modo distante, pensando no fenômeno fora do seu contexto familiar ou proximal, não enxergando a gravidade do problema que atinge muitas mulheres na sociedade. Ainda que mulheres universitárias tenham informações e acesso à educação formal superior, identificamos este grave problema também neste âmbito. Isto revela que a questão da violência está contida, como afirma a literatura, em vários espaços e locais, devendo ser um fenômeno

de busca por intervenções efetivas da saúde e de outras áreas do conhecimento. Portanto, resgatamos aqui nosso compromisso na discussão de tema tão relevante e urgente na busca pela promoção da saúde das mulheres.

REFERÊNCIAS

ADEODATO, V.; CARVALHO, R.; SIQUEIRA, V. R.; SOUZA, F. G. M. Qualidade de vida e Depressão em mulheres vítimas de seus parceiros. *Revista de Saúde pública, São Paulo*, vol. 39, nº 1, p.108-113, Jan. 2005.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

BRASIL. Lei. N. 14.188/2021. Conceitua violência psicológica contra a mulher. Presidência da República, 2021.

BRASIL. Lei nº 13.104/2015. Altera o art. 121 do Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para **prever o feminicídio como Circunstância qualificadora do crime de homicídio**, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos.

CLARKE, V. Thematic analysis: **What is it, when is it useful, & what does "best practice" look like?** 2017. [Vídeo]. Recuperado de <https://www.youtube.com/watch?v=4voVhTiVydc&feature=youtu.be> [Links]

CLARKE, V.; BRAUN, V. Teaching thematic analysis: Overcoming challenges and developing strategies for effective learning. *The Psychologist*, 26(2), 120-123. 2013.

CUNHA, T. R. A. O preço do silêncio: mulheres ricas também sofrem violência. 1ª. Ed. Editora: UESB, 2007.

DEL PRIORE, M. Histórias e Conversas de Mulher. 1ª, ed, São Paulo: Planeta, 2013.

FRUGOLI, R., FURQUIM, G. T. (2019). Conhece violência contra as mulheres? E a psicológica? In.: *Psicologia para pais e Educadores*. (Org) Caetano, L. M.; Silva, S. C. Ed Juruá. vol 2, 119-128.

FURQUIM, G. **Mulheres, violência e o sistema único de saúde “SUS”: contribuições do serviço de psicologia**. (Dissertação de Mestrado em Psicologia). São Paulo, Universidade Metodista, 2020.

FRUGOLI, R; TANIZAKA, H; CARMASSI, M. R; SILVA, C. J. D. Violência contra as mulheres universitárias: passividade institucional e vulnerabilidade no âmbito acadêmico. **Revista Científica Eletrônica de Psicologia**. Garça, Edição 33, v. 33, n. 01, p. 1-23, novembro. 2019.

GIL, A. Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, N. P. Enfrentamento da violência contra mulher: articulação intersetorial e atenção integral. *Saúde e Sociedade*. 2014; 23(3):778-86.

JUBB N, C. G; HERNANDEZ K; MOCASI I; PASINATO, W. **Delegacias da mulher na América Latina. Uma porta para deter a violência e ter acesso à Justiça**. Quito: Ceplaes/Trama, 2010.

LIANE, S.; ROVINSKI, R. **Dano psíquico em mulheres vítimas de violência**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2004.

MINAYO, M. C. S. *Violência e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, 132p.

PIMENTEL, A. 2011. *Violência Psicológica Conjugal: pesquisa e intervenção*. São Paulo: Summus.

RAZERA, J.; CENCI, C. M. B.; FALCKE, D. **Violência Doméstica e Transgeracionalidade: Um Estudo de Caso**. *Revista de Psicologia da IMED*, 6(1), 47-51, 2014.

SANTOS, I. C. D; OLIVEIRA, *Experiências das mulheres na escravidão, pós-abolição e racismo no feminismo em Angela Davis*. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol.26, 2018.

SANTOS, A. C. W; MORE, C. L. O. (2011). **Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 31(2), 220-235.

SANTOS C. M., IZUMINO, V. P. **Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil**. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe: Universidade de Tel Aviv*; 2005.

SÁ-SILVA, J.R; ALMEIDA, C. D. D; GUINDAN, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, Ano I - Número I, p. 1-14. Julho de 2009.

SILVA, R. M. F. D.; TANIZAKA, H; SOARES, S. R. A Violência Contra as mulheres no percurso de vida: análise sobre um psicodiagnóstico de abordagem de base fenomenológica. In. OLIVEIRA, A.L. D; CASTRO, P. F. D. **Psicologia: novos olhares**. Taubaté: Edição: UNITAU, 2018. Parte: II, p. 144-159.

SILVA, R. M. F. **A Delegacia dos Fundos: uma etnografia na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher**. 257f. (Tese de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva). São Paulo, Universidade Federal de São Paulo, 2017.

SILVA, L. S.; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. Manual de orientação. Florianópolis, 2001.

SOARES, B. M. **Mulheres invisíveis: violência conjugal e novas políticas de segurança**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

SOUZA, L. K.. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-

52672019000200005&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 ago. 2021.
<http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2019v71i2p.51-67>.

SOUZA, M. B.; SILVA, M. F. Estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura brasileira. *Pensando fam.* Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 153-166, jun. 2019. Disponível em
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000100012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 ago. 2021.

SOUZA, A. A. C.; CINTRA, R. B. **Conflitos éticos e limitações do atendimento médico à mulher vítima de violência de gênero.** *Revista Bioética*, Brasília, v. 26, n. 1, p. 77-86, jan./abr. 2018.

VERARDO, M.T.; DINIZ, N.M.F.; LOPES, R.L.M.; GESTEIRA, S.M.A.; ALVES, S.L.B.A.; Gomes, P.G. **Estudio sobre salud de las mujeres y violencia doméstica.** 2004.

34 - ASSÉDIO MORAL E SEXUAL SEGUNDO AS PUBLICAÇÕES DO SISTEMA CONSELHOS DE PSICOLOGIA: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL

Daniela Cid Marchesi

Fabiane Ferraz Silveira Fogaça

INTRODUÇÃO

Atualmente nas instituições, há diversas ocorrências de violência evidenciadas por meio de dados referentes aos afastamentos no INSS através do auxílio-doença B91, que é o afastamento do tipo acidentário, ou seja, possui relação com o trabalho e não com causas externas. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (2020), de 2012 a 2018 houve 74.688 afastamentos no INSS por transtornos mentais e comportamentais, que podem ser resultantes de violências. Dentro dessas diversas formas de violências, há o assédio moral e o assédio sexual que constituem o tema deste trabalho.

Segundo os autores, conforme apresentado ao longo deste capítulo, o assédio acontece de forma sistemática e repetitiva, considerado também como uma violência institucional. No contexto histórico-social das instituições produtivas, passou a ser reproduzido no micro e macroespaço das relações de poder (BARRETO, 2003 apud SCANFONE; TEODOSIO, 2004; BARRETO; HELOANI, 2015). Diante disso, a atuação do psicólogo pode se respaldar não só no Conselho de Ética Profissional, bem como nas legislações vigentes concernentes a assédio, como se discorrerá nas próximas seções.

O assédio consiste em uma violência psicológica a impactar diretamente na vida do sujeito que o sofre. Considerando a frequente ocorrência, o panorama restrito de discussão na sociedade e a importância da participação do psicólogo nesse contexto, este trabalho tem por objetivo identificar as publicações de documentos sobre assédio nos sítios eletrônicos do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos da Região Sudeste do Brasil. Além disso, propõe-se a analisar os conteúdos dispostos para a sociedade e a categoria de psicólogos com base em comparações por estados e temas.

Em face disso, nas próximas seções será apresentado o conceito de assédio moral e sexual e suas implicações, destrinchando brevemente a fundamentação teórica utilizada neste trabalho. Posteriormente, apresentar-se-ão o método de pesquisa adotado, os resultados e a discussão, culminando com as considerações finais.

REVISÃO DE LITERATURA

Contexto Histórico

Heinz Leymann foi o pioneiro nos estudos sobre assédio no mundo, tendo iniciado sua trajetória sobre sofrimento no trabalho na década de 80 na Universidade de Estocolmo, na Suécia. Em 1993, Leymann lançou o livro abordando o *mobbing* e o psicoterror no ambiente laboral, definindo o conceito de *mobbing* como uma pessoa marcada como alvo por outra pessoa ou por um grupo, que o exclui, persegue-se e o agride. Uma vez desencadeadas essas ações de terror psicológico (psicoterror), e caso não haja intervenção externa, há a possibilidade maior de ocorrência devido à omissão e conivência dos colegas que presenciam a situação. A partir do lançamento deste livro, Leymann inaugura os estudos sobre a saúde psíquica no ambiente de trabalho. Em 1998, a psicanalista francesa Marie-France Hirigoyen lançou o livro *Assédio moral e violência perversa no cotidiano*, sendo a primeira a utilizar o termo assédio moral para falar de violência no cotidiano familiar e no trabalho. Em virtude da grande repercussão da referida obra, houve mal-entendidos distorcendo a definição da autora sobre assédio, Hirigoyen, por sua vez publicou em 2001 o livro intitulado *Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio* (FREITAS; HELOANI; BARRETO, 2011).

Conforme Araújo (2003 apud SCANFONE; TEODÓSIO, 2004), as discussões sobre assédio no Brasil se intensificaram somente após a publicação da pesquisa que compôs a dissertação de mestrado da Margarida Barreto, em 2000, com o título *Uma jornada de humilhações*. No entanto, as discussões se restringiam ao movimento sindical e ao Poder Legislativo. Em seguida, Maria Ester de Freitas publicou, em 2001, o primeiro artigo no país sobre assédio com o título *Assédio moral e assédio sexual: faces do poder perverso nas organizações*, no qual esclarece as duas facetas do assédio nas organizações, e faz uma breve discussão do tema relacionando-o com a cultura brasileira. No Brasil, o assédio moral tem sido muito estudado por juristas, porém, há escassez de estudos na área da saúde mental, assim como falta referencial teórico sobre o assunto ante a gravidade e a intensificação do assédio no país (GUIMARAES; RIMOLI, 2006; SCANFONE; TEODOSIO, 2004). Os pioneiros nos estudos sobre o tema no país afirmam que: “Atualmente, [...] percebe-se que a violência no trabalho mudou de chicotadas nos escravos, isolamento, e toda a sorte de agressões físicas para uma violência quase invisível que deixa rastros apenas aos olhos mais atentos” (PELLEGRINI, 2016, p. 36). Desta forma, faz-se necessário definir o que é assédio, os tipos e o modo como ocorre no ambiente de trabalho.

Definição de assédio, como acontece e suas consequências

A definição mais conhecida ao se pesquisar sobre assédio foi demarcada pela francesa Hirigoyen:

[...] o assédio moral no trabalho é definido como qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, comportamento, atitude...) que atente, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade ou integridade psíquica ou física de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho (HIRIGOYEN, 2015, p. 17).

Segundo Hirigoyen (2008), o assédio sexual tem relação com os dois sexos, tanto masculino quanto feminino, mas a maior parte dos casos com apresentação de queixa, as vítimas são em maioria mulheres agredidas por homens, que são frequentemente seus superiores hierárquicos. Este tipo de assédio trata-se de afirmação do próprio poder, considerando a vítima como objeto sexual. A autora afirma que:

Uma mulher assediada sexualmente é considerada por seu agressor como estando “à disposição”. (...) O assediador não admite que a mulher visada possa dizer não. Aliás, se ela o faz, sofre em revida humilhações e agressões. Não é raro que o agressor diga que foi ela quem o provocou, que ela era permissiva ou que foi ela quem tomou a iniciativa (HIRIGOYEN, 2008, p. 81).

Higa (2016) alerta que o esforço para as mulheres se manterem no mercado de trabalho demonstra que elas não foram nem são totalmente bem-vindas nesse ambiente. Afirma também que a mulher assumir um papel de independência, desvinculando-se da sujeição do homem, faz com que haja a possibilidade de criar um ambiente de trabalho hostil. Desta forma, o autor revela que o assédio sexual é uma forma de discriminação sexual. Hirigoyen (2015) afirma que nos países latinos domina uma atmosfera machista, na qual muitos homens consideram que a mulher que trabalha é culpada pelo desemprego entre os homens. Argumento refutável quando se analisam os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que dispõem que, no Brasil, em 2019, a taxa de emprego foi maior entre homens do que entre mulheres, e a taxa de desemprego foi maior entre as mulheres (OIT, 2020). Hirigoyen (2015) evidencia, também, que as mulheres não são somente as vítimas mais frequentes do assédio sexual, mas são assediadas de forma diferente dos homens, com conotações machistas e sexistas. Portanto, “muitas vezes a intenção do agressor é puramente discriminatória, constitui violência de gênero no sentido de subjugar a mulher, externando a misoginia (...)” (HIGA, 2016, p. 495).

Conforme Hirigoyen (2008), muitas vezes o assédio se inicia quando a vítima reage contra o autoritarismo do chefe, em que a capacidade desta de reagir que a torna um alvo. O modo de agressão varia conforme os meios socioculturais e setores da empresa, ou seja, “quanto mais se sobe na hierarquia e na escala sociocultural, mais as agressões são sofisticadas, perversas e difíceis de

caracterizar” (HIRIGOYEN, 2008, p. 18). O assédio no trabalho parte do pressuposto de “um desequilíbrio de poder entre as partes, é a incapacidade de retaliação do alvo que permite a ocorrência das agressões sistemáticas” (TOLFO; OLIVEIRA, 2015, p. 21).

Hirigoyen (2015) descreve os tipos de assédio conforme quem os pratica, podendo ser: a) vertical descendente, praticado por um superior hierárquico. O assédio moral vindo de um superior gera consequências de maior gravidade para a vítima do que um assédio originário de um colega; b) o assédio horizontal, praticado por colegas, ocorre com maior frequência em casos em que dois funcionários disputam a mesma vaga na empresa; c) o assédio misto é quando a vítima é assediada não só pelo superior hierárquico, mas também por colega(s) que se torna(m) cúmplice(s) da atitude mesmo que seja somente por omissão; d) o assédio ascendente ocorre dos subordinados ao superior, e são casos que raramente há queixas, por não serem levados em consideração; ou pelo fato dos superiores não terem onde se queixar.

Neste sentido, a autora ainda descreve uma lista os métodos de assédio realizados através de atitudes hostis do assediador. Elencam-se quatro itens: a deterioração proposital das condições de trabalho; o isolamento e recusa de comunicação; o atentado contra a dignidade; e a violência verbal, física ou sexual. O primeiro item, deterioração proposital das condições de trabalho, o assediador age de maneira a fazer a vítima parecer incompetente, e usa disso para criticá-la e usar como pretexto para demiti-la. Ainda afirma que essas atitudes são as primeiras a serem identificadas no caso de assédio moral vertical descendente. Em relação ao segundo item, isolamento e recusa de comunicação, Hirigoyen explica que se trata de atitudes feitas tanto pela chefia, quanto por colegas de trabalho, e afetam demasiadamente a vítima. A autora retrata o terceiro item, atentado contra a dignidade, afirmando que, muitas vezes, é visto por todos, mas a vítima é considerada culpada. Surgem comentários entre colegas justificando ao dizerem que a vítima é sensível e não tem senso de humor, entre outros. Afirma também que tais atitudes são mais frequentes de colegas do que da chefia. O quarto item arrolado, violência verbal, física ou sexual, acontece quando o assédio já é perceptível por todos, segundo Hirigoyen. Quando a violência atinge este estágio, “a vítima pode estar inteiramente estigmatizada como paranoica, e suas queixas não são atendidas, ou as testemunhas sabem o que se passa (...), [mas] têm medo de manifestar apoio” (HIRIGOYEN, 2015, p. 110).

Visto as atitudes hostis que caracterizam o assédio, entende-se agora quais as possíveis consequências desta violência na vítima. Segundo Hirigoyen (2015), os sintomas apresentados no início do assédio são cansaço, distúrbio no sono ou digestivo, enxaquecas etc. que se apresentam no corpo como tentativa de enfrentamento da situação. Além do sentimento de impotência e humilhação. A autora pontua que, no primeiro momento, no início do assédio, existe a possibilidade da vítima se recuperar sendo afastada do agressor, ou quando a situação é reconhecida e o agressor se redime com

a vítima, podendo então se recuperar sem causar mais e maiores danos em longo prazo. Mas caso o assédio se prolongue, pode solidificar um estado depressivo na vítima, apresentando apatia, tristeza, complexo de culpa, obsessão e desinteresse por seus próprios valores, além da somatização. Dentre esses distúrbios psicossomáticos, a autora afirma que os mais comuns são mudança brusca no peso, distúrbios digestivos e endocrinológicos, alteração na pressão arterial como hipertensão, vertigens, doenças de pele, entre outros, que são facilmente identificados por um médico, mas raramente relacionados a questões psicológicas.

Atuação do psicólogo

Definido o assédio, faz-se necessário discutir a atuação do psicólogo diante desse cenário. Não foi encontrada na literatura alguma referência específica a atuação do psicólogo, mas é possível embasar-se no Código de Ética Profissional do Psicólogo. Conforme Barreto (2003 apud SCANFONE; TEODOSIO; 2004, p. 72), desde as últimas décadas do século XX, alterou-se a forma de produzir e acumular riquezas, resultando numa quebra de direitos sociais, diversas reformas trabalhistas, crescimento no trabalho informal, baixos salários e sobrecarga no trabalho, levando à sua precarização e promovendo o desemprego em massa.

A partir dessa perspectiva histórico-social, Hirigoyen (2008) argumenta que o abuso de poder sempre existiu, mas, atualmente, está cada vez mais disfarçado nas organizações através do discurso encoberto para promover a autonomia e a iniciativa dos empregados, que só exigem a submissão e a obediência destes. Conforme Clegg (1996 apud SCANFONE; TEODOSIO, 2004, p. 73), o poder nas organizações não se limita ao controle direto, bem como indireto com técnicas formalizadas, como práticas culturais, que incluem o empregado como um membro de uma organização que faz parte de um fluxo de autoridade multidirecionada. Isso impacta diretamente no empregado, fazendo com que ele produza por estar obcecado com as ameaças sugestivas a sobrevivência da empresa ou a perda de seu emprego (HIRIGOYEN, 2008). Logo, a causalidade do assédio não deve considerar exclusivamente a raiz visível do problema, melhor dizendo, o ato em si, mas também as entranhas da relação capital. De forma que excluir essa dimensão é se abstrair da realidade (BARRETO; HELOANI, 2015). Portanto, a atuação do psicólogo deve considerar essa perspectiva assim como prevê o Código de Ética: “o psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código” (CFP, 2005, p. 7) e o descrito no artigo 2º, nos itens a seguir:

Ao psicólogo é vedado: a) praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão; [...] e) ser conivente com erros, faltas éticas, violação de direitos, crimes ou contravenções penais praticados por psicólogos na prestação de serviços profissionais (CFP, 2005, p. 9).

No âmbito legislativo, atualmente no Brasil, existem diversos processos judiciais referentes a assédio moral e assédio sexual, e, em 2019, foram registrados 60.499 novos casos relacionados a assédio moral, e 2.850 a assédio sexual (JUSTIÇA DO TRABALHO, 2020). Sobre assédio moral, ainda não existe uma lei específica, embora existam diversos projetos de lei em debate (TOLFO; OLIVEIRA, 2013). No entanto, é possível se fundamentar no Código Civil Brasileiro, cujo artigo 186 dispõe que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direto e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito” (BRASIL, 2002).

Segundo Barreto e Heloani (2015), o assédio moral compreende uma violência complexa, no qual se deve evitar conceitos simplistas em uma tentativa inútil de contemplar todas as variáveis geradas por danos morais. Tolfo e Oliveira (2013) abordam também a dificuldade de formulação de leis para a penalização do assédio moral por este estar relacionado à subjetividade da vítima em questão e ser uma violência psicológica, do mesmo modo que há a dificuldade de verificar o nexo causal. Já o assédio sexual é considerado crime, conforme a Lei nº 10.224/01 que alterou o Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940, na qual se define o assédio sexual como o fato de “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função” (BRASIL, 2001).

Higa (2016) elucida que a maior falha do Código Penal brasileiro foi classificar o assédio sexual unicamente em função do desejo do ofensor em obter uma recompensa sexual, assumindo, assim, uma perspectiva reducionista confinando a hierarquia inerente à relação de trabalho. Por fim, “a desconstrução do assédio (...) e a intolerância social são faces da mesma moeda, o que exige recuperarmos a dimensão ontológica, levando em conta, (...) que vivemos uma crise que atinge tanto a dimensão ética como social, laboral e da saúde” (BARRETO; HELOANI, 2015 p. 559).

MÉTODO

Tipo de pesquisa

Para a realização desta pesquisa, foi adotado o método de análise documental. Gil (2002) afirma que a pesquisa documental usa diversos tipos de documentos como fonte de estudo, e proporciona uma melhor visão de um problema ou de levantamento de hipóteses que podem ser

verificadas por outros meios. Portanto, foram analisados os documentos publicados nos sítios eletrônicos do Conselho Federal de Psicologia e dos Conselhos da Região Sudeste do Brasil, sendo eles: Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo.

Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada entre os dias 21 de março de 2020 e 6 de maio de 2020. Inicialmente foram acessados os sítios eletrônicos do Conselho Federal de Psicologia (CFP), do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG), do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ), do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP) e do Conselho Regional de Psicologia do Espírito Santo (CRP-ES). Os Conselho Federal de Psicologia junto com os Conselhos Regionais formam o Sistema Conselhos, criado pela Lei nº 5.766/1971 regulamentada pelo Decreto 79.822 em junho de 1977.

A escolha de coletar os dados pelos sítios eletrônicos ocorreu em virtude da possibilidade de acesso aos documentos publicados digitalmente pelo CFP e pelos Conselhos da Região Sudeste, e também por ser um material de fácil acesso para todos: desde a categoria profissional até o público em geral. A Região Sudeste foi selecionada por somar 203.647 psicólogos na região, representando 54% da categoria do país (CFP, 2020). Foram considerados como documentos as publicações de revistas, jornais, livros, referências técnicas, cartilhas e similares de autoria própria e disponíveis em seus sítios eletrônicos, podendo conter mais de um documento em uma publicação. A busca foi realizada nos sítios eletrônicos na aba de publicação, comunicação ou o que remetesse à publicação de conteúdo. Como critério inicial, empregou-se a palavra-chave “assédio”, e para a busca foi utilizada a ferramenta de busca de palavras nos arquivos para selecioná-los. Não foi determinado *a priori* um período de busca, considerando todo o conteúdo disponível pelos Conselhos selecionados para esta pesquisa até o ano de 2019.

Análise de documentos

Pesquisado os documentos publicados nos sítios eletrônicos do CFP e dos CRPs de toda a Região Sudeste, foi feita a seleção baseando-se como critério conter a palavra “assédio” no documento. A pesquisa foi feita usando a ferramenta de busca de palavra, pois a ferramenta de pesquisa resultava somente nas publicações que possuía a palavra assédio no título, excluindo diversos documentos que poderiam contribuir para este trabalho. Dentre os documentos selecionados, foi feita uma leitura a fim de organizá-los por Conselho (Tabela 1) para, posteriormente, realizar uma segunda leitura no intuito de definir as categorias para a análise quantitativa. Convém lembrar que a

definição de documento aqui utilizada considera cada texto que menciona assédio, podendo uma publicação conter vários textos, ou seja, vários documentos.

As categorias para a análise quantitativa foram definidas pelos itens mais recorrentes nos documentos, consistindo em: 1) ano de publicação; 2) assunto do documento: assédio (moral/sexual), e outros assuntos; 3) tipos de assédio: assédio moral, assédio sexual, assédio moral e sexual, e não definido; 4) tema: trabalho, feminismo, diversidade de gênero e relações raciais, ética profissional, políticas públicas e direitos humanos, outros temas; 5) tipo de publicação do documento: caderno temático, cartilha, jornal, livro, relatório, revista e diversos; 6) terminologia: correto, incorreto.

Baseadas nos dados obtidos pela análise quantitativa, levantou-se algumas hipóteses a serem elaboradas e discutidas no decorrer das categorias mencionadas anteriormente, estabelecendo-se os seguintes eixos temáticos: a evolução do conceito de assédio moral e sexual; os contextos em que o assédio moral e assédio sexual são discutidos; o conteúdo dos documentos: informativo, orientativo, especulativo etc.; e a atuação do psicólogo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta a discussão dos resultados obtidos por intermédio das categorias de análise previamente definidas no Método. Inicialmente, é apresentada a organização inicial dos resultados por meio da Tabela 1. Após a apresentação da organização dos dados iniciais, é realizada a discussão dos resultados de cada categoria. Conforme já mencionado, os documentos aqui analisados são todos de produção do Sistema Conselhos da Região Sudeste e do Conselho Federal de Psicologia, demonstrando um recorte do material disponível a categoria de psicólogos e população, viabilizando também a análise do papel que os Conselhos de Psicologia têm assumido diante deste tema.

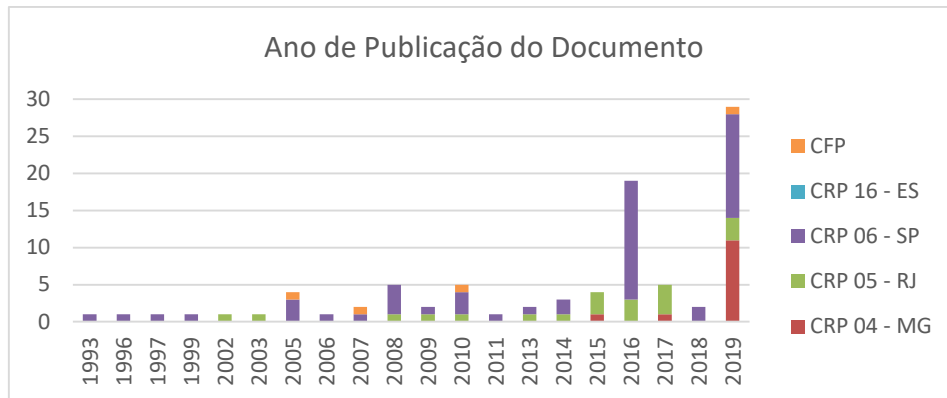
Tabela 4 - Organização Inicial dos Resultados

Conselho	Total de Publicações	Publicações Rejeitadas	Publicações Aceitas	Quantidade de Documentos
CRP 04 - MG	40	32	8	13
CRP 05 - RJ	99	81	18	20
CRP 06 - SP	285	251	34	53
CRP 16 - ES	0	0	0	0
CFP	155	151	4	4
Soma	579	515	64	90

Fonte: autoria própria

Conforme a Tabela 1, a princípio, foram encontradas 579 publicações nos sítios eletrônicos das quais 515 foram rejeitadas, resultando em 64 publicações aceitas conforme os critérios de seleção predefinidos. Nessas 64, foram encontrados 90 documentos. Cabe ressaltar que, como descrito no método, foi considerado como documento cada texto que menciona a palavra assédio, podendo uma publicação conter diversos textos.

Gráfico 1 – Ano de Publicação do Documento



Fonte: autoria própria

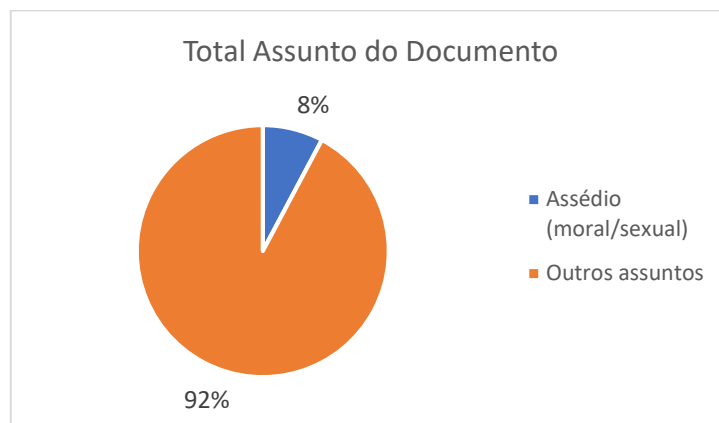
Conforme o Gráfico 1, é observável que o CRP – SP foi o Conselho que mais publicou documentos ao longo dos anos (53), seguido pelo CRP – RJ (20). O CRP – MG apresentou publicações de documentos feitas somente nos últimos cinco anos (13). De acordo com os resultados obtidos, verificou-se que há publicações de documentos abordando o assédio nos Conselhos desde 1993. Segundo o Gráfico 1, existiram poucas publicações por ano, nunca ultrapassando cinco, exceto em dois anos, 2016 e 2019, que teve um aumento significativo.

Ao se analisar as publicações desses dois anos, 2016 (19 publicações) e 2019 (29 publicações), em relação a 2016, aventou-se a hipótese de ter esse aumento devido ao momento político na época por ter sido o ano do início da crise política no país seguido do golpe através do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff (BRAZ, 2017). A maioria dos documentos publicados naquele ano tem o tema Trabalho (10), seguido por Políticas Públicas e Direitos Humanos (5), e Outros Temas (4). Ao se observar o conteúdo desses documentos, foi possível verificar que oito documentos abordam questões políticas daquele ano, seis discutem sobre a atuação do profissional de psicologia, e os demais (5) tratam a respeito de assuntos diversos.

Em relação ao ano de 2019, os documentos publicados citando assédio abordam assuntos extremamente atuais e que vem apresentando maior discussão na sociedade e também na categoria. A hipótese aventada foi de que, com os últimos ocorridos na política do Brasil – especificamente o

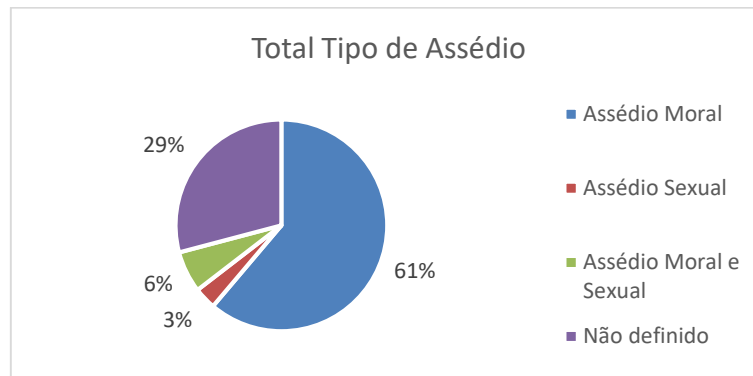
golpe de 2016, e as eleições de 2018 findando o atual governo, geraram grandes impactos sociais, como a grande polarização em diversos assuntos, e a manifestação escancarada do que antes era velado pela sociedade e ocorria de forma latente como o machismo, a misoginia, a homofobia, o autoritarismo, e até mesmo a retirada de direitos da sociedade em diversos âmbitos (VAZQUEZ, 2019; PLEYERS, 2020). Assim, há a necessidade de se criar mais espaços de discussão, em que as publicações dos Conselhos pode ser um destes. A maioria destes documentos apresenta os temas: Políticas Públicas (9), Feminismo, Diversidade de Gênero e Relações Raciais (8), Ética Profissional (5), Outros Temas (5), e Trabalho (2).

Gráfico 2 – Total Assunto do Documento



Fonte: autoria própria

Conforme o Gráfico 2, somente 8% de todas as publicações têm como assunto principal o assédio. Essas publicações são documentos teóricos que, em sua maior parte, trazem informações sobre assédio desde a definição ao modo como acontece, mas nenhum orienta a classe de psicólogos o procedimento em face disso. É importante salientar que os documentos que abordam esse assunto são majoritariamente sobre o tema Trabalho, demonstrando que este provavelmente ainda seja o único tema que discute o assédio teoricamente, resultando numa discussão exclusiva do assédio no ambiente de trabalho, e não nas demais instituições onde também acontece, como, por exemplo, família, escola, igreja, presídios, entre outros. Outra questão crucial a ser discutida refere-se ao fato de que, desses documentos, somente um quarto trata o assédio sexual, portanto, levanta-se a hipótese de ainda ser um tabu que influencia diretamente as publicações criando um vácuo teórico e informativo. Ao que tudo indica a própria psicologia ainda tem dificuldade de entender o assédio como um fenômeno com características únicas, dentro do bojo também há a questão de gênero e a violência. Os outros 92% embora citem assédio, tratam de outros assuntos. Dessa categoria, somente 29% se debruçam sobre o tema assédio sexual, e 14% dos documentos não o especificam.

Gráfico 3 – Total Tipo de Assédio

Fonte: autoria própria

Conforme o Gráfico 3, nota-se que nos 90 documentos analisados, a palavra assédio foi encontrada 237 vezes. Destes, 61% se referem ao assédio moral, 29% não definem, 6% abordam o assédio moral e sexual juntos, e 3% mencionam assédio sexual. Conforme visto na revisão de literatura, Guimaraes e Rimoli (2006) e Scanfone e Teodosio (2004), colocam a escassez de estudos e de referencial teórico sobre assédio moral na área da saúde, porém, ainda assim é o tipo que mais apresenta conteúdo. Da mesma forma, é o tipo que apresenta mais processos na Vara do Trabalho, conforme a seção 2.3. Isso refletiu também nos dados encontrados nas publicações de documentos dos conselhos, pois a maioria recai em assédio moral, ou não definido. Este último, ao se averiguar tanto os documentos quanto o contexto no qual a palavra é mencionada, refere-se, na maioria das vezes, ao assédio moral.

O assédio moral corresponde a uma violência intencional através de condutas abusivas e repetitivas com a finalidade de diminuir, vexar, humilhar, constranger e desqualificar física e psicologicamente a vítima, atingindo a dignidade e a integridade desta (FREITAS; HELOANI; BARRETO, 2011; HIRIGOYEN, 2015). Muitas vezes, conforme alerta Hirigoyen (2008), começa quando a vítima reage contra o autoritarismo do chefe, sendo justamente essa capacidade de resistência e reação que a torna um alvo. Essa incapacidade de retaliação faz com que o assédio vire uma violência repetitiva e sistemática (TOLFO; OLIVEIRA, 2015).

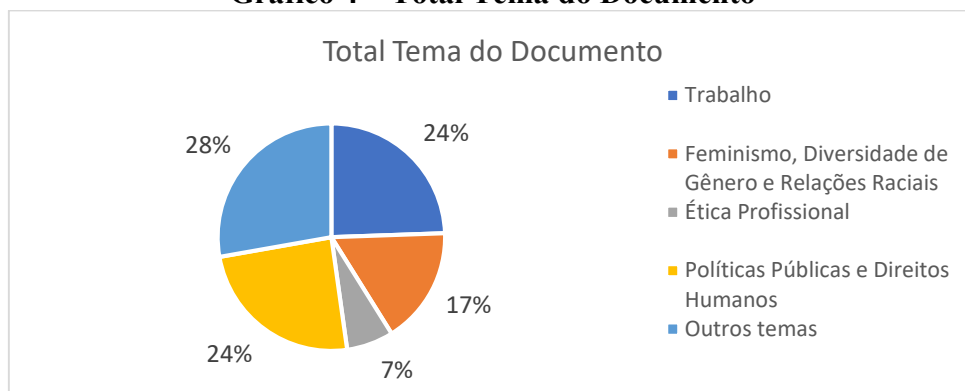
A forma como essa violência ocorre varia conforme os meios socioculturais da empresa, e se inicia partindo do pressuposto de que exista um desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas, e, quanto mais se sobe na hierarquia, mais sofisticadas e disfarçadas são as agressões (HIRIGOYEN, 2008; TOLFO; OLIVEIRA, 2015). Desta forma, pode-se entender que o assédio moral é uma “evolução” da violência praticada no Brasil desde a era da escravidão, transformando as agressões físicas da época em agressões quase invisíveis de hoje (PELLEGRINI, 2016). Em outras palavras, o

assédio moral reside um tipo de violência que está presente na vida das pessoas desde a colonização do país, mas de formas diferentes. Diante do exposto, esta é a hipótese desse tipo de assédio ser o mais discutido, e o mais processado judicialmente. É algo institucionalizado nas organizações, que usa e abusa do seu poder capital.

Sob essa premissa, o assédio moral está disfarçado no discurso de vestir a camisa da empresa e promover a autonomia e o espírito de iniciativa do empregado, de forma que não somente o chefe agride o subordinado, mas a própria instituição o faz, normalizando essa violência (CLEGG, 1996 apud SCANFONE; TEODOSIO, 2004; BARRETO; HELOANI, 2015; HIRIGOYEN, 2008).

Segundo o Gráfico 3, o assédio sexual resulta somente em 9% das menções (assédio sexual somado ao assédio moral e sexual). O referencial teórico demonstra que as mulheres ainda não são totalmente aceitas no mercado de trabalho, demandando esforço para se manterem nesse meio. A mulher assumir tal papel, de independência e desvinculação de se sujeitar ao homem, resulta num ambiente de trabalho hostil para ela, esse tipo de assédio pode ser visto como uma faceta da discriminação sexual e da violência de gênero (HIGA, 2016). Nesse tipo de assédio, as mulheres são as maiores vítimas, e também são assediadas de forma diferente, com conotações machistas e sexistas; e, muitas vezes, a intenção do agressor é somente de subjugar a mulher sendo uma agressão estritamente discriminatória (HIRIGOYEN, 2015; HIGA, 2016). Desta forma, surge como hipótese o assédio sexual não ser tão discutido quanto o assédio moral, tanto teoricamente quanto nos documentos aqui analisados, por ser uma violência voltada ao gênero feminino, inclusive em publicações voltadas aos psicólogos, profissão composta em sua maioria por mulheres (CFP, 2020). Trata-se, sem dúvida, de um reflexo de uma sociedade patriarcal, onde os interesses do gênero feminino são pouco debatidos e representados, da mesma forma que entre os diversos temas aqui encontrados, essa categoria foi mais discutida em Feminismo, Diversidade de Gênero e Relações Raciais, conforme a Tabela 2.

Gráfico 4 – Total Tema do Documento



Fonte: autoria própria.

Pode-se observar no Gráfico 4 que, além de Outros Temas a totalizarem 28% dos documentos, os temas Trabalho (24%) e Políticas Públicas e Direitos Humanos (24%) são os mais frequentes quando mencionado o termo assédio. A categoria Feminismo, Diversidade de Gênero e Relações Raciais representam 17% dos documentos, seguida por Ética Profissional que representa somente 7%.

Os documentos que têm o tema Trabalho (24%) abordam assuntos como saúde do trabalhador, violência no trabalho, direitos trabalhistas, atuação dos psicólogos nas organizações, e psicologia organizacional e do trabalho. Os documentos deste tema são, em sua maioria, discussões entre a categoria através de cadernos temáticos ou livros. Alguns documentos são informativos, apresentando elementos do que seja assédio moral, e somente um orienta a classe sobre uma portaria do Ministério da Saúde, na qual os profissionais de saúde devem notificar doenças e acidentes relacionados ao trabalho aos devidos órgãos responsáveis. Portanto, há um “excesso” de informações repetidas sobre assédio moral – e nenhum sobre assédio sexual, e não foi encontrada nenhuma orientação aos profissionais de psicologia sobre a atuação ante as situações de assédio neste tema, lembrando que Trabalho é o tema que majoritariamente apresentou publicações de documentos abordando assédio, como discutido na análise da categoria Assunto do Documento (Gráfico 2).

Ao se analisar os documentos que compõem o tema Políticas Públicas e Direitos Humanos (24%), é perceptível que haja discussões em diversos âmbitos mencionando assédio. Esses documentos tratam acerca de variados assuntos como ocupações de moradia, direitos e lutas indígenas, reformas trabalhistas e a precariedades, regulamentação e democratização da mídia, Estatuto da Criança e do Adolescente, saúde pública, o SUAS e política. Apesar da grande variedade de assuntos mencionando assédio, nenhum documento o apresenta como tema principal, ou seja, com uma discussão destinada a isto. Além disso, do total dos documentos que compõe o tema, 27% deles mencionam o termo assédio incorretamente.

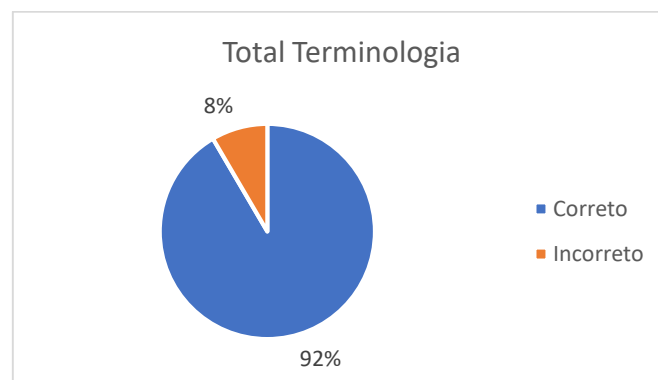
Em busca de documentos que pudessem orientar os psicólogos ante o assédio, foi analisado os que compunham o tema Ética Profissional. Como visto no Gráfico 4, o tema apresenta poucas publicações de documentos, e estes abordam assuntos éticos como por exemplo o enfrentamento da precarização do trabalho no Brasil, a luta antimanicomial e o próprio exercício profissional do psicólogo. Nenhum destes documentos são orientativos, mas sim informativos e dissertativo-expositivos. Tendo em vista os dados dos temas dos documentos publicados, questiona-se os tipos de assédio que cada tema discorre em maior frequência. Dessa maneira, para melhor ilustrar essas informações, foi elaborada a Tabela 2.

Tabela 5 – Tipos de Assédio em Cada Tema

Tipo de Assédio	Ética Profissional	Feminismo, Diversidade de Gênero e Relações Raciais	Políticas Públicas e Direitos Humanos	Trabalho	Outros Temas
Assédio	83%	53%	73%	32%	24%
Assédio moral	17%	13%	36%	86%	60%
Assédio sexual	0%	27%	5%	14%	12%
Assédio moral e sexual	0%	20%	0%	14%	12%

Fonte: autoria própria

Através desta tabela é possível verificar a pouca menção sobre assédio sexual, inclusive quando relacionado com assédio moral, da mesma forma que o Gráfico 3 evidencia. A única categoria que o menciona com mais frequência é Feminismo, Diversidade de Gênero e Relações Raciais, induzindo a hipótese de que o tema ainda é um tabu e é discutido somente no meio daqueles que mais o sofrem que são mulheres, segundo Hirigoyen (2008). Além do mais, conforme Clegg (1996 apud SCANFONE; TEODOSIO, 2004), o uso da relação de poder nas instituições não se resume ao controle direto, como também a ações indiretas por meio de técnicas formalizadas que incluem a pessoa como membro da organização, que faz parte de um fluxo de autoridade multidirecionada. Neste sentido, a violência está difundida em outras coisas, disseminada em vários locais e de diversas formas, a naturalizar o assédio e dificultar a identificação deste. O assédio deveria ser discutido em diversos temas, e não geralmente relacionado ao Trabalho, por uma posição até preventiva.

Gráfico 5 – Total Terminologia

Fonte: Autoria própria

Conforme o Gráfico 5, somente 8% da utilização da palavra assédio estão incorretos, enquanto 92% são empregados corretamente. Os termos aqui classificados como incorretos são aqueles que

fogem do conceito de assédio apresentado na revisão de literatura. Os erros presentes nos documentos se dividem em três tipos, o mais recorrente deve-se ao autor do documento utilizar o termo para escrever que sofreu assédio de algo, por exemplo, assédio da mídia. Outro exemplo de utilização errônea do termo foi um documento publicado pelo CRP-MG cujo título é *Gênero não é ideologia! Escola tem partido!* Nesse documento, o autor faz uma citação do Escola sem partido, no qual afirma que as escolas do Brasil seriam vítimas de assédio de grupos e correntes ideológicas, sofrendo doutrinações destes (ESCOLA SEM PARTIDO, 2017, apud NOGUEIRA, 2019, p. 89). É evidente o uso errôneo da palavra assédio, pois como descreve a Revisão de Literatura (seção 2), para se caracterizar como tal, não é necessário só a repetição dos atos hostis, mas também a presença de uma estrutura hierárquica, seja ela qual for.

Nessa perspectiva, se um grupo ideológico assume o poder, aí sim pode se configurar assédio, como, por exemplo, o atual governo, cujo cunho autoritarista e ideológico-religioso (ALMEIDA, 2019; GUIRADO, 2019), resulta em diversas denúncias de assédio. Conforme a reportagem de Raquel Lopes (2020) no jornal *Folha de São Paulo*, o governo atual acumula (até o mês de julho de 2020) o total de 680 denúncias de assédio moral na Controladoria Geral da União (CGU) desde o início da gestão Bolsonaro. Isso representa um aumento significativo de 49% desde 2017 (ano do governo Temer). As denúncias partem de funcionários públicos de diversos segmentos, desde ministérios, até os da área de educação e da área da saúde. Outro tipo de erro comum consistiu em mencionar assédio no lugar de importunação, que são violências diferentes, como, por exemplo, sofrer assédio no ônibus, o termo correto é importunação, ou até mesmo abuso ou estupro, a depender do caso. O terceiro tipo de erro compreendeu mencionar assédio numa relação terapêutica – psicólogo e cliente. Neste caso, foi considerado como incorreto, pois, a partir do pressuposto psicanalítico, a relação terapêutica não se caracteriza como uma relação hierárquica, visto que o psicólogo não assume o papel de saber, de detentor do conhecimento (QUINET, 1991).

O referencial teórico não apresenta nenhum conteúdo sobre as noções errôneas referentes a assédio, sendo necessário realizar uma ponderação acerca disso, pois utilizar um termo de forma incorreta pode não só relativizar a violência, mas também abrir espaço para criar noções de assédio incongruentes com o que é de fato. Portanto, pode resultar numa ressignificação da palavra, excluindo o seu sentido e dificultando a vítima de identificar que esteja sofrendo assédio moral ou assédio sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a analisar as publicações de documentos nos sítios eletrônicos do Sistema Conselhos de Psicologia da Região Sudeste e Federal do Brasil. Nos últimos quatro anos, evidenciou um grande aumento de publicações, sobretudo em 2016 e 2019. Identificou-se que estas publicações em maioria abordavam assuntos atuais referentes à política e à sociedade, indicando que há espaços de discussão sobre os acontecimentos atuais entre os profissionais nos Conselhos estudados. Estes documentos respondem a hipótese levantada de que o aumento de publicações nos anos mencionados tem relação direta com o momento político do país. Como visto na seção 4, em 2016 aconteceu o golpe através do *impeachment* da então presidente Dilma, o qual resultou em um governo que articulou a retirada de direitos dos trabalhadores, através da reforma trabalhista, por exemplo. Culminou assim no atual governo que continua com esse propósito, retrocedendo cada vez mais a democracia, cuja tendência autoritária ataca a educação, o emprego, o trabalhador, as mulheres, os negros, os LGBT+, e os indígenas gerando um impacto social negativo, portanto, faz-se necessário que temas como estes sejam mais discutidos.

Ao longo deste trabalho, ficou muito evidente quão pouco se discute sobre assédio, pois dos 90 documentos analisados, somente 8% o têm como assunto principal. Esse dado corrobora com Guimaraes e Rimoli (2006), e Scanfone e Teodosio (2004), que afirmam que o assédio moral é pouco estudado na área da saúde mental, e que falta referencial teórico, considerando a gravidade deste e o aumento de casos no país. Ainda assim, esses documentos são em maior parte sobre assédio moral, e com o tema trabalho. Além da escassez de documentos informativos, os que têm como assunto principal o assédio, mal discutem acerca do assédio sexual. Ademais, quando discutidos, é relacionado somente com o ambiente de trabalho, induzindo que o assédio não aconteceria em outros lugares a não ser no espaço laboral. Essa limitação de discussão informativa e teórica mostra-se gravíssima, pois, até mesmo o conceito de assédio (moral e sexual), resume-o como um fenômeno exclusivo do trabalho, embora possa acontecer em outros espaços institucionais (escolar, familiar, prisional etc.), como os mencionados nos documentos que compõem outros assuntos.

O assédio moral é o mais mencionado, pois pouco se discute acerca do assédio sexual não só nos dados obtidos pelos resultados, bem como nos embates teóricos, de forma geral. Pouco se aborda a respeito do assédio sexual, cabe ressaltar a dificuldade enfrentada para encontrar embasamento teórico para compor a revisão de literatura deste trabalho. Nos resultados, entre os poucos documentos que mencionam esse tipo de assédio, a maioria é feita no tema Feminismo, Diversidade de Gênero e Relações Raciais. Essa categoria apresentou documentos debatendo, representativamente, os interesses e os direitos das mulheres, dos negros e da comunidade LGBT+. Como visto na seção 2.2,

o assédio sexual pode ser considerado como uma violência de gênero. Esse desfalque compreende um reflexo de uma sociedade machista e patriarcal, mesmo dentro dos Conselhos de psicologia que promovem discussões críticas e lutam pelos direitos das “minorias”. Entretanto, é importante salientar que esse tema apresentou uma alta de publicações no último ano, deixando a esperança desse tipo de assédio passar a ser mais discutido entre os Conselhos.

Da mesma forma quando o assunto principal dos documentos é assédio atrelado ao tema trabalho, o total dos documentos apresenta o mesmo padrão. Quando se percebeu esse resultado, surgiu a hipótese de como o assédio sempre é relacionado não só com esse tema, mas também com o ambiente de trabalho em si, algum documento dessa categoria deve orientar os psicólogos diante de tais situações. No entanto, a hipótese foi refutada ao analisar os documentos e identificar que somente um era orientativo, mas sobre o procedimento de notificação ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) que os profissionais da área da saúde devem fazer. Isto desperta certa preocupação, pois como o próprio Sistema Conselhos define os Conselhos de Psicologia não existem somente para fiscalizar, como também orientar a classe profissional, algo que não se encontrou nos documentos aqui analisados.

Quanto à terminologia da palavra assédio (moral ou sexual), os resultados evidenciaram que grande parte das menções está correta, somente 8% empregaram incorretamente o termo. Como discutido na seção 4, os erros mais recorrentes foram aqueles que atribuíram um significado à palavra que conceitualmente ela não possui, indicando ter sido empregado o termo no sentido do senso comum e não técnico. Os documentos que utilizaram o termo assédio desta forma, fazem indagar qual o entendimento e o embasamento teórico adotados para serem publicados. Embora em baixa porcentagem, os erros identificados são graves. Uma vez que utilizam a palavra assédio relativizando a gravidade e a ocorrência, abre-se precedentes para novas significações que podem prejudicar o entendimento do assédio moral e do assédio sexual. Isso pode impactar negativa e diretamente na identificação da violência, e não só nisso, mas também nas discussões sobre o assunto – o que já foi aqui identificado, distorcendo o significado, pode afetar também os trâmites jurídicos, principalmente a favor daqueles que detêm o poder, que podem tirar proveito de tal situação.

Por fim, além da falta de legislação ou da necessidade de uma lei mais abrangente que represente efetivamente o que seja assédio, falta uma expansão do conceito, tanto do assédio moral quanto sexual. Conforme visto nos documentos aqui apresentados, o assédio é discutido e acontece em diversas instituições, não somente no ambiente de trabalho. Foi identificado que o assédio pode acontecer nas escolas, nos presídios, nas universidades, nas instituições públicas, no governo, no esporte, na família, enfim, em outros lugares. Além da limitação de conceito, ao se realizar a pesquisa bibliográfica para a revisão de literatura, encontrou-se pouco material para a fundamentação teórica.

Da mesma forma, houve uma grande dificuldade de se descobrir referências sobre assédio sexual, sendo necessário ampliar a busca para a área jurídica. Esse “fenômeno” aconteceu também na busca de publicações para a realização do presente trabalho. A Tabela 1 apresenta a organização inicial dos resultados, o total de publicações encontradas foram 579, e desse número somente 64 foram aceitas. Pouco se discute sobre assédio, e, quando ocorre, geralmente se refere a assédio moral. Neste sentido, é necessário ampliar as discussões sobre assédio e seu conceito e, da mesma forma, é preciso discutir ainda mais a respeito de assédio sexual, especialmente porque este se classifica como uma discriminação de gênero, de forma que se abusa ainda mais da relação de poder existente.

Foram encontrados poucos documentos referentes a assédio como assunto principal, e não foi encontrado nenhum documento voltado para a orientação dos psicólogos ou que discorra sobre a atuação destes diante de tais situações. Além disso, esses documentos apresentaram informações repetitivas, e nenhuma referência ao aumento dos casos de assédio, exceto simples menções desse aumento no decorrer dos anos. Nenhum conteúdo apresenta informação nova, todos tratam exatamente sobre a mesma coisa. Cabe aqui salientar que os psicólogos atuam em diversas áreas, não só organizacional, como sugere a maioria dos documentos aqui encontrada, por isso é importante que o profissional tenha um embasamento para a sua atuação. Desta forma, conclui-se ser necessário não apenas a elaboração de mais conteúdos teóricos concernentes a assédio moral e, principalmente, assédio sexual, bem como mais publicações dos Conselhos com informações atualizadas e diversificadas quando o assunto principal for assédio, além de publicações com orientações para essa classe profissional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estud. Cebrap**, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002019000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 out. 2020.

BARRETO, Margarida Maria Silveira; HELOANI, Roberto. Violência, saúde e trabalho: a intolerância e o assédio moral nas relações laborais. **Serv. Soc. Soc.**, n. 123, p. 544-561, 2015.

BRASIL. Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 16 mai. 2001.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serv. Soc. Soc.**, n. 128, p. 85-103, abril de 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000100085&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 out. 2020.

CFP. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005.

CFP. Quantos somos. **Conselho Federal de Psicologia**, 2020. Disponível em: <<http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>>. Acesso em: 14 set. 2020.

FREITAS, Maria Ester de; HELOANI, Roberto; BARRETO, Margarida Maria Silveira. **Assédio Moral no Trabalho**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARAES, Liliana Adolpho Magalhães; RIMOLI, Adriana Odalia. “Mobbing” (assédio psicológico) no trabalho: uma síndrome psicossocial multidimensional. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 183-192, 2006.

GUIRADO, Marlene. Entre Discurso e Ato, há muito mais do que se imagina. **Psicol. USP**, v. 30, e190027, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642019000100230&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 out. 2020.

HIGA, Flávio da Costa. Assédio sexual no trabalho e discriminação de gênero: duas faces da mesma moeda? **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 484-515, ago. 2016.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

HIRIGOYEN, Marie-France. **Mal-estar no Trabalho: redefinindo o assédio moral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

JUSTIÇA DO TRABALHO. Assuntos mais recorrentes Vara do Trabalho ano 2019. **Justiça do Trabalho**, 2020. Disponível em: <<https://bitly.com/YvYnT>>. Acesso em: 19 out. 2020.

LOPES, Raquel. Sob Bolsonaro, gestão federal tem média de uma denúncia de assédio moral por dia. **Folha de São Paulo**, 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/08/sob-bolsonaro-gestao-federal-tem-media-de-uma-denuncia-de-assedio-moral-por-dia.shtml>>. Acesso em: 20 out. 2020.

NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz. Gênero não é ideologia! Escola tem partido! In: CRP-MG. **Psicologia, gênero e diversidade sexual: saberes em diálogo**. Belo Horizonte: CRP 04cap. 4, p. 76-105, 2019.

OIT. Observatório da diversidade e da igualdade de oportunidade no trabalho. **Organização Internacional do Trabalho**, 2020. Disponível em: <<https://smartlabbr.org/diversidade/localidade/0?dimensao=genero>>. Acesso em: 26 out. 2020.

OIT. Observatório de segurança e saúde no trabalho. **Organização Internacional do Trabalho**, 2020. Disponível em: <<https://smartlabbr.org/sst/localidade/0?dimensao=perfilCasosAfastamentos>>. Acesso em: 1º nov. 2020.

PELLEGRINI, Priscila Gasperin. **Assédio moral no trabalho e repercussões na estrutura e dinâmica familiares**. 2016. 225f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

PLEYERS, Geoffrey. A “guerra dos deuses” no Brasil: da teologia da libertação à eleição de Bolsonaro. **Educação e Sociedade**, v. 41, 2020.

QUINET, Antonio. **As 4+1 condições da análise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

SCANFONE, Leila; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. Assédio moral nas organizações: novas roupagens para uma antiga temática. **E & G Economia e Gestão**, v. 4, n. 7, p. 71-80, 2004.

TOLFO, Suzana da Rosa; OLIVEIRA, Renato Tocchetto. **Assédio moral no trabalho: uma violência a ser enfrentada**. Florianópolis, UFSC, 2013.

TOLFO, Suzana da Rosa; OLIVEIRA, Renato Tocchetto. **Assédio moral no trabalho: características e intervenções**. Florianópolis, Lagoa, 2015.

VAZQUEZ, Ana Carolina Brandão. Fascismo e O Conto da Aia: a misoginia como política de Estado. **Rev. Katálysis**, v. 22, n. 3, p. 597-606, 2019.

35 - INSTITUIÇÕES TOTALIZANTES E INCLUSÃO SOCIAL: IMPACTOS AFETIVO-EMOCIONAIS EM MULHERES ENCARCERADAS

Eduarda Julia Ribeiro Rosa
Carlos Eduardo Bovenzo Filho
Armando Rocha Junior

INTRODUÇÃO

É perceptível o fato de que, na contemporaneidade, o ser humano exige a satisfação de suas demandas de forma quase que imediata, reivindicando soluções que sejam rápidas e resolutivas. Ousa-se dizer que isso envolve desde o prisma laboral até o relacional, haja vista a constante necessidade de expurgar qualquer ato que vá contra a ‘moral’ ou costumes tradicionais.

Sob essa perspectiva, se enquadram desde o aspecto ‘necropolítico’, ou o poder sobre a vida do outro, determinando quem deve ou não morrer, até o investimento fantasioso na prisão enquanto dispositivo disciplinar que, em algum momento, seria a resolução de todos os problemas da criminalidade – ideia esta minimamente passível de veracidade se Foucault deixasse de expor sua origem infundada e alógica: a prisão surge por meio de uma carta enviada ao Rei, no século X, com a finalidade de excluir, sem razão lógica, um sujeito que tivesse cometido algum ato desagradável ou que ofendesse outro indivíduo (FOUCAULT, 2013; MBEMBE, 2018).

A prisão é um espaço de segregação que gera aos indivíduos responsáveis pela instituição a sensação de poder, fator este que corrobora para a opressão do corpo da mulher presa, por meio do exercício do biopoder e do aspecto totalizante. Tais opressões se manifestam, por exemplo, sob a forma de vigilâncias constantes e exercício de normas rigorosas ao longo do dia (GOFFMAN, 1961/2015; FOUCAULT, 2014).

O preso é categorizado e tratado de duas formas: “sujeito louco” ou “normal”, ou seja, o apenado é visto como um ser que adquiriu uma incapacidade de juízo, ou como aquele que cometeu algum delito por motivo desconhecido – apenas agiu.

Considerando essa categorização e a já mencionada expressão do biopoder e totalização do sujeito, a subjetividade sofre interferência, apresentando um desequilíbrio de seus mecanismos sensoriais, afetivos, racionais e imaginários (LIA; CARVALHO, 2002; ANDRADE; MACHADO, 2016; MAMELUQUE, 2006).

No fim do cumprimento de sua pena, o preso pode possuir, em sua constituição, o aprimoramento de um caráter inibidor, elencado a partir do pensamento que tem sobre poder e

domínio sobre o outro (SÁ, 2007). Apesar disso, ainda é esperado que o indivíduo consiga se reintegrar socialmente, porém, as práticas tradicionais fogem dessa realidade almejada.

Partindo dessa premissa, este estudo tem como objetivo compreender os impactos do aprisionamento em mulheres detentas e as perspectivas futuras diante das possibilidades de inclusão e reinserção social, tendo em vista a óptica da Criminologia Clínica de Terceira Geração.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Instituições prisionais, crime e sociedade

A criminalidade não é um fenômeno exclusivo da sociedade moderna. Para Mello (2008), trata-se de um fenômeno complexo que abrange fatores biológicos, ambientais, sociais, econômicos, psicológicos, entre outros. Sendo assim, é possível dizer que o crime traz em sua constituição, enquanto fator motivador, o caráter biopsicossocial do sujeito.

Andrade e Machado (2016) citam a ideia de Foucault, que expressa a não existência de uma “natureza criminosa”, ou seja, existem moções que forçam os indivíduos a entrar nesse mecanismo, englobando uma organização social e sua influência na vida do sujeito, uma vez que se refere a um fenômeno construído socialmente e que abarca diferentes classes sociais e seus paradigmas.

Dessa forma, convém acrescentar que existe maior complexidade no que concerne ao fenômeno do crime, não cabendo a sua redução ou relação de nexos causal ao tráfico de drogas e crimes de estelionato (VERGARA, 1998). É inviável destacar somente uma classe e um tipo de crime, ou uma classe social que o comete, culminando na parcialidade da justiça perante as classes desfavorecidas, no que diz respeito aos atos transgressores e/ou delituosos.

Feita a breve discussão sobre criminalidade e sociedade, surge a necessidade de discorrer sobre a Prisão, definida como um espaço de segregação que confere aos indivíduos responsáveis pela instituição a sensação de poder, partindo do externo, fazendo com que oprima o corpo e a fala da mulher presa. Um exemplo são as vigilâncias constantes, que exercem o poder de forma vertical e hierárquica, causando a sensação de fragilidade, castigo e docilização do corpo (GOFFMAN, 1961/2015; FOUCAULT, 2014).

Na maioria das vezes, os encarcerados brasileiros têm seus direitos e garantias legais violados – são privados da liberdade, sofrem todo e qualquer tipo de castigo físico e mental, perdem sua dignidade, recebem tratamento considerado desumano e sua subjetividade é violada por toda e qualquer pessoa presente na prisão (ASSIS, 2007).

Goffman (1961/2015) relata a caracterização da prisão enquanto *Instituição Totalizante*, isto é, que traz consigo um mecanismo de fechamento, um impedimento entre as relações sociais do mundo externo, carregando a peculiaridade de degradar e despersonalizar o sujeito.

A prisão é vista como dispositivo disciplinar que exerce poder sobre a vida do sujeito que cometeu um delito, assim como uma “anatomia política”, que domina o corpo do outro. Ao ser submetido ao dispositivo disciplinar, o preso passa a ser classificado de duas formas: a primeira diz respeito ao “louco”, com base na incapacidade de ter juízo, trabalhar, saber sobre si mesmo ou até mesmo do outro; a segunda aborda o “sujeito normal”, que, por algum motivo, cometeu crimes, burlando as regras de convivência e rompendo a estabilidade social. Logo, o sujeito que comete um delito é visto como excluído e diferente, estigmatizado de maneira negativa e denominado socialmente como “louco” (LIRA; CARVALHO, 2002; FOUCAULT, 2004).

A mulher e o cárcere

Com relação à mulher encarcerada, especificamente à luz da criminologia positivista, esse público era visto como “física e mentalmente fraco”, resultante de falhas genéticas, não sendo capaz de compreender as normas sociais e a moralidade, e nem de ser autônoma. Considera-se ainda que o fato de uma mulher cometer crimes implica, em termos sociais, na violação de seu lugar como subalterna do poder masculino, fazendo com que exista uma punição que, além do penal, se estende ao moral (FRANÇA, 2014 *apud* SANTOS; SILVA, 2019; SANTOS; SILVA, 2019).

A diáde do cumprimento penal e moral reside na estrutura social patriarcal, na qual, para a mulher, cabe apenas o papel de filha ou esposa, cujo controle está depositado nas mãos do homem, que dita a forma de se comportar em determinados lugares, bem como o que deve ser feito e, assim, como “viver”. Partindo dessa questão de diferença de gênero, compreende-se que as mulheres encarceradas sofrem consequências mais intensas, *e.g.*, pela grande estigmatização social e sofrimento mental (SÉKULA; BERARDI, 2019; SANTOS; SILVA, 2019).

A mulher tem sua imagem “recatada” convertida para um estigma de transgressora, fato este que gera discriminações e desamparo – este último demarcado pelo afastamento da família e companheiros, caracterizando uma violência multifacetada em decorrência de seu gênero (SANTOS; SILVA, 2019).

Além do aspecto “gênero”, há de se acrescentar a magnitude da condenação feminina quando se considera o fator “racial” e de “classe”, ou seja, mulheres negras e pobres – para elas, a severidade da pena se torna mais intensa. Conforme o Ministério da Justiça (2018), 62% das mulheres encarceradas são negras e 66% não concluíram o ensino médio.

Com a inclusão de estudos frente a mulher encarcerada e a distinção de gênero, torna-se necessário a diferenciação entre as relações sociais dessa detenta e suas condições biopsicossociais, uma vez que a compreensão dessas particularidades pode contribuir para o entendimento das motivações para o crime, permitindo uma visão não reducionista e mais sensibilizada ante ao cuidado da mulher que cumpre sua pena¹⁶ (SALMASSO, 2004).

Desdobramentos afetivo-emocionais da prisionização

Nos primeiros anos em uma prisão, o ambiente pode causar inúmeros danos à vida do indivíduo, dentre eles, privações emocionais e a despersonalização, isto é, toda a bagagem trazida pelo sujeito, ao longo de sua vida social, é deixada de lado e, a partir de então, são introjetadas as normas institucionais da prisão.

Esse processo gera o que se conhece como mortificação do ego (GOFFMAN, 1961/2015), provocando a “aculturação”, que faz com que o indivíduo perca a habilidade de se relacionar com o outro externamente e pode gerar muitos sintomas no transtorno de humor e depressão, além do uso de substâncias psicoativas (SPA). É importante destacar que o esse uso ocorre, em maior quantidade, entre o público de mulheres detentas (MELLO, 2008).

Tais impactos tendem a gerar outros desdobramentos na vida do(a) encarcerado(a), como danos à saúde mental, adaptação social e a capacidade de sintonizar seus desejos com aqueles regidos pela privação emocional.

Em se tratando em privação emocional, recorre-se a Winnicott (1983/2012), especificamente no que concerne aos possíveis desdobramentos dessa condição, comum no ambiente carcerário. Dentre as formas de o sujeito reivindicar o afeto não recebido e, conseqüentemente, o cuidado não proporcionado, existe a manifestação da agressividade, que se faz presente desde a infância e, inclusive, conforme seu grau de manifestação, representa, na vida adulta, uma das formas de reação à frustração.

Para Lira e Carvalho (2002), a falta de privacidade faz com o que sujeito perca sua identidade. A intimidade não existe em casos de relação sexual, por exemplo, ou nos momentos de banho. Perdem-se, assim, os valores pessoais, crenças, pensamento sobre o passado, presente e futuro. Não há mais o “livre arbítrio” para o(a) encarcerado, que é submetido(a) a situações degradantes, vistas como rituais da instituição que acarretam não apenas marcas psicológicas, mas também corporais, purificando-os(as) do delito (FOUCAULT, 2004).

¹⁶ Grifo dos autores

A instituição também causa marcas cotidianas, como por exemplo, na saúde mental do sujeito, fazendo com que ele precise se adaptar a um ambiente que lhe oferece fatores estressores internos e externos, provocando a exposição de seus sentimentos, pensamentos e comportamentos, fazendo com que sua agressividade se sobressaia (BRISCHILIARI et al., 2011).

Vale lembrar que o indivíduo deve ser visto como um todo, já que sua singularidade foi perdida ao longo da vivência institucional. Sendo assim, é necessário perceber o sujeito com suas particularidades emocionais, econômicas e culturais, zelando sempre pela garantia de direitos e, assim, de sua saúde integral (BRISCHILIARI, et al., 2011).

Criminologia clínica de terceira geração: uma proposta de Inclusão Social – Alvinho Augusto de Sá

A Criminologia Clínica conta com três momentos, que são a Criminologia Clínica de Primeira Geração – Modelo Biomédico; a Criminologia Clínica de Segunda Geração – Modelo Psicossocial; e, por fim, a proposta trazida por Alvinho Augusto de Sá – a Criminologia Clínica de Terceira Geração: uma proposta de Inclusão Social (SÁ, 2015).

A Criminologia com caráter biomédico versa sobre o estabelecimento da relação direta – causa e efeito, quando o assunto envolve a ocorrência de um crime. Especificamente, o criminoso comete o delito em decorrência de condições psico-biológicas, ou seja, é o único responsável pelo seu ato, sendo estigmatizado e apartado do meio social (SÁ, 2015).

No que diz respeito à Criminologia de Segunda Geração – o Modelo Psicossocial, considera-se a relação “sociedade” e “aspectos psicológicos”, no entanto, sem a efetiva apreciação da corresponsabilidade social frente à criminalidade. Assim, nesse segundo momento da Criminologia Clínica, apesar de envolver a sociedade, a responsabilidade pelo crime ainda é única e exclusivamente do autor do delito (SÁ, 2015).

Analisando o cenário penitenciário contemporâneo, Sá (2015) propõe um modelo de Terceira Geração para a Criminologia Clínica: o modelo de inclusão social. Essa perspectiva coloca em pauta justamente o paradigma que, por exemplo, Sawaia (2014) apresenta sobre a Exclusão Social ou Inclusão Perversa, na qual primeiramente se exclui, para depois incluir o sujeito novamente em sociedade.

O modelo de Inclusão Social traz maior abrangência e articulação entre aspectos sociais e sujeito autor do delito, envolvendo nessa trama todos os paradigmas sociais, como a estigmatização, os impactos do crime (aspectos vitimológicos), a exclusão em decorrência da prisionização e os seus impactos para o sujeito preso e para a sociedade. Sob essa óptica, intenciona-se incluir o sujeito

apenado na sociedade, trabalhando nele o seu papel enquanto autor social, responsável por si, mas integrando-o à uma sociedade também responsável pelo índice de criminalidade (SÁ, 2015).

MÉTODO

Este estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica, o que implica na ação do pesquisador em examinar, levantar e analisar o material existente no que se refere ao foco da investigação – no caso, o tema proposto. Trata-se de um tipo de pesquisa que se faz presente em estudos exploratórios, gênese de questionamentos que, por fim, justificam seus objetivos e distintas contribuições (DI DOMENICO; CASSETARI, 2009).

Para a fundamentação teórica, utilizam-se referências diversas, dentre elas livros técnicos voltados à psicologia criminal, sociologia e metodologia científica. Para a coleta de dados estatísticos citados em um dos tópicos, recorreu-se à consulta no *site* do Ministério da Justiça.

As considerações são abordadas na seção *Discussão*, com o propósito de salientar a articulação e possível aplicabilidade dos saberes orientados pela Criminologia Clínica de terceira geração (Inclusão Social), em consonância com os impactos do aprisionamento e a fortificação do papel de autora social da mulher encarcerada.

DISCUSSÃO

Expostas as argumentações teóricas, foi possível notar que a prisão, na qualidade de instituição, dispõe de caráter totalizante e, portanto, funciona como dispositivo disciplinar. Trata-se de um ambiente que versa o controle sobre o interno, descaracterizando-o de sua bagagem social prévia, de modo que o poder seja instituído sobre sua conduta, estabelecendo controle e disciplina. Essa caracterização da prisão se coaduna com a atual soberania dos sujeitos empoderados no exercício de tal poder frente ao corpo e vida do outro, determinando o que se faz, como se faz e, inclusive, quem vive ou não (GOFFMAN, 1961/2015; FOUCAULT, 2014; MBEMBE, 2018).

Além das características supracitadas, o indivíduo que cumpre pena tende a ser caracterizado como “louco” ou “normal”, isto é, aquele que cometeu um crime por estar condicionado à uma patologia ou então, no segundo caso, aquele que transgrediu as regras por algum motivo não reconhecido. Essas tipificações, conforme vão sendo disseminadas no seio social, tendem a intensificar a estigmatização dos sujeitos. No caso da mulher encarcerada, tal condição se soma, ainda, à égide cultural do patriarcalismo (LIRA; CARVALHO, 2002; SANTOS; SILVA, 2019).

Em termos sociais, percebe-se a forte influência da ordenação dos papéis femininos enquanto “esposa” ou “mãe”, “doméstica”, “recatada”, etc., o que, por si só, já remete à ideia de corpos dóceis – fenômeno este que, além de permear a vida dos detentos, demonstra uma forte prisão social pelo simples fato de ser “mulher”.

Quando mulheres são inseridas nas penitenciárias, há uma tendência de afastamento dos seus familiares e companheiros, representando uma forma de violência que colabora para o surgimento de danos afetivos intensos, demarcando uma ação somatória: além da prisionização, nota-se o cumprimento de uma pena moral, advinda daqueles que deveriam exercer função de rede de apoio (FOUCAULT, 2014; FRANÇA, 2014 *apud* SANTOS; SILVA, 2019; SANTOS; SILVA, 2019; SÉKULA; BERARDI, 2019).

A duplicidade do desamparo (prisionização e afastamento familiar), conforme mencionado anteriormente, tende a intensificar as consequências afetivo-emocionais na mulher que cumpre sua pena, ou seja, além do fenômeno de despersonalização, comprometimento da identidade, perda da intimidade e, sobretudo, a característica estressora do ambiente, soma-se a presença da privação emocional, a qual poderá, de forma reativa, se manifestar por meio de comportamentos agressivos intensificados, dificultando sua adaptação social. Salienta-se que a agressividade enquanto reação à frustração é compreendida, desde a infância, como modo de reivindicar o amor não recebido, refletindo um ambiente precário em termos de subsídio à saúde mental e desenvolvimento do ser (LIRA; CARVALHO, 2002; BRISCHILIARI *et al.*, 2011; WINNICOTT, 1983/2012).

Tendo em vista a complexidade das características da instituição prisional, bem como seus desdobramentos para a saúde mental das mulheres que cumprem pena, é preciso considerar a importância da atuação profissional pautada na individualização e na inclusão social, reforçada pela Criminologia Clínica de terceira geração (GOFFMAN, 1961/2015; FOUCAULT, 2014; SÁ, 2015).

Nota-se, a princípio, que as perspectivas ante a mulher apenas representam, de forma caricata, a mesma visão da orientação biomédica da Criminologia Clínica de primeira geração, isto é, a mulher, em um primeiro momento, é vista como um “ser fraco” e, sobretudo, em termos de gênero, impõe-se sua forma de se comportar: cuidar de casa, servir ao marido e ser mãe, fatores estes que, conforme exposto, contribuem para os impactos afetivos da prisionização (FRANÇA, 2014 *apud* SANTOS; SILVA, 2019; SANTOS; SILVA, 2019; SÁ, 2015).

Dessa forma, a presença da visão determinista diante da questão de gênero e os moldes investidos nas detentas clamam pelo empenho profissional em prol da inclusão social, reforçando o papel dessas mulheres enquanto agentes sociais capazes de determinar sua própria conduta.

A perspectiva da Criminologia Clínica de terceira geração traz, então, a importância de repensar formas de olhar para o sujeito aprisionado e, além disso, analisar, compreender e,

concomitante ao trabalho prisional, modular os paradigmas sociais que tendem a deteriorar a aproximação entre sociedade e cárcere, favorecendo, nesse caso, além da visão humanizada nos presídios, o rompimento de paradigmas que contribuem para a incidência da violência múltipla na mulher: prisionização, exclusão social e ser um meio para o fim de outrem – ou seja, a queda de sua dignidade (FRANÇA, 2014 *apud* SANTOS; SILVA, 2019; SANTOS; SILVA, 2019; SÁ, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo consistiu em uma revisão de literatura, cujo objetivo foi discutir os impactos afetivo-emocionais que recaem sobre as mulheres encarceradas, tendo em vista a articulação do tema com a importância do processo de inclusão social desses indivíduos.

Inicialmente, discorreu-se sobre a prisão enquanto instituição total e dispositivo disciplinar, possibilitando a compreensão de seu funcionamento; posteriormente, foram trazidas informações sobre o encarceramento da mulher e sobre os paradigmas sociais que rodeiam e intensificam esse processo, demonstrando que a pena, além do campo jurídico, se estende à moral feminina em termos de domínio da sociedade patriarcal. Em um terceiro momento, foram evidenciadas as consequências afetivo-emocionais da prisionização no público feminino e as considerações teóricas sobre os três momentos da Criminologia Clínica – Modelo Biomédico, Modelo Psicossocial e Modelo de Inclusão Social.

Ao longo da discussão, ficou clara a relevância da revisão e desconstrução de paradigmas frente às condições da mulher na qualidade de agente social, de modo a fortificar perspectivas inclusivas e humanizadas no que se refere à dinâmica da prisionização desse público, favorecendo a aproximação da rede de apoio.

Por fim, o conteúdo exposto permite ao leitor a compreensão sobre a importância de uma intervenção que, primeiramente, permeie os paradigmas sociais frente ao posicionamento feminino, de modo a trabalhar tais aspectos que outrora podem, sutilmente, se desdobrar em fatores que intensificam as consequências da prisionização das mulheres: o desamparo e afastamento social.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. S.; MACHADO, M. N. M. Constituição da subjetiva por mulheres aprisionadas. **Pesquisa e Práticas Psicossociais**, v. 11, n. 1, p. 249-265, 2016. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v11n1/20.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2021.

ASSIS, R. D. A realidade atual do Sistema Penitenciário Brasileiro: **Revista CEJ**, n. 39, p. 74-78, out. 2007. Disponível em: <<https://www.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewArticle/949>>. Acesso em: 01 ago. 2021.

BRISCHILIARI, A.; CORREA, J. L.; MARCON, S. S.; ROCHA, S. C.; WAIDMAN, M. A. O cotidiano do indivíduo com ferida crônica e sua saúde mental. **Contexto Enfermagem**, v. 4, n.20, p. 691-699, 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/714/71421162007.pdf>>. Acesso em:

DI DOMENICO, V. G. C.; CASSETARI, L. (2009). **Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia**: uma introdução. 4ª ed. São Paulo: Edicon.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. [Trad. Leite, D. M.]. 9ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1961/2015.

FOUCAULT, Michel. **Os corpos Dóceis**: Vigiar e Punir, História da Violência nas Prisões. Petrópolis: Ed Vozes, 2004. p. 119-124.

FOUCAULT, M. **A Verdade e as formas jurídicas**. 4ª ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2013.

LIRA, P. O; CARVALHO, G. M. M. A lógica do discurso penitenciário e sua repercussão na constituição do sujeito. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 22, n. 3, p. 20-31, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932002000300005&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em:

MAMELUQUE, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8ªed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Rio de Janeiro: n-1 Edições.

MELLO, Daniela Canazaro. **Quem são mulheres encarceradas?** 2008. Dissertação (Mestrado em Psicologia clínica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). 2008. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5009/1/000409563-Texto%2bCompleto-0.pdf>>. Acesso em:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias- InfoPen-Mulheres**. 2ª ed. Brasília, DF: Autor. 2018. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2021.

SÁ, A. A. **Criminologia Clínica e Psicologia Criminal**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

SÁ, A. A. **Criminologia Clínica e Execução Penal**: Proposta de um Modelo de Terceira Geração. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

SANTOS, J. B. L.; SILVA, M. S. Encarceramento feminino: Reflexões acerca do abandono afetivo e fatores associados. **Psicologia Política**, v. 19, n. 46, p. 459-474, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2019000300007>. Acesso em: 01 ago. 2021.

SAWAIA, B. Introdução: Exclusão ou Inclusão Perversa? In: SAWAIA, B. (org). **As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 7-17.

SÉKULA, P. R.; PEREIRA, F. S.; BERARDI, J. A. P.; FIUZA, D. R. Intervenção da psicologia com mulheres encarceradas: atuação do patronato municipal de pitanga em prol da preparação para o retorno ao convívio social e cumprimento da pena em regime aberto. **SEURS – Extensão e Inovação**, v. 37. Repositório Institucional Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/199218>>. Acesso em: 01 ago. 2021.

VERGARA, F. **O Perfil socio-demográfico da mulher criminosa em Marília (1990 -1997)**. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1998.

WINNICOTT, D. W. **Privação e Delinquência**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983/2012.

36 - SEXISMO: BASES E MARCAS NO COTIDIANO

Marina Martinazzi Nogueira da Fonseca Silvestre

Roque Ximenes de Aragão Neto

Paulo Francisco de Castro

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, tem-se como objetivo identificar e conceituar o sexismo, descrevendo como esse fenômeno ocorre dentro de nossa sociedade, a partir da apresentação de uma pesquisa que visa avaliar o assunto.

A preocupação com uma linguagem que discrimina mulheres, tentando diminuir ou trivializar suas atividades, sempre foi a base de muitas discussões no campo feminista (MILLS, 2008). Segundo Santos (2017), preconceitos correspondem a barreiras simbólicas rígidas, construídas historicamente, e acabam formando obstáculos entre grupos sociais e indivíduos. Entre as diferentes maneiras pelas quais o preconceito se expressa, encontra-se o sexismo, que compreende avaliações negativas e atos discriminatórios dirigidos às mulheres, em função de sua condição de gênero (LIPS, 1993 apud FERREIRA, 2004).

Para discutir esse tema, é necessário entender como sexo e gênero se diferem, pois é no âmbito do gênero que o sexismo é estudado. De acordo com o Dicio (dicionário online de língua portuguesa), sexo significa: “Reunião das características distintivas que, presentes nos animais, nas plantas e nos seres humanos, diferenciam o sistema reprodutor; sexo feminino e sexo masculino”. O gênero, por sua vez, é definido como: “Diferença entre homens e mulheres que, construída socialmente, pode variar segundo a cultura, determinando o papel social atribuído ao homem e à mulher e às suas identidades sexuais”. É com o desdobramento da “segunda onda” do feminismo, no final da década de 1960, que o movimento se voltará para construções teóricas e, com isso, passará a problematizar o conceito de gênero (LOURO, 2014).

É com as feministas anglo-saxãs que *gender* passa a ser adotado como distinto de *sex*. Essa diferenciação visa, segundo Scott (1995, p. 72), a “[...] rejeição de um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual”, acentuando “[...] o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”, pois a distinção biológica, mesmo no âmbito do senso comum, é usada para compreender e justificar a desigualdade social.

Não se nega, assim, a diferença na biologia, mas se enfatiza a construção social produzida sobre as características biológicas; busca-se, portanto, entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos.

De acordo com Ferreira (2004), para as teorias feministas, o sexismo pode ser visto como um fragmento da cultura patriarcal, ou seja, um mecanismo utilizado pelo homem para garantir a diferença entre os gêneros, que se validam com ações de depreciação do sexo feminino.

As próximas seções apresentam uma breve contextualização teórica sobre o sexismo, para, posteriormente, explicar o método da pesquisa e os resultados alcançados, discutindo-os a partir da teoria.

REVISÃO DA LITERATURA

O preconceito pode ser definido como uma antipatia ou hostilidade dirigida a grupos ou a membros específicos de um grupo, devido a generalizações incorretas (FORMIGA; GOLVEIA; SANTOS, 2002). Fiske (1998) separa as atitudes negativas dirigidas a determinados grupos de indivíduos em três componentes: o cognitivo, o afetivo e o comportamental. O componente cognitivo ocorre por meio de estereótipos negativos relacionados às características das pessoas de um grupo; o componente afetivo – que se acredita carregar o preconceito propriamente dito – se manifesta através de sentimentos e avaliações negativas dirigidas a certos grupos; por fim, o componente comportamental consiste, então, na discriminação desses grupos. Santos (2017) enfatiza que um elemento estruturante de diversas formas de preconceito é o seu enraizamento afetivo.

Segundo Scott (1995), o gênero é uma categoria imposta sobre o corpo sexuado e, para estudá-lo, é necessário estudar também o ser humano como um ser social, pois o termo gênero faz referência a juízos e inferências postas sobre os sexos e às características psicossociais a eles associados.

Enquanto o sexo, geralmente, faz referência a algo estático, as condutas baseadas no gênero são flexíveis, podendo mudar drasticamente dependendo da cultura de uma região ou do período histórico, sendo influenciadas pelo contexto (ZUBIETA et al., 2011). Alguns autores argumentam, todavia, que a tendência ao patriarcado é facilitada, em grande parte, por fatores biológicos (GLICK; FISKE, 1996). O dimorfismo sexual, então (como maior tamanho e força dos homens), seria um dos grandes responsáveis pela tendência de homens a assumirem posições de maior dominância e justificaria a divisão social de papéis fundamentados no gênero.

Considerando essa naturalização das diferenças, Butler (2000), ao tratar das distinções biológicas, aproxima as definições convencionais de sexo e gênero argumentando que, uma vez que a aceção de sexo também é construída dentro de uma cultura, ela é social, não podendo ser

diferenciada do conceito de gênero. Dessa forma, o sexo de uma pessoa em si é responsável pela constituição do sujeito “[...] através da força da exclusão e da abjeção, uma força que produz um exterior constitutivo relativamente ao sujeito, um exterior abjeto que está, afinal, “dentro” do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio” (p. 197).

Partindo desse ponto, é possível entender as diferenças e desigualdades sociais entre homens e mulheres. Bueno (2015), concordando com Butler (2000), argumenta que a construção simbólica relativa aos atributos culturais, associados às pessoas a partir de seu sexo, converte a diferença sexual em desigualdade social.

Como se trata de atitudes negativas e atos discriminatórios dirigidos às mulheres, o sexismo pode ser considerado um tipo de preconceito (LIPS, 1993). As atitudes de desvalorização do sexo feminino seriam um instrumento utilizado pelo homem para garantir as diferenças de gênero que compõem a cultura patriarcal, tendo instrumentos legais, médicos e sociais que as apoiam (FERREIRA, 2004).

Deaux e LaFrance (1998 apud FERREIRA, 2004) diferenciam o sexismo com base nos períodos históricos, demonstrando que o sexismo antigo pauta-se pela discriminação direta das mulheres, com tratamentos distintos entre os sexos masculino e feminino, o endosso aos papéis de gênero e os estereótipos sobre a menor competência das mulheres. Já o sexismo moderno se mostra na negação de que essa discriminação ainda exista e no antagonismo contra as atuais lutas das mulheres por maior inserção na sociedade.

Butler (1997) credita grande importância à linguagem na perpetuação das desigualdades. A autora argumenta que é possível atribuir ação à linguagem, pois ela tem o poder de ferir e agir a favor ou contra alguma causa, e se recorre à força da linguagem mesmo quando o propósito é combater sua própria força. Por essa razão, é necessário dedicar especial atenção à linguagem que discrimina mulheres, trivializando e diminuindo suas atividades.

Mills (2008) argumenta que, para evidenciar o sexismo na linguagem, é preciso vê-la como uma ferramenta utilizada estrategicamente e uma luta pelos significados das palavras, que são também, em muitos casos, uma luta sobre quem tem direito de frequentar certos espaços, falar de certa maneira e ter certos empregos. Pode ser prova disso o fato de que, frequentemente, o discurso de liberdade de imprensa e censura é invocado para opor-se às ações de combate ao sexismo (ROSEMBERG; MOURA; SILVA, 2009).

O sexismo, contudo, não está presente somente quando declarações focam desnecessariamente no gênero. Afirmações podem ser sexistas, por exemplo, quando se baseiam em crenças estereotipadas, generalizando que mulheres dirigem mal simplesmente por serem mulheres (MILLS, 2008). Estereótipos de gênero podem ser definidos como crenças comuns e gerais sobre os

diferentes sexos, suas características físicas e psicológicas, os papéis que estes devem representar e seus comportamentos. Tais estereótipos acabam por se tornar um guia para homens e mulheres sobre como devem se comportar ou que carreira devem seguir (SOUSA; CARDOSO, 2020).

É primordial, também, a distinção entre afirmações que podem ser caracterizadas como sexistas (amparadas no conhecimento estereotipado ou em discursos que discriminam o gênero) e recursos linguísticos que parecem indicar crenças sexistas na maioria dos contextos.

Sara Mills (2008) distingue sexismo direto e sexismo indireto. Sexismo direto, segundo a autora, é o que pode ser identificado facilmente pelo uso de marcas linguísticas, enquanto o indireto é uma maneira de expressar sexismo enquanto, ao mesmo tempo, nega a responsabilidade por isso, como por exemplo, disfarçado de humor. Um ponto relevante levantado pela autora é que, em culturas nas quais a linguagem não atribui gênero a objetos – como o inglês –, o sexismo direto é bem menos frequente. Essa situação se inverte em línguas que atribuem o gênero a tudo que se queira nomear – como o português.

Glick e Fiske (1996) apresentam uma visão do sexismo que tenta medir o fenômeno a partir da perspectiva da psicometria. Os autores relatam que o sexismo era tipicamente conceituado como o reflexo da hostilidade contra as mulheres. Essa visão, segundo os dois, negligencia um aspecto significativo do sexismo: os sentimentos subjetivamente positivos direcionados às mulheres que estão ligados diretamente à antipatia sexista. A teoria dos autores, que dá base à escala que criaram, é denominada Sexismo Ambivalente (GLICK; FISKE, 1996).

O Inventário do Sexismo Ambivalente mede o fenômeno do sexismo, tendo como parâmetro duas formas distintas de expressão do sexismo: o sexismo hostil e o sexismo benevolente (GLICK; FISKE, 1996). O sexismo hostil é aquele que se relaciona com definições mais tradicionais de preconceito, ou seja, discriminação fundamentada na crença de que as mulheres são incapazes de performar determinadas tarefas; o sexismo benevolente, por sua vez, é definido pelos autores como uma gama de atitudes sexistas direcionadas às mulheres, no sentido de vê-las de maneira estereotipada, restringindo suas tarefas a afazeres domésticos ou de cuidado, mas acalentando um sentimento positivo encoberto, frequentemente observado por comportamentos como de ajuda ou de busca por intimidade.

Glick e Fiske (1996) descrevem o sexismo benevolente em comportamentos bem-intencionados: atitudes protetivas direcionadas às mulheres, reverenciando seu papel de esposas e mães, e idealizando-as como objetos de amor romântico. Enfatiza-se, contudo, que mesmo que o sexismo benevolente seja caracterizado por uma visão positiva das mulheres, ele compartilha, com o sexismo hostil, crenças de que mulheres devem se ocupar de tarefas domésticas e que são o sexo mais “frágil”.

Os autores acreditam que o sexismo hostil (HS) e o sexismo benevolente (BS) são constituídos por três componentes compartilhados: paternalismo, diferenciação de gênero e heterossexualidade (GLICK; FISKE, 1996). Sob a óptica de Sousa e Cardoso (2020), o sexismo benevolente pode, também, contribuir para a perpetuação do sexismo hostil, já que apresenta o homem sempre como figura dominante em relação à mulher.

O Inventário do Sexismo Ambivalente foi adaptado para o Brasil por Formiga, Golveia e Santos (2002), e desde então, foi aplicado em diversas realidades do país. O estudo de Belo et al. (2005), por exemplo, demonstrou que pessoas com mente aberta são menos propensas a apresentar padrões de atitudes, crenças e condutas preconceituosas e sexistas, enquanto as de mente fechada o fariam em maior medida. Nesse estudo, os participantes católicos e protestantes, sem estudo ou com estudo fundamental e de classe social baixa, se mostraram mais sexistas, especialmente sexistas benévolos (BELO et al., 2005). Segundo Formiga (2007), valores que buscam a estabilidade do grupo e o respeito para com símbolos e padrões culturais são responsáveis por influenciar o preconceito, tanto hostil como benévolo, contra a mulher.

O machismo e a idealização da mulher estão presentes em nossa sociedade há muito tempo. A mulher é objetificada no Brasil desde a colonização, quando as índias eram vistas como objeto erótico e, pelo fato de não usarem roupas, eram culpadas pelas violências sofridas. As mulheres negras eram obrigadas a servir de amas de cama para não sofrerem tanto dentro do ambiente no qual estavam inseridas (SCHAUN; SCHWARTZ, 2012). Assim, com o passar do tempo, foram constituídas duas imagens de mulher a partir de como elas eram vistas na sociedade – ou como objetos sexuais ou como esposas submissas (COBRA, 2002, p. 16 apud SCHAUN; SCHWARTZ, 2012, p. 2).

Não só nos dias atuais, mas também em outras décadas, é possível perceber como a mulher é sexualizada e mostrada como objeto de desejo em propagandas na TV, revistas, jornais e em outros meios de comunicação e distribuição de publicidade.

Cohan (2001 apud SOUSA; CARDOSO, 2020) aponta que a publicidade é um dos meios de maior disseminação da desigualdade entre os sexos, e que sempre há uma imagem de mulher estereotipada. Essa imagem, de acordo com Lavine, Sweeney e Wagner (1999 apud SOUSA; CARDOSO, 2020), é proveniente de anúncios publicitários televisivos, considerados um contexto natural para a criação de estereótipos para a desigualdade entre os gêneros.

Observa-se que, mesmo diante de todas as suas conquistas, as mulheres não possuem o mesmo espaço na sociedade que o homem. “Partimos do pressuposto de que nossa sociedade é machista: uma sociedade feita por homens e para os homens, onde a mulher passa a ser mais um objeto de diversão disponível” (CHAVES, 2015, p. 3).

Um exemplo são as matérias sobre jogos olímpicos. Pereira et al. (2014) relatam que a imagem do homem é construída como imbatível, sempre com movimentos de demonstração de força ou comemorações exaltadas, tendo legendas destacando suas vitórias. Quando se trata da imagem da mulher, o foco está sempre voltado para o seu corpo (costas, glúteos e rosto oculto), vendendo erotismo para um público predominantemente masculino, com legendas relacionadas ao ser feminino, mencionando a sensibilidade de ser o “sexo frágil”.

É possível também notar a presença do sexismo dentro do ambiente laboral, sendo o sexismo institucional uma prática de exclusão dentro de organizações que impossibilitam às mulheres as mesmas oportunidades dos homens dentro do trabalho ou da política (FERREIRA, 2004). Neste contexto, citam-se os diversos tipos de violência e assédio sofridos pelas mulheres, como revela Higa (2016 apud CORTEZ et al., 2019), mostrando o assédio moral, sexual e implícito, que são feitos, em sua maioria, através de piadas.

Zubieta et al. (2011) explicam que as atividades desempenhadas por mulheres no mercado de trabalho quase sempre estão relacionadas ao ensino, atividades comerciais, serviços sociais e de saúde; por outro lado, é quase inexistente a presença de mulheres dentro de atividades tecnológicas. Fiúza et al. (2009) exemplificam esse fato com um dado relacionado ao distanciamento de mulheres do meio rural do acesso ao conhecimento tecnológico. De acordo com os autores, o conhecimento tecnológico, que qualifica para a posição de produtor rural, não é passado para a mulher, pois ela deve ser dona de casa e não uma produtora rural.

O sexismo, entretanto, abrange áreas muito maiores. Dentro dos esportes, Pereira et al. (2014) relatam que o sexismo já estava presente nos primórdios dos jogos olímpicos, já que os competidores deveriam pertencer apenas do sexo masculino e, para que essa regra não fosse descumprida, os jogadores competiam nus. Além disso, as mulheres não podiam acompanhar as competições: mulheres casadas que fossem vistas assistindo aos jogos eram condenadas à morte (MARINHO, 1980; SCHNEIDER, 2004 apud PEREIRA et al., 2014). Sabo (2002 apud PEREIRA et al., 2014) explica que os eventos esportivos são considerados exclusivamente masculinos, colocando à prova a masculinidade dos seus competidores.

Dentro da educação, percebe-se o esforço para a construção de um espaço com profissionais que não corroborem com o sexismo, possibilitando um trabalho inclusivo (WERMELINGER; MACHADO; AMÂNCIO, 2007 apud CORTEZ et al., 2019). Segundo Cortez et al. (2019), a partir da educação libertária, que rompe padrões estigmatizantes, conflitos advindos de práticas de exclusão podem ser rompidos, contudo, isso só será possível a partir de um ambiente que promova a cultura dialógica.

MÉTODO

Para obtenção dos dados analisados, adotou-se uma entrevista estruturada, disponibilizada por meio de questionário eletrônico. A entrevista, por si só, não é um instrumento de exclusividade da psicologia, pois muitas áreas a consideram um recurso fundamental para o desenvolvimento das atividades que lhe são próprias.

Em psicologia, contudo, a entrevista clínica é um conjunto de técnicas de investigação que utiliza conhecimentos psicológicos com o objetivo de descrever e avaliar aspectos pessoais, relacionais ou sistêmicos (TAVARES, 2003). Dessa forma, é preciso estar atento às particularidades que a aplicação da entrevista no campo da psicologia tem, a fim de que seja extraído o máximo de potencialidades desse instrumento (NASCIMENTO, 2020).

O questionário, disponibilizado virtualmente na plataforma Google Forms, foi confeccionado para possibilitar a observação do fenômeno dentro do cotidiano, visto que, à época da realização da pesquisa, estavam vigentes as restrições impostas pela pandemia.

Apenas a título de definição, questionário, de acordo com o Dicio (dicionário online de língua portuguesa), significa: “Série de questões ou perguntas. Sequência de interrogações feitas para servir de guia a uma investigação, a uma entrevista, etc.”.

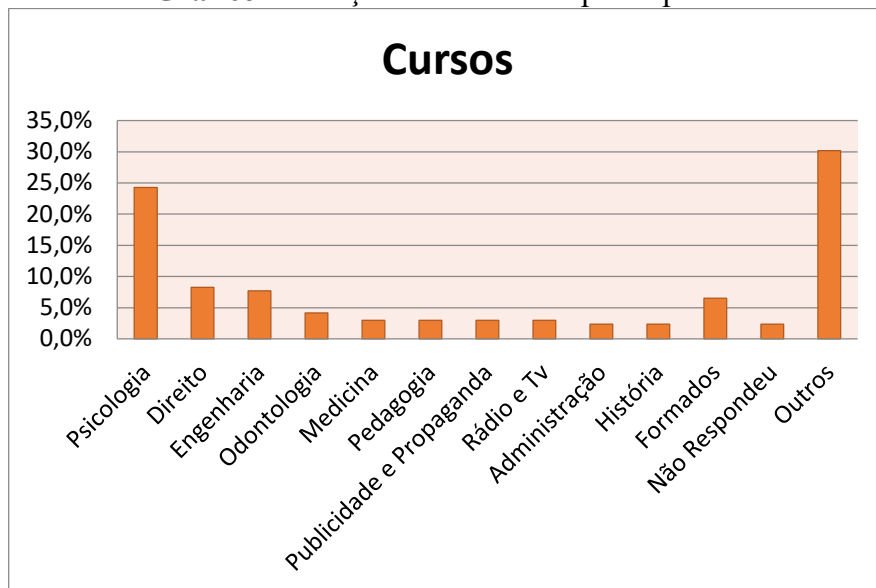
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um questionário *online*, contendo sete perguntas, foi elaborado e disponibilizado para estudantes do nível superior, e obteve o total de 169 respostas. Por meio dele, além das perguntas sobre o tema, foram coletadas as seguintes informações de identificação: curso e período, gênero e idade. As informações de identificação são apresentadas a seguir, através de gráficos e tabelas.

Tabela 1 Relação de cursos dos participantes

Cursos	n	%
Psicologia	41	24,3
Direito	14	8,3
Engenharia	13	7,7
Odontologia	7	4,1
Medicina	5	3,0
Pedagogia	5	3,0
Publicidade e Propaganda	5	3,0
Rádio e TV	5	3,0
Administração	4	2,4
História	4	2,4
Formados	11	6,5
Não Respondeu	4	2,4
Outros	51	30,2
Total	169	100

Fonte: Dados dos questionários aplicados

Gráfico 1 Relação de cursos dos participantes

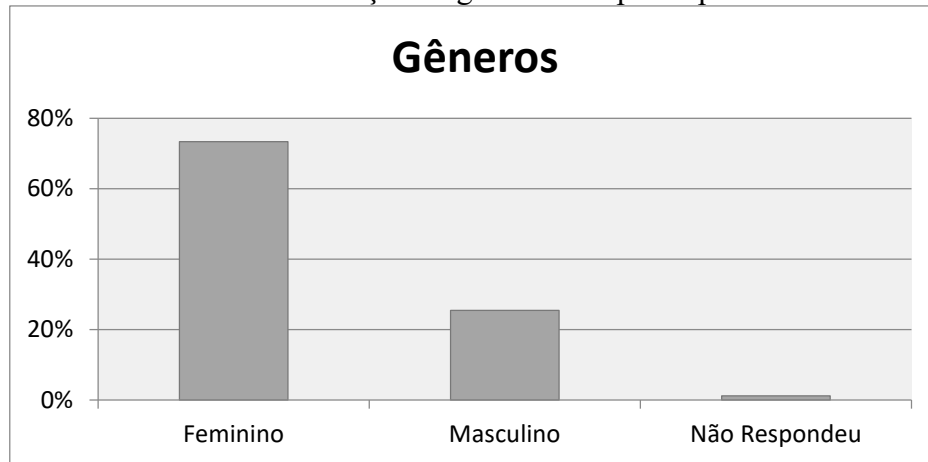
Fonte: Dados dos questionários aplicados

A partir dos dados expressos da Tabela 1, nota-se que o curso com maior incidência de participantes é o de Psicologia (24,3%, $n = 41$), seguido por Direito (8,3%, $n = 14$), Engenharia (7,7%, $n = 13$), Odontologia (4,1%, $n = 7$) e Medicina (3,0%, $n = 5$), que obteve a mesma quantidade de respostas de Pedagogia (3,0%, $n = 5$) e Publicidade e Propaganda (3,0%, $n = 5$). Houve ainda pessoas que não responderam (2,4%, $n = 4$) e outros cursos (30,2%, $n = 51$).

Tabela 2 Relação de gênero dos participantes

Gênero	n	%
Feminino	124	73,4%
Masculino	43	25,4%
Não Respondeu	2	1,2%
Total	169	100,0%

Fonte: Dados dos questionários aplicados

Gráfico 2 Relação de gêneros dos participantes

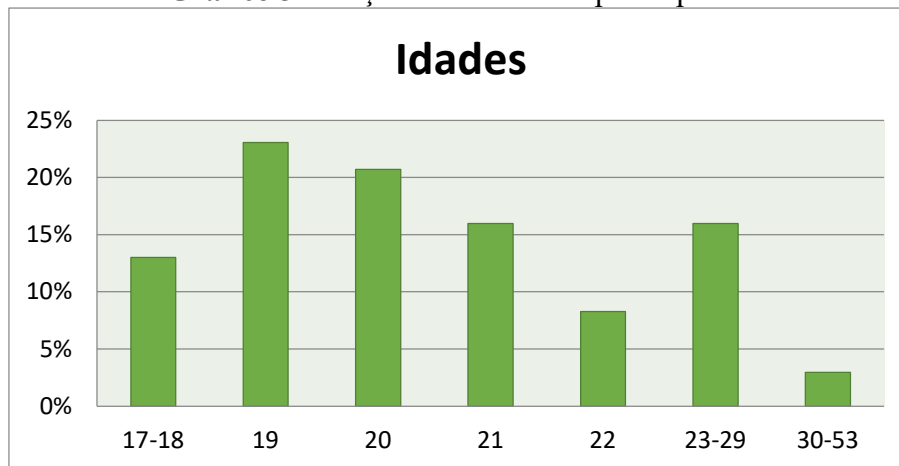
Fonte: Dados dos questionários aplicados

Considerando os dados da Tabela 2, tem-se que gênero dos participantes com maior incidência foi o feminino (73%, n = 124), seguido pelo masculino (25%, n = 43) e, por último, as pessoas que não responderam (1%, n = 2).

Tabela 3 Relação de idade dos participantes

Idades	n	%
17-18	22	13,0%
19	39	23,1%
20	35	20,7%
21	27	16,0%
22	14	8,3%
23-29	27	16,0%
30-53	5	3,0%
Total	169	100,0%

Fonte: Dados dos questionários aplicados

Gráfico 3 Relação de idades dos participantes

Fonte: Dados dos questionários aplicados

Da análise da Tabela 3, observa-se que a idade dos participantes com maior incidência foi 19 anos (23,1%, $n = 39$), 20 anos (20,7%, $n = 35$) e 21 anos (16,0%, $n = 27$), que obteve o mesmo percentual da faixa etária de 23-29 anos (16,0%, $n = 27$); na sequência, aparece a faixa de 17-18 anos (13,0%, $n = 22$), 22 anos (8,3%, $n = 14$) e, por último, com menos incidência, a faixa etária entre 30-53 anos (3,0%, $n = 5$). Optou-se por apresentar os dados em faixas de idade considerando aquelas cuja ocorrência é menor.

Em relação às perguntas, três seções foram trabalhadas. A primeira apresentou duas propagandas, para as quais o participante deveria responder o que sentia ao assisti-las; a segunda trouxe dois trechos de músicas e dois ditados populares, com a mesma finalidade anterior; por fim, a terceira seção fez uma pergunta geral, abordando o sexismo no cotidiano.

Neste capítulo, serão discutidas as respostas sobre os sentimentos apresentados em relação às frases e músicas e sobre a questão do sexismo no cotidiano. A partir das respostas, foram elaborados dois quadros demonstrando os sentimentos mais presentes em cada uma das seções.

Na seção de frases e músicas, as frases apresentadas no questionário foram: "Mulher no volante, perigo constante" (Ditado Popular) e "Atrás de um grande homem, sempre há uma grande mulher" (Ditado Popular); quanto às músicas, estas foram: "É melhor correr pela sua vida, se puder, garotinha / Esconda sua cabeça na areia, garotinha / Te pegar com outro homem, é o fim, garotinha" (*Run for your life*, de The Beatles) e "O cara que pega você pelo braço / Esbarra em quem for que interrompa seus passos / Está do seu lado pro que der e vier / O herói esperado por toda mulher" (Esse cara sou eu, de Roberto Carlos).

Quadro 1 Sentimentos expressos diante da seção de frases e músicas

Linguagem e comunicação	n
Raiva	39
Medo	22
Nojo	19
Tristeza	18
Repulsa	17
Indignação	16
Ódio	12
Desconforto	10
Revolta	8
Decepção	6
Confusão	5
Indiferença	5
Angústia	4
Inferioridade	4
Desprezo	3
Frustração	3
Incômodo	3
Preguiça	3
Chocante	2
Horror	2
Outros	12
Total	213

Fonte: Dados dos questionários aplicados

De acordo com o Quadro 1, que revela os sentimentos expressos pelos indivíduos diante das frases e músicas apresentadas, tem-se que os sentimentos mais indicados são raiva ($n = 39$), medo ($n = 22$), nojo ($n = 19$), tristeza ($n = 18$), repulsa ($n = 17$), indignação ($n = 16$) e ódio ($n = 12$).

Como exemplo para a grande quantidade de aparição desses sentimentos, é possível elencar quatro respostas:

“Essa é a pior de todas. Sinto muita raiva porque me lembro de todas as vezes em que fui desqualificada e até quando já vi mulheres sendo desqualificadas em suas ideias e projetos, enquanto homens eram valorizados por copiar as mesmas ideias dessas mulheres.” (FEMININO, 19).

“Medo, pois na sociedade patriarcal e machista que vivemos isso é uma situação cotidiana de quase todas as mulheres. O medo constante de morrer por sermos mulheres.” (FEMININO, 18).

“Indignação! Pesquisas mostram que as mulheres são mais prudentes e cautelosas no trânsito.” (FEMININO, 45).

“O homem é criado desde cedo para ser o macho, o bom, o forte e que, pra ser homem, ele tem que ser agressivo, o que bate, o que cuida, e a mulher, mais uma vez, como princesa indefesa,

sem autonomia nenhuma. O que gera uma pressão pros homens porque ele tem que ser o forte. Outra coisa é que o homem, na verdade, é visto como herói quando faz o mínimo, limpa a casa, cuida dos filhos, enquanto pra mulher isso é dever essencial, se caso ela venha se comportar como um homem, é vista como vagabunda, nojenta, louca. Raiva, porque eu como mulher fico triste em saber que mesmo o mínimo não é feito por muitos homens". (FEMININO, 19).

Entretanto, não houve apenas desaprovações frente às músicas e frases:

"Eu imagino que, se fosse mulher, eu adoraria um homem forte e competente. Imagina um cara que me pega de jeito, me protege, me apoia, tá sempre do meu lado? Um pouco mela cueca, mas não da pra esperar muita coisa diferente do Roberto Carlos" (MASCULINO, 21).

*"[...] é o tipo de frase que causa um pouco de cringe quando falada com seriedade, mas no geral costuma ser verdade. É sempre óbvio que não se aplica a todas as mulheres (e nem só a elas, conheço homens que dirigem mal p ***), então o humor costuma ser evidente. As mulheres têm uma gama imensa de qualidades, dirigir bem não precisa ser uma delas". (MASCULINO, 21)*

"[...] traduzido e em texto quase parece macabro, não fosse o fato de que é uma música. Não conhecia ela e fui ouvir, não achei nada demais, mas também não é terrível. Em texto dá impressão que é uma confissão sombria de um sentimento ruim, mas a música soa como uma expressão artística do ciúme que todo ser humano um dia experiencia. Não faço julgamentos morais aqui". (MASCULINO, 21)

Retomando os conceitos apresentados no levantamento bibliográfico e traçando sua relação com os gráficos, de acordo com Mills (2008), a linguagem sempre esteve em pauta em discussões no campo feminista, pelo fato de que pode ser usada para discriminar as mulheres. A autora também explica que existem dois tipos de sexismo, o direto e o indireto, sendo o primeiro caracterizado pela fácil identificação do sexismo, e o segundo, quando uma frase sexista é dita, mas seu emissor adota um tom que retira de si toda a culpa pela frase.

Pensando na frase "Atrás de um grande homem, sempre há uma grande mulher", é possível observar que, algumas vezes, ela é interpretada de maneira equivocada:

"Boa frase, é muito mais fácil atingir a grandeza com uma família forte e que te impulsiona e apoia. Também é difícil atingir a grandeza sem elevar as pessoas ao seu redor. Eu gosto dessa frase, ainda que o "sempre" não seja estritamente verdadeiro" (MASCULINO, 21).

Mencionada distorção, ou interpretação equivocada, foi pontuada e explicada por uma das respostas do questionário:

"Acredito que essa frase muitas vezes seja utilizada de forma incorreta. Mulheres se apropriam dela entendendo que seja algo legal, como se fossem importantes (de uma forma positiva), tivessem um papel de forte influência para o crescimento do homem. Mas na verdade é o contrário,

é uma frase que na verdade coloca a mulher como “braço direito”, como a causa da “grandiosidade”, de uma forma falsa. Pois na verdade na visão masculina das coisas, a interpretação é outra, principalmente as colocando de lado, de coadjuvante. Sendo que, mulheres não precisam estar por trás dos homens, elas podem sim estar nos holofotes e construir sua grandiosidade”. (FEMININO, 19)

O caso de sexismo indireto também ocorre com a música do Roberto Carlos, levando algumas pessoas a fazerem interpretações distorcidas sobre:

“Acredito que a música se refere a um ser praticamente perfeito, o que não existe, porém ela retrata de um amor incondicional, onde o homem da música tomaria qualquer atitude possivelmente existente para agradar a mulher que ama e protegê-la” (MASCULINO, 19).

“Minha sensação é que esta letra denota mais uma ideia de equidade entre homem e mulher, formada liricamente como um canto de amor do que uma intenção discriminatória entre os sexos” (MASCULINO, 19).

É válido considerar, ademais, que as mesmas pessoas que deram essas respostas relativizando a letra da música tiveram, nas outras perguntas, um posicionamento claramente antissexista, condenando imagens e frases em que a discriminação contra mulheres era mais evidente.

No que concerne à frase “Mulher no volante, perigo constante”, dentro das respostas, houve diversas mulheres falando sobre como a quantidade de acidentes causados por homens são maiores do que os provocados por mulheres.

“Sexismo disfarçado de piadinha. Acredito também que a origem seja uma forma de controlar a mobilidade das mulheres, tornando-as dependentes de seus maridos/chefes de família, e num cenário atual desconsidera estatísticas de que mulheres causam menos acidentes de trânsito”. (FEMININO, 19)

Inserida na seção sobre sexismo no cotidiano, a pergunta apresentada foi: “Explique como você se sente ao ver/ouvir propagandas, músicas e frases sexistas no seu dia a dia”.

Quadro 2 Sentimentos expressos diante da seção sobre sexismo no cotidiano

Comportamento	n
Raiva	38
Tristeza	26
Desconforto	16
Incômodo	16
Revolta	14
Indignação	13
Medo	11
Cansaço	8
Repulsa	7
Mal	6
Impotência	5
Inferioridade	5
Injustiça	4
Nojo	4
Decepção	3
Desvalor	3
Invadida	3
Ódio	3
Angústia	2
Chateação	2
Constrangimento	2
Desrespeito	2
Insuficiência	2
Ofendida	2
Vergonha	2
Vulnerabilidade	2
Agredida	1
Ansiedade	1
Apatia	1
Aversão	1
Outros	9
Total	214

Fonte: Dados dos questionários aplicados

Segundo informações do Quadro 2, que demonstra os sentimentos expressos pelos indivíduos diante da pergunta geral apresentada, tem-se que as sensações mais indicadas são raiva ($n = 38$), tristeza ($n = 26$) e desconforto ($n = 16$), que obteve a mesma quantidade de votos que incômodo ($n = 16$). Finalizando, estão os sentimentos de revolta ($n = 14$), indignação ($n = 13$) e medo ($n = 11$).

Como exemplo para a grande quantidade de aparição dessas sensações, é possível elencar quatro respostas:

“Desamparo, seguido de raiva. Sinto-me vulnerável, pois lembro que muitos elementos da nossa sociedade patriarcal não mudaram, me lembro que ainda sou uma constante provável vítima de estupros, abusos e invisibilidade” (FEMININO, 19).

“Com muita raiva e triste de pensar que ainda há um longo caminho pela frente para que essa mentalidade, que ainda é a da maioria, mude. Às vezes, em nossa bolha social, pensamos que essas questões ficaram no passado, mas esses exemplos mostram que não” (FEMININO, 19).

“Desconfortável, insegura, revoltada, injustiçada. Triste por ver que muita gente tem uma visão machista, e me sinto vulnerável a essas situações pelas quais não gostaria de passar, mas algumas já me ocorreram” (FEMININO, 18).

“Sinto uma mistura de sensações. Raiva, indignação, tristeza. Em alguns momentos até “rio para não chorar”. Um absurdo ter que falar disso em pleno 2020. Quando me deparo com frases desse tipo, tento desconstruir e lutar contra elas. Em outros dias acabo de fato me sentindo mais submissa e vulnerável de tanto que falam que tenho que me sentir assim. Tento transformar essa raiva em luta e resistência”. (FEMININO, 19)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo teve por objetivo conceituar o sexismo em suas diferentes formas de expressão, e demonstrar como atitudes sexistas são vistas atualmente. O fenômeno foi descrito da forma como se expressa na linguagem e no cotidiano, demonstrando suas consequências. As músicas e frases apresentadas podem ajudar a explicar essa expressão. Na publicidade, por exemplo, o sexismo aparece – muitas vezes, explicitamente – como um instrumento para chamar atenção para o produto.

O questionário aplicado teve o intuito de conhecer a opinião de universitários sobre o tema e como eles reagem a diferentes expressões do fenômeno. Ademais, muitos artigos e livros que tratam do tema citam a educação como o principal alvo para que a situação referente ao fenômeno estudado pudesse mudar de alguma forma (LOURO, 2014). Esse fato não é uma casualidade, pois é sabido que a sala de aula é um espaço de reinvenção, crítica e reconstrução de “verdades” e “ideologias” (SILVA; EUCLIDES, 2018).

Nesse contexto, é possível citar o trabalho e a crítica de Rosemberg, Moura e Silva (2009), que analisaram diversos livros didáticos em várias regiões do Brasil e concluíram que a representação exagerada dos homens enquanto personagens tratados como referências universais é evidente na sua devastadora maioria, assim como os estereótipos nos papéis de personagens femininas.

Se é oportuno considerar que a educação deve ser o principal foco de ação no combate ao sexismo, então, os materiais e os métodos dessa área precisam se adaptar a tais demandas. O trabalho de Paulo Freire com a Educação Libertadora é mencionado por inúmeros autores que apresentam possíveis soluções para a questão (LOURO, 2014; CORTEZ et al., 2019).

A educação libertária, como em *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 2019), vai de encontro a tudo o que é necessário em um regime de opressão, pois oferta aos oprimidos a capacidade de olhar para sua realidade e questioná-la. Indivíduos formados por esse método poderão se perceber participando das relações de poder. Com sua atenção direcionada às táticas e aos funcionamentos de produção e nomeação de desigualdade (LOURO, 2014), as pessoas precisarão encontrar as formas de intervenção mais viáveis e próximas. As lutas se tornam, assim, mais imediatas e, talvez, menos ambiciosas.

REFERÊNCIAS

- BELO, R. P. et al. Correlatos valorativos do sexismo ambivalente. **Psicologia: Reflexão e Crítica** [online], v. 18, n. 1, p. 7-15, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722005000100003>>. Acesso em: 14 fev. 2021
- BUENO, A. L. D. A produção do sexismo na linguagem: gênero e poder em dicionários da língua portuguesa. **Simpósio Internacional de Educação Sexual: Feminismos, identidades de Gênero e Políticas Públicas**, v. 4, 2015. Disponível em: <<http://eventos.idvn.com.br/sies2017/trabalhos/674/a-producao-do-sexismo-na-linguagem-genero-e-poder-em-dicionarios-da-lingua-portuguesa>>. Acesso em: 24 jul. 2021.
- BUTLER, J. **Excitable Speech: A Politics of the Performative**. Nova York, Routledge, 1997.
- BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 191-219.
- CHAVES, F. N. A mídia, a naturalização do machismo e a necessidade da educação em direitos humanos para comunicadores. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação: XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte**, [s. l.], p. 1-13, 2015. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/norte2015/resumos/R44-0606-1.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2020.
- CORTEZ, P. A. et al. Sexismo, misoginia e LGBTQfobia: desafios para promover o trabalho inclusivo no Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva** [online], v. 29, n. 04, p. 1-22, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/physis/a/zbX86DSCmFCTGM5kx5xhMhN/?lang=pt#>>. Acesso em: 16 fev. 2021.
- DICIO: **Dicionário Online de Língua Portuguesa**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br>>. Acesso em: 03 ago. 2021.
- FERREIRA, M. C. Sexismo hostil e benevolente: inter-relações e diferenças de gênero. **Temas em Psicologia** da SBP, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 119-126, 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2004000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 fev. 2021.
- FISKE, S. T. Stereotyping, prejudice, and discrimination. In: GILBERT, D. T., FISKE, S. T., LINDZEY, G. **The handbook of social psychology**. 4. ed. v. 2, p. 357-411. Boston, MA: McGraw-Hill. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/232584255_Stereotyping_prejudice_and_discrimination>. Acesso em 27 jul. 2021

FIÚZA, A. L. C. et al. Difusão de tecnologia e sexismo nas Ciências Agrárias. **Ciência Rural**, [online] v.39, n. 9, p. 2614-2620, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cr/a/HgBFjJT98GwMGNYWw55WtXf/?lang=pt#>>. Acesso em: 18 fev. 2021.

FORMIGA, N. S. Valores humanos e sexismo ambivalente. **Revista do Departamento de Psicologia**. UFF [online], v. 19, n. 2, p. 381-396, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-80232007000200009>>. Acesso em: 09 jul. 2021

FORMIGA, N. S.; GOLVEIA, V. V.; SANTOS, M. N. Inventário de sexismo ambivalente: sua adaptação e relação com o gênero. **Psicologia em Estudo** [online], v. 7, n. 1, p. 103-111, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/8MMkftD47ShgRV4BnN6Zvyf/?lang=pt#>>. Acesso em: 27 fev. 2021

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 71. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GLICK, P.; FISKE, S. T. The Ambivalent Sexism Inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 70, p. 491-512, 1996. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/232548173_The_Ambivalent_Sexism_Inventory_Differentiating_Hostile_and_Benevolent_Sexism>. Acesso em: 27 jul. 2021

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

MILLS, S. **Language and Sexism**. Nova York, Cambridge University Press, 2008.

NASCIMENTO, A. C. A. **Técnicas de Entrevista Psicológica**. 2020. 11 f. Apostila da disciplina de Técnicas de Observação e Entrevista, Departamento de Psicologia, Universidade de Taubaté – São Paulo, 2020. Apostila confeccionada para fins didáticos da disciplina.

PEREIRA, E. et al. Jogos olímpicos de Londres 2012: brasileiros e brasileiras em foco. **Revista de Educação Física/UEM**, [online] v. 25, p. 257-271, 2014. DOI 10.4025/reveducfis.v25i2.23352. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/refuem/a/mxkGXwHK7X5pjfXdKGVhTyt/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

ROSEMBERG, F.; MOURA, N. C.; SILVA, P. V. B. Combate ao sexismo em livros didáticos: construção da agenda e sua crítica. **Cadernos de Pesquisa** [online], v. 39, n. 137, p. 489-519, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/XcmMtsQ76cwrJvXL43rR65d/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SANTOS, C. J. **Crimes de preconceito e de discriminação**. Editora Saraiva: São Paulo, 2017.

SCHAUN, A.; SCHWARTZ, R. O corpo feminino na publicidade: aspectos históricos e atuais. **Jornal Alcar**, [s. l.], v.3, p. 1-11, 3 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/jornal-da-alcar-no-3-agosto-de-2012/O%20corpo%20feminino%20na%20publicidade.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2020.

SCOTT, J. W. Gender: a useful category of historical analysis. **The American Historical Review**. Bloomington, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986.

SILVA, J.; EUCLIDES, M. S. Falando de gênero, raça e educação: trajetórias de professoras doutoras negras de universidades públicas dos estados do Ceará e do Rio de Janeiro (Brasil). **Educar em Revista** [online], v. 34, n. 70, p. 51-66, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-4060.58760>>. Acesso em: 08 jul. 2021.

SOUSA, B. B.; CARDOSO, A. S. Gestão de marketing e o sexismo na comunicação: o papel da liderança. **Psicologia em Estudo** [online], v. 25, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/BBcb93zGrYnmL8wBNLkCqJB/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 17 fev. 2021.

TAVARES, M. A entrevista clínica. In: CUNHA, J. A. **Psicodiagnóstico V**. 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 45-56.

ZUBIETA, E. et al. Sexismo ambivalente, estereótipos y valores em el ámbito militar. **Revista de Psicología (Lima)**, Lima, v. 29, n. 1, p. 101-130, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0254-92472011000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 fev. 2021.

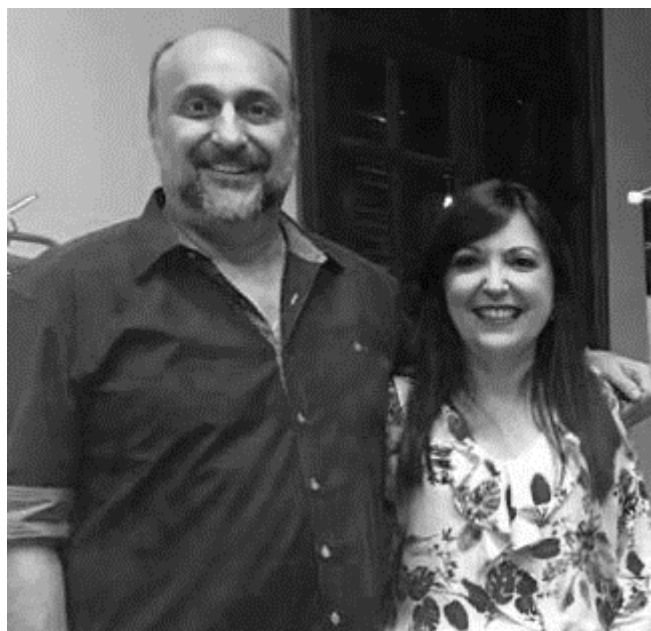
ORGANIZADORES

Adriana Leonidas de Oliveira

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Taubaté (1992), mestrado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000), doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005) e Pós-Doutorado em Administração de Empresas pela EAESP-FGV (Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas). Atualmente é professor assistente doutor da Universidade de Taubaté, atuando como Diretora do Departamento de Psicologia e como professora no Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional/Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional). Tem experiência na área de Psicologia da Saúde e Psicologia Organizacional e do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde da família, saúde do trabalhador, desenvolvimento humano e regional, gestão de pessoas, qualidade de vida, qualidade de vida no trabalho, cultura organizacional e interculturalidade

Paulo Francisco de Castro

Possui Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (2008), Mestrado em Educação pela Universidade Mackenzie (1996) e Graduação em Psicologia pela Universidade Guarulhos (1989). Atualmente é Professor Assistente Doutor do Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté e Professor Adjunto I do Curso de Psicologia da Universidade Cruzeiro do Sul. Ex-presidente da Associação Brasileira de Rorschach e métodos projetivos - ASBRo (Biênio 2016-2018) e atual membro do Conselho Consultivo da mesma associação. Associado Pleno da Sociedade Brasileira de Psicologia - SBP. Título de Profissional Especialista em Psicologia Clínica, registrado no CRP/SP Processo No 3279/01, de 17 de agosto de 2002. Tem experiência em docência e pesquisa em Psicologia, com ênfase em Psicodiagnóstico, Avaliação Psicológica, Método de Rorschach e Psicologia Clínica e da Saúde.



AUTORES¹⁷

Ana Cristina Araújo do Nascimento

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (1983), doutorado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (2006). Mestrado em Saúde Mental pela Universidade Estadual de Campinas (1998). Diplome D'Etudes Approfondies de Psychanalyse pela Université Paris 7 (1992). Especialização em Psicologia Infanto-juvenil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986). Professora concursada aposentada pela Universidade de Taubaté-SP, onde ministrou aulas no Curso de Graduação em Psicologia nas disciplinas de Psicodiagnóstico, Neuropsicologia, Ludoterapia, além de atuar como supervisora de Estágios Supervisionados e orientar Trabalhos de Conclusão de Curso. Atualmente é Coordenadora Adjunta e ministra aulas nos seguintes cursos de Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade de Taubaté: Curso de Especialização em Psicologia Hospitalar e da Saúde e Curso de Especialização em Psicologia e Psicoterapia Infantil. Nas diversas atividades acadêmicas e docentes desenvolve trabalhos científicos relacionados à temas como: avaliação psicológica, avaliação neuropsicológica, características psicológicas de indivíduos com doenças crônicas e com fissura labiopalatina, resiliência, sensibilidade materna e interação mãe-bebê.

André Rodrigues

Graduado em Psicologia pela Universidade de Taubaté.

Andreia da Fonseca Araujo

Psicóloga Junguiana, Psicossomatista, Arteterapeuta, Membro NEPAG-Saúde e Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP).

Andreza Cristina Both Casagrande Koga

Possui 20 anos de experiência na área de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas. Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté (2001). Especialização em Atendimento Clínico Psicopedagógico em Problemas de Aprendizagem (UNITAU - 2004), Concluiu MBA em Gerência de Recursos Humanos (Universidade de Taubaté - 2014). Mestra em Gestão e Desenvolvimento Regional (MGDR - PPGA/ Unitau)- 2017. Atualmente é Professora efetiva (Aux. N.II) na Universidade de Taubaté, ministrando disciplinas na área de Psicologia Organizacional, desde 2017.

¹⁷ Dados levantados pelo Sistema da Plataforma Lattes em Agosto de 2021.

Supervisiona estágio específico com ênfase em Psicologia e Processos de Gestão I, II, III e IV. Atua como Pesquisadora no Grupo de pesquisa em Psicodiagnóstico e Avaliação Psicológica (GP-PAP) e como Professora Integrante do grupo de Pesquisa em Planejamento, Gestão e Desenvolvimento de Carreiras em Âmbito Regional, ambos da Universidade de Taubaté. É membro do Conselho do Departamento de Psicologia (CONDEP) e do Núcleo Docente estruturante (NDE). Coordenadora de Estágios do Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté, desde fev./2020. Atualmente é Assessora na Diretoria de Recursos Humanos da Universidade de Taubaté, desenvolvendo atividades voltadas ao Treinamento e Desenvolvimento dos servidores e diretores de unidades de ensino. Participação em Bancas de Graduação e Pós-graduação e Orientação de Trabalhos de Graduação no curso de Psicologia e de Monografias no curso de MBA em Gerência de Recursos Humanos.

Andreza Maria Neves Manfredini

Psicóloga, pela UNITAU, em 2003. CRP: 06/74.380. Pós-doutoranda na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP. Especialista em Orientação Familiar, pela Universidade de Taubaté (2007). Mestre (2007), bolsista do CNPq, e Doutora (2019), bolsista pela CAPES, em Psicologia Clínica pela PUC-SP. Certificado Internacional de Práticas Colaborativa pelo instituto Galveston-Houston (EUA) e pelo instituto Interfaci (S.P), (2014). Coordenadora e Professora do Curso de Pós-graduação em Lato Sensu em Intervenção Familiar: Psicoterapia, Orientação e Mediação de Conflitos, na Universidade de Taubaté, desde 2014. Professora Assistente I da Graduação de Psicologia, na Universidade de Taubaté. Atua em clínica como psicoterapeuta de família e de casal desde 2007. Autora e co-autora de livros e capítulos de livros sobre família, educação financeira e comunidades. Co-fundadora do Instituto CICLOS.

Armando Rocha Junior

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Guarulhos (1983), Mestrado em Educação pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1996) e Doutorado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (2004). Foi Professor Titular nos Cursos de Psicologia, Nutrição e Direito da Universidade Guarulhos. Foi aprovado em Concurso Público para a função de Professor Assistente Doutor do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté (2007). Foi aprovado em concurso público para o cargo de Psicólogo junto à Secretaria da Justiça do Estado de São Paulo em 1986. Psicólogo Clínico. Coordenou o Curso de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie de 1990 até 1996, em 1997 assumiu a Chefia do Departamento de Psicologia até 1999, ano em que passou a dirigir a Faculdade de Psicologia até 2003, ainda em 1999, de maio a dezembro, dirigiu a Faculdade de Filosofia, Letras e Educação. Foi Coordenador do Curso de Pós-graduação

(Módulo I) da Universidade Presbiteriana Mackenzie, entre 1994 até 1995. É Professor Assistente I no Curso de Psicologia da Universidade Cruzeiro do Sul (2020). Possui experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Jurídica e Psicologia Clínica, nas modalidades de Avaliação Psicológica, Psicoterapia de Grupo, Psicoterapia Familiar e de Casal. Integra grupo de pesquisa em Avaliação Psicológica da Universidade de Taubaté, certificado pela Universidade e cadastrado pelo CNPQ. Linhas de pesquisa: Psicologia Clínica/Avaliação Psicológica e Psicologia da Religião.

Bárbara Pereira Gandur

Graduada no Curso de Psicologia pela Universidade de Taubaté.

Beatriz Caroline de Santana Cordeiro

Graduanda do Curso de Psicologia pela Universidade de Taubaté.

Camila Beltrão Medina

Doutora em História e Historiografia da Educação pela USP - São Paulo, Mestre em Fundamentos da Educação pela UFSCar; graduada em Pedagogia pela UNESP - Araraquara; Professora de Ensino Superior.

Camila Young Vieira

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté (2003), especialista em Psicodrama pela PUC-SP (2010), mestre em Psicologia Social pela PUC-SP (2011), especialista em Neuropsicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia Aplicada e Formação Lev Vygotsky (2016). Atualmente é professora auxiliar da Universidade de Taubaté-UNITAU e psicóloga clínica. Tem experiência na área de Psicologia Clínica e Psicologia Social. Atua principalmente nos seguintes temas: políticas públicas e subjetividade; grupos e comunidades; sofrimento psíquico e questões contemporâneas e desenvolvimento e contexto histórico e cultural.

Carlos Eduardo Bovenzo Filho

Psicólogo pela Universidade Universus Veritas (UNG). Pós-graduando em Psicologia Jurídica pelo Instituto de Pós-Graduação (IPOG) Técnico do Núcleo de Pesquisa em Violência – Psicologia Jurídica e Núcleo de Estudos e Pesquisa em Neurociência, Saúde e Educação (NUPEV-PJ e NEPSI – UNG). Membro da Associação Brasileira de Psicologia Jurídica (ABPJ). Atua como psicoterapeuta em consultório particular, bem como exerce a função de revisor técnico no Departamento de Produtos e Pesquisa da Vetor Editora.

Carolina M. Brunacio Rocha

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté.

Claudia Regina de Freitas

Possui graduação em PSICOLOGIA pela Universidade de Taubaté (2010) e mestrado em CIÊNCIAS pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP (2013) através do Programa de pós-graduação em ciências da saúde. É doutora em Saúde Coletiva, na linha de pesquisa de Epidemiologia, pela Faculdade de ciências médicas (FCM) - UNICAMP (2019), Professora Auxiliar I no Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté e coordenadora do curso de Psicologia da Faculdade Anhanguera de São José dos Campos.

Daniel Cardozo Severo

Forma-se Psicólogo em 2005 pela Universidade de Taubaté, em 2009 Psicanalista pelo Centro de Estudos Psicanalíticos (CEP) e em 2010 em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Terminou seu Mestrado em 2012 em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e seu Doutorado em 2018 na mesma instituição. Atualmente, como Professor Auxiliar leciona na Universidade de Taubaté na cadeira de Psicanálise, e como Professor de Filosofia na Faculdade Dehoniana. É autor de três livros, sendo o último "Os Sujeitos do Homem Psicanalítico" (Ed. CRV, 2020).

Daniela Cid Marchesi

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté.

Débora Inácia Ribeiro

Doutora em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2018). Mestre em Desenvolvimento Humano pela Universidade de Taubaté - UNITAU (2013). Graduada em Psicologia pela Universidade Salesiana de Lorena - UNISAL (1992) e especialista em Educação e Cultura pela UNITAU (2009). Áreas de atuação: Psicologia Clínica Humanista/Existencial e Psicologia da Saúde. Professora no Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté. Professora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté. Pesquisadora no Núcleo de Estudos de História da Cultura, Sociedades e Mídias da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Eduarda Julia Ribeiro Rosa

Psicóloga formada em 2020 na Universidade de Taubaté (UNITAU). Atuação clínica em Psicologia Viva, Clínica Integrada e Psicóloga hospitalar em UTI Covid-19.

Fabiane Ferraz Silveira Fogaça

Possui graduação em Licenciatura em Psicologia e Formação de Psicólogo pela UNESP-Bauru (2004), mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem pela Faculdade de Ciências UNESP Bauru (2009) e doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos (2015), com estágio sanduiche na University of Nevada, Reno (Capes/Fulbright). Atualmente é Professor Auxiliar I do Depto de Psicologia e Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté. Tem experiência nos seguintes temas: Treino de Pais, Habilidades Sociais de crianças, pais e professores, Problemas de Comportamento, Processos de Ensino e Aprendizagem no Ensino Superior, Terapia Analítico-Comportamental em Grupo e Análise Comportamental da Cultura (contingências entrelaçadas na família).

Fernanda Cardoso Fraga Fonseca

Professora do Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté das disciplinas Psicologia da Aprendizagem, Psicologia dos Processos Educativos e disciplinas afins. Supervisora dos estágios em educação. Professora membro da Diretoria da Liga de neurociências da Unitau. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação Especial Inclusiva da UFABC. Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade de Taubaté (Unitau). Possui graduação em Psicologia pela Universidade Paulista (Unip). Atuou também como Coordenadora da Educação Básica no Instituto Social para Motivar, Apoiar e Reconhecer Talentos - Ismart e atuou na clínica psicológica na abordagem da Análise do Comportamento. O principal interesse é Psicologia Escolar e Educacional e Análise do Comportamento.

Fernanda Malagoli Bernal

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté.

Fiori Simões de Freitas

Graduado em Psicologia pela Universidade de Taubaté. Atua principalmente nos seguintes temas: Psicologia social, Psicologia Hospitalar, Psicologia e processos de gestão, Psicologia do trabalho, Habilidades sociais, Psicologia clínica.

Gabriela Ferraz Ribeiro

Graduanda do Curso de Psicologia na Universidade de Taubaté.

Gabriela Marcondes Moreira Lima

Graduada no Curso de Psicologia pela Universidade de Taubaté.

Isabele Soares Ferreira

Graduanda do Curso de Psicologia pela Universidade de Taubaté. Bolsista e tutora na educação infantil.

Isabelle Nogueira de Sá Bonafé

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté. Pós-graduanda em Psicologia Hospitalar no Hospital Israelita Albert Einstein e em Psicanálise no Centro de Estudos Psicanalíticos (CEP). Trabalha como psicóloga clínica no projeto “Apoiar On-line” da Universidade de São Paulo (USP) e na plataforma Psicologia Viva, atua na área da educação no projeto de apoio à saúde mental no ambiente escolar “Psicólogos na Educação” da Secretaria do Educação do Estado de São Paulo.

Joice Raiane Silva

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté. Pós-Graduada em Terapia Cognitivo Comportamental pelo Centro Salesiano de São Paulo (UNISAL).

Julia Feliciano de Souza

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté.

Júlia Mariana Costa Faustino

Graduanda em Psicologia na Universidade de Taubaté.

Juliana Hoffmann Bastos

Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Larissa Varejão Cardoso

Graduada no Curso de Psicologia pela Universidade de Taubaté.

Letícia Dias Santana

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté.

Maria Emília Sousa Almeida

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Taubaté(1983), especialização em Curso Fundamental de Freud a Lacan pela Universidade de Taubaté(1989), especialização em Psicanálise pelo Centro de Estudos de Psicanálise(1995), mestrado em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo(1994) e doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo(2003). Atualmente é Assistente III da Universidade de Taubaté, do Consultório Particular, Revisor de periódico da Psicologia Ciência e Profissão e Revisor de periódico da Fractal: Revista de Psicologia. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social. Atuando principalmente nos seguintes temas: representações, sobrecatexizadas, fluxo associativo.

Maria Fernanda Gonçalves

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté.

Marina Martinazzi Nogueira da Fonseca Silvestre

Graduanda do Curso de Psicologia na Universidade de Taubaté.

Matheus Alexandre Gomes da Silva

Graduado em Psicologia pela Universidade de Taubaté.

Miria Benincasa Gomes

Pesquisadora e orientadora dos Programas de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo. Editora da Revista Mudanças - Psicologia da Saúde e líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) "Humanização da assistência à gestação, parto, nascimento e pós-parto". Professora convidada do curso de especialização em Psicologia Hospitalar da Universidade de Taubaté. Tem experiência na área de Psicologia da Saúde, com ênfase em Programas de Atendimento Comunitário, institucional e hospitalar. As principais áreas de pesquisa são: 1. Gestação: Avaliação e assistência Psicológica à gestante/ casal e desenvolvimento de Programas de Pré-Natal Psicológico, Pré-Natal Coletivo e Pré-Natal Integral; 2. Parto e Pós-parto: modelos de intervenção, avaliação, apoio e acolhimento à mulheres e famílias em situação de pós parto; 3. Psicologia do Desenvolvimento de Bebês e crianças (primeiríssima infância).

Monique Marques Godoy-Dolcinotti

Graduada no curso de Psicologia da Universidade de Taubaté (2011-2014) com bolsa do Programa de Iniciação Científica da Universidade de Taubaté e membro discente do Conselho de Departamento de Psicologia no ano de 2014. Pós-graduada em Intervenção Familiar: Psicoterapia e Orientação e integrante do Programa de Iniciação à Docência nos anos de 2015-2016. Psicóloga voluntária no Grupo de Apoio à Vítima de Violência Sexual (GAVVIS) nos anos de 2015-2017. Mestra em Gestão e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté nos anos 2017-2019. Pesquisadora participante do grupo de pesquisa Saúde, Qualidade de Vida e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté desde 2014. Atua nas áreas de Psicologia Clínica, consultoria de empresas e docência no Ensino Superior. Autora de artigos e capítulos de livros com os temas de desemprego, resiliência, família e relação família-trabalho.

Mylena de Almeida Maia

Discente de Psicologia na Universidade Universus Veritas (UNG). Aluna pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Violência, Psicologia Jurídica (NUPEV-PJ), no campo de violência de gênero. Em paralelo, possui experiência em Recursos Humanos (recrutamento e seleção de pessoas, treinamento e desenvolvimento).

Natália de Lourdes Vieira de Faria

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté.

Pedro Brandão Rodrigues

Graduado no Curso de Psicologia pela Universidade de Taubaté.

Rafael do Nascimento Silva Santos

Rafael é estudante do último semestre de Psicologia pela Universidade de Taubaté (UNITAU) e instrutor de língua inglesa na rede pública da mesma cidade, atendendo desde alunos de 1º a 9º ano. Atualmente pesquisa sobre construção identitária em pessoas gordas por meio de seu TCC, é produtor de conteúdo iniciante no Instagram além de já ter participado de Lives e rodas de conversa sobre Corpo Gordo como convidado.

Régis de Toledo Souza

Possui graduação em Bacharel em Física pela Universidade de Taubaté (1989), graduação em Engenharia Mecânica pela Universidade de Taubaté (1993), graduação em Licenciatura em Psicologia pela Universidade de Taubaté (1997), graduação em Formação de Psicólogo pela

Universidade de Taubaté (1998), mestrado em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001) e doutorado em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007). Atualmente é Professor Assistente Doutor da Universidade de Taubaté. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social. Atuando principalmente nos seguintes temas: identidade, campo religioso, devoção popular, emancipação, síntese identitária.

Roque Ximenes de Aragão Neto

Graduando do Curso de Psicologia na Universidade de Taubaté.

Rosa Maria Frugoli da Silva

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), mestrado em Ciências Sociais (Antropologia Urbana/PUC/SP), especialização em Educação e graduação em Psicologia. Experiência na área de Formação Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: tecnologias e saúde, processos de subjetividades na contemporaneidade, violência e gênero. Professora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde (UMESP), desenvolvendo estudos sobre saúde, gênero e violência. Coordenadora do grupo de pesquisa NEPAG-Saúde (CNPq). Na graduação, professora e supervisora de estágios clínicos e comunitários na abordagem Humanista e Existencial da Universidade Metodista de São Paulo e Universidade de Taubaté.

Sarah Cristini Andrejuk da Silva

Formada em Psicologia pela Universidade de Taubaté no ano de 2020. Realizou minicursos em: Perícia Criminal: Locais de Crime e Análises de vestígios; Psicopatologia Forense: Criminal Profiling; Aplicação do Profiling Criminal na investigação Criminal de *Serial Killers*; Psicologia Investigativa e Profiling Criminal; Avaliação integrativa da mentira na perícia psicológica; Locais de crime: Criminalística e Profiling Criminal. Atualmente é psicoterapeuta.

Taimã Luana Louzada Bento de Macedo Guedes

Psicóloga formada pela Universidade de Taubaté. Membro do grupo de pesquisa NEPAG-Saúde.

Talitha Vieira Gonçalves Batista

Graduada em Psicologia (2005) pela Universidade de Taubaté. Possui Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais pela Universidade de Taubaté (2012), Especialização

em Jung e Corpo: Psicoterapia Analítica e Abordagem Corporal (2008) pelo Instituto Sedes Sapientiae e em Psicologia Clínica: Formação Sistêmica no Atendimento em casal e família. Atualmente é Professora Auxiliar I da Universidade de Taubaté em regime estatutária, ministrando aulas de Psicomotricidade e Relações Familiares, além de atuar como Supervisora de Estágios (Psicodiagnóstico e Psicoterapia) e orientar Trabalhos de Conclusão de Curso. Atua também como professora convidada em cursos de Pós-graduação Lato Sensu. Fora do âmbito acadêmico, atua como Psicóloga Clínica na área de Psicologia Analítica e Psicomotricidade, com ênfase no atendimento à crianças e adolescentes com orientação familiar.

Tatiane da Silva Monteiro

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté.

Thais Perrenoud Arese Vilela

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté. Pós-graduanda em Psicologia Hospitalar no Hospital Israelita Albert Einstein e aluna especial da matéria "Psicanálise e Estética" e na matéria "Negacionismo, Verdade e Poder: Intersecções entre Psicanálise e Teoria Social" pela Universidade de São Paulo (USP), além de participar do Programa de Iniciação à Docência (PID) pela UNITAU. Atua, também, no coletivo Rede de Escutas para as Margens Clínicas (REM) e Trabalha como psicóloga no projeto Jovens Protagonistas pela Prefeitura de Pindamonhangaba.

Vinicius Meirelles Coelho

Graduado no Curso de Psicologia pela Universidade de Taubaté.

Yann Preter Gasch

Graduado em Psicologia pela Universidade de Taubaté.

Yara Beatriz Rosa Maciel Cayres

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté.

Yara Marcondes Clemente dos Santos

Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté.



UNITAU

Universidade de Taubaté

ISBN: 978-65-86914-20-7

QBL



9 786586 914207